



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 86, QUINTA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2019

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 94ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 12 DE JUNHO DE 2019

1.1 – ABERTURA 16

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) 16

1.2.2 – Oradores

Senador Marcos Rogério – Comentários sobre a repercussão da divulgação, pela imprensa, de mensagens entre o Ministro da Justiça e o Procurador Deltan Dallagnol no curso da Operação Lava Jato. Críticas à extrema-esquerda, que, supostamente, visa ao enfraquecimento da Operação Lava Jato. 16

1.2.3 – Apreciação de requerimentos

Nº 509/2019, do Senador Humberto Costa. **Aprovado.** 19

Nº 510/2019, do Senador Rodrigo Cunha. **Aprovado.** 19

Nº 511/2019, do Senador Telmário Mota. **Aprovado.** 19

1.2.4 – Oradores (continuação)

Senador Jarbas Vasconcelos – Manifestação favorável a um consenso pela governabilidade e desenvolvimento do País. 20

Senador Chico Rodrigues, como Líder – Breve relato da participação de S. Exa., como observador internacional, nas eleições presidenciais do Cazaquistão. Defesa da Operação Lava Jato. 21

Senadora Zenaide Maia – Cobranças ao Governo Federal de um plano de recuperação econômica. Congratulações à CCJ pela rejeição do Decreto 9.785/2019, que versa sobre a posse e porte de armas. 23

Senador Paulo Rocha – Breve histórico de programas sociais implantados no País. Críticas à atuação do Ministro Sérgio Moro na condução de processos enquanto ocupava o cargo de Juiz Federal. Censura a comentários do Presidente da República sobre manifestações populares e à conduta da liderança do Governo no Parlamento. 25



Senador Plínio Valério – Manifestação contrária à tentativa de enfraquecer a Operação Lava Jato. Críticas ao Plano Dubai, apresentado pelo Governo Federal, que pretende substituir a Zona Franca de Manaus por um polo turístico e financeiro.	28
Senador Paulo Paim – Cumprimentos aos Congressistas pela rejeição do veto ao Projeto de Lei 10.159/2018, que dispensa a reavaliação pericial nas pessoas com HIV aposentadas por invalidez. Registro do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.	30
Senador Jorge Kajuru – Satisfação com a aprovação, pelo Congresso, de suplementação orçamentária que garante o custeio de programas do Governo. Alerta sobre a situação fiscal do País. Expectativa com a vinda do Ministro Sérgio Moro ao Congresso para prestar esclarecimentos sobre as mensagens trocadas por ele e o Procurador da República Deltan Dallagnol.	32
Senador Lasier Martins – Manifestação a favor da Operação Lava Jato, do Ministro da Justiça e Segurança Pública e do Procurador da República Deltan Dallagnol.	34
Senador Jayme Campos – Preocupação com o desemprego no País, em especial com o de jovens até 24 anos. Defesa de projeto de lei de autoria de S. Exa. que garante às microempresas e às empresas de pequeno porte que contratarem menores aprendizes condições diferenciadas para acesso ao crédito junto às instituições financeiras oficiais.	36
Senador Reguffe – Elogios aos resultados alcançados pela Operação Lava Jato. Manifestação contrária a possíveis ilicitudes que podem ter ocorrido na operação. Insatisfação com reclamações do Governo Federal contra o Congresso Nacional quanto às contas públicas.	38

1.2.5 – Apreciação de requerimento

Nº 518/2019, do Senador Nelsinho Trad. Aprovado.	41
--	----

1.2.6 – Oradores (continuação)

Senador Humberto Costa, como Líder – Críticas à atuação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.	41
Senador Esperidião Amin – Destaque para a aprovação, na CRE, de proposta de avaliação de política pública do programa de defesa cibernética. Satisfação com o desempenho do Congresso brasileiro na aprovação do PLN 4/2019.	43
Senador Alvaro Dias, como Líder – Manifestação a favor da Operação Lava Jato. Defesa do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e do Procurador da República Deltan Dallagnol.	45
Senador Zequinha Marinho – Registro de requerimento de autoria de S. Exa. de voto de aplausos pelos 108 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil.	52
Senador Paulo Rocha – Registro do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil.	54
Senador Jorge Kajuru – Satisfação pela aprovação do PLN 4/2019. Defesa da democracia na votação ocorrida na CCJ acerca do decreto presidencial que versa sobre a posse e o porte de armas.	55
Senador Esperidião Amin – Destaque para a necessidade de lei para tratar sobre porte de arma no País.	56
Senador Jorginho Mello – Satisfação com a aprovação, na comissão mista, da Medida Provisória nº 876/2019.	56
Senador Plínio Valério – Críticas à declaração do Ministro da Economia, Paulo Guedes, acerca do impacto fiscal da Zona Franca de Manaus.	56



1.2.7 – Suspensão da sessão às 17 horas e 7 minutos e reabertura às 17 horas e 41 minutos .	57
1.2.8 – Questão de ordem	
Suscitada pelo Senador Alvaro Dias, a ser respondida oportunamente.	58
1.2.9 – Requerimento	
Nº 521/2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 233/2019.	61
1.2.10 – Ofício do Tribunal Superior do Trabalho	
"S" nº 30/2019 (nº 293/2019, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EMMANOEL PEREIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça.	62
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item 1	
Projeto de Lei do Senado nº 163/2018-Complementar, do Senador José Serra, que <i>altera a Lei Complementar nº 156, de 2016, para retirar os precatórios dos limites de aumento das despesas correntes dos Estados, estabelecidos pela lei como contrapartida à renegociação das dívidas dos Estados com a União. Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 3-CAE)</i> (votação nominal) (prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 163/2018-Complementar).	62
Redação do vencido para o turno suplementar do Projeto de Lei do Senado nº 163/2018-Complementar, nos termos da Emenda nº 3-CAE (Substitutivo) (Parecer nº 168/2019-CDIR/PLEN-SF). Substitutivo definitivamente adotado. À Câmara dos Deputados.	71
1.3.2 – Item extrapauta	
Projeto de Lei nº 2.479/2019 (nº 5.274/2016, na Câmara dos Deputados), que <i>cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Aprovado.</i> À sanção.	71
1.3.3 – Mensagem do Presidente da República	
Mensagem nº 28/2019 (nº 217/2019, na origem), que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 37,000,000.00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE"	73
1.3.4 – Item 2	
Projeto de Lei do Senado nº 26/2014-Complementar, do Senador Alvaro Dias, que <i>extingue o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros. Aprovado com emendas, após Parecer nº 169/2019-PLEN-SF</i> , proferido pelo Senador Styvenson Valentim, em substituição às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos (votação nominal).	73
Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 26/2014-Complementar (Parecer nº 170/2019-CDIR/PLEN-SF). Aprovada. À Câmara dos Deputados.	81



1.3.5 – Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 91/2019 (nº 70/2011, na Câmara dos Deputados, nº 11/2011, no Senado Federal) do Senador José Sarney e outros Senadores, que *altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional*. **Aprovada com emenda, em primeiro e segundo turnos**, após **Parecer nº 171/2019-PLEN-SF**, proferido pelo Senador Antonio Anastasia, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (votação nominal). À promulgação. 82

1.3.6 – Item 9

Projeto de Lei da Câmara nº 47/2017 (nº 1.710/2015, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras*. **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CDH)** (prejudicado o Projeto de Lei da Câmara nº 47/2017). 94

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 47/2017 (**Parecer nº 173/2019-CDIR/PLEN-SF**). **Substitutivo definitivamente adotado**. À Câmara dos Deputados. 96

1.4 – ENCERRAMENTO 97

PARTE II**2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 94ª SESSÃO****2.1 – EXPEDIENTE****2.1.1 – Abertura de prazo**

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 233/2019. 99

2.1.2 – Arquivamento

Arquivamento do Ofício "S" nº 29/2018. 101

2.1.3 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Senado Independente, de desligamento da Senadora Leila Barros da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (**Memorando nº 95/2019**). 103

Dos Senadores Nelsinho Trad e Humberto Costa, de participação de S. Exas. em missão, nos termos dos Requerimentos nºs 424 e 421/2019, respectivamente. 104

Do Senador Telmário Mota, de participação de S. Exa. em missão, nos termos do Requerimento nº 423/2019. 105

Do Senador Jean Paul Prates, de participação de S. Exa. em missão, nos termos do Requerimento nº 488/2019. 106

Da Liderança do PODEMOS, de alteração da sigla do Partido PODE para PODEMOS (**Memorando nº 21/2019**). 107

Da Liderança do PSDB, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (**Ofício nº 81/2019**) *Substituído o membro*. 108



2.1.4 – Documentos encaminhados à publicação

Senador Espiridião Amin – Documentos encaminhados à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno. 110

2.1.5 – Expediente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Carta nº 73/2019, na origem, que encaminha o relatório anual das metas e resultados de 2018. 122

2.1.6 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da Mensagem nº 19/2019. 124

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, das Mensagens nºs 21 e 22/2019. 125

2.1.7 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 3423/2019 (nº 10.771/2018, na Câmara dos Deputados), que *altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, a fim de dispor sobre competência do Comando da Marinha para promover o licenciamento e a fiscalização dos meios navais e suas plantas nucleares embarcadas para propulsão e do transporte de seu combustível nuclear*. 127

Projeto de Lei nº 3509/2019 (nº 9.308/2017, na Câmara dos Deputados), que *altera as Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir disposições relativas às universidades comunitárias*. 131

2.1.8 – Mensagem do Presidente da República

Mensagem nº 217/2019, na origem (**nº 28/2019, no Senado Federal**), que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE”. 137

2.1.9 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 96/2019, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 305/2015. .. 399

Nº 99/2019, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 83/2015, sancionado e convertido na Lei nº 13.839/2019. 401

2.1.10 – Ofício do Tribunal Superior do Trabalho

"S" nº 30/2019 (nº 293/2019, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EMMANOEL PEREIRA para compor o Conselho Nacional de Justiça. 403

2.1.11 – Parecer

Nº 167/2019-CDIR/PLEN-SF, de redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/2017. 434



2.1.12 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 395/2019, do Senador Fabiano Contarato, que *susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 9.831 de 10 de junho de 2019, que altera o Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e remaneja cargos em comissão.* 437

2.1.13 – Projetos de Lei

Nº 3457/2019, do Senador Rodrigo Pacheco, que *acrescenta o art. 733-A à Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil e dá outras providências.* 445

Nº 3459/2019, do Senador Paulo Rocha, que *altera o inciso I do art. 1.814 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para excluir da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem sido autores, coautores ou partícipes de crimes que envolvam violência doméstica ou familiar, ou de maus-tratos, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro(a), ascendente ou descendente.* 451

Nº 3460/2019, do Senador Jean Paul Prates e outro Senador, que *altera as Leis nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e nº 13.303, de 30 de junho de 2006, para dispor sobre autorização legislativa específica para a alienação de ativos quando importar perda de controle acionário pelo Estado; e dá outras providências.* 457

Nº 3461/2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que *altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para prever a personalidade jurídica do condomínio edilício.* 464

Nº 3462/2019, do Senador Flávio Bolsonaro, que *altera o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) para incluir como causa de aumento de pena na denúncia caluniosa a imputação falsa de crime hediondo.* 470

Nº 3463/2019, do Senador Randolfe Rodrigues, que *dá nova redação ao § 1º do art. 3º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e ao § 2º do art. 4º da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991.* 475

Nº 3464/2019, do Senador Alessandro Vieira, que *altera o art. 234-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever causa de aumento de pena para o profissional de saúde que praticar crime contra a dignidade sexual no exercício da função.* 481

Nº 3465/2019, do Senador Flávio Arns, que *altera a redação dos arts. 32 e 35-A da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novos conteúdos obrigatórios nos currículos dos ensinos fundamental e médio.* 486

Nº 3466/2019, do Senador Randolfe Rodrigues, que *dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Empresas Startups (FiStart) e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Startups.* 494

Nº 3467/2019, da Senadora Leila Barros, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.* 504



- Nº 3468/2019, da Senadora Leila Barros, que *altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste FCO, e dá outras providências"* para agilizar a tramitação de projetos no âmbito dos Fundos. 511
- Nº 3469/2019, do Senador Jorge Kajuru, que *cria serviço nacional de apoio à pessoa idosa com dependência, a ser prestado pelas entidades constituintes do Sistema S.* 516
- Nº 3470/2019, do Senador Jayme Campos, que *insere o art. 433-A na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir às microempresas e às empresas de pequeno porte que admitirem aprendizes prioridade, condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados.* 524
- Nº 3471/2019, do Senador Jorge Kajuru, que *dispõe sobre a garantia de acervo mínimo de livros às famílias de estudantes da educação básica.* 529
- Nº 3472/2019, do Senador Jorginho Mello, que *altera o Código Eleitoral para permitir o voto no exterior nas eleições para governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais e deputados distritais.* 535
- Nº 3473/2019, do Senador Zequinha Marinho, que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para permitir que a altura máxima das carrocerias dos caminhões para transporte de bovinos e bubalinos seja de 4,80 metros.* 542
- Nº 3474/2019, do Senador Arolde de Oliveira, que *altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para obrigar os supermercados, hipermercados e atacadistas a oferecer assistência de guia aos consumidores com deficiência visual.* 547
- Nº 3475/2019, do Senador Rodrigo Pacheco, que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para inserir hipótese de remoção a pedido, independentemente do interesse da Administração, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.* 552
- Nº 3476/2019, do Senador Roberto Rocha, que *altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar ao fornecedor promover a oferta de produto ou serviço, por ligação telefônica ou por mensagem eletrônica, de voz, texto ou vídeo, ao consumidor que esteja inscrito em cadastro de bloqueio de oferta.* 558
- Nº 3477/2019, do Senador Izalci Lucas, que *altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para inverter o ônus da prova em caso de cobrança indevida de Serviço de Valor Adicionado.* 563
- Nº 3478/2019, do Senador Styvenson Valentim, que *altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre biografias.* 569
- Nº 3479/2019, do Senador Jader Barbalho, que *altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, e dá outras providências, para incluir no cálculo de suas parcelas as distâncias a serem percorridas pelo transporte escolar dentro da área do Município beneficiado, as características geográficas e demográficas de cada região e as diferenças do custo de transporte nos Estados, Distrito Federal e Municípios.* 575
- Nº 3480/2019, do Senador Rodrigo Pacheco, que *altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para que a proteção ao patrimônio turístico e paisagístico seja verificada na outorga de recursos hídricos para aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.* 581



Nº 3481/2019, do Senador Jader Barbalho, que *altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre outros assuntos, para incluir a construção de palafitas em áreas alagadiças no respectivo programa.* 587

Nº 3488/2019, do Senador Irajá, que *altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para submeter o valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural a tabela de descontos ou de acréscimos de acordo com o percentual de área produtiva.* 592

Nº 3511/2019, do Senador Luis Carlos Heinze, que *altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).* .. 597

2.1.14 – Projetos de Lei Complementar

Nº 155/2019, do Senador Eduardo Gomes, que *altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para permitir a incidência do imposto nas situações em que especifica.* 610

Nº 157/2019, do Senador Styvenson Valentim, que *altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, no que dispõe sobre o quórum para concessão e revogação de benefícios referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.* 616

2.1.15 – Projetos de Resolução

Nº 55/2019, do Senador Antonio Anastasia, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coréia do Sul e dá outras providências.* 623

Nº 56/2019, do Senador Humberto Costa, que *cria a Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais no âmbito do Senado Federal.* 630

Nº 57/2019, do Senador Cid Gomes, que *estabelece alíquota máxima para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de que trata o inciso I do caput, e inciso IV do § 1º do art. 155 da Constituição Federal.* 640

Nº 58/2019, da Senadora Kátia Abreu, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre a convocação do Ministro de Estado da Educação para, anualmente, prestar contas sobre o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação na Comissão de Educação, Cultura e Esportes.* 645

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução do Senado nº 58/2019. 650

2.1.16 – Requerimentos

Nº 509/2019, do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar das Reuniões no âmbito do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai. 652

Nº 510/2019, do Senador Rodrigo Cunha, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da LXIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai. 655

Nº 511/2019, do Senador Telmário Mota, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar de reuniões do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai. 658

Nº 512/2019, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 9 de setembro de 2019, destinada a homenagear o Rotary Internacional. 661

Nº 513/2019, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 24 de junho de 2019, destinada a homenagear os 111 anos da Imigração Japonesa no Brasil. 665



Nº 514/2019, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 23 de agosto de 2019, destinada a comemorar os 40 anos do SEGUE-ME.	668
Nº 515/2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, de oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei nº 2.313/2019.	671
Nº 516/2019, da Senadora Mailza Gomes, de tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 38/2015 e do Projeto de Lei nº 2.170/2019.	673
Nº 517/2019, do Senador Irajá, de republicação do texto original do Projeto de Lei nº 2.967/2019 para ajustes em sua redação. Deferido.	676
Nº 518/2019, do Senador Nelsinho Trad, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da LXIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai.	682
Nº 519/2019, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 309/2018.	686
Nº 520/2019, do Senador Izalci Lucas e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 30 de agosto de 2019, destinada a comemorar os 52 anos do Senac/DF.	689
Nº 521/2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 233/2019, que tramita em conjunto com os Projetos de Decreto Legislativo nºs 235, 238, 239, 286, 287 e 332/2019.	693
Nº 522/2019, do Senador Paulo Paim, de oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei nº 578/2019.	695

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Projeto de Lei do Senado nº 163/2018-Complementar

Redação do vencido para o turno suplementar (Parecer nº 168/2019-CDIR/PLEN-SF)	698
Emenda nº 4-PLEN-SF	703
Lista de votação	711

2.2.2 – Projeto de Lei do Senado nº 26/2014-Complementar

Parecer nº 169/2019-PLEN-SF	715
Redação final (Parecer nº 170/2019-CDIR/PLEN-SF)	721
Lista de votação	723

2.2.3 – Proposta de Emenda à Constituição nº 91/2019

Parecer nº 171/2019-PLEN-SF	726
Redação para o segundo turno (Parecer nº 172/2019-CDIR/PLEN-SF)	744
Listas de votação	747

2.2.4 – Projeto de Lei da Câmara nº 47/2017

Redação do vencido (Parecer nº 173/2019-CDIR/PLEN-SF)	752
--	-----

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS



3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES

Nº 32/2019-CAE, sobre o Projeto de Lei nº 1763/2019	755
Nº 20/2019-CAS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 138/2017	763
Nº 21/2019-CAS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81/2016	778
Nº 22/2019-CAS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30/2018	786
Nº 23/2019-CAS, sobre o Projeto de Lei nº 578/2019	796
Nº 55/2019-CCJ, sobre a Mensagem (SF) nº 19/2019	804
Nº 56/2019-CCJ, sobre os Projetos de Decreto Legislativo nºs 233, 235, 238, 239, 286, 287 e 332/2019	812
Nº 34/2019-CE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 265/2018	844
Nº 20/2019-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 21/2019	851
Nº 21/2019-CRE, sobre a Mensagem (SF) nº 22/2019	858
Nº 6/2019-CI, sobre o Projeto de Lei nº 1303/2019	866
Nº 7/2019-CI, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 466/2011	874
Nº 10/2019-CTFC, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70/2018	881

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	888
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	891
6 – LIDERANÇAS	892
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	894
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	897
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	899
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	934



Ata da 94ª Sessão, Deliberativa Ordinária,
em 12 de junho de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Davi Alcolumbre, Antonio Anastasia, Izalci Lucas e Plínio Valério.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 19 horas e 59 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 56ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

94ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Presenças no período: 12/06/2019 07:00:00 até 12/06/2019 20:32:00

Votos no período: 12/06/2019 07:00:00 até 12/06/2019 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	X	X
Podemos	PR	Alvaro Dias	X	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	X	X
PSD	MG	Carlos Viana	X	X
DEM	RR	Chico Rodrigues	X	X
PDT	CE	Cid Gomes	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X	X
PP	PB	Daniella Ribeiro	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	
Podemos	CE	Eduardo Girão	X	X
MDB	TO	Eduardo Gomes	X	X
Cidadania	MA	Eliziane Gama	X	X
Podemos	PI	Elmano Férrer	X	X
PP	SC	Esperidião Amin	X	X
REDE	ES	Fabiano Contarato	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
REDE	PR	Flávio Arns	X	X
PSL	RJ	Flávio Bolsonaro	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PSD	TO	Irajá	X	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PT	BA	Jaques Wagner	X	X
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	X	X
DEM	MT	Jayme Campos	X	X
PT	RN	Jean Paul Prates	X	X
PSB	GO	Jorge Kajuru	X	X
PL	SC	Jorginho Mello	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PSL	MT	Juiza Selma	X	X
PDT	TO	Kátia Abreu	X	X
Podemos	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	DF	Leila Barros	X	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X	X
PP	RS	Luis Carlos Heinze	X	X
MDB	GO	Luiz do Carmo	X	X
PP	AC	Mailza Gomes	X	X
PSL	SP	Major Olimpio	X	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X	X
Cidadania	ES	Marcos do Val	X	X
DEM	RO	Marcos Rogério	X	X

Emissão 12/06/2019 20:38:00





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

94ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Presenças no período: 12/06/2019 07:00:00 até 12/06/2019 20:32:00

Votos no período: 12/06/2019 07:00:00 até 12/06/2019 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PROS	AL	Renilde Bulhões	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	X	X
DEM	MG	Rodrigo Pacheco	X	
PT	SE	Rogério Carvalho	X	X
Podemos	ES	Rose de Freitas	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSL	MS	Soraya Thronicke	X	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X	X
PROS	RR	Telmário Mota	X	X
PP	GO	Vanderlan Cardoso	X	X
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X	X
PL	MT	Wellington Fagundes	X	X
PDT	MA	Weverton	X	X
PROS	RN	Zenaide Maia	X	X
PSC	PA	Zequinha Marinho	X	X

Compareceram 70 senadores.



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)

– Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide Parte II do Sumário)**

Sessão deliberativa ordinária.

Período de expediente.

Passo a palavra ao primeiro orador, nosso grande representante do Democratas, de Rondônia, Senador Marcos Rogério.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pela ordem, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – É só para garantir uma comunicação parlamentar logo após o primeiro orador, porque eu tenho que abrir uma audiência pública em seguida, lá na CDH.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Acato o pedido de V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, nobre Senador Izalci, Sras. e Srs. Senadores, quero voltar ao tema que iniciei abordando na última segunda-feira e que agitou todo o País e continua na pauta das discussões. Refiro-me à interceptação e à divulgação criminosas de mensagens trocadas entre o coordenador da Lava Jato, o Procurador Deltan Dallagnol, e o então Juiz Sergio Moro, atual Ministro da Justiça.

Sempre dizemos que o crime não compensa, mas sempre assistimos àqueles que acreditam no contrário optar por ações criminosas no afã de atingir seus propósitos. No caso, uma leitura mais atenta dos fatos nos remete para uma nova fase de um duelo que, às vezes, pensamos que havia chegado ao fim, o duelo esquerda-direita. Aliás, para ser honesto, nunca tive essa ilusão. Tenho firme convicção de que a esquerda xiita, que existe neste País, jamais vai desistir.

Não estou me referindo à esquerda moderada, à esquerda colaborativa, que dialoga e até converge em temas de interesse nacional. Esse setor moderado da esquerda existe, e precisamos ter honestidade política para reconhecer.

Estou me referindo, como disse, à esquerda xiita, que é composta pelo que muitos chamam de esquerdopatas, porque ideologia pode virar doença, Sr. Presidente, um fanatismo doentio. Afinal, é justamente o extremismo que leva pessoas a atos de terrorismo contra as suas próprias vidas, em nome de causas que julgam defender.

Sim, no caso das interceptações das mensagens entre Moro e Dallagnol, assim como na prática das divulgações, há um claro ato de terrorismo político, no qual seus autores, assim como extremistas jihadistas, não se preocupam com as consequências de seus próprios atos, desde que atinjam o que consideram seus objetivos. Depois de uma análise mais detida dos fatos, o que vemos é que os métodos utilizados pelos autores dos crimes ora assistidos são típicos de uma ação



terrorista, com pretensões de atingir instituições e produzir fissuras no processo democrático brasileiro, com o nítido afã de pretensamente alterar o rumo político institucional do País.

Sabemos que, assim como nos episódios dos extremistas islâmicos, logo os estragos causados são consertados e a vida segue, exceto para os que se autodestroem. Mas é preciso agir com rigor na apuração dos fatos, porque os propósitos políticos bem orquestrados exigem uma resposta firme do Estado.

Na esteira da análise que poderá ser feita no campo ético e até mesmo eventualmente de algum ato processual, direito que não se pode negar às defesas dos interessados, o que mais se exige é a investigação das práticas criminosas de interceptação e vazamento de conversas privadas.

Aliás, Sr. Presidente, sobre as conversas propriamente ditas, seria um exagero considerar que, pelo teor divulgado, tenha havido qualquer fissura nos atos jurídicos praticados. Não há indicação alguma de comprometimento da imparcialidade do juiz. Não vi, do exame que fiz, nenhum ajuste que comprometa a lisura dos atos de competência do órgão de investigação e acusação e do juiz natural da causa.

Os papéis do Ministério Público e do Judiciário estão bem delimitados, o que não exclui justamente a interlocução nas fases preparatórias das medidas de investigação criminal. Sim, como ressaltei na segunda, é comum e necessário que as instituições de investigação estatal, tanto as polícias como os ministérios públicos, tenham amplo acesso ao juiz para proposições cautelares necessárias à persecução penal, que começa com o inquérito, seja no âmbito policial, seja por iniciativa do órgão ministerial.

E, no que diz respeito à execução das medidas, não é somente prerrogativa, mas dever do juiz, com acompanhamento do Ministério Público, velar para que as decisões sejam cumpridas em seus exatos termos. Nesse campo, são necessárias discussões de oportunidade, de conveniência, de logística. Isso demanda diálogo. Isso é básico em qualquer operação de investigação criminal.

Recordemos, Srs. Senadores, que foi justamente este Congresso Nacional, que – acertadamente a meu sentir – assegurou ao Ministério Público poderes de investigação. E olha como isso não tem sido positivo para o País com as polícias e o Ministério Público trabalhando na apuração de práticas criminosas com amplos resultados. A Lava Jato é um destaque disso, um símbolo desse vigoroso processo, que não podemos deixar que, em função de mensagens trocadas entre um procurador e um juiz federal, no calor das maiores operações policiais já assistidas em nosso País, seja enfraquecida ou posta em dúvida como querem os extremistas da esquerda inconformada.

O Ministério Público tem, por força constitucional confirmada por este Parlamento, amplos poderes de investigação, o que envolve contínua interlocução com os magistrados, pois são esses que, representando o Estado-Juiz, tem o poder de autorizar ou não medidas coercitivas, constritivas e cautelares de naturezas diversas, tudo no afã de assegurar a mais completa persecução penal, ou seja, o combate ao crime em defesa de toda a sociedade brasileira.

Não nos esqueçamos, insisto, que, por trás de todo esse processo criminoso de busca de enfraquecimento da Operação Lava Jato, estão motivos inconfessáveis reunidos, todos eles, numa causa política. É por isso que a bandeira branca que setores da esquerda, às vezes, querem acenar é uma bandeira falsa, é a proposta de uma falsa paz enquanto, nos bastidores, continuam preparando suas armas para, sutil e covardemente, voltarem ao ataque. A esquerda radical não tem espírito de paz.



Embora não queiramos insistir na polarização, porque seria aparentemente mais favorável ao País a busca de um consenso pelos interesses nacionais, seria ingenuidade acreditar que extremistas sejam realmente capazes de atender a esse chamado de forma verdadeira e sincera.

E aqui, Sr. Presidente, faça uma observação: fazem mal ao País os extremos de esquerda e os extremos de direita. Há que se considerar, porque há quem pense que somente um dos extremos é nocivo, é perverso, desconstrói. Mas, não. A extrema esquerda é nociva, assim como a extrema direita também o é. E é preciso fazer essa constatação.

O diálogo, a ponderação, a moderação são os caminhos que tornam possível o avanço do País. A virada política que as últimas eleições deram ao Brasil foi necessária, porque o estado de coisas antes visto era insuportável.

A esquerda radical pisoteou nossos valores ao longo de praticamente quatro mandatos. Pregavam tolerância, mas sempre foram os mais intolerantes. Falavam em democracia, mas são os mais antidemocratas. O radicalismo da esquerda é nocivo, perverso, violento, criminoso, e não é isso que queremos para o Brasil. Queremos um modelo político equilibrado, que congregue toda a sociedade de bem, que dialogue com as diferenças, que encontre alternativas para os grandes problemas da Nação.

Isso poderia ser feito, sim, com ampla interlocução e conjugação de sinceros esforços com todos os setores da política nacional, mas está mais do que claro que a esquerda radical não é digna dessa confiança. A esquerda das facadas, dos golpes rasteiros, das invasões à privacidade, do terrorismo não merece a mínima confiança. Com o crime não se negocia.

Quero dizer finalmente que se, ao exame das conversas entre membros do Ministério Público e o juiz, dando-se elas aqui como verdadeiras, tivéssemos encontrado...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... qualquer indício de violação dos direitos dos cidadãos, qualquer cidadão fosse, teríamos o dever de defender a correção das condutas.

A defesa do Estado e de suas instituições é necessária até o limite em que estejam agindo dentro da legalidade, assegurando todos os direitos e garantias fundamentais que a Constituição brasileira estabelece.

Não adotamos nem queremos um regime policialesco. Queremos o Estado que a nossa Carta Magna desenhou: Estado democrático de direito. Enquanto polícias, Ministério Público e Judiciário estiverem agindo dentro dessas balizas, poderão e precisarão contar com o nosso vigoroso apoio.

É claro, repito, que, se excessos aconteceram, se ferimento à eticidade da função de agente público, de agente do Estado aconteceu, é preciso que se apure na esfera competente. É preciso que se enfrente da maneira correta.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E aqui concluo.

Mas, neste momento, prefiro, de boa-fé e a par do que vi – e essa é a sustentação que faço –, ficar ao lado daqueles que enfrentam a corrupção, prefiro ficar ao lado daqueles que enfrentam o crime organizado, prefiro ficar ao lado daqueles que colocaram na cadeia ladrões da República a me associar àqueles que estão lá pelos malfeitos que praticaram.



Sr. Presidente, que o País e que este Parlamento, especialmente, não percam o foco. Penso, muitas das vezes, que fatos dessa natureza surgem para tirar o foco do Parlamento. O País precisa de reformas – reformas importantes para promover a retomada do crescimento econômico. Não é hora de perder o foco. É hora de manter o foco, defender as instituições. Não existe democracia forte com instituições fracas.

Esse é o pronunciamento que faço no dia de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)
– Parabéns a V. Exa.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Marcos...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)
– E, para uso da palavra para uma comunicação inadiável, convido aqui o Senador Paulo Paim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Kajuru.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É só um aparte, Presidente. É bem rápido.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)
– Pois não.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para apartear.)
– Só para reforçar a linha de raciocínio do Senador Marcos Rogério, eu trago aqui o que acabo de ler no Twitter de um dos melhores procuradores federais deste País, Dr. Helio Telho Corrêa Filho. Diz ele, Senador Marcos, aspas: "Falsos garantistas têm defendido o uso de provas obtidas por meios criminosos para beneficiar condenados. Isso concederá um salvo-conduto para organizações criminosas invadirem celulares, computadores, gabinetes e até casas de juízes, procuradores..."

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Parabéns!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. Muitas das vezes, nos preocupamos mais com coisas paralelas e não centramos o nosso esforço, a nossa observação naquilo que é central e que nos expõe a todos. Um crime foi praticado, um crime grave. E é preciso ser observado, enxergado e enfrentado nas instâncias próprias.

Sr. Presidente, mais uma vez, meu agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF)
– Requerimentos nºs 509, 510 e 511, de 2019, dos Senadores Humberto Costa, Rodrigo Cunha e Telmário Mota, respectivamente, que solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participar das reuniões no âmbito do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, e comunicam, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estarão ausentes do País no período da missão. **(Vide item 2.1.16 do Sumário)**

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Convido, então, para uma comunicação inadiável, o Senador Jarbas Vasconcelos.



O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, depois de quase 50 anos dedicado à causa pública, tenho testemunhado e participado diretamente de diferentes encruzilhadas nos regimes políticos experimentados em nosso País desde os tempos sombrios da ditadura.

Posso assegurar a V. Exa. que, embora o caminho seja duro e penoso, a reconquista da nossa democracia é o melhor e o mais justo contrato social firmado em favor do povo brasileiro.

Não foi fácil, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, chegarmos até aqui. Passamos por duras lutas, desassossegos, incompreensões e até intolerâncias, mas sobrevivemos na essência e mantivemos o pacto político social vivo.

Dito isso, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, reconheço, na maturidade do tempo vivido, a difícil realidade de reviver uma quadra política de contestações e bravatas radicais que nos levaram a perder o rumo que o País clama. São palavras mal usadas e conceitos perdidos que favorecem um ambiente confuso e sem rumo de parte a parte.

É preciso, Sr. Presidente, um mínimo momento de trégua. Não é possível manter conduta de pastoril e somente enxergar a disputa entre o azul e o encarnado. Estamos vivendo como se estivéssemos em um terceiro turno eleitoral sem pilares programáticos e sem uma agenda de trabalho clara. Estamos banalizando o mundo real, detratando o futuro e as próximas gerações. O que temos em curso é uma queda de braço onde quem perde, e perde sempre, é o povo. Sim, sempre o nosso povo, parcela majoritária sofrida e carente de dias melhores.

A energia de que precisamos neste momento, deixando de lado interesses pessoais e partidários, deve ser voltada para a construção de consensos mínimos da governabilidade e na harmonia do ambiente produtivo. É preciso ter grandeza e sabedoria para ceder em favor da maioria. Temos que focar na política fiscal, nas reformas necessárias, na produtividade dos setores econômicos e num plano nacional de educação que perpassasse gestões de governo e funcione como um pilar do nosso Estado brasileiro. Nada é mais inclusivo do que a educação básica e sua cadeia complementar de conhecimento e formação continuada.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, precisa ser feito também no campo social. Temos que cuidar dos que perderam a capacidade de competir e se encontram marginalizados em suas próprias desgraças, que, no fundo, representa também o nosso fracasso, já que somos seus representantes aqui no Congresso Nacional. Não há tempo mais para espera. A transformação pede passagem. É preciso que todos desçam dos seus palanques e se unam em favor dos interesses do nosso povo. O futuro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o futuro é hoje e agora.

Por isso, Sr. Presidente, quero agradecer a sua benevolência, a sua atenção e deixar aqui a minha palavra que sempre é uma palavra de esperança, esperança no próprio Congresso Nacional, no Senado da República e, sobretudo, na capacidade do povo brasileiro.

(Durante o discurso do Sr. Jarbas Vasconcelos, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Anastasia, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Jarbas Vasconcelos.

Eu gostaria de aproveitar o término do pronunciamento de V. Exa. exatamente para cumprimentá-lo por esse denso pronunciamento. Se me permitem nossos colegas – tenho certeza, com a aquiescência de todos –, aproveito para fazer o registro da trajetória de V. Exa. aplaudida



por todos, porquanto, quando V. Exa. traz a palavra esperança a essa tribuna, o faz em razão exatamente de sua experiência parlamentar, Prefeito do Recife, Governador de Pernambuco por vários mandatos, uma trajetória de serviços públicos prestados a Pernambuco e ao Brasil. Então, é uma palavra abalizada que temos de ouvir com muita atenção.

Cumprimento V. Exa., mais uma vez, pelo belo pronunciamento. Meus cumprimentos a V. Exa.

Pela Liderança, está inscrito o Senador Chico Rodrigues.

O Senador Chico Rodrigues fará o seu pronunciamento pela Liderança do Democratas.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu ocupo a tribuna desta Casa, nesta tarde de quarta-feira, para falar sobre a viagem que fizemos ao Cazaquistão.

Venho hoje registrar a minha participação, juntamente com o Senador Jaques Wagner e a assessora parlamentar Mariana Frutuoso, como observadores das eleições presidenciais do Cazaquistão, sendo a primeira delegação brasileira a participar, naquele país da Ásia Central, de uma eleição, tendo sido, portanto, um ato histórico. Além do que, como Presidente que sou do Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão, tivemos a oportunidade de acompanhar, em caráter oficial, o pleito e ter vários contatos em áreas importantes para o Parlamento, dando visibilidade internacional ao Senado da República. Ali estiveram 1.013 observadores internacionais de 57 países. E nós tivemos a honra de representar a América Latina, visto que o Brasil é o único país que tem Embaixada no Cazaquistão na região.

As despesas – é bom que fique bem claro, para que não haja uma interpretação diferente do fato – com passagem e hospedagem dos observadores internacionais foram custeadas pelo Governo do Cazaquistão; portanto, dos 1.013 observadores internacionais de 57 países.

Entre os sete candidatos que disputavam o pleito nacional, consagrou-se vencedor o mandatário que recém assumira o cargo, Kassym-Jomart Tokayev, com mais de 70% dos votos válidos apurados, realizado no pleito próximo passado, que ocorreu dentro da normalidade eleitoral; um pleito histórico em função de ser a primeira eleição em quase 30 anos sem a presença na disputa do grande líder cazaque Nazarbayev, que se consagrou vitorioso em todos os pleitos depois da independência da ex-República Soviética.

O Presidente eleito, Tokayev, afirmou: " O Cazaquistão deve confirmar a continuidade, a previsibilidade e a estabilidade de suas políticas internas e externas", e isso será feito pela vontade direta do povo na eleição.

Quero aqui deixar registrado os acordos do Cazaquistão com o Brasil em vários segmentos – não foi apenas uma participação simples, diga-se de passagem, a convite daquele país, Sr. Presidente, mas pelos desdobramentos importantes que apresenta com o nosso País em vários segmentos –: na agricultura, já firmaram contrato de cooperação...

(Soa a campanha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... entre a Embrapa e o Centro Agrícola e Científico Nacional do Cazaquistão; na área de aviação, o Cazaquistão já importou vários aviões da Embraer para sua empresa nacional Air Astana; na área de espaço, a empresa cazaque Kazakhstan Gharysh Sapary assumiu acordo de distribuição de imagem de satélite com a TecTerra brasileira, além de outras negociações em andamento com a Novaterra, VisãoGeo e EngeSat; também na mineração, a empresa Bahia Mineração, subsidiária da Eurasian Resources Group (ERG), está implementando complexo de minério de ferro no



Estado da Bahia com investimentos de mais de US\$1,5 bilhão, já em execução, além de investimentos para implantação da Ferrovia Oeste-Leste e do Porto Sul, em Ilhéus, de mais de US\$1 bilhão.

Muitas são as oportunidades entre os dois países, e o Brasil tem papel importante como protagonista no comércio intensivo com os países asiáticos, através da localização estratégica do Cazaquistão na Ásia Central.

Quero agradecer aos contatos importantes que tivemos: ao Presidente do Grupo Parlamentar Cazaquistão-Brasil, Senador Jaroslav Doubrava, ao Ministro das Relações Exteriores Beibut Atamkulov, com quem tivemos longa reunião de trabalho e, finalmente, ao Embaixador no Brasil, Kairat Sarzhanov, pela forma sempre gentil e cordial com que tem nos recebido e tratado das questões Brasil-Cazaquistão.

Ao povo do Cazaquistão e ao Presidente Tokayev, quero desejar um mandato de grandes realizações, com progresso, desenvolvimento social e econômico para essa grande nação.

Sr. Presidente, essas oportunidades ao longo do tempo vão na verdade surgindo e nós tivemos a oportunidade de identificar o interesse enorme daquele país no Brasil. Nós verificamos, como já disse, nessa área mineral, que existe um segundo investimento superior a US\$3 bilhões.

Às vezes, parece estranha a participação de Deputados e de Senadores nesses grandes encontros, nesses eventos e nessas eleições também como observadores internacionais.

(Soa a campanha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Aliás, nós somos um país enorme. O Brasil, pela sua posição geopolítica, geoestratégica, pela sua inserção entre as nações desenvolvidas, precisa, sim, ter visibilidade, tem que ter musculatura política e institucional para que possa, na verdade, expandir além-fronteiras o seu potencial e o seu poder. O Brasil não é o Brasil daqueles que querem o quanto pior melhor; o Brasil que nós defendemos, em que nós vivemos e com que nós sonhamos é o Brasil forte, o Brasil gigante, o Brasil cobiçado. Nós precisamos das comunidades internacionais, sejam elas pequenas ou grandes, sejam as mais avançadas ou aquelas em fase de desenvolvimento, como elas precisam de nós. Essas relações econômicas, sociais e políticas através da diplomacia são fundamentais.

(Soa a campanha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Mas, Sr. Presidente, encerrando esse meu comentário sobre a participação nas eleições presidenciais como observador internacional no Cazaquistão, eu gostaria apenas, rapidamente, se V. Exa. me concedesse mais algum tempo, de dizer que nós acompanhamos, em tempo real, na nossa ausência do Brasil, as últimas ocorrências aqui em relação a vazamento de informações, a pressão em cima do Ministro Sergio Moro e do Procurador Dallagnol.

Eu acho que essas questões são bem menores do que o que realmente está em jogo, ou seja, a apuração profunda da Lava Jato. Essas pressões que nós temos acompanhado – e a imprensa tem realmente potencializado de uma forma muito dura, muito forte – são naturais. Aliás, a política é a convivência dos contrários, não é a exclusão dos contrários. Mas querer colocar sob um pano de fundo toda a potencialidade do que representou a Operação Lava Jato eu acho que não é justo, como também querer comprometer e emparedar o Ministro Sergio Moro, com alguns até já dizendo: "Pede para sair, seja exonerado do cargo". Eu acho que, quanto mais bate, mais ele se fortalece porque obviamente é um patriota, é um profissional da área do Direito extremamente



respeitado neste País, talvez até não muito pela classe política, por alguns que, na verdade, sabem dos riscos que correm, mas pela sociedade brasileira, realmente é hoje um dos brasileiros mais representados pela sua coragem e a sua determinação de fazer um limpa nessas questões que, na verdade, envergonham o Brasil e fragilizam a nossa política.

(Soa a campainha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Portanto, Sr. Presidente, gostaria de dizer que nós acompanhávamos durante todo o dia, no fuso horário diferente – de qualquer forma, na madrugada quando aqui já era dia ou no dia quando lá já era madrugada –, nós estávamos acompanhando e víamos realmente como se fosse, na verdade, um grande furacão, e não há nenhum furacão. Eu acho que o que acontece é exatamente que esses vazamentos, no meu entendimento, serviram apenas para fortalecer mais ainda a Operação Lava Jato e a solidez, no exercício do cargo de Ministro de Estado da Justiça, do Ministro Sergio Moro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Chico Rodrigues. Parabenizo V. Exa. e o cumprimento por essa viagem como observador internacional das eleições do Cazaquistão. Aliás, V. Exa. preside o grupo da amizade parlamentar entre o Brasil e o Cazaquistão, do qual tenho a honra de participar sob sua liderança.

O Cazaquistão é uma das antigas repúblicas soviéticas muito ricas e que agora estão despontando na Ásia Central. A capital foi construída recentemente, Astana; mudou o nome para o nome do ex-Presidente também recentemente. É um dos países promissores daquela região e é claro que esses laços têm que ser estreitados. E a diplomacia parlamentar, para tanto, é muito relevante. Portanto, um relato muito preciso.

Agradeço muito a V. Exa. por trazer ao conhecimento de todos essa rica experiência que V. Exa. teve, levando o nome do Brasil e do Congresso brasileiro até a nação irmã e amiga do Cazaquistão. Parabéns, Senador Chico Rodrigues. Meus cumprimentos a V. Exa.

Dando sequência à lista de oradores, a próxima oradora inscrita e presente no Plenário, a quem tenho a honra de convidar para assumir a tribuna, é a eminente Senadora Zenaide Maia, do PROS, do Estado do Rio Grande do Norte, para que tenha a oportunidade de fazer o seu pronunciamento.

Com a palavra S. Exa. a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar.) – Boa tarde, Sr. Presidente, colegas Senadores e quem está nos assistindo.

Eu queria dizer que, mesmo se falando em divisão deste País – direita, esquerda, centrão –, ontem o Congresso deu uma demonstração na votação PLN 4 de que, quando o assunto é o País, a gente se reúne fazendo algumas exigências. Foi uma votação com nenhum voto contra – 450 Deputados, 61 Senadores –, porque o Brasil estava precisando disso. Aí a gente entra na parte econômica, Presidente. Zenaide é médica de formação, mas eu tenho que olhar essa parte econômica.

Eu quero dizer que a gente tem que cobrar do Governo um plano de recuperação econômica, senão a gente corre o risco de, em seis meses, o Congresso Nacional ter que votar um novo PLN acrescentando verbas ao Governo. Isso me preocupa. Isso aqui não é uma questão de partido A, B, C. Isso é o povo brasileiro. Se não investirmos nos setores que geram emprego e renda, com 30 milhões de brasileiros entre desempregados ou subempregados, o Governo não vai arrecadar,



porque não há quem compre, gente. Pensem: 30 milhões de pessoas que estão sem consumir praticamente. Portugal tem 11 milhões de habitantes. E a gente com 30 milhões sem consumir. Não precisa dizer, porque a gente anda na rua e é assim: "Vende-se"; "Aluga-se". Isso é no País todo. Então, temos todos que dar as mãos e apresentar – o Governo – um plano de recuperação econômica.

Nós podíamos começar pela construção civil, gente, que emprega do analfabeto ao doutor, que gira a economia de todas as cidades brasileiras e de todos os Municípios com venda de material de construção. O meu Estado, o Rio Grande do Norte, tem mais de 500 obras inacabadas, entre creches, unidades básicas de saúde, quadras cobertas.

Muitas vezes, as pessoas me perguntam: "Há saída para este País?" É claro que há! O Brasil é um dos poucos países que tem cinco instituições que foram criadas para fomentar o social, o emprego e a renda: Banco do Brasil, Caixa Econômica, BNDES, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia – sem falar no Banco Central, que pode ser utilizado em último caso. Por que nós estamos parados, com os bancos estatais criados para fomentar a economia deste País, gerar emprego e renda, com lucros imensos no ano passado, e vendo a construção civil falir, do maior ao pequeno, do pequeno construtor até o maior? Há imóveis prontos, com, no mínimo, cinco pessoas aptas na Caixa Econômica a adquirir um imóvel, mas faz quase um ano que não se repassa isso, falindo essas pessoas, desempregando mais gente e fechando os estabelecimentos comerciais de material de construção, desempregando mais gente ainda.

A agricultura familiar! A agricultura familiar, Kajuru, é quem põe mais de 70% dos alimentos na mesa dos brasileiros, porque o grande agronegócio mais exporta. A gente, na maioria das vezes, se alimenta do que o pequeno agricultor produz.

Infraestrutura. Isso não é criar a roda. O mundo todo saiu de crise econômica quando o Estado resolveu investir. Ninguém sai de uma crise econômica sem o maior investidor, que se chama Estado brasileiro, que é quem tem as condições de investir nos setores produtivos deste País, os setores que geram emprego e renda.

Eu acho que estou sendo repetitiva, Presidente, mas a gente precisa disso. A gente tem que dar as mãos. Todos os problemas que a gente vive hoje são muito pequenos diante da gravidade do índice de desemprego deste País. Pais, mães de família – chega a dar uma dor – dormindo ao relento, solicitando um subemprego, desde o analfabeto ao doutor, pedindo emprego de um salário mínimo ou de dois salários mínimos. E a gente sabe que tem potencial. Nós podemos, sim!

Então, vamos apresentar esse plano. Vamos cobrar do Governo, independentemente de quem votou ou de quem não votou, como eu. A gente quer que ele acerte. Neste País, não podemos ficar brincando de retirar recursos do comércio, da indústria, seja qual for a indústria, da construção civil, porque nós estamos desempregando cada dia mais. E não adianta dizer que não está. Não adianta dizer: "A inflação caiu". A inflação que caiu mais foi pela recessão, e isso é muito grave. É até preferível que haja um pouco de inflação, mas que as pessoas estejam consumindo. Isso ocorre em todos os setores.

Eu fui procurada pelos caminhoneiros devido a esse plano para resolver o preço do combustível, porque resolveram relacionar com o dólar internacional, o que só beneficia seis investidores mundiais que têm ações da Petrobras e que, quando querem ter lucro, sobem, e, quando não querem, não sobem. Mas os caminhoneiros têm um grande problema também: eles têm uma perda de demanda de carga de 30%. Não é só o Governo e este Congresso tomando uma conduta que vai se resolver o problema deles, porque eles precisam ter cargas, e não têm porque o



comércio não está vendendo. A indústria não está fabricando para trazer para o comércio. E o Governo não está arrecadando.

Acho que a gente deveria estar aqui todos os dias, todos nós que temos responsabilidade com o povo deste País, cobrando um plano para alavancar essa economia. Não podemos ver homens e mulheres deste País oferecendo o que eles têm de mais sagrado: "Por favor, eu quero oferecer o meu trabalho", e o Estado não ver isso. Isso é uma vergonha para a gente. O ser humano, qualificado ou não, diz: "Eu quero doar, eu quero ter um trabalho para botar o alimento na mesa da minha família", e isso está sendo negado a mais de 30 milhões de brasileiros.

Então, Zenaide está aqui para dizer, para finalizar este assunto de economia, que é urgente – é urgente! –, que um País não pode ter como único plano de alavancar a economia uma reforma da previdência, que, na verdade, é um desmonte da seguridade social. Isso não vai alavancar a economia, como o desmonte da CLT, que diziam que ia gerar emprego e renda, não gerou, e há mais desemprego.

Nós aqui desta Casa, que é quem faz a lei e aprova a lei, diz qual é o salário do trabalhador, quantas horas vai trabalhar por semana e com que idade vai se aposentar, temos o dever de oferecer e de cobrar opções para alavancar a economia. Não podemos ficar vendo milhares de homens e mulheres, sejam eles doutores, sejam analfabetos, pedindo pelo amor de Deus, que os contratem, para poderem comprar o alimento para sua família.

E quero parabenizar aqui hoje a Comissão de Constituição e Justiça, que rejeitou o decreto de liberar armas, porque eu tenho uma opinião: acho que quem é responsável pela segurança do povo brasileiro é o Estado brasileiro. Não é jogando no colo de quem pode ter dinheiro e comprar armas que nós vamos resolver o problema da violência. Isso é muito maior. Não é com armas. Nunca a arma gerou paz. Arma gera violência.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senadora Zenaide Maia. Quero igualmente cumprimentá-la por seu pronunciamento, tendo em vista que V. Exa., como médica, humanista que é, ao falar de esperança, de emprego, da paz, fala certamente a linguagem das pessoas de bem, que V. Exa. bem representa em seu Estado querido, o Rio Grande do Norte. Parabéns a V. Exa. por mais esse belo pronunciamento, que eu tenho a honra de acompanhar e de assistir. Parabéns a V. Exa.!

Seguindo a ordem de inscritos, convido o Senador Paulo Rocha para o seu pronunciamento.

Com a palavra, portanto, S. Exa. o Senador Paulo Rocha, do PT, do Estado do Pará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discursar.) – Sr. Presidente, eu sinceramente não queria entrar na polêmica que está movendo a classe política do nosso País e falar do momento mais difícil que está vivendo nosso País, mas eu não posso deixar de fazer um comentário sobre essa questão.

Eu estou aqui, desde 1991, após a Constituição brasileira. Quando da Constituinte de 1988, eu estava nos corredores deste Congresso, como dirigente sindical, lutando para construir uma Constituição que assegurasse o processo de acúmulo da mobilização da sociedade brasileira, para constituir ou produzir uma Constituição que assegurasse uma sociedade democrática, um país soberano e que estabelecesse, nas suas regras, condições de a gente construir um Estado brasileiro que assegurasse a democracia e uma sociedade de interesses, onde todos participassem da riqueza deste País com igualdade de condições, para que a gente pudesse desenvolver este País,



apoderando-se da sua riqueza, para distribuir renda, distribuir oportunidades e criar condições de todos viverem com dignidade e com felicidade em nosso País.

Eu acho que a nossa geração soube construir isso. E construímos uma sociedade democrática, oportunizando que este povo que se organizou, que se conscientizou constituíssem governos – quer sejam Prefeitos, Governadores, Presidente da República – que fossem ao encontro desta sociedade. E conseguimos. Estávamos construindo uma sociedade, um País soberano, com solidariedade entre as forças políticas e as forças econômicas; construindo daí um processo de desenvolvimento, com crescimento econômico, distribuição de renda. Construímos governos que constituíram políticas públicas para fazer chegar a todos os cantos deste País a cidadania, a dignidade do nosso povo e da nossa gente. Está aí construído isso. Os programas todos: o Pronaf, para fortalecer a agricultura familiar; o Minha Casa, Minha Vida; o Luz para Todos; o Bolsa Família; o Mais Médicos; mais universidades; mais orçamento para a inclusão social. Enfim, conquistamos que o povo participasse do Orçamento do País.

O que nós estamos vendo agora? É o desmonte de tudo isso, produto de um processo de quebra da nossa democracia. E não venham me dizer que agora, como vemos uns na defesa agora de Moro e não sei do que mais, etc... Ora, foi em nome de combater a corrupção, em nome de moralizar o País que houve desvirtuamentos das nossas instituições. Confundiram o papel do Ministério Público e de setores do Judiciário a se envolverem na política e, a despeito de moralizarem a política, usaram esse processo para disputar política.

Ora, vêm me dizer que o Sr. Moro é um imparcial ou que usa os instrumentos a seu modo de um jeito e, quando é contra ele, se estabelece de outro jeito. Estou falando exatamente do uso das redes sociais, do grampo... O Sr. Moro usou um grampo no Palácio do Planalto para ajudar forças políticas a desalojarem do poder uma Presidenta eleita democraticamente.

Agora, com a obtenção de informações que estão sendo mostradas a nu com os mesmos métodos que ele usou, é contra a segurança nacional, contra isso, contra aquilo.

Ou não houve um processo direcionado numa investigação sobre o PT, sobre Lula, que até o tribunal, em segunda instância, no caso do Rio Grande do Sul, mudou, manipulou a agenda, passando por cima de 250 processos para poder priorizar o julgamento e a investigação?

E por que essa Lava Jato, tão festejada por alguns aqui, não resolve o problema, por exemplo, das milícias do Rio de Janeiro, do Queiroz etc., etc.? Sequer essa Lava Jato teve forças para fazer com que o Queiroz viesse depor! Isso se chama parcialidade, direcionamento da investigação.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Parcialidade!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Parcialidade!

Então, a informação do The Intercept está colocando a nu. E o que esta Casa, que é a esperança de um povo, que é a representação da democracia, é a mãe da democracia... Aqui estão representados todos os setores, todas as ideologias, todas as posições políticas do nosso País. O que é preciso é que as nossas Lideranças tenham... Já passou a disputa política. Agora, nós temos a tarefa, exatamente, de administrar os conflitos da sociedade, os interesses da sociedade. O Governo que aí está tem que dar respostas para a economia, para o desenvolvimento, para o emprego etc., etc.



Onde é que, por exemplo, um Presidente da República eleito, ao ver uma manifestação justa, como a dos professores e alunos das universidades brigando contra o corte do orçamento, os ataca, os chamando de imbecis, de inúteis?

Ou, como por exemplo, ontem, com todo respeito à ausência do meu camarada, colega Major Olímpio: foi um espetáculo de inconsequência, no mínimo, para não chamar de irresponsabilidade. O próprio Parlamento já tinha feito um processo de acordo no diálogo das várias forças políticas para poder influenciar no Orçamento da União, recuperando orçamento de setores que estavam sendo cortados pelo Governo. E o nosso Líder do Governo, Líder do maior partido...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... da base do Governo fazer uma intervenção daquela? É de uma inconsequência! Em vez de administrar as responsabilidades que carrega sobre as instituições, no caso, o Senado, que tem que cumprir esse papel de estabelecer as relações democráticas, recuperar as questões democráticas do nosso País, nós entramos, jogando mais lenha na fogueira? Como uns dizem, jogaram mais fogo no cabaré. O Senado e a Câmara não são cabarés; são a Casa da representação política do País. O Parlamento brasileiro deve ser a mãe da democracia.

Então, eu quero chamar a atenção aqui para essas responsabilidades, que estão sobre todas as Lideranças. Felizmente, em todos os nossos partidos há líderes que têm a compreensão dos seus compromissos, da sua tarefa política e das suas responsabilidades perante o nosso País. O que o nosso País precisa é que Governos pautem para o Parlamento brasileiro saídas para as crises que estão colocadas: crise política, crise econômica. Daqui a pouco, vai se transformar numa crise social grave. E nós temos que pensar em investimento do nosso País, saídas da crise econômica, resolver o problema do desemprego, resolver os problemas das diferenças regionais, das diferenças entre o rico e o pobre – é isso que a gente vai atacar –, os problemas de segurança que rondam nas nossas cidades, etc.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu, na verdade, queria fazer outro discurso aqui, exatamente chamando a atenção dos problemas do nosso desenvolvimento, da crise econômica que se está estabelecendo aí, mas quero chamar mais atenção das responsabilidades de todas as nossas Lideranças. Repito: em todos os nossos partidos há líderes responsáveis e compromissados com as saídas democráticas do nosso País. É para isso que nós chamamos a atenção. E também a harmonia, a tal harmonia entre os três Poderes, que está lá na Constituição. Então, o Judiciário e o Ministério Público não podem confundir o seu papel, como também o Executivo tem que cumprir o seu papel de propor para poder executar políticas que possam resolver os problemas econômicos e sociais do nosso País, e o Congresso Nacional tem o seu papel de moderador...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... de mediador e de responsável pela implantação da democracia no nosso País.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Oportunamente, tratarei dos assuntos que me trouxeram hoje aqui, mas, diante da situação, eu fui provocado para chamar a atenção das nossas Lideranças dos nossos Partidos para o fato de que, se está pegando fogo em outros lugares, aqui,



no Congresso Nacional, é responsabilidade nossa perante o povo brasileiro, já que nós somos representantes desse povo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senador Paulo Rocha. Cumprimento V. Exa., que clama pela serenidade e pelo equilíbrio, palavras que eu, pessoalmente, prezo muito. Quero cumprimentá-lo por essa fala, e, certamente, em breve, ouviremos o discurso do tema específico a que V. Exa. aqui alude e que trará em outra oportunidade. É sempre um prazer estar aqui presidindo quando V. Exa. está na tribuna, alertando e falando aos brasileiros, especialmente aos de seu Estado, o querido Estado do Pará, que tem tanta afinidade com o meu, Minas Gerais, ambos Estados mineiros.

Parabenizando, portanto, o Senador Paulo Rocha, convido o próximo inscrito presente, o Senador Plínio Valério, para fazer o seu pronunciamento.

Portanto, dirige-se à tribuna para o seu pronunciamento o eminente Senador Plínio Valério, do PSDB, do Estado do Amazonas.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o bom do Parlamento – e por isso eu dediquei grande parte da minha vida a ele – é a oportunidade que a gente tem de poder discordar, de poder falar, de dizer o que pensa e dar a opinião.

Eu quero me posicionar aqui sobre um assunto que é da República, nacional, e sobre outro que diz respeito à Amazônia, para variar. A gente da Amazônia sempre está tendo que responder às questões que nos abalam.

Primeiro, em relação a essa tempestade que se faz num copo d'água em relação às declarações do Ministro Moro, eu tenho o dever de cidadão, o dever de Senador de dar a minha opinião. E a minha opinião é de que estão tentando desqualificar o Ministro para poder atingir a Operação Lava Jato. E não vão conseguir! Porque a Operação Lava Jato já entrou para a história, não só pelo resgate do dinheiro, dos quase R\$800 milhões que foram repatriados, mas, acima de tudo, Senador Kajuru e Senador Anastasia, porque a Operação Lava Jato rompeu aquele ciclo nefasto vergonhoso da impunidade que sempre envergonhou a todos nós, cidadãos, à Nação brasileira.

Há um Brasil pós-Operação Lava Jato. Há algumas críticas a se fazer, discordâncias a se fazer, mas, acima de tudo, há que se concordar com uma coisa: a palavra "impunidade" foi colocada em xeque. Não há, entre as pessoas que atacam Moro, quem possa dizer que é isenta de alguma acusação. Não tenho o dever, não tenho o compromisso particular, mas tenho um compromisso com a Nação, e o povo brasileiro tem que ser e continuar grato e defendendo a Operação Lava Jato. Não é tentando culpar um inocente que se vão inocentar dezenas de culpados. Não há, no diálogo, nada que comprometa, que ponha por terra todo o serviço prestado à Nação. Eu vejo a preocupação, sim, em juntar prova para punir culpados.

Perguntaram-me, ainda agora, e eu quero resumir para a Nação brasileira, para você, brasileiro, para você, brasileira... Perguntaram a mim, Plínio Valério, Senador do Amazonas, ainda agora, no corredor – alguém está fazendo uma enquete –, e a minha resposta resume o que penso: "se fosse hoje, Senador, o senhor votaria pela aprovação do nome do Ministro Moro para o Supremo?". Sim, aprovaria.

Com isso, eu dou a minha resposta a tudo mais. E tudo mais vem... É só observar quem está atacando para a gente poder isentar o Ministro Moro disso tudo.



E a outra questão, meu amigo Alvaro Dias, meu amigo Anastasia, diz respeito à Amazônia – para variar –, diz respeito à nossa querida Zona Franca. O Governo Federal anunciou – olhe só, Anastasia! – um Plano Dubai para a Amazônia. Plano Dubai para a Amazônia! Eu nem queria rir, porque nós estamos passando por tantos momentos sérios, não dá para rir da tribuna do Senado. O Plano Dubai para a Amazônia prevê a substituição da Zona Franca, Kajuru. Olhem o termo que usam: substituição da Zona Franca. E o que é esse plano? Copiar Dubai como se a Amazônia tivesse as mesmas características.

Começa por aí, quem fez, quem concebeu, quem realizou o Plano Dubai conhecia Dubai; e quem está falando da Dubai da Amazônia não conhece absolutamente nada – nada – de Amazônia. Começa que Dubai para dar certo teve que criar uma empresa, uma companhia de viação – a maior companhia aérea do mundo –; tiveram que criar, porque tinham dinheiro sobrando. O nome Dubai para nós é pejorativo, porque leva à ostentação.

Então, eu estava rindo até ontem, Senador Kajuru, mas eu comecei a ligar os pontos. Anuncia-se um plano desse para substituir a Zona Franca em 2073. Olhe só, Anastasia, se a gente ligar aqui os pontos, Kajuru. O plano é para em 2073 substituir a Zona Franca de Manaus. Aí você retroage um pouco e vai ver que o Conselho de Administração da Suframa não se reúne há muito tempo, e é lá no Conselho da Suframa que se decidem, que se aprovam novos projetos para a Zona Franca. O Codam, que é o Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, faz anos que não analisa um projeto de porte, um grande projeto para a Zona Franca de Manaus. Ou seja... Olhem só: Codam faz tempo que não aprova, não analisa um projeto importante; o Conselho da Suframa já não reúne; aí vem o Governo Federal e diz que tem um plano para substituir a Zona Franca. Qual o empresário que vai investir se o Governo Federal tem um plano para substituir a Zona Franca?

Por isso, eu não ri da piada. Eu não pude rir da piada, que para mim, no começo, era uma piada, mas não é; faz parte de um plano para esvaziar, para sucumbir, para asfixiar a Zona Franca de Manaus.

Então, a gente está atento a isso. Esse Plano Dubai não é brincadeira, porque faz parte de um plano. Mas é uma coisa ridícula – ridícula –, porque não sabe do que se trata.

A Amazônia, assim como o Brasil, não tem nem saneamento básico – não tem nem saneamento básico. A estrutura aérea, a estrutura terrestre... Quer dizer, é uma coisa de louco, só para disfarçar, para dizer: "Olha, nós temos um projeto para a Zona Franca. A gente vai asfixiar, mas temos um projeto aqui de salvação". Balela, mentira e não nos enganam. Nós vamos estar aqui sempre para combater.

Kajuru, olhe o que eles descobrem no Plano Dubai: que a nova matriz da Zona Franca tem que ser: piscicultura, turismo, fármacos e mineração. Caramba! Como é que eu nunca pensei nisso, Kajuru? Nunca passou na minha cabeça isso. Caramba! É o que a gente fala todos os dias por onde passa, seja na Câmara Municipal de Manaus, seja na Câmara Federal, no Senado. Sempre dizemos: temos recursos, temos alternativas, sabemos o que fazer, mas não nos deixam! As amarras ambientais, os cadeados ambientais não nos permitem aproveitar a mineração – que o Plano Dubai acaba de descobrir –, a madeira, a água, a piscicultura, os fármacos... Tudo isso nós sabemos como fazer e que precisa ser feito, mas as amarras ambientais não deixam.

Portanto, que a minha voz hoje, meu Presidente Anastasia, meu companheiro de partido, seja para dizer que a gente está atento a esse plano engraçado, que é engraçado, mas que é belicoso – Plano Dubai para a Amazônia! Quer dizer, já começa pelo nome. Dubai lembra



ostentação. Lá era dinheiro do petróleo. Lá estava sobrando dinheiro. E eu vou repetir aqui, para que o brasileiro e a brasileira saibam: criaram a maior companhia aérea do Planeta para poderem levar turistas para lá. Ora, Alvaro, não nos dão dinheiro nem para saneamento básico! Os mesmos que defendem o Plano Dubai, Anastasia – e aí que está a incoerência –, são os mesmos que querem acabar com o subsídio da Zona Franca de Manaus. Quanto custa um Plano Dubai? Quanto vai custar? Quantos bilhões de dólares? Aí querem sonegar para não subsidiar com US\$24 bilhões a Zona Franca de Manaus.

Eu sei que a gente está aqui todos os dias ou pelo menos toda semana a falar do mesmo assunto, mas é extremamente necessário. Eu disse ontem ao pessoal da Receita Federal, Kajuru, quando fiz aquele requerimento solicitando os números que levaram o Ministro Paulo Guedes a anunciar o rombo de 16 bilhões da Zona Franca... Não são aqueles números. Já provamos que não são. E já nos responderam. A gente só vai esperar que eles anunciem. Fizemos um acordo de cavalheiros para que a gente não fique aqui na tribuna chamando-os de mentirosos. Mas a diferença é aquela que eu disse – enorme, muito grande! E disse a eles: "Todas as vezes que vocês estiverem para falar sobre economia, nos deem lição, estou aqui para aprender. Mas quando forem falar de Amazônia, por favor, ouçam a gente". Falar de Amazônia... A gente entende de Amazônia para falar para vocês. E, por favor, digam ao Ministro Paulo Guedes, ao Presidente Bolsonaro que não deem trégua. Deixem a Zona Franca...

(Soa a campainha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... como está que nós, amazonenses, vamos encontrar a nossa saída. Só nos deem paz, só nos permitam paz para que nós possamos enveredar pelo caminho que conhecemos tão bem. Mas não nos deixam.

Estou para relatar na CAE, Anastasia, um projeto que simplesmente acaba com o Polo de Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, simplesmente acaba, acaba. E a gente tem que estar atento o tempo todo. E o industrial está se lixando para a gente. O empresário está se lixando. Sabe por quê? Porque, se não ser certo lá, ele pega o galpão dele e leva para qualquer outro Estado, qualquer outro país. E nós é que temos que estar preocupados com os empregos dos nossos conterrâneos. E a gente tem que estar aqui a defendê-los. Mas foi isto que eu pedi a Deus: que me desse a oportunidade de vir ao Senado para defender a Amazônia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Parabéns, Senador Plínio Valério. Quero cumprimentar V. Exa., que tem de fato sido aqui um bastião e guardião da Zona Franca, do Estado do Amazonas. E eu não resisto, ainda que Presidente, me permita V. Exa., a respeito desse Plano Dubai, lembrando também que o regime institucional de Dubai é completamente diferente do brasileiro, em termos jurídicos, em termos de forma de governo, etc.

Mas, como o Senador Paulo Paim já está na tribuna e está inscrito para uma comunicação inadiável, eu passo a palavra a S. Exa. o Senador Paulo Paim, PT, Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para comunicação inadiável.) – Senador Anastasia, Senador Alvaro Dias e Senador Kajuru, que me cedeu o espaço para que eu falasse agora... Agradeço naturalmente a todos os Senadores, porque eu estou junto com o Senador Alessandro presidindo uma Comissão sobre os fundos de pensão, muita quebraadeira e muita preocupação. Então eu só quero fazer dois registros.



O primeiro na mesma linha do que falei agora. Cumprimento todo o Congresso Nacional, Senadores e Deputados independentemente de serem de oposição, situação, em relação a esse setor vulnerável, muito vulnerável a que eu vou me referir. Ontem nós conseguimos derrubar um veto. Eu vou resumir: "O Congresso Nacional derrubou ontem à noite o veto presidencial ao Projeto de Lei 10.159, que dispensa de reavaliação pericial as pessoas com HIV, Aids, aposentadas por invalidez". Essa doença não tem volta. Eu achei mais do que justo. Eu sei que os partidos, os senhores todos encaminharam favoravelmente e foi aprovado por unanimidade que, uma vez comprovado mediante perícia que o cidadão, homem ou mulher, está com HIV, Aids e já está aposentado, não tem como suspender a aposentadoria dele porque é uma doença irreversível.

Por isso, cumprimento a todos; cumprimento a articulação nacional também de saúde e direitos humanos, em especial o Presidente Renato da Mata; cumprimento o Senador Romário, que foi o Relator deste projeto de minha autoria. Eu diria que foi uma vitória para os setores mais vulneráveis, uma verdadeira política de direitos humanos para aqueles que vivem com HIV e seriam duramente prejudicados ao serem forçados a voltar para o mercado de trabalho anos após a aposentadoria. Cumprimento a todos que de uma forma ou de outra colaboraram, todos os partidos, independentemente de serem de situação ou de oposição.

Faço um segundo registro, Sr. Presidente. Quero ficar em 12 minutos. Hoje, dia 12 de junho, é o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, um enorme desafio a esta Casa que temos que refletir. Esta data foi instituída pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 2002, com o objetivo de sensibilizar, mobilizar a comunidade internacional para debater esse problema que é a criança que, em vez de estar na escola, está trabalhando. No Brasil, a data foi criada pela Lei 11.542, de 2007.

Um estudo da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, Estados Unidos, aponta que cerca de 160 milhões de crianças em todo o mundo ainda estão envolvidas em alguma forma de trabalho escravo ou trabalho infantil, como muito dito. Para chegar a esse número, os pesquisadores analisaram a situação de 190 países. Segundo a FAO, cerca de 70% de todas as crianças trabalhadoras – regime de escravidão – estão na agricultura: pecuária, silvicultura, pesca ou aquicultura.

No Brasil, conforme o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2,4 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalham em atividades consideradas análogas ao trabalho escravo como agricultura, pecuária, comércio, domicílios, construção civil e até mesmo nas ruas.

São sete acidentes com crianças a cada 24 horas. Segundo o IBGE, dados relativos...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a 2016, as regiões que registram as maiores taxas de ocupação com trabalhos infantis são o Nordeste (33%) e a Sudeste (28,8%).

São Paulo é o Estado que, em termos absolutos, mais faz uso do trabalho infantil, com 314 mil registros; Minas Gerais, 298 mil; Bahia, 252 mil; Pará, 193 mil; Maranhão, 147 mil; Paraná, 144 mil; e Rio Grande do Sul, meu Estado, 151 mil. Mais de 4 mil denúncias de trabalho infantil são feitas ao Ministério Público todos os anos.

São crianças e adolescentes de quem são roubados seus sonhos. Desmancham sua alegria de viver quando deveriam estar na escola.

Trabalho infantil é crime!



O Estado brasileiro tem que, cada vez mais, se inserir...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... no compromisso mundial de erradicar todas as formas de trabalho infantil.

Precisamos, mais vezes, realizar campanhas para sensibilizar a todos para essa questão. Precisamos fiscalizar e punir aqueles que ferem a dignidade humana.

Lugar de criança é na escola!

Obrigado, Presidente. Obrigado mesmo. Fiz uma leitura rápida, sem muitos comentários, para voltar à Presidência da Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito bem, Senador Paulo Paim. Por isso mesmo, eu o cumprimento também. Serei rápido, para não atrapalhar V. Exa., mas não posso deixar de registrar meu cumprimento pelo tema tão importante, especialmente o trabalho infantil.

Parabéns a V. Exa.!

O próximo inscrito, conforme a ordem de inscrição, é o Senador Jorge Kajuru, que já está na tribuna

Com a palavra S. Exa. o Senador Jorge Kajuru, do Estado de Goiás.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discursar.) – Brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, meus únicos patrões, seu empregado público, Jorge Kajuru, senhoras e senhores, estimados colegas, brasileiros e brasileiras presentes aqui na galeria – grato pela presença –, hoje, 12 de junho de 2019, Dia dos Namorados, quero mostrar minha satisfação, Presidente, orgulho de Minas, Antonio Anastasia, pelo ocorrido ontem neste Congresso: a aprovação, por unanimidade, do crédito emergencial de R\$248,9 bilhões para o Governo, sobretudo porque a aprovação – 450 votos a favor na Câmara, 450 a 0, e 61, 61 a 0, no Senado – foi fruto de acordo do Governo com os vários setores apresentados e representados no Congresso, e não por uma Deputada que se apresentou hoje na mídia como autora intelectual dessa articulação – ela é muito midiática, por sinal. Evidentemente, não vou pronunciar o nome dela – não darei essa chance. Agora, aproveito também para agradecer aos companheiros do meu Partido, o PSB, de cuja bancada sou Líder, pelo fato de terem atendido à minha recomendação pela aprovação de matéria de interesse da Pátria amada.

Com o dinheiro, o Governo não corre o risco de ver programas como o pagamento dos benefícios da previdência social e de benefícios assistenciais como a renda mensal vitalícia, o Bolsa família e o BPC, além dos subsídios agrícolas para o Plano Safra, a agricultura familiar, a formação de estoques e o fomento às exportações.

De outra parte, a oposição conseguiu que fossem liberados R\$1 bilhão para as universidades, R\$1 bilhão para o programa Minha Casa Minha Vida, R\$550 milhões para obras da transposição do Rio São Francisco e mais R\$330 milhões para bolsas do CNPq.

O acordo foi louvado pelo Presidente Bolsonaro através de suas redes sociais. Ponto então para todos, inclusive para o Chefe do Executivo. Como costuma dizer meu conselheiro político Pedro Simon, o gaúcho mito deste Senado, não se governa sem o Congresso, Senador Lasier Martins.

Se, por um lado, o acordo tem de ser incensado, não podemos ignorar que, pela primeira vez, foi quebrada a regra de ouro instituída pela Constituição de 1988. Por ela, o Governo não pode



endividar-se para financiar gastos correntes, mas apenas para despesas de capital e ainda para refinar a dívida. E que dívida, Senador Jayme Campos! Isso significa um alerta sobre a situação fiscal do País e o abismo, o bátrato em que estamos metidos, com a falta de investimentos, o desemprego em alta e a economia estagnada.

Aliás, cabe aqui uma pergunta, Senador Alvaro todos os Dias: se a regra de ouro está sendo quebrada, por que falar em descumprimento parcial do teto de gastos, assunto que estaria sendo cogitado em alguns setores do Governo? Pergunto.

Mas o que eu quero destacar é o fato de que o acordo firmado ontem neste Congresso, otimista que sou, significa, sim, que há uma luz no fim do túnel. E não é necessariamente um trem em sentido contrário. O acordo para aprovar o PLN mostrou que com diálogo podem ser tomadas as decisões que interessam ao País. Com consenso, os políticos podem evitar danos aos brasileiros, sobretudo aos mais pobres. Com sentimento patriótico, nós de fato representamos aqueles que nos colocaram aqui. E os acordos têm de representar o conjunto da população.

O Presidente Bolsonaro esteve ontem na casa do presidente da Fiesp, em São Paulo, que calculou em R\$5 trilhões o total movimentado pelos 50 empresários convidados para o jantar. É positivo que o Presidente da República dialogue com os donos do dinheiro deste País e que também os cobre – os cobre, Presidente! – não apenas em investimentos, mas também o pagamento de suas dívidas com o País.

Sabemos que, entre os devedores da previdência, tem gente que faz parte do "Clube do Pibão", como se diz do grupo dos muitos endinheirados.

Acredito ainda que o Presidente tem de ampliar o leque das conversas, tem de almoçar com gente do povo, como outro dia fez com os caminhoneiros Goiânia-Brasília; ouvir também os trabalhadores urbanos, rurais; dialogar com os setores de classe média; enfim, não esquecer que ele é o Presidente de todos e não de alguns.

E é fundamental que siga, através de suas lideranças, dialogando com o Congresso. E pergunto: será que estou errado aqui em algum ponto?

Dito isso, quero passar a outro tema: as conversas divulgadas pelo *site* The Intercept Brasil entre o ex-juiz e atual Ministro Sergio Moro e o Procurador da Lava Jato Deltan Dallagnol, assunto que tem movimentado o Congresso... Destaco que já estão querendo crucificar o Ministro Moro antes da hora e colocar em dúvida uma operação realizada no País contra a corrupção. Se ela errou aqui ou acolá, ela acertou em muitos pontos. Ela teve virtudes. Também falhou.

Ainda bem que o Ministro da Justiça ouviu minha sugestão feita aqui ontem, às 14h20, e se colocou à disposição do Congresso, antes de ser convocado, para falar sobre o assunto, pois se exige um esclarecimento completo. E isso vai acontecer na próxima quarta-feira, dia 19, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Concluo dizendo que já ouvi falar em Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI ou até CPMI, ou seja, CPI mista, algo que para mim se insere na linha errada, por enquanto. Imaginem só uma CPI mista com duração de três meses, quatro meses. Como chegaria o País ao final do ano? Pergunto. E aí vamos esperar os seus esclarecimentos para uma conclusão final.

Temos de colocar a bola no chão. Vamos ouvir o Ministro, saber o que ele tem a dizer. Não podemos fazer pré-julgamentos de alguém que cumpre com seu dever funcional, que nunca roubou, que nunca praticou delitos por causa de uma interceptação...



(Soa a campanha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... de mensagens de caráter privado.

Então, eu peço apenas a espera, a paciência até a próxima quarta-feira para os devidos esclarecimentos, antes do amor ao nosso País virar um papel de Nero: transformando Brasília numa Roma contemporânea.

Agradecidíssimo pela paciência do tempo, como sempre, Presidente Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Jorge Kajuru. É sempre um prazer e uma alegria ouvir os seus pronunciamentos bem preparados e que trazem, de fato, temas sempre relevantes e fundamentais para as questões nacionais.

Cumprimento, portanto, V. Exa. por esse pronunciamento.

Dando sequência à ordem de inscritos, já se encontra até posicionado, mesmo antes do nosso convite, o próximo inscrito, o eminente Senador Lasier Martins, do Estado do Rio Grande do Sul.

Com a palavra S. Exa. o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente, eu me antecipei porque tinha certeza de que seria convidado e pela ordem de inscrição.

Sr. Presidente Antonio Anastasia, Senador Jayme, Senador Kajuru, Senador Marcos Rogério, Senador Reguffe, Senador Confúcio, Senador Humberto Costa, telespectadores, ouvintes, eu quero dizer algumas palavras aqui, Sr. Presidente, sobre a contundência com que se ataca agora a velha Lava Jato.

Volta e meia crescem os ataques à Lava Jato, a maior operação policial e judicial da história do Rio Grande do Sul, um marco pelo que representou de combate a uma corrupção que era endêmica no Brasil há muitas décadas. E teve o mérito, salientou-se, como protagonista principal dessa operação, o Juiz Sergio Moro. Marcou época! Aliás, Sergio Moro vai ficar na história do Brasil. Por muitos e muitos anos, vai se falar em Sergio Moro pelo que fez, pelo ineditismo e pela coragem dos processos que ele presidiu e pelas condenações que ele protagonizou com bons fundamentos.

Estava olhando ali um retrospecto que dá conta de que, além dos mandados de prisão temporária de autoria do Juiz Sergio temporária, que totalizaram 104, foram seis prisões em flagrantes. O número de policiais envolvidos no cumprimento de medidas judiciais com a assinatura de Sergio Moro: 4.720; procedimentos de quebra de sigilo bancário: 650; inquéritos policiais instaurados: 326; valor de bens bloqueados ou apreendidos nas operações: R\$2,4 bilhões; valores repatriados: R\$745 milhões; valores analisados em operações financeiras investigadas: R\$12,5 bilhões.

Alguém poderá negar que Sergio Moro lidou esse tempo todo com delinquentes contra a Administração Pública? Não se houve uma contestação face a esse volume impressionante de desvios de dinheiro, fruto da ação de oportunistas, com prisões, gente que até hoje está na cadeia, gente importante, poderosos. Talvez seja por isso que Sergio Moro esteja sendo tão contestado agora pelos vazamentos – pelos vazamentos.

Aliás, chamo a atenção, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para a qualidade dessa espionagem, coisa de profissionais, Senador Reguffe. Se olharmos bem como veio a público tudo isso, é um trabalho operacional de gente experiente, de muita experiência. Não é qualquer amador que faria



esse levantamento nos aplicativos que foram investigados e que, agora, deram origem a esse trabalho bombástico, que é o principal assunto do Brasil neste momento.

Não se sabe se as investigações da Polícia Federal chegarão a bom termo com relação à descoberta dos *hackers*, porque são profissionais muito competentes que trabalharam nisso até agora. Agora, não há dúvida de que investigaram e trouxeram alguns resultados. Há quem diga também que vem mais coisa por aí. E a estratégia, parece, até agora, é de divulgação à prestação, isto é, esperando determinados momentos para novos elementos. De modo que não sejamos precipitados; pode haver mais novidades, novos dados e, quem sabe, de repente, algum comprometedor. Não se pode duvidar de nada.

Agora, o que eu queria dizer e digo é que Sergio Moro teve, ontem, uma atitude louvável e de muita grandeza. Ele se ofereceu para vir ao Senado responder perguntas na próxima quarta-feira, daqui a uma semana, quando, seguramente, essas dependências do Senado ficarão todas voltadas para a Comissão de Constituição e Justiça. Inclusive, agora pela manhã, há poucos instantes, a Presidente da CCJ, Senadora Simone, já informou que a pauta da semana que vem da CCJ, que seria na quarta-feira, será antecipada para terça a fim de que a CCJ dedique o dia inteiro para os questionamentos que serão endereçados a Sergio Moro.

Mas Sergio Moro, estava dizendo eu aqui, é uma figura histórica pelo que realizou até agora, pelo que inovou em termos de processamento e prisão de poderosos, coisa jamais vista na história deste País. Só nisso, tem enormes méritos.

Além disso, uma coisa que me intriga é que, até agora, nenhuma ilação foi possível fazer com relação às sentenças e aos tais vazamentos. Nada foi provado até agora de influência das conversas de Sergio Moro com Dallagnol e que repercutisse na sentença. Nada foi dito a esse respeito. Nada foi mostrado até agora.

Com relação a um magistrado conversar com um procurador de justiça ou um juiz falar com um promotor, isso é uma coisa muito comum. Eu advoguei durante 23 anos lá na minha Porto Alegre. E era muito comum ver um juiz receber o advogado e, no pedido de que pautasse o seu processo ou que desse um despacho que estava demorando, de repente, alguém fazer uma insinuação: "O senhor já tem juízo firmado sobre o que vai decidir?" Ainda mais quando são amigos o advogado e o juiz ou o promotor e o juiz. E foi o que aconteceu aqui também. Isso já foi declarado. Sergio Moro e Dallagnol são bons amigos, conversaram seguidamente, mas em momento algum se percebeu, até agora, nas decisões adotadas através de sentenças, nada foi percebido que seja influência dessas conversas.

Por outro lado, todos os réus condenados por Moro até agora passaram por outras instâncias, onde houve a reiteração da sentença. No caso do Lula, por exemplo, que é o mais comentado, o processo de Lula já foi sentenciado por 19 magistrados, entre todas as instâncias, pelo primeiro grau, lá com o Moro, depois pelo Tribunal da 4ª Região e depois pelo STJ, na repetição de outros processos, todos condenatórios. Então, não há porque arguir-se até agora que a relação de amizade de Sergio Moro com Dallagnol tenha sido influenciada para efeito de redirecionamento de sentença. Eram amigos...

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – ..., e isso é o que está comprovado até agora, mas sobre isso poderemos aprofundar mais a nossa discussão na próxima quarta-feira, quando estará aqui esse juiz corajoso, marcante na história da judicatura brasileira e que está correndo o risco de ter grandes prejuízos. Ele é candidato, embora



procure não falar sobre o assunto, a Ministro do Supremo Tribunal Federal, da mesma forma que Dallagnol tinha a aspiração de ser o Procurador-Geral da República, e agora, com essa alegada mácula, ambos correm o perigo de não serem guindados aos sonhados postos. Mas isso é uma impressão inicial, que poderá mudar de rumo com o andamento dos interrogatórios, porque já houve... Dizer que houve interrogatórios é força de expressão em termos de audiências públicas.

(Soa a campanha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Já estou concluindo.

E fiquei sabendo, agora há pouco, que também houve, isto sim, não um auto-oferecimento para vir ao Senado, mas um pedido, um requerimento para que também Deltan Dallagnol venha depor na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Tudo isso virá para os esclarecimentos, e, por isso, são saudáveis essas vindas.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins.

Cumprimento, mais uma vez, V. Exa., que é o 2º Vice-Presidente desta Casa e muitas vezes tem aqui também o encargo de presidir, como eu, e ser um pouco severo, como temos de ser vez por outra, com o tempo de nossos pares. Mas cumprimento V. Exa. pelos esclarecimentos e pelas palavras aqui proferidas e já convido, desde logo, o eminente Senador Jayme Campos, do Democratas, do Estado de Mato Grosso, para o seu pronunciamento nesta tarde.

Com a palavra S. Exa. o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Brasil precisa, urgentemente, de iniciativas que promovam o crescimento econômico e combatam o desemprego.

Atingidos por uma crise sem precedentes, os brasileiros lutam como podem para se recuperar da recessão. Mas, sem medidas governamentais concretas, fica, efetivamente, muito difícil que isso aconteça.

A situação é calamitosa e atinge com mais veemência as parcelas mais jovens da nossa população. De acordo com dados recentemente divulgados pelo IBGE, o desemprego entre jovens de 18 a 24 anos fechou em 27,3% no primeiro trimestre de 2019. Isso representa um crescimento de quase dois pontos percentuais em relação aos 25,2% registrados no final de 2018.

O total de jovens com até 24 anos que desistiram de procurar emprego saltou de 600 mil, em 2014, para quase 2 milhões no ano passado. Além do impacto do desalento, a renda dos trabalhadores com até 24 anos caiu quase 8% nos últimos quatro anos – uma perda maior do que a das demais faixas da população.

A situação é mais dramática entre os mais jovens, aqueles entre 14 e 17 anos, cuja taxa de desemprego é de assustadores 44,5%. O jovem nessa faixa etária, Sr. Presidente, pode trabalhar sobre condições específicas e atuar, por exemplo, como menor aprendiz. Trata-se de uma excelente oportunidade para aqueles que precisam complementar a renda em casa e, ao mesmo tempo, dar os primeiros passos no mercado de trabalho. Infelizmente, esses jovens não têm encontrado as oportunidades que merecem.

Sras. e Srs. Senadores, refletindo sobre essa triste realidade do nosso País, decidi apresentar uma proposta que incentiva a contratação de jovens aprendizes por micro e pequenas empresas. Como sabemos, as micro e pequenas empresas representam 98% dos estabelecimentos privados do



País, por isso constitui um setor bastante dinâmico da nossa economia, capaz de propiciar uma oportunidade de trabalho para os nossos jovens. É o lugar ideal para o primeiro emprego.

De acordo com os dados do Sebrae, as micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no Brasil, já que respondem por 70% dos empregos criados em nosso País. Contudo, apesar de todo esse peso econômico, os pequenos empreendedores não têm recebido um tratamento adequado do Governo, sobretudo, no que diz respeito à obtenção de financiamentos em condições mais favoráveis para continuar gerando crescimento em nosso País. Não há um estímulo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, por exemplo, para a contratação de jovens – o que é lamentável.

Ciente desta realidade, acabo de protocolar um projeto de lei para estabelecer que as micro e pequenas empresas que contratarem jovens na faixa etária de 14 a 17 anos, na condição de jovem aprendiz, terão prioridade nas condições facilitadas de taxa de juros diferenciados na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes da Administração Pública e dos nossos entes federados. O objetivo do projeto é ampliar o leque de empresas que concedem formação técnico-profissional à juventude brasileira, capacitando mais cedo para ingressar no competitivo mercado do trabalho nacional. Ao mesmo tempo, estimulamos a capacidade produtiva da maior parte dos empregadores brasileiros que são os micro e pequenos empresários.

Ao elaborar o projeto, procuramos observar o que diz a Constituição Federal no seu art. 170, quando elenca como princípio da ordem econômica brasileira o tratamento diferenciado para as pequenas empresas, empresas de pequeno porte. Isso porque, ao estimular a atividade produtiva do pequeno estabelecimento que contratar aprendizes, o meu projeto irá colaborar para o bem-estar dos jovens trabalhadores brasileiros, oferecendo-lhes maiores oportunidades de trabalho qualificado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, prezado Senador Reguffe, essa, eu entendo, é a grande política para o nosso Brasil. Não fazemos parte daqueles grupos que apregoam a luta de classes. Ao contrário, acreditamos, sim, que o capital e o trabalho podem caminhar juntos, cooperando harmonicamente para o desenvolvimento nacional. Esse sentimento, aliás, é o que norteia o projeto de lei que apresento a V. Exas., pois ele valoriza, simultaneamente, o capital e o trabalho na criação de oportunidades, concretizando, assim, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, quero trazer ainda alguns dados que bem demonstram a importância de estimular a contratação de jovens pelas pequenas empresas. Uma pesquisa do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee), encomendado ao Instituto Datafolha, aponta que 76% dos egressos que concluíram o Programa Jovem Aprendiz, entre 2016 e 2017, estavam trabalhando ou estudando. Portanto, essa é uma ação que vai muito além de uma simples assistência social. Quando os jovens ingressam no mercado formal de trabalho, isso reflete em mais produtividade da economia, em mais segurança pública, em mais emprego e renda para nossa gente.

Destaco que a chamada Lei da Aprendizagem, desde o ano de 2000, determina que as empresas de médio e grande porte destinem entre 5% a 15% de suas vagas a jovens matriculados no ensino fundamental, médio, técnico ou mesmo já formados. Essa lei beneficiou mais de 3,5 milhões de jovens brasileiros com acesso ao primeiro emprego, número que pode ser ainda maior com a inclusão de pequenas empresas da lei.



Sendo assim, o nosso projeto vai estender aos pequenos negócios, não a obrigação, mas a possibilidade de contratar jovens aprendizes e, em contrapartida, ter o benefício de contrair empréstimos junto às instituições financeiras oficiais em condições mais favoráveis.

Prezado Senador Kajuru e Senador Lasier, um dos compromissos do meu mandato é lutar por mais oportunidades de crescimento profissional para os brasileiros, sobretudo, os mais jovens. O Brasil conta hoje com mais de 28 milhões de pessoas subutilizadas no mercado de trabalho, ou seja, pessoas desempregadas que trabalham menos do que gostariam ou já desistiram de procurar emprego por falta de vagas. Não podemos conviver com essa triste realidade. Esperamos, assim, com o projeto que acabo de apresentar, dar uma oportunidade de contribuição para que o Brasil volte a crescer, gerar empregos, prosperidade para o nosso povo para que possamos ocupar o lugar onde está reservado no concerto das grandes nações.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Eu entendo que este meu projeto é meritório sem falsa modéstia para que, com certeza, possamos dar oportunidades para os nossos jovens. Hoje muitos estão à margem de oportunidade de emprego, de terem uma melhor educação, de terem uma melhor saúde e, com certeza, de terem uma perspectiva de vida melhor.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Parabéns, Senador Jayme Campos. Acho que todos que estamos aqui acompanhando seu discurso e todo o Brasil que o está assistindo pela televisão e ficamos encantados com esse projeto de V. Exa., porque toca na maior ferida brasileira de hoje, que é exatamente a questão do desemprego e, especialmente, da formação dos jovens. É um tema muito positivo e certamente o projeto será aqui aprovado com louvor, sendo depois discutido na Câmara, aprovado pelo Presidente, para dar uma nova perspectiva a essa geração. Parabéns a V. Exa. por essa belíssima iniciativa!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Antes de dar a palavra ao próximo inscrito como comunicação inadiável, o Senador Reguffe, do Distrito Federal, a quem convido para se pronunciar, permita-me o registro da presença entre nós, no Plenário do Senado, do Deputado Federal Zé Silva, de meu Estado, Minas Gerais, acompanhado do Prefeito de Iturama, o caro amigo Anderson, a quem revejo e cumprimento. Iturama é uma das cidades mais progressistas do Triângulo Mineiro. Parabéns. Muito bem-vindos ao Senado Federal.

Com a palavra o Senador Reguffe, do Distrito Federal.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, sobre esses diálogos que foram interceptados, é preciso que se separem as coisas e que se diga, em primeiro lugar, que a Operação Lava Jato é uma conquista das pessoas de bem deste País. Antes dela, não se viam ou muito pouco se viam poderosos, empresários ricos, políticos indo para a cadeia e respondendo por ilicitudes que cometiam. Então, a Operação Lava Jato é uma conquista das pessoas de bem deste País, é algo positivo, é algo importante e é algo que precisa ser apoiado pelas pessoas de bem.



Agora isso não justifica que desvios, possíveis desvios, erros ou ilicitudes praticados no âmbito dessa operação tenham que ficar impunes. Então, nós temos que fazer loas, sim, a uma operação que é importante para aqueles que defendem o rigor no uso e na aplicação do dinheiro público deste País. Agora, se for comprovada a ocorrência de desvios, de ilicitudes, esses e essas também precisam ser punidos.

Então, é isso que precisa ser dito, Sr. Presidente. É preciso separar as coisas. Uma coisa é a operação, que é importante para as pessoas de bem deste País e que cumpriu e cumpre um importante papel neste País, pelo menos para aquelas pessoas que querem ver as coisas sendo feitas de forma correta. Outra coisa são possíveis delitos, desvios ou ilicitudes praticados no âmbito dessa operação. Se comprovados, precisam ser punidos também. Essa é a minha posição.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar este espaço para dizer que o atual Governo Federal não pode reclamar do Congresso Nacional no que concerne às contas públicas e à ajuda do Congresso com relação às contas públicas. Eu já fiz várias críticas ao Congresso Nacional de gastos exacerbados que continuam fazendo e outras críticas. Agora, o Congresso Nacional, no que tange a este Governo, está ajudando este Governo no que concerne às contas públicas, como, aliás, eu nunca vi. Isso precisa ser dito.

Ontem foi aprovado, aqui no Congresso Nacional, por unanimidade de seus membros, com voto nominal, por unanimidade da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o PLN 4, que concedeu um crédito suplementar ao Governo Federal de R\$248 bilhões. O Senado também aprovou a MP 871 sobre as fraudes no INSS, também com meu voto favorável, o que vai gerar uma economia de R\$9,8 bilhões nas contas públicas.

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Também votei favorável aqui à redução do número de ministérios.

Então, não pode o Governo, como eu vejo, às vezes, algumas pessoas da sociedade fazerem, jogar a culpa no Congresso Nacional, porque, nesse ponto, com relação às contas públicas, o Congresso Nacional tem ajudado o Governo, como, aliás, eu nunca vi.

Eu fui Deputado, estou aqui Senador e nunca vi uma votação como a que ocorreu ontem, com voto nominal e com todos os Deputados Federais de todos os partidos e todos os Senadores votando "sim" ao PLN 4, que concedeu esse crédito para o Governo.

Então, é importante que se diga, principalmente eu, que já fiz várias críticas ao Congresso, que o Congresso, nesse ponto, ajudou o Governo. E isso precisa ser dito de forma clara.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. me permite, já que está concluindo, Senador Reguffe?

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Muito obrigado.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para apartear.) – Já que está concluindo, quero acrescentar que não só ajudou o Governo, Senador.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Ajudou o País.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ajudou o País. Não votaram ontem... Ontem, o Congresso, se me permite dizer, mostrou o seu caráter, e o caráter não é ruim. Temos muitos defeitos, mas o caráter não é ruim, porque poderia, por mesquinha, pagar para ver.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Mas apenas...



O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que eu queria só acrescentar à sua fala é que ajudou o Governo, ajudando especialmente o País e, se quisermos acrescentar, os que mais precisam.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – O meu mandato, Senador Esperidião, não se preocupa com esse ou aquele governo. A minha preocupação é com o que é bom para a sociedade, para o País. Eu sempre digo que eu sou base da população. O que for bom para a população tem o meu voto. Eu sou um Senador responsável...

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... e a minha preocupação é com a população...

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por isso, o senhor foi vitorioso ontem.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... é com a sociedade brasileira.

Então, os bons projetos terão o meu voto favorável.

E volto a dizer: aqui votei a redução de ministérios, votei a MP 871 e votei ontem o PLN 4. Agora, aquilo com que eu não concordar vai ter meu voto contrário, como, por exemplo, no decreto das armas. Meu voto é para derrubar esse decreto, porque não considero positivo para a população brasileira. É minha opinião pessoal. Respeito a dos outros, mas é minha posição pessoal. Eu penso que uma pessoa que dá um soco em alguém numa briga de trânsito, se essa pessoa tem uma arma, ela dá um tiro. Quem dá um soco, é porque perdeu a cabeça. Se a pessoa tiver uma arma na mão, ela não vai dar o soco, ela vai dar um tiro.

Agora, com relação às contas públicas...

(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – ... como algumas vezes eu leio na internet, dizendo que o Congresso está atrapalhando, o Congresso está atrapalhando, não é verdade. Todas as medidas que foram mandadas para o Parlamento foram aprovadas. Foi aprovado o PLN 4, foi aprovada a MP 871 e foi aprovada também a redução de ministérios – todas com meu voto, inclusive. Então, isso é importante que se diga. É importante que se diga para a sociedade brasileira isso.

Muito obrigado.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para apartear.) – Senador Reguffe, rapidamente um aparte, apenas para dizer, também ao Senador Amin, que a Pátria amada tem a certeza de que a oposição ontem mostrou, acima de tudo, brasilidade. O que não pode é chegar hoje na mídia uma Deputada vedete do Governo Bolsonaro e dizer que ela articulou tudo para aquela votação unânime ontem, tanto dos...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Vamos devagar, não é?

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Só para dizer ao Presidente que eu falei que ia respeitar o tempo. Eu respeitei o tempo. É que eu tive apartes que eu não sabia que ia ter. Apenas para agradecer ao Presidente. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Parabéns, Senador Reguffe. É porque pronunciamento de V. Exa. é sempre muito rico, e naturalmente ensaja apartes. É próprio do Parlamento, e fizemos com muito gosto a extensão. V. Exa. naturalmente está sempre de parabéns, e ouvimos com atenção, porque é a ponderação que V. Exa. coloca, que falamos há pouco também com a Senadora Zenaide, que é muito relevante.

O próximo inscrito, que convido para a tribuna, é o eminente Senador Humberto Costa, do PT, de Pernambuco.

Eu pediria licença tão somente ao Senador Humberto, enquanto ele se dirige, eu vou fazer a leitura aqui do Requerimento que foi apresentado, nº 518, de 2019, do Senador Nelsinho Trad, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participar das reuniões no âmbito do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, no período de 15 a 18 de junho de 2019, e comunica, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do País no período da missão. **(Vide item 2.1.16 do Sumário)**

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Desse modo, convido para o seu pronunciamento S. Exa. o Senador Humberto Costa, Líder do PT, do Estado de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela Liderança.) – Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, os que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelas redes sociais, mais do que nunca, justiça e liberdade para o Presidente Lula, Lula livre.

Sr. Presidente, este Senado, na próxima semana, vai receber o Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, se ainda for Ministro da Justiça. Mas eu creio que quem prestará depoimento à Comissão de Constituição e Justiça, na semana que vem, não será mais aquela figura messiânica, revestida de aura imaculada, um verdadeiro semideus, aquele super-herói da república de Curitiba, como ele se vendia ao Brasil. Quem virá aqui para dar esclarecimentos a esta Casa sobre as graves acusações de desvios de conduta e infrações escandalosas é uma figura diminuída, acuada, desnudada da forma com que sempre se apresentou. É, enfim, um ministro refém dos próprios atos.

Sergio Moro assumiu a cadeira do Ministério da Justiça – hoje fica claro – como retribuição pelos serviços que prestou à eleição de Jair Bolsonaro. As mensagens trocadas entre ele e os procuradores da Lava Jato deixam isso muito claro.

Houve toda uma articulação para prender Lula, então líder nas pesquisas, condenado sem provas, como parece reconhecer o próprio Procurador Deltan Dallagnol. Houve uma busca de testemunhas de última hora. Houve, já com Lula preso, uma trama para impedir sua entrevista, autorizada pela Suprema Corte, com a intenção de que sua fala não ajudasse Haddad e de que o PT não voltasse ao Governo.

Tudo indica que Moro acertou sua vida com Bolsonaro, os cargos que queria, ainda como julgador, e usou a toga para essa negociação, ultrajou o Poder Judiciário e o Estado democrático de direito para fazer barganhas e negociatas com a finalidade de uma locupletação pessoal, fez exigências sobre o Ministério da Justiça, quis carta-branca para montá-lo e aparelhá-lo da forma como bem entendesse e, o que é mais importante, fez do mais antigo ministério da nossa história



uma tediosa sala de espera para aguardar o seu prêmio maior: uma cadeira no Supremo Tribunal Federal.

Isso foi admitido pelo próprio Presidente da República. Houve uma negociação entre Bolsonaro e Moro envolvendo um dos cargos mais elevados da República. Agora, quando as conversas dos protagonistas da Lava Jato vêm à tona, todos passamos a ter conhecimento do mecanismo que operou para que se chegasse a isso.

É incompreensível que Sergio Moro – esse homem que sempre se vendeu como uma vestal – seja pego em um escândalo dessa proporção e permaneça no cargo como se nada houvesse acontecido. O homem que se arvorava o posto de bastião da ética e criminalizava a política hoje está nu. A máscara caiu e quem estava por trás da máscara foi o militante que sempre denunciávamos, foi alguém que transformou réus em inimigos e usou o Estado para impingir uma caçada implacável a eles, foi um julgador que se articulou com os acusadores, que indicou testemunhas, que mandou substituir procuradores por considerá-los fracos na inquirição dos acusados, que cobrou a montagem de operações policiais, foi, enfim, um juiz que rasgou a Constituição, as leis e todos os códigos de ética e de conduta para perseguir aqueles 30% que ele elegeu como desafetos e aos quais se referiu nas suas gravações.

São incontáveis os juristas do Brasil e do mundo escandalizados com o teor das mensagens trocadas entre Moro e os procuradores da Lava Jato. Como trouxe ontem a renomada empresa jornalística BBC, se um caso desse tivesse acontecido no Reino Unido, o ministro já teria pedido demissão. Mas aqui, não. Ele segue agarrado ao cargo como um náufrago se agarra a uma boia. Não recebeu uma única palavra de apoio do próprio chefe, que ontem encerrou abruptamente uma entrevista coletiva para não falar sobre o tema.

Será que Bolsonaro tem receio do que ainda será divulgado, de ser engolido junto com o Ministro pelas mensagens trocadas que ainda estão por vir à tona? Porque, até agora, só 1% do material foi divulgado, segundo os editores do *site* The Intercept, responsável pelas publicações.

Ou o Presidente está abandonando deliberadamente Moro, deixando que ele sangre em praça pública, para derrubar um eventual adversário nas eleições de 2022? Nós não sabemos. Só de uma coisa nós temos certeza: o mito chamado Sergio Moro acabou. Chegou ao fim da linha. Foi uma mentira revelada pela própria Operação Lava Jato. Foi descoberto assim que o Brasil tomou conhecimento das entranhas desse mecanismo montado paralelamente ao Estado brasileiro para empreender perseguições políticas e destruir instituições e reputações.

Sergio Moro, hoje, é um Ministro isolado, abandonado à própria sorte; é um fantasma. A gente poderia dizer até que é alguém em cárcere público. Ele está preso àquela cadeira, virou refém da sua própria ambição. Agora se agarra desesperadamente ao Ministério da Justiça na esperança de ainda conquistar a vaga que sonhou no STF. Sua ambição o cegou a ponto de não o deixar enxergar que acabou, que ele não reúne as condições constitucionais de notável saber jurídico e reputação ilibada exigidas para assumir o cargo de ministro da Suprema Corte.

Sr. Sergio Moro, não se submeta a mais vergonhas! Deixe esse cargo. Vá cuidar da sua defesa. Há muita coisa que V. Exa. vai ter de explicar. Os analistas trazem que o STF está às vésperas de considerar a sua suspeição no julgamento viciado que conduziu do Presidente Lula.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)

– Vá para casa. Mais do que nunca V. Exa. precisa trocar mensagens com Deltan Dallagnol e outros procuradores para acertar o que dizer quando estiverem diante da Justiça para prestar o



esclarecimento pelos atos ilegais que praticaram. Deixe o Ministério da Justiça para quem realmente esteja comprometido com essa pauta, que não faça dessa pauta um trampolim para a satisfação de ambições pessoais futuras.

É a tudo isso que V. Exa. terá que responder quando vier aqui ao Senado. Então, tenha em conta que não há mais toga, não há mais máscara, não há mais pedestal. Venha humildemente depor sobre os atos ilícitos que possa ter cometido, mesmo porque é só o começo da divulgação dessas mensagens. Muito mais coisas aparecerão. E, seguramente, V. Exa. terá de voltar aqui outras vezes, seja espontaneamente, seja como convocado, seja na CCJ, seja na CPI que vamos criar para investigar toda essa promiscuidade havida entre julgador e Estado acusador, que está somente começando a ser apresentada ao País.

Nessa CPI, aliás, Dr. Moro, V. Exa. tem a nossa garantia de que, diferentemente de V. Exa., nós respeitaremos a lei, não aplicaremos, como V. Exa. aplicou ilegalmente, o mecanismo da condução coercitiva ao Presidente Lula.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)

– E o fez por razões hoje bastante conhecidas.

Venha. Venha depor. Será bem tratado. Será tratado na forma da lei. Será respeitado, mas vamos cobrar de V. Exa. a verdade e vamos cobrar de V. Exa. que justifique porque, tendo se apresentado ao Brasil como o arauto principal da moralidade e da ética, agora está desmascarado como um juiz que praticou atos claros de corrupção do que era a sua responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Agradeço ao Senador Humberto Costa, do Estado de Pernambuco, a sua palavra, cumprimentando-o igualmente pelo pronunciamento.

Dando sequência à lista de oradores, tenho a honra de convidar o eminente Senador Esperidião Amin, do PP, do Estado de Santa Catarina, para o seu pronunciamento, anunciando a seguir a inscrição do Líder Alvaro Dias, que falará pela Liderança do Podemos.

Convido, portanto, o Senador Esperidião Amin para o seu pronunciamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero me justificar: demorei um pouquinho para me deslocar até aqui porque a conversa lá atrás estava fascinante e me entusiasmava tanto que eu quase troquei o meu horário com o Senador Alvaro Dias para poder ficar lá – só que aí eu iria ficar perturbando a sessão.

Sr. Presidente, eu vou iniciar o meu pronunciamento procurando contextualizar o que nós aprovamos hoje na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nós aprovamos um programa de avaliação da política pública relacionada ao programa de defesa cibernética. Isso não começou hoje. Eu propus que essa política pública fosse priorizada naquela Comissão há cerca de um mês e meio. Foi uma escolha profética, porque, de lá até hoje, nesses quarenta e poucos dias, nós tomamos conhecimento da guerra comercial e tecnológica entre Estados Unidos e China para ver quem chega em primeiro lugar na questão do 5G, da telefonia 5G; de lá para cá, tivemos um sem-número de informações sobre hackeamento, sobre vazamento de informação; e, nesta semana, particularmente, a mais bombástica de todas as notícias a respeito disso, notícia que está sempre presente nos últimos pronunciamentos.



Então, eu gostaria de deixar assinalado e fazendo parte deste meu modesto pronunciamento o teor, que não vou ler aqui, das cinco páginas do cronograma, que é a parte final desse projeto de avaliação de uma política pública da guerra cibernética, para que conste dos *Anais*, para que a gente possa voltar a se referir a isso que foi aprovado hoje.

E quero deixar também anexo a este documento um artigo memorável, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* de ontem, de autoria do Embaixador Rubens Barbosa, intitulado "Guerra cibernética".

Desejo ainda prestar as seguintes informações: em vários países do mundo, o departamento ou o comando de guerra cibernética já é uma das quatro forças desses países, por exemplo, França e Alemanha. Lá existe Marinha, Exército, Aeronáutica e Guerra Cibernética, que é uma atividade transversal a todo governo praticamente e, por isso, diz respeito, de maneira generalizada, à segurança nacional.

Portanto, faço constar deste pronunciamento tanto o artigo sobre guerra cibernética quanto este documento aprovado hoje na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que versa sobre a avaliação que pretendemos fazer, até novembro deste ano, da forma como o Brasil encara a guerra cibernética, Senador Kajuru, que está em curso. Ela não está declarada. Não vai haver armistício neste ano. Pelo contrário, ela vai crescer em matéria de riscos, que todos nós corremos, tanto na vida pessoal, com os dados elementares de cada um de nós, como nas questões comerciais, como nas questões institucionais ou profissionais.

Quero dizer, por último, que o Brasil é um protagonista no mundo, é um país importante, do ponto de vista geográfico, demográfico, pelas riquezas de que somos dotados, e somos, portanto, um alvo que essa guerra cibernética não subestima. Por esta razão, eu desejo que esse esforço que nós vamos fazer na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo nosso querido amigo Senador Nelsinho Trad, seja acompanhado pelo Senado, pelos nossos pares, não como uma viagem ao desconhecido – haverá o desconhecido –, mas como uma viagem em torno de um tema que faz parte do interesse nacional mais legítimo, talvez não palpável, mas do interesse nacional mais relevante.

Foi esta a razão de eu ter requerido este tempo, pelo qual agradeço.

E, ao encerrar minhas palavras, eu gostaria de, mais uma vez, dando sequência ao pequeno aparte que me concedeu o Senador Reguffe, dizer que me orgulho muito do desempenho do Congresso brasileiro quando aprovou o PLN 4, que abriu o crédito suplementar de R\$248,9 bilhões em favor do Brasil, cumprindo um quesito constante da LDO aprovada no ano passado, e, ao cumprirmos com nosso dever e ao demonstrar grandeza, o Congresso Nacional certamente se habilita a ser um Poder da confiança da sociedade brasileira, porque, respeitado esse comportamento, nós teremos o dever de sempre levar em conta o interesse nacional nas nossas decisões.

Eram estes os registros que eu queria fazer, agradecendo a V. Exa., Senador Anastasia, pela compreensão com a minha demora em assomar à tribuna.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR ESPERIDIÃO AMIN.

(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno.) (Vide item 2.1.4 do Sumário)

Matérias referidas:

- Cronograma do projeto de avaliação de política pública da guerra cibernética.
- Artigo "Guerra cibernética", de Rubens Barbosa, em *O Estado de S. Paulo*.



O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Parabéns, Senador Esperidião Amin! V. Exa. toca o tema que talvez seja um dos mais hemorrágicos dos dias atuais, que é a questão exatamente dessa guerra cibernética, que preocupa a tantos pelo Brasil e pelo mundo. Parabéns! E, certamente, essa política pública, que será acompanhada pela Comissão de Relações Exteriores, será objeto de muita atenção de todos nós que integramos aquela Comissão. Portanto, meus cumprimentos não só pelo pronunciamento, mas pela iniciativa de propor a avaliação dessa política. Meus cumprimentos.

Convido agora para falar, pela Liderança do Podemos, o Senador Alvaro Dias, mas peço a S. Exa. só um minuto para um aviso.

Acabo de receber um telefonema do Presidente Senador Davi Alcolumbre me comunicando que a Ordem do Dia será iniciada às 17h, tendo em vista uma solicitação do Senador Jorginho Mello, que neste momento preside uma Comissão de Desburocratização, uma MP. Naturalmente, iniciada a Ordem do Dia, ela teria de ser suspensa, então pediu 40 minutos. Às 17h, S. Exa. o Presidente Davi estará aqui. Enquanto isso, vamos seguindo com os pronunciamentos.

Desse modo, concedo a palavra, com muita honra e prazer, ao Senador Alvaro Dias.

Com a palavra S. Exa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela Liderança.) – Sr. Presidente Anastasia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, a Operação Lava Jato surgiu como grande esperança de uma nova Justiça neste País e tornou-se, rapidamente, a prioridade nacional. Conseguiu alterar o conceito arraigado no inconsciente coletivo de que a Justiça no Brasil servia para prender pobre, especialmente negro, e jamais alcançava os ricos e os poderosos, as autoridades especialmente. Com a Operação Lava Jato, esse cenário mudou e o conceito foi alterado. Os tubarões da corrupção foram para a cadeia, autoridades da política, autoridades de todas as áreas no País – empresários, empreiteiros, banqueiros, ex-Governadores, ex-ministros, ex-Parlamentares, enfim – foram presas. E a esperança da população de uma nova Justiça se consolida.

Não há dúvida de que a Operação Lava Jato vem enfrentando, desde o início, conspiradores. A conspiração tem sido presença constante no itinerário percorrido pelos policiais, pelos procuradores, pelos julgadores. Mais do que nunca, agora, a conspiração se faz presente. Quando uma invasão criminoso, bisbilhotando a intimidade de duas autoridades de prestígio nacional, afronta a nossa inteligência, pratica aquela tentativa de desqualificar quem denuncia e quem julga na esperança de absolver os criminosos – conspiração visível.

Há aqueles que preferem combater o juiz e o procurador a denunciar o crime da invasão, que foi programada, que foi arquitetada deliberadamente com o objetivo escuso de, quem sabe, fornecer missão a advogados na defesa de criminosos que foram presos em razão de condenações, com provas cabais e definitivas, insofismáveis, irreversíveis, que passaram pela primeira instância, pela segunda instância e chegaram também aos tribunais superiores – ao STJ e ao Supremo Tribunal Federal. Não haverá reversão, até porque, nos diálogos criminosamente revelados entre Moro e Deltan Dallagnol, nada há que possa comprometer a imparcialidade havida na condenação de criminosos, em decisões judiciais competentes. Não, não há.

A legislação avançou. Nós temos hoje uma legislação moderna, que estabelece, sim, a interação estreita entre agentes públicos encarregados da missão de investigar, julgar e condenar criminosos. Eles não estavam investigando para julgar meliantes insignificantes, pequenos, assaltantes da esquina, ladrões de botecos. Estavam enfrentando uma organização criminoso que



assaltou o Brasil no maior escândalo de corrupção da nossa história. A nossa legislação de combate ao crime organizado proporciona a delação premiada, as ações programadas, a infiltração de investigadores. E obviamente nessas ações, especialmente na ação programada, há que se estabelecer uma interação entre os agentes públicos envolvidos na investigação e no julgamento. É evidente que a legislação de combate ao crime organizado possibilita essa interação. É preciso estabelecer estratégias, buscar caminhos de maior eficiência para alcançar os objetivos.

Eu não tenho dúvida de que o Brasil não está preocupado se Moro conversa com Deltan Dallagnol ou não conversa. O Brasil está preocupado com a corrupção, com o assalto que desarrumou as contas públicas, que devassou as finanças e que, lamentavelmente...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... levaram o País a uma situação de infortúnio, de temor em relação ao seu futuro, porque certamente nós levaremos muito tempo para tapar os buracos abertos pela corrupção e pela incompetência dos últimos anos neste País.

Nosso apoio integral à Operação Lava Jato, ao Ministro Sergio Moro, ao Procurador Deltan Dallagnol. É uma força-tarefa que faz com que os seus integrantes, que cumprem uma missão histórica no País, tenham que estabelecer relacionamentos, trocas de ideias, estabelecimento de estratégias. Isso não é crime. Isso não é imoral.

É evidente que é possível que um ou outro jurista veja imoralidade, veja ilegalidade, mas esse preciosismo jurídico nessa hora não faz frente à aspiração nacional de que se combata a corrupção para valer neste País e que o Brasil possa mudar para melhor. O que se espera da autoridade pública brasileira nessa hora é a coragem de enfrentar essa corrupção que se instalou em todos os segmentos da administração pública brasileira e que não será evidentemente combatida sem ações rigorosas, sem a solidariedade, sem o apoio popular.

É evidente que nós admitimos a hipótese, por exemplo, de discutir uma legislação de abuso de autoridade.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – É isso que se prega neste ambiente em que vivemos da Câmara e do Senado.

No entanto, se nós admitirmos discutir uma legislação de abuso de autoridade, não podemos adotar essa providência com o objetivo de limitar a ação de investigação, a ação da denúncia, da eventual condenação, do julgamento, enfim. O objetivo não pode ser atemorizar aqueles que investigam e que julgam. Nós podemos discutir uma legislação de abuso de autoridade no contexto das medidas de combate à corrupção, que foram inicialmente sugeridas em número de dez e que, depois, passaram a ser 70 num trabalho do Ministério Público, valendo-se da experiência rica proporcionada pela Operação Lava Jato. No contexto da discussão do debate e da deliberação sobre medidas de combate à corrupção, nós concordamos com o debate sobre uma legislação de abuso de autoridade.

Ao final, quando se fala em CPI para investigar Sergio Moro e Deltan Dallagnol, eu respondo: eu não assino CPI para investigar aqueles que cumprem o dever de combater a corrupção no País. Eu assino CPI para investigar a corrupção e os corruptos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador, permita-me?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Pois não. Embora eu esteja falando como Líder e o Regimento não possibilite aparte, é uma satisfação conceder aparte a V. Exa. com a condescendência do nosso Presidente.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para apartear.) – O Presidente é sempre condescendente.

(Soa a campanha.)

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Permita-me, Senador Alvaro todos os Dias, trazer aqui, após o seu riquíssimo pronunciamento, uma declaração dada por um dos maiores procuradores federais deste País, o Dr. Helio Telho Correa Filho, em seu Twitter agora á tarde. Ele diz o seguinte: "Falsos garantistas têm defendido o uso de provas obtidas por meios criminosos para beneficiar condenados. Isso concederá um salvo-conduto para organizações criminosas invadirem celulares, computadores, gabinetes, casas de juízes, procuradores e policiais em busca de provas". Isso é um resumo de tudo o que o senhor bem colocou.

Antes, subi à tribuna para dizer: o Ministro Sergio Moro, como juiz, investigou e colocou na cadeia quem roubou, quem cometeu delito. Ele nunca roubou. Ele nunca cometeu delito. Então, uma CPI, como, por exemplo, a do Judiciário, a da Toga, que nós dois defendemos veementemente com mais 27 colegas, essa, sim, é que precisa sair e não sai.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Senador Kajuru, pode até incluir esse fato determinado se desejarem.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro, exato.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Mas que se realize, então, a CPI Lava Toga, não apenas em relação a esse fato, porque, por si só, esse fato não justifica.

O Sr. Jorge Kajuru (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Concorro. Parabéns!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Agradeço a V. Exa., Senador Kajuru, que, sempre com muita lucidez, interpreta com consciência e responsabilidade cívica os movimentos que ocorrem nesta hora dramática para o País, porque nós estamos, obviamente, aqui sob os olhares da Nação e não podemos tergiversar, não podemos escamotear a realidade em que vivemos.

Não há, no diálogo de Moro e Deltan, nada que possa ser usado como pretexto para a anulação de provas. E, aliás, é bom dizer que a imparcialidade do juiz está desenhada no fato de ter ele recusado mais de 50 solicitações do Procurador Deltan Dallagnol. Se houvesse um conluio entre ambos, certamente nenhuma das solicitações do procurador seria recusada pelo Juiz Sergio Moro. Esse fato, por si só, elimina qualquer hipótese, qualquer suspeição de parcialidade por parte do julgador. E repito: ele não julgou só, ele não foi solitário no julgamento; o julgamento que proferiu passou pela Justiça de segunda instância, com o Desembargador Gebran, que é também paranaense e que apresentou, diante da Nação, na televisão, o seu relatório propondo a condenação, reafirmando a condenação, elevando a pena, com provas cabais e definitivas, provas



materiais, documentais, testemunhais. Não há como desejar uma reversão de expectativa em relação a uma decisão judicial competente – comprovadamente competente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Alvaro Dias, por gentileza um aparte breve, o tempo já está se esgotando.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Pois não, Senador Girão, com o maior prazer.

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para apartear.) – Quero lhe parabenizar de coração mesmo, de coração, por mais uma vez V. Exa. subir à tribuna e tocar, defender a Operação Lava Jato, defender esse grande patriota, esse grande brasileiro, que é o Juiz Sergio Moro, assim como o Procurador Dallagnol.

Eu me sinto, assim, extremamente orgulhoso, feliz em participar desse momento da História do Brasil, desse momento em que está acontecendo uma verdadeira limpeza – uma limpeza! – em busca da ética, da verdade.

A Operação Lava Jato é um verdadeiro patrimônio – e coloca patrimônio nisso! – do povo brasileiro. Quantos corruptos nunca... Tínhamos uma onda, uma lavagem de corruptos como aconteceu a partir da Operação Lava Jato.

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Quantos bilhões foram recuperados do povo brasileiro – que haviam sido desviados, roubados do povo brasileiro – a partir da Operação Lava Jato?

Então, acredito que... Como o senhor muito bem colocou, foram mais de 50 pedidos, solicitações do Deltan Dallagnol dirigidas ao Ministro Sergio Moro que foram negadas. Portanto, não se pode considerar, absolutamente, um conluio. São dois combatentes da corrupção brasileiro em todos os partidos – não foi um partido definido –, para quem houve sentença da Operação Lava Jato. Se alguns de alguns partidos não foram presos, é porque parou em alguma instância, no Supremo Tribunal Federal ou outra instância.

Mas o trabalho, o dever de casa foi feito pelo juiz Sergio Moro, pelo Deltan Dallagnol, e por tantos outros que fazem parte dessa brilhante Operação Lava Jato, de que nós temos orgulho de ter aqui no Brasil. Que ela avance, Senador Alvaro Dias, porque tem muito mais gente para ser presa ainda!

Então, que ela continue avançando, com todo o apoio desta Casa e com o apoio do povo brasileiro. Nós estamos aqui para, mais uma vez, colocar todo o nosso apoio à Operação Lava Jato e a estes grandes brasileiros, o juiz Sergio Moro e o Deltan Dallagnol.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão. Nós agradecemos ao Ceará, que enviou V. Exa. a esta Casa para valorizar esta instituição e se colocar ao lado do bem, na luta contra a corrupção.

Eu concedo, com prazer, com a permissão do meu Presidente Anastasia, um aparte ao Senador Oriovisto Guimarães, que é do meu Estado, o Paraná, e também à Senadora Soraya.

Quem fala primeiro? As mulheres primeiro?

O Sr. Oriovisto Guimarães (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – As mulheres primeiro, é claro.



O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – As mulheres. Depois o Senador Oriovisto, que é um cavalheiro, e o Senador Flávio Arns também.

A Sra. Soraya Thronicke (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para apartear.) – Eu quero parabenizar V. Exa. e dizer que é aquilo mesmo. Se tiver de haver a Lava Toga, que incluía mais um fato determinante. Não é esse o problema, não, tanto que o nosso Ministro Sergio Moro, sim, ele vem até a Casa, na próxima semana e já se disponibilizou a dar toda e qualquer explicação, da qual não está se furtando.

Então, na verdade, o que existe é uma vontade muito grande de acabar com toda a Lava Jato, de macular tudo, por causa de um fato. Se esses fatos realmente podem prejudicar a Operação Lava Jato, por que já não soltou tudo? Solta tudo, então; entrega tudo: mostra os pontos principais, se houve algum conluio.

Mas, enfim, o senhor explicou muito bem tudo o que aconteceu, deixou muito clara a diferença entre uma coisa e outra. É natural que juízes e promotores conversem, como conversam com advogados. Muitas vezes, os juízes vão para a comarca sem conhecer ninguém, logo que passam no concurso, e a primeira pessoa com quem eles fazem amizade, geralmente, é um membro do Ministério Público. É natural. Mas na hora de trabalhar, trabalham, tanto que foi mostrado isso de uma forma muito tranquila. O próprio Ministério Público não levou tudo que pediu – e não levou muita coisa.

Então, é importante que o povo brasileiro entenda o que está acontecendo e que existe aquela vontade sub-reptícia de acabar, de vez, com a Operação Lava Jato. De novo, vamos cobrar a Lava Toga, vamos cobrar que o nosso Presidente decida sobre isso, porque não tem mais condições, gente não tem resposta. Todos os dias, eu sou cobrada, nas redes sociais, nas ruas, que atitude nós vamos tomar em relação à Lava Toga.

Então, quem não deve não teme. Por isso que o juiz Sergio Moro, nosso Ministro, está vindo. Parabéns para ele, que tem essa coragem, que vai enfrentar! E a quem interessa o vazamento? Aí não se discute o mérito, por causa de uma forma ali, acabou tudo, e o criminoso foi para cima dele.

Então, é isso.

Obrigada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Eu agradeço à Senadora Soraya, que é especialista, é advogada, militou e, certamente, tem uma larga experiência para poder apresentar esse depoimento com tanta firmeza e lucidez.

Muito obrigado a V. Exa.

Eu vou passar o aparte ao Senador Oriovisto.

Antes, me lembrei há pouco de uma frase do ex-Governador de Pernambuco, o saudoso Miguel Arraes. Ele dizia: "Quando o conteúdo é bom, se a forma está contaminada, jogue fora a forma, mas preserve o conteúdo". O que vale é preservar os esforços na luta contra a corrupção no País, porque o Brasil não alcançará índices de desenvolvimento econômico compatíveis com as suas potencialidades se não combater para valer a corrupção.

Eu concedo, com satisfação, um aparte ao Senador Oriovisto.

O Sr. Oriovisto Guimarães (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para apartear.) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Eu peço este aparte para me congratular com o seu pronunciamento, para me solidarizar, para dizer que faço minhas as suas palavras.



Nós estivemos ontem, eu e o Senador Flávio Arns, com o Ministro Sergio Moro; já tive a oportunidade de hipotecar solidariedade a ele, assim como o Senador Flavio Arns também, pessoalmente.

Quero apenas, sem querer substituir tudo o que o senhor já disse, e disse muito bem, apenas complementá-lo, dizendo da minha estranheza de ver que aqueles que desprezaram todo e qualquer preceito ético, aqueles que desprezaram a própria lei falam e agem como se os bilhões desviados da Petrobras, que foram materialmente devolvidos, tendo sido comprovado que houve ilícito, como se nada disso tivesse existido, como se fosse tudo fruto de uma conspiração do Ministro Sergio Moro. Ele conspirou tão bem que gerou bilhões e bilhões de reais em contas que não deveriam ter um centavo. Ele conspirou tão bem que colocou na cadeia uma das pessoas mais ricas deste País. Ele conspirou tão bem que contrariou os próprios promotores que recorreram contra as sentenças dele; não só tiveram negadas, como em muitas das sentenças dele houve recursos à segunda instância contra a decisão dele por parte do Ministério Público.

Então, não é quem assalta a Nação, não é quem ignora totalmente a ética, e que depois contrata uma organização criminosa internacional para grampear telefones, que tem moral para me vir falar em conspiração de um homem como o Sergio Moro. É de um absurdo tão flagrante, é uma coisa tão grotesca que o resultado dessa tentativa claramente orquestrada seria o quê? Seria Sergio Moro e Dallagnol na cadeia, e todos os prisioneiros da Operação Lava Jato soltos. Não é? Isso seria a aspiração desses que querem condenar o Juiz Sergio Moro, que querem dizer que ele não agiu como deveria ter agido.

Eu acho que há neste País uma política antes e uma política depois da Lava Jato. Acho que há um povo brasileiro antes e um povo brasileiro depois da Lava Jato. Nunca o povo brasileiro teve uma consciência tão grande do conluio antiético, corrupto, absurdo que existia neste Estado patrimonialista, onde o público e o privado se confundiam e onde os interesses políticos espúrios de projeto de poder que queriam centralizar o poder e fazer disto uma Venezuela também se associaram a esses.

Eu me congratulo e hipoteco total solidariedade ao Juiz Sérgio Moro. Não vão conseguir derrubá-lo e muito menos a Lava Jato.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela Liderança.) – Obrigado, Senador Oriovisto. Com certeza o Paraná soube escolher a dupla de Senadores, Flávio Arns e Oriovisto.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – É um Estado que aposta muito nos seus representantes aqui. E, ao ver esse depoimento do Senador Oriovisto, eu concluo que ele não chega aqui como aluno, ele chega como mestre. E certamente nós aprenderemos muito com o Oriovisto, assim como já aprendemos com Flávio Arns no seu mandato anterior e agora que retorna.

Concedo com prazer o aparte a V. Exa., Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para apartear.) – A menção de que o Senador Oriovisto chega como mestre é verdadeira porque ele é mestre, é professor, foi professor a vida toda e está aqui também como professor e mestre. Mas não só ele, V. Exa. também.



O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Obrigado, Senador.

O Sr. Flávio Arns (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Temos sempre elogios grandes à sua atuação já lá atrás como Governador, como Senador, enfim, como político e como ser humano.

(Soa a campainha.)

O Sr. Flávio Arns (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agora eu quero dizer o seguinte: concordo inteiramente com as palavras que V. Exa. pronuncia da tribuna, com o Eduardo Girão, a Senadora Soraya, o Senador Oriovisto, porque eu diria o seguinte, e falei ontem já também na sessão do Congresso Nacional: uma nova página da história do Brasil começou a ser escrita com Sergio Moro, Dallagnol, procuradores, Polícia Federal, Receita Federal, Coaf, uma grande articulação de combate ao crime organizado na política; na política também! Por quê? Porque a gente fala de crime organizado pensando nos bandidos aí de fora, mas o crime organizado pode estar inserido lá fora e também em todos os setores da sociedade.

Foi muito interessante a reação das cerca de 60, 70 pessoas que estavam ontem com o Juiz e Ministro atual Sergio Moro no Ministério da Justiça. Fomos lá hipotecar total solidariedade! Até a expressão que o Senador Oriovisto usou foi "nós estamos juntos para o que der e vier", porque ele, com a equipe, começou a escrever uma história em que o exemplo tem que vir de cima: de honestidade, de participação, de transparência, de combate à corrupção. E, se nós do Brasil queremos um Brasil diferente, temos que prestigiar, valorizar, consolidar o trabalho da Lava Jato, do Juiz Sérgio Moro e de tantas outras pessoas que se empenham ao máximo por isso.

(Soa a campainha.)

O Sr. Flávio Arns (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, eu só quero até dizer para o Brasil, a partir do seu pronunciamento, Senador Alvaro Dias, conclamar o Brasil. Vamos dizer: olha, vamos defender! Chega de bandidagem, de malandragem, de aceitar o argumento de um bandido que está aí sendo encoberto sabe lá por quem e ameaçando aquilo que nós consideramos de mais importante, que é uma sociedade honesta, que luta por cidadania, por direitos, e é isso que tem que acontecer no Brasil.

Que o Juiz Sergio Moro, atual Ministro, e toda a equipe sejam ainda mais valorizados. O povo aplaudiu de pé – de pé! – ontem o Ministro, quando ele entrou na sala! E nós temos que aplaudir de pé, porque é de gente assim que precisamos no Brasil!

Parabéns, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Eu quero agradecer também...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Alguns segundos para eu concluir.

Eu quero agradecer o Presidente Anastasia pela concessão do tempo. O Regimento foi alterado neste momento para que nós pudéssemos travar este debate.



Eu concluo dizendo que o Ministro Sergio Moro e o Procurador Deltan Dallagnol superarão esta tormenta com a tranquilidade dos justos e dos honestos. Certamente, no dia 19, na Comissão de Constituição e Justiça, o Ministro Moro estará à disposição para responder a todos os questionamentos, em nome da dignidade, da decência e da honradez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado aos aparteantes que enriqueceram o nosso pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Agradeço muito, Senador Alvaro Dias. De fato, nós tivemos um prazo mais alargado, mas, evidentemente, os apartes justificaram. V. Exa. está de parabéns, como sempre, pelo seu pronunciamento rico e profundo.

O próximo inscrito é o Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará, a quem convido para assumir a tribuna e fazer o seu pronunciamento.

O próximo será o Senador Marcos do Val, também já inscrito.

Senador Zequinha Marinho, com a palavra V. Exa.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discursar.) – Muito obrigado, Presidente, a quem saúdo neste momento.

Eu quero cumprimentar ainda os nossos pares, Senadores desta Casa.

Eu venho à tribuna nesta tarde para apresentar um requerimento, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, para que seja consignado nos *Anais do Senado Federal* voto de aplausos pelos 108 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Brasil, comemorados no dia 18 de junho. A programação começa amanhã à noite na cidade de Belém, do Pará, capital do Estado, com a presença, inclusive, do Presidente da República. A sua sede originária é a cidade de Belém, do Pará, considerada a capital pentecostal do Brasil. Requeiro, ademais, que este voto de aplauso seja encaminhado ao Presidente da Convenção da Assembleia de Deus no Brasil (CADB), Pastor Samuel Câmara.

Eu gostaria aqui, Presidente, de homenagear a Assembleia de Deus, a Igreja Mãe, conforme chamamos em Belém, na 14 de Março, porque o trabalho original das Assembleias de Deus no Brasil e no mundo começou exatamente ali.

Há 108 anos, chegavam à cidade de Belém Daniel Berg e Gunnar Vingren, dirigidos por Deus a uma terra que não conheciam, com uma língua que não sabiam falar, mas com o coração ardente pela chama do Espírito Santo para pregar o Evangelho. Enfrentaram todas as dificuldades, todas as limitações daquele tempo, daquele momento, mas, em instante algum, desvaneceram do projeto.

Ali, na Cidade das Mangueiras, Deus plantou a mais vigorosa igreja evangélica pentecostal do mundo. A Assembleia de Deus hoje está em mais de 180 países, nascida lá em Belém do Pará. A primeira alimentação dos nossos missionários foi exatamente saborear manga, uma fruta muito gostosa nossa, que temos em grande abundância. Inicialmente, eles se encontraram, o casal de amigos que eram pastores da Igreja Batista, e começaram a se reunir ali no porão da Igreja Batista, no subsolo daquele templo, na Bilbao, nossa rua lá na capital, e ali começaram a buscar a presença de Deus. Determinado momento, o Pentecostes bíblico, lá do Novo Testamento, que inaugurou a igreja primitiva e a transformou num grupo de homens e de mulheres cheios do espírito para pregar e disseminar o Evangelho, também aconteceu ali na cidade de Belém, e a partir daquele momento aquele pequeno grupo de irmãos, mulheres e homens – irmã Celina de Albuquerque, algumas poucas famílias – iniciaram aquele trabalho.



Amanhã começa a programação à noite, lá no grande ginásio da Assembleia de Deus, na Avenida Augusto Montenegro, nosso querido Centenário, espaço que cabe mais de 20 mil pessoas, grande culto de celebração por esse trabalho que Deus permitiu que, a partir dali, começasse, para abençoar o Brasil e abençoar o mundo. A igreja em Belém hoje tem mais de 550 templos, várias convenções, vários ministérios, mas todo mundo teve uma mesma origem, teve um mesmo ponto de partida: aquele momento que foi para a história do Brasil e que foi, acima de tudo, para a história da vida espiritual e do ministério de muita gente.

Quero não só homenagear o Pastor Samuel Câmara pela liderança, pelo trabalho, pelo empreendedor espiritual dessa obra que é, lá em nosso Estado e no Brasil, mas também cumprimentar todas as gerações de líderes que surgiram a partir daquele momento, ao longo desses cento e poucos anos; saudar neste momento também o Pr. Gilberto Marques de Souza, presidente na outra convenção; cumprimentar também, lá do ministério de Madureira, o Pr. João Alberto; cumprimentar também, no ministério de Madureira, no sul do Pará, o Pr. Ibanês; cumprimentar também o Pr. Viana, em Belém, que é outra grande liderança, também dirige a convenção do norte, Madureira; cumprimentar nossos irmãos queridos, da Assembleia de Deus, ministério de Anápolis, o Pastor Eliseu, lá em Redenção, e todas as lideranças espalhadas pelo Estado; enfim, todos os ministérios existentes no Pará e no Brasil, que se originaram em Belém do Pará, através do trabalho de Daniel Berg e Gunnar Vingren. Deus continue abençoando esses homens e mulheres através das gerações, e que possamos ver o Evangelho de Cristo Jesus se desenvolvendo, alcançando almas, salvando vidas, transformando vidas, porque essa é a missão da igreja.

Muita gente acha que a igreja é um lugar de gente perfeita, mas a igreja é comparada a um grande centro de recuperação: é ali que Deus trabalha vidas, é ali que Deus transforma vidas, é ali que Deus opera na vida das pessoas, fazendo com que sejam pessoas melhores, cidadãos melhores, pais de família melhores, profissionais melhores, políticos melhores também.

Assim, quero aqui saudar todos os meus irmãos de Belém e do Estado do Pará, mas lembrando da igreja mãe, do trabalho que ainda hoje na área social é desenvolvido em todos os aspectos. Eu queria que destacar o trabalho da habitação, um programa que o Pr. Samuel Câmara e o ministério de Belém desenvolvem, ao poder entregar a pessoas e famílias carentes da nossa capital muitas casas já prontinhas para morar. Casinhas ou casebres que de repente estavam caindo aos pedaços, ali chega uma turma de gente voluntária, que adquire material, que reconstrói, reforma ou faz uma nova e entrega àquela família.

Então, são muitas as ações. Não é só o campo espiritual que é trabalhado, não é só o campo – digamos assim – da emoção, da alma, do Espírito, mas também a parte prática da ação social.

A igreja em Belém, assim como em todo o Pará e no Brasil, procura atender o homem em todas as suas dimensões, a dimensão do espírito, da alma e do corpo. Por isso, quero dizer da minha alegria de participar, de ser um membro ativo e efetivo das assembleias de Deus no Brasil desde a minha infância e ver hoje esse trabalho prosperando e todos nós nos alegrando com muito júbilo, a partir de amanhã, fazendo uma longa programação até domingo à noite, comemorando esses 108 anos.

Portanto, parabéns à Assembleia de Deus em Belém do Pará, à convenção liderada pelo Pr. Samuel Câmara, parabéns às demais convenções lideradas pelo Pr. Gilberto e às outras lideranças de outros ministérios que aqui já mencionamos. Que Deus continue abençoando.



E aqui deixo esse requerimento para que a história, os *Anais do Senado Federal* possam registrar esse momento importante para nossa igreja no Brasil e no mundo.

Muito obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Zequinha Marinho, o Sr. Antonio Anastasia, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Plínio Valério.)

(Durante o discurso do Sr. Zequinha Marinho, o Sr. Plínio Valério deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Anastasia, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Meus cumprimentos, eminente Senador Zequinha Marinho, pelo vosso pronunciamento, que traz aqui a lume a questão da igreja a que pertence V. Exa., que recebe também os nossos cumprimentos e os nossos parabéns.

Nós não temos mais inscritos na lista oradores presentes no Plenário. Como S. Exa. o Presidente Senador Davi Alcolumbre anunciou que a Ordem do Dia vai se iniciar por volta de 17 horas, e faltam seis minutos, me resta, portanto... *(Pausa.)*

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Em socorro à Mesa, para não haver esse intervalo, quero aproveitar, Sr. Presidente, para registrar o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, que é hoje.

No Brasil, Sr. Presidente, em 2007, 12 de junho também foi instituído como o Dia Nacional do Combate ao Trabalho Infantil, sob a Lei nº 11.542, de 2007.

No ano de 2019, 20 anos depois da Convenção nº 182 da OIT sobre as piores formas de trabalho infantil... A Convenção de 1999 foi ratificada no Brasil pelo Decreto nº 3.597, de 2000. Contudo, o problema ainda existe no País. O Brasil tem 2,4 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos trabalhando. Eles trabalham na agricultura, na pecuária, no comércio, nos domicílios, nas ruas, na construção civil, entre outras tantas situações.

Eu sou autor de um projeto que torna crime a exploração do trabalho infantil, o Projeto 237/2016. Nós já aprovamos aqui, no Senado, aliás foi uma aprovação por unanimidade, e a proposta está lá na Câmara dos Deputados. E eu conclamo, estou articulando lá na Câmara para a gente aprovar imediatamente, porque é uma legislação importante, que coíbe mais duramente aqueles que usam esse tipo de trabalho, o trabalho infantil. Exatamente quando da formação do caráter das crianças, dos jovens, eles precisam dedicar-se à educação, e o Estado brasileiro tem obrigação para com isso.

E é nosso dever combater a escravidão, o tráfico de crianças em escravidão, os tráficos forçados, a servidão por dívida, a exploração sexual, a pornografia, o recrutamento militar em conflitos armados e outras formas de trabalho que podem oferecer risco às condições de saúde, de formação de caráter e de moral das nossas crianças.

Por isso, infelizmente, nós não temos muito a comemorar neste dia, mas é um dia muito importante, porque ele foi criado exatamente para chamar a atenção da sociedade sobre essa mazela que ainda existe no nosso País. Por isso eu queria registrar essa questão do Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil e, ao mesmo tempo, cobrar do Parlamento brasileiro que a gente esteja atento para aprovar leis que sejam mais duras no sentido de coibir esse tipo de mazelas que ainda existem no nosso País.



O nosso País é um país rico, é um país que tem condições de se desenvolver, de dar oportunidade para todos, quer seja na educação, mas principalmente na produção, na geração de emprego, para que a gente possa, através do trabalho e do desenvolvimento, criar condições de ter um Estado social que possa dar dignidade desde as crianças até a nossa velhice.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado Senador Paulo Rocha.

Cumprimento-o pelo pronunciamento num tema tão relevante como esse. Apresento portanto a V. Exa. os meus cumprimentos.

Eu vou suspender...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Pois não.

Senador Kajuru com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Muito obrigado pela compreensão, como sempre de costume, pela sua educação, é porque chego rapidamente – saí por oito minutos aqui do meu gabinete.

A gente falou tanto hoje aqui, Senadores da oposição, Senadores da situação, enfim, sem essa preocupação de qual lado você está, mas falamos de como foi importante o dia de ontem: 450 a zero na Câmara e 61 a zero no Senado, ou seja, o entendimento de todos nós aqui, neste Congresso, um comportamento de brasilidade para a aprovação do regime emergencial, com a liberação do empréstimo de quase R\$300 bilhões. Então, foi tudo bonito ontem.

Aí chega hoje e, só por causa de uma votação na CCJ, com um placar de 15 a 9 em relação ao porte de arma, à posse de arma... É um direito de cada Senador votar, até porque os argumentos que o Governo trouxe não convenceram esses 15 Parlamentares que lá estavam.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Não é nem análise direta, é de forma.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É exatamente como disse o Senador Cid Gomes: é uma análise de forma.

Então, de repente, chego, e o pessoal está preocupado: "Kajuru!". "O que houve?". "O pessoal do Bolsonaro começou a detonar nas redes sociais". Presidente, vamos parar com isso. Nós sabemos, ainda mais eu, porque eu sou muito melhor conhecedor do que o Senhor – desculpe-me – de redes sociais. O Senhor é um patinho, é um dente de leite perante mim. Eu mexo com rede social há 15 anos. O Senhor começou a mexer há um ano. Então, eu sei o que o Senhor faz: o Senhor contrata robôs. Em cada Estado do Brasil o Senhor tem um líder que comanda robôs e tem uma outra equipe, comandada, em Miami, exatamente para atacar os Parlamentares que, às vezes, não votam naquilo que o Senhor quer ou como quer.

Então, ou há democracia, há liberdade de expressão, ou vai ficar difícil. Nós queremos dialogar, mas dessa forma sorrateira não, Presidente, não mesmo. Estou dizendo isso aqui do Plenário e diria na sua frente, na sua cara, por telefone ou pessoalmente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Com a palavra o Senador Espiridião Amin.



O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Não ia falar sobre esse assunto, mas, depois que o professor Nasser... Ele realmente é professor, disse ele entende mais do que das outras coisas que ele também entende. Mas ele entende mais porque é pioneiro nessa arte da guerra cibernética sem sangue, mas com muito incômodo.

Quero só declarar que, talvez, tenha havido um equívoco no debate de hoje na Comissão de Justiça, porque o Senador Cid Gomes não teve acatada a sua sugestão de que nós tínhamos de nos ater ao aspecto da constitucionalidade e da legalidade do decreto.

Quero aqui, de público, dizer o seguinte: jamais vou descumprir o que eu entendo que é o preceito constitucional por intimidação de quem quer que seja. O tema armamento, desarmamento – para os Senadores talvez isso não seja de amplo conhecimento – foi debatido sob a forma de um projeto de lei de um catarinense, o Deputado Peninha, que hoje é o coordenador da Bancada de Santa Catarina – como projeto de lei. O Deputado Alberto Fraga, que foi candidato aqui, no Distrito Federal, era o Relator.

Porte de arma é assunto para lei. Quem aprovou e quem pode aprovar porte de arma para guarda municipal de até 100 mil habitantes, para mais de 200 mil habitantes, para guarda portuário, agente prisional, é a lei. Não é o cidadão fulano de tal ou o cidadão beltrano. Isso é respeito à ordem legal e institucional do País. Não adianta nem o eleitor, legitimamente indignado, porque pensava outra coisa, ou pensa outra coisa, e muito menos robô. Se o robô nos roubar o direito e o dever de votar de acordo com a nossa consciência em primeiro lugar, ele terá roubado um bem inútil, porque quem se intimida pela pressão indevida vai acabar jogando fora o direito de viver em uma democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Senador Jorginho Mello, com a palavra V. Exa.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Quero prestar contas, Sr. Presidente, da aprovação da MP 876, da desburocratização.

Acabamos de aprovar, por unanimidade, na Comissão mista especial e, agora, será feito o encaminhamento ao Plenário da medida provisória que resolve a vida de micro, pequeno e médio empresário na abertura e no fechamento de todas as empresas.

Uma discussão grande sobre os vogais, conseguimos chegar a um bom termo, enfim.

Então, eu quero agradecer a V. Exa. pela compreensão da espera e agora presto contas a V. Exa. Agradeço e está entregue o serviço que fizemos em nome de todos os Senadores, Senadoras e Deputados para o Brasil e para as nossas empresas abrirem e fecharem com mais facilidade.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Jorginho.

Senador Plínio Valério, com a palavra V. Exa.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, alguns dias atrás, eu acho que chega a um mês, não mais do que dois meses, quando o Supremo Tribunal Federal julgou a questão da Zona Franca de Manaus e considerou legal, o Ministro Paulo Guedes, em uma entrevista a um programa de grande audiência, lamentou



o rombo que o Supremo teria causado ao concordar com a Zona Franca, o rombo de R\$16 bilhões, que a Zona Franca causaria ao País, gerando, com isso, um dano tenebroso à imagem da Zona Franca.

Nós fizemos um requerimento – Senador Omar Aziz, Senador Eduardo Braga e eu –, pedindo ao Ministro Paulo Guedes que nos explicasse esses números, onde os encontrou, qual foi a fórmula e o porquê, perguntando tudo! Finalmente a resposta chegou numa nota pequena, numa nota muito simples, numa nota bem singela, que não corresponde nem a 10% do dano causado. O Ministério da Economia esclarece que o impacto fiscal da decisão do Supremo em relação ao crédito de imposto sobre produtos da Zona Franca é de R\$2,3 bilhões. Lá disseram que seria de R\$16 bilhões. Isso quando se coloca o polo de concentrados, quando se retira o polo de concentrados, que não tem porque estar nesse cálculo, cai para R\$1,1 bilhão.

Pronto, a nota é só isso!

E eu pergunto, Presidente Anastasia, por que eles não reconhecem que causaram de forma irresponsável danos à imagem da Zona Franca de Manaus?

Naquele momento, naquele minuto, passaram à Nação que a Zona Franca causava um roubo de R\$16 milhões à Nação. Eu dizia que era mentira e que provaria que era mentira. Está provado! Só que eles reconhecem o erro, mas não tem a humildade de reconhecer que eles causaram um tremendo mal.

Portanto, eles continuam na trincheira, querendo acabar com a Zona Franca e nós aqui provando que são irresponsáveis e mentirosos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Meus cumprimentos, Senador Plínio Valério, muito procedente a intervenção de V. Exa.

Não havendo mais oradores inscritos, no aguardo da Ordem do Dia, portanto, eu suspendo a presente sessão até o início da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 17 horas e 07 minutos e reaberta às 17 horas e 41 minutos, sob a Presidência do Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está reiniciada a sessão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou hoje pela manhã o Projeto de Decreto Legislativo 233, de 2019. Esse projeto de decreto legislativo, de minha autoria e de outros Sras. e Srs. Senadores – outros estão apensos a eles, um da Senadora Eliziane Gama, outro do Senador Humberto Costa, entre outros –, susta, suspende o decreto, revoga o Decreto Presidencial 9.785, de 2019.

Informo a V. Exa. que a CCJ aprovou também a urgência dessa matéria. Só que, em obediência ao Regimento, a urgência dessa matéria está prevista no art. 336, II, do Regimento



Interno. Diz o 336, II, do Regimento Interno que a matéria, aprovada a urgência por sua respectiva Comissão, deve ser apreciada até a segunda sessão legislativa.

Sendo assim, Sr. Presidente, destaco aqui que era interesse e intenção nossa, que somos partidários da revogação do decreto presidencial, que essa matéria fosse apreciada no dia de hoje. Mas, visto que não há acordo entre os Líderes e como a única urgência que temos é a urgência da Comissão de Constituição e Justiça, conforme o 336, II, do Regimento Interno, e como V. Exa. muito bem sabe, tanto eu quanto V. Exa. costumamos resguardar os termos regimentais e pedir o fiel cumprimento deles, nós que somos favoráveis à revogação do decreto presidencial concordamos, aliás, não só concordamos, compreendemos que é imposição regimental essa matéria ser apreciada na próxima terça-feira.

Só solicito a aquiescência de V. Exa. – visto que foi aprovada já a urgência pela Comissão de Constituição e Justiça e que essa urgência está prevista no 336, II, do Regimento – para que esse tema fosse o primeiro a ser enfrentado por este Plenário do Senado Federal na próxima terça-feira, Presidente.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Respondo já a V. Exa.

Senador Major Olímpio; em seguida, Alvaro Dias.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu até ia fazer uma questão de ordem, mas o Líder Randolfe, muito embora estejamos, nessa situação, em trincheiras opostas – eu defendendo, na plenitude, o decreto que regulamentou o Estatuto do Desarmamento, como chamado, o Decreto das Armas –, mas, após o encaminhamento, aliás, a votação na CCJ agora pela manhã, essa questão de ser necessária a urgência e também de ser necessária a pauta em 48 horas, o Líder Randolfe, num entendimento justamente, não só em relação ao Regimento, mas também por uma construção propositiva para que esta Casa se debruce e faça a votação, e que o Plenário possa fazer a definição maior pelo Senado... Também encareço a V. Exa. que, em cumprimento ao 336 e ao seu inciso I, e a um amplo acordo construído, fique exatamente... Também não fazemos nenhuma obstrução ou nenhuma ressalva para que seja a primeira pauta a ser debatida na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, em tenho uma questão de ordem, mas antes disso eu gostaria de dizer a V. Exa. que eu alimento um sonho de que um dia nós possamos começar a Ordem do Dia às 16h, como impõe o Regimento Interno do Senado Federal. Eu espero ainda, um dia, ver o início da Ordem do Dia, às 16h, religiosamente, cumprindo o Regimento, Presidente.

Sr. Presidente, com base no art. 66, §5º, da Constituição, art. 131 do Regimento Comum, combinado com os artigos 325 e 402 do Regimento Interno do Senado Federal, na sessão do Congresso Nacional de 5 de junho foi entabulado acordo de várias Lideranças com o Governo para rejeição de parte do Veto 38, de 2018, na parte em que se dava nova redação ao art. 28-A da Lei 13.606, referente a descontos para liquidação do Pronaf.

Ocorre que, pela articulação um tanto quanto dificultosa, aconteceu um resultado inusitado: foi rejeitado o veto aos incisos, subitens 5 a 9, mas não ao *caput* do artigo (subitem 4).



Obviamente, trata-se de um verdadeiro Frankenstein normativo, pois os incisos estabeleciam apenas condições para uma regra que não mais existia.

Sobreveio o protesto do Deputado Afonso Florence, Líder da Minoria, em razão do qual o Presidente da Mesa do Congresso achou por bem considerar a manutenção do veto – um erro material, um equívoco – e enviar para a promulgação também o trecho do *caput*, como se também houvesse sido derrubado o veto a ele relativo.

Atenção, Sr. Presidente, o Presidente enviou para a promulgação dispositivo que foi vetado pelo Presidente da República e cujo veto o Congresso Nacional, por decisão expressa e registrada, decidiu manter. Trata-se de precedente da mais alta gravidade que se possa imaginar.

Com todo o respeito à decisão presidencial, que foi motivada certamente pela intenção de evitar uma deliberação incongruente e uma lei sem sentido, não cabe ao Presidente corrigir o Congresso Nacional. A periculosidade do precedente foi revelada na última sessão, em que o mesmo Líder da Minoria tentou mudar o resultado de um outro dispositivo, com a mesma desculpa de decisão incongruente.

É absolutamente necessário evitar que essa parte da lei seja promulgada, Sr. Presidente. Se for o caso, o Congresso Nacional deve voltar a deliberar sobre a matéria, declarando ser a decisão anterior insubsistente por contraditória. Nesse sentido, o Regimento do Senado é claro, em seu art. 325, sobre o procedimento a ser adotado. E é evidente que procedimento análogo deveria ser adotado no Congresso Nacional.

Art. 325. Verificada a existência de erro em texto aprovado e com redação definitiva, proceder-se-á da seguinte maneira:

I – tratando-se de contradição, incoerência, prejudicialidade ou equívoco que importe em alteração do sentido do projeto, ainda não remetido à sanção ou à Câmara, o Presidente encaminhará a matéria à comissão competente para que proponha o modo de corrigir o erro, sendo a proposta examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de submetida ao Plenário.

Depois temos mais dois parágrafos, II e III. Não leio, mas V. Exa. os receberá, em mãos, para análise. Não leio por economia processual.

Não se pode, portanto, de maneira alguma, superar uma decisão do Plenário por uma decisão monocrática com a desculpa de erro. O Congresso deve ter responsabilidade para deliberar de forma coerente. Se não o fez, não pode o Presidente da República corrigi-lo. Os Deputados e Senadores votaram e decidiram de uma determinada forma. Essa forma deve, a princípio, prevalecer. Ou, ao menos, não pode ser superada por um ofício presidencial escusando equívoco.

A verdade é que o expediente da cédula de veto, apesar de ter sido um avanço incrível que nos permitiu deliberar sobre os vetos presidenciais, contém uma série de vícios de origem que desvirtuam completamente os princípios do processo legislativo.

Devemos aproveitar o momento da votação da PEC que altera o rito das medidas provisórias, o que vai exigir a renovação de procedimentos internos e entabular esforços para a construção de um novo Regimento Comum que preveja, inclusive, mais claramente os casos de erro, de equívoco.

Essa é apenas uma das situações que fazem ver a necessidade de renovação dos procedimentos do Congresso Nacional. Também vemos essa necessidade, por exemplo, em razão



da iminência de aprovação de novo rito constitucional de medidas provisórias. Vemos na PEC 91, vinda da Câmara, o avanço, ao dar tempo para apreciação no Senado.

Por outro lado, vemos novamente retornar o temor de que a Câmara volte aos malfadados pareceres de Plenário. Na atual conjuntura, o Senado ao menos consegue garantir metade dos relatórios. Ao retirar a previsão expressa de que a Comissão deve dar parecer sobre a matéria, entregamos novamente todo o poder à Câmara dos Deputados, tal como era antes da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.029, julgada em 2012.

Peço, então, a V. Exa., Sr. Presidente, que declare insubsistente a votação havida em Plenário, deixando de pretender corrigir uma votação errada – mas soberana – do Congresso Nacional. É o próprio Congresso que deve se corrigir. E que aproveitemos o equívoco para aprender com nossas lições e construirmos um novo Regimento Comum do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder Alvaro Dias, no momento dessa decisão quem estava presidindo a sessão do Congresso Nacional era o Vice-Presidente, Deputado Marcos Pereira.

Na verdade, era um artigo com o *caput* e dez incisos. V. Exa. fez um relato em relação à derrubada dos vetos dos dez incisos e à não derrubada do *caput* do artigo.

O que é que acontece? Em uma sessão do Congresso Nacional, que foi a de ontem, o Presidente Marcos Pereira consultou o Plenário se poderia, com o apoio do Plenário, fazer a derrubada do *caput* do artigo, porque não fazia sentido derrubar os incisos e não derrubar o *caput* do artigo. O Plenário do Congresso Nacional aquiesceu, pela unanimidade, em derrubar o *caput* do artigo. Então, não é uma decisão de um Presidente monocraticamente: foi a decisão do Congresso Nacional.

Mas eu recolho o documento de V. Exa. e nós responderemos em momento oportuno.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Foi um equívoco coletivo, não foi do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Que foi corrigido na sessão seguinte.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas eu responderei a V. Exa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – E o Presidente da República ignorou a decisão do Congresso Nacional. Essa é a questão!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Não, não. É porque não foi encaminhado ainda para o Presidente da República. Então, ainda está no prazo de fazermos a correção que foi feita ontem.

Mas eu responderei a V. Exa., inclusive com as notas taquigráficas.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Cid Gomes.



O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Pela ordem.) – Eu sonho com o dia em que o Senador Alvaro Dias permitirá que a reunião, a Ordem do Dia, efetivamente comece mais próxima de 16h.

Então, hoje é o Dia dos Namorados e eu tomo a liberdade de pedir a V. Exa. que coloque em votação a primeira matéria da pauta, e aí os outros temas que queiram ser discutidos podem ser discutidos durante a votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Tudo certo, Líder Cid.

Eu quero responder...

Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Apenas para fazer um registro aqui, já que, possivelmente, essa matéria deverá ser vetada – pelo que tem sido dito pelo Presidente da República. Mas eu queria passar aqui uma informação.

As companhias aéreas brasileiras arrecadaram, em 2018, mais de R\$1 bilhão só com a cobrança de bagagem. Esse volume é 74,4% maior do que o registrado em 2017 e 188,4%, em relação a 2016, quando a cobrança abusiva foi instituída pela Anac. Isso, Sr. Presidente, é uma escandalosa extorsão dos consumidores brasileiros, com a chancela do Estado. As empresas prometeram que as passagens iriam baixar com essa medida. Isso não aconteceu. Ao contrário, elas subiram. A própria cobrança de bagagens já subiu 100% desde que foi criada. No mundo todo, as empresas aéreas lucraram mais de 28 bilhões com essas cobranças, que já representam 30% das suas receitas auxiliares.

O Congresso Nacional, naquela medida provisória relatada pelo Senador Roberto Rocha, aprovou o fim dessa cobrança abusiva. Agora está nas mãos do Presidente. Ele ameaça vetar. Se ele o fizer, temos que estar prontos para derrubar esse veto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder Humberto, respondendo à questão de ordem levantada e às ponderações do Senador Randolfe Rodrigues, eu informo ao Plenário que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o requerimento de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 233.

Acontece que a urgência só se dá no Plenário. Então, recepcionando as informações levantadas pelo Líder Randolfe Rodrigues, eu farei a leitura para cumprir o acordo em relação a pautarmos, na semana que vem, esse requerimento, mas eu farei a leitura e a votação do requerimento de urgência no Plenário do Senado neste momento.

Foi apresentado requerimento de urgência, que será publicado na forma regimental, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2019, que susta o Decreto nº 9.785, de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de arma de fogo e de munições e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas – Sinarm (tramita em conjunto com os Projetos de Decreto Legislativo nºs 235, 238, 239, 286, 287 e 332, de 2019).

(Requerimento nº 521/2019 – Vide item 2.1.16 do Sumário)

O requerimento será apreciado após a Ordem do Dia de hoje.

Ofício recebido do Tribunal Superior do Trabalho.



Ofício nº 30, de 2019 (nº 293, de 2019, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Emmanoel Pereira para compor o Conselho Nacional de Justiça na vaga destinada a membro do Tribunal Superior do Trabalho.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça (**Vide item 2.1.10 do Sumário**).

Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2018 – Complementar, de autoria do Senador José Serra, que altera a Lei Complementar nº 156, de 2016, para retirar os precatórios dos limites de aumento das despesas correntes dos Estados, estabelecidos pela lei como contrapartida à renegociação das dívidas dos Estados com a União.

Pareceres favoráveis da Comissão de Assuntos Econômicos do Senador Otto Alencar: nº 80, de 2018, favorável, com a Emenda nº 1, da CAE; nº 30, de 2019 (em reexame, nos termos do Requerimento nº 371, de 2019), favorável, nos termos da Emenda nº 3, da Comissão de Assuntos Econômicos (um Substitutivo), que apresenta, e contrário à Emenda nº 2, da CAE.

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento 498, de 2019.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

A Emenda nº 2, da CAE, rejeitada pela Comissão, é considerada inexistente e deixa de ser deliberada pelo Plenário, nos termos do art. 124, inciso I, do Regimento Interno.

Em discussão o projeto e as emendas, apresentadas em turno único.

Para discutir, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro, quero destacar aqui a contribuição que o Senador José Serra tem dado ao Brasil, ao longo da sua vida pública, com várias participações na vida nacional, em momentos que marcaram a sua presença, como Ministro da Saúde, como Senador, como Governador do Estado de São Paulo, em todos os cargos que ocupou.

Esse projeto do Senador José Serra vem contribuir muito como um aditivo à Lei de Responsabilidade Fiscal (a Lei nº 101, de 2000), que é um trunfo de muitos anos.

Nesse projeto que eu relatei, três pontos eu posso destacar a V. Exa.

Primeiro, o Conselho de Gestão Fiscal, que está sendo criado com paridade nesse projeto; segundo, a válvula de escape para os Estados que não tiveram ainda condição de cumprir itens da renegociação da dívida, que é importante e fundamental. O outro é a ampliação do tempo para que os Estados que não fizeram adesão à renegociação possam ter mais 180 dias para isso.

É uma matéria que foi discutida e pacificada. Portanto, o meu parecer foi favorável, com essas modificações que V. Exa. leu aí das emendas.

Eu pediria a V. Exa. que, se não houver mais quem queira discuti-la, que a colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Amin. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Eu queria aproveitar esta oportunidade – peço à assessoria que entre em contato com o Senador Esperidião Amin, que está inscrito; ele está vindo ali – e fazer referência em relação a um pleito, que a Mesa recebeu hoje, do Senador Jorginho Mello.

O Senador Jorginho Mello é Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória 876. Ele fez um apelo para que nós pudéssemos iniciar a Ordem do Dia às 17h, quando ele pudesse concluir a votação dessa Medida Provisória da Desburocratização.



Então, a Presidência acolheu a manifestação do Senador Jorginho, Presidente da Comissão Mista, e por isso também nós iniciamos a sessão plenária com um pouco de atraso no dia de hoje.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Exa. Já tive oportunidade de agradecer ao Presidente Anastasia, que estava presidindo. Só assim foi possível nós concluirmos, negociando e alterando emendas. Fechamos o relatório, ajudamos o Brasil, e agora atrasou um pouquinho a Ordem do Dia, mas foi altamente justificável.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Jorginho.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Como o senhor percebeu, até Gioconda anda por perto.

Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, homenagear o autor do Projeto de Lei 163, nosso querido Senador José Serra, e também o Relator, o Senador Otto Alencar, porque ambos trabalharam da maneira mais correta e compreensiva nesta questão.

Eu apresentei esta emenda na Comissão de Assuntos Econômicos e modifiquei-a para que fosse apreciada aqui. Desejo que o Relator leia a emenda – concorde ou não; isso é do seu direito –, mas quero dizer que esta emenda procura algo muito mais do que simplesmente enriquecer o Projeto de Lei 163, que nasceu para tratar de precatórios e agora versa sobre o conselho que está sendo estabelecido para coordenar a política fiscal do País. A emenda que eu proponho, Presidente, traz um estudo longo e denso sobre o quanto os Estados brasileiros que pactuaram com a União já pagaram de juros, além daquilo que a União pagou para obter o dinheiro que emprestou, tanto no financiamento da consolidação das dívidas dos Estados e Municípios quanto no Proes, que foi o financiamento para as soluções dos problemas dos sistemas financeiros estaduais.

Eu quero apenas trazer este assunto hoje para a Casa da Federação, porque nós vamos ter outras oportunidades de debater. O anunciado Plano Mansueto já chegou ao Congresso. E ele oferece como grande medida do Governo a possibilidade de os Estados que perderam a condição de obter financiamento receberem uma cota de financiamentos para o futuro, sem abordar o encargo financeiro que pesa sobre esses financiamentos. De forma que, seja hoje, no bojo do Projeto de Lei 163, seja...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, ela está apresentada formalmente com o histórico do empréstimo que pode ser resumido ao seguinte: valor corrigido dos empréstimos feitos aos Estados brasileiros... Agora, eu peço atenção, peço atenção, inclusive, ao Relator que protestou muito. Senador Otto Alencar, peço, inclusive, atenção particular do Senador Otto Alencar, porque S. Exa. verberou muito a minha iniciativa de remontar a 1997. Mas, corrigido, o volume dos empréstimos dados pela União aos Estados e Municípios, corrigido pelo IPCA, perfaz 400 bilhões. As parcelas já pagas pelos Estados, igualmente corrigidas – de acordo com a data de seu pagamento – também pelo IPCA, perfazem 523 bilhões. E os Estados devem 510 bilhões. Ou seja, é uma dívida impagável. Como é que você quer discutir pacto federativo renovando ou ignorando uma dívida impagável? Dando direito a



mais um empréstimo? Ou criando um conselho para gerir a política econômica? Ou postergando precatórios? É assim que nós vamos fazer uma política nova para a federação?

Eu deixo essa pergunta no ar: se é imperioso resolver o problema dos precatórios ou é imperioso discutir sobre o conselho. Tudo bem, aprovemos a 163, fruto do trabalho sempre inteligente e apropriado do Senador José Serra...

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e do trabalho do Relator, grande e nobre Senador Otto Alencar. Agora, o que não tem cabimento é a União manter os Estados brasileiros sob o guante de uma taxa de juros impagável. Repito: que nem ela paga! Ela não pagou essa taxa! A União ganhou dinheiro e agora tem ativos resultantes de taxas de juros aplicadas, seja sobre o IGP-DI, seja sobre o IPCA, impagáveis. Seja neste projeto, seja no projeto do chamado Plano Mansueto, a Casa da Federação não pode deixar de discutir este assunto com seriedade e profundidade.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, da mesma forma que o Senador Esperidião Amin, tratar desse tema porque ele é da maior relevância. Todas as propostas de pacto federativo poderiam ser resumidas nessa emenda do Senador Esperidião Amin. Nós resolveríamos o problema de caixa de todos os Estados, uma vez que os Estados já pagaram a dívida, há mais de cem bilhões de vantagens que a União teve em função dos empréstimos e da absorção da dívida dos Estados que a União fez ao longo do tempo.

Portanto, eu queria aqui fazer um apelo a todos os Líderes, inclusive ao Relator, para que a gente pudesse avaliar, ou neste momento – eu preferiria que fosse neste momento –, ou no momento oportuno, o cálculo e a base de juros que sustentam uma dívida impagável.

De repente, a gente esteja abrindo um debate sobre a caixa-preta da dívida pública brasileira, que também pagamos e não vemos a possibilidade de terminar um dia liquidando esse passivo que corrói o Brasil, os brasileiros e a nossa economia, que é a dívida pública do País.

Eu queria aqui dizer que a nossa posição caminha no sentido de, junto com a ideia do Senador Esperidião Amin, tratar desse tema o mais rápido possível, de preferência com a emenda dele no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, na mesma linha do Senador Rogério Carvalho, na mesma linha do Senador Esperidião Amin, estou trazendo um dado do Rio Grande do Sul, Senador Rogério. Nós pagamos, no Rio Grande do Sul, de 1991 a 1997, o equivalente a 8% da receita líquida real; de 1998 até agora, estamos pagando 17% da receita líquida real. Se pegarmos o que os Estados hoje devem, segundo os últimos números do Tesouro Nacional e do Banco Central, isso dá quase 700 bilhões de todos os Estados devedores.

Agora, há outro assunto que eu quero trazer aqui e de que nós já fizemos um debate na Comissão de Assuntos Econômicos com a presença do Ministro Paulo Guedes: é que os Estados



têm a receber também quase 600 bilhões, Senador Jayme Campos. Todos os Estados têm a receber da Lei Kandir. Quem sabe possamos buscar o encontro de contas? O Deputado Luiz Carlos Hauly trabalhou esse assunto e sabe bem o que é Lei Kandir, com o que os Estados têm a receber e o que os Estados devem. Portanto, nessa linha, é importante... Só no Rio Grande do Sul, essa conta nós pagamos... O Estado renegociou em torno de 36 bilhões, 37 bilhões, pagou mais de 40 bilhões e deve hoje mais de 60 bilhões. São os números macro, de que o Senador Amin falou, de vários Estados brasileiros.

Em boa hora, nós temos uma audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Estados devedores, do Ministro Paulo Guedes e do Ministro Onyx Lorenzoni para poder fazer essa discussão.

É apenas o registro em apoio à emenda do Senador Esperidião Amin.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu quero aproveitar esta oportunidade, antes de passar a palavra, para falar sobre o assunto do Requerimento – de urgência – nº 521. Eu quero informar ao Plenário que foi construído um acordo com vários Líderes, Senadores e Senadoras, que estão aqui agora. Esse requerimento sobre o decreto legislativo estará na pauta na terça-feira... O projeto de decreto legislativo sustando o Decreto 9.785, de 2019. Então, eu quero informar ao Plenário que a Presidência pautará na terça-feira.

Senador Vanderlan.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

Inscrição, por favor.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu acho que o assunto do Projeto 163 precisa ser discutido – e eu concordo aqui com o que o Senador Rodrigo falou – em audiência pública, para se debater mais a dívida dos Estados.

Os Estados vêm pagando juros de agiota, ao longo dos anos, para a União, Rogério. São juros de agiota.

E nós temos que discutir também a dívida pública nossa, interna.

Nós aprovamos, ontem, na CAE, Sras. Senadoras e Senadores, um pedido de audiência pública para discutir a dívida pública e seus desdobramentos na economia brasileira. Sr. Presidente, nós só estamos discutindo com relação à previdência, nós estamos esquecendo de discutir a dívida pública nossa: é a mesma forma dos Estados. E nós convidamos aqui representantes do Banco Central, representantes do Tribunal de Contas da União, representantes do Tesouro Nacional, a Auditoria Cidadã da Dívida e também o IFI, aqui do Senado Federal. Então, tudo isso que foi falado, o que já pagou de juros, o Brasil, quanto mais paga de juros, mais fica devendo.

Nós temos aí uma economia, Senador Oriovisto, na reforma da previdência, anunciada, de R\$1 trilhão em dez anos! Só no ano de 2018, nossa dívida aumentou mais de R\$1 trilhão! Só no ano de 2018, entre o que nós pagamos de juros e o que foi rolado da dívida. Então, nessa audiência pública nós precisamos saber. Da mesma forma, eu venho acompanhando e estudando a dívida dos Estados. A intenção é excelente, mas a forma que se está encontrando talvez seja de protelar a dor do paciente.



Queria comunicar que está pré-agendada com o nosso Presidente da CAE, Senador Omar Aziz, no dia 25 de junho – provável, o Senador Omar Aziz me passou essa data –, e lá nós vamos debater por que essa dívida chegou a esse valor; acredito que devemos discutir mais essa dívida dos Estados em audiência pública, trazendo técnicos, pessoas para traduzir e informar como é que já se pagou de Estado por Estado e por que chegou a essa condição em que está hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Carlos Viana. E vou iniciar a votação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Meu boa-noite a todos os Senadores e Senadoras.

Quero contribuir nessa questão da dívida dos Estados, Senador Vanderlan, Senador Esperidião Amin, com uma reflexão. É muito oportuna a discussão sobre um índice que corrige uma dívida que, de fato, é impagável, mas nós precisamos trazer ao bojo também das discussões de onde surgiu essa dívida.

Até 1995, Senador Vanderlan, o sistema bancário brasileiro dos Estados era uma bagunça: os Estados gastavam muito mais do que deveriam, do que arrecadavam, e a União vinha, única e exclusivamente, renegociando dívidas com os Estados. Observem que o sistema bancário brasileiro, até 1995, com os bancos estaduais, era um buraco sem fundo. Os Governadores, até aquele momento, usavam os bancos para financiar as próprias campanhas, para manter grupos políticos com o dinheiro público.

Foi o Plano Real, em 1995, que colocou ordem nessa história toda, exigindo dos Estados naquele momento que o sistema bancário fosse saneado e que o Brasil pudesse, a partir daquele ano, com o Plano Real, ter um controle da dívida pública, Senador Kajuru. Era, perdoe-me a expressão, terra de ninguém; os Estados tinham um problema gravíssimo de controle fiscal. Passado o Plano Real, o Parlamento aprovou uma lei fundamental para que nós pudéssemos controlar a inflação e garantir ao contribuinte brasileiro que os impostos pagos comesçassem de fato a ser bem utilizados: a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Hoje, os senhores vejam bem, nas minhas Minas Gerais, 79% de toda nossa receita vai para o pagamento dos servidores, é um problema seríssimo o que nós temos. Nós precisamos discutir os índices, mas não podemos, Srs. Senadores, deixar que o País volte a um passado que nós não queremos mais, que é um passado de completo descontrole!

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós temos que discutir, temos que propor, mas temos que exigir também um controle firme das contas públicas, do regime fiscal, um controle firme daquilo que nós infelizmente... Todas as vezes que ajudamos, daqui a pouquinho o Estado está endividado outra vez.

A questão da Lei Kandir que foi levantada aqui. Não existe dívida da Lei Kandir e por que não existe? Porque não entrou dinheiro da Lei Kandir. Eu lembro muito bem do ano passado, quando o ex-Governador de Minas, com o grupo dele, levou os prefeitos a acreditar que Minas tinha uma dívida gigantesca com a Lei Kandir. Não existe dinheiro da Lei Kandir, não entrou dinheiro, não foi o imposto arrecadado.

Nós temos que discutir, e o Supremo Tribunal Federal deu a nós Parlamentares a obrigação, do que vai ser feito daqui para frente. Nós temos é que agora regulamentar a questão das importações e dos impostos, o que é urgente. Mas não há dívida...



(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sejamos realistas, vamos ajudar os Estados, discutir a questão da dívida, mas vamos aprender com o passado, porque o Brasil pagou e paga até hoje muito caro pelo descontrole.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está encerrada a discussão.

Passa-se à apreciação da matéria.

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação da Emenda nº 3 da Comissão de Assuntos Econômicos (Substitutivo) que tem preferência regimental.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para orientar a bancada.) – Sr. presidente, o Governo orienta o voto "sim" ao projeto do Senador Serra, relatado pelo Senador Otto Alencar. A matéria é muito importante e o Governo recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Governo, "sim".

Como vota o PSL, Senadora Soraya?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O PSL vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como vota o PSD, Líder Otto, Relator da matéria?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o PSD orienta o voto "sim".

Agora, eu queria que V. Exa. me desse pelo menos alguns minutos, porque essa emenda do Senador Espiridião Amin é uma emenda que eu considero importante, mas que foi rejeitada na CAE, já tinha sido rejeitada, e aqui na nossa análise ela não cabe mais no projeto.

Nós vamos rejeitar também a emenda que ele apresentou.

Agora, eu queria dizer que nós aprovamos aqui no Senado Federal, em 2016, a lei de renegociação das dívidas dos Estados, dando mais 360 meses para pagamento, com essa renegociação.

Cada Estado deve renegociar com a União as suas dívidas. Sabe por quê? Porque há Estados que devem muito e outros que praticamente não devem nada.

O Rio Grande do Norte tem uma dívida com a União de R\$400 milhões; o Estado de São Paulo, 220 bi; o Rio Grande do Sul, quase 80 bi; Minas, mais de 80 bi; a capital do Estado de São Paulo, 79 bi; o Rio Grande do Sul, outra... o Rio de Janeiro, quase 100 bi; Goiás, outros Estados...

Cada Estado tem uma dívida. Agora, dar essa receita única para todos, quando lá o Rio Grande do Norte... Quando a Bahia só deve cinco bilhões à União? Por isso cada um deve renegociar a sua dívida com o Governo Federal, até porque é meritória a emenda do Senador



Esperidião Amin, mas são praticamente R\$500 bilhões com que a União vai arcar, num momento em que a União tem um déficit muito alto.

Então, de maneira nenhuma poderia aprovar, mesmo sendo uma posição de oposição ao Governo, de forma muito independente, uma emenda que viesse a criar dificuldades financeiras maiores do que as que o Governo vive agora. Por isso foi a minha rejeição. Quero explicar a V. Exa. e aos Senadores e Senadoras a rejeição aqui da emenda do nobre Senador Esperidião Amin.

Isso pode ser votado em outra oportunidade e apreciado numa audiência pública, como falou o Senador Vanderlan.

O Congresso Nacional tem todo o tempo para apreciar de novo essa renegociação da dívida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como vota, para orientar, o Progressista, Senadora Daniella?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, nós do Progressista gostaríamos que a emenda do Senador Amin fosse acatada, mas como não houve acordo, entendemos que num segundo momento nós poderemos dar andamento da sequência naquilo que é a compreensão, a partir do entendimento do Senador Amin e dos colegas Senadores.

Então o Progressista vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O progressista vota "sim".

Como vota o Podemos, Líder Alvaro?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - PR) – Senador Alcolumbre, o Podemos vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como vota o PSB, Líder Jorge Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para orientar a bancada.) – Não queria falar meu nome hoje, hein, Presidente? Não sei o motivo.

Presidente, primeiro, rapidamente dizer o seguinte, eu sou do Estado de Goiás, eleito orgulhosamente por Goiás. Agora eu não vou defender o Estado de Goiás aqui, que durante 20 anos foi um dos maiores caloteiros do Brasil e um dos Estados mais corruptos do Brasil, onde se roubou de tudo e se enriqueceu uma das maiores fortunas da política brasileira hoje, inclusive com os seus bens bloqueados no valor de R\$5 bilhões.

Então não vou proteger Estado caloteiro. Hoje, sim, Goiás é governado por um homem de bem, e não de bens. Eu falo de Ronaldo Caiado. O PSB recomenda o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como vota o PROS, Senadora Zenaide?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O PROS vota "sim" em favor dos Estados brasileiros. Precisamos descobrir que dívida é essa que não tem fim.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como vota o PT, Líder Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, o PT vota "sim" e daqui a pouco discute, eventualmente, se houver destaque para essa emenda.



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Como vota o Democratas, Líder Jayme?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O DEM encaminha "sim" também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O MDB vota sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Fernando Bezerra, V. Exa. orientou ainda há pouco pela liderança do Governo.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – E agora foi pedido, por Eduardo Braga, para orientar pela liderança do MDB, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pelo MDB, "sim".

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, PSC vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – PSC vota "sim".

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Líder Roberto, PSDB "sim".

PDT, Líder Weverton?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – PDT "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – PDT "sim".

Senador Randolfe, pela Rede.

Eu peço aos Senadores e Senadoras... Temos muitos Senadores e Senadoras no Plenário que não votaram.

Pela Rede.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, uma das maiores crises que vivemos, sem dúvida. E eu diria até que, neste momento, talvez seja a principal crise que o País enfrenta: a crise da Federação.

Este projeto de lei é fundamental para a rolagem da dívida dos Estados, para participar, contribuir com o verdadeiro pacto federativo. O pacto federativo, permita-me, é menos do que o Ministro Paulo Guedes fala quando se propõe a reduzir a vinculação de recursos da União, que pouca diferença fará para Estados e Municípios. O pacto federativo é projeto de lei, como o dessa autoria e dessa iniciativa.

A Rede encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Eliziane, pelo Cidadania.



A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, o Partido Cidadania faz o encaminhamento favorável.

Nós temos vários Estados brasileiros, a exemplo do Estado do Maranhão, que tiveram uma mudança na sua nomenclatura, na sua capacidade de endividamento, não porque gastaram mais, mas porque houve uma mudança de critérios a partir de uma resolução da Secretaria Nacional do Tesouro. Isso trouxe prejuízos grandes para esses Estados.

O projeto que nós estamos aqui a aprovar vai fazer com que haja uma flexibilidade, abrindo margens para novas negociações e, automaticamente, melhorando essa capacidade de endividamento, porque haverá uma flexibilização, já que nós estamos excluindo do limite o pagamento de sentenças judiciais.

Nesse sentido, em nome desses Estados que são mais prejudicados no Brasil, no meu entendimento por uma falta de repactuação...É muito importante o pacto federativo, exatamente para que a gente possa minimizar, digamos assim, o impacto econômico maior em relação a esses Estados mais vulneráveis e que precisam de um apoio maior do Governo Federal.

Nesse sentido, o Partido faz um encaminhamento favorável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O Senador Weverton ainda não votou, a Senadora Eliziane, o Senador Amim. Todos presentes no Plenário.

Concedo a palavra ao Senador José Serra e vou encerrar a votação.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Em primeiro lugar, o amplo apoio que o nosso projeto teve...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Peço à Secretaria que aumente o volume do Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para orientar a bancada. Com revisão do orador.) – Queria agradecer, Sr. Presidente, a todos os nossos colegas o apoio ao projeto, na versão segundo o relatório competente do Senador Otto Alencar, que melhorou muito a qualidade e a amplitude do projeto que apresentamos.

Apenas para que tenhamos presente qual é o significado disso que acabamos de aprovar. Em 2016, os Estados renegociaram a dívida com a União por meio do Plano de Auxílio Financeiro dos Estados. Esse plano promoveu um alívio fiscal de R\$60 bilhões para os Estados que assinaram o acordo. Mas, em contrapartida, o Governo Federal exigiu um teto de gastos para impedir o crescimento real das despesas correntes.

Dezoito Estados assinaram o acordo, dois judicializaram: a Bahia e o Distrito Federal. Dos dezoito que negociaram, quatorze descumpriram o teto exigido. E o pior: quem descumpre o teto é obrigado a devolver os recursos negociados ao Tesouro. Com essa votação, nós impedimos que esses Estados devolvam cerca de R\$30 bilhões, a curto prazo, para o Governo Federal.

Por isso, o projeto é urgente e o substitutivo apresentado é coerente com o espírito do projeto original. Mais concretamente, reabre-se o prazo para que os Estados que ainda não o fizeram possam renegociar a dívida, nos mesmos termos e condições; estabelece-se um prazo adicional para que Estados possam promover planos de ajuste fiscal necessários para cumprir o teto de gastos negociado; estabelece-se a previsão de encargos de inadimplência, ao invés da devolução integral dos recursos que foram renegociados anos atrás, em 2016, em caso de descumprimento do teto após o novo prazo que aqui é tratado; e, por último, regulamenta-se o



Conselho de Gestão Fiscal, que é previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e que eu, inclusive, apresentei um projeto em separado e o Senador Otto incluiu agora no seu relatório. Esse Conselho tem a finalidade de harmonizar as estatísticas fiscais dos entes da Federação, monitorar o cumprimento do teto segundo estas estatísticas e acompanhar os planos de ajuste de que trata o inciso III.

Quero insistir na importância dessa votação, entre outras coisas, pela criação, pela regulamentação e, portanto, pela entrada em operação do Conselho de Gestão Fiscal, que será uma instituição muito importante para a economia brasileira e para a saúde e eficiência das nossas contas e gastos públicos.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Vou encerrar.

Consulto o Plenário, se algum Senador ainda não votou.

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – Vide item 2.2.1 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – SIM, 65; NÃO, 0.

Está aprovado o substitutivo.

Ficam prejudicados o projeto e a Emenda nº 1 da CAE.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido para o segundo turno suplementar, será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 168/2019-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.1 do Sumário)**

Passa-se ao turno suplementar.

Foi apresentada a Emenda nº 4 de Plenário, que será publicada na forma regimental. **(Vide item 2.2.1 do Sumário)**

A Presidência comunica que o teor da emenda apresentada já foi rejeitado pela Comissão e, dessa forma, ela não será deliberada hoje.

Poderão ser oferecidas novas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do substitutivo em turno único suplementar. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Sem a apresentação das emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Projeto de Lei da Câmara nº 2.479, de 2019 (nº 5.274, de 2016, na Casa de origem), que cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins por desmembramento de *campus* da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Informo ao Plenário que, diante de um acordo construído na semana passada, a matéria foi inserida na pauta por este Presidente como matéria extrapauta.

Pareceres favoráveis nºs 17, de 2019, da Comissão de Educação, Relator da matéria, Senador Eduardo Gomes; e 54, de 2019, da CCJ, como Relatora da matéria a Senadora Kátia Abreu.



Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, pela prioridade dessa matéria tão importante para o Tocantins, para o Norte do País.

Quero agradecer a todos os meus colegas Senadores e Senadoras que, tanto na Comissão de Educação como na Comissão de Constituição e Justiça, aprovaram, por unanimidade, a Universidade Federal do Norte do Tocantins. Nós todos estamos muito contentes. Realizamos um sonho da Região Norte e do extremo Bico do Papagaio.

Depois de passar três anos na Câmara tramitando para a aprovação, um projeto de lei do Executivo, aqui no Senado, diferentemente, em 30 dias, nós conseguimos aprovar em duas comissões e aqui no Plenário do Senado.

Por isso, eu louvo os meus colegas Senadores. Todo o Tocantins agradece a cada um de vocês por dar celeridade à criação dessa universidade, que vai fazer a diferença não só para os jovens do meu Estado, mas também para os jovens do sul do Maranhão, do sul do Piauí, do sul do Pará. Todos terão a nova perspectiva de não mais estarem num *campus* universitário, mas agora na Universidade Federal do Norte do Estado, que ainda engloba o *campus* de Tocantinópolis, o *campus* de Xambioá, o *campus* de Guaraí, e, brevemente, nós teremos também o *campus* de Araguaatins, no Bico do Papagaio.

Então, eu agradeço a todos e quero dizer ao povo do Tocantins que é mais uma tarefa cumprida pela bancada do nosso Estado; pelos Senadores do Tocantins Eduardo Gomes e Irajá Abreu; pelos nossos Deputados Federais que ajudaram tanto na outra legislatura, como a Deputada Federal Dorinha, a ex-Deputada Federal Josi Nunes e também o ex-Deputado Federal Irajá Abreu, à época. Eles ajudaram enormemente a fazer com que essa matéria, por três anos, não fosse arquivada e chegasse ao Senado Federal.

Nós já temos o curso de Medicina, também trabalhado por mim na legislatura passada.

Eu quero, então, Sr. Presidente, mais uma vez, agradecer e pedir a todos os colegas a aprovação tão importante dessa matéria para o Brasil, para a nossa Região Norte e para a região do Matopiba.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está encerrada a discussão.

Em votação.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Mailza.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Pela ordem.) – Eu estava numa reunião fora do Senado e gostaria de justificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Nós teremos outra votação nominal em seguida.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Mas faço o registro de V. Exa. Constará nas notas taquigráficas.

Está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

E será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Eu informo ao Plenário que nós teremos dois projetos ainda com votação nominal, todos dois muito importantes. Eu peço a presença dos Senadores em Plenário. Nós temos a votação da proposta de emenda à Constituição que trata do rito das medidas provisórias e temos o projeto de lei complementar que votaremos agora.

Antes da votação do projeto de lei complementar de autoria do Senador Alvaro Dias, eu gostaria de fazer a leitura de uma mensagem da Presidência da República.

Mensagem nº 28, de 2019 (nº 217, de 2019, na origem), que solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$37 milhões, de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco (Profisco II - Pernambuco). (**Vide item 2.1.8 do Sumário**)

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2014 – Complementar, do Senador Alvaro Dias, que extingue o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros.

Pareceres nº 5, 6 e 23, da Comissão de Relações Exteriores, Senador Flexa Ribeiro; da CCJ, Senador Ricardo Ferraço; da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Styvenson Valentim, favorável ao Projeto e às Emendas de nºs 1 a 3, da Comissão de Relações Exteriores.

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 496, de 2019.

Durante o prazo regimental, foi oferecida a Emenda nº 4, de Plenário, perante a Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim, para proferir parecer sobre a Emenda nº 4, de Plenário, em substituição à Comissão de Relações Exteriores, à CCJ e à CAE.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, acatamos a Emenda nº 4, de Plenário, do Senador Fernando Bezerra Coelho, para que explicitamente as operações de instituições privadas tenham o sigilo bancário afastado, não só as públicas, mas todo e qualquer envolvimento com dinheiro público tenha esse sigilo bancário afastado, nos casos em que os empréstimos sejam concedidos a Estados estrangeiros ou por eles sejam garantidos, desde que sejam empréstimos com fontes em recursos públicos.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 26, de 2014, de autoria do Senador Alvaro Dias, com as seguintes emendas:

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, e dá outras providências, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas, custeadas com recursos públicos, de instituições financeiras, que tenham como contraparte ou garantia os Estados estrangeiros.



Emenda de Plenário:

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 26, de 2014 – Complementar, a seguinte redação:

Art. 1º Acrescentem-se ao art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, os seguintes §§ 5º e 6º:

“Art. 1º

§5º Não estão protegidas pelo sigilo bancário disciplinado nesta Lei Complementar as operações ativas efetuadas por instituições financeiras controladas por entidades de direito público interno e as operações ativas, custeadas total ou parcialmente por recursos públicos, efetuadas por instituições financeiras autorizadas a operarem pelo Banco Central do Brasil quando, alternativamente:

I - a contraparte for Estado estrangeiro; ou

II - a operação contar com a garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro.

§6º Os instrumentos contratuais e eventuais aditivos das operações de que trata o §5º serão divulgados em página específica de instituições financeiras na rede mundial de computadores.

Esse é o voto, Sr. Presidente. **(Parecer nº 169/2019-PLEN-SF – Vide item 2.2.2 do Sumário)**

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – O parecer é favorável à Emenda nº 4 de Plenário, na forma das Emendas nºs 5 e 6 de Plenário que apresenta.

Em discussão o projeto das emendas em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, está encerrada a discussão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Quero aqui, tendo lido atentamente a proposta, dar os parabéns ao Senador Alvaro Dias por chamar a atenção do Brasil sobre um dos erros mais absurdos que nós podemos cometer com o dinheiro dos brasileiros que é emprestar recursos do BNDES para países irmãos de qualquer grupo, qualquer que seja, e, quando questionamos o sigilo bancário, sermos colocados em resposta para aqueles que, de fato, são os donos do recurso, Senadora Leila. Empréstimo de dinheiro do BNDES para o Porto de Mariel em Cuba. Quanto é? Não se pode informar, porque é uma questão de sigilo. Sigilo por quê? É dinheiro nosso. Empréstimo de dinheiro para a Venezuela. Não se pode informar. Por quê? É dinheiro nosso!

Sabe como é que nós ficamos sabendo disso? Quando vem o prejuízo; quando eles não pagam aquilo que nós emprestamos; quando as ditaduras da África pegam o dinheiro dos trabalhadores brasileiros e levam lá para manter os seus governos que perseguem e matam. Aí o prejuízo fica na nossa conta. Desse nós sabemos.

Então, a partir de agora... Muito bem elaborado, minhas saudações, mais uma vez, Senador Alvaro Dias, pelo seu trabalho, e também ao Styvenson, pela emenda. Nós brasileiros temos o direito...

(Soa a campainha.)



O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... de saber como nós gastamos aquilo que arrecadamos, especialmente pelo BNDES, fora da nossa Pátria.

Obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Pela ordem.) – Também me congratulo com o Senador Alvaro Dias, o relatório do Senador Styvenson. Foi projeto igual, apenas o projeto do Senador Alvaro é de 2014; o meu foi de 2016. Mas com isso se coíbe um verdadeiro vício de financiamento do exterior. E aí temos o resultado hoje de calotes de Moçambique, de Cuba, de Venezuela. E, com o fim do sigilo, teremos todos a oportunidade de fiscalizar daqui para adiante os empréstimos do BNDES. Cumprimentos ao meu prezado Líder, Alvaro Dias.

Aproveito a oportunidade também, Presidente Davi, para pedir que se coloque, na pauta de terça-feira, o PLC nº 122, que estava previsto para hoje, mas, em razão do acúmulo de trabalho... Então, peço que V. Exa. marque, com alguma prioridade, para a próxima terça-feira, porque há bastante tempo, já estamos pleiteando essa discussão em Plenário.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu vou consultar o Plenário...

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, o meu voto será favorável.

Quero parabenizar o Senador Alvaro Dias também.

Todas as operações do BNDES, na minha visão, têm que ser abertas. É um dinheiro público, e a população tem que ter o direito de saber para onde esse dinheiro está indo, para onde cada centavo desse dinheiro está indo.

Quero aqui dizer também que está para ser votado na CAE um projeto de minha autoria que proíbe o BNDES de financiar projetos no exterior. O dinheiro do contribuinte brasileiro deve ser gasto no Brasil, e não em outros países. Então, já há parecer favorável, e espero que a CAE aprove esse projeto de minha autoria.

Meu voto será, claro, favorável a este projeto, que é importante e meritório.

Parabenizo o Senador Alvaro Dias, autor do projeto, e o Senador Styvenson, Relator do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu tenho vários Senadores inscritos. Eu queria abrir o painel e passo a palavra a V. Exa., pode ser?

Está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Informo ao Plenário que a matéria depende do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo ser feita pelo processo eletrônico.

Está iniciada a votação.

(Procede-se à votação.)



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu quero também me referenciar a este projeto sobre o qual vários Senadores se manifestaram para dizer o seguinte: eu acho que não há maiores problemas em ser aprovado. Obviamente, que não se pode querer a abertura absoluta e total de sigilo de operações, de contratos, enfim, mas, sem dúvida, é importante que nós tenhamos essa transparência.

Porém, esse projeto se construiu em cima de um preconceito, de uma visão equivocada. E mais equivocada ainda é essa ideia de que o BNDES não pode emprestar recursos para aplicação em outros países. E de onde veio essa informação, principalmente? Todos sabem que o Brasil, durante os Governos de Lula e Dilma, estimulou que nós tivéssemos a exportação de serviços de engenharia. O Brasil fez isso por intermédio de quatro grandes empresas construtoras multinacionais que foram destroçadas por essa Operação Lava Jato pouco tempo depois. E se falava muito da questão de Cuba, da Venezuela, porque alguns empréstimos tinham a ver com obras que foram contratadas lá.

Mas Sr. Presidente, não sei se é do conhecimento de V. Exa., de 2001 – portanto, Governo Fernando Henrique Cardoso – até 2018, o país para onde os recursos mais foram carreados foram exatamente os Estados Unidos da América – tipo 15,395 bilhões de empréstimos a empresas que foram construir nos Estados Unidos. Veja a diferença: 15,4 bilhões, enquanto que, para a Venezuela, que está em quarto, foram US\$2,1 bilhões.

Então, isso é um equívoco. O País, quando financia o funcionamento, o trabalho de empresas brasileiras em outros países, está beneficiando o País. Os recursos relativos ao que essas empresas lucraram serão repatriados. Além do mais, isso inclui os recursos...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... para aquisição de equipamentos no próprio Brasil.

Então, se há um projeto que tem na sua origem – embora seja um projeto interessante – um preconceito, uma *fake news*, eu diria, sem dúvida é esse aí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com a palavra o Senador Arolde de Oliveira.

Pego aos Senadores que venham ao Plenário, estamos em processo de votação.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente. Eu quero me juntar a todos para realçar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O PT vota "sim".

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... a importância deste projeto e também quero saudar o nosso autor, o Senador Alvaro Dias.

Faço isso, porque, na Câmara dos Deputados, em vários mandatos, eu fiquei sempre buscando essas informações e esbarrava nas cláusulas de confidencialidade do BNDES. O caso mais importante que nós enfrentamos lá para saber qual era o montante, quais eram as condições foi o de Cuba, do Porto de Mariel. Nunca houve essa informação. Hoje, depois de tanto tempo, sabe-se que essa cláusula de confidencialidade acobertou um empréstimo enorme de mais de



US\$800 milhões para Cuba, deixando de se aplicarem esses recursos em outras áreas da economia brasileira.

Parabéns, Senador Alvaro Dias. Eu me junto a todos que aqui realçaram a importância deste projeto.

O importante agora, Presidente, é sabemos como vamos cobrar essas contas. Ouvi, atentamente. Empréstimos existiram, mas os empréstimos que existiram são sempre pagos, e esses que foram com cláusula de confidencialidade ultimamente – eu poderia citar aqui os projetos e os países – são dívidas a fundo perdido do povo brasileiro, do contribuinte brasileiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Presidente, agradecendo pelo espaço, eu quero louvar a intenção do Senador Alvaro ao propor este projeto, mas lamentar, ao mesmo tempo, que tenhamos que fazer projetos deste tipo. Evidentemente, não haveria necessidade de se chegar a este momento, a este ponto. Por quê? Porque o sigilo das informações bancárias, mesmo que de bancos públicos, já é uma imposição constitucional. Então, este projeto seria desnecessário desse ponto de vista.

Mais ainda, eu lamento, como meu Líder Humberto, que nós tenhamos que fazer um projeto de lei baseado no mantra falso de que o BNDES teria sido usado para ajudar apenas países amigos ou países alinhados politicamente com um Governo ou outro. No caso, estamos falando justamente da estatística em que os Estados Unidos, com R\$17 bilhões de empréstimos vinculados ao País, de 1998 a 2017, despontam fartamente na liderança desse *ranking*, deixando muito para trás os demais países.

Eu quero, principalmente, salientar que o BNDES não empresta dinheiro para país nenhum, o BNDES empresta dinheiro para as empresas brasileiras exportarem sua *expertise* e seus serviços para esses países. Eu temo o que possa acontecer, pois as cláusulas de confidencialidade, que são usuais nos contratos, inclusive em inglês nos contratos norte-americanos, poderão prejudicar a competitividade das nossas empresas brasileiras, mas veremos isso no futuro. E quem sabe tenhamos que mudar mais uma vez esse ditame legal, deixando apenas a imposição constitucional que já existia.

Nós vamos votar "sim", mas lamentando que tenhamos que fazer este tipo de projeto de lei ainda aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir aos Senadores... Nós temos muitos Senadores no Plenário, e essa matéria é muito importante; eu queria pedir que os Senadores e Senadoras venham ao Plenário e exercitem o seu direito de voto.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu peço a palavra apenas para agradecer o apoio de todos os partidos que aqui se manifestaram; agradecer ao Senador Styvenson, que apresenta...

(*Soa a campanha.*)



O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... um relatório competente; ao Senador Fernando Bezerra, que apresentou uma emenda que aprimorou o projeto.

Certamente, nós estamos eliminando a clandestinidade de empréstimos que eram realizados sem o conhecimento dos brasileiros, um procedimento inusitado que nos surpreendeu quando tomamos conhecimento de empréstimos com a tarja "sigiloso". Nós não vimos isso no BID, no Bird, que realizam empréstimos para outras nações com absoluta transparência. Não há justificativa para que o empréstimo seja sigiloso. É um direito constitucional do cidadão a privacidade e o sigilo bancário. Nós não estamos tocando nessa prerrogativa da cidadania. Nós estamos apenas eliminando a hipótese do sigilo bancário nas transações entre nações, nos empréstimos com dinheiro público para outros países.

O que tivemos ao longo do tempo foi empréstimo favorecido a alguns países com recursos públicos que custam exageradamente aos brasileiros, quando somos obrigados a equalizar as taxas de juros, porque, em seis anos, o Governo transferiu ao BNDES R\$716 bilhões, de 2008 a 2014, R\$478 bilhões do Tesouro Nacional. Esses recursos não estavam no caixa. O caixa do Brasil está raspado há bom tempo; nós trabalhamos com déficit. O Governo foi obrigado a lançar títulos, endividando-se, buscando os recursos no mercado financeiro, a taxas de juros de 13%, 14%, 15%. Repassou ao BNDES, que celebrou empréstimos com outras nações, empréstimos sigilosos, e agora já se sabe, com taxas de juros de 3% a 6%.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Na equalização de taxas de juros, nós vamos pagar R\$342 bilhões até 2060; os brasileiros já pagaram R\$115 bilhões. Além dos R\$478 bilhões, até completar R\$716 bilhões, a cifra a que me referi antes, o Governo tomou recursos do FAT e do FGTS. Vejam, Srs. e Sras. Senadores, onde chegamos: colocamos a mão no bolso dos trabalhadores brasileiros. Retiramos dinheiro do FAT, do FGTS, e transferimos ao BNDES, para empréstimos favorecidos aos chamados campeões nacionais – alguns hoje investigados pela Operação Lava Jato, e a nações amigas do Brasil – e, nós sabemos, corremos o risco e já há a constatação do calote. Já são R\$3,2 bilhões não pagos por Cuba e por Venezuela.

Nós já perdoamos aqui, no Congresso Nacional, dívidas de países da África do Sul, nações da África do Sul. Nós não podemos fazer essa cortesia com o chapéu do povo brasileiro. Por isso, transparência.

Quando nós indagamos do Presidente do BNDES por que razão o Governo brasileiro não poderia oferecer ao Brasil as informações sobre esses empréstimos – taxa de juros, prazo de carência, valores, perspectiva de retorno –, ele dizia: "Nós temos que cumprir a lei daqueles países". E eu contestava: "Cumprir a lei daqueles países e rasgar a nossa Constituição, que fala em transparência..."

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... e publicidade dos atos públicos".

Hoje o Senado dá um passo adiante: aprova esse projeto que tem esse objetivo de acabar com o sigilo bancário nos empréstimos externos de nação para nação. Estamos cumprindo o nosso dever.



E o meu agradecimento a todos os partidos. Aqui há uma decisão suprapartidária, é um avanço que o Senado propõe no campo da transparência e da publicidade dos atos públicos. Nós esperamos que a Câmara dos Deputados, que instalou uma CPI para investigar o BNDES, possa aproveitar esse ensejo para aprovar imediatamente esse projeto aprovado pelo Senado, certamente, na data de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Esperidião Amin.

Eu queria fazer um apelo aos Senadores e Senadoras que, logo em seguida a essa matéria, nós temos a votação da proposta de emenda constitucional que trata da tramitação das medidas provisórias. Eu sei que nós temos muitos Senadores em Plenário que não estão votando essa matéria, mas a gente precisa fazer um encaminhamento em relação a pautarmos ou não essa proposta de emenda constitucional, porque o quórum está com 55 Senadores – e nós precisamos de 49 votos favoráveis.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, enquanto estamos votando esse projeto de lei, é sobre ele que eu vou falar.

Quero me congratular com o Senador Alvaro Dias e com o Relator Senador Styvenson e dizer que esse é um passo importante que se dá em prol da transparência em matéria de gestão do dinheiro público.

Portanto, a Casa está de parabéns por aprovar este texto, e eu espero que, em breve, nós aprovemos o projeto de lei complementar que versa sobre a avaliação de renúncia fiscal e incentivos fiscais. Ali também está consignado que quem recebe benefício com redução de juros em empréstimos, redução esta patrocinada pelo povo brasileiro, também não pode ser beneficiado com isenção ou com sigilo bancário nesse incentivo fiscal.

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por isso, é um bom primeiro passo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

Eu queria encerrar a votação e passar à votação da proposta de emenda à Constituição.

Senadora Rose!

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, queria fazer uma solicitação para verificar o quórum da Casa, porque essa PEC é muito importante e nós precisamos ter mais Senadores do que os que estão aqui no Plenário.

Quero só falar da importância, porque o núcleo final dessa proposta é oferecer maior transparência aos empréstimos concedidos por instituições financeiras. É muito importante fazer essas adequações que considero que qualquer financiamento tem que ter, mas o recurso público, as fontes de recurso público não podem ser tratadas dessa maneira.



Então, quero só parabenizar e falar que, além da publicidade, que a gente pede, que sejam acrescentados os dados referentes às transações também com entes estrangeiros. Isso é muito importante, como exemplo, nos empréstimos que foram feitos a Cuba, à Venezuela e tudo mais.

Quero parabenizar e dizer que meu voto foi "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Heinze, eu vou encerrar a votação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, queria encaminhar pelo Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Para encaminhar, pelo Cidadania.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Alvaro Dias pela iniciativa e dizer que eu vivi – nós vivemos –, na Câmara dos Deputados, na CPI, experiências exatamente desta natureza: a dificuldade e a impossibilidade, eu diria, de se ter acesso a essas informações referentes a outros países.

Chegamos a encaminhar documentação, aprovamos requerimento, mas não conseguimos ter acesso a essas informações. Diga-se de passagem, é recurso público! Há um princípio constitucional básico – a ampla publicidade, a transparência – que é hoje um anseio da população brasileira.

Quero cumprimentar o colega Alvaro Dias e o Senador Styvenson também, pelo relatório.

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O PPS faz o encaminhamento favorável, sobretudo considerando o princípio da transparência e da publicidade.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Heinze!

Por gentileza, quero encerrar a votação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, mais uma vez quero cumprimentar o Senador Alvaro Dias e o Senador Styvenson, pelo projeto e pela relatoria.

Senador Alvaro, parte do problema do Brasil é esta situação que V. Exa. falou: emprestaram mais de 700 bilhões, tomando e pagando juros de 14%, 15% e cobrando juros de Pronaf – Pronaf é 2,5%, 3% para os pequenos agricultores, e foi cobrado de vários países e várias empreiteiras para poder jogar esse dinheiro lá fora. Quem paga essa diferença? Hoje, é o povo brasileiro.

Do rombo fiscal que temos hoje, uma parte é dessa questão, Senador Espiridião, do BNDES. Portanto, em boa hora, nós queremos a transparência.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se um pequeno agricultor, em qualquer parte do Brasil, tem que pagar os juros escorchantes de, às vezes, até quase 20% – que é o que o produtor rural paga –, e, para o pequeno, é 2,5%, 3%, como é que vou cobrar 2%, 3%, 4% de um país que não tem condições de tomar.



Hoje, grande parte dos produtores rurais não têm acesso a crédito. Nós estamos dando dinheiro do BNDES, dinheiro brasileiro para empreiteiras que não vão pagar, para países que não vão pagar, Senadora Soraya.

Portanto, nós estamos começando a moralizar essas coisas com essa votação de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está encerrada a votação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – Vide item 2.2.2 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Votaram SIM 54 Senadores; NÃO, nenhum Senador.

Está aprovado.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da matéria, será publicado na forma regimental. **(Parecer nº 170/2019-PLEN-SF – Vide item 2.2.2 do Sumário)**

Em discussão, a redação final. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Pela ordem...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela ordem o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Obrigado.

Presidente, para informar a esta Casa, em função do dia que vivemos hoje na CCJ, na discussão sobre armas, aqui está o vídeo, em mãos, que acaba de chegar.

O Deputado Estadual do Rio de Janeiro Alexandre Knoploch agrediu aluno, e seu segurança sacou a arma dentro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Informou o plantão Kajuru News.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir a atenção do Plenário...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela ordem, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Pela ordem.) – É sobre a colocação do nobre Senador Kajuru.



A informação que havia chegado a mim não era essa, a de que havia sacado arma, feito algo nessa linha. Confesso que não vi o vídeo, não assisti o vídeo.

O fato foi, Senador, que eles foram convidados para uma audiência pública sobre cotas raciais dentro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; obviamente, ambiente hostil àqueles que pensam diferente dos defensores das cotas raciais. Eles foram enxotados de lá, à base de agressões, inclusive.

Obviamente, quando você pega um retrato, um vídeo, quando aparece um vídeo dele agredindo uma outra pessoa, talvez retrucando uma agressão que ele tenha sofrido – o que não justifica obviamente –, mas é só para...

Eu não conheço, não assisti o vídeo dele sacando arma, o que eu vi foi um vídeo em que ele teria agredido uma pessoa, e ele respondeu, porque eu cobrei uma postura do Deputado Estadual do Rio de Janeiro, do PSL do Rio.

O que me foi passado é que ele, os dois Deputados Estaduais que foram citados teriam sido agredidos, enxovalhados de dentro da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, tanto é que eu soltei uma nota, inclusive, dizendo que era um ambiente que teria que ser mais democrático, mais receptivo àqueles que têm um pensamento diferente sobre uma questão, que é uma questão ideológica.

Então, só para fazer essa ressalva. Mas vou me dirigir ao celular de V. Exa. para que eu possa ver o vídeo, enfim, porque é uma coisa que está sob a minha alçada, por eu ser o Presidente Estadual do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu peço atenção ao Plenário e peço para os Líderes partidários que possam convocar os seus liderados para que venham ao Plenário...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... porque vamos votar a Proposta de Emenda Constitucional nº 91, de 2019, que é um sonho do Senado da República com relação à tramitação das medidas provisórias.

Proposta de Emenda à Constituição nº 91, de 2019 (nº 70, de 2011, na Câmara dos Deputados, nº 11, de 2011, no Senado Federal), de autoria do Senador José Sarney e de outros Senadores, que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

A Presidência comunica que a matéria está pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Perante a CCJ, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2 do Senador Espiridião Amin, que não serão deliberadas por não conterem o número mínimo de assinaturas.

Designo o Senador Antonio Anastasia para proferir o parecer sobre a matéria em substituição à CCJ.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu vou antecipar, Sr. Presidente, que as emendas foram aceitas pelo nosso sábio Senador Anastasia, que vai ocupar a Tribuna, de forma que V. Exa. não precisa cometer essa deselegância de dizer que elas não foram aceitas. Elas foram aceitas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É porque eu não tenho conhecimento do Parecer do Senador Antonio Anastasia, mas eu reposiciono as minhas colocações, com as suas observações.



O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu já lhe poupo dessa indelicadeza e lhe dou o crédito de praticar nova. Mais tarde!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – E não farei isso com V. Exa.

Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir parecer.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Trata-se, como V. Exa. acaba de apregoar, de uma das matérias mais relevantes que temos aqui, na medida em que, nesta Sessão Legislativa, dentre outras, nós observamos uma grave preocupação deste Senado Federal em não ser mais uma Casa, como se diz, meramente carimbadora, mas, sim, revisora das decisões que vêm da Câmara dos Deputados.

A matéria, de fato, iniciou-se ainda ao tempo do Presidente José Sarney nesta Casa, foi aprovada aqui e, em 2011, foi encaminhada à Câmara dos Deputados e tramita, desde lá, desde aquela época, na Casa dos Srs. Deputados Federais.

A matéria foi aprovada e veio ao exame do Senado. Eu vou poupar a leitura do relatório, que é disponível e que é muito longo, até porque historia toda a fase relativa às Medidas Provisórias, para dizer que a Câmara dos Deputados aprovou basicamente uma divisão que me parece racional dos prazos alocados para tramitação: 40 dias para a Comissão mista, 40 dias para o Plenário da Câmara dos Deputados, 30 dias para o Plenário do Senado e mais 10 dias para a Câmara, caso o Senado faça modificações.

Entre essas etapas, há previsão também de um interstício de dois dias úteis para a tramitação, o que levará a um aumento ligeiro do prazo constitucional antigo, de 120 dias, mais adequado para permitir essa tramitação.

Continua a proibição de que a matéria constante de medida rejeitada seja novamente apresentada, como, aliás, já consta em matéria de projeto de lei, como também se constitucionaliza o entendimento de que nós não podemos trazer, permita-me, entre aspas, a expressão, os chamados "jabutis", matérias estranhas às medidas provisórias dentro da tramitação delas.

Portanto, o arcabouço geral é um arcabouço que aparentemente resolve o grande problema. Todavia, foi necessário, Sr. Presidente, nós fazermos alguns aperfeiçoamentos na redação dessa proposta que veio da Câmara, tendo em vista, a nosso juízo... E eu também recebo e faço questão de dizer, do Senador Amin, cujas emendas foram apresentadas e acolhidas ainda, apesar de o parecer não ter sido aprovado na CCJ, juntamente com outros Senadores que apresentaram ponderações em razão de alguns equívocos de redação.

O primeiro deles quando há uma modificação de localização do tema das Comissões mistas, que estão no § 9º, e foram colocadas no inciso I, e colocadas no inciso I, do § 3º, do art. 62, com um verbo inadequado: "apreciar". E, na realidade, senhoras e senhores, a Comissão mista ela não aprecia, porque apreciar significa deliberar, votar. Na verdade, a Comissão mista instrui, ela faz instrução, ela faz audiência pública, ouve autoridades e conclui por um parecer. Esse parecer, aliás, indispensável na interpretação do Supremo Tribunal Federal, palavra que aliás colocamos expressamente também nessa emenda para tornar clara a técnica legislativa.

A modificação feita, portanto, de natureza redacional, modifica a ordem dos dispositivos, para deixar claro que a matéria se inicia na Comissão mista, que fará o parecer indispensável, e tem 40 dias. Mas ali ela irá, ainda que sem o parecer e sem a deliberação, para o Plenário da



Câmara, que terá mais 40 dias para votar. É claro que, se o parecer vier antes, o prazo de 40 dias começa a contar anteriormente, e é tão somente de 40 dias. Se não for aprovada na Câmara, aí, sim, no prazo de 40 dias, quando lá se iniciar a tramitação na Câmara, haverá a caducidade na Câmara. Virá ao Senado. Se não for votado aqui em 30 dias irá, também, ter a caducidade nos 30 dias. E, da mesma forma, nos 10 dias do retorno à Câmara.

Havia ainda um outro equívoco grave de redação, na medida em que se colocava lá que a Câmara iria aprovar as emendas do Senado. Ora, não há obrigação de a Câmara aprovar. Aí, sim, a Câmara tem de apreciar. E o verbo foi também modificado.

Esses ajustes todos foram feitos, portanto, para superar esses lapsos que são manifestos, que vieram nessa redação e, ao mesmo tempo, para dar garantia ao que a Câmara votou, ou seja, à divisão nas etapas. O que garante ao Senado, basicamente, os 30 dias, também garante à Câmara os 40, prevê o funcionamento da Comissão, prevê o parecer, que é indispensável. Nós teríamos, portanto, uma nova metodologia que, aparentemente, atenderia a todas as situações. Nós não teríamos mais, aparentemente, o drama que temos hoje, no qual a matéria chega aqui ao Senado com 2, 3, 8 dias, e o tempo é, portanto, inexequível.

Foram essas, portanto, as modificações de redação realizadas na base colocada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Este é o parecer. (**Parecer nº 171/2019-PLN-SF – Vide item 2.2.3 do Sumário**)

Pois não, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Com a devida permissão, Senador Anastasia, V. Exa. me permite só sanar uma pequena dúvida?

Ao que me parece, da Câmara dos Deputados – dessa Proposta de Emenda à Constituição – veio à Comissão mista com a determinação de que, não apreciando a medida provisória, ela cairia lá, por decurso de prazo. Ao que parece, esse tema foi retificado e, acho que de bom tom, foi sanado aqui. Só tenho uma dúvida e peço que V. Exa. possa saná-la: isso não implicaria uma alteração de mérito que determinasse um novo retorno para a Câmara? É a preocupação que trago pela urgência que temos em resolver esse tema.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

V. Exa. me permite clarificar ainda mais esse tema. De fato, a emenda que fizemos foi de redação, tendo em vista o verbo inadequado colocado, que era de "apreciação". Então, na realidade, a Comissão não pode apreciar, porque não tem o caráter deliberativo final. A Comissão não pode, na sua deliberação, portanto, fazer apreciação, que é privativa do Plenário. Ainda que ela seja um reflexo do Plenário, ela não pode substituí-lo. Então, o entendimento que me parece que foi feito na Câmara foi nesse sentido.

Por isso, nós tornamos expressa. E ainda mais, eminente Senador Randolfe, nós trouxemos para o §9º, que era o locus adequado do tema da Comissão, inclusive que já estava na Comissão. Então, não me parece que se trata de matéria de mérito, mas, sim, superando aquilo que o Regimento Interno da Câmara diz, que é o lapso manifesto e a técnica legislativa.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Sinto-me contemplado pelo esclarecimento de V. Exa. e o cumprimento pelo excelente trabalho.

Destaco, Presidente Davi Alcolumbre, e, ao mesmo tempo, Senador Anastasia, que votando essa matéria no dia de hoje, a data de hoje será histórica para o Senado, porque este tema é um anseio do Senado, diria, desde a instituição das medidas provisórias, na Constituição de 1988.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Amin.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Em seguida, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu quero só destacar três pontos.

Primeiro, o parecer e o voto do Senador Anastasia contêm um histórico sobre o esforço do Congresso para dar saúde, saúde legislativa para o instituto da medida provisória. E esse histórico deveria ser conhecido e debatido por todos nós, porque ele mostra que o Congresso tem procurado dar à medida provisória realmente higidez legiferante.

Segundo, eu acho que o Senador Anastasia revelou todo o seu talento, toda a sua capacidade de aplicar os princípios da legística para tornar o texto que veio da Câmara de fácil entendimento, como se diz, unívoco para que ele diga uma coisa só e não duas ou três coisas, estabelecendo controvérsia e contradição.

E, finalmente, acho que o toque de gênio, se me permite assim dizer, foi expungir o inciso I – que alguns chamam de inciso um – e colocar a matéria sobre o qual versava no devido lugar, no *locus*, como disse V. Exa., que é o §9º, retirando, portanto, do texto a possibilidade de alguém entender que a Comissão Mista teria poder de morte, poder de abortar pela sua omissão a medida provisória.

Por isto, eu me considero absolutamente atendido, completamente atendido, pelo talento de V. Exa. e concordo com o que disse o Senador Randolfe: este é um dia histórico porque marca mais uma etapa – a gente imagina que seja definitiva, eu sou um pouco mais realista –, uma etapa muito importante no aperfeiçoamento da tramitação das medidas provisórias.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria...

A Senadora Eliziane está inscrita...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, é só uma pergunta que eu quero fazer ao Senador Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu quero fazer um pleito.

Nós estamos ainda no processo de discussão em primeiro turno...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pode abrir a votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria perguntar se posso abrir a votação nominal...



A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... e quero pedir aos Senadores que fiquem em Plenário para nós votarmos em segundo turno ainda hoje.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Anastasia, eu queria só tirar duas dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Peço para a Secretaria que abra o painel.

Já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – A primeira, na Comissão Mista, ela não caduca mais? É isso que consta no seu texto? Ou seja, dentro da Comissão Mista, nesse prazo de 40 dias, ele passaria a consumir o tempo que teria de tramitação na Câmara? É isso? Ou seja, se isso é verdade, a gente não vai estar criando aí, possivelmente, um problema para a Câmara, diminuindo o tempo da Câmara, já que não terminou em 40, pode terminar em 50, e nós vamos, ao invés de ter lá 40, cair para 30 e, assim, sucessivamente?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Eu pergunto ao eminente Presidente se posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Claro, claro.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Eminente Senadora, na realidade não, porque nós estamos determinando... O que veio da Câmara já não havia, não poderia haver, como bem explicou o Senador Amin, essa possibilidade, porque a Comissão – o verbo adequado, não é apreciar –, a Comissão não teria esse poder nem tem. Então, na realidade, ela vai exarar o parecer no prazo de até 40 dias. Se ela não exarar o parecer, o que é indispensável, inclusive no entendimento do Supremo, a matéria vai à Câmara. Os 40 dias na Câmara estão preservados *in totum*. Ela começa a deliberar no 40º dia e vai até o 80º. O prazo lá colocado não está sendo reduzido em nada. Se porventura o parecer, que é indispensável, não for apreciado, a Câmara terá incólumes os seus 40 dias, como nós teremos os 30 aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria pedir aos Senadores que venham ao Plenário e aos que estão em Plenário que votem, para nós termos noção se conseguimos atingir o quórum de 49 para votarmos ainda hoje o segundo turno.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Anastasia, uma rápida preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador...



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – É uma rápida preocupação. Só para um esclarecimento que me parece pertinente ao Plenário.

No parecer exarado por V. Exa., o caráter vinculativo da Comissão Mista está mantido.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Comissão Mista não será uma mera peça decorativa. Está mantido o caráter vinculativo dela. Só é retirada a necessidade, ou seja, a imposição de tempo para exarar o parecer. Mas a Comissão Mista tem o tempo definido, e, independentemente do parecer da Comissão Mista, a matéria irá para a Câmara. Aí, sim, a Câmara terá um tempo vinculado para a apreciação. A Câmara não apreciando, aí já cai, por decurso de prazo, na Câmara.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Há caducidade. Agora, repetindo exatamente o que disse a Senadora Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mesmo que o parecer não esteja concluído, não esteja feito?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Isso. Mesmo que o parecer, que é obrigatório e, portanto, deve ser feito em 40 dias, mas, se porventura não o for, a Câmara começará a deliberar e terá os seus 40 dias. Agora, a Comissão é obrigatória, tem que ser instalada, e o parecer, como diz o texto e como diz o Supremo, é indispensável.

Esperemos que todos cumpram os prazos constitucionais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O decurso de prazo fica vinculado...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – À Câmara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... ao Plenário da Câmara...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... e ao Plenário do Senado.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Perfeitamente, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Presidente Renan Calheiros.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ou seja, ele vai deliberar em cima do texto que veio da Presidência? É isso, Presidente?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Vai deliberar a Comissão, se porventura...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A Câmara dos Deputados vai deliberar.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Sim.



A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não temos parecer na Comissão Mista. Está bom.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Vai deliberar sobre o texto que vier...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O texto original do Governo é esse que vai tramitar na Câmara? É isso?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Na hipótese de não haver o parecer. Mas reitero...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso, na hipótese.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – ... o parecer é indispensável. Então, nós acreditamos que terá, sob pena de haver ali uma omissão. Mas, de fato, há essa possibilidade, porque aí ficaria em 80 dias, ou seja, a Câmara tem 40 mais 40. Mas o prazo de 40 só da Câmara está mantido; aliás, como a Câmara assim determinou.

Reitero: o verbo colocado e que veio de "apreciar" teve que ser corrigido, bem como a localização geográfica no Texto Constitucional.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Pela ordem de inscrição, eu passo a palavra ao Presidente Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Para discursar.) – Aproveitando, Sr. Presidente, a presença do Relator, Senador Anastasia, na tribuna, eu quero ressaltar que nós vivemos hoje, no Senado Federal, um grande dia não só do ponto de vista do aprimoramento da tramitação das medidas provisórias, não, nós estamos verdadeiramente aprimorando o funcionamento do Legislativo.

O processo legislativo no Brasil caminha, sobretudo, pelas medidas provisórias, e hoje, neste grande dia em que já tivemos uma preliminar na Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Antonio Anastasia nos empresta o seu talento para nós construirmos um consenso com relação a uma tramitação equânime nas duas Casas das medidas provisórias.

Eu quero cumprimentar V. Exa. Cumprimento todos que participaram desse momento, sobretudo V. Exa. E qualquer elogio da minha parte a V. Exa. contém absoluta isenção, porque tem, em meio a esse tumulto, conseguido levar o Senado a um patamar muito importante de deliberação, sem agenda, sem compreensão do Governo.

Aliás, eu quero cumprimentar V. Exa. pela grande entrevista que deu à *Folha de S.Paulo* no final de semana, publicada na segunda-feira, se não me engano, à jornalista Mônica Bergamo.

Eu acho que, se nós sairmos deste momento tumultuado, com o aperfeiçoamento da democracia... Aliás, sobre isso, eu queria apoiar uma declaração do Ministro Edson Fachin para que todos se tranquilizem no sentido de que não haverá retrocesso à Operação Lava Jato.

Sr. Presidente – e esta Casa sabe muito bem –, todos nós defendemos a Operação Lava Jato, todas as operações. O Brasil não pode dar as costas a isso, sobretudo este Congresso Nacional. Não é disso que se trata. A Operação Lava Jato vai deixar para o Brasil avanços significativos de comportamento, avanços civilizatórios. Não é disso que se trata.



Eu acho, aliás, que o grande erro que o Ministro da Justiça tem cometido é exatamente esse, porque ele não tem se defendido sobre o conteúdo das informações. Ele tem condenado o hackeamento das suas contas ou das contas dos procuradores e tem dito que estava à disposição do combate à corrupção – como todos nós! Foi este Congresso Nacional que dotou o Brasil das leis mais avançadas no combate à corrupção.

O combate à corrupção não pode parar. Não é disso que se trata. É que, mesmo em pleno combate à corrupção, os atores da Lava Jato não podem cometer desvios, não podem ir além dos seus limites. Se a lei é para todos, este é um grande momento para que nós possamos demonstrar que a lei é para todos. E o Ministro da Justiça vai ter que se defender.

Eu me lembro de um grande dia que este Senado viveu por ocasião da prisão do Senador Delcídio do Amaral, e depois a própria Casa o cassou. O Ministério Público forjou o flagrante, mas fez questão de publicar o conteúdo da gravação, e esta Casa não relaxou a prisão – e o fez muito bem; eu fiquei contra –, do Senador Delcídio do Amaral exatamente pelo conteúdo da gravação. Então, não tem jeito! Não tem jeito! O Moro precisa se circunscrever ao conteúdo do hackeamento e não ao combate à corrupção, com o qual todos nós concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de me manifestar neste que é um grande dia.

Eu quero lembrar a V. Exa. que há anos as medidas provisórias chegam a esta Casa nos estertores do prazo constitucional de sua vigência. Os assuntos das medidas provisórias são os mais urgentes e relevantes e, mesmo assim, esta Casa era obrigada até hoje a fazer uma escolha entre o milagre da vida e o sacramento da extrema unção, Senador Anastasia, ou seja, entre aprovarmos e salvarmos a medida provisória sem sequer nos aprofundarmos no seu conteúdo ou deixá-la caducar.

Então, este realmente é um grande dia. Por quê? Porque agora não vai recair mais sobre os ombros do Senado Federal a responsabilidade de votar de afogadilho ou de atuarmos como meros carimbadores da Câmara dos Deputados. Eu quero, neste momento, parabenizar V. Exa., que teve a sensibilidade de ouvir o pleito dos Senadores, teve a capacidade de convencer o Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, sobre a importância da boa convivência Câmara e Senado. As medidas provisórias estavam sendo um entrave na relação, e V. Exa. conseguiu o que infelizmente outros Presidentes não conseguiram. E faço aqui um testemunho do quanto Senadores, Presidentes que passaram por esta Casa tentaram. Eu me lembro do Senador Eunício Oliveira e do Senador Renan Calheiros tentando sensibilizar a Câmara dos Deputados. E V. Exa. agora consegue por todos nós, através, volto a repetir, deste bom diálogo, sensibilizar a Câmara dos Deputados.

Parabenizo o Relator, que teve a capacidade de encontrar um texto ideal, redacional, para que não precisássemos mexer no mérito.

E, com isso, eu finalizo, Senador Anastasia, dizendo que esta PEC, mais do que mexer no rito processual, é emblemática, porque resgata o protagonismo do Senado no que se refere às medidas provisórias. Se antes éramos segunda instância...

(Soa a campanha.)



A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... meramente carimbadora ou apêndice da Câmara dos Deputados em relação às medidas provisórias, hoje nós voltamos a ser protagonistas da nossa história.

Eu finalizo, Sr. Presidente, fazendo uma homenagem ao Senador Anastasia, que, além de erudito, sei que gosta muito de poesia, não é? E aí, fazendo aqui uma lembrança ao Poeta Antonio Machado – que diz que caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar –, nós podemos responder: Senadores, agora há caminho, basta apenas que nós caminhemos a favor do País.

Parabéns a V. Exa.

Parabéns ao Presidente, Davi Alcolumbre.

Parabéns ao Senado Federal por esta vitória, que é a vitória do País e da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – Em primeiro lugar, quero também parabenizar o Senador Anastasia, que ainda está na tribuna. Eu sempre digo que é uma honra e uma alegria estar trabalhando com V. Exa., com pareceres, posicionamentos sempre os mais indicados possíveis.

Eu tenho uma dúvida, porém, em relação a essa situação, e já foi perguntado isso pela Senadora Eliziane e, de uma certa forma, pelo Senador Randolfe, porque nós temos prazos bem definidos: 40 dias na Comissão; 40 na Câmara dos Deputados; 30 aqui; mais 10 para eventualmente analisar-se uma emenda. Porém, nos primeiros 40 dias, a instrução da medida provisória é necessária, inclusive, por decisões judiciais. E, caso não seja apreciada em 40 dias, caso não seja...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Ele vem votar. Eu quero encerrar a votação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... caso não seja apreciada em 40 dias, Senador Anastasia, ela seguirá, de acordo com a explicação de V. Exa., para a Câmara dos Deputados. Só que aí eu não entendi o aspecto da não caducidade. Quer dizer, se não é apreciada, apreciada não, instruída, se ela não vai instruída para a Câmara dos Deputados, como é que a medida provisória não caduca? Porque lá, para apreciação então da medida provisória, a instrução é necessária inclusive em função de decisões judiciais.

Eu só não entendi, se V. Exa. puder me explicar, a não caducidade na hipótese da não instrução da medida provisória pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Anastasia, eu queria a compreensão de V. Exa.

Queria anunciar ao Plenário que eu vou encerrar a votação em primeiro turno, vou chamar a votação em segundo turno, abrir o painel e passo a palavra para o Senador Anastasia.

Está encerrada a votação em primeiro turno.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação – Vide item 2.2.3 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Votaram SIM 57; NÃO, nenhum.

Está aprovada em primeiro turno a Proposta de Emenda Constitucional.



Passamos agora para a votação em segundo turno. **(Redação para o segundo turno - Parecer nº 172/2019-PLEN-SF – Vide item 2.2.3 do Sumário)**

Os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Passo a palavra ao Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Eminente Senador Flávio Arns, eu queria esclarecer também a V. Exa. que houve, na vinda da Câmara para cá, esse lapso, como nós nos referimos, e tivemos que fazer essa correção, porque a Comissão não pode apreciar, ela não tem essa capacidade, ela não vota, ela instrui. Por isso a instrução está lá. O texto que nós estamos aprovando e votando pela nossa emenda de redação diz: "Parecer indispensável", conforme o Supremo, aliás, determinou.

Mas, se decorridos os 40 dias e se porventura houver essa omissão, a Câmara irá fazer a sua votação, sob pena de caducidade nos seguintes 40 dias. Então, nós esperamos todos que a Comissão que será instalada funcione nos 40 dias. Se ela não vier a funcionar, a caducidade decorrerá na própria Câmara nos 80 dias, porque, do contrário, a Comissão teria um poder que ela não tem e num verbo inadequado que veio da própria Câmara. Por isso essa adequação que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Líder Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Senadores, população que nos acompanha, eu quero cumprimentar esta Casa. Em primeiro lugar, cumprimentar a articulação de V. Exa., Presidente, e, num segundo momento, a sapiência e atenção do Senador Anastasia, Relator da matéria.

Hoje pela manhã, ainda na CCJ, eu encarecia pelo aperfeiçoamento do texto e até simplesmente uma inversão na ordem de palavras, exatamente para que não votássemos algo que seria uma vitória de Pirro. Do jeito que estava inicialmente o texto colocado e analisando o histórico de medidas provisórias nos últimos governos – não era no Governo A, B ou C –, os 40 dias de prazo demonstrariam que todas as medidas provisórias poderiam cair diante do histórico.

E o Senador Anastasia, mais uma vez, deu atenção a todos – e eu digo, de forma muito especial, à minha querida equipe de trabalho, ao Cel. Miler, ao Renato, ao Victor Marques. Acabaram instrumentalizando... E nós temos um texto aperfeiçoado pelo Senador Anastasia que realmente dá um salto para esta Casa, para o Senado, esperado há muitos anos por muitos dos senhores, que só traz satisfação. A Casa Revisora, a Casa representante dos Estados, finalmente vai ter o tempo hábil para discutir, aperfeiçoar e melhorar significativamente medidas provisórias no processo de votação para sua conversão em lei.

Parabéns, Presidente. Parabéns a todos os Senadores. E, de forma muito especial, parabéns e obrigado, Senador Anastasia. V. Exa., a cada dia, se torna mais um exemplo para todos nós, principalmente os Senadores novos, que devemos aprender. Neste momento, podemos partilhar desta votação histórica para o Senado da República. Parabéns a todos.



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Telmário Mota – em seguida, o Senador Vanderlan.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, coube a quem realmente estava preparado e merecedor esta relatoria. Senador Antonio Anastasia, este projeto, se não me falha a memória – V. Exa. pode confirmar –, é do ex-Presidente Sarney. Olhem o tempo que este projeto vem tramitando nesta Casa, esperando este momento tão importante. V. Exa., com conhecimento jurídico, com conhecimento de um ex-Governador, é um homem que tem relatado matérias importantes nesta Casa, que destaca esta Casa com o seu conhecimento nas suas relatorias. Coube a V. Exa. fazer as correções naturais, sem ferir o contexto geral, para que esta matéria retornasse àquela Casa. Hoje, V. Exa. faz com que esta Casa, a partir de hoje, tenha disciplinado as votações e as revisões necessárias nas medidas provisórias. Eu quero também, neste momento, parabenizá-lo por conta disso, pelo excelente trabalho na relatoria.

Eu quero também, Senador Davi, parabenizar V. Exa. V. Exa. construiu, no diálogo, no entendimento com o Presidente da Câmara, a votação desta matéria tão importante para os trabalhos do Congresso como um todo, tanto da Câmara quanto do Senado, permitindo que cada um, a seu tempo, possa analisar, com a devida calma, com o devido conhecimento que for necessário, todas essas medidas provisórias.

Eu quero aqui também destacar o Senador Renan. É assim que a gente vai vendo a grandeza desta Casa. O Senador Renan teve uma grandeza enorme neste momento ao pegar este microfone e parabenizar o Senador Davi não só pela condução desta matéria mas pela condução do Senado. V. Exa. orgulha os Senadores desta Casa. V. Exa. é um homem inteligente, um homem humilde e, sobretudo, um homem que honra a palavra.

Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Vanderlan.

Vou encerrar a votação.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente Davi, Senador Anastasia; primeiro, eu quero agradecer ao senhor em nome de todos os assessores que nós temos aqui no Senado – em nome do meu assessor e de todos os assessores. Nós vamos ter agora 30 dias. Todas as dúvidas aqui – eu quero parabenizar o senhor – foram sanadas, foram tiradas, o senhor esclareceu muito bem. A princípio, nós tínhamos uma dúvida aqui: se o prazo iria correr na Comissão. Então, nós vamos ter esses 30 dias, não é?

Então, em nome dos assessores e de todos nós, quero agradecer pela forma com que o senhor conduziu. Nós não vamos ter aqui que ficar esperando mais duas horas e meia – chegar aqui enquanto está sendo votado ali na Câmara –, e também não vamos ter mais 10 nem 30 minutos: nós vamos ter 30 dias. Não sei é se nós vamos mais nos acostumar; já estava tanta adrenalina aqui a 10 minutos, 30 minutos, 20 minutos, e agora nós vamos ter 30 dias. Trinta dias é muito tempo; com certeza vamos discutir melhor, não é? Parabéns e obrigado!

Parabéns, Presidente Davi, o senhor vai ficar para a história!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado, Senador Vanderlan.



Antes de encerrar a votação, eu queria agradecer o apoio incondicional de todos os Líderes, de todos os Senadores, de todas as Senadoras que ajudaram a construir com esta Presidência a interlocução e o diálogo com o Presidente da Câmara Deputado Rodrigo Maia, para aprovação dessa emenda constitucional importantíssima que diz respeito à tramitação de medidas provisórias.

Muito obrigado a todos e todas, essa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, como hoje parece que é dia do aniversário dele, diga que nós não mexemos na medida provisória graças ao talento do Senador Anastasia e em homenagem ao aniversário de Rodrigo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – É verdade, hoje é aniversário do Presidente da Câmara Deputado Rodrigo Maia, e as coisas acontecem e não são por acaso. Então, eu acho que foi de propósito que nós, o Senado, reunidos hoje nesta tarde, juntos, votamos essa emenda constitucional que vai dar tranquilidade para o Senado Federal discutir a tramitação das medidas provisórias no dia do aniversário do Presidente Rodrigo Maia.

Vou encerrar a votação.

Antes, passo a palavra para o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero parabenizar V. Exa. com a sua habilidade de fazer essa conexão com a Câmara e com o Presidente Rodrigo Maia.

Nós temos um projeto da minha autoria que nós aprovamos aqui, que é o projeto que autoriza que as usinas de produção de etanol possam vender os seus produtos diretamente para os postos de combustível, acabando com o atravessador. Foi aprovado aqui, V. Exa. levou o tema para o Presidente Rodrigo Maia, por quem eu tenho o maior respeito e admiração, e eu queria que V. Exa. cobrasse, em época oportuna lá, votar essa matéria na Câmara dos Deputados.

Além disso, eu falei com o Presidente Rodrigo Maia hoje e cobreí dele: nós regulamentamos aqui no Senado Federal a lei de regulamentação dos esportes equestres, inclusive a vaquejada; está na Câmara já desde 2018, e eu pediria a V. Exa. que reforçasse. Ele teve boa vontade para comigo hoje – o Presidente Rodrigo Maia –, disse que colocaria para votar, e eu espero que sim, porque isso, regulamentando, vai normalizar de vez, pacificar de vez, a prática do esporte equestre, que não é só vaquejada, mas é *team penning*, é apartação, é laço. E esse setor, Sr. Presidente, emprega no Brasil hoje – só o setor dos esportes equestres – 1,2 milhões de funcionários, do vaqueiro ao veterinário, e aprovar isso seria fundamental para pacificar, com os órgãos de controle, essa situação dos esportes equestres.

Eu queria agradecer e parabenizar V. Exa. pela sua habilidade nessa conexão com a Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu agradeço, Senador Otto; agradeço aos Senadores; e quero agradecer ao nosso Vice-Presidente Senador Antonio Anastasia, que, de maneira muito habilidosa, construiu esse parecer em Plenário. Esta matéria ficará na história do Senado sob a relatoria de V. Exa.

Parabéns, Senador Anastasia! Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.



Eu queria tão somente agradecer os cumprimentos todos de nossos pares. Na realidade, é um trabalho coletivo porque esse parecer resultou de muitas conversas durante esses últimos dias.

Quero agradecer à Senadora Simone, que me designou Relator, as palavras que ela me dirigiu, e, na pessoa dela, agradecer a todos e, de modo especial, a V. Exa., porque na realidade essa medida está sendo votada agora, essa PEC, em razão da iniciativa de V. Exa. – como aqui foi dito à unanimidade –, que conseguiu conduzir de tal modo que esse tema, há tantos anos reclamado, desejado pelo Senado, fosse, então, apreciado pela Câmara e pudesse retornar ao Senado.

Portanto, todos os elogios são insuficientes para devolver os cumprimentos a V. Exa., que vem conduzindo esta Casa com tanto brilho, com tanto empenho e com tanto denodo.

Muito obrigado e parabéns a V. Exa!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu agradeço.

É uma honra e um privilegio estar presidindo este Senado Federal e ouvir as palavras elogiosas de V. Exa., que tem nos ajudado muito a conduzir os destinos do Congresso Nacional.

Muito obrigado pela sua parceria, pela sua amizade, pelo seu carinho, pelo seu cuidado com este seu Presidente.

Muito obrigado.

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*) (**Lista de votação – Vide item 2.2.3 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Votaram SIM 60; e NÃO...

Está aprovada, por unanimidade do Senado Federal, a Proposta de Emenda Constitucional nº 91, em segundo turno.

A matéria vai à promulgação.

A Presidência convocará sessão solene do Congresso Nacional para a aguardada, sonhada promulgação desta emenda constitucional.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – V. Exa. resolveu um problema importante da Casa.

Agora, lembre-se de que hoje é Dia dos Namorados, vamos para casa todo mundo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – A última matéria, que vamos votar por acordo, é pleito do Senador Roberto Rocha e do Senador Rodrigo Cunha.

Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2017 (nº 1.710, de 2015, da Casa de origem), que dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.

Parecer nº 34, de 2017, da CDH, Relator Cidinho Santos, favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 1, da CDH (Substitutivo), que oferece; nº 1, de 2019, da Comissão de Reforma Agrária, da Senadora Eliziane Gama, favorável à matéria nos termos da Emenda nº 1, da CDH (Substitutivo).

Não foram oferecidas emendas perante à Mesa.

Discussão do projeto e da emenda em turno único.

Senador Rodrigo, V. Exa. deseja se manifestar? (*Pausa.*)



Com a palavra V. Exa.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer a V. Exa., pelo horário. No Dia dos Namorados, segurar os Senadores e as Senadoras aqui é muito importante.

Mas esse tema é também um tema muito importante, e V. Exa., assim como nosso Líder Roberto Rocha, foi extremamente sensível para acelerar, para colocar em pauta e em votação um projeto que inclui a atividade de extração de mariscos como sendo uma modalidade de pesca. E isso, para o meu Estado, para o Nordeste, para a nossa área costeira brasileira, é um marco muito importante.

Estamos aqui, Senadora, por exemplo, falando do sururu, que é uma iguaria nossa. O sururu, que é um marisco muito apreciado em Alagoas e conhecido no Brasil inteiro, é um patrimônio do Estado de Alagoas desde 2014, patrimônio imaterial. Agora está sendo também nacionalmente reconhecida a atividade, principalmente das mulheres marisqueiras.

Nós estamos falando aqui, diretamente, de 1.500 mulheres que trabalham nessa cadeia de extração do sururu; estamos falando aqui de mais de 3.500 pessoas que, diretamente ou indiretamente, são beneficiadas e trabalham com a extração dos mariscos em geral – e a grande maioria delas são mulheres que têm uma rotina puxada, que trabalham em condições insalubres, que têm uma baixa remuneração e total ausência de participação nas políticas públicas.

Então essas mulheres que resgatam o que nós temos de mais tradicional, de mais importante, elas merecem, sim, ter o que nós percebemos que será feito hoje, o reconhecimento dessa atividade.

Eu aqui também quero mencionar os movimentos que participam da valorização deste nosso produto, como por exemplo o Movimento dos Povos da Lagoa, em especial a Isadora Padilha e o Rogério Dias, extremamente atuantes no desenvolvimento da orla lagunar, não só de Maceió, mas de todo o Estado de Alagoas.

E falar sobre dignidade, falar sobre esse resgate, em que é dado o respeito às marisqueiras, estamos dando a elas condições para que elas, por sua própria dedicação, consigam sair da situação de miséria que vivem – é como vive a grande maioria das pessoas que vive da extração do marisco.

Então dessa forma, Senador Otto, eu quero aqui também mencionar um outro marisco. Por esse eu tenho também um carinho especial – V. Exa. o conhece –, que se trata do maçunim. O maçunim é uma iguaria muito apreciada no Estado de Alagoas e no País, especialmente na área do litoral sul, mais precisamente na Barra de São Miguel. As catadoras de maçunim, que tanto sofrem... E aqui eu quero parabenizar todo o trabalho feito pela família Cavalcante no Município da Barra de São Miguel, para que fossem reconhecidas, sim, as marisqueiras como sendo pescadoras.

Então é um momento que veio para ser um marco. Com certeza, após esse momento, vamos buscar mais políticas públicas que possam desenvolver as cooperativas e as atividades relacionadas à extração do maçunim no nosso litoral.

O Sr. Otto Alencar (PSD - BA. Para apartear.) – Queria parabenizar V. Exa. pela sensibilidade de tocar nesse assunto. Na Bahia temos as nossas marisqueiras que fazem também essa extração do marisco, que têm associações e comunidades inteiras no Recôncavo Baiano e que praticam esse trabalho, que é um trabalho importante que leva à mesa das pessoas os mariscos.



Você falou aí e nós temos lá na Bahia o chumbinho, o papa-fumo, que é o nome que se dá assim, mas o nome técnico eu não sei. E todos que existem em Alagoas existem na Bahia, pois nós somos Estados irmãos.

E eu quero destacar aqui este seu sentimento, Senador Rodrigo, de levar esse tema para o Senado Federal quando você toca no âmago, na intimidade das pessoas economicamente mais fracas, mas que têm que ter a atenção do Estado e dos Municípios para que elas possam se organizar em associações, em comunidades, para trabalhar e ter também um valor maior pelo produto tão importante nas mesas dos brasileiros, sobretudo dos nordestinos da Bahia, de Alagoas, de Sergipe e de todos os Estados do Nordeste.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço o aparte de V. Exa. destacando que, num dia como hoje, os namorados que provarem o caldinho do maçunim ou do sururu, com certeza, ficarão agradecidos às namoradas também, amanhã ou então mais tarde. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Para caminhar no sol e na chuva pedindo voto, V. Exa. me convidou, mas para ir comer sururu esqueceu-se de mim. (*Risos.*)

Senadora Renilde.

A Sra. Renilde Bulhões (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Para apartear.) – Nós queremos parabenizá-lo, Rodrigo, por esse projeto que é muito importante para as marisqueiras do nosso Estado. Que elas contem com o nosso apoio também. Parabéns! Foi muito bom você ter essa iniciativa.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Obrigado, Senadora Renilde.

Um obrigado especial ao nosso Líder Roberto Rocha. E um mais especial ao nosso Presidente, a quem convido – e estendo o convite a todos os Senadores –, para, nesse recesso, tomar um caldinho de sururu e um caldinho de maçunim. Tenho certeza de que não vai esquecer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Parabéns, Senador Rodrigo!

Quero cumprimentar V. Exa. pela preocupação e pela importância de fortalecermos o extrativismo, as mulheres, os pescadores, as minorias. V. Exa. traz um tema importantíssimo para o Plenário do Senado Federal. Cumprimento V. Exa. e o Líder Roberto Rocha.

Está encerrada a discussão.

Em votação a Emenda nº 1 da CRA (Substitutivo), que tem preferência regimental.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o substitutivo.

Fica prejudicado o projeto.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final do vencido para o turno suplementar será publicado na forma regimental. (**Parecer nº 173/2019-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.4 do Sumário**)

Passa-se à discussão da matéria em turno suplementar.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do substitutivo em turno suplementar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.



Foi encerrada a discussão, sem apresentação de emendas.

O substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, apenas um minuto antes de encerramos a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Um minuto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Quero agradecer a sensibilidade do Ministro do Desenvolvimento Regional Gustavo Canuto, que nos brindou com uma excelente notícia para as minhas Minas Gerais ao incluir o norte do Estado no Plano Nacional de Segurança Hídrica.

Nós temos 240 Municípios, em Minas, ameaçados pela seca. A inclusão desses Municípios no Plano Nacional de Segurança Hídrica é o primeiro passo para que obras importantes, em barragens, de combate à seca sejam feitas de forma racional, equilibrada, planejada, para acabar com o problema – pelo menos por mais uma geração.

Quero agradecer, portanto, ao Ministro, e dizer ao povo do norte de Minas Gerais que estamos aqui lutando para que a seca deixe de ser um flagelo para tantas famílias. Barragens como Jequitaí e Berizal esperam novos investimentos e a atenção dos políticos de Minas Gerais.

Saúdo, portanto, o Ministério do Desenvolvimento Regional por essa boa notícia para todos os mineiros.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 59 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 94ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



Concluída a instrução do Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2019, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.



Arquivamento



Concluída a instrução do Ofício "S"nº 29, de 2019, a matéria vai ao Arquivo.



Comunicações





SENADO FEDERAL
Bloco Senado Independente
PDT – Cidadania – PSB – Rede

GLBSI- Memo. 095/2019

A publicação
Em 12/06/19
[Assinatura]

Brasília, 11 de junho de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal

Assunto: Substituição de membro da CDR

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a retirada do nome da **Senadora Leila Barros, membro suplente** da *Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo* – CDR.

Respeitosamente,

[Assinatura de Veneziano Vital do Rêgo]

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Líder do Bloco Senado Independente

Recebido em 12/06/19

Hora 09:55

Edson de A.
Estagiário - SL/SF/SGM



Expedientes dos Senadores Nelsinho Trad e Humberto Costa, já disponibilizados no endereço eletrônico do Senado, por meio dos quais relatam participação em Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, nos dias 30 e 31 de maio do corrente ano, nos termos dos Requerimentos nº 424 e 421, de 2019, respectivamente.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.



Expediente do Senador Telmário Mota, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação em missão oficial, em Montevidéu, Uruguai, no período de 29 a 31 de maio de 2019, nos termos do Requerimento nº 423, de 2019.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Expediente do Senador Jean Paul Prates, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação em missão oficial, em Kourou, Guiana Francesa, nos dias 3 e 4 de junho de 2019, nos termos do Requerimento nº 488, de 2019.

O Requerimento vai ao Arquivo.



00100.0i

SENADO FEDERAL
SENADOR ALVARO DIAS

A publicacao
Em 12/06/19
M/L

Memo nº 021/19 - SEN

Brasília, 12 de junho de 2019.

Senhor Secretário-Geral,

Ao cumprimentá-lo, solicito a alteração da sigla do partido político ao qual pertenço de PODE para PODEMOS, em todos os meios de comunicação oficial do Senado Federal.

Na oportunidade, apresento os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Senador ALVARO DIAS
Líder do Podemos

Ao Ilustríssimo Senhor
LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO
Secretário-Geral da Mesa
Senado Federal



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 340C396B



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9F50186C002E8D81.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 081/19-GLPSDB

Brasília, de junho de 2019.

*Fazer-se a
substituição solicitada
Em 12/06/19
Lara Lacerda*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador **ROBERTO ROCHA** para integrar como 1º suplente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em substituição ao Senador **JOSÉ SERRA**, que passa a integrar a mesma como 2º suplente.

Atenciosamente,

Senador **ROBERTO ROCHA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Recebido em 12/06/2019
Hora: 19:35

Diogo Giovanni Dias Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM



Documentos encaminhados à publicação





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Avaliação de Políticas Públicas (Resolução nº 44, de 2013)

Proposta de Plano de Trabalho

Avaliação do Programa de Defesa Cibernética

Presidente: Senador **NELSINHO TRAD**
Vice-Presidente: Senador **MARCOS DO VAL**
Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

1. APRESENTAÇÃO

A avaliação de políticas públicas tem como objetivo principal aprimorar a gestão do Estado, por meio da mensuração de sua eficiência, eficácia e efetividade. O resultado da avaliação é fundamental para orientar as ações do Poder Público.

A Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, prevê que a Casa Legislativa realize a avaliação de políticas públicas, que buscará, entre outras medidas, adequar os dispositivos normativos às necessidades sociais.



SF/19979.70374-42

Página: 1/8 12/06/2019 10:13:46

9490581809df670a95342d1bc20d69a982fb7b07





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

2

Nos termos do art. 1º dessa normativa, “as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas”.

Mediante a aprovação, no dia 9 de maio, do Requerimento nº 24, de 2019, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu avaliar a Política de Defesa Cibernética, setor estratégico do Estado Brasileiro, que, segundo a Estratégia Nacional de Defesa, é delegada ao Exército Brasileiro.

No Brasil, os assuntos relacionados às vulnerabilidades digitais foram tratados, inicialmente, sob a égide da Segurança da Informação pelo Decreto nº 3.505/2000, que instituiu a Política de Segurança da Informação.

No âmbito da Defesa, o denominado Setor Cibernético foi destacado pela Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada pelo Decreto nº 6.703/2008, ao lado do setor espacial e do setor nuclear, como um dos três setores considerados estratégicos e essenciais para a Defesa Nacional.

A Diretriz Ministerial nº 014/2009, do Ministério da Defesa, definiu as responsabilidades relativas a cada um desses três setores estratégicos: nuclear, a cargo da Marinha; cibernético, a cargo do Exército; e espacial, a cargo da Aeronáutica. Adicionalmente, determinou providências relativas a objetivos e estratégias setoriais correspondentes a cada Força. Reforçou, ainda, que esses três setores “transcendem, por sua natureza, a divisão entre desenvolvimento e defesa, entre o civil e o militar”.



SF/19979.70374-42

Página: 2/8 12/06/2019 10:13:46

9490581809df670a95342d1bc20d69a982fb7b07





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

3

O interesse da Casa por esse tema não é novo. Em 2013, um episódio mundial de grande repercussão — a suposta espionagem de agência dos Estado Unidos em vários países — resultou em denúncias de intromissão em assuntos oficiais brasileiros. Como consequência, em 3 de setembro daquele ano, o Senado Federal instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a “investigar a denúncia de existência de um sistema de espionagem, estruturado pelo governo dos Estados Unidos, com o objetivo de monitorar e-mails, ligações telefônicas, dados digitais, além de outras formas de captar informações privilegiadas ou protegidas pela Constituição Federal”.

Os trabalhos da CPI duraram até abril de 2014, incluindo depoimentos de vários especialistas e de representantes de órgãos públicos ligados às áreas de inteligência e cibernética, tais como o Ministério da Defesa, a Anatel e a Polícia Federal, bem como aqueles supostos alvos da espionagem norte-americana, a exemplo da Petrobras.

Ainda no contexto do episódio acima apresentado, o Ministério da Defesa criou um Grupo de Trabalho (GT-Ciber), instituído pela Portaria Ministerial nº 2.569-EMCFA/MD, de 6 de setembro de 2013, para elaborar propostas mais imediatas para o campo da Defesa Cibernética.

No relatório apresentado pelo GT-Ciber, que foi aprovado pelo Ministro da Defesa em 13 de março de 2014, constaram medidas para mitigar as vulnerabilidades do ambiente cibernético, incluindo a criação do



SF/19979.70374-42

Página: 3/8 12/06/2019 10:13:46

9490581809df670a95342d1bc20d69a982fb7b07





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

4

Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) e da Escola Nacional de Defesa Cibernética (ENaDCiber).

Em 27 de outubro de 2014, a Portaria Normativa nº 2.777/MD definiu a “Diretriz de Implantação de Medidas Visando à Potencialização da Defesa Cibernética Nacional”. Coube ao Exército, em articulação com o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), a Secretaria Geral do Ministério da Defesa (SG/MD) e as demais Forças Armadas, os seguintes encargos, entre outros:

- Imediata ativação do Núcleo do Comando de Defesa Cibernética (NuComDCiber) e coordenação da criação e implantação do ComDCiber;
- Imediata ativação do Núcleo da Escola Nacional de Defesa Cibernética (NuENaDCiber) e coordenação da criação e implantação da ENaDCiber; e
- Organização e execução de projetos relacionados ao Setor de Defesa Cibernética.

O tema “defesa cibernética” vem sendo tratado pelas Forças Armadas, sob a coordenação do Exército, desde 2010. Nesse período, esforços vêm sendo realizados para incorporar e aplicar capacidades.



SF/19979.70374-42

Página: 4/8 12/06/2019 10:13:46

9490581809df670a95342d1bc20d69a982fb7b07





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

5

Assim, essa avaliação de política proposta pela CRE constitui importante e valioso instrumento para, a partir das análises a serem realizadas, retificar ou ratificar os planejamentos para o futuro do setor cibernético da defesa, que completou uma década, conferindo o aval do Senado Federal aos avanços pretendidos pelas Forças Armadas e, em última análise, em nome da sociedade brasileira.

Diante da relevância e considerando a transversalidade do Setor Cibernético para a defesa do Estado Brasileiro, as perguntas que a presente avaliação de políticas públicas buscará responder são:

- 1) Como se encontra a implantação das medidas definidas pelo Ministério da Defesa?
- 2) Quais as transformações e os impactos, positivos e negativos, de sua implementação?
- 3) Esses instrumentos foram efetivamente implementados ou carecem de plena implementação? Nesse último caso, quais os gargalos a serem desobstruídos?
- 4) Considerando a evolução da maturidade institucional, a velocidade de eventos e alterações de cenários que caracterizam o Setor Cibernético, as medidas propostas em 2014 são suficientes? Há demandas a serem atendidas para



SF/19979.70374-42

Página: 5/8 12/06/2019 10:13:46

9490581809df670a95342d1bc20d69a982fb7b07





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

6

que se obtenha o nível de defesa compatível com os cenários de curto, médio e longo prazos?

5) O que se pretende para o futuro do setor cibernético de defesa?

2. ATIVIDADES PROPOSTAS

Para levar a contento a avaliação desses instrumentos, sugere-se que a CRE segmente suas análises em cada um deles, para os quais são previstas as seguintes ações:

- Solicitação de informações ao Comando do Exército, por intermédio do ComDCiber, acerca da implantação das medidas indicadas pelo Ministério da Defesa e dos resultados obtidos com as medidas implementadas;
- Identificação de atores sociais e agentes econômicos relacionados ao tema;
- Realização de audiências públicas;
- Considerando a sensibilidade do tema, realização de audiência reservada, a fim de identificar vulnerabilidades, e levantamento de ações, visando à mitigação de ameaças e à implementação de medidas que levem à efetividade da Defesa Cibernética;



SF/19979.70374-42

Página: 6/8 12/06/2019 10:13:46

9490581809df670a95342d1bc20d69a982fb7b07





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

7

- Realização de visitas técnicas ao ComDCiber, com vistas a identificar gargalos e oportunidades de melhoria.

Com base nessas atividades, será elaborado o relatório final para apreciação pela Comissão até novembro deste ano.

3. CRONOGRAMA

Propomos a seguinte programação para o trabalho de avaliação desses instrumentos:

Atividade	Local	Convidados	Temas
1) Reunião de instalação dos trabalhos	Brasília	- Comando de Defesa Cibernética.	Apresentação e debate do plano de trabalho
2) Reuniões técnicas	Brasília	Senadores e assessorias	Reunião interna: avaliação dos trabalhos e calibragem de cronogramas. Definição de datas para as audiências públicas.
3) Análise orçamentária	Brasília	Consultoria de Orçamentos do Senado (CONORF)	Requerimento à consultoria de orçamento para análise orçamentária do setor.
4) Audiência Reservada com Membros da CRE	Brasília	- Ministério da Defesa; - Gabinete de Segurança Institucional da República; - Comando do Exército, da Marinha e da Força Aérea; - Ministério das Relações Exteriores; - Ministério da Justiça.	I - Diagnóstico de ameaças sensíveis do setor cibernético e gargalos do Estado para implementar uma política de Defesa Cibernética, com foco: 1) na definição de marcos legais; 2) no fortalecimento da estratégia de superação dos gargalos verificados; II – Avaliação da efetividade de colaboradores nacionais e internacionais, identificando medidas necessárias para a obtenção de resultados.



SF/19979.70374-42

Página: 7/8 12/06/2019 10:13:46

9490581809df670a95342d1bc20d69a982fb7b07





8

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Atividade	Local	Convidados	Temas
5) Duas Audiências Públicas	Brasília	1ª) Órgãos públicos: - Ministério da Defesa; - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; - Comando do Exército, da Marinha e da Força Aérea. 2ª) Representantes da sociedade civil: - Gerente geral do CERT.BR; - Representantes da ICP-Brasil; - Outros	I – Planejamento Estratégico do Setor Cibernético; II – Avaliação do planejamento e da execução orçamentária relacionados ao Setor Cibernético; III – Necessidades e cenários orçamentários relacionados ao Setor Cibernético; IV – Debate sobre a implementação das medidas definidas em 2014 e as frentes de atuação que se delineiam a partir dos resultados já verificados; V – Apontamento das ameaças e as atualizações do cenário do ambiente cibernético.
6) Visitas Técnicas	Brasília	Membros da CRE	I – Identificação das instalações do ComDCiber e ferramentas utilizadas; II – Análise dos gargalos para a implementação das infraestruturas adequadas aos cenários de curto, médio e longo prazos.
Apresentação e Votação do Relatório Final (NOVEMBRO DE 2019)			



SF/19979.70374-42

Página: 8/8 12/06/2019 10:13:46

9490581809df670a95342d1bc20d69a982fb7b07

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





PUBLICIDADE

-64%

-68%

-30%

Guerra cibernética

O mundo entrou numa fase de confronto sem frente de batalha e sem regras de engajamento

RUBENS BARBOSA*, O Estado de S.Paulo

11 de junho de 2019 | 03h00

No século 21, a tecnologia está definindo novas formas de emprego bélico nas guerras tradicionais. A inteligência artificial está abrindo espaço para armas e sistemas autônomos letais, robôs autônomos letais ou, ainda, robôs assassinos. Definidas como qualquer sistema de arma com autonomia em suas funções, essas armas podem selecionar (isto é, procurar ou detectar, identificar, rastrear, selecionar) e atacar (isto é, usar força bruta contra, causar dano ou destruir) alvos, sem intervenção humana.

Em paralelo a esses desenvolvimentos tecnológicos – que terão impacto na guerra como entendida até aqui –, a cibernética está inovando nas técnicas de enfrentamento sem o uso da força convencional. As ameaças globais nos dias de hoje estão se transformando rapidamente: operações online para influência e interferência em eleições, armas de destruição em massa e sua proliferação, terrorismo, contrainteligência e tecnologias destrutivas, ameaças à competitividade econômica, espaço e armamento no espaço, crime transnacional (armas e drogas), entre outras.



Na definição do teórico Clausewitz, “guerra é um ato de violência destinado a forçar o adversário a executar nossa vontade”. A violência tem como objetivo controlar. O chinês Sun Tzu acrescenta que “a maior proeza militar é vencer sem combater”: a astúcia e a manipulação apresentam mais vantagens do que a agressividade para impor sua vontade sobre os outros.

Já chegamos a esta fase de sofisticação bélica. A guerra cibernética, definida com a utilização de meios numéricos para desenvolver a função de controlar outros ou empresas, transforma radicalmente os três componentes históricos da guerra: a espionagem, a sabotagem e a guerra da informação, na linha observada por Sun Tzu.

Multiplicam-se informações sobre o uso da capacidade cibernética – inclusive na espionagem, ataque e influência com o objetivo de conseguir vantagem política, econômica e militar. Segundo se noticia, de um lado, China, Rússia, Irã e Coreia do Norte e, de outro, EUA, Israel, Reino Unido e França dispõem de meios cada vez mais sofisticados para obter informações de governos e de empresas, para influir na vida das pessoas e destruir a infraestrutura e objetivos estratégicos.

Na última década estes países desenvolveram e experimentaram, com crescente capacitação, técnicas para alterar informações e sistemas em outros países. Por anos, conduziram espionagem cibernética para recolher inteligência e colocar em risco a infraestrutura de outras nações. Mais recentemente, novos tipos de ataque cibernético foram desenvolvidos e a mídia social passou a ser usada para alterar o pensamento, o comportamento e as decisões, como ocorreu nas eleições americanas pela ação da Cambridge Analytica-Facebook. À medida em que bilhões de novos instrumentos digitais são conectados e integrados na vida cotidiana e nos negócios, competidores e adversários ganharão maior conhecimento para acesso às informações protegidas pelos governos e empresas.

O mundo entrou numa fase de guerra permanente: sem frente de batalha e sem regras de engajamento. Em 2016, agentes de inteligência da China conseguiram capturar instrumentos de espionagem da NSA e os reposicionaram para atacar aliados dos EUA e empresas privadas da Europa e da Ásia.

A guerra cibernética se assemelha à guerra insurrecional, com a diferença de poder planejar e executar a ação à distância, longe do inimigo. A utilização de algoritmos de inteligência artificial multiplicará o impacto das ações e criará no adversário novas vulnerabilidades. Será mais difícil a identificação de seus autores, pela utilização dos robôs para autorizar a difusão de falsas informações nas redes sociais ou para a disponibilização com livre acesso de algoritmos permitindo incluir pessoas em qualquer vídeo e de colocar em sua boca o que se



deseje que ele diga. É possível que já estejam acontecendo operações de espionagem cibernética, de sabotagem ou de influência comandadas de maneira completamente autônoma, necessitando apenas do sinal verde de alguém.

Esta nova forma de ver as rivalidades e as estratégias adotadas pelas grandes potências globais está tratada de forma simples e direta no recente livro *Cyber: a guerra permanente*, de Jean Louis Gergorin e Leo-Isac-Dognin. O trabalho procura responder como a emergência do instrumento cibernético se instalou no centro da Guerra permanente e quais são as consequências dessa nova relação de forças.

O entendimento de que a tecnologia 5G possa ser explorada para espionagem e sabotagem de instalações de infraestrutura, rede de comunicação e centros financeiros passou a ser uma nova preocupação e está na raiz da proibição da compra de produtos da Huawei para as redes 5G públicas ou privadas nos EUA. A nova guerra fria entre os EUA e a China começou com o comércio, mas deve se deslocar rapidamente para a tecnologia, em que a China dá mostras de estar à frente de Washington nos avanços da aplicação da última geração 5G.

No Brasil, nos últimos anos, instituições públicas e empresas têm sido objeto de ataques por hackers e por organizações no exterior. Em 2013 Edward Snowden, ex-contratado da NSA, tornou públicos detalhes do programa de espionagem da NSA, que espionava vários países, inclusive o Brasil. A vulnerabilidade do governo brasileiro foi admitida pelo então ministro da Defesa, como mencionei neste espaço em 2015 (*Segurança Cibernética*). Recentemente, o Itamaraty ficou paralisado por alguns dias, possivelmente depois de um ataque cibernético. Espera-se que o Centro de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa tenha recursos adequados para desempenhar plenamente suas funções e tentar proteger governo e empresas desta nova forma de guerra, que está aí para ficar. O assunto é urgente.

*** RUBENS BARBOSA É PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (IRICE)**

Mais conteúdo sobre:

NSA

China [Ásia]

Estados Unidos [América do Norte]

Huawei

Edward Snowden

Encontrou algum erro? Entre em contato

PUBLICIDADE



Expediente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)



A Presidência comunica o recebimento da Carta nº 73/2019, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, que encaminha, em cumprimento ao artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, o relatório anual das metas e resultados de 2018.

O documento será encaminhado para conhecimento e manifestação da CTFC, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, e será disponibilizado no Portal do Senado Federal, na página da referida Comissão.



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução da Mensagem nº 19, de 2019, a matéria aguardará deliberação do Plenário.



Concluída a instrução das Mensagens n^os 21 e 22, de 2019, as matérias serão deliberadas oportunamente pelo Plenário.



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3423, DE 2019

(nº 10.771/2018, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, a fim de dispor sobre competência do Comando da Marinha para promover o licenciamento e a fiscalização dos meios navais e suas plantas nucleares embarcadas para propulsão e do transporte de seu combustível nuclear.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1683090&filename=PL-10771-2018



[Página da matéria](#)



Altera a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, a fim de dispor sobre competência do Comando da Marinha para promover o licenciamento e a fiscalização dos meios navais e suas plantas nucleares embarcadas para propulsão e do transporte de seu combustível nuclear.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 2º ”

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto nos incisos IX e X do *caput* deste artigo, caberá ao Comando da Marinha promover o licenciamento e a fiscalização dos meios navais e suas plantas nucleares embarcadas para propulsão, por organização militar independente específica para esse fim, além do transporte de seu combustível nuclear.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de junho de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.189, de 16 de Dezembro de 1974 - LEI-6189-1974-12-16 - 6189/74

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1974;6189>

- artigo 2º



O Projeto de Lei nº 3423, de 2019, vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3509, DE 2019

(nº 9.308/2017, na Câmara dos Deputados)

Altera as Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir disposições relativas às universidades comunitárias.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1643813&filename=PL-9308-2017



[Página da matéria](#)



Altera as Leis n°s 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir disposições relativas às universidades comunitárias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1° Esta Lei altera as Leis n°s 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir disposições relativas às universidades comunitárias.

Art. 2° O § 3° do art. 8° da Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8°

.....

§ 3° Para a Câmara de Educação Superior a consulta envolverá, necessariamente, indicações formuladas por entidades nacionais, públicas e particulares, e pelas instituições comunitárias de educação superior, que congreguem os reitores de universidades, os diretores de instituições isoladas, os docentes, os estudantes e os segmentos representativos da comunidade científica.

.....” (NR)

Art. 3° Os arts. 16 e 19 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16.

.....

II - as instituições de educação superior mantidas pela iniciativa privada;

.....” (NR)



“Art. 19.

.....

III - comunitárias, na forma da lei.

§ 1º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do *caput* deste artigo podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas.

§ 2º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do *caput* deste artigo podem ser certificadas como filantrópicas, na forma da lei.”(NR)

Art. 4º Fica revogado o art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961); LDB (1961) - 4024/61
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1961;4024>
 - parágrafo 3º do artigo 8º
- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - 9394/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
 - artigo 16
 - artigo 19
 - artigo 20



O Projeto de Lei nº 3509, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.



Mensagem do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 28, DE 2019

(nº 217/2019, na origem)

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 37,000,000.00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE”.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À CAE.



[Página da matéria](#)



MENSAGEM Nº 217

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 37,000,000.00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 29 de maio de 2019.



EM nº 00088/2019 ME

Brasília, 12 de Abril de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco - PE requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para contratação de operação de crédito externo a ser celebrada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 37.000.000,00 (Trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco - PROFISCO II.

2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante o artigo 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, todas do Senado Federal.

3. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos-COFIEX, de que trata o Decreto nº 9.075, de 06 de junho de 2017, e o Banco Central do Brasil efetuou o registro da operação.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional analisou as informações referentes ao Mutuário, registrando que, de acordo com o previsto na Portaria MF nº 501/2017, a operação de crédito de que trata seu parecer é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, à garantia da União, por ser contratada junto a organismo multilateral de crédito com a finalidade de financiar projeto de investimento para melhoria da gestão fiscal do Estado. Ao final, pronunciou-se aquela Secretaria no sentido de que o Ente cumpre os requisitos prévios para a concessão da garantia da União, desde que cumpridos os requisitos mencionados em seu parecer.

5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação dos documentos requeridos na legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificada a comprovação do



atendimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso, verificada a adimplência e demais requisitos, nos termos do § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, bem como formalizado o respectivo contrato de contragarantia.

6. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o envio de Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de contratação e de concessão da garantia da União ao Ente em tela referente à operação financeira descrita nesta Exposição de Motivos.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcelo Pacheco dos Guaranys



17944.103347/2018-93

OFÍCIO Nº 155/2019/CC/PR

Brasília, 29 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 37,000,000.00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do “Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE”.

Atenciosamente,

ONYX LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 17944.103347/2018-93 SEI nº
Palácio do Planalto- 4º andar - Sala:426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 Brasília/DF- <http://www.planalto.gov.br>



DOCUMENTOS PARA O SENADO

ESTADO DE PERNAMBUCO

**X
BID**

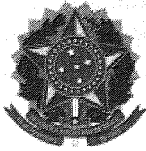
“Programa de Modernização Fiscal do Estado de Pernambuco –
PROFISCO II - PE ”

PROCESSO Nº 17944.103347/2018-93



10/04/2019

SEI/ME - 1987396 - Parecer

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária

Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União

PARECER SEI Nº 43/2019/COF/PGACFFS/PGFN-ME

Operação de crédito externo, com garantia da União, a ser celebrada entre o Estado de Pernambuco - PE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE.

Exame preliminar, sob o aspecto da legalidade da minuta contratual. Operação sujeita à autorização do Senado Federal.

Constituição Federal, artigo 52, incisos V e VII; Decreto-Lei nº 1.312, de 1974; Decreto-Lei nº 147, de 1967; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Resoluções do Senado Federal nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, ambas com alterações.

Processo SEI nº 17944.103347/2018-93

I

Vem à análise da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN a anexa proposta de celebração de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, para exame e parecer da minuta contratual que antecede à análise autorizativa do Senado Federal de que trata o art. 52, inciso V, da Constituição da República, com as seguintes características:

MUTUÁRIO: Estado de Pernambuco - PE;

MUTUANTE: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID;

GARANTIDOR: República Federativa do Brasil;

NATUREZA DA OPERAÇÃO: empréstimo externo;

VALOR: até US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal;

FINALIDADE: financiar parcialmente o "Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE".

2. Juridicamente, importa observar que o presente pronunciamento desta PGFN restringe-se tão somente aos aspectos jurídicos extrínsecos da garantia da União. As formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição Federal; no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; na Lei



10/04/2019

SEI/ME - 1987396 - Parecer

consolidada e republicada em 10 de abril de 2002, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007; na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, ambas do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, como se acham em vigor; e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

II

Análises da STN

3. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN emitiu o Parecer SEI Nº **337/2018/COPEM/SURIN/STN-MF**, de 21 de agosto de 2018 (SEI 1027973), complementado pelo Parecer SEI Nº **74/2019/COPEM/SURIN/STN/FAZENDA-ME**, de 13 de março de 2019 (SEI 1902030), onde consta:

- (a) verificação dos limites de endividamento das Resoluções nº. 40 e 43, ambas de 2001, do Senado Federal;
- (b) análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União.

4. No tocante à verificação dos limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União, em conformidade com o parágrafo 6º do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, estabeleceu a STN o prazo de 270 dias, contados a partir de 21/08/2018, uma vez que operações de crédito contratadas pelos Estados com organismos multilaterais de crédito com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal (PROFISCO) são excepcionadas dos limites de endividamento previstos nos incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43, de 2001).

5. Segundo informa a STN no supra mencionado Parecer, item 2, o Chefe do Poder Executivo do Ente prestou informações e apresentou comprovações por meio documental e por meio de formulário eletrônico, mediante o Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM, de que trata a Portaria nº 9/2017, da Secretaria do Tesouro Nacional.

6. O mencionado Parecer SEI Nº 337/2018 apresenta conclusão favorável à concessão da garantia da União uma vez que o Estado cumpre os requisitos para a concessão de garantia desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia:

- (a) seja verificado o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;
- (b) seja verificada, pelo Ministério da Fazenda, o disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
- (c) seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia entre o Ente e a União.

7. De acordo com o previsto no inciso II do art. 12 da Portaria MF nº 501/2017, a operação de crédito de que trata este parecer é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, à garantia da União, por ser contratada junto a organismo multilateral de crédito com a finalidade de financiar projeto de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal. Informou a STN ainda, no item 41 do Parecer SEI Nº 337/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, que a Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, conforme o Memorando SEI 92/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF, de 20/08/2018. Conclui, então, a STN - item 55 do seu Parecer - que a operação de crédito pleiteada é elegível para concessão da garantia da União.

Página 8 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2341197&infra_si... 2/7



10/04/2019

SEI/ME - 1987396 - Parecer

Aprovação do projeto pela COFIEIX

8. Foi recomendada a obtenção de financiamento externo para o projeto pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, de que trata o Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017, mediante a Resolução nº 03/0129 (SEI 0578368) de 18/01/2018.

Existência de autorização legislativa para a contratação de operação de crédito externo e oferta de contragarantia à garantia a ser prestada pela União

9. Em literal cumprimento do artigo 40, § 1º da LRF, e do artigo 10, inciso III, da RSF Nº 48, foi realizada pela COAFI a análise da suficiência das contragarantias à garantia da União, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017. Conforme informação consignada no Memorando SEI nº 52/2018/GECEN I/COAFI/SURIN/STN-MF, de 16/08/2018 (SEI 1024368, fls. 03/04), as contragarantias oferecidas pelo ente, nos termos da Lei estadual nº 16.244, de 15/12/2017 (SEI 0578919), são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Previsão no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária

10. Consta do processo a Declaração do Chefe do Poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEN em 06/08/2018 (SEI 0995781, fls. 19/25), a informar que a operação em questão está inserida no Plano Plurianual (PPA) do Estado para o quadriênio 2016-2019, estabelecido pela Lei Estadual nº 15.703, de 21/12/2015 (SEI 0995781, fl. 23). A declaração citada informa ainda que constam da Lei estadual nº 16.275, de 26/12/2017 que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2018, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida (SEI 0995781, fl. 22).

Situação de adimplência do Ente em relação ao garantidor

11. A situação de adimplência do Estado deverá estar comprovada por ocasião da análise jurídica para fim de assinatura do contrato, conforme determina o art. 25, IV, a, c/c art. 40, §2º, da LRF e o art. 10, §4º, da Resolução nº 48, de 2001.

Regularidade quanto ao pagamento de precatórios

12. O Ente apresentou Certidões do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (SEI 2065352), do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (SEI 2058784) e do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (SEI 2058792) a atestarem a regularidade quanto ao pagamento de precatórios

Certidão do Tribunal de Contas do Ente

13. Conforme ínsito ao referido Parecer SEI Nº 337/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 21 de agosto de 2018 (SEI 1027973), a Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 1948062) atestou a regularidade do pagamento dos precatórios.

Página 9 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2341197&infra_si... 3/7



10/04/2019

SEI/ME - 1987396 - Parecer

relação ao último exercício analisado (2016), aos exercícios não analisados (2017 e 2018) e ao exercício em curso (2019); tal certidão atesta:

a) quanto ao último exercício analisado (2016): relativamente à Lei de Responsabilidade Fiscal, o cumprimento dos artigos 11 (cumprimento das competências tributárias), 12 §2º, 19 inciso III e 20 inciso III (limites de despesa com pessoal), 22, 23, 33 (operações de crédito com instituições financeiras), 37 (operações vedadas), 52 (publicações do RREO), 52 e 55, §2º (publicações do RGF) todos da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); em relação à Constituição Federal, o atendimento aos arts. 198 § 2º (limite de Saúde), 212 (limite de Educação) e 167 inciso III (Regra de Ouro) todos da Constituição Federal;

b) quanto aos exercícios não analisados (2017 e 2018): relativamente à Lei de Responsabilidade Fiscal, o cumprimento dos artigos 11, 12 §2º, 19 inciso II e 20 inciso II, 22, 23, 52 e 55 §2º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); e o atendimento aos arts. 198, 212 (limite de Educação) e 167, III (Regra de Ouro) da Constituição Federal; e

c) quanto ao exercício em curso (2019), o Tribunal de Contas do Estado do Ceará verificou o cumprimento do disposto no artigos 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal (exercício de sua competência tributária). Quanto ao artigo 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o CAUC atesta hoje (05.04.2019) o encaminhamento do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), do exercício em curso e do anterior, no prazo de até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, com validade até a data-limite da publicação relativa ao período subsequente, em atendimento ao disposto nos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Declaração do chefe do Poder Executivo do Ente quanto ao exercício não analisado e ao em curso

14. Consta Declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM/STN (SEI 0913174), quanto às contas dos exercícios não analisados, inclusive o exercício em curso, que o Estado cumpriu os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme determina o art. 21, IV, 'c', da Resolução nº 43, do Senado Federal.

Limite de Restos a Pagar

15. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante arts. 40, §2º e 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF, combinados com o disposto na alínea c do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, do Senado Federal, este limite só é aferível nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato do titular do Poder Executivo, não se aplicando, portanto, na presente data a este Ente; a propósito, como o referido Parecer SEI nº 337/2018/COPEM/SURIN/STN-MF (SEI 1027973) foi proferido em 21/08/2018, declarou o Chefe do Poder Executivo (SEI 0995781, fl. 24) que o Estado de Pernambuco "não contrairá, nos dois últimos quadrimestres de seu mandato, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito".

Limite de Parcerias Público-Privadas



10/04/2019

SEI/ME - 1987396 - Parecer

16. Em relação ao atendimento do requisito constante do art. 1º, § 2º, inciso VI, da Portaria MF nº 151/2018, foi emitido “Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo” (SEI 1891479), em que o Ente atesta que assinou contrato(s) na modalidade Parceria Público-Privada (PPP), e declarou, ainda, que cumpre com os limites estabelecidos no artigo 28 da Lei nº 11.079/2004, conforme Anexo II do referido documento e conforme observa-se no Demonstrativo de Parcerias Público-Privadas do RREO do 6º bimestre do Ente (SEI 1851621).

Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Ente

17. A Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco emitiu o Parecer CT/CV nº 0225/2018 - AP, de 13 de setembro de 2018 (SEI 1953948), para fim do disposto na Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, em que conclui pela regularidade da contratação e legalidade das obrigações constantes da minuta contratual.

Registro da Operação no Banco Central do Brasil

18. A operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF) nº TA833756 (SEI 0995888).

III.

19. Cumpre ressaltar que o Secretário Especial de Fazenda ainda não aprovou (SEI 1902043) o referido Parecer SEI Nº 74/2019/COPEM/SURIN/STN/FAZENDA-ME (SEI 1902030), o que se faz necessário para que o Senado Federal avalie e autorize a realização da presente operação de crédito.

IV.

20. O empréstimo será concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e as cláusulas estipuladas são as usualmente utilizadas nas operações de crédito celebradas com essa instituição (minutas contratuais SEI 0752594, SEI 0752666 e SEI 0752678).

21. Foi, no mais, observado o disposto no art. 8º, da Resolução nº 48/2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

22. O mutuário é o Estado de Pernambuco - PE, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente. Compete-lhe, ainda, fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos.

23. A concessão da garantia da União para a operação de crédito em exame depende de autorização do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, inciso V da Constituição Federal, pelo que se propõe, primeiramente, o encaminhamento do presente processo à Secretaria Especial de Fazenda para a aprovação do Parecer SEI Nº 74/2019/COPEM/SURIN/STN/FAZENDA-ME pelo Senhor Secretário Especial de Fazenda e, após, o assunto deverá ser levado à consideração do Senhor Ministro da Economia para que, entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame do Senado Federal, sob a ressalva de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam tomadas as seguintes providências: (a) seja

Página 11 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2341197&infra_si... 5/7



10/04/2019

SEI/ME - 1987396 - Parecer

pelo Ministério da Economia, o disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e (c) seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia entre o Ente e a União.

É o parecer.

Brasília, 08 de abril de 2019.

PAULO EDUARDO MAGALDI NETTO

Procurador da Fazenda Nacional

De acordo. À aprovação da Senhora Procuradora-Geral de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária.

MAURÍCIO CARDOSO OLIVA

Coordenador-Geral

De acordo. Ao Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT

Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária

Aprovo o parecer. À Secretaria Especial de Fazenda e, após, encaminhe-se o presente processo à Secretaria-Executiva deste Ministério para posterior encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado da Economia.

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR

Fazenda Nacional

Procurador-Geral da

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, Procurador(a) da**

Página 12 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2341197&infra_si... 6/7



10/04/2019

SEI/ME - 1987396 - Parecer



no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Cardoso Oliva, Coordenador(a)-Geral de Operações Financeiras Externas da União**, em 09/04/2019, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Eduardo Magaldi Netto, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 09/04/2019, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Levi Mello do Amaral Junior, Procurador(a)-Geral da Fazenda Nacional**, em 10/04/2019, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1987396** e o código CRC **47CA44FA**.

Referência: Processo nº 17944.103347/2018-93

SEI nº 1987396



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA S I S C O M E X 17/08/2018 11:09
 TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577A

----- PCEX577A - CARACTERISTICAS GERAIS -----

NUMERO DA OPERACAO: TA833756 DE: 28/06/2018
 1. MODALIDADE DA OPERACAO: 3611 L CRED BID/BIRD/FONP CONCLUIDO

2. MOEDA DE REGISTRO.....: 220 DOLAR DOS EUA

3. VALOR DA OPERACAO.....: 37000000,00

4. JUROS (S/N): S CERT. AVERBACAO: -

5. ENCARGOS (S/N).....: S CA/AP/CR ORIGEM:

6. TITULARES:

a) CADEMP b) TIPO c) VLR PARTICIPACAO d) DETALHAR

53222	102	DEV ESTADO/MUNICIPIO	-
PERNAMBUCO GOVERNO DO ESTADO			
583242	208	ORGAN INTERN CREDOR	37000000,00
BANCO INTERAMERICANO DE DES.- BID			
40967	300	GARANT REPUBLICA	37000000,00
RFB - MIN. DA FAZENDA - SECR. DO TESOURO NAC.			
148577	307	AGENTE PAIS/EXECUTOR	37000000,00
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO SECR.DA FAZE			

Opcao:'X' em 'd'-mostra titular

ENTRA=SEGUE F9=TRANSACAO F6=MENU F12=ENCERRA F3=RETORNA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA S I S C O M E X 17/08/2018 11:09
TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577B
----- PCEX577B - CARACTERISTICAS DO PRINCIPAL -----

NUMERO DA OPERACAO: TA833756 DE: 28062018
CONCLUIDO

07.OBJETO DO FINANCIAMENTO

a) BENS.....: b) TECNOLOGIA/SERV.:
c) SEGURO CREDITO: d) INGRESSO MOEDA...: 37000000,00
e) ALUGUEL BASICO:

08. VLR. ANTECIPADO.....:

a) DT.PAGAMENTO.: b) CONDICAO:

09.VLR. A VISTA...:

a) DT.PAGAMENTO.: b) CONDICAO:

10. VLR. FINANCIADO: 37000000,00

a) NUM.PARCELAS: 40 (vezes) b) PERIODICIDADE.: 6 (meses)
c) CARENCIA.....: 66 (meses) d) PRAZO.....: 300 (meses)
e) INIC.CONTAGEM: (ddmmaaaa) f) CONDICAO: 10090 ASSINATURA CONTRATO
g) VLR.PARCELA.....:
h) MULTIPLICADOR...: , i) BASE.....:

11.VLR.RESIDUAL.....: 12.MEIO DE PAGAMENTO.....: 2 MOEDA

(Informe 'SIM' para expandir o esquema de pagamento de principal)

ENTRA=SEGUE

F9=TRANSACAO

F6=MENU

F12=ENCERRA

F3=RETORNA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA S I S C O M E X 17/08/2018 11:09
TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577C
----- PCEX577C - CARACTERISTICAS DE JUROS -----
NUMERO DA OPERACAO: TA833756 DE: 28/06/2018
CONCLUIDO

13. PERIODO DE JUROS.....: 01 Abrir proximo periodo : (S=sim,N=nao)
14. PRAZO VALIDADE DO PERIODO: 300 (meses)
15. FORMA DE PAGAMENTO.....: P (A=ANTECIPADO,P=POSTECIPADO)
16. CONDICAO.....: 10090 ASSINATURA CONTRATO
17. DT.INICIO CONTAGEM.....:
18. MEIO PAGAMENTO.....: 2 MOEDA
19. PERIODICIDADE.....: 6
20. TAXA FIXA.....: 0 , 0000 (00,0000) % ao ano
21. TAXA VARIAVEL.....:
a) TAXA b) SPREAD c) DETALHAR (x)
2391 LIBOR-USS-3 MESES

d) CRITERIO DE SELECAO.....:

ENTRA=SEGUE
F9=TRANSACAO

F2=DETALHA
F6=MENU

F3=RETORNA
F12=ENCERRA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA
TRANSACAO PCEX770

S I S C O M E X
REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA

17/08/2018 11:09
MCEX577C

PCEX577C - CARACTERISTICAS DE JUROS

NUMERO DA OPERACAO: TA833756 DE: 28/06/2018
CONCLUIDO

13. PERIODO DE JUROS.....	01	Abrir proximo periodo :	(S=sim,N=nao)
14. PRAZO VALIDADE DO PERIODO:	300	(meses)	
15. FORMA DE PAGAMENTO.....	P	(A=ANTECIPADO,P=POSTECIPADO)	
16. CONDICAO.....	10090	ASSINATURA CONTRATO	
17. DT.INICIO CONTAGEM.....			
18. MEIO PAGAMENTO.....	2	MOEDA	
19. PERIODICIDADE.....	6		
20. TAXA FIXA.....	0 , 0000	(00,0000) % ao ano	
21. TAXA VARIAVEL.....			
a) TAXA		b) SPREAD	c) DETALHAR (x)

SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA S I S C O M E X 17/08/2018 11:09
TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577D
----- PCEX577D - CARACTERÍSTICAS DE ENCARGOS -----
NUMERO DA OPERACAO: TA833756 DE: 28/06/2018
CONCLUIDO

23.ENCARGO.....: 1
24.COD.ENCARGO.....: 1000 COMISSAO DE COMPROMI
25.VLR FIXO.....:
26.PERCENTUAL.....: 0,7500
27.BASE.....: 10000 - SALDO NAO DESEMBOLSA
28.CONDICA DE PAGAMENTO: 7 PERIODICAMENTE
29.DATA DE PAGAMENTO....: (DDMMAAAA)
30.PERIODICIDADE.....: 6
31.NUM.PARCELAS.....:

32.DETALHAMENTO DA FORMA DE CALCULO:

SOBRE O SALDO NÃO DESEMBOLSADO DO FINANCIAMENTO O MUTUÁRIO PAGARÁ UMA
COMISSÃO DE CRÉDITO QUE COMEÇARÁ A VIGORAR 60 DIAS APÓS A DATA DO CON-
TRATO NÃO PODENDO EXCEDER 0,75% AO ANO.

ENTRA=SEGUE

F9=TRANSACAO

F6=MENU

F12=ENCERRA

F3=RETORNA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA S I S C O M E X 17/08/2018 11:09
TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577J
----- PCEX577J - REGISTRO DE DADOS COMPLEMENTARES -----
NUMERO DA OPERACAO: TA833756 DE: 28/06/2018
CONCLUIDO

54. INFORMACOES COMPLEMENTARES:

OBJETO DO FINANCIAMENTO: PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL
DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PROFISCO II/ PE CONFORME MINUTA DATADA DE
08.06.2018.

PROCESSO NR. 17944.103347/2018-93 2

PROCESSO GDC BB: 20180628000000587

55. DADOS DE IMPOSTO DE RENDA:

a) RESPONSABILIDADE...: 4 (1=CREADOR, 2=DEVEDOR, 3=AMBOS, 4=ISENTO)

ATENCAO: OBSERVAR O ART.880, DO DECRETO NR. 3.000, DE 26.03.1999, SOBRE REMES-
SA DE RENDIMENTOS PARA FORA DO PAIS.

56. DADOS DO RESPONSÁVEL PELA OPERACAO - PELO DEVEDOR

NOME.: MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS

CPF...: 65289510478

CARGO: SECRETARIO DA FAZENDA

TELEFONE: (081) 31836181

E-MAIL: MARCELO.BARROS@SEFAZ.PE.GOV.BR

ENTRA=SEGUE

F6=MENU

F3=RETORNA

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA S I S C O M E X 17/08/2018 11:09
TRANSACAO PCEX770 ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS PCEX577X

----- DADOS DE EVENTOS -----

OPERACAO: TA833756 DE: CONCLUIDO

TIPO DO EVENTO.....: 7100 - INFORMACOES COMPLEMENTARES
DATA DO EVENTO.....: 20 / 7 / 2018 VALOR...:

DESCRICAO DO EVENTO:

PROCESSO MF 17944.103347/2018-93 2. O MUTUÁRIO PODERÁ, RESPEITANDO OS TERMOS DA CLÁUS.2.09 DO CONTRATO,SOLICITAR AO BANCO: 1)UMA CONVERSÃO DE MOEDA OU DE TAXA DE JUROS EM QQ MOMENTO DA VIGENCIA DO CONTRATO,CFE CAP.V DAS NORMAS GERAIS; 2)QUE UM DESEMBOLSO SEJA CONVERTIDO EM MOEDA DE PAÍS NÃO MUTUÁRIO OU MOEDA LOCAL,QUE O BANCO POSSA INTERMEDIAR, CONSIDERANDO GESTÃO DE RISCO E OPERACIONAL.ENTENDER-SE-Á QUE QQ DESEMBOLS O DENOMINADO EM MOEDA LOCAL CONSTITUIRÁ UMA CONVERSÃO DE MOEDA, AINDA QUE A MOEDA DE APROVAÇÃO SEJA A MOEDA LOCAL; 3)EM RELAÇÃO AO SALDO DEV QUE A TAXA DE JUROS BASEADA NA LIBOR SEJA CONVERTIDA A TAXA FIXA DE JUROS OU QQ OPÇÃO DE CONVERSÃO QUE SEJA ACEITÁVEL PELO BANCO.

RESPONSAVEL PELO EVENTO.: BB FERNANDA PESTUN (81) 3425-7176

ENTRA=SEGUE

F3=RETORNA

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA

S I S C O M E X

17/08/2018 11:09

TRANSACAO PCEX770

ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS

PCEX577X

----- DADOS DE EVENTOS -----

OPERACAO: TA833756 DE: CONCLUIDO

TIPO DO EVENTO.....: 4001 - MANIFESTACAO CREDOR/INVESTIDOR-FATURA

DATA DO EVENTO.....: 8 / 6 / 2018 VALOR...:

DESCRICAO DO EVENTO:

CONFORME MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE O ESTADO DE PERNAMBUCO
E O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, DATADA DE 08/06/2018.

OBJETO DO FINANCIAMENTO: PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL
DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PROFISCO II/ PE

PROCESSO NR. 17944.103347/2018-93 2

PROCESSO GDC BB: 20180628000000587

RESPONSAVEL PELO EVENTO.: BB FERNANDA PESTUN (81) 3425-7176

ENTRA=SEGUE

F3=RETORNA

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA S I S C O M E X 17/08/2018 11:09
TRANSACAO PCEX770 ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS PCEX577X

----- DADOS DE EVENTOS -----

OPERACAO: TA833756 DE: CONCLUIDO

TIPO DO EVENTO.....: 7001 - CONTRATO/FATURA/DOC FORMAL
DATA DO EVENTO.....: 8 / 6 / 2018 VALOR...:

DESCRICAO DO EVENTO:

CONFORME MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE O ESTADO DE PERNAMBUCO
E O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, DATADA DE 08/06/2018.

OBJETO DO FINANCIAMENTO: PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL
DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PROFISCO II/ PE

PROCESSO NR. 17944.103347/2018-93 2

PROCESSO GDC BB: 20180628000000587

RESPONSAVEL PELO EVENTO.: BB FERNANDA PESTUN (81) 3425-7176

ENTRA=SEGUE

F3=RETORNA

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA

S I S C O M E X

17/08/2018 11:10

TRANSACAO PCEX770

REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA

NCEX577X

CONSULTA DE OPERACAO FINANCEIRA

NUMERO DA OPERACAO: TA833756 DE: 28/06/2018

EVENTOS NECESSARIOS PARA A CONCLUSAO DO REGISTRO:

4001 MANIFESTACAO CREDOR/INVESTIDOR-FATURA

SITUACAO:

INCLUIDO

ENTRA=SEGUE

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA S I S C O M E X 17/08/2018 11:10
TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA NCEX5770
----- CONSULTA DE OPERACAO FINANCEIRA -----
NUMERO DA OPERACAO: TA833756 DE: 28/06/2018

EVENTOS NECESSARIOS PARA GERACAO DE ESQUEMA DEFINITIVO:

EVENTO:

7001 CONTRATO/FATURA/DOC FORMAL
6012 ASSINATURA DO CONTRATO-DATA

SITUACAO:

INCLUIDO
NAO INCL.

ENTRA=SEGUE

F3=RETORNA

F6=MENU

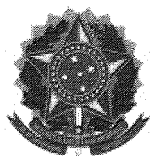
F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA



09/04/2019

SEI/ME - 1902030 - Parecer



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

PARECER SEI Nº 74/2019/COPEM/SURIN/STN/FAZENDA-ME

Parecer Público. Ausência de informação classificada como de acesso restrito pelos artigos 23 e 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação – LAI.

Processo nº 17944.103347/2018-93

Operação contratual externa (com garantia da União) entre o Estado de Pernambuco - PE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 37.000.000,00.

Recursos destinados ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE.

VERIFICAÇÃO COMPLEMENTAR DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E PARA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

I. RELATÓRIO

1. Trata o presente documento de Parecer complementar ao Parecer nº 337/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 21/08/2018 (SEI 1027973), em que foi analisada a solicitação feita pelo Estado de Pernambuco para a verificação do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), da Resolução do Senado Federal – RSF nº 43, de 2001 e da RSF nº 48, de 2007. A referida operação possui as seguintes características (SEI 0995781, fls. 02 e 08/10):

- a. **Valor da operação:** US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares dos EUA);
- b. **Destinação dos recursos:** Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco - PROFISCO II - PE;
- c. **Juros:** LIBOR trimestral acrescida de spread variável;
- d. **Atualização monetária:** Variação cambial;
- e. **Demais encargos e comissões:** Comissão de crédito de até 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado. Recursos para inspeção e supervisão de até 1% do valor do empréstimo.
- f. **Contrapartida:** US\$ 7.400.000,00;
- g. **Prazo total:** 300 (trezentos) meses;
- h. **Prazo de carência:** até 66 (sessenta e seis) meses;
- i. **Prazo de amortização:** 234 (duzentos e trinta e quatro) meses.

Página 27 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.



09/04/2019

SEI/ME - 1902030 - Parecer

j. **Lei(s) autorizadora(s):** Lei estadual nº 16.244, de 15/12/2017 (SEI 0578919).

2. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, por meio de Depacho, datado de 02/01/2019 (SEI 1614584), restituiu o presente processo à STN para análise técnica complementar nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria do Ministério da Fazenda – MF nº 151, de 12/04/2018, tendo em vista o encerramento do exercício de 2018 sem que houvesse a contratação da operação de crédito em questão.
3. Salienta-se que, considerando o disposto no artigo 1º, § 4º, da Portaria MF nº 151/2018, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União de que trata o Parecer nº 337/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 21/08/2018 (SEI 1027973) é de 270 dias, contados a partir de 21/08/2018. Desse modo, observa-se que o prazo de validade do referido Parecer encontra-se vigente na presente data.
4. Considerando ainda o conteúdo da referida Portaria MF nº 151/2018, constituem objeto de análise do presente Parecer complementar a observância do atendimento dos seguintes requisitos:
 - a. inciso III do art. 167 da Constituição Federal;
 - b. existência de prévia e expressa autorização para contratação por meio de lei específica;
 - c. existência de dotação na lei orçamentária para o ingresso de recursos provenientes da operação, o aporte de contrapartida, assim como os encargos decorrentes da operação, de previsão no plano plurianual ou, no caso de empresas estatais, de inclusão do projeto no orçamento de investimento;
 - d. limite referente ao montante das garantias concedidas pela União;
 - e. cumprimento dos limites constitucionais mínimos relativos aos gastos em educação e saúde; e
 - f. limite referente às parcerias público-privadas contratadas.

II. ANÁLISE COMPLEMENTAR DE QUE TRATA O ARTIGO 1º, § 2º, DA PORTARIA MF Nº 151/2018:

5. O Ente interessado, mediante o documento “Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo” (SEI 1891479) encaminhado pelo canal “Fale Conosco” do SADIPEM (SEI 1891460), atestou o cumprimento dos seguintes requisitos:

a. inciso III do art. 167 da Constituição Federal

6. Em relação ao atendimento do disposto no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal, a chamada Regra de Ouro, requisito constante do art. 1º, § 2º, inciso I, da Portaria MF nº 151/2018, foi verificado seu cumprimento nos exercícios de 2018 e 2019, conforme segue:

a) Exercício anterior (2018): atendido, com base nas informações declaradas pelo Chefe do Poder Executivo (SEI 1891479, fl. 03) e do RREO do 6º bimestre de 2018, conforme quadro abaixo:

Exercício anterior – R\$	
Despesas de capital executadas no exercício anterior liquidadas até o dia 31/12 do exercício anterior + inscritas em restos a pagar não processados (a)	2.336.708.213,69
Despesas previstas para reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas (b)	0,00
Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte (c)	0,00



09/04/2019

SEI/ME - 1902030 - Parecer

Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas (d)	0,00
Total de deduções (e = b + c + d)	0,00
Despesas de capital executadas no exercício anterior ajustadas (f = a - e)	2.336.708.213,69
Receitas de operações de crédito realizadas até o 6º bimestre do exercício anterior (g)	638.379.633,97
ARO contratada e não paga do exercício anterior (h)	0,00
Liberações ajustadas (i = g + h)	638.379.633,97
Regra de ouro: f > i	Atendido

b) Exercício corrente (2019): atendido, com base nas informações declaradas pelo Chefe do Poder Executivo (SEI 1891479, fl. 03), e do Anexo nº 1 da LOA de 2019 do Ente (SEI 1848985), conforme quadro abaixo:

Exercício corrente – R\$	
Despesas de capital previstas no orçamento - dotação atualizada no último RREO exigível ou Anexo I da LOA, de janeiro a março (a)	3.024.614.600,00
Despesas previstas para reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas (b)	0,00
Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte (c)	0,00
Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas (d)	0,00
Total de deduções (e = b + c + d)	0,00
Despesas de capital do exercício corrente ajustadas (f = a - e)	3.024.614.600,00
Desembolso previsto, no exercício corrente, da operação de crédito planejada (g)	13.015.453,20

Página 29 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.



09/04/2019

SEI/ME - 1902030 - Parecer

Desembolsos previstos, no exercício corrente, de outras operações de crédito ainda não contratadas, em fase de tramitação na STN ou nas instituições financeiras (h)	0,00
Desembolsos previstos, no exercício corrente, de outras operações de crédito já contratadas, com liberações previstas no exercício corrente (i)	1.004.581.676,73
Liberações ajustadas (j = g + h + i)	1.017.597.129,93
Regra de ouro: f > j	Atendido

b. existência de prévia e expressa autorização para contratação por meio de lei específica

7. Em relação ao atendimento do requisito constante do art. 1º, § 2º, inciso II, da Portaria MF nº 151/2018, foi verificado seu cumprimento por meio do “Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo” (SEI 1891479), que indicou que a presente operação de crédito foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 16.244, de 15/12/2017 (SEI 0578919).

c. existência de dotação na lei orçamentária para o ingresso de recursos provenientes da operação, o aporte de contrapartida, assim como os encargos decorrentes da operação, de previsão no plano plurianual ou, no caso de empresas estatais, de inclusão do projeto no orçamento de investimento

8. Em relação ao atendimento do requisito constante do art. 1º, § 2º, inciso III, da Portaria MF nº 151/2018, foi verificado seu cumprimento por meio do “Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo” (SEI 1891479), que indicou a existência de dotação na lei orçamentária (LOA 2019: Lei Estadual nº 16.518, de 26/12/2018) para o ingresso de recursos provenientes da operação, o aporte de contrapartida, assim como os encargos decorrentes da operação, e de previsão no plano plurianual (Lei Estadual nº 15.703, de 21/12/2015, revisado pela Lei nº 16.519, de 26/12/2018).

d. limite referente ao montante das garantias concedidas pela União

9. Em relação ao atendimento do requisito constante do art. 1º, § 2º, inciso IV, da Portaria MF nº 151/2018, foi verificado seu cumprimento por meio do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 3º quadrimestre de 2018 (SEI 1894042), que há margem para a concessão de garantia da União à operação de crédito em tela, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007, tendo em vista que o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 34,51% de sua RCL.

e. cumprimento dos limites constitucionais mínimos relativos aos gastos em educação e saúde

10. Em relação ao atendimento do requisito constante do art. 1º, § 2º, inciso V, da Portaria MF nº 151/2018, foi verificado seu cumprimento por meio da Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 1848962), que atestou para os exercícios de 2017 e 2018 o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal e atestou para o exercício de 2018 o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal. Ademais, o Chefe do Poder Executivo, por meio do “Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo” (SEI 1891479), atestou o cumprimento dos artigos citados para os referidos exercícios.

f. limite referente às parcerias público-privadas contratadas



09/04/2019

SEI/ME - 1902030 - Parecer

11. Em relação ao atendimento do requisito constante do art. 1º, § 2º, inciso VI, da Portaria MF nº 151/2018, foi verificado seu cumprimento por meio do “Parecer do Órgão Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo” (SEI 1891479), em que o Ente atesta que assinou contrato(s) na modalidade Parceria Público-Privada (PPP), e declarou, ainda, que cumpre com os limites estabelecidos no artigo 28 da Lei nº 11.079/2004, conforme Anexo II do referido documento e conforme observa-se no Demonstrativo de Parcerias Público-Privadas do RREO do 6º bimestre do Ente (SEI 1851621).

III. CONCLUSÃO

12. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos e a análise efetuada ao longo deste Parecer, o Ente **CUMPRE** os requisitos do art. 1º, § 2º, da Portaria MF nº 151/2018.

13. Considerando o disposto no art. 1º, § 4º, da Portaria MF nº 151/2018, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União é de **270 dias, contados a partir de 21/08/2018** conforme exposto no Parecer nº 337/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 21/08/2018 (SEI 1027973).

14. Ressalte-se que deverão ser observados o disposto no inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001 e no § 4º do artigo 10 da RSF nº 48/2007.

15. Diante do exposto, a concessão da garantia da União à operação de crédito tratada neste Parecer complementar, fica condicionada:

- a. ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;
- b. à verificação, pelo Ministério da Economia, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151/2018;
- e
- c. à formalização do respectivo contrato de contragarantia.

16. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva do Secretário do Tesouro Nacional acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, “a” da Portaria MEFP nº 497/1990.

À consideração superior.

	Documento assinado digitalmente	Documento assinado
digitalmente		
Dill	Luis Fernando Nakachima	Helena Cristina
GEPEX/COPEM	Auditor Federal de Finanças e Controle	Gerente da

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

Documento assinado digitalmente
 Marcelo Callegari Hoertel
 Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração da Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/ME.



09/04/2019

SEI/ME - 1902030 - Parecer

Documento assinado digitalmente

Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Secretário do Tesouro Nacional.

Documento assinado digitalmente

Pricilla Maria Santana

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/ME

De acordo. Em relação à manifestação sobre oportunidade, conveniência e viabilidade, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional da manutenção da garantia ora analisada, entendo que as presentes renegociações devam ter mantida a garantia da União. Encaminhe-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN/COF para as providências de sua alçada.

Documento assinado digitalmente

Mansueto Facundo de Almeida Júnior

Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Nakachima, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 13/03/2019, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena Cristina Dill, Gerente**, em 13/03/2019, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 13/03/2019, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 14/03/2019, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Pricilla Maria Santana, Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais**, em 14/03/2019, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mansueto Facundo de Almeida Junior, Secretário(a) do Tesouro Nacional**, em 14/03/2019, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?



09/04/2019

SEI/ME - 1902030 - Parecer



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1902030** e o código CRC **5409F9F3**.

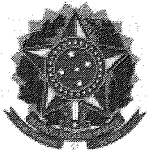
Referência: Processo nº 17944.103347/2018-93

SEI nº 1902030

Criado por luis.nakachima, versão 10 por helena.dill em 13/03/2019 12:03:07.

09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

PARECER SEI Nº 337/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Processo nº 17944.103347/2018-93

Operação contratual externa (com garantia da União) entre o Estado de Pernambuco - PE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 37.000.000,00.

Recursos destinados ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE.

VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E PARA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

I. RELATÓRIO

1. Trata o presente parecer da solicitação feita pelo Estado de Pernambuco - PE para a verificação do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e de pedido de concessão de garantia da União, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), das Resoluções do Senado Federal (RSF) nº 43/2001 e nº 48/2007. Tal operação possui as seguintes características (SEI 995781, fls. 02 e 08/10):

- **Valor da operação:** US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares dos EUA);
- **Destinação dos recursos:** Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco - PROFISCO II - PE;
- **Juros:** LIBOR trimestral acrescida de spread variável;
- **Atualização monetária:** Variação cambial;
- **Liberações previstas:** US\$ 3.359.000,00 em 2018, US\$ 10.913.600,00 em 2019, US\$ 9.078.000,00 em 2020, US\$ 7.165.400,00 em 2021 e US\$ 6.484.000,00 em 2022;
- **Aportes estimados de contrapartida:** US\$ 2.812.000,00 em 2019, US\$ 1.702.000,00 em 2020, US\$ 1.554.000,00 em 2021 e US\$ 1.332.000,00 em 2022;
- **Prazo total:** 300 (trezentos) meses;
- **Prazo de carência:** até 66 (sessenta e seis) meses;
- **Prazo de amortização:** 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;
- **Lei(s) autorizadora(s):** Lei estadual nº 16.244, de 15/12/2017 (SEI 578919);
- **Demais encargos e comissões:** Comissão de crédito de até 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado. Recursos para inspeção e supervisão de até 1% do valor do empréstimo.

2. Por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), de que trata a Portaria nº 09/2017 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram submetidas a esta STN informações para comprovação do contido nos arts. 21 a 25 da RSF nº 43/2001.

Página 34 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.



09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer

em 06/08/2018 pelo Chefe do Poder Executivo do Ente da Federação (SEI 995781). Os seguintes documentos foram enviados eletronicamente como documentos anexos no SADIPEM: a. Lei Autorizadora (SEI 578919); b. Parecer do Órgão Jurídico (SEI 578853); c. Parecer do Órgão Técnico (SEI 578865); d. Certidão do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (SEI 995830); e. Quadro Demonstrativo de Despesas com Pessoal do 1º quadrimestre de 2018 (SEI 995845).

II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

3. O Ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, encaminhou Parecer do Órgão Técnico (SEI 578865), em que atestou a relação custo-benefício e o interesse econômico social da operação, bem como apresentou a análise das fontes alternativas de financiamento. A propósito, conforme a Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/6/2013 (SEI 795955), é possível entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos que apresentem os benefícios de forma qualitativa.

4. O Ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, mediante o Parecer do Órgão Jurídico (SEI 578853) e Declaração do Chefe do Poder Executivo efetuada no SADIPEM (SEI 995781, fls. 19/25), atestou que cumpre os requisitos para contratação do empréstimo e concessão da garantia da União prescritos na citada Resolução e na Lei Complementar nº 101/2000. Ademais, a comprovação do cumprimento do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF foi realizada por meio dos citados Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo, atestando a inclusão no orçamento vigente dos recursos provenientes da operação pleiteada.

5. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, foram verificados os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

a. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício anterior. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício anterior	
Despesas de capital executadas do exercício anterior (SEI 783502, fl. 03)	2.407.988.061,95
"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustadas	2.407.988.061,95
Receitas de operações de crédito do exercício anterior (SEI 783502, fl. 02)	387.473.908,08



09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer

ARO, contratada e não paga, do exercício anterior	0,00
Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustadas	387.473.908,08

b. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso II da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício corrente. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício corrente	
Despesas de capital previstas no orçamento (SEI 996206, fl. 03)	3.498.589.543,31
"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesas de capital do exercício ajustadas	3.498.589.543,31
Liberações de crédito já programadas (SEI 997317, fl. 28)	929.800.225,92
Liberação da operação pleiteada (SEI 997317, fl. 28)	12.951.632,20
Liberações ajustadas	942.751.858,12

c. Limite referente ao art. 7º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **montante global das operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à receita corrente líquida (RCL). Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Desembolso Anual (R\$)	Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do limite de
-----	------------------------	-----------------------	-------------	-------------------------

Página 36 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1200212&infra_sist... 3/15



09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer

	Operação pleiteada	Liberações programadas			
2018	12.951.632,20	929.800.225,92	22.570.529.963,52	4,18	26,11
2019	42.080.658,88	654.815.510,16	22.864.958.396,49	3,05	19,05
2020	35.002.952,40	433.016.528,13	23.163.227.594,48	2,02	12,63
2021	27.628.349,32	14.833.265,14	23.465.387.659,58	0,18	1,13
2022	25.001.007,20	12.773.620,17	23.771.489.347,43	0,16	0,99
2023	0,00	12.638.667,17	24.081.584.075,79	0,05	0,33
2024	0,00	6.588.593,08	24.395.723.933,13	0,03	0,17

* Projeção da RCL pela taxa média de 1,304481700% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

d. Limite referente ao art. 7º Inciso II da RSF nº 43/2001 - **comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação pleiteada	Demais Operações		
2018	880.056,97	1.618.366.624,71	22.570.529.963,52	7,17
2019	2.475.216,66	1.689.073.376,61	22.864.958.396,49	7,40
2020	3.777.914,11	1.698.663.682,29	23.163.227.594,48	7,35
2021	4.792.022,52	1.603.542.033,67	23.465.387.659,58	6,85
2022	5.449.663,49	1.568.541.142,99	23.771.489.347,43	6,62
2023	9.244.627,17	1.227.998.123,90	24.081.584.075,79	5,14
2024	12.600.277,94	1.233.036.113,65	24.395.723.933,13	5,11

Página 37 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1200212&infra_sist... 4/15



09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer

2025	12.346.485,33	1.029.568.982,67	24.713.961.687,42	4,22
2026	12.106.260,47	983.262.146,90	25.036.350.794,97	3,98
2027	11.876.975,55	933.036.777,86	25.362.945.409,44	3,73
2028	11.570.984,85	824.311.707,33	25.693.800.390,89	3,25
2029	11.260.284,37	809.828.258,56	26.028.971.315,02	3,15
2030	10.990.150,92	766.966.257,71	26.368.514.482,53	2,95
2031	10.727.079,29	742.736.953,33	26.712.486.928,51	2,82
2032	10.442.070,08	711.605.806,78	27.060.946.432,11	2,67
2033	10.116.733,91	561.034.103,59	27.413.951.526,16	2,08
2034	9.775.359,15	523.831.893,31	27.771.561.507,07	1,92
2035	9.497.510,51	511.334.376,42	28.133.836.444,73	1,85
2036	9.206.791,94	491.151.663,34	28.500.837.192,66	1,76
2037	8.921.991,26	442.248.787,39	28.872.625.398,19	1,56
2038	8.615.909,57	399.302.639,88	29.249.263.512,82	1,39
2039	8.311.795,18	394.466.346,97	29.630.814.802,73	1,36
2040	8.029.783,12	389.624.878,72	30.017.343.359,39	1,32
2041	7.752.271,02	372.789.583,44	30.408.914.110,34	1,25
2042	7.476.272,62	302.105.598,16	30.805.592.830,08	1,00
2043	3.635.214,73	219.898.699,88	31.207.446.151,12	0,72

Página 38 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.

Até 2027

5,76

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1200212&infra_sist... 5/15


09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer

Percentual do Limite de Endividamento até 2027	50,05
Média até o término da operação	3,41
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação	29,64

* *Projeção da RCL pela taxa média de 1,304481700% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.*

e. Limite referente ao art. 7º, Inciso III da RSF nº 43/2001 - **relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Receita Corrente Líquida (RCL)	22.257.221.788,86
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	11.659.037.114,11
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	2.064.466.409,79
Valor da operação pleiteada	142.664.600,00
Saldo total da dívida líquida	13.866.168.123,90
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,62
Limite da DCL/RCL	2,00
Percentual do limite de endividamento	31,15%

6. Salientamos que a projeção da RCL constante nas alíneas "c" e "d" do item anterior tem como base a RCL do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RREO - 3º Bimestre de 2018), homologado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi (SEI 996206, fl. 16). Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL (alínea "e" do item anterior) têm como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (RGF - 1º Quadrimestre de 2018), homologado no Siconfi (SEI 1024009, fl. 09).

7. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o limite a que se refere o item "d" foi calculado para (i) todos os exercícios financeiros em que há pagamentos previstos da operação pretendida; e, quando o prazo de amortização supera 2027, para (ii) os exercícios



09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer

de limites o período que resultou no cálculo mais benéfico para o Ente. Dessa forma, considerou-se o comprometimento anual de 3,41%, relativo ao período de 2018/2043.

8. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas RSF nº 40 e 43, de 2001, registramos:

- a. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício anterior): **Enquadrado;**
- b. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício corrente): **Enquadrado;**
- c. MGA/RCL menor que 16%: **Enquadrado;**
- d. CAED/RCL menor que 11,5%: **Enquadrado;**
- e. DCL/RCL menor que 2: **Enquadrado.**

9. Nos termos do § 1º do art. 32 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento dos requisitos de que tratam o art. 16 e o inciso VIII do art. 21, da RSF nº 43/2001, passou a ser responsabilidade da instituição financeira ou do contratante, conforme seja o caso, por ocasião da assinatura do contrato, não havendo mais verificação prévia destes requisitos por parte da STN. Ademais, também deverá ser observada a adimplência relativa a precatórios, requisito tratado no artigo 97, § 10, inciso IV, e no artigo 104, parágrafo único, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

10. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 995830) atestou o cumprimento pelo Ente do disposto na LRF relativamente ao último exercício analisado (2016), ao exercício não analisado (2017) e ao exercício em curso (2018).

11. Em consonância com o disposto na Portaria STN nº 896, de 31/10/2017, a qual estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação por meio do Siconfi, verificamos mediante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC (SEI 1001011), que o ente homologou as informações constantes da referida Portaria.

12. Em atendimento aos preceitos da Portaria STN nº 756, de 18/12/2015, o Ente inseriu e finalizou as informações relativas às dívidas públicas interna e externa de que tratam o § 4º do art. 32 da LRF e o art. 27 da RSF nº 43/2001 mediante o preenchimento do Cadastro da Dívida Pública (CDP) no SADIPEM (SEI 784252 e SEI 1000996).

13. Quanto ao atendimento do art. 51 da LRF, considera-se que o Estado encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União (SEI 1001011).

14. Em relação à adimplência financeira com a União quanto aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e às garantias honradas, o Ente encontra-se adimplente nesta data, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM), instituído por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 106, de 28/03/2012, e disponível no endereço sahem.tesouro.gov.br (SEI 1001003).

15. Em consulta à relação de mutuários da União - situação em 14/06/2018 (SEI 1026762), verificou-se que o Ente consta da relação de haveres controlados pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI). Em decorrência disso, consultou-se a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM), que, conforme Memorando SEI nº 41/2018/GEPAT/COREM/SURIN/STN-MF, de 16/08/2018 (SEI 1024901), manifestou entendimento de que “a operação não representa violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União”, nos termos do inciso IV do art. 5º da RSF nº 43/2001.

16. Com relação às Despesas com Pessoal, destaca-se que durante a análise do pleito, constatou-se, por meio das Notas Explicativas do RGF do 1º Quadrimestre de 2018 homologado no SICONFI pelo Poder Executivo, pela Assembleia Legislativa, pelo Tribunal de Contas do Estado, pelo Tribunal de Justiça e pelo Ministério Público, que os referidos Poderes e órgãos se utilizam do Acórdão nº 0355/18 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco para não computar como despesa com pessoal os valores pagos a título de conversão de licença prêmio em pecúnia, abono de permanência em serviço, terço constitucional de férias e férias.

17. A fim de seguir o que preconizam a LRF e o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF da STN, solicitou-se, por meio do Ofício nº 814/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 27/06/2018 (SEI 0792616),

Página 40 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.



09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer

do Poder Executivo, com dados do 1º Quadrimestre de 2018, semelhante àquele constante na aba “Declaração do Chefe do Poder Executivo” do SADIPEM, com a inclusão de quatro linhas acionais (abaixo da linha de “inativos e pensionistas” e acima da linha “Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite”) para explicitar os valores relativos às rubricas acima mencionadas.

18 Em resposta ao Ofício, o ente enviou o quadro solicitado (SEI 913230), no qual foram verificadas inconsistências, e dessa forma, solicitou-se novos esclarecimentos, por meio do Ofício nº 981/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 27/07/2018 (SEI 0924540). Em resposta, o Ente enviou novo quadro demonstrativo (SEI 995845), devidamente assinado pelo Chefe do Poder Executivo e com as inconsistências sanadas.

19. Diante do exposto, relativamente às despesas com pessoal, na forma disciplinada pela LRF, na presente análise os limites referentes às mencionadas despesas foram considerados como atendidos até o 1º quadrimestre de 2018, com base na certidão emitida pelo Tribunal de Contas competente (SEI 995830), no Quadro de Despesa com Pessoal anexado ao SADIPEM (SEI 995845) em complemento ao Quadro de Despesa com Pessoal da declaração do Chefe do Poder Executivo preenchida e assinada eletronicamente no SADIPEM (SEI 995781, fls. 21/22), e nos Demonstrativos de Despesa com Pessoal contidos nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre de 2018 homologados no Siconfi (SEI 1024009, SEI 783247, SEI 783309, SEI 783350 e SEI 783385).

III. REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

20. No que se refere aos aspectos atinentes à concessão da garantia da União, dispostos na LRF, nas Resoluções do Senado Federal nº 40/2001, 43/2001 e 48/2007 e na Portaria MEFP nº 497/1990, este parecer trata estritamente:

- a. da verificação do cumprimento, pelo interessado, dos requisitos legais e normativos obrigatórios para a obtenção da garantia da União indicados na seção III.1; e
- b. da instrução do processo relativamente a seus riscos e demais informações indicadas na seção III.2, considerada subsídio necessário para que o Secretário do Tesouro Nacional se manifeste expressa e conclusivamente, de acordo com sua avaliação, sobre a oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional.

III.1 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA CONCESSÃO DA GARANTIA DA UNIÃO

21. Entende-se que a verificação do cumprimento dos arts. 10, II, “c”, e 11, parágrafo único, “j” e “l”, da RSF nº 48/2007, foi realizada e atendida no item “II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO” deste Parecer.

RECOMENDAÇÃO DA COFIEIX

22. A Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), por meio da Resolução nº 03/0129 (SEI 578368) de 18/01/2018, autorizou a preparação do programa com financiamento no valor de até US\$ 37.000.000,00, provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com contrapartida de no mínimo US\$ 7.400.000,00.

DÍVIDA MOBILIÁRIA

23. Relativamente à observância do limite da dívida mobiliária do Ente garantido, conforme estabelecido no art. 10, inciso II, alínea “c” da RSF nº 48/2007, é de se informar que, até a presente data, o Senado Federal, no âmbito de sua competência constitucional, ainda não dispôs sobre os limites da referida dívida mobiliária de estados, municípios e Distrito Federal. Entretanto, conforme definido nas RSF nº 40/2001 e 43/2001, a dívida pública consolidada inclui a dívida mobiliária, tendo sido o limite da primeira atestado no parágrafo 5º deste Parecer.

OPERAÇÕES POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

24. No que tange ao limite referente às operações por antecipação de receita orçamentária, verificou-se, a partir do Demonstrativo das Operações de Crédito constante do RGF do 1º quadrimestre de 2018 (SEI 1024009, fl. 17), que o Ente não possui valores contratados em operações dessa natureza.



09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer

RESTOS A PAGAR

25. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante artigos 40, §2º e 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF, combinados com o disposto na alínea "c" do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, é entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme exarado no Parecer PGFN/COF nº 468/2008, que tais limites referem-se, exclusivamente, ao art. 42 da LRF, único limite legal existente para tal efeito. O referido art. 42 dispõe o seguinte:

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa, serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

26. Dessa forma, segundo Declaração do Chefe do Poder Executivo (SEI 995781, fl. 24), o Ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres de seu mandato, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

INCLUSÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA E NO PLANO PLURIANUAL

27. A Declaração do Chefe do Poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEM em 06/08/2018 (SEI 995781, fls. 19/25), informa que a operação em questão está inserida no Plano Plurianual (PPA) do Estado para o quadriênio 2016-2019, estabelecido pela Lei nº 15.703, de 21/12/2015 (SEI 995781, fl. 23). A declaração citada informa ainda que constam da Lei estadual nº 16.275, de 26/12/2017 que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2018, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida (SEI 995781, fl. 22).

AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA - CONTRATAÇÃO E CONTRAGARANTIAS

28. A Lei estadual nº 16.244, de 15/12/2017 (SEI 578919), autoriza o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular, como contragarantia à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no artigo 155, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

GASTOS MÍNIMOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

29. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão emitida em 03/08/2018 (SEI 995830), atestou para os exercícios de 2016 e 2017 o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal. Adicionalmente, a mesma Certidão atestou para o exercício de 2017 o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal. Ademais, o Chefe do Poder Executivo, em Declaração preenchida e assinada eletronicamente no SADIPEM, atestou o cumprimento dos artigos citados para o exercício de 2017 (SEI 995781, fls. 23/24).

EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

30. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão emitida em 03/08/2018 (SEI 995830), atestou para os exercícios de 2016, 2017 e 2018 o cumprimento do pleno exercício de competência tributária pelo Ente (art. 11 da LRF).

DESPESAS COM PESSOAL

31. Relativamente às despesas com pessoal, entende-se atendido o requisito legal conforme análise constante dos parágrafos 16 a 19 deste parecer.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

32. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.766/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais

Página 42 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.



09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer

contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 5% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

33. A esse respeito, o Ente atesta no SADIPEM, por meio da Declaração do Chefe do Poder Executivo, de 06/08/2018, que firmou contrato na modalidade de PPP e declarou, ainda, que as despesas com PPP situam-se dentro do limite estabelecido no artigo 28 da Lei nº 11.079/2004 (SEI 995781, fl. 24), o que corrobora a informação constante em seu RREO relativo ao 3º bimestre de 2018 (SEI 996206, fl. 33).

LIMITE PARA A UNIÃO CONCEDER GARANTIAS

34. Quanto à observância do limite para a União conceder garantias, é de se informar que há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007. Conforme as informações contidas no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 1º quadrimestre de 2018 (SEI 796172), o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 38,26% da RCL.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

35. De acordo com o previsto no inciso II do art. 12 da Portaria MF nº 501/2017, a operação de crédito de que trata este parecer é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, à garantia da União, por ser contratada junto a organismo multilateral de crédito com a finalidade de financiar projeto de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO

36. Em cumprimento ao art. 40, § 1º da LRF, e art. 10, inciso III, da RSF Nº 48, foi realizada pela COAFI a análise da suficiência das contragarantias à garantia da União, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017. Conforme informação consignada no Memorando SEI nº 52/2018/GEC/M I/COAFI/SURIN/STN-MF, de 16/08/2018 (SEI 1024368, fls. 03/04), as contragarantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

CUSTO-BENEFÍCIO, CONDIÇÕES FINANCEIRAS e FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

37. Entende-se que o Parecer Técnico (SEI 578865), em conformidade com a Nota nº 436/2013 – STN/COPEM (SEI 795955), juntamente com os dados básicos e as abas “Dados Complementares” e “Cronograma Financeiro” preenchidas no SADIPEM (SEI 995781, fls. 02, 08/10), atendem ao disposto nos incisos V e VI do art. 3º da Portaria MF 497/1990.

ADIMPLÊNCIA COM A UNIÃO

38. Em relação à adimplência financeira com a União, cumpre informar que, na presente data, o Ente se encontra adimplente, conforme já mencionado no parágrafo 14 deste parecer.

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

39. Quanto à adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios, em atendimento ao disposto no art. 97, inciso IV, alínea a, e no art. 104, Parágrafo Único, ambos do ADCT, a verificação da adimplência deverá ser feita por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

REGISTRO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - ROF

40. Verificou-se que a operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF) nº TA833756 (SEI 995888).

CUSTO EFETIVO DA OPERAÇÃO

41. A Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP, tendo em vista o disposto no Capítulo III da Portaria MF 501/2017, manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, por meio do Memorando SEI nº 92/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF, de 20/08/2018. O custo efetivo da operação foi apurado em 4,23% a.a. para uma *duration* de 11,84 anos. Considerada a mesma *duration*, o

Página 43 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_visualizar&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1200212&infra_sis... 10/15



09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer

custo de captação estimado para emissões da União em dólares é de 6,33% a.a., portanto, superior ao custo efetivo calculado para a operação (SEI 1027503, fl. 04). Nessa condição, não há restrição para eventual inclusão de cláusula contratual que permita a securitização da operação de crédito, conforme deliberação do Grupo Estratégico do Comitê de Garantias da STN registrada na ata de sua 11ª Reunião (SEI 751878).

HONRA DE AVAL

42. Tendo em vista o disposto nos incisos I e II do artigo 13 da Portaria MF 501/2017, foi realizada consulta ao Relatório Semanal de Honras de Aval, emitido pela Gerência de Controle de obrigações da Dívida Pública (GECOD) da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV), com posição em 10/08/2018 (SEI 1000981), em que foi verificado não haver, em nome do Estado de Pernambuco, registro referente à honra de garantia pela União a operações de crédito por este realizadas ou registro de pagamentos em atraso de parcelas de operação de crédito com garantia da União que sejam impeditivos a concessão de garantia da União a novos contratos de financiamento do Ente.

MINUTAS DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

43. Em atendimento ao art. 3º, VIII, da Portaria MEFP nº 497/1990, estão presentes no processo as minutas do contrato de financiamento (SEI 752594), das Normas Gerais (SEI 752666), do Anexo Único (SEI 752678) e do contrato de garantia (SEI 753512).

III.2 INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS PARA O TESOIRO NACIONAL

ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

44. Encontram-se no processo as minutas do contrato de financiamento (SEI 752594), das Normas Gerais (SEI 752666), do Anexo Único (SEI 752678) e do contrato de garantia (SEI 753512) referentes à operação pleiteada. Em relação aos riscos para o Tesouro Nacional, destacam-se os pontos abaixo, os quais refletem condições normalmente aceitas pelo Ministério da Fazenda em operações com organismos multilaterais.

Prazo e condições para o primeiro desembolso

45. As condições prévias ao primeiro desembolso estão descritas na Cláusula 3.01 das Disposições Especiais do contrato (SEI 752594, fl. 05) e no Artigo 4.01 das Normas Gerais (SEI 752666, fl. 14). O Estado de Pernambuco terá um prazo de 180 dias a partir da entrada em vigência do contrato para cumprir as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas.

46. Registre-se que o Governo Federal exige que as instituições credoras de operações de crédito externo de entes subnacionais informem o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso por parte dos mutuários como condicionante à assinatura dos contratos. Tal exigência minimiza os riscos para o Tesouro Nacional, uma vez que possibilita ao Ente iniciar a execução do projeto logo após a formalização do contrato de empréstimo e, com isso, não incorrer em pagamento desnecessário de comissão de compromisso.

Vencimento antecipado da dívida e *cross default*

47. A minuta do contrato prevê circunstâncias em que o BID terá direito de declarar o vencimento antecipado do empréstimo por razões financeiras e não-financeiras, conforme estabelecido nos artigos 8.01 e 8.02 das Normas Gerais, CAPÍTULO VIII (SEI 752666, fls. 32/33).

48. Adicionalmente, a minuta do contrato prevê o *cross default* com outros contratos do ente com o BID, conforme estabelecido nos itens (a) e (c) do artigo 8.01 (SEI 752666, fl. 32), e no item (a) do artigo 8.02, das Normas Gerais (SEI 752666, fl. 33).

49. A respeito destas hipóteses, cumpre informar que a Secretaria do Tesouro Nacional – STN acompanha o pagamento de todos os empréstimos garantidos pela União, de forma a evitar que seja declarado o vencimento antecipado de uma dívida pelo não pagamento de uma obrigação financeira. No entanto, a respeito das hipóteses de vencimento antecipado por razões não financeiras, cumpre informar que tal risco não é gerenciável por parte da STN.

50. Cabe esclarecer, também, que o BID acompanha periodicamente a execução dos projetos a fim de assegurar-lhes o desenvolvimento satisfatório. Também exige que os mutuários apresentem relatórios



09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer

realização de auditoria externa. No entanto, cumpre informar que a STN não acompanha a execução dos projetos.

AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE GARANTIAS

51. Em 21/12/2015, mediante a Portaria STN nº 763, foi instituído, no âmbito do Tesouro Nacional, o Comitê de Garantias, fórum colegiado interno que tem como objetivo subsidiar a atuação da STN no que se refere à concessão de garantias da União. A Portaria STN nº 109, de 25/02/2016, aprovou o regimento interno do referido Comitê, atribuindo a seus Grupos Técnicos a avaliação técnica e a deliberação acerca da admissibilidade dos pleitos de concessão de garantia.

52. O Grupo Técnico de Entes Subnacionais do Comitê de Garantias da STN entendeu, em sua 5ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 05/05/2016 (SEI 1008023), que, até que haja definição sobre procedimentos em atendimento ao Art. 40 do RI-CGR, as operações externas, financiadas por Organismos Multilaterais, que tenham contragarantias suficientes, tenham Capacidade de Pagamento A, B ou C* (C* somente com pronunciamento favorável do Secretário do Tesouro Nacional, conforme art. 9º da Portaria MF nº 306/2012), e cumpram os demais limites e condições da legislação, conforme análise da COPEM, estão recomendadas, condicionadas à manifestação favorável da Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP) quanto ao custo de cada operação individualmente.

53. Cabe esclarecer que a Portaria MF nº 306/2012 foi revogada pela Portaria MF nº 501/2017, em que foi definido, no inciso II do art. 12, que são elegíveis à concessão de garantia da União, relativamente ao risco do Tesouro Nacional, operações de crédito que, além de atenderem aos artigos 7º e 9º daquela Portaria, sejam contratadas junto a organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

54. Por sua vez, a CODIP, em verificação do atendimento do art. 9º da Portaria MF nº 501/2017, manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação conforme informação consignada no Memorando SEI nº 92/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF, de 20/08/2018 (SEI 1027503, fl. 04).

55. Assim, considerando a elegibilidade da operação, conforme Portaria MF nº 501/2017, art. 12, inc. II, bem como a manifestação favorável da CODIP, a operação em análise é elegível à garantia da União nos termos da deliberação da 5ª Reunião Extraordinária do Grupo Técnico e do inciso II do art. 12 da Portaria MF nº 501/2017.

56. Registre-se que em 23/05/2018 foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução do Comitê de Garantias da Secretaria do Tesouro Nacional nº 01, de 10/04/2018 (SEI 1008004), com previsão, em seu artigo 1º, de vedação à concessão de garantia da União à operação de crédito cujo contrato de financiamento contenha cláusula com previsão de vencimento antecipado decorrente de inadimplência ou descumprimento de obrigação do mutuário em outros contratos de financiamento que não sejam garantidos pela União, com vigência a partir de sua publicação.

57. Tal vedação teria por consequência impactar as cláusulas contratuais da presente operação de crédito relatadas na seção “Vencimento antecipado da dívida e *cross default*” deste Parecer. Entretanto, na 16ª Reunião do Grupo Estratégico do referido Comitê ocorrida em 28/05/2018, o colegiado decidiu pela revogação da citada Resolução, conforme ata juntada ao processo no documento SEI 1008010. Assim, não há impedimento para a celebração do contrato da presente operação de crédito.

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 159/2017

58. Em 22 de maio de 2017, foi publicada a Lei Complementar – LC nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal – RRF dos estados e do Distrito Federal – DF. Dentre os dispositivos constantes dessa LC, destaca-se o artigo 17, o qual, em suma, impede a União de executar contragarantias, durante a vigência do RRF, em caso de inadimplência em operações de crédito que sejam por esta garantidas e que foram contratadas anteriormente à homologação do pedido de adesão do ente ao referido Regime.

59. Ao estabelecer esse mecanismo, o mencionado artigo implica em uma elevação dos riscos a que o Tesouro Nacional está sujeito ao conceder garantia em operações de crédito de estados e Distrito Federal



09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer

se relevante salientar que a concessão da garantia da União para o presente caso eleva o montante total de dívidas garantidas que podem vir a ser honradas pela União sem a execução imediata da contragarantia, nos termos do artigo 17 da citada Lei Complementar, caso o ente tomador do recurso faça adesão ao RRF.

60. Ainda no que tange ao RRF, o art. 13, inciso III, da Portaria MF nº 501/2017, veda a concessão de garantia da União a novos contratos de financiamento de entes que apresentarem elevado risco de aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, verificado mediante o atingimento cumulativo de pelo menos 90% dos três requisitos constantes nos incisos I, II e III, do caput do art. 3º da LC nº 159/2017. De acordo com o Memorando nº 11/2018/CORFI/SURIN/STN-MF, de 09/08/2018 (SEI 1007850, fl. 06), a COREM apurou que se encontra em risco de aderir ao RRF o estado de Minas Gerais. Dessa forma, a operação em comento não se enquadra na vedação do citado inciso III do artigo 13 da Portaria MF nº 501/2017.

IV. CONCLUSÃO

61. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, o Ente **CUMPRE** os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.

62. Ressalte-se que deverá ser observado o disposto no inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001 e no § 4º do artigo 10 da RSF nº 48/2007.

63. Em relação à garantia da União, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, entende-se que o Ente **CUMPRE** os requisitos legais e normativos apontados na seção III.I, necessários para a obtenção da garantia da União, que fica condicionada:

- a. ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;
- b. à verificação, pelo Ministério da Fazenda, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
- c. à formalização do respectivo contrato de contragarantia.

64. Considerando o disposto no § 1º, do art. 1º, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União é de **270 (duzentos e setenta) dias**, contados a partir de 21/08/2018, uma vez que operações de crédito contratadas pelos Estados com organismos multilaterais de crédito com a finalidade de financiar projetos de investimento para a melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal (PROFISCO) são excepcionadas dos limites de endividamento previstos nos incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43, de 2001. Entretanto, caso a operação não seja contratada até 31/12/2018 e o referido prazo de validade esteja vigente, será necessária análise complementar desta STN, nos termos do § 2º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018.

65. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva do Secretário do Tesouro Nacional, acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, “a” da Portaria MEFP nº 497/1990.

À consideração superior.

Luis Fernando Nakachima
Auditor Federal de Finanças e Controle

Helena Cristina Dill
Gerente da GEPEX/COPEM

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.



09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer

Helena Cristina Dill

Coordenadora de Operações de Crédito de Estados e Municípios, substituta

De acordo. À consideração da Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF.

Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Secretário do Tesouro Nacional.

Pricilla Maria Santana

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF

De acordo. Em relação à manifestação sobre oportunidade, conveniência e viabilidade, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, da garantia ora analisada, entendo que a presente operação de crédito deva receber a garantia da União. Encaminhe-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN para as providências de sua alçada.

Mansueto Facundo de Almeida Júnior

Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Nakachima, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 21/08/2018, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena Cristina Dill, Coordenador(a) - Substituto(a)**, em 21/08/2018, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 21/08/2018, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Pricilla Maria Santana, Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais**, em 21/08/2018, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mansueto Facundo de Almeida Junior, Secretário(a) do Tesouro Nacional**, em 21/08/2018, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?



09/04/2019

SEI/ME - 1027973 - Parecer



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1027973** e o código CRC **3A5C09CF**.

Referência: Processo nº 17944.103347/2018-93

SEI nº 1027973

Criado por luis.nakachima, versão 3 por luis.nakachima em 21/08/2018 09:57:57.



Memorando SEI nº 92/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: Análise de Custo - Operação de crédito de interesse do Estado de Pernambuco com o Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID.

1. Referimo-nos ao Memorando nº 381/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF (SEI nº 1024707), de 16/08/2018, o qual solicita manifestação desta Coordenação-Geral acerca do custo da operação de crédito pleiteada pelo Estado de Pernambuco com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares).
2. Após efetuar a análise, encontramos um custo efetivo para a operação de **4,23% a.a.**, com *duration* de **11,84 anos**, com base nas informações fornecidas pela COPEM.
3. Informamos que o custo de captação estimado para emissões da União em dólares, com mesma *duration*, é de 6,33% a.a., superior ao custo efetivo calculado para a operação.
4. Deste modo, sob a análise de estrita responsabilidade desta Coordenação-Geral, **não vemos óbice** à contratação sob as condições financeiras propostas.
5. Anexo, segue o fluxo de pagamentos da operação (SEI nº 1033084).

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

LUIS FELIPE VITAL NUNES PEREIRA

Coordenador-Geral da CODIP



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Vital Nunes Pereira, Coordenador(a)-Geral de Operações da Dívida Pública**, em 20/08/2018, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1033116** e o código CRC **AE4C93A5**.

Referência: Processo nº 17944.105083/2018-11.

SEI nº 1033116



Memorando SEI nº 52/2018/GECEN I/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Estado de Pernambuco. □

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.105074/2018-11.

1. Referimo-nos ao Memorando SEI nº 373, por meio do qual foi solicitada, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23/11/2017, a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para operações de crédito pleiteadas pelo Estado de Pernambuco, tendo em vista a atualização no SADIPEM do cronograma financeiro da operação de crédito a ser contratada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Processo 17944.103347/2018-93), ocorrida após a manifestação desta Coordenação-Geral feita pelo Memorando SEI nº 38/2018/GECEN I/COAFI/SURIN/STN-MF, de 02/07/2018.
2. Assim, com a atualização informada, de acordo com a metodologia presente na Portaria em questão, têm-se, para o ente federativo nas operações citadas:
 - a) Margem R\$ 15.166.350.546,58
 - b) OG R\$ 63.964.805,22
3. Assim, tendo em vista que o valor da 'Margem' é superior ao valor da 'OG', são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas nos termos do art. 7º da Portaria nº 501/2017 pelo Estado de Pernambuco.
4. Ademais, cabe salientar que a atual análise está posicionada nesta data, sendo subsidiada por dados de receitas pertencentes ao Balanço Anual referente ao ano de 2017, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, e de despesas pertencentes ao Cronograma Financeiro da Operação e demais Operações Contratadas obtidas do SADIPEM. As taxas de câmbio utilizadas na conversão para reais de operação em moeda estrangeira seguiram as orientações contidas no art. 7º da Portaria nº 501/2017 e no art. 2º da Portaria nº 1.049/2017.
5. Da mesma forma, registramos que, para fins de nova avaliação de suficiência de contragarantias, esta Coordenação-Geral deverá ser comunicada caso os demonstrativos de receitas e despesas utilizados na presente análise sejam atualizados.

Anexo:

I - [MARGEM e OG] (SEI nº 1017597).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente

DENIS DO PRADO NETTO

Coordenador-Geral de Haveres Financeiros



Documento assinado eletronicamente por **Denis do Prado Netto**, **Coordenador(a)-Geral de Haveres Financeiros**, em 16/08/2018, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1017534** e o código CRC **45645B1C**.

Referência: Processo nº 17944.105074/2018-11.

SEI nº 1017534



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI

CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRAGARANTIA

ENTE:	Estado de Pernambuco
VERSÃO BALANÇO:	2017
VERSÃO RREO:	6º bimestre de 2017
MARGEM =	15.166.350.546,58
DEMONSTRATIVO ESCOLHIDO =	Balanço Anual (DCA)

Balanço Anual (DCA) de 2017

RECEITAS PRÓPRIAS		15.259.045.333,53
1.1.1.2.07.00.00	ITCD	74.757.442,02
1.1.1.3.02.00.00	ICMS	14.154.465.010,70
1.1.1.2.05.00.00	IPVA	1.029.822.880,81
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		7.090.791.143,06
1.7.2.1.01.01.00	FPE	5.715.053.857,57
1.7.2.1.01.12.00	IPI EXPORTAÇÃO (UF)	51.292.703,79
1.1.1.2.04.00.00	IRRF	1.324.444.581,70
3.2.00.00.00.00	DESPESA COM SERVIÇO DA DÍVIDA	525.310.442,14
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	840.656.359,43
3.3.20.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	44.993.360,77
3.3.30.00.00.00		0,00
3.3.40.00.00.00		4.158.693.210,16
3.3.41.00.00.00		41.588.925,54
3.3.45.00.00.00		
3.3.46.00.00.00		
3.3.50.00.00.00		1.562.136.372,00
3.3.60.00.00.00		10.107.259,97
3.3.70.00.00.00		
3.3.71.00.00.00		
3.3.73.00.00.00		
3.3.74.00.00.00		
3.3.75.00.00.00		
3.3.76.00.00.00		
3.3.80.00.00.00		
Margem		15.166.350.546,58

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2017

RECEITAS PRÓPRIAS		15.256.301.209,13
Total dos últimos 12 meses	ICMS	14.152.878.943,27
	IPVA	1.028.891.705,73
	ITCD	74.530.560,13
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		7.061.226.070,55



Total dos últimos 12 meses	IRRF	1.324.444.581,70
	Cota-Parte do FPE	5.715.053.857,57
	Transferências da LC nº 87/1996	21.727.631,28
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	Serviço da Dívida Interna	934.281.512,81
	Serviço da Dívida Externa	
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	797.179.945,08
Total dos últimos 12 meses	Transferências Constitucionais e Legais	
Margem		20.586.065.821,79



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI

CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)

ENTE:	Estado de Pernambuco
MEMO SEI:	373, de 13/08/2018
RESULTADO OG:	63.964.805,22

Operação nº 1	
Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Moeda da operação:	Dólar dos EUA
Valor do contrato (em dólares dos EUA):	37.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/USD):	3,8773
Data da taxa de câmbio (R\$/USD):	29/06/2018
Total de reembolsos (em dólares dos EUA):	57.544.401,35
Primeiro ano de reembolso:	2018
Último ano de reembolso:	2043
Qtd. de anos de reembolso:	26
Total de reembolso em reais:	223.116.907,35
Reembolso médio(R\$):	8.581.419,51

Operação nº 3	
Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Caixa Econômica Federal
Moeda da operação:	Real
Valor do contrato em reais:	340.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/moeda estrangeira):	(não se aplica)
Data da taxa de câmbio (moeda estrangeira):	(não se aplica)
Total de reembolsos em moeda estrangeira:	(não se aplica)
Primeiro ano de reembolso:	2018
Último ano de reembolso:	2027
Qtd. de anos de reembolso:	10
Total de reembolso em reais:	486.947.172,64
Reembolso médio(R\$):	48.694.717,26

Operação nº 2	
Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
Moeda da operação:	Dólar dos EUA
Valor do contrato (em dólares dos EUA):	20.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/USD):	3,8773
Data da taxa de câmbio (R\$/USD):	29/06/2018
Total de reembolsos (em dólares dos EUA):	32.776.597,20
Primeiro ano de reembolso:	2018
Último ano de reembolso:	2036
Qtd. de anos de reembolso:	19
Total de reembolso em reais:	127.084.700,32
Reembolso médio(R\$):	6.688.668,44

Anexo MARGEM e OG (1017597) SEI 17944.105074/2018-11 / pg. 7



Banco Interamericano de Desenvolvimento - 17944.103347/2018-93

ANO	CONTRAPARTIDA	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	JUROS, DEMAIS ENCARGOS E COMISSÕES	TOTAL DE REEMBOLSOS
2018	0	3.359.000,00	0	228.242,38	228.242,38
2019	2.812.000,00	10.913.600,00	0	641.946,33	641.946,33
2020	1.702.000,00	9.078.000,00	0	979.800,33	979.800,33
2021	1.554.000,00	7.165.400,00	0	1.242.808,89	1.242.808,89
2022	1.332.000,00	6.484.000,00	0	1.413.367,78	1.413.367,78
2023	0	0	925.000,00	1.472.589,91	2.397.589,91
2024	0	0	1.850.000,00	1.417.876,43	3.267.876,43
2025	0	0	1.850.000,00	1.352.055,43	3.202.055,43
2026	0	0	1.850.000,00	1.289.753,22	3.139.753,22
2027	0	0	1.850.000,00	1.230.288,28	3.080.288,28
2028	0	0	1.850.000,00	1.150.929,73	3.000.929,73
2029	0	0	1.850.000,00	1.070.349,70	2.920.349,70
2030	0	0	1.850.000,00	1.000.290,71	2.850.290,71
2031	0	0	1.850.000,00	932.063,20	2.782.063,20
2032	0	0	1.850.000,00	858.146,19	2.708.146,19
2033	0	0	1.850.000,00	773.770,40	2.623.770,40
2034	0	0	1.850.000,00	685.235,01	2.535.235,01
2035	0	0	1.850.000,00	613.175,09	2.463.175,09
2036	0	0	1.850.000,00	537.777,36	2.387.777,36
2037	0	0	1.850.000,00	463.914,43	2.313.914,43
2038	0	0	1.850.000,00	384.532,28	2.234.532,28
2039	0	0	1.850.000,00	305.660,35	2.155.660,35
2040	0	0	1.850.000,00	232.520,65	2.082.520,65
2041	0	0	1.850.000,00	160.548,01	2.010.548,01
2042	0	0	1.850.000,00	88.967,95	1.938.967,95
2043	0	0	925.000,00	17.791,31	942.791,31
Total:	7.400.000,00	37.000.000,00	37.000.000,00	20.544.401,35	57.544.401,35



Memorando SEI nº 368/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COREM

Assunto: Entes com elevado risco de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal de que trata a Lei Complementar nº 159/2017. Art. 12, inciso III, da Portaria MF nº 501/2017.

1. Com vistas a subsidiar a manifestação desta Secretaria do Tesouro Nacional - STN quanto à concessão de garantia da União para operações pleiteadas por estados da Federação e considerando o disposto no artigo 13, inciso III da Portaria do Ministério da Fazenda - MF nº 501, de 23 de novembro de 2017, solicita-se manifestação dessa Coordenação-Geral quanto aos entes que apresentam elevado risco de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal de que trata a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, tendo em vista a publicação de novo demonstrativo (RREO do 3º bimestre de 2018) pelos estados após a emissão do Memorando SEI nº 41/2018/COREM/SURIN/STN-MF, de 22/06/2018 (SEI 0785740).

2. Solicita-se, adicionalmente, que seja informado o prazo de validade das informações prestadas.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

RENATO DA MOTTA ANDRADE NETO

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto**, **Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 08/08/2018, às 19:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0988597** e o código CRC **E6526414**.

Referência: Processo nº 17944.103401/2018-09.

SEI nº 0988597



Memorando SEI nº 11/2018/CORFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: Entes com elevado risco de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal de que trata a Lei Complementar nº 159/2017. Art. 12, inciso III, da Portaria MF nº 501/2017.

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.103401/2018-09.

1. Conforme consta do Memorando SEI nº 41/2018/GEAFI V/COREM/SURIN/STN-MF a informação fornecida (Documento SEI nº 0785719) seria válida até a divulgação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 6º bimestre e Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2018. Isso porque, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, utiliza o último exercício encerrado como referência dos requisitos de habilitação ao RRF. Dado que os demonstrativos fiscais do exercício completo de 2018 só serão publicados no início de 2019 a publicação de novos demonstrativos fiscais durante o exercício de 2018 não é capaz de afetar a análise dos requisitos de habilitação ao RRF.
2. No entanto, como houve retificação das informações do exercício de 2017 (AC, CE, GO, MT e RR retificaram seus demonstrativos após a apuração anterior) é preciso refazer a análise dos requisitos de adesão ao RRF. A nova análise consta do Documento SEI nº 0989463. Semelhantemente à avaliação anterior, o único Estado com elevado risco de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal de que trata a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, seria o Estado de Minas Gerais, pois suas obrigações financeiras são maiores que as disponibilidades de caixa. No entanto, vale ressaltar que o Estado não faz distinção entre recursos vinculados e recursos não vinculados.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ

Coordenador da COREM



Documento assinado eletronicamente por **Itanielson Dantas Silveira Cruz**, **Coordenador(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais**, em 09/08/2018, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0989463** e o código CRC **C6ECE27E**.



Tabela dos indicadores do Regime de Recuperação Fiscal - Atualizada em 19/06/2018

	Indicador nº 1			Indicador nº 2					Indicador nº 3 ¹		
	Dívida Consolidada	Receita Corrente Líquida	%	Despesa Líquida com Pessoal ²	Despesa com Juros	Despesa com Amortizações	Receita Corrente Líquida	%	Obrigações Financeiras	Disponibilidade de Caixa Bruta	%
AC	3.670,56	4.471,92	82,08 ✗	2.822,61	170,31	310,52	4.471,92	73,87% ✗	22,89	192,87	11,87 ✗
AL	8.854,37	7.348,62	120,49 ✓	4.285,40	210,71	258,85	7.348,62	64,71% ✗	265,99	872,53	30,49 ✗
AM	6.203,24	12.052,49	51,47 ✗	6.807,28	327,26	431,25	12.052,49	62,77% ✗	267,52	468,76	57,07 ✗
AP	2.762,49	4.369,06	63,23 ✗	2.312,41	117,43	101,77	4.369,06	57,94% ✗	2.305,88	8.580,22	26,87 ✗
BA	22.677,72	29.952,76	75,71 ✗	15.891,76	548,26	712,39	29.952,76	57,26% ✗	287,31	507,27	56,64 ✗
CE	11.820,23	17.779,47	66,48 ✗	9.360,17	452,10	989,28	17.779,47	60,75% ✗	903,04	1.978,88	45,63 ✗
DF	7.843,03	20.719,83	37,85 ✗	10.087,90	219,29	233,15	20.719,83	50,87% ✗	1.169,56	522,66	223,77 ✓
ES	6.752,25	12.193,44	55,38 ✗	6.471,09	288,84	158,06	12.193,44	56,74% ✗	90,70	1.102,78	8,22 ✗
GO	19.633,44	21.033,88	93,34 ✗	10.158,30	969,96	868,48	21.033,88	57,04% ✗	1.269,02	966,15	131,35 ✓
MA	7.197,77	12.536,62	57,41 ✗	6.427,62	377,84	563,72	12.536,62	58,78% ✗	396,95	748,13	53,06 ✗
MG	108.980,29	55.173,57	197,52 ✓	33.191,28	2.371,44	1.336,81	55.173,57	66,88% ✗	789,21	1.030,47	N.D. ✓
MS	8.798,34	9.747,25	90,26 ✗	5.656,04	214,06	314,75	9.747,25	63,45% ✗	902,99	661,47	136,51 ✓
MT	6.571,46	13.389,77	49,08 ✗	7.768,02	380,61	653,94	13.389,77	65,74% ✗	789,72	370,32	213,26 ✓
PA	3.480,95	18.017,13	19,32 ✗	9.821,10	172,05	358,62	18.017,13	57,46% ✗	370,57	1.176,53	31,50 ✗
PB	4.267,32	9.130,51	46,74 ✗	5.277,21	138,30	311,49	9.130,51	62,72% ✗	389,02	558,00	69,72 ✗
PE	14.734,62	21.512,14	68,49 ✗	12.681,47	525,31	797,18	21.512,14	65,10% ✗	2.751,94	1.742,64	157,92 ✓
PI	4.778,47	8.005,70	59,69 ✗	4.591,35	159,59	298,48	8.005,70	63,07% ✗	120,79	465,01	25,98 ✗
PR	23.206,18	36.615,28	63,38 ✗	19.541,40	468,04	430,77	36.615,28	55,82% ✗	1.308,64	5.280,43	24,78 ✗
RJ	137.177,50	50.194,04	273,29 ✓	33.636,41	901,55	700,42	50.194,04	70,20% ✗	15.881,52	1.843,47	861,50 ✓
RN	2.074,13	9.111,72	22,76 ✗	4.438,71	114,08	141,80	9.111,72	51,52% ✗	231,89	1.259,09	18,42 ✗
RO	4.510,65	6.500,43	69,39 ✗	3.471,04	46,74	134,04	6.500,43	56,18% ✗	142,49	355,06	40,13 ✗
RR	2.101,99	3.199,54	65,70 ✗	1.971,81	99,63	132,03	3.199,54	68,87% ✗	566,54	815,92	69,44 ✗
RS	76.703,16	35.045,93	218,86 ✓	19.438,51	1.290,17	959,45	35.045,93	61,88% ✗	23.579,11	4.475,89	526,80 ✓
SC	23.224,81	21.132,26	109,90 ✓	12.636,44	770,88	535,98	21.132,26	65,98% ✗	299,30	805,25	37,17 ✗
SE	4.853,26	6.885,06	70,49 ✗	3.393,58	170,25	270,78	6.885,06	55,69% ✗	1.356,33	460,97	294,23 ✓
SP	294.768,33	151.562,45	194,49 ✓	77.939,12	8.478,68	3.180,79	151.562,45	59,12% ✗	12.958,33	19.324,79	67,06 ✗
TO	3.398,12	7.198,14	47,21 ✗	4.740,33	200,84	376,37	7.198,14	73,87% ✗	184,20	250,93	73,41 ✗

¹ Fontes de recursos sem vinculação² Despesas com pessoal de todos os Poderes e órgãos apurada no Anexo I do RGF

Memorando SEI nº 283/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da CODIP

Assunto: **Manifestação acerca de custo efetivo.**

1. Em conformidade com o estabelecido pelo art. 11 da Portaria do Ministério da Fazenda nº 501, de 23 de novembro de 2017, solicito manifestação dessa CODIP quanto ao custo efetivo da operação de crédito descrita abaixo:

Processo MF [SEI] nº: 17944.103347/2018-93

Data de Protocolo na STN: 13/04/2018

Interessado: Estado de Pernambuco - PE

Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento

Valor da operação: US\$ 37.000.000,00

Destinação dos recursos: Implantação do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco no âmbito da linha de crédito "CCLIP-PROFISCO II"

Prazo de carência: 66 meses

Prazo de amortização: 234 meses

Prazo total: 300 meses

Periodicidade da Amortização: Semestral

Sistema de amortizações: SAC

Taxa de juros: LIBOR trimestral (USD-LIBOR-ICE), acrescida do custo de captação do Banco e da margem aplicável para empréstimos de capital ordinário. Atualmente o Lending Rate é de 3,25 % a.a. (composto por: spread de 0,80%, funding margin de 0,10% e LIBOR trimestral).

Comissão de abertura: Não há

Comissão de compromisso: Comissão de crédito de até 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado

Demais encargos e comissões: Comissão de inspeção e supervisão de até 1% a.s. do valor total do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no Prazo Original de Desembolsos.

Cronograma de desembolsos: US\$ 3.359.000,00 em 2018; US\$ 10.913.600,00 em 2019; US\$ 9.078.000,00 em 2020; US\$ 7.165.400,00 em 2021; e US\$ 6.484.000,00 em 2022.



2. Além disso, tendo em vista a deliberação do Grupo Estratégico do Comitê de Garantias da Secretaria do Tesouro Nacional em sua 11ª Reunião no que tange à vedação à securitização de operações de crédito cujo custo seja superior ao custo de captação da República, solicitamos informar se a operação em tela se enquadra na referida vedação.

3. Solicito, adicionalmente, que seja enviado o fluxo de pagamentos da operação.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

RENATO DA MOTTA ANDRADE NETO

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto**, **Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 25/06/2018, às 10:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0786073** e o código CRC **1D820B6B**.

Referência: Processo nº 17944.105083/2018-11.

SEI nº 0786073



Secretaria do Tesouro Nacional
Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública - CODIP
Gerência de Operações - GEOPE



Cálculo do Custo Efetivo de Operação de Crédito Interno

Informações da Operação	
Interessado	Pernambuco
Credor	BID
Valor	37.000.000,00
Moeda	USD
Data de início *	28/06/2018
Prazo Total (anos)	25,0
TIR USD (a.a.)	4,22%
Duration (anos)	11,82
Data de Referência da Análise ***	25/06/2018

Condições Financeiras	
Nº Amortizações	40
Periodicidade	Semestral
Carência (meses)***	66
Com. de Compromisso (a.a.)	0,75%
Com. de Abertura (flat)	0,00%
Com. de Avaliação	\$ 370.000,00
Indexador	Libor 3m
Spread 1	0,90%
Spread 2	0,00%
Início do Spread 2	

* Data considerada, para efeitos de simplificação dos cálculos, como data hipotética de assinatura e de primeiro desembolso (hipótese mais conservadora).

** Data de referência das estimativas das curvas de juros utilizadas no cálculo.

*** Considera sistema de pagamentos antecipados

			PAGAMENTOS			
Data	Desembolso	Saldo devedor	Amortização	Juros	Comissões	Total de Pag.
28/06/2018	3.359.000,00	3.359.000,00	-	-	370.000,00	370.000,00
28/12/2018	-	3.359.000,00	-	58.753,15	128.256,31	187.009,46
28/06/2019	10.913.600,00	14.272.600,00	-	61.373,18	127.555,46	188.928,63
28/12/2019	-	14.272.600,00	-	279.042,31	86.648,21	365.690,53
28/06/2020	9.078.000,00	23.350.600,00	-	292.456,30	86.648,21	379.104,51
28/12/2020	-	23.350.600,00	-	460.163,73	52.038,34	512.202,06
28/06/2021	7.165.400,00	30.516.000,00	-	464.935,22	51.753,98	516.689,20
28/12/2021	-	30.516.000,00	-	597.941,17	24.720,25	622.661,42
28/06/2022	6.484.000,00	37.000.000,00	-	598.278,28	24.585,17	622.863,44
28/12/2022	-	37.000.000,00	-	720.335,15	-	720.335,15
28/06/2023	-	37.000.000,00	-	718.156,64	-	718.156,64
28/12/2023	-	36.075.000,00	925.000,00	721.138,93	-	1.646.138,93
28/06/2024	-	35.150.000,00	925.000,00	704.520,39	-	1.629.520,39
28/12/2024	-	34.225.000,00	925.000,00	689.951,50	-	1.614.951,50
28/06/2025	-	33.300.000,00	925.000,00	669.797,43	-	1.594.797,43
28/12/2025	-	32.375.000,00	925.000,00	658.776,57	-	1.583.776,57
28/06/2026	-	31.450.000,00	925.000,00	638.850,98	-	1.563.850,98
28/12/2026	-	30.525.000,00	925.000,00	628.005,14	-	1.553.005,14
28/06/2027	-	29.600.000,00	925.000,00	608.254,80	-	1.533.254,80
28/12/2027	-	28.675.000,00	925.000,00	596.978,34	-	1.521.978,34
28/06/2028	-	27.750.000,00	925.000,00	580.161,36	-	1.505.161,36
28/12/2028	-	26.825.000,00	925.000,00	555.293,25	-	1.480.293,25
28/06/2029	-	25.900.000,00	925.000,00	535.078,09	-	1.460.078,09
28/12/2029	-	24.975.000,00	925.000,00	520.668,93	-	1.445.668,93
28/06/2030	-	24.050.000,00	925.000,00	500.494,85	-	1.425.494,85
28/12/2030	-	23.125.000,00	925.000,00	485.744,78	-	1.410.744,78
28/06/2031	-	22.200.000,00	925.000,00	465.609,48	-	1.390.609,48
28/12/2031	-	21.275.000,00	925.000,00	450.512,75	-	1.375.512,75
28/06/2032	-	20.350.000,00	925.000,00	432.778,63	-	1.357.778,63
28/12/2032	-	19.425.000,00	925.000,00	414.964,30	-	1.339.964,30
28/06/2033	-	18.500.000,00	925.000,00	394.449,33	-	1.319.449,33
28/12/2033	-	17.575.000,00	925.000,00	385.726,72	-	1.290.726,72
28/06/2034	-	16.650.000,00	925.000,00	345.599,45	-	1.270.599,45
28/12/2034	-	15.725.000,00	925.000,00	329.264,38	-	1.254.264,38
28/06/2035	-	14.800.000,00	925.000,00	309.325,16	-	1.234.325,16
28/12/2035	-	13.875.000,00	925.000,00	292.779,37	-	1.217.779,37
28/06/2036	-	12.950.000,00	925.000,00	274.528,16	-	1.199.528,16
28/12/2036	-	12.025.000,00	925.000,00	256.271,03	-	1.181.271,03
28/06/2037	-	11.100.000,00	925.000,00	236.707,33	-	1.161.707,33
28/12/2037	-	10.175.000,00	925.000,00	219.738,71	-	1.144.738,71
28/06/2038	-	9.250.000,00	925.000,00	200.176,24	-	1.125.176,24
28/12/2038	-	8.325.000,00	925.000,00	177.942,08	-	1.102.942,08



Memorando SEI nº 68/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Ao Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: Análise de Custo - Operação de crédito de interesse do Estado de Pernambuco com o Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID.

1. Referimo-nos ao Memorando nº 283/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF (SEI nº 0786073), de 25/06/2018, o qual solicita manifestação desta Coordenação-Geral acerca do custo da operação de crédito pleiteada pelo Estado de **Pernambuco** com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares).
2. Após efetuar a análise, encontramos um custo efetivo para a operação de **4,22% a.a.**, com *duration* de **11,82 anos**, com base nas informações fornecidas pela COPEM.
3. Informamos que o custo de captação estimado para emissões da União em dólares, com mesma *duration*, é de **6,47% a.a.**, superior ao custo efetivo calculado para a operação.
4. Deste modo, sob a análise de estrita responsabilidade dessa Coordenação-Geral, **não vemos óbice** à contratação sob as condições financeiras propostas.
5. Anexo, segue o fluxo de pagamentos da operação (SEI nº 0806204).

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

LUIS FELIPE VITAL NUNES PEREIRA

Coordenador-Geral da CODIP



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Vital Nunes Pereira, Coordenador(a)-Geral de Operações da Dívida Pública**, em 26/06/2018, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0806654** e o código CRC **FDA52F00**.

Referência: Processo nº 17944.105083/2018-11.

SEI nº 0806654



06/07/2018

SEI/MF - 0786027 - Memorando

Memorando SEI nº 282/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COREM,

Assunto: **Consulta acerca da violação de acordos de refinanciamento firmados com a União.**

1. O Estado de Pernambuco está pleiteando a contratação de operação de crédito externo com garantia da União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento com as seguintes características:

- **Valor da operação:** US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares dos EUA);
- **Destinação dos recursos:** implantação do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco, no âmbito da linha de crédito "CCLIP-PROFISCO II";
- **Juros:** Taxa de Juros baseada na Libor trimestral, acrescida de margem variável determinada na data da assinatura do contrato;
- **Demais encargos e comissões:** Encargo de comissão de Inspeção e Supervisão de até 1% do valor do empréstimo dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolso. Comissão de Crédito sobre o saldo não desembolsado do empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, que em caso algum poderá exceder 0,75% ao ano;
- **Prazo total:** 300 (trezentos) meses;
- **Prazo de carência:** 66 (sessenta e seis) meses;
- **Prazo de amortização:** 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;
- **Lei autorizadora:** 16244, de 15/12/2017.

2. Em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 5º da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, solicitamos informar se a referida operação representa violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União, bem como o prazo de validade das informações prestadas.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente
Renato da Motta Andrade Neto
Coordenador-geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 25/06/2018, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0786027** e o código CRC **21AAE4B1**.



06/07/2018

SEI/MF - 0826687 - Memorando

Memorando SEI nº 38/2018/GEAFI I/COREM/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: Resposta à consulta acerca da violação de acordos de refinanciamento firmados com a União - Estado de Pernambuco.

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.105081/2018-13.

1. Em resposta à consulta encaminhada a esta COREM, por meio do Memorando SEI nº 282/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, a respeito de possível violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União, bem como o prazo de validade das informações prestadas, informamos que o Estado de Pernambuco encontra-se inadimplente por violação aos termos do Programa de Ajuste Fiscal - PAF - em vigor com a União.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

Leonardo Lobo Pires

Coordenador-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios - COREM



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Lobo Pires, Coordenador(a)-Geral de Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios**, em 02/07/2018, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0826687** e o código CRC **E8EDB233**.

Referência: Processo nº 17944.105081/2018-13.

SEI nº 0826687



Memorando SEI nº 38/2018/GECEM I/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Estado de Pernambuco.

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.105074/2018-11.

1. Referimo-nos ao Memorando SEI nº 281, de 25/06/2018, por meio do qual foi solicitada, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017, a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para operações de crédito pleiteadas pelo Estado de Pernambuco.
2. Informamos que as Leis estaduais nº 15.936, de 16/12/16, nº 16.054, de 25/05/2017, e nº 16.244, de 15/12/2017, concederam ao Estado de Pernambuco autorização para prestar como contragarantia ao Tesouro Nacional das mencionadas operações as receitas previstas no art. 155, no art. 157 e no art. 159 (inciso I alínea “a” e inciso II), todos da Constituição Federativa do Brasil.
3. De acordo com a metodologia presente na Portaria em questão, têm-se, para o ente federativo nas operações citadas:
 - a) Margem R\$ 15.166.350.546,58
 - b) OG R\$ 61.543.767,21
4. Assim, tendo em vista que o valor da 'Margem' é superior ao valor da 'OG', são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas nos termos do art. 7º da Portaria nº 501/2017 pelo Estado de Pernambuco.
5. Ademais, cabe salientar que a atual análise está posicionada nesta data, sendo subsidiada por dados de receitas pertencentes ao Balanço Anual referente ao ano de 2017, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, e de despesas pertencentes ao Cronograma Financeiro da Operação e demais Operações Contratadas obtidas do SADIPEM. As taxas de câmbio utilizadas na conversão seguiram as orientações contidas no art. 7º da Portaria nº 501/2017 e no art. 2º da Portaria nº 1.049/2017.
6. Da mesma forma, registramos que, para fins de nova avaliação de suficiência de contragarantias, esta Coordenação-Geral deverá ser comunicada caso os demonstrativos de receitas e despesas utilizados na presente análise sejam atualizados.

Anexos:

I - [MARGEM e OG] (SEI nº 0824529).

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente



DENIS DO PRADO NETTO

Coordenador-Geral de Haveres Financeiros



Documento assinado eletronicamente por **Denis do Prado Netto, Coordenador(a)-Geral de Haveres Financeiros**, em 02/07/2018, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0824113** e o código CRC **067BB66F**.

Referência: Processo nº 17944.105074/2018-11.

SEI nº 0824113



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVRES FINANCEIROS - COAFI

CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRAGARANTIA

ENTE:	Estado de Pernambuco
VERSÃO BALANÇO:	2017
VERSÃO RREO:	6º bimestre de 2017
MARGEM =	15.166.350.546,58
DEMONSTRATIVO ESCOLHIDO =	Balanço Anual (DCA)

Balanço Anual (DCA) de 2017

RECEITAS PRÓPRIAS		15.259.045.333,53
1.1.1.2.07.00.00	ITCD	74.757.442,02
1.1.1.3.02.00.00	ICMS	14.154.465.010,70
1.1.1.2.05.00.00	IPVA	1.029.822.880,81
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		7.090.791.143,06
1.7.2.1.01.01.00	FPE	5.715.053.857,57
1.7.2.1.01.12.00	IPI EXPORTAÇÃO (UF)	51.292.703,79
1.1.1.2.04.00.00	IRRF	1.324.444.581,70
3.2.00.00.00.00	DESPESA COM SERVIÇO DA DÍVIDA	525.310.442,14
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	840.656.359,43
3.3.20.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	44.993.360,77
3.3.30.00.00.00		0,00
3.3.40.00.00.00		4.158.693.210,16
3.3.41.00.00.00		41.588.925,54
3.3.45.00.00.00		
3.3.46.00.00.00		
3.3.50.00.00.00		1.562.136.372,00
3.3.60.00.00.00		10.107.259,97
3.3.70.00.00.00		
3.3.71.00.00.00		
3.3.73.00.00.00		
3.3.74.00.00.00		
3.3.75.00.00.00		
3.3.76.00.00.00		
3.3.80.00.00.00		
Margem		15.166.350.546,58

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2017

RECEITAS PRÓPRIAS		15.256.301.209,13
Total dos últimos 12 meses	ICMS	14.152.878.943,27
	IPVA	1.028.891.705,73
	ITCD	74.530.560,13
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		7.061.226.070,55



Total dos últimos 12 meses	IRRF	1.324.444.581,70
	Cota-Parte do FPE	5.715.053.857,57
	Transferências da LC nº 87/1996	21.727.631,28
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	Serviço da Dívida Interna	934.281.512,81
	Serviço da Dívida Externa	
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	797.179.945,08
Total dos últimos 12 meses	Transferências Constitucionais e Legais	
Margem		20.586.065.821,79



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI

CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)

ENTE:	Estado de Pernambuco
MEMO SEI:	281, de 25/06/2018
RESULTADO OG:	61.543.767,21

Operação nº 1

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Moeda da operação:	USD - dólar dos EUA
Valor da operação (USD - dólar dos EUA):	37.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/USD - dólar dos EUA):	3,5035
Data da taxa de câmbio (R\$/USD - dólar dos EUA):	30/04/2018
Total de reembolsos (USD - dólar dos EUA):	50.502.544,97
Primeiro ano de reembolso:	2018
Último ano de reembolso:	2043
Qtd. de anos de reembolso:	26
Total de reembolso em reais:	176.935.666,30
Reembolso médio(R\$):	6.805.217,93

Operação nº 3

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Caixa Econômica Federal
Moeda da operação:	Real
Valor da operação em reais:	340.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/moeda estrangeira):	(não se aplica)
Data da taxa de câmbio (moeda estrangeira):	(não se aplica)
Total de reembolsos em moeda estrangeira:	(não se aplica)
Primeiro ano de reembolso:	2018
Último ano de reembolso:	2027
Qtd. de anos de reembolso:	10
Total de reembolso em reais:	486.947.172,64
Reembolso médio(R\$):	48.694.717,26

Operação nº 2

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
Moeda da operação:	USD - dólar dos EUA
Valor da operação (USD - dólar dos EUA):	20.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/USD - dólar dos EUA):	3,5035
Data da taxa de câmbio (R\$/USD - dólar dos EUA):	30/04/2018
Total de reembolsos (USD - dólar dos EUA):	32.776.597,20
Primeiro ano de reembolso:	2018
Último ano de reembolso:	2036
Qtd. de anos de reembolso:	19
Total de reembolso em reais:	114.832.808,29
Reembolso médio(R\$):	6.043.832,02



4 - Ano XCIII • Nº 227

Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Executivo

Recife, 7 de dezembro de 2016

Governo do EstadoGovernador: **Paulo Henrique Saraiva Câmara****LEI Nº 15.936, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016.**

Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal - CEF.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamento junto à Caixa Econômica Federal - CEF, até o valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), mediante prestação de garantia pela União e de contragarantia pelo Estado, observadas as disposições legais em vigor para a contratação de operações de crédito, as normas do agente financeiro e as condições específicas.

Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado nesta Lei serão obrigatoriamente aplicados nas despesas de capital constantes do plano plurianual e dos orçamentos anuais do Estado.

Art. 2º Fica o Poder Executivo igualmente autorizado a vincular como contragarantia, relativamente ao empréstimo de que trata a presente Lei, em caráter irrevogável e irretratável, de modo *pro solvendo*, as receitas próprias previstas no art. 155 e as receitas previstas no art. 157 e na alínea "a" do inciso I e no inciso II do art. 159, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, ou outros recursos que, com idêntica finalidade, venham a substituí-los, bem como outras garantias em direito admitidas.

Parágrafo único. Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da Caixa Econômica Federal, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou como créditos adicionais, suplementares e especiais, nos termos do § 1º do inciso II do art. 32 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º O Poder Executivo consignará nas leis orçamentárias anuais do Estado, durante os prazos que vierem a ser estabelecidos para empréstimos, financiamentos ou operações de crédito por ele contraiadas, dotações suficientes à amortização do principal, pagamento dos respectivos encargos e acessórios resultantes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 6 de dezembro do ano de 2016, 200ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 195ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS FIGUEIRA
MILTON COELHO DA SILVA NETO
MÁRCIO STEFANNI MONTEIRO MORAIS
ANTÔNIO CÉSAR CAULA REIS

DECRETO Nº 43.865, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016.

Introduz modificações no Decreto nº 28.247, de 17 de agosto de 2005, que dispõe sobre o regime de substituição tributária do ICMS nas operações com produtos farmacêuticos.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a decisão de política tributária no sentido de promover ajustes na sistemática de tributação do ICMS relativa a produtos farmacêuticos,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 28.247, de 17 de agosto de 2005, que dispõe sobre o regime de substituição tributária do ICMS nas operações com produtos farmacêuticos, passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 6º-A A partir de 1º de agosto de 2010, o estabelecimento credenciado nos termos do inciso II do art. 3º, inscrito no CACEPE sob o regime normal de apuração do imposto, nos códigos 4644-3/01, 4645-1/01, 4664-8/00, 4646-0/02 ou 4773-3/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, pode optar por adotar sistemática simplificada de apuração e recolhimento do ICMS, relativamente aos produtos farmacêuticos referidos no Anexo 1, nos seguintes termos:

1 - recolhimento do valor relativo ao ICMS de responsabilidade direta, calculado mediante aplicação dos seguintes percentuais sobre o valor da respectiva operação de entrada ou de saída, conforme o caso:

b) nas demais aquisições:

CASA CIVIL

Por determinação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o próximo dia 9 de dezembro de 2016 será considerado ponto facultativo nos órgãos e entidades da administração direta e indireta estadual, com sede na Capital, com exceção daqueles serviços cujo funcionamento seja indispensável, a juízo do chefe do órgão.

Recife, 6 de dezembro de 2016.

ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS FIGUEIRA
Secretário da Casa Civil

1. quando se tratar de operação interna;

1.2. no período de 1º de setembro de 2010 a 28 de fevereiro de 2017: (NR)

1.3. a partir de 1º de março de 2017: (AC)

1.3.1. 3% (três por cento), na aquisição efetuada a estabelecimento credenciado para utilização da sistemática de que trata o caput, e

1.3.2. 6% (seis por cento), nos demais casos;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 6 de dezembro do ano de 2016, 200ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 195ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS FIGUEIRA
ANTÔNIO CÉSAR CAULA REIS

DECRETO Nº 43.866, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016.

Estabelece prazo para recolhimento do imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA para veículos usados, relativamente ao exercício de 2017.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 37 da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1962,

DECRETA:

Art. 1º O imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA referente a veículos usados de fabricação nacional e estrangeira, relativo ao exercício de 2017, deve ser recolhido até as seguintes datas, conforme o número correspondente ao último dígito da placa identificadora do veículo:

PRAZO PARA RECOLHIMENTO DO IPVA RELATIVO A VEÍCULOS USADOS - EXERCÍCIO DE 2017				
NÚMERO DO ÚLTIMO DÍGITO DA PLACA IDENTIFICADORA DO VEÍCULO	COTA ÚNICA (com desconto)	1ª COTA	2ª COTA	3ª COTA
1 e 2	17.1.2017	17.1.2017	9.2.2017	9.3.2017
3 e 4	20.1.2017	20.1.2017	14.2.2017	14.3.2017
5 e 6	24.1.2017	24.1.2017	17.2.2017	17.3.2017
7 e 8	27.1.2017	27.1.2017	21.2.2017	21.3.2017
9 e 0	31.1.2017	31.1.2017	24.2.2017	31.3.2017

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 6 de dezembro do ano de 2016, 200ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 195ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS FIGUEIRA
ANTÔNIO CÉSAR CAULA REIS


ESTADO DE PERNAMBUCO
DIÁRIO OFICIAL - PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR
Paulo Henrique Saraiva Câmara

VICE-GOVERNADOR
Raul Jean Louis Henry Júnior

SECRETÁRIOS DE ESTADO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Milton Coelho da Silva Neto

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nilton da Mota Silveira Filho

SECRETÁRIO DA CASA CIVIL
Antônio Carlos dos Santos Figueira

SECRETÁRIO DAS CIDADES
Francisco Antonio Souza Papaléo

SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Lúcia Carvalho Pinto de Melo

SECRETÁRIO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
Ruy Bezerra de Oliveira Filho

SECRETÁRIO DE CULTURA
Marcelino Grãja de Menezes

SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL
Ângela Fernandes Glória

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Thiago Azevedo de Alencar Norões

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA E JUVENTUDE
Isaltino José do Nascimento Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
Frederico da Costa Amâncio

SECRETÁRIO DA FAZENDA
Marcelo Andrade Bezerra Barros

SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO
Marcos Baptista Andrade

SECRETÁRIO DE IMPRENSA
Ennio Urs Benning

SECRETÁRIO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS
Pedro Eurico de Barros e Silva

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
Sérgio Luis de Carvalho Xavier

SECRETÁRIO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA, QUALIFICAÇÃO E TRABALHO
Alexandre José Marques Valença

SECRETÁRIA DA MULHER
Silvia Maria Cordeiro

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Márcio Stefanni Monteiro Moraes

SECRETÁRIO DE SAÚDE
José Iran Costa Júnior

SECRETÁRIO DE TRANSPORTES
Sebastião Ignácio de Oliveira Júnior

SECRETÁRIO DE TURISMO, ESPORTES E LAZER
Felipe Augusto Iryo Carreras

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Antônio César Caula Reis



Consulte o nosso site
www.cepe.com.br

DIRETOR PRESIDENTE
Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Bráulio Mendonça Menezes

DIRETOR DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO
Edson Ricardo Teixeira de Melo

GERENTE DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS
Isa Dias

TEXTO
Secretaria de Imprensa

EDIÇÃO
Isa Dias / Fernando Buarque

DIAGRAMAÇÃO
Silvia Mafra

EDIÇÃO DE IMAGEM
Higor Vidal

PUBLICAÇÕES:

Coluna de 6,2 cm R\$ 121,00

Qualquer reclamação sobre matérias publicadas deverão ser efetuadas no prazo máximo de 10 dias.

COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO
CNPJ 10.921.252/0001-07 -

Insc. Est. 18.1.001.0022408-7
Rua Coelho Leite, 530 - Santo Amaro

Recife-PE - CEP: 50.100-140
Telefone: (81) 3183-2700 (Busca Automática)

Fax: (81) 3183-2747
cepecom@cepe.com.br

Ovidualva - Fone: 3183-2736
ovuidualva@cepe.com.br

Recife, 19 de maio de 2017

Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Executivo

Ano XCIV • Nº 92 - 5

Governo do Estado

Governador: Paulo Henrique Saraiva Câmara

LEI Nº 16.046, DE 18 DE MAIO DE 2017.

Altera a Lei nº 15.936, de 6 de dezembro de 2016, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal – CEF.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os artigos 1º e 2º da Lei nº 15.936, de 6 de dezembro de 2016, passam vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar financiamento com a Caixa Econômica Federal – CEF e/ou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, até o valor de R\$ 900.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), mediante prestação de garantia pela União e contragarantia pelo Estado, observadas as disposições legais em vigor para a contratação de operações de crédito, as normas do agente financeiro e as condições específicas. (NR)”

Art. 2º

Parágrafo único. Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da instituição financiadora, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 18 de maio do ano de 2017, 201ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 195ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do EstadoMARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS FIGUEIRA
MILTON COELHO DA SILVA NETO
MÁRCIO STEFANNI MONTEIRO MORAIS
ANTÔNIO CÉSAR CAULA REIS**LEI Nº 16.046, DE 18 DE MAIO DE 2017.**

Altera a Lei nº 13.942, de 4 de dezembro de 2009, que institui o Programa de Estímulo à Atividade Portuária.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 13.942, de 4 de dezembro de 2009, que institui o Programa de Estímulo à Atividade Portuária, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 2º

§ 1º Os benefícios de que trata o caput

IV - não se aplicam:

c) às operações com óleos brutos de petróleo, também chamados de condensados de petróleo, NBM/SH 2709.00.10, outras naftas não petroquímicas, NBM/SH 2710.12.49, outros hidrocarbonetos aromáticos, NBM/SH 2707.50.00, outros óleos e produtos provenientes da destilação de alcatrões, NBM/SH 2707.99.90 e metanol, NBM/SH 2905.11.00. (AC)

§ 6º Relativamente ao disposto no inciso III do § 1º, não se considera cumulação de benefícios, a situação do contribuinte beneficiado nos termos deste artigo que promova saída para estabelecimento cujas aquisições estejam alcançadas pelo deferimento previsto na alínea “d” do inciso III do art. 2º da Lei nº 13.484, de 29 de junho de 2008, que institui o Programa de Desenvolvimento do Setor Automotivo do Estado de Pernambuco. (AC)

Art. 2º-A

§ 3º Relativamente ao tratamento tributário de que trata o caput, deve-se observar:

I - não se aplica:

c) às operações com óleos brutos de petróleo, também chamados de condensados de petróleo, NBM/SH 2709.00.10, outras naftas não petroquímicas, NBM/SH 2710.12.49, outros hidrocarbonetos aromáticos, NBM/SH 2707.50.00, outros óleos e produtos provenientes da destilação de alcatrões, NBM/SH 2707.99.90 e metanol, NBM/SH 2905.11.00. (AC)

III - até 31 de março de 2017, veda a utilização de outro benefício ou incentivo fiscal previsto na legislação tributária, inclusive aqueles relativos ao PRODEPE, relativamente aos produtos contemplados com os mencionados benefícios; e (NR)

IV - a partir de 1º de abril de 2017, podem ser utilizados mesmo que o contribuinte se encontre usufruindo incentivo ou benefício fiscal de qualquer natureza sobre um mesmo produto beneficiado, desde que tal utilização não implique cumulação de benefícios sobre uma mesma operação. (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 18 de maio do ano de 2017, 201ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 195ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do EstadoRAUL JEAN LOUIS HENRY JÚNIOR
ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS FIGUEIRA
MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
ANTÔNIO CÉSAR CAULA REIS**DECRETO Nº 44.451, DE 18 DE MAIO DE 2017.**

Transfere e redenomina o cargo comissionado que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e IV do art. 37 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 49, de 31 de janeiro de 2003, na Lei nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015, no Decreto nº 41.480, de 30 de janeiro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido, do Quadro de Cargos Comissionados e Funções Gratificadas do Gabinete do Governador para o Quadro de Cargos Comissionados e Funções Gratificadas da Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer, 1 (um) cargo, em comissão, de Oficial de Gabinete do Governador, símbolo CAS-4, passando a denominar-se Oficial de Gabinete, mantido o símbolo.

Art. 2º Os Regulamentos do Gabinete do Governador e da Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer, devem ser alterados, em atendimento ao disposto neste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2017.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 18 de maio do ano de 2017, 201ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 195ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do EstadoANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS FIGUEIRA
FELIPE AUGUSTO LYRA CARRERAS
MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
MILTON COELHO DA SILVA NETO
MÁRCIO STEFANNI MONTEIRO MORAIS
ANTÔNIO CÉSAR CAULA REIS**DECRETO Nº 44.452, DE 18 DE MAIO DE 2017.**

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra, com suas benfeitorias porventura existentes, situada no Município de Ipojuca, neste Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II e IV artigo 37 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra com suas benfeitorias porventura existentes, situada no Município de Ipojuca, neste Estado, individualizada conforme memorial descritivo constante do Anexo Único.

Art. 2º A área de terra de que trata o art. 1º destina-se à implantação de trecho da rede coletora de esgotos, integrante do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Ipojuca, neste Estado.

Art. 3º A área de terra mencionada no art. 1º encontra-se descrita em planta integrante do projeto técnico específico, arquivada na Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA.

**ESTADO DE PERNAMBUCO****DIÁRIO OFICIAL - PODER EXECUTIVO**GOVERNADOR
Paulo Henrique Saraiva CâmaraVICE-GOVERNADOR
Raul Jean Louis Henry Júnior**SECRETÁRIOS DE ESTADO**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Milton Coelho da Silva NetoSECRETÁRIO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nilton da Mata Silveira FilhoSECRETÁRIO DA CASA CIVIL
Antônio Carlos dos Santos FigueiraSECRETÁRIO DAS CIDADES
Francisco Antonio Souza PapaléoSECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Lúcia Carvalho Pinto de MeloSECRETÁRIO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
Ruy Bezerra de Oliveira FilhoSECRETÁRIO DE CULTURA
Marcelino Graciano de MenezesSECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL
Ângelo Fernandes GlóriaSECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Raul Jean Louis Henry JúniorSECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CRIANÇA E JUVENTUDE
Roberto Franca FilhoSECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
Frederico da Costa AmâncioSECRETÁRIO DA FAZENDA
Marcelo Andrade Bezerra BarrosSECRETÁRIO DE HABITAÇÃO
Bruno de Moraes LisboaSECRETÁRIO DE IMPRENSA
Ennio Lins BenningSECRETÁRIO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS
Pedro Eurico de Barros e SilvaSECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
Sérgio Luis de Carvalho XavierSECRETÁRIO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA,
TRABALHO E QUALIFICAÇÃO
Alexandre José Marques ValençaSECRETÁRIA DA MULHER
Sílvia Maria CordelãoSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Márcio Stefanni Monteiro MoraesSECRETÁRIO DE SAÚDE
José Iran Costa JúniorSECRETÁRIO DE TRANSPORTES
Sebastião Ignácio de Oliveira JúniorSECRETÁRIO DE TURISMO, ESPORTES E LAZER
Felipe Augusto Lyra CarrerasPROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Antônio César Caula Reis**Cepe**
COMPANHIA EDITORA DE
PERNAMBUCOConsulte o nosso site:
www.cepe.com.brGERENTE DE PRODUÇÃO
DE CONTEÚDOSTEXTO
Secretaria de ImprensaEDIÇÃO
Fernanda BuarqueDIAGRAMAÇÃO
Sílvia MotaEDIÇÃO DE IMAGEM
Higor VidalDIRETOR PRESIDENTE
Luiz Ricardo Leite de Castro LeitãoDIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Bráulio Mendonça MenesesDIRETOR DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO
Edson Ricardo Teixeira de Melo**PUBLICAÇÕES:**

Coluna de 6,2 cm R\$ 129,46

Qualquer reclamações sobre matérias publicadas deverão ser efetuadas no prazo máximo de 10 dias.

COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO

CNPJ 10.921.252/0001-07 -

Insc. Est. 18.1.001.0022408-7

Rua Coelho Leite, 530 - Santo Amaro

Recife-PE - CEP 50.100-140

Telefone: (81) 3183-2700 (Busca Automática)

Fax: (81) 3183-2747

cepecom@cepe.com.br

Ovidualta - Fone: 3183-2736

ovidualta@cepe.com.br



6 - Ano XCIV • Nº 97

Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Executivo

Recife, 26 de maio de 2017

Governo do Estado

Governador: Paulo Henrique Saraiva Câmara

LEI COMPLEMENTAR Nº 358, DE 25 DE MAIO DE 2017.

Modifica a Lei Complementar nº 356, de 20 de abril de 2017, que dispõe sobre a redução no valor de crédito tributário relativo ao ICMS, em operações com incentivos ou benefícios fiscais que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 356, de 20 de abril de 2017, que dispõe sobre a redução no valor de crédito tributário relativo ao ICMS, em operações com incentivos ou benefícios fiscais que especifica, passa a vigorar com as seguintes modificações:

*Art. 1º Nas operações realizadas por estabelecimento beneficiário dos incentivos a seguir relacionados e cujo fato gerador tenha ocorrido nos respectivos períodos indicados, fica concedida dispensa parcial do pagamento do crédito tributário relativo ao ICMS, desde que atendidas as condições e os requisitos previstos nesta Lei Complementar:

§ 1º A dispensa parcial do pagamento do crédito tributário, a que se refere o caput, deve observar o seguinte:

I - alcança os seguintes percentuais do montante do crédito tributário relativo à parcela do imposto, multa e juros, em substituição às reduções previstas na Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991, observado o disposto nos §§ 2º e 4º: (NR)

a) no caso de pagamento integral e à vista: (NR)

1. 90% (noventa por cento), até 31 de maio de 2017; e (REN)

2. 80% (oitenta por cento), no período de 1º a 30 de junho de 2017; e (AC)

b) no caso de pagamento parcelado em até 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, vedado o parcelamento: (NR)

1. 80% (oitenta por cento), até 31 de maio de 2017; e (REN)

2. 70% (setenta por cento), no período de 1º a 30 de junho de 2017; e (AC)

II - aplica-se ainda ao crédito tributário que não tenha sido constituído por meio de procedimento de ofício, nos termos da Lei nº 10.654, de 1991, devendo o interessado, neste caso, confessar a dívida por meio do instrumento da Regularização de Débito, até 30 de junho de 2017; e (NR)

§ 2º Em substituição aos percentuais de que trata o inciso I do § 1º, a dispensa do pagamento do crédito tributário relativo à parcela das multas deve ser de 100% (cem por cento) do respectivo valor, no caso de infrações alcançadas por esta Lei Complementar:

I - à legislação do Prodepe, nos termos da alínea "a" do inciso III do referido § 1º, e relativas a fatos geradores ocorridos no período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de março de 2017; e (NR)

§ 4º Fica dispensado integralmente o pagamento do crédito tributário, no caso da infração à legislação do Prodepe descrita no subitem 1.1 da alínea "a" do inciso III do § 1º, relativo aos períodos fiscais subsequentes àqueles em que tenham sido verificadas a referida causa de impedimento, desde que nesses períodos fiscais subsequentes não tenha ocorrido nenhuma hipótese de impedimento prevista na legislação do Prodepe. (AC)

Art. 2º A dispensa parcial do pagamento do crédito tributário, de que trata o art. 1º, somente se aplica ao contribuinte que promova, até 30 de junho de 2017, o cumprimento das seguintes exigências: (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 25 de maio do ano de 2017, 201ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 195ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
MARCELO CANUTO MENDES
ANTÔNIO CÉSAR CAULA REIS

LEI Nº 16.053, DE 25 DE MAIO DE 2017.

Altera a Lei nº 11.921, de 29 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o cálculo, a cobrança e o recolhimento de Taxa de Fiscalização Sobre os Serviços Públicos Delegados pelo Estado de Pernambuco, de que trata a Lei nº 11.742, de 14 de janeiro de 2000.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 11.921, de 29 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes modificações:

*Art. 3º

§ 1º Será reservado 1% (um por cento) da arrecadação da Taxa de que trata esta Lei para custear as despesas com o aparelhamento e operacionalização das fiscalizações regulatórias a serem efetuadas pela Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE e para a concessão e pagamento de Auxílio de Atividade de Fiscalização Regulatória (AAFR) aos servidores, empregados e agentes públicos comissionados que exerçam suas atividades fiscalizatórias na referida entidade. (AC)

§ 2º A regulamentação e os critérios para o custeio das despesas e concessão do auxílio de que trata o § 1º serão definidos em decreto. (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 25 de maio do ano de 2017, 201ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 195ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
MARCELO CANUTO MENDES
ANTÔNIO CÉSAR CAULA REIS

LEI Nº 16.054, DE 25 DE MAIO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, com a garantia da União.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamento externo junto ao Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, com garantia da União e contragarantia do Estado, no valor de até US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados ao apoio do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável dos Territórios da Zona da Mata e do Agreste Pernambucano, obedecidos os limites legais para contratação de operações de crédito no exercício e para o dispêndio anual com o pagamento da dívida fundada, compreendendo principal e acessórios.

Parágrafo único. O produto da operação de crédito de que trata o "caput" será aplicado em programas e ações contidas no Plano Plurianual - PPA e nas Leis Orçamentárias Anuais, em estrita observância à modalidade específica de financiamento, exigida pelo FIDA.

Art. 2º A operação de crédito será garantida pela União Federal.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretirável, as receitas a que se referem o artigo 157 e a alínea "a" do inciso I e o inciso II do artigo 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II do § 1º do artigo 32 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 25 de maio do ano de 2017, 201ª da Revolução Republicana Constitucionalista e 195ª da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

NILTON DA MOTA SILVEIRA FILHO
MARCELO CANUTO MENDES
MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
MILTON COELHO DA SILVA NETO
MARCIO STEFANNI MONTEIRO MORAIS
ANTÔNIO CÉSAR CAULA REIS

ESTADO DE PERNAMBUCO
DIÁRIO OFICIAL - PODER EXECUTIVO

GOVERNADOR
Paulo Henrique Saraiva Câmara

VICE-GOVERNADOR
Raul Jean Louis Henry Júnior

SECRETÁRIOS DE ESTADO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
Milton Coelho da Silva Neto

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nilton da Mota Silveira Filho

SECRETÁRIO DA CASA CIVIL
Antônio Carlos dos Santos Figueira

SECRETÁRIO DAS CIDADES
Francisco Antônio Souza Papaléo

SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Lúcia Carvalho Pinto de Melo

SECRETÁRIO DA CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
Ruy Bezerra de Oliveira Filho

SECRETÁRIO DE CULTURA
Marcelino Granja de Menezes

SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL
Ângelo Fernandes Glória

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
Raul Jean Louis Henry Júnior

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
CRIANÇA E JUVENTUDE
Roberto Franca Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
Frederico da Costa Amâncio

SECRETÁRIO DA FAZENDA
Marcelo Andrade Bezerra Barros

SECRETÁRIO DE HABITAÇÃO
Bruno de Moraes Lisboa

SECRETÁRIO DE IMPRENSA
Ennio Lins Benning

SECRETÁRIO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS
Pedro Eurico de Barros e Silva

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
Sérgio Luis de Carvalho Xavier

SECRETÁRIO DE MICRO E PEQUENA EMPRESA,
TRABALHO E QUALIFICAÇÃO
Alexandre José Marques Valença

SECRETÁRIA DA MULHER
Sílvia Maria Cordeiro

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
Márcio Stefanni Monteiro Moraes

SECRETÁRIO DE SAÚDE
José Iran Costa Júnior

SECRETÁRIO DE TRANSPORTES
Sebastião Ignácio de Oliveira Júnior

SECRETÁRIO DE TURISMO, ESPORTES E LAZER
Felipe Augusto Iryo Carreras

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Antônio César Caúla Reis

Cepe
COMPANHIA EDITORA DE
PERNAMBUCO
Consulte o nosso site:
www.cepe.com.br

DIRETOR PRESIDENTE
Luiz Ricardo Leite de Castro Leitão
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Bráulio Mendonça Menezes
DIRETOR DE PRODUÇÃO E EDIÇÃO
Edson Ricardo Teixeira de Melo

GERENTE DE PRODUÇÃO
DE CONTEÚDOS

TEXTO
Secretaria de Imprensa

EDIÇÃO
Fernando Buarque

DIAGRAMAÇÃO
Sílvia Matta

EDIÇÃO DE IMAGEM
Higor Vidal

PUBLICAÇÕES:

Coluna de 6,2 cmR\$ 129,46

Qualquer reclamação sobre matérias publicadas deverão ser efetuadas no prazo máximo de 10 dias.

COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO
CNPJ 10.921.252/0001-07 -
Insc. Est. 18.1.001.0022408-7
Rua Coelho Leite, 630 - Santo Amaro
Recife-PE - CEP 50.100-140
Telefone: (81) 3183-2700 (Risco Automático)
Fax: (81) 3183-2747 -
cepecom@cepe.com.br
Ovidio - Fone: 3183-2736
ovidio@cepe.com.br

Lei 16.054/17 (0824585)

SEI 17944.105074/2018-11 / pg. 9



LEI Nº 16.244, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, para adoção das condições estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014, e pela Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016; autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo junto ao BID, com garantia da União, destinados ao Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco; e altera a Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991, que dispõe sobre o processo administrativo tributário.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, relacionados com:

I - o prazo adicional de que trata o art. 1º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016;

II - o disposto nos arts. 3º e 5º da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016;

III - a modificação no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de que tratam os arts. 8º a 10 da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016; e

IV - a modificação no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de que tratam os arts. 8º e 9º da Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014.

Art. 2º Para celebração dos termos aditivos de que tratam os incisos I e II do art. 1º, o Estado de Pernambuco compromete-se a estabelecer limitação, aplicável nos dois exercícios subsequentes à celebração dos aditamentos, do crescimento anual das despesas primárias correntes, exceto transferências constitucionais a Municípios e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, à variação da inflação, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou por outro que venha a substituí-lo.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir, nos termos aditivos mencionados no *caput*, cláusula de que o não cumprimento da medida implicará em:

I - revogação do prazo adicional de que trata o art. 1º da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016;



II - revogação da redução de que trata o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016; e

III - a restituição de que trata o art. 4º, §2º, da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016.

Art. 3º Ficam mantidas as garantias originalmente convencionadas nos contratos de que trata o art. 1º.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com garantia da União, até o limite de US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados ao Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco, obedecidos os limites legais para contratação de operações de crédito no exercício e para o dispêndio anual com o pagamento da dívida fundada, compreendendo principal e acessórios.

Parágrafo único. O produto da operação de crédito de que trata o *caput* será aplicado em programas e ações contidas no Plano Plurianual-PPA e nas Leis Orçamentárias Anuais, em estrita observância à modalidade específica de financiamento exigida pelo BID.

Art. 5º A operação de crédito de que trata o art. 4º será garantida pela União.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contra garantia a garantia da União, à operação de crédito de que trata o art. 4º, em caráter irrevogável e irretratável, as receitas a que se refere o art. 157, e a alínea “a” do inciso I e o inciso II do art. 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 7º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere o art. 4º deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 8º A Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991, que dispõe sobre o processo administrativo-tributário, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º O processo administrativo-tributário inicia-se:

.....
III - por meio de Notificação de Débito ou de Notificação de Débito sem Penalidade, a ser emitidas, de ofício, pela autoridade fazendária competente, nas seguintes hipóteses:

.....
b) não recolhimento do ICMS declarado pelo contribuinte, inclusive aquele relativo à substituição tributária:

1. em documento de informação econômico-fiscal, nos termos da legislação tributária específica; (NR)
.....



§ 2º O contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência da Notificação de Débito ou da Notificação de Débito sem Penalidade, para efetuar ou iniciar o recolhimento do crédito tributário objeto da respectiva medida, observado o disposto no § 9º. (NR)

§ 8º Na hipótese da alínea “a” do inciso I do *caput*, quando o Auto de Infração lavrado por descumprimento de obrigação acessória e assinado por meio de chancela, nos termos do inciso III do § 7º do art. 28, a respectiva ciência do sujeito passivo ocorrerá: (AC)

I - mediante emissão da notificação do lançamento em conjunto com o recibo comprobatório da satisfação extemporânea da obrigação, no caso de infração por descumprimento do respectivo prazo;

II - no caso das demais infrações ou na impossibilidade da realização do disposto no inciso I, mediante a adoção das seguintes medidas, sucessivamente:

a) comunicação por meio do domicílio tributário eletrônico - DTe, nos termos do inciso I do art. 21-A;

b) comunicação postal, com contrafé por carta registrada e aviso de recebimento; e

c) publicação no Diário Oficial do Estado, na hipótese de não recebimento da comunicação postal, atestada pelo funcionário responsável pelos correios e telégrafos oficiais.

§ 9º O disposto no § 2º não se aplica na hipótese da alínea “b” do inciso III do *caput*, relativamente à parcela do crédito tributário correspondente ao valor do imposto declarado e não pago, que se considera constituído, e em mora, desde a data do seu vencimento previsto na legislação tributária. (AC)

Art. 4º

§ 5º Deferido o pedido de diligência ou de perícia, a autoridade julgadora administrativa, quando for necessário à instrução do processo, encaminhará os autos à respectiva unidade da Secretaria da Fazenda responsável:

III - pela gestão da antecipação tributária e dos sistemas tributários. (NR)

Art. 15.



§ 7º Não havendo impugnação no prazo legal, deverá o autuado efetuar ou iniciar o pagamento do crédito tributário no primeiro dia útil após o término do referido prazo. (NR)

Art. 19.

§ 6º Fica o Poder Executivo autorizado a adotar como domicílio fiscal eleito pelo sujeito passivo, para fim de comunicação de atos processuais, o endereço postal, eletrônico ou de fax, que ele tenha fornecido à Secretaria da Fazenda no ato do seu cadastramento, alteração cadastral ou baixa da respectiva inscrição, observadas, para este fim, as disposições previstas nos arts. 21-A a 21-C. (NR)

Art. 21-A. O uso de meio eletrônico na tramitação de processo administrativo-tributário, para a comunicação de atos e a transmissão de peças processuais, será admitido nos termos desta Lei, observando-se:

I - para fins de comunicação de atos processuais, deve ser utilizado o domicílio tributário eletrônico - DTe, efetivado por meio de endereço eletrônico sob o domínio de sistema da Secretaria da Fazenda, vinculado ao número do CNPJ ou do CPF do sujeito passivo; (NR)

V - fica facultado à Secretaria da Fazenda estabelecer, por meio de portaria, a obrigatoriedade de utilização do DTe, hipótese em que o credenciamento de que trata o inciso II poderá ser realizado de ofício ou dispensado, na forma que dispuser o referido ato normativo. (AC)

Art. 28.

§ 7º Nas hipóteses a seguir indicadas, a respectiva assinatura do chefe da unidade da Secretaria da Fazenda responsável pela emissão ou do funcionário fiscal designado para a lavratura da correspondente medida poderá ocorrer mediante chancela: (NR)

I - Notificação de Débito; (REN)

II - Notificação de Débito sem Penalidade; (REN)

III - Auto de Infração por descumprimento de obrigação acessória, mencionado no *caput* do § 8º do art. 2º; e (AC)

IV - Auto de Infração por não recolhimento do ICMS, em razão de glosa de incentivo ou benefício fiscal, nos termos do § 6º do art. 40. (AC)



Art. 40.
.....

§ 4º Não se aplica o disposto nos §§ 1º ao 3º, quando, ao apurar-se a infração cometida, ficar constatado: (NR)
.....

XIII - infração por descumprimento do prazo de entrega ou substituição de documento de informação econômico-fiscal, inclusive quando relativo ao arquivo eletrônico do Sistema de Escrituração Contábil e Fiscal - SEF e do Sistema Emissor de Documentos Fiscais - eDoc; ou (AC)

XIV - infração relativa ao não pagamento do ICMS antecipado, na hipótese de o respectivo valor ter sido calculado pela Secretaria da Fazenda em extrato de notas fiscais disponibilizado ao sujeito passivo. (AC)
.....

§ 6º Na hipótese de infração por falta de recolhimento do imposto, em razão de utilização indevida de incentivo ou benefício fiscal redutor do ICMS a recolher, quando a omissão puder ser identificada pela Secretaria da Fazenda pela simples constatação do indevido registro de valor redutor na escrita fiscal do sujeito passivo, ou em documento de informação econômico-fiscal, deve ser observado o seguinte: (AC)

I - o Auto de Infração será lavrado por meio da glosa do incentivo ou do benefício fiscal indevido, de forma automática, sem necessidade de designação prévia e individual de funcionário fiscal;

II - a assinatura do autuante poderá ser realizada nos termos do § 7º do art. 28;

III - a ciência do sujeito passivo ocorrerá conforme o disposto no inciso II do § 8º do art. 2º; e

IV - a lavratura da medida automática, nos termos do inciso I, não impedirá a Secretaria da Fazenda de iniciar ação fiscal específica para apurar outras infrações relativas ao mesmo período fiscal objeto da mencionada autuação.

Art. 41.
.....

§ 6º Na hipótese de constatação, pela Secretaria da Fazenda, de não localização do sujeito passivo, quando a ele houver sido dado, mediante publicação de edital, prazo específico para sanar irregularidade e esgotando-se o mencionado prazo sem que o saneamento ocorra, serão adotadas as seguintes providências relativamente aos processos referentes ao sujeito passivo, que estiverem em tramitação no TATE: (NR)



I - será publicado edital estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva publicação, para que o sujeito passivo regularize a sua situação; (NR)

II - esgotado o prazo previsto no inciso I sem que o sujeito passivo promova a respectiva regularização, os processos ali referidos serão encerrados, sem julgamento do feito; (NR)

Art. 48. O pedido de Restituição será instruído conforme os documentos previstos em portaria da Secretaria da Fazenda. (NR)

Art. 70. Publicada a decisão de que trata o art. 69, os processos administrativo-tributários de ofício julgados totalmente procedentes ou procedentes em parte serão encaminhados à repartição fazendária competente para cobrança e demais providências cabíveis. (NR)

Art. 77. O processo administrativo-tributário de ofício em que houver débito que não tenha sido objeto de reexame necessário, antes de seu encaminhamento ao TATE, será enviado à repartição fazendária competente para inscrição em dívida ativa da parcela não questionada, se o sujeito passivo não der início ao pagamento no prazo previsto em lei. (NR)

Art. 78.

§ 3º O processo administrativo-tributário de ofício decorrente do descumprimento de obrigações acessórias terá a correspondente penalidade regulamentar aplicada pelo respectivo dirigente das unidades da Secretaria da Fazenda mencionadas nos incisos I a III do § 5º do art. 4º, nos limites da respectiva competência, observado o seguinte: (NR)

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com exceção do art. 8º, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Art. 10. Ficam revogados o § 4º do art. 2º e o parágrafo único do art. 48 da Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 15 de dezembro do ano de 2017, 201º da Revolução Republicana Constitucionalista e 196º da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
NILTON DA MOTA SILVEIRA FILHO
ANTÔNIO CÉSAR CAÚLA REIS



ANO	CONTRAPARTIDA	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	JUROS, DEMAIS ENCARGOS E COMISSÕES	TOTAL DE REEMBOLSOS
2018	0	3.359.000,00	0	130.752,74	130.752,74
2019	2.812.000,00	10.913.600,00	0	380.067,54	380.067,54
2020	1.702.000,00	9.078.000,00	0	599.273,57	599.273,57
2021	1.554.000,00	7.165.400,00	0	774.891,95	774.891,95
2022	1.332.000,00	6.484.000,00	0	923.640,57	923.640,57
2023	0	0	925.000,00	994.118,05	1.919.118,05
2024	0	0	1.850.000,00	959.460,10	2.809.460,10
2025	0	0	1.850.000,00	907.098,68	2.757.098,68
2026	0	0	1.850.000,00	857.392,78	2.707.392,78
2027	0	0	1.850.000,00	807.686,88	2.657.686,88
2028	0	0	1.850.000,00	760.091,78	2.610.091,78
2029	0	0	1.850.000,00	708.275,07	2.558.275,07
2030	0	0	1.850.000,00	658.569,17	2.508.569,17
2031	0	0	1.850.000,00	608.863,26	2.458.863,26
2032	0	0	1.850.000,00	560.723,44	2.410.723,44
2033	0	0	1.850.000,00	509.451,46	2.359.451,46
2034	0	0	1.850.000,00	459.745,56	2.309.745,56
2035	0	0	1.850.000,00	410.039,65	2.260.039,65
2036	0	0	1.850.000,00	361.355,10	2.211.355,10
2037	0	0	1.850.000,00	310.627,85	2.160.627,85
2038	0	0	1.850.000,00	260.921,95	2.110.921,95
2039	0	0	1.850.000,00	211.216,05	2.061.216,05
2040	0	0	1.850.000,00	161.986,78	2.011.986,78
2041	0	0	1.850.000,00	111.804,23	1.961.804,23
2042	0	0	1.850.000,00	62.098,33	1.912.098,33
2043	0	0	925.000,00	12.392,43	937.392,43
Total:	7.400.000,00	37.000.000,00	37.000.000,00	13.502.544,97	50.502.544,97



ANO	CONTRAPARTIDA	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	JUROS, DEMAIS ENCARGOS E COMISSÕES	TOTAL DE REEMBOLSOS
2018	0	170.000.000,00	0	14.048.800,00	14.048.800,00
2019	0	51.000.000,00	24.785.046,73	18.931.543,60	43.716.590,33
2020	0	119.000.000,00	39.816.625,68	26.893.851,55	66.710.477,23
2021	0	0	39.816.625,68	23.221.344,71	63.037.970,39
2022	0	0	39.816.625,68	19.625.465,41	59.442.091,09
2023	0	0	39.816.625,68	16.029.586,14	55.846.211,82
2024	0	0	39.816.625,68	12.470.736,33	52.287.362,01
2025	0	0	39.816.625,68	8.837.827,58	48.654.453,26
2026	0	0	39.816.625,68	5.241.948,30	45.058.573,98
2027	0	0	36.498.573,51	1.646.069,02	38.144.642,53
Total:	0	340.000.000,00	340.000.000,00	146.947.172,64	486.947.172,64



ANO	CONTRAPARTIDA	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	JUROS, DEMAIS ENCARGOS E COMISSÕES	TOTAL DE REEMBOLSOS
2018	1.400.000,00	1.545.004,00	0	0	0
2019	2.400.000,00	2.970.749,00	49.810,46	49.810,46	99.620,92
2020	3.100.000,00	3.337.832,36	233.839,79	233.839,79	467.679,58
2021	3.200.000,00	3.847.000,66	325.606,20	325.606,20	651.212,40
2022	2.200.000,00	3.312.832,66	466.227,80	1.799.561,14	2.265.788,94
2023	2.200.000,00	3.277.832,66	544.286,34	1.877.619,68	2.421.906,02
2024	1.500.000,00	1.708.748,66	623.890,72	1.957.224,06	2.581.114,78
2025	0	0	638.406,47	1.971.739,81	2.610.146,28
2026	0	0	588.275,49	1.921.608,83	2.509.884,32
2027	0	0	538.757,00	1.872.090,34	2.410.847,34
2028	0	0	489.131,40	1.822.464,74	2.311.596,14
2029	0	0	430.576,77	1.763.910,11	2.194.486,88
2030	0	0	373.626,26	1.706.959,60	2.080.585,86
2031	0	0	319.842,63	1.653.175,97	1.973.018,60
2032	0	0	266.301,63	1.599.634,97	1.865.936,60
2033	0	0	210.692,70	1.544.026,04	1.754.718,74
2034	0	0	152.375,39	1.485.708,73	1.638.084,12
2035	0	0	95.544,13	1.428.877,47	1.524.421,60
2036	0	0	41.107,42	1.374.440,66	1.415.548,08
Total:	16.000.000,00	20.000.000,00	6.388.298,60	26.388.298,60	32.776.597,20



Memorando SEI nº 41/2018/GEAFI V/COREM/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: **[inserir o assunto em negrito]**.

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.103401/2018-09.

1. Considerando a definição do artigo 13, inciso III, da Portaria do Ministério da Fazenda - MF nº 501, de 23 de novembro de 2017, o único Estado com elevado risco de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal de que trata a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, seria o Estado de Minas Gerais, pois suas obrigações financeiras são maiores que as disponibilidades de caixa. No entanto, vale ressaltar que o Estado não faz distinção entre recursos vinculados e recursos não vinculados.

2. A informação fornecida é válida até a divulgação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e Relatórios de Gestão Fiscal do 2º semestre e 3º quadrimestre, respectivamente, de 2018. Caso aconteça alguma retificação das informações do exercício de 2017 antes de 30 de janeiro de 2019 é necessária nova análise.

Anexos:

I - Tabela de Requisitos do art. 3º da LC 159/17 (SEI nº 0785719).

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ

Coordenador da COREM



Documento assinado eletronicamente por **Itanielson Dantas Silveira Cruz**, **Coordenador(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais**, em 22/06/2018, às 19:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0785740** e o código CRC **08D8E440**.



09/04/2019

SEI/ME - 0754525 - Nota Técnica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Nota Técnica SEI nº 66/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Assunto: Operação de crédito externo com garantia da União entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 37.000.000,00. Recursos destinados ao financiamento do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – PROFISCO II - PE. Processo nº 17944.103347/2018-93.

1. Trata a presente Nota sobre a conclusão do processo de negociação das minutas contratuais relativas à operação contratual externa (com garantia da União) entre o Estado de Pernambuco – PE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 37.000.000,00, cujos recursos serão destinados ao financiamento do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – PROFISCO II - PE (no âmbito da linha de crédito CCLIP - PROFISCO II).

2. A citada negociação ocorreu e foi concluída no dia 08/06/2018, na sede brasileira do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Brasília. As condições financeiras da operação, constantes da minuta do contrato de empréstimo e demais documentos pertinentes (SEI 752594, SEI 752666 e SEI 752678) serão as seguintes:

- Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID;
- Valor da operação: US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares dos EUA);
- Modalidade: Investimento;
- Prazo de Carência: até 66 (sessenta e seis) meses;
- Prazo de Amortização: 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;
- Prazo de desembolso: 60 (sessenta) meses;
- Prazo total: 300 (trezentos) meses;
- Juros: Taxa Libor 3 meses + Spread variável (a ser definido pelo BID na data de assinatura do contrato), pagos semestralmente sobre os saldos devedores diários do Empréstimo;
- Demais encargos:
 - a. Comissão de Crédito: O mutuário deverá pagar uma comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, que em caso algum poderá exceder 0,75% ao ano.
 - b. Despesas de Inspeção e Supervisão: Exceto se o Banco estabelecer o contrário, de acordo com o disposto no Artigo 3.06 das Normas Gerais, o Mutuário não estará obrigado a cobrir os gastos do Banco a título de inspeção e supervisão gerais. Em nenhuma hipótese poderá ser cobrado do Mutuário a este título em qualquer semestre, mais de 1,00% do valor do Empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no Prazo Original de Desembolsos.

ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Página 83 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.



09/04/2019

SEI/ME - 0754525 - Nota Técnica

3. As minutas finais dos contratos de empréstimo e de garantia estão de acordo com as cláusulas usualmente aceitas pelo Ministério da Fazenda em contratos com organismos multilaterais de crédito.

4. Conforme Artigo 11.01 das Normas Gerais (SEI 752666, fl. 36), o BID poderá ceder a outras instituições públicas ou privadas, a título de participações, os direitos correspondentes às obrigações pecuniárias do Mutuário provenientes deste Contrato. O Banco notificará imediatamente ao Mutuário a respeito de cada cessão. O Banco poderá ainda ceder participações em relação a saldos desembolsados ou saldos que estejam pendentes de desembolso no momento de ser celebrado o acordo de participação. O BID poderá, também, com a anuência prévia do Mutuário e do Fiador, se houver, ceder, no todo ou em parte, o saldo não desembolsado do Empréstimo a outras instituições públicas ou privadas. Para tanto, a parte sujeita a cessão será denominada em termos de um número fixo de unidades da Moeda de Aprovação ou de unidades de Dólares. Igualmente, com a anuência prévia do Mutuário e do Fiador, se houver, o Banco poderá estabelecer, para essa parte sujeita a cessão, uma taxa de juros diferente da estabelecida no contrato da operação.

5. Não há menção explícita quanto à possibilidade de securitização da operação na minuta do Contrato de Empréstimo. A respeito desse assunto, cabe registrar que o Grupo Estratégico do Comitê de Garantias deliberou em sua 11ª Reunião Ordinária (SEI 751878) que:

“A possibilidade de securitização deve ser expressamente vedada (em contrato) apenas para operações que estão acima do custo de captação da República, não sendo necessário vedar securitização para operações com garantia da União que tenham custo efetivo abaixo do custo de captação da República, independentemente do tipo de mutuário, credor ou moeda do contrato. Esta deliberação substitui o encaminhamento do item 3 da ata da Reunião nº 4 do GE-CGR e demais deliberações que tratam do assunto.”

6. Dessa forma, caso a avaliação do custo efetivo da operação, a ser realizada durante a análise do pleito pela STN, apontar que o custo é superior ao de captação da República, deverá ser incluída na minuta contratual a vedação expressa à securitização.

CONCLUSÃO

7. Diante do exposto, tendo em vista que não houve análise dos limites e condições para concessão de garantia da União e contratação da operação, a referida análise deverá ser realizada, com posterior encaminhamento de Ofício ao ente da Federação, solicitando atualização da documentação necessária para dar prosseguimento à análise, nos termos das Resoluções do Senado Federal nº 43/2001 e nº 48/2007 e demais requisitos legais.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

Luis Fernando Nakachima

Auditor Federal de Finanças e Controle

Documento assinado eletronicamente

Daniel Maniezo Barboza

Gerente da GEPEX, substituto

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados Municípios.

Documento assinado eletronicamente

Marcelo Callegari Hoertel

Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios



09/04/2019

SEI/ME - 0754525 - Nota Técnica

Documento assinado eletronicamente

Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Nakachima, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 15/06/2018, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Maniezo Barboza, Gerente Substituto(a)**, em 15/06/2018, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 15/06/2018, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 15/06/2018, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0754525** e o código CRC **A7FAE66F**.

Referência: Processo nº 17944.103347/2018-93.

SEI nº 0754525



09/04/2019

SEI/ME - 0578723 - Nota Técnica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Nota Técnica SEI nº 39/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Assunto: Operação de crédito externo com garantia da União entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 37.000.000,00. Recursos destinados ao financiamento do Projeto de Aperfeiçoamento de Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco. Análise preliminar para fins de negociação dos contratos. Processo nº 17944.103347/2018-93 .

1. A presente Nota tem como propósito verificar o cumprimento, nos termos da Nota nº 52/2017/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 03 de julho de 2017 (SEI 0578493), dos requisitos mínimos necessários para pré-negociar e negociar as minutas contratuais relativas ao pleito do Estado de Pernambuco (PE) para contratar operação de crédito externo, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos são destinados ao Projeto de Aperfeiçoamento de Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco, com as seguintes características (SEI 0572193):

Valor da operação: US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares dos EUA);

Destinação dos recursos: Implantação do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco;

Juros: Taxa de Juros baseada na Libor trimestral, acrescida de margem variável determinada na data da assinatura do contrato.;

Demais encargos e comissões: Encargo de comissão de Inspeção e Supervisão de até 1% do valor do empréstimo dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolso. Comissão de Crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, que em caso algum poderá exceder 0,75% ao ano.

Atualização monetária: variação cambial;

Liberações: US\$ 3.359.000,00 em 2018, US\$ 10.913.600,00 em 2019, US\$ 9.078.000,00 em 2020, US\$ 7.165.400,00 em 2021 e US\$ 6.484.000,00 em 2022;

Prazo total: 300 (trezentos) meses;

Prazo de carência: 66 (sessenta e seis) meses;

Prazo de amortização: 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;

Lei autorizadora: 16.244, de 15/12/2017.

2. O Estado de Pernambuco - PE encaminhou por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM) os seguintes documentos que deverão ser encaminhados por meio eletrônico por esta STN à Secretaria de Assuntos

Página 86 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.



09/04/2019

SEI/ME - 0578723 - Nota Técnica

Internacionais – SEAIN/MP e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN: Lei autorizadora, Pareceres Técnico e Jurídico, Resolução da COFIEX nº 03/0129 e Certidão do Tribunal de Contas.

3. Conforme análise preliminar realizada por esta STN, por meio da Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 0578347), verificou-se o cumprimento dos requisitos de gastos mínimos com saúde e educação (art. 198 e 212 da CF/88) pelo ente pleiteante.

4. Ressalte-se que a verificação dos demais limites e condições necessários à contratação da operação de crédito e a concessão de garantia da União, nos termos da legislação vigente, será efetuada após a conclusão da negociação das minutas contratuais.

5. À vista do exposto, entendemos que podem ser autorizadas a pré-negociação e a negociação da presente operação. Dessa forma, sugere-se o encaminhamento do ofício em anexo à SEAIN/MP (SEI 0578791), informando a não objeção desta Secretaria para a realização das referidas reuniões.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente	Documento assinado eletronicamente
Luiz Fernando Fernández Costa	Helena Cristina Dill
Auditor Federal de Finanças e Controle	Gerente da GEPEX

De acordo. À Consideração do Sr. Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Documento assinado eletronicamente
Marcelo Callegari Hoertel
Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração da Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais.

Documento assinado eletronicamente
Renato da Motta Andrade Neto
Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo.

Documento assinado eletronicamente
Pricilla Maria Santana
Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando Fernández Costa, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 26/04/2018, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena Cristina Dill, Gerente**, em 26/04/2018, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 27/04/2018, às 08:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Página 87 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=676764&infra_si... 2/3



09/04/2019

SEI/ME - 0578723 - Nota Técnica



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais Substituto(a)**, em 27/04/2018, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0578723** e o código CRC **FBA558A2**.

Referência: Processo nº 17944.103347/2018-93.

SEI nº 0578723



ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA SUJEITA ÀS MUDANÇAS QUE SURJAM DO PROCESSO DE REVISÃO E APROVAÇÃO PELO BANCO E NÃO CONSTITUI UMA PROMESSA DE CONTRATO.

MINUTA – 8 de junho de 2018

Resolução DE-___/___

**MINUTA DE
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº ___/OC-___**

entre o

ESTADO DE PERNAMBUCO

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – PROFISCO II - PE

(Data suposta de assinatura)

LEG/SGO/CSC/EZSHARE-620307903-25368



ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA SUJEITA ÀS MUDANÇAS QUE SURJAM DO PROCESSO DE REVISÃO E APROVAÇÃO PELO BANCO E NÃO CONSTITUI UMA PROMESSA DE CONTRATO.

**MINUTA DE
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO**

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Este contrato de empréstimo, doravante denominado “Contrato”, é celebrado entre ESTADO DE PERNAMBUCO, doravante denominado “Mutuário”, e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, doravante denominado, individualmente, “Banco” e, juntamente com o Mutuário, as “Partes”, no âmbito do Convênio de Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento (CCLIP) Nº BR-X1039, assinado entre o Banco e a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL em ____ de ____ de ____.

As obrigações do Mutuário estabelecidas neste Contrato são garantidas pela REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, doravante denominada “Fiador”, nos termos do Contrato de Garantia Nº ____ /OC-__.

CAPÍTULO I

Objeto, Elementos Integrantes do Contrato e Definições Particulares

CLÁUSULA 1.01. Objeto do Contrato. O objeto deste Contrato é acordar os termos e condições em que o Banco concede um empréstimo ao Mutuário para contribuir ao financiamento e execução do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – PROFISCO II - PE, cujos aspectos principais acordam-se no Anexo Único.

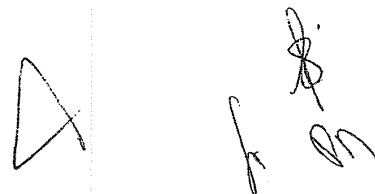
CLÁUSULA 1.02. Elementos Integrantes do Contrato. Este Contrato é integrado por estas Disposições Especiais, pelas Normas Gerais (datadas de Maio de 2016) e pelo Anexo Único, e sua interpretação estará sujeita às regras previstas no Artigo 1.02 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.03. Definições Específicas. Além dos termos definidos nas Normas Gerais, os seguintes termos, quando utilizados com letra maiúscula neste Contrato, terão o significado indicado a seguir. Qualquer referência ao singular se aplica ao plural e vice-versa.

(a) Para fins deste Contrato, as alíneas 10, 44 e 53 do Artigo 2.01 das Normas Gerais terão as definições contidas nesta Cláusula:

- “10. “Contrato” terá o significado atribuído no preâmbulo das Disposições Especiais deste Contrato.”
- “44. “Normas Gerais” significa o conjunto de artigos que compõem esta Segunda Parte do Contrato e refletem políticas do Banco aplicáveis uniformemente a seus contratos de empréstimo.”

____/OC-__



- 2 -

- “53. “Prática Proibida” significa as práticas que o Banco proíbe com relação às atividades que financia, nos termos descritos nas Políticas de Aquisições e nas Políticas de Consultores. Se o Banco estabelecer novas práticas proibidas ou modificar as existentes, estas serão consideradas Práticas Proibidas para os fins deste Contrato a partir do dia em que, tendo sido levadas ao conhecimento do Mutuário pelo Banco, o Mutuário aceite, por escrito, sua aplicação.”
- (b) “CCLIP” é uma Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento que consta do Documento GN-2246-1, aprovado pela Diretoria Executiva do Banco em 16 de julho de 2003 e reformulado pelo Documento GN 2246-9, de 2 de novembro de 2016.
- (c) “CCLIP-PROFISCO II” é a CCLIP para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil – PROFISCO II, aprovada pela Diretoria Executiva do BID por meio da Resolução DE-113/17, em 8 de dezembro de 2017, da qual o Empréstimo objeto deste Contrato constitui uma Operação Individual.

CAPÍTULO II

O Empréstimo

CLÁUSULA 2.01. Montante e Moeda de Aprovação do Empréstimo. Nos termos deste Contrato, o Banco se compromete a conceder ao Mutuário, e este aceita, um empréstimo no montante de até US\$37.000.000,00 (trinta e sete milhões de Dólares), doravante denominado “Empréstimo”.

CLÁUSULA 2.02. Solicitação de desembolsos e moeda dos desembolsos. (a) O Mutuário poderá solicitar ao Banco desembolsos do Empréstimo de acordo com o disposto no Capítulo IV das Normas Gerais.

(b) Todos os desembolsos serão denominados e efetuados em Dólares, salvo nos casos em que o Mutuário opte por um desembolso denominado em uma moeda distinta do Dólar de acordo com o disposto no Capítulo V das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.03. Disponibilidade de moeda. Se o Banco não tiver acesso à moeda solicitada pelo Mutuário, o Banco, de comum acordo com o Mutuário e com a anuência do Fiador, poderá efetuar o desembolso do Empréstimo em outra moeda de sua escolha.

CLÁUSULA 2.04. Prazo para desembolsos. O Prazo Original de Desembolsos será de 5 (cinco) anos contados a partir da data de entrada em vigor deste Contrato. Qualquer prorrogação do Prazo Original de Desembolsos deverá contar com a anuência do Fiador e estará sujeita ao previsto no Artigo 3.02(g) das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.05. Cronograma de Amortização. (a) A Data Final de Amortização é a data correspondente a 25 (vinte e cinco) anos contados a partir da data de assinatura do presente

_____/OC-____



- 3 -

Contrato [__ de maio/novembro de ____]¹. A VMP Original do Empréstimo é de 15,25 (quinze vírgula vinte e cinco) anos [____ (____) anos]².

(b) O Mutuário deverá amortizar o Empréstimo mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais. O Mutuário deverá pagar a primeira prestação de amortização no dia 15 de [maio/novembro] de 20__, e a última no dia 15 de [maio/novembro de 20__].³⁴

CLÁUSULA 2.06. Juros. (a) O Mutuário deverá pagar juros sobre os Saldos Devedores diários a uma taxa que será determinada em conformidade com o estipulado no Artigo 3.03 das Normas Gerais.⁵

(b) O Mutuário deverá pagar juros ao Banco semestralmente no dia 15 (quinze) dos meses de [maio] e [novembro] de cada ano. O primeiro desses pagamentos será realizado a partir da primeira dessas datas que ocorra após a entrada em vigor do Contrato, de acordo com o indicado no Artigo 3.01 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.07. Comissão de crédito. O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito nas datas estabelecidas na Cláusula 2.06(b) deste Contrato, de acordo com o disposto nos Artigos 3.01, 3.04, 3.05 e 3.07 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.08. Recursos para inspeção e vigilância. O Mutuário não estará obrigado a cobrir os gastos do Banco a título de inspeção e vigilância gerais, exceto se o Banco estabelecer o contrário de acordo com o disposto no Artigo 3.06 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.09. Conversão. O Mutuário poderá solicitar ao Banco uma Conversão de Moeda ou uma Conversão de Taxa de Juros em qualquer momento durante a vigência do Contrato, de acordo com o disposto no Capítulo V das Normas Gerais. As Partes acordam que todas as solicitações de Conversão de Moeda ou de Conversão de Taxa de Juros deverão contar com a anuência prévia do Fiador, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda.

(a) **Conversão de Moeda.** O Mutuário poderá solicitar que um desembolso ou a totalidade ou uma parte do Saldo Devedor sejam convertidos a uma Moeda Principal ou a uma

¹ Mutuário poderá escolher meses específicos para o pagamento de amortização e juros, se utilizará esta opção, deixando-se em branco a Data Final de Amortização, que será preenchida no momento da assinatura do Contrato. A Data Final de Amortização será de no máximo 25 anos, contados a partir da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

² O Mutuário poderá escolher meses específicos para o pagamento de amortização e juros, se usará esta opção, deixando-se em branco o valor da VMP. A VMP será recalculada no momento da assinatura do Contrato e não poderá ser maior que 15,25 anos.

³ Incluir uma data de até 25 (vinte e cinco) anos a partir da data de assinatura do Contrato.

⁴ A primeira parcela deverá ser paga no prazo de até 66 (sessenta e seis) meses, a contar da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

⁵ As prestações de amortização deverão sempre coincidir com uma data de pagamento de juros.

____/OC-____



- 4 -

Moeda Local, que o Banco possa intermediar eficientemente, com as devidas considerações operacionais e de gestão de risco. Entender-se-á que qualquer desembolso denominado em Moeda Local constituirá uma Conversão de Moeda, ainda que a Moeda de Aprovação seja tal Moeda Local.

(b) **Conversão de Taxa de Juros.** O Mutuário poderá solicitar, em relação à totalidade ou a uma parte do Saldo Devedor, que a Taxa de Juros Baseada na LIBOR seja convertida a uma taxa fixa de juros ou qualquer outra opção de Conversão de Taxa de Juros solicitada pelo Mutuário e aceita pelo Banco.

CAPÍTULO III

Desembolsos e Uso de Recursos do Empréstimo

CLÁUSULA 3.01. Condições especiais prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo está condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, as seguintes condições:

- (a) Que o Mutuário tenha constituído a Unidade Coordenadora do Projeto (UCP) e tenha designado seus membros, de acordo com o previsto no parágrafo 4.02 do Anexo Único;
- (b) Que o Mutuário tenha aderido ao Regulamento Operacional do Programa (ROP), previamente aprovado pelo Banco para todas as operações individuais de empréstimo dentro da CCLIP-PROFISCO II; e
- (c) Que o Mutuário tenha criado a Comissão Especial de Licitações (CEL) para a realização dos processos de aquisições e contratações do Projeto.

CLÁUSULA 3.02. Uso dos recursos do Empréstimo. Os recursos do Empréstimo somente poderão ser utilizados para pagar despesas que cumpram os seguintes requisitos: (i) que sejam necessárias para o Projeto e estejam em consonância com os objetivos do mesmo; (ii) que sejam efetuadas de acordo com as disposições deste Contrato e as políticas do Banco; (iii) que sejam adequadamente registradas e respaldadas nos sistemas do Mutuário ou do Órgão Executor; e (iv) que sejam efetuadas após _____ [data de aprovação da Proposta de Empréstimo] e antes do vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas prorrogações. Tais despesas serão doravante denominadas “Despesas Elegíveis”.

CLÁUSULA 3.03. Taxa de câmbio para justificar despesas realizadas em Moeda Local do país do Mutuário. Para efeitos do disposto no Artigo 4.10 das Normas Gerais, as Partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (b)(i) do referido Artigo. Para efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em Moeda Local a débito da Contrapartida Local ou do reembolso de despesas a débito do Empréstimo, a taxa de câmbio acordada será a taxa de câmbio de compra fixada pelo Banco Central do Brasil no dia anterior à data efetiva da apresentação da solicitação ao Banco.

_____/OC-____



- 5 -

CLÁUSULA 3.04. Suspensão de desembolsos. Para fins deste Contrato, o inciso (e) do Artigo 8.01 das Normas Gerais terá a seguinte redação:

“(e) Quando, a critério do Banco, o objetivo do Projeto ou o Empréstimo possam ser afetados desfavoravelmente ou a execução do Projeto possa se tornar improvável como consequência de: (i) qualquer restrição, modificação ou alteração da competência legal, das funções ou do patrimônio do Mutuário ou do Órgão Executor, conforme o caso; ou (ii) qualquer modificação ou emenda de qualquer condição cumprida antes da aprovação do Empréstimo pelo Banco, que tenha sido efetuada sem a anuência escrita do Banco. Nesses casos o Banco poderá requerer do Mutuário ou do Órgão Executor informações justificadas e pormenorizadas. Após receber dita informação ou decorrido um tempo razoável, a critério do Banco, sem que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha apresentado tais informações, o Banco poderá exercer seu direito a suspender os desembolsos.”

CAPÍTULO IV **Execução do Projeto**

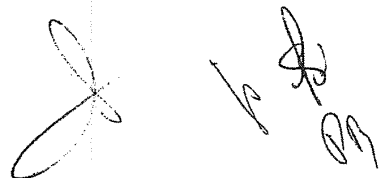
CLÁUSULA 4.01. Contrapartida Local. (a) Para os efeitos do estabelecido no Artigo 6.02 das Normas Gerais, estima-se o montante da Contrapartida Local em US\$7.400.000,00 (sete milhões e quatrocentos mil Dólares).

(b) O Banco poderá reconhecer, como parte dos recursos da Contrapartida Local, despesas que: (i) sejam necessárias para o Projeto e que estejam em consonância com os objetivos do mesmo; (ii) sejam efetuadas de acordo com as disposições deste Contrato e com as políticas do Banco; (iii) sejam adequadamente registradas e respaldadas nos sistemas do Mutuário ou do Órgão Executor; (iv) tenham sido efetuadas após _____ (data de aprovação da Proposta de Empréstimo) e antes do vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas prorrogações; e (v) em matéria de aquisições, sejam de qualidade satisfatória e compatível com o estabelecido no Projeto, entregues ou terminadas oportunamente e tenham um preço que não afete desfavoravelmente a viabilidade econômica e financeira do Projeto.

CLÁUSULA 4.02. Órgão Executor. O Mutuário, por intermédio de sua Secretaria da Fazenda (SEFAZ), será o Órgão Executor do Projeto.

CLÁUSULA 4.03. Contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(51) das Normas Gerais, as Partes fazem constar que as Políticas de Aquisições são as datadas de março de 2011, reunidas no documento GN 2349-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Aquisições forem modificadas pelo Banco, a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Aquisições modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação.

_____/OC-____



- 6 -

(b) Para a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e a aquisição de bens, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Aquisições, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva aquisição ou contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. Também poderá ser utilizado o sistema ou subsistema de país nos termos descritos no Artigo 6.04(b) das Normas Gerais.

(c) A concorrência pública internacional será utilizada para aquisições e contratações estimadas em valor superior a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de Dólares) para a contratação de obras e a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares) para a aquisição de bens e a contratação de serviços diferentes de consultoria. Caso o Banco aumente o limite que determina o uso da concorrência pública internacional conforme estabelecido pelo Banco na página www.iadb.org/procurement, o Mutuário poderá optar pela adoção do novo limite. Abaixo desse limite, o método de seleção será determinado de acordo com a complexidade e características da aquisição ou contratação, o qual deverá estar refletido no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

(d) No que se refere ao método de licitação pública nacional, os respectivos procedimentos de licitação pública nacional poderão ser utilizados desde que, a critério do Banco, tais procedimentos garantam economia, eficiência, transparência e compatibilidade geral com a Seção I das Políticas de Aquisições e levando em conta, entre outros, o disposto no parágrafo 3.4 de tais Políticas.

(e) No que se refere à utilização do método de licitação pública nacional, este poderá ser utilizado desde que as contratações ou aquisições sejam realizadas em conformidade com o documento ou documentos de licitação acordados entre o Mutuário e o Banco.

(f) O Mutuário se compromete a obter, antes da adjudicação do contrato correspondente a cada uma das obras do Projeto, a posse legal dos imóveis onde se construirá a respectiva obra, as servidões ou outros direitos necessários para sua construção.

CLÁUSULA 4.04. Seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(52) das Normas Gerais, as Partes fazem constar que as Políticas de Consultores são as datadas de março de 2011, reunidas no documento GN-2350-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Consultores forem modificadas pelo Banco, a seleção e contratação de serviços de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Consultores modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação.

(b) Para a seleção e contratação de serviços de consultoria, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Consultores, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. Também poderão ser utilizados os sistemas de país nos termos descritos no Artigo 6.04(b) das Normas Gerais.

_____/OC-____



- 7 -

(c) O limite que determina a composição da lista curta com consultores internacionais será de US\$ 1.000.000,00 (um milhão de Dólares). Abaixo desse limite, a lista curta poderá ser composta integralmente por consultores nacionais do país do Mutuário.

CLÁUSULA 4.05. Atualização do Plano de Aquisições. Para a atualização do Plano de Aquisições em conformidade com o disposto no Artigo 6.04(c) das Normas Gerais, o Mutuário deverá utilizar ou, conforme o caso, fazer com que o Órgão Executor utilize, o sistema de execução e acompanhamento de planos de aquisições que o Banco determine ou aprove.

CLÁUSULA 4.06. Regulamento Operacional do Programa (ROP). O Mutuário se compromete a executar o Projeto utilizando o ROP previamente aprovado pelo Banco para todas as operações individuais de empréstimo da CCLIP-PROFISCO II. Em caso de contradição ou inconsistência entre as disposições deste Contrato e as disposições do ROP, as disposições deste Contrato prevalecerão sobre tal documento.

CLÁUSULA 4.07. Condições especiais de execução. Antes de iniciar a execução de atividades cujos produtos sejam destinados à Procuradoria Geral do Estado (PGE), à Secretaria de Administração (SAD), à Secretaria da Controladoria Geral do Estado (SGCE), e à Junta Comercial de Pernambuco (JUCEPE), a SEFAZ deverá apresentar evidência de ter assinado um instrumento de cooperação com tais entes, a fim de estabelecer as responsabilidades dessas instituições na execução das atividades respectivas.

CLÁUSULA 4.08. Salvaguardas ambientais e sociais. Para fins deste Contrato, o inciso (b) do Artigo 6.06 das Normas Gerais terá a seguinte redação:

“(b) O Mutuário se compromete a informar imediatamente ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco a ocorrência de qualquer evento que coloque em risco o cumprimento dos compromissos ambientais e sociais estabelecidos nas Disposições Especiais.”

CAPÍTULO V

Supervisão e Avaliação do Projeto

CLÁUSULA 5.01. Supervisão da execução do Projeto. Para efeitos do disposto no Artigo 7.02 das Normas Gerais, os documentos que, até a data de assinatura deste Contrato, foram identificados como necessários para supervisionar o progresso na execução do Projeto são os seguintes:

(a) Plano Operacional Anual (POA). Durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, o Mutuário deverá apresentar ao Banco o POA. O primeiro POA deverá ser elaborado para os primeiros 12 (doze) meses, contados a partir da entrada em vigor deste Contrato. O segundo e seguintes POA deverão ser apresentados ao Banco até o dia 30 de novembro de cada ano, para sua utilização durante o ano calendário seguinte. Os POA devem ser atualizados segundo as necessidades de execução do Projeto e cada atualização deverá ser aprovada pelo Banco.

____/OC-____



- 8 -

(b) Relatório Semestral de Progresso. Durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, o Mutuário deverá apresentar ao Banco, com cópia para a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, os relatórios semestrais de progresso dentro do prazo de 60 (sessenta) dias seguintes ao término de cada Semestre.

CLÁUSULA 5.02. Supervisão da gestão financeira do Projeto. (a) Para efeitos do estabelecido no Artigo 7.03 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a apresentar ao Banco, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de cada um de seus exercícios fiscais, e durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, as demonstrações financeiras do Projeto, devidamente auditadas por uma empresa de auditoria independente aceitável ao Banco ou pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. O último desses relatórios será apresentado dentro dos 120 (cento e vinte) dias seguintes ao vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas extensões.

(b) Para efeitos do disposto no Artigo 7.03(a) das Normas Gerais, o exercício financeiro do Projeto é o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA 5.03. Avaliação de resultados. O Mutuário se compromete a apresentar ao Banco as seguintes avaliações para determinar o grau de cumprimento do objetivo do Projeto e seus resultados:

(a) **Avaliação intermediária:** Caso o Banco julgue necessário, deverá ser apresentada ao Banco dentro dos 90 (noventa) dias do cumprimento dos 36 (trinta e seis) meses contados da assinatura deste Contrato ou da data em que tenha sido desembolsado cinquenta por cento (50%) dos recursos do Empréstimo, o que ocorrer primeiro.

(b) **Avaliação final:** Deverá ser apresentada ao Banco dentro dos 90 (noventa) dias do encerramento do Prazo Original de Desembolsos ou suas extensões.

(c) As avaliações mencionadas nos incisos (a) e (b) desta Cláusula deverão respeitar o conteúdo previsto no Plano de Monitoramento e Avaliação aprovado pelo Banco para o Projeto.

CLÁUSULA 5.04. Planos e relatórios. Para fins deste Contrato, o inciso (d) do Artigo 7.02 das Normas Gerais terá a seguinte redação:

“(d) Informar e, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tomar conhecimento do início de qualquer processo, reclamação, demanda ou ação judicial, procedimento arbitral ou administrativo relacionado com o Projeto, bem como manter e, conforme o caso, a que o Órgão Executor mantenha o Banco informado sobre a situação dos mesmos.”

_____/OC-____



- 9 -

CAPÍTULO VI
Disposições Diversas

CLÁUSULA 6.01. Vigência do Contrato. Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura.

CLÁUSULA 6.02. Comunicações e Notificações. (a) Todos os avisos, solicitações, comunicações ou relatórios que as Partes devam realizar em virtude deste Contrato com relação à execução do Projeto, à exceção das notificações mencionadas no seguinte inciso (b), serão efetuados por escrito e se considerarão realizados no momento em que o documento correspondente for recebido pelo destinatário no respectivo endereço indicado a seguir, ou por meios eletrônicos nos termos e condições que o Banco estabeleça e informe ao Mutuário, a menos que as Partes acordem por escrito de outra forma.

Do Mutuário:

Endereço postal:

Edif. Sede da Secretaria da Fazenda, Rua do Imperador Dom Pedro II, s/n, 5º andar, Santo Antônio, Recife – PE.

CEP: 50010-240

Fax: +55(81)3183-6058

E-mail: e-mail:daniella.silva@sefaz.pe.gov.br; gabinete@sefaz.pe.gov.br

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Representação do Banco no Brasil
SEM Quadra 802 Cj. F Lote 39
CEP 70.800.400
Brasília, DF
Brasil

Fax: +55(61) 3317-3112

(b) Qualquer notificação que as Partes devam realizar em virtude deste Contrato sobre assuntos distintos daqueles relacionados com a execução do Projeto, incluindo as solicitações de desembolsos, deverá realizar-se por escrito e ser enviada por correio registrado, e-mail ou fax, dirigido a seu destinatário a qualquer dos endereços indicados a seguir, e será considerada

_____/OC-____



- 10 -

realizada no momento em que for recebida pelo destinatário no respectivo endereço, ou por meios eletrônicos nos termos e condições que o Banco estabeleça e informe o Mutuário, a menos que as Partes acordem por escrito outra forma de notificação.

Do Mutuário:

Endereço postal:

Edif. Sede da Secretaria da Fazenda, Rua do Imperador Dom Pedro II, s/n, 5º andar, Santo Antônio, Recife – PE.

Fax: +55(81)3183-6058

E-mail: e-mail:daniella.silva@sefaz.pe.gov.br; gabinete@sefaz.pe.gov.br

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
EUA

Fax: (202) 623-3096

(c) O Banco e o Mutuário comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas ao Projeto.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 8º andar
70040-906, Brasília, DF, Brasil

Fax: +55 (61) 2020-5006

CLÁUSULA 6.03. Cláusula Compromissória. Para a solução de toda controvérsia derivada ou relacionada ao presente Contrato e que não se resolva por acordo entre as Partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao procedimento e sentença do tribunal de arbitragem a que se refere o Capítulo XII das Normas Gerais.

CLÁUSULA 6.04. Práticas Proibidas. Para fins deste Contrato, o inciso (a) do Artigo 9.01 das Normas Gerais terá a seguinte redação:

“ARTIGO 9.01. Práticas Proibidas. (a) Além do estabelecido nos Artigos 8.01(g) e 8.02(c) destas Normas Gerais, se o Banco, em conformidade com seus procedimentos de sanções, determinar que uma firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes,

_____/OC-____

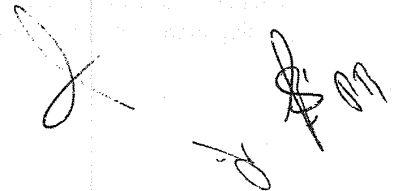


- 11 -

licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, intermediários financeiros ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) tenha cometido uma Prática Proibida com relação à execução do Projeto, poderá impor as sanções que julgar apropriadas, dadas as circunstâncias do caso, incluindo:

- (i) Negar-se a financiar os contratos para a aquisição de bens ou para a contratação de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria;
- (ii) Declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco quando houver evidência de que o representante do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor ou Órgão Contratante não tenha tomado as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, a adequada notificação ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;
- (iii) Emitir uma admoestação à firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática Proibida, com uma carta formal de censura por sua conduta;
- (iv) Declarar a firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática Proibida inelegível, de forma permanente ou temporária, para participar em atividades financiadas pelo Banco, seja diretamente como empreiteiro, fornecedor ou prestador, ou indiretamente, na qualidade de subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria; e
- (v) Impor multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e autuações realizadas com relação à Prática Proibida.”

_____/OC-____



- 12 -

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Mutuário e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, assinam este Contrato em 3 (três) vias de igual teor em _____ (*local de assinatura*), no dia acima indicado.

ESTADO DE PERNAMBUCO

BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO



[Nome e título do representante autorizado]

[Nome e título do representante autorizado]

_____/OC-____



LEG/SGO/CSC/EZSHARE-620307903-25371

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO**NORMAS GERAIS****Maio de 2016****CAPÍTULO I****Aplicação e Interpretação**

ARTIGO 1.01. **Aplicação das Normas Gerais.** Estas Normas Gerais são aplicáveis, de maneira uniforme, aos contratos de empréstimo para o financiamento de projetos de investimento com recursos do capital ordinário que o Banco celebre com seus países-membros ou com outros mutuários que, para os efeitos do respectivo contrato de empréstimo, contem com a garantia de um país-membro do Banco.

ARTIGO 1.02. **Interpretação.** (a) **Inconsistência.** Em caso de contradição ou inconsistência entre as estipulações das Disposições Especiais, qualquer anexo do Contrato e o(s) Contrato(s) de Garantia, se houver, e estas Normas Gerais, as estipulações daqueles prevalecerão sobre as estipulações destas Normas Gerais. Se a contradição ou inconsistência existir entre estipulações de um mesmo elemento deste Contrato ou entre as estipulações das Disposições Especiais, qualquer anexo do Contrato e o(s) Contrato(s) de Garantia, se houver, a disposição específica prevalecerá sobre a geral.

(b) **Títulos e Subtítulos.** Qualquer título ou subtítulo dos capítulos, artigos, cláusulas ou outras seções deste Contrato é incluído somente para fins de referência e não deve ser levado em conta na interpretação deste Contrato.

(c) **Prazos.** Salvo que o Contrato disponha em contrário, os prazos de dias, meses ou anos se entenderão como de dias corridos, meses ou anos civis.

CAPÍTULO II**Definições**

ARTIGO 2.01. **Definições.** Quando os seguintes termos forem utilizados com maiúscula neste Contrato ou no(s) Contrato(s) de Garantia, se houver, seu significado será o atribuído a seguir. Qualquer referência ao singular se aplica ao plural e vice-versa. Qualquer termo que figure em maiúsculas no item 63 deste Artigo 2.01 e que não esteja definido de alguma maneira nesse item terá o mesmo significado atribuído nas definições do ISDA de 2006, segundo a publicação da *International Swaps and Derivatives Association, Inc.* (Associação Internacional de Operações de Swap e Derivativos), em suas versões modificadas e complementadas, as quais se incorporam a este Contrato por referência.

_____/OC-BR



- 2 -

1. “Adiantamento de Fundos” significa o montante de recursos adiantados pelo Banco ao Mutuário, a débito do Empréstimo, para fazer frente a Despesas Elegíveis do Projeto, de acordo com o disposto no Artigo 4.07 destas Normas Gerais.
2. “Agência de Contratações” significa a entidade com capacidade legal para firmar contratos e que, mediante acordo com o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor, assume, total ou parcialmente, a responsabilidade pela realização das aquisições de bens ou das contratações de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria do Projeto.
3. “Agente de Cálculo” significa o Banco, exceto quando este termo for utilizado na definição da Taxa de Juros LIBOR, caso em que terá o significado atribuído a tal termo nas Definições do ISDA de 2006, segundo a publicação da *International Swaps and Derivatives Association, Inc.* (Associação Internacional de Operações de Swap e Derivativos), em suas versões modificadas e complementadas. Todas as determinações efetuadas pelo Agente de Cálculo terão caráter final, conclusivo e obrigatório para as partes (salvo por erro manifesto) e, quando realizadas pelo Banco em sua qualidade de Agente de Cálculo, serão efetuadas mediante justificativa documentada, de boa-fé e de forma comercialmente razoável.
4. “Banco” terá o significado atribuído nas Disposições Especiais deste Contrato.
5. “Carta Notificação de Conversão” significa a notificação mediante a qual o Banco comunica ao Mutuário os termos e condições financeiros em que uma Conversão tenha sido efetuada de acordo com a Carta Solicitação de Conversão enviada pelo Mutuário.
6. “Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização” significa a notificação mediante a qual o Banco responde a uma Carta Solicitação de Modificação do Cronograma de Amortização.
7. “Carta Solicitação de Conversão” significa a notificação irrevogável mediante a qual o Mutuário solicita ao Banco uma Conversão, de acordo com o estabelecido no Artigo 5.01 destas Normas Gerais.
8. “Carta Solicitação de Modificação do Cronograma de Amortização” significa a notificação irrevogável mediante a qual o Mutuário solicita ao Banco uma modificação do Cronograma de Amortização.
9. “Contrapartida Local” significa os recursos adicionais aos financiados pelo Banco, que sejam necessários para a completa e ininterrupta execução do Projeto.
10. “Contrato” significa este contrato de empréstimo.
11. “Contrato de Garantia” significa, se houver, o contrato em virtude do qual se garante o cumprimento de todas ou algumas das obrigações contraídas pelo Mutuário neste Contrato, e no qual o Fiador assume outras obrigações que ficam a seu cargo

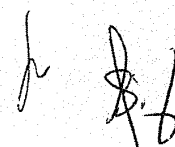
_____/OC-BR



- 3 -

12. “Contratos de Derivativos” significa qualquer contrato celebrado entre o Banco e o Mutuário ou entre o Banco e o Fiador para documentar e/ou confirmar uma ou mais operações de derivativos acordadas entre o Banco e o Mutuário ou entre o Banco e o Fiador e suas posteriores modificações. São parte integrante dos Contratos de Derivativos todos os seus anexos e demais acordos suplementares aos mesmos.
13. “Convenção para o Cálculo de Juros” significa a convenção para a contagem de dias utilizada para o cálculo do pagamento de juros, estabelecida na Carta Notificação de Conversão.
14. “Conversão” significa uma modificação dos termos de parte ou da totalidade do Empréstimo solicitada pelo Mutuário e aceita pelo Banco nos termos deste Contrato e que poderá ser: (i) uma Conversão de Moeda; ou (ii) uma Conversão de Taxa de Juros.
15. “Conversão de Moeda” significa, em relação a um desembolso, ou a à totalidade ou a uma parte do Saldo Devedor, a mudança da moeda de denominação para uma Moeda Local ou para uma Moeda Principal.
16. “Conversão de Moeda por Prazo Parcial” significa uma Conversão de Moeda por um Prazo de Conversão inferior ao prazo previsto no Cronograma de Amortização solicitado para tal Conversão de Moeda, de acordo com o disposto no Artigo 5.03 destas Normas Gerais.
17. “Conversão de Moeda por Prazo Total” significa uma Conversão de Moeda por um Prazo de Conversão igual ao prazo previsto no Cronograma de Amortização solicitado para tal Conversão de Moeda, de acordo com o disposto no Artigo 5.03 destas Normas Gerais.
18. “Conversão de Taxa de Juros” significa (i) a mudança do tipo de taxa de juros com relação à totalidade ou a uma parte do Saldo Devedor; ou (ii) o estabelecimento de um Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou de uma Faixa (*collar*) de Taxa de Juros com relação à totalidade ou a uma parte do Saldo Devedor; ou (iii) qualquer outra opção de cobertura (*hedging*) que afete a taxa de juros aplicável à totalidade ou a uma parte do Saldo Devedor.
19. “Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial” significa uma Conversão de Taxa de Juros por um Prazo de Conversão inferior ao prazo previsto no Cronograma de Amortização solicitado para tal Conversão de Taxa de Juros, de acordo com o disposto no Artigo 5.04 destas Normas Gerais.
20. “Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total” significa uma Conversão de Taxa de Juros por um Prazo de Conversão igual ao prazo previsto no Cronograma de Amortização solicitado para tal Conversão de Taxa de Juros, de acordo com o disposto no Artigo 5.04 destas Normas Gerais.

_____/OC-BR



- 4 -

21. “Cronograma de Amortização” significa o cronograma original estabelecido nas Disposições Especiais para o pagamento das prestações de amortização do Empréstimo ou o cronograma ou cronogramas que resultem das modificações acordadas entre as Partes, de acordo com o disposto no Artigo 3.02 destas Normas Gerais.
22. “Custo de Captação do Banco” significa uma margem de custo calculada trimestralmente relativa à Taxa de Juros LIBOR em Dólares a 3 (três) meses, com base na média ponderada do custo dos instrumentos de captação do Banco aplicáveis ao Mecanismo de Financiamento Flexível, expressada na forma de um percentual anual, conforme determine o Banco.
23. “Data de Avaliação de Pagamento” significa a data determinada com base em certo número de Dias Úteis bancários antes de qualquer data de pagamento de prestações de amortização ou juros, conforme especificado em uma Carta Notificação de Conversão.
24. “Data de Conversão” significa a Data de Conversão de Moeda ou a Data de Conversão de Taxa de Juros, conforme o caso.
25. “Data de Conversão de Moeda” significa, em relação a Conversões de Moeda para novos desembolsos, a data efetiva na qual o Banco efetue o desembolso e, para as Conversões de Moeda de Saldos Devedores, a data em que se redenomine a dívida. Essas datas serão estabelecidas na Carta Notificação da Conversão.
26. “Data de Conversão de Taxa de Juros” significa a data efetiva da Conversão de Taxa de Juros, a partir da qual se aplicará a nova taxa de juros. Essa data será estabelecida na Carta Notificação de Conversão.
27. “Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre” significa o dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano calendário. A Taxa de Juros Baseada na LIBOR, determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, será aplicada retroativamente aos primeiros 15 (quinze) dias do respectivo Trimestre e continuará sendo aplicada durante e até o último dia do Trimestre.
28. “Data Final de Amortização” significa a última data de amortização do Empréstimo, de acordo com o disposto nas Disposições Especiais.
29. “Despesa Elegível” terá o significado atribuído nas Disposições Especiais deste Contrato.
30. “Dia Útil” significa um dia em que os bancos comerciais e os mercados de câmbio efetuem liquidações de pagamentos e estejam abertos para negócios gerais (incluindo operações cambiais e de depósitos em moeda estrangeira) na cidade de Nova Iorque ou, no caso de uma Conversão, nas cidades indicadas na Carta Notificação de Conversão.
31. “Diretoria” significa a Diretoria Executiva do Banco.

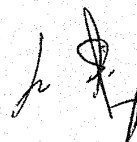
_____/OC-BR



- 5 -

32. “Disposições Especiais” significa o conjunto de cláusulas que compõem a primeira parte deste Contrato.
33. “Dólar” significa a moeda de curso forçado nos Estados Unidos da América.
34. “Empréstimo” terá o significado atribuído nas Disposições Especiais deste Contrato.
35. “Faixa (*collar*) de Taxa de Juros” significa o estabelecimento de um limite superior e um limite inferior para uma taxa variável de juros.
36. “Fiador” significa o país-membro do Banco ou entidade subnacional do mesmo, se houver, que assina o Contrato de Garantia com o Banco.
37. “Mecanismo de Financiamento Flexível” significa a plataforma financeira que o Banco utiliza para efetuar Empréstimos com garantia soberana a débito do capital ordinário do Banco.
38. “Moeda Convertida” significa qualquer Moeda Local ou Moeda Principal na qual se denomine a totalidade ou parte do Empréstimo depois da execução de uma Conversão de Moeda.
39. “Moeda de Aprovação” significa a moeda na qual o Banco aprove o Empréstimo, a qual pode ser Dólares ou qualquer Moeda Local.
40. “Moeda de Liquidação” significa a moeda utilizada no Empréstimo para liquidar pagamentos de principal e juros. No caso de moedas de livre convertibilidade (*fully deliverable*), a Moeda de Liquidação será a Moeda Convertida. No caso de moedas que não são de livre convertibilidade (*non-deliverable*), a Moeda de Liquidação será o Dólar.
41. “Moeda Local” significa qualquer moeda distinta do Dólar de curso forçado nos países da América Latina e do Caribe.
42. “Moeda Principal” significa qualquer moeda de curso forçado nos países-membros do Banco que não seja Dólar ou Moeda Local.
43. “Mutuário” terá o significado atribuído no preâmbulo das Disposições Especiais deste Contrato.
44. “Normas Gerais” significa o conjunto de artigos que compõem esta segunda parte do Contrato.
45. “Órgão Contratante” significa a entidade com capacidade legal para subscrever o contrato de aquisição de bens, contrato de obras, de consultoria e serviços diferentes de consultoria com o empreiteiro, fornecedor e a firma consultora ou o consultor individual, conforme o caso.

_____/OC-BR



- 6 -

46. “Órgão Executor” significa a entidade com personalidade jurídica responsável pela execução do Projeto e pela utilização dos recursos do Empréstimo. Quando existir mais de um Órgão Executor, os mesmos serão considerados coexecutores e serão denominados indistintamente “Órgãos Executores” ou “Órgãos Coexecutores”.
47. “Partes” terá o significado atribuído no preâmbulo das Disposições Especiais.
48. “Período de Encerramento” significa o prazo de até 90 (noventa) dias contados a partir do vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou suas prorrogações.
49. “Plano de Aquisições” significa uma ferramenta de programação e acompanhamento das aquisições e contratações do Projeto, nos termos descritos nas Disposições Especiais, Políticas de Aquisições e Políticas de Consultores.
50. “Plano Financeiro” significa uma ferramenta de planejamento e monitoramento dos fluxos de fundos do Projeto, que se articula com outras ferramentas de planejamento de projetos, incluindo o Plano de Aquisições.
51. “Políticas de Aquisições” significa as Políticas para a Aquisição de Bens e Obras Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento da aprovação do Empréstimo pelo Banco.
52. “Políticas de Consultores” significa as Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento da aprovação do Empréstimo pelo Banco.
53. “Prática Proibida” significa as práticas que o Banco proíbe com relação às atividades que financie, definidas pela Diretoria ou que se definam no futuro e se informem ao Mutuário, incluindo-se, entre outras, a prática coercitiva, a prática colusiva, a prática corrupta, a prática fraudulenta e a prática obstrutiva.
54. “Prazo de Conversão” significa, para qualquer Conversão, o período compreendido entre a Data de Conversão e o último dia do período de juros no qual a Conversão termina de acordo com seus termos. Não obstante, para os efeitos do último pagamento de principal e juros, o Prazo de Conversão termina no dia em que sejam pagos os juros correspondentes a tal período de juros.
55. “Prazo de Execução” significa o prazo em Dias Úteis durante o qual o Banco pode executar uma Conversão de acordo com o que seja determinado pelo Mutuário na Carta Solicitação de Conversão. O Prazo de Execução começa a contar a partir do dia em que a Carta Solicitação de Conversão for recebida pelo Banco.
56. “Prazo Original de Desembolsos” significa o prazo originalmente previsto para os desembolsos do Empréstimo, estabelecido nas Disposições Especiais.

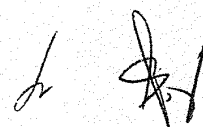
_____/OC-BR



- 7 -

57. “Projeto” ou “Programa” significa o projeto ou programa que se identifica nas Disposições Especiais e consiste no conjunto de atividades com objetivo de desenvolvimento a cujo financiamento contribuem os recursos do Empréstimo.
58. “Saldo Devedor” significa o montante devido ao Banco pelo Mutuário relativamente à parte desembolsada do Empréstimo.
59. “Semestre” significa os primeiros ou os segundos 6 (seis) meses de um ano calendário.
60. “Taxa Base de Juros” significa a taxa determinada pelo Banco no momento da execução de uma Conversão, em função: (i) da moeda solicitada pelo Mutuário; (ii) do tipo de taxa de juros solicitada pelo Mutuário; (iii) do Cronograma de Amortização; (iv) das condições de mercado vigentes; e (v) ou: (1) da Taxa de Juros LIBOR em Dólares a 3 (três) meses, *mais* uma margem que reflita o custo estimado de captação de recursos em Dólares do Banco existente no momento do desembolso ou da Conversão; ou (2) do custo efetivo de captação do financiamento do Banco utilizado como base para a Conversão; ou (3) com relação aos Saldos Devedores que tenham sido objeto de uma Conversão anterior, da taxa de juros aplicável a tais Saldos Devedores.
61. “Taxa de Câmbio de Avaliação” significa a quantidade de unidades de Moeda Convertida por um Dólar, aplicável a cada Data de Avaliação de Pagamento, de acordo com a fonte estabelecida na Carta Notificação de Conversão.
62. “Taxa de Juros Baseada na LIBOR” significa a Taxa de Juros LIBOR mais o Custo de Captação do Banco, determinada em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre.
63. “Taxa de Juros LIBOR” significa a “USD-LIBOR-ICE”, que é a taxa administrada pela *ICE Benchmark Administration* (ou qualquer outra entidade que a substitua na administração da mencionada taxa) aplicável a depósitos em Dólares a um prazo de 3 (três) meses que figura na página correspondente das páginas *Bloomberg Financial Markets Service* ou *Reuters Service*, ou, caso não disponíveis, na página correspondente de qualquer outro serviço selecionado pelo Banco em que figure tal taxa, às 11 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) dias de expediente bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre. Se essa Taxa de Juros LIBOR não constar da página correspondente, a Taxa de Juros LIBOR correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada como se as partes houvessem especificado “USD-LIBOR-Bancos de Referência” como a Taxa de Juros LIBOR aplicável. Para estes efeitos, “USD-LIBOR-Bancos de Referência” significa que a Taxa de Juros LIBOR correspondente a uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada em função das taxas às quais os Bancos de Referência estejam oferecendo os depósitos em Dólares aos bancos de primeira linha no mercado interbancário de Londres, aproximadamente às 11 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) dias de expediente bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, a um

_____/OC-BR



- 8 -

prazo de 3 (três) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um montante representativo. O Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco solicitará(rão) uma cotação da Taxa de Juros LIBOR ao escritório principal em Londres de cada um dos Bancos de Referência. Se for obtido um mínimo de 2 (duas) cotações, a Taxa de Juros LIBOR correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das cotações. Se forem obtidas menos de 2 (duas) cotações conforme solicitado, a Taxa de Juros LIBOR correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das taxas cotadas pelos principais bancos na cidade de Nova Iorque, escolhidos pelo Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco, aproximadamente às 11 horas da manhã, hora de Nova Iorque, aplicável a empréstimos em Dólares concedidos aos principais bancos europeus, com um prazo de 3 (três) meses, contados a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. Se o Banco obtiver a Taxa de Juros LIBOR de mais de um Agente de Cálculo, como resultado do procedimento descrito anteriormente, o Banco determinará, a seu exclusivo critério, a Taxa de Juros LIBOR aplicável numa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, com base nas taxas de juros proporcionadas pelos Agentes de Cálculo. Para os propósitos desta disposição, se a Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre não for um dia de expediente bancário na cidade de Nova Iorque, serão utilizadas as Taxas de Juros LIBOR cotadas no primeiro dia bancário em Nova Iorque imediatamente seguinte.

64. “Teto (*cap*) de Taxa de Juros” significa o estabelecimento de um limite superior para uma taxa variável de juros.
65. “Trimestre” significa cada um dos seguintes períodos de 3 (três) meses do ano calendário: o período que começa no dia 1º de janeiro e termina no dia 31 de março; o período que começa no dia 1º de abril e termina no dia 30 de junho; o período que começa no dia 1º de julho e termina no dia 30 de setembro; e o período que começa no dia 1º de outubro e termina no dia 31 de dezembro.
66. “VMP” significa vida média ponderada, seja a VMP Original ou a que resulte de uma modificação do Cronograma de Amortização, como resultado de uma Conversão ou não. Calcula-se a VMP em anos (utilizando-se duas casas decimais), com base no Cronograma de Amortização de todas as tranches, e define-se a mesma como a divisão entre (i) e (ii), sendo:
- (i) o somatório dos produtos de (A) e (B), definidos como:
 - (A) o montante de cada pagamento de amortização;
 - (B) a diferença no número de dias entre a data de pagamento de amortização e a data de assinatura deste Contrato, dividido por 365 dias;

e

_____/OC-BR



- 9 -

(ii) a soma dos pagamentos de amortização.

A fórmula a ser aplicada é a seguinte:

$$VMP = \frac{\sum_{j=1}^m \sum_{i=1}^n A_{i,j} \times \left(\frac{DP_{i,j} - DA}{365} \right)}{AT}$$

onde:

VMP é a vida média ponderada de todas as tranches do Empréstimo, expressa em anos.

m é o número total de tranches do Empréstimo.

n é o número total de pagamentos de amortização para cada tranche do Empréstimo.

A_{i,j} é o montante da amortização referente ao pagamento *i* da tranche *j*, calculado em Dólares ou, no caso de uma Conversão, no equivalente em Dólares, à taxa de câmbio determinada pelo Agente de Cálculo para a data de modificação do Cronograma de Amortização.

DP_{i,j} é a data de pagamento referente ao pagamento *i* da tranche *j*.

DA é a data de assinatura deste Contrato.

AT é a soma de todos os *A_{i,j}*, calculada em Dólares, ou, no caso de uma Conversão, no equivalente em Dólares, na data do cálculo, à taxa de câmbio determinada pelo Agente de Cálculo.

67. “VMP Original” significa a VMP do Empréstimo vigente na data de assinatura deste Contrato e estabelecida nas Disposições Especiais.

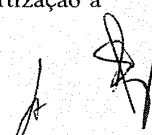
CAPÍTULO III

Amortização, juros, comissão de crédito, inspeção e vigilância e pagamentos antecipados

ARTIGO 3.01. Datas de pagamento de amortização, juros, comissão de crédito e outros custos. O Empréstimo deverá ser amortizado de acordo com o Cronograma de Amortização. Os juros e as prestações de amortização deverão ser pagos no dia 15 do mês, de acordo com o estabelecido nas Disposições Especiais, em uma Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização ou em uma Carta Notificação de Conversão, conforme seja o caso. As datas dos pagamentos de amortização, comissão de crédito e outros custos coincidirão sempre com uma data de pagamento de juros.

ARTIGO 3.02. Modificação do Cronograma de Amortização. (a) O Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, poderá solicitar a modificação do Cronograma de Amortização a

_____/OC-BR




- 10 -

qualquer momento a partir da data de entrada em vigor do Contrato e até 60 (sessenta) dias antes do vencimento do Prazo Original de Desembolsos. Também poderá solicitar a modificação do Cronograma de Amortização, por ocasião de uma Conversão de Moeda ou Conversão de Taxa de Juros, nos termos estabelecidos nos Artigos 5.03 e 5.04 destas Normas Gerais.

(b) Para solicitar uma modificação do Cronograma de Amortização, o Mutuário deverá apresentar ao Banco uma Carta Solicitação de Modificação do Cronograma de Amortização, que deverá: (i) indicar se a modificação do Cronograma de Amortização proposta se aplica a parte ou à totalidade do Empréstimo; e (ii) indicar o novo cronograma de pagamentos, que incluirá a primeira e última data de amortização, a frequência de pagamentos e o percentual que estes representam em relação à totalidade do Empréstimo ou à tranche do mesmo para a qual se solicita a modificação.

(c) A aceitação por parte do Banco das modificações do Cronograma de Amortização solicitadas estará sujeita às devidas considerações operacionais e de gestão de risco do Banco e ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- (i) que a última data de amortização e a VMP cumulativa de todos os Cronogramas de Amortização não ultrapassem a Data Final de Amortização nem a VMP Original;
- (ii) que a tranche do Empréstimo sujeita a um novo Cronograma de Amortização não seja inferior ao equivalente a US\$ 3.000.000,00 (três milhões de Dólares); e
- (iii) que a tranche do Empréstimo sujeita à modificação do Cronograma de Amortização não tenha sido objeto de modificação anterior, exceto se a nova modificação do Cronograma de Amortização for resultado de uma Conversão de Moeda.

(d) O Banco notificará ao Mutuário sua decisão por meio de uma Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização. Na hipótese de o Banco aceitar a solicitação do Mutuário, a Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização incluirá: (i) o novo Cronograma de Amortização correspondente ao Empréstimo ou tranche do mesmo; (ii) a VMP cumulativa do Empréstimo; e (iii) a data efetiva do novo Cronograma de Amortização.

(e) O Empréstimo não poderá ter mais que 4 (quatro) tranches denominadas em Moeda Principal com Cronogramas de Amortização distintos. As tranches do Empréstimo denominadas em Moeda Local poderão exceder tal número, sujeito às devidas considerações operacionais e de gestão de risco do Banco.

(f) Para que a todo momento a VMP do Empréstimo continue sendo igual ou menor que a VMP Original, em qualquer eventualidade em que a VMP do Empréstimo exceda a VMP Original, o Cronograma de Amortização terá de ser modificado. Para tais efeitos, o Banco informará ao Mutuário sobre essa eventualidade, solicitando que o Mutuário se pronuncie a respeito do novo cronograma de amortização, de acordo com o disposto neste Artigo. A menos

_____/OC-BR



- 11 -

que o Mutuário expressamente solicite o contrário, a modificação consistirá na antecipação da Data Final de Amortização com o correspondente ajuste nas prestações de amortização.

(g) Sem prejuízo do disposto no inciso (f) anterior, o Cronograma de Amortização deverá ser modificado nas hipóteses em que forem acordadas prorrogações do Prazo Original de Desembolsos que: (i) resultem na prorrogação de tal prazo até após o 60º (sexagésimo) dia antes do vencimento da primeira prestação de amortização do Empréstimo ou, conforme o caso, da tranche do Empréstimo; e (ii) sejam efetuados desembolsos durante tal prorrogação. A modificação consistirá em (i) antecipação da Data Final de Amortização ou, na hipótese de o Empréstimo ter diversas tranches, antecipação da Data Final de Amortização da tranche ou das tranches do Empréstimo cujos recursos forem desembolsados durante a prorrogação do Prazo Original de Desembolsos, exceto se o Mutuário solicitar expressamente, em vez disso, (ii) o aumento do montante da prestação de amortização posterior a cada desembolso do Empréstimo ou, conforme o caso, da tranche do Empréstimo que ocasione uma VMP maior que a VMP Original. Na segunda hipótese, o Banco determinará o montante correspondente a cada prestação de amortização.

ARTIGO 3.03. Juros. (a) **Juros sobre Saldos Devedores que não tenham sido objeto de Conversão.** Enquanto o Empréstimo não tenha sido objeto de Conversão alguma, o Mutuário pagará juros sobre os Saldos Devedores diários a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário. Neste caso, os juros incidirão a uma taxa anual para cada Trimestre determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre.

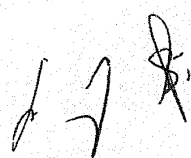
(b) **Juros sobre Saldos Devedores que tenham sido objeto de Conversão.** Caso os Saldos Devedores tenham sido objeto de uma Conversão, o Mutuário deverá pagar juros sobre os Saldos Devedores convertidos mediante tal conversão: (i) à Taxa Base de Juros que determine o Banco; *mais* (ii) a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do Banco.

(c) **Juros sobre Saldos Devedores sujeitos a um Teto (cap) de Taxa de Juros.** Caso tenha sido efetuada uma Conversão de Taxa de Juros para estabelecer um Teto (cap) de Taxa de Juros e a taxa de juros devida pelo Mutuário de acordo com o disposto neste Artigo exceda o Teto (cap) de Taxa de Juros em qualquer momento durante o Prazo de Conversão, a taxa máxima de juros aplicável durante tal Prazo de Conversão será equivalente ao Teto (cap) de Taxa de Juros.

(d) **Juros sobre Saldos Devedores sujeitos a uma Faixa (collar) de Taxa de Juros.** Caso tenha sido efetuada uma Conversão de Taxa de Juros para estabelecer uma Faixa (collar) de Taxa de Juros e a taxa de juros devida pelo Mutuário de acordo com o disposto neste Artigo exceda o limite superior ou esteja abaixo do limite inferior da Faixa (collar) de Taxa de Juros em qualquer momento durante o Prazo de Conversão, a taxa máxima ou mínima de juros aplicável durante tal Prazo de Conversão será, respectivamente, o limite superior ou o limite inferior da Faixa (collar) de Taxa de Juros.

(e) **Mudanças à base de cálculo de juros.** As Partes acordam que, não obstante qualquer mudança na prática do mercado que, a qualquer momento, afete a determinação da

_____/OC-BR



- 12 -

Taxa de Juros LIBOR, os pagamentos pelo Mutuário deverão permanecer vinculados à captação do Banco. Para os efeitos de obter e manter tal vinculação em tais circunstâncias, as Partes acordam expressamente que o Agente de Cálculo, buscando refletir a captação correspondente do Banco, deverá determinar: (i) a ocorrência de tais mudanças; e (ii) a taxa base alternativa aplicável para determinar o montante apropriado a ser pago pelo Mutuário. O Agente de Cálculo deverá notificar a taxa base alternativa aplicável ao Mutuário e ao Fiador, se houver, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. A taxa base alternativa será efetiva na data de vencimento de tal prazo de notificação.

ARTIGO 3.04. Comissão de crédito. (a) O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, como resultado de sua revisão de encargos financeiros para empréstimos do capital ordinário, que em caso algum poderá exceder 0,75% ao ano.

(b) A comissão de crédito começará a incidir a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do Contrato.

(c) A comissão de crédito deixará de incidir: (i) quando tenham sido efetuados todos os desembolsos; ou (ii) total ou parcialmente, conforme seja o caso, quando o Empréstimo tenha sido declarado total ou parcialmente sem efeito, conforme o disposto nos Artigos 4.02, 4.12, 4.13 ou 8.02 destas Normas Gerais.

ARTIGO 3.05. Cálculo dos juros e da comissão de crédito. Os juros e a comissão de crédito serão calculados com base no número exato de dias do período de juros correspondente.

ARTIGO 3.06. Recursos para inspeção e supervisão. O Mutuário não estará obrigado a cobrir as despesas do Banco a título de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante o Prazo Original de Desembolsos, como consequência de sua revisão periódica de encargos financeiros para empréstimos do capital ordinário, e notificar o Mutuário a respeito. Neste caso, o Mutuário deverá indicar ao Banco se pagará tal montante diretamente ou se o Banco deverá retirar e reter tal montante dos recursos do Empréstimo. Em nenhuma hipótese poderá ser cobrado do Mutuário a este título, em um determinado semestre, mais de 1% do montante do Empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no Prazo Original de Desembolsos.

ARTIGO 3.07. Moeda dos pagamentos de amortização, juros, comissões e quotas de inspeção e supervisão. Os pagamentos de amortização e juros serão efetuados em Dólares, exceto na hipótese de realização de uma Conversão de Moeda, em cujo caso, aplicar-se-á o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais. Os pagamentos de comissão de crédito e quotas de inspeção e supervisão deverão ser sempre efetuados na Moeda de Aprovação.

ARTIGO 3.08. Pagamentos antecipados. (a) **Pagamentos Antecipados de Saldos Devedores denominados em Dólares com Taxa de Juros Baseada na LIBOR.** O Mutuário poderá pagar antecipadamente a parte ou totalidade de qualquer Saldo Devedor denominado em Dólares a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR em uma data de pagamento de juros, mediante apresentação ao Banco, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, de uma notificação por

_____/OC-BR



- 13 -

escrito de caráter irrevogável, com a anuência do Fiador, se houver. Tal pagamento será imputado de acordo com o estabelecido no Artigo 3.09 destas Normas Gerais. Caso o pagamento antecipado não cubra a totalidade do Saldo Devedor, o pagamento será imputado de forma proporcional às prestações de amortização pendentes de pagamento. Se o Empréstimo tiver tranches com Cronogramas de Amortização diferentes, o Mutuário deverá pagar antecipadamente a totalidade da tranche correspondente, salvo se o Banco acordar de forma diversa.

(b) **Pagamentos Antecipados de montantes que tenham sido objeto de Conversão.** Sempre que o Banco possa reverter sua captação de financiamento correspondente ou dar-lhe outro fim, o Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, poderá pagar antecipadamente em uma das datas de pagamento de juros estabelecidas no Cronograma de Amortização anexo à Carta Notificação de Conversão: (i) a parte ou totalidade do montante que tenha sido objeto de uma Conversão de Moeda; e/ou (ii) a parte ou totalidade do montante que tenha sido objeto de uma Conversão de Taxa de Juros. Para tanto, o Mutuário deverá apresentar ao Banco, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, uma notificação por escrito de caráter irrevogável. Em tal notificação, o Mutuário deverá especificar o montante que deseja pagar antecipadamente e as Conversões às quais se refere. Caso o pagamento antecipado não cubra a totalidade do Saldo Devedor referente a tal Conversão, este se aplicará de forma proporcional às prestações pendentes de pagamento de tal Conversão. O Mutuário não poderá efetuar pagamentos antecipados por um montante inferior ao equivalente a US\$ 3.000.000,00 (três milhões de Dólares), salvo nos casos em que o Saldo Devedor remanescente da Conversão correspondente seja menor e o Mutuário o pague em sua totalidade.

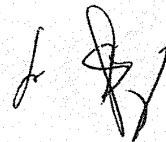
(c) Para os efeitos dos incisos (a) e (b) anteriores, os seguintes pagamentos serão considerados pagamentos antecipados: (i) a devolução de Adiantamento de Fundos não justificados; e (ii) os pagamentos devidos em virtude de a totalidade ou parte do Empréstimo ter sido declarada vencida e exigível de imediato, de acordo com o disposto no Artigo 8.02 destas Normas Gerais.

(d) Sem prejuízo do disposto no inciso (b) anterior, nos casos de pagamento antecipado, o Mutuário receberá do Banco ou, alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, qualquer ganho ou custo incorrido pelo Banco por reverter a correspondente captação do financiamento determinada pelo Agente de Cálculo ou dar-lhe outro fim. Em caso de ganho, o mesmo se imputará, em primeiro lugar, a qualquer montante vencido pendente de pagamento pelo Mutuário. Em caso de custo, o Mutuário pagará o montante correspondente de forma conjunta e na data do pagamento antecipado.

ARTIGO 3.09. Imputação dos pagamentos. Todo pagamento será imputado, em primeiro lugar, à devolução de Adiantamentos de Fundos que não tenham sido justificados depois de transcorrido o Período de Encerramento; em seguida, a comissões e juros exigíveis na data do pagamento; e, existindo saldo, à amortização de prestações vencidas de principal.

ARTIGO 3.10. Vencimentos em dias que não sejam Dias Úteis. Todo pagamento ou qualquer outra prestação que, em cumprimento deste Contrato, deva ser realizado em um dia que

_____/OC-BR



- 14 -

não seja Dia Útil, será considerado válido se realizado no primeiro Dia Útil subsequente, não sendo cabível, neste caso, a cobrança de qualquer acréscimo.

ARTIGO 3.11. Lugar de pagamento. Todo pagamento deverá ser efetuado na sede do Banco em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, salvo se o Banco designar outro lugar para tal efeito, mediante prévia notificação por escrito ao Mutuário.

CAPÍTULO IV

Desembolsos, renúncia e cancelamento automático

ARTIGO 4.01. Condições prévias ao primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo. Sem prejuízo de outras condições estabelecidas nas Disposições Especiais, o primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo está sujeito a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, as seguintes condições:

- (a) Que o Banco tenha recebido um ou mais pareceres jurídicos fundamentados que estabeleçam, com indicação das disposições constitucionais, legais e regulamentares pertinentes, que as obrigações contraídas pelo Mutuário neste Contrato e, se houver, pelo Fiador no Contrato de Garantia são válidas e exigíveis. Tais pareceres deverão referir-se, ademais, a qualquer consulta jurídica que o Banco considere pertinente formular.
- (b) Que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor, tenha designado um ou mais funcionários que possam representá-lo para os efeitos de solicitar os desembolsos do Empréstimo e em outros atos relacionados com a gestão financeira do Projeto e tenha feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Se forem designados dois ou mais funcionários, o Mutuário indicará se os mesmos poderão atuar separada ou conjuntamente.
- (c) Que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor, tenha fornecido ao Banco por escrito, através de seu representante autorizado para solicitar os desembolsos do Empréstimo, informação sobre a conta bancária na qual serão depositados todos os desembolsos do Empréstimo. Serão necessárias contas separadas para desembolsos em Moeda Local, Dólar e Moeda Principal. Tal informação não será necessária se o Banco aceitar que os recursos do Empréstimo sejam registrados na conta única da tesouraria do Mutuário.
- (d) Que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor tenha demonstrado ao Banco que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados para os propósitos indicados neste Contrato.

ARTIGO 4.02. Prazo para cumprir as condições prévias ao primeiro desembolso. Se, dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de entrada em vigor deste Contrato, ou de um prazo maior que as Partes acordem por escrito, não forem cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas no Artigo 4.01 destas Normas Gerais e outras

_____/OC-BR



- 15 -

condições prévias ao primeiro desembolso acordadas nas Disposições Especiais, o Banco poderá pôr termo a este Contrato de forma antecipada, mediante notificação ao Mutuário.

ARTIGO 4.03. Requisitos para qualquer desembolso. (a) Como requisito para qualquer desembolso e sem prejuízo das condições prévias ao primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo estabelecidas no Artigo 4.01 destas Normas Gerais e, se houver, nas Disposições Especiais, o Mutuário se compromete a apresentar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente ao Banco por escrito, seja fisicamente ou por meio eletrônico, na forma e nas condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso acompanhado dos documentos pertinentes e demais antecedentes que o Banco possa haver solicitado. A não ser que o Banco aceite o contrário, o último pedido de desembolso deverá ser entregue ao Banco, o mais tardar, 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou da prorrogação do mesmo.

(b) Salvo acordo das Partes em contrário, somente serão feitos desembolsos de montantes não inferiores ao equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil Dólares).

(c) Qualquer encargo, comissão ou despesa aplicada à conta bancária na qual se depositem os desembolsos de recursos do Empréstimo estará a cargo do Mutuário ou do Órgão Executor, conforme o caso, e será sua responsabilidade.

(d) Adicionalmente, o Fiador não poderá ter incorrido em um atraso de mais de 120 (cento e vinte) dias no pagamento dos montantes devidos ao Banco a título de qualquer empréstimo ou garantia.

ARTIGO 4.04. Rendas geradas na conta bancária para os desembolsos. As rendas geradas por recursos do Empréstimo, depositadas na conta bancária designada para receber os desembolsos, deverão ser destinadas ao pagamento de Despesas Elegíveis.

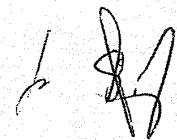
ARTIGO 4.05. Métodos para efetuar os desembolsos. Por solicitação do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor, o Banco poderá efetuar os desembolsos dos recursos do Empréstimo mediante: (a) reembolso de despesas; (b) Adiantamento de Fundos; (c) pagamentos diretos a terceiros; e (d) reembolso contra garantia de carta de crédito.

ARTIGO 4.06. Reembolso de despesas. (a) O Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de reembolso de despesas quando o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor houver realizado o pagamento das Despesas Elegíveis com recursos próprios.

(b) A menos que as Partes acordem o contrário, os pedidos de desembolso para reembolso de despesas deverão ser feitos prontamente à medida que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor incorra em tais despesas e, no mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao encerramento de cada Semestre.

ARTIGO 4.07. Adiantamento de Fundos. (a) O Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de Adiantamento de Fundos. O montante do

_____/OC-BR



- 16 -

Adiantamento de Fundos será fixado pelo Banco com base: (i) nas necessidades de liquidez do Projeto para atender previsões periódicas de Despesas Elegíveis durante um período de até 6 (seis) meses, a menos que o Plano Financeiro determine um período maior, o qual em nenhum caso poderá exceder 12 (doze) meses; e (ii) nos riscos associados à capacidade demonstrada do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor, para gerir e utilizar os recursos do Empréstimo.

(b) Cada Adiantamento de Fundos estará sujeito a que: (i) a solicitação do Adiantamento de Fundos seja apresentada de forma aceitável ao Banco; e (ii) com exceção do primeiro Adiantamento de Fundos, o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor tenha apresentado, e o Banco tenha aceitado, a justificativa do uso de, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do total dos saldos acumulados pendentes de justificativa a esse título, a menos que o Plano Financeiro determine uma porcentagem menor, que em nenhum caso poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento).

(c) O Banco poderá aumentar o montante do último Adiantamento de Fundos vigente concedido ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, uma só vez durante a vigência do Plano Financeiro e na medida em que sejam requeridos recursos adicionais para o pagamento de Despesas Elegíveis não previstas no mesmo.

(d) O Mutuário se compromete a apresentar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente a última solicitação de Adiantamento de Fundos, no mais tardar 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou suas prorrogações, sob o entendimento de que as justificativas correspondentes a tal Adiantamento de Fundos serão apresentadas ao Banco durante o Período de Encerramento. O Banco não desembolsará recursos após o vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou suas prorrogações.

(e) O montante de cada Adiantamento de Fundos ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, deve ser mantido pelo montante equivalente expresso na moeda do desembolso respectivo ou na Moeda de Aprovação. A justificativa de Despesas Elegíveis incorridas com os recursos de um Adiantamento de Fundos deve ser realizada pelo equivalente ao total do Adiantamento de Fundos expresso na moeda do desembolso respectivo ou na Moeda de Aprovação, utilizando a taxa de câmbio estabelecida no Contrato. O Banco poderá aceitar ajustes na justificativa do Adiantamento de Fundos a título de flutuações de taxa de câmbio, desde que estas não afetem a execução do Projeto.

ARTIGO 4.08. Pagamentos diretos a terceiros. (a) O Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá solicitar desembolsos sob o método de pagamentos diretos a terceiros, a fim de que o Banco pague diretamente a fornecedores ou empreiteiros por conta do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor.

(b) No caso de pagamentos diretos a terceiros, o Mutuário ou o Órgão Executor será responsável pelo pagamento do montante correspondente à diferença entre o montante do desembolso solicitado pelo Mutuário ou Órgão Executor e o montante recebido pelo terceiro, a título de flutuações cambiais, comissões e outros custos financeiros.

_____/OC-BR



- 17 -

ARTIGO 4.09. Reembolso contra garantia de carta de crédito. O Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de reembolso contra garantia de carta de crédito, para os efeitos de reembolsar bancos comerciais a título de pagamentos efetuados a empreiteiros ou fornecedores de bens e prestadores de serviços em virtude de uma carta de crédito emitida e/ou confirmada por um banco comercial e garantida pelo Banco. A carta de crédito deverá ser emitida e/ou confirmada de maneira satisfatória para o Banco. Os recursos comprometidos em virtude da carta de crédito e garantidos pelo Banco deverão ser destinados exclusivamente para os fins estabelecidos em tal carta de crédito, enquanto se encontrar vigente a garantia.

ARTIGO 4.10. Taxa de Câmbio. (a) O Mutuário se compromete a justificar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor justifique as despesas efetuadas a débito do Empréstimo ou da Contrapartida Local, expressando tais despesas na moeda de denominação do respectivo desembolso ou na Moeda de Aprovação.

(b) A fim de determinar a equivalência de uma Despesa Elegível efetuado em Moeda Local do país do Mutuário na moeda em que se realizem os desembolsos ou na Moeda de Aprovação, para os efeitos da prestação de contas e da justificativa de despesas, qualquer que seja a fonte de financiamento da Despesa Elegível, será utilizada uma das seguintes taxas de câmbio, conforme estabelecido nas Disposições Especiais:

- (i) A taxa de câmbio efetiva na data de conversão da Moeda de Aprovação ou moeda do desembolso na Moeda Local do país do Mutuário; ou
- (ii) A taxa de câmbio efetiva na data de pagamento da despesa na Moeda Local do país do Mutuário.

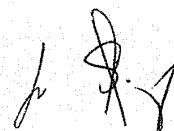
(c) Nos casos em que se selecione a taxa de câmbio estabelecida no inciso (b)(i) deste Artigo, para os efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em Moeda Local a débito da Contrapartida Local ou o reembolso de despesas a débito do Empréstimo, será utilizada a taxa de câmbio acordada com o Banco nas Disposições Especiais.

ARTIGO 4.11. Recibos. A pedido do Banco, o Mutuário deverá emitir e entregar ao Banco, ao final dos desembolsos, o recibo ou recibos que representem os montantes desembolsados.

ARTIGO 4.12. Renúncia a parte do Empréstimo. O Mutuário, com a concordância do Fiador, se houver, poderá, mediante notificação ao Banco, renunciar ao direito de utilizar qualquer parte do Empréstimo que não tenha sido desembolsada antes do recebimento da referida notificação, desde que não se trate de recursos do Empréstimo que se encontrem sujeitos à garantia de reembolso de uma carta de crédito irrevogável, segundo o previsto no Artigo 8.04 destas Normas Gerais.

ARTIGO 4.13 Cancelamento automático de parte do Empréstimo. Uma vez expirado o Prazo Original de Desembolsos e qualquer prorrogação do mesmo, a parte do Empréstimo que não tiver sido comprometida ou desembolsada ficará automaticamente cancelada.

_____/OC-BR



- 18 -

ARTIGO 4.14. Período de Encerramento. (a) O Mutuário se compromete a realizar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor realize as seguintes ações durante o Período de Encerramento: (i) finalizar os pagamentos pendentes a terceiros, se houver; (ii) conciliar seus registros e apresentar, de maneira satisfatória para o Banco, a documentação de suporte das despesas efetuadas a débito do Projeto e demais informações que o Banco solicite; e (iii) devolver ao Banco o saldo não justificado dos recursos desembolsados do Empréstimo.

(b) Não obstante o anterior, se o Contrato previr relatórios de auditoria financeira externa com recursos do Empréstimo, o Mutuário se compromete a reservar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor reserve, na forma acordada com o Banco, recursos suficientes para o pagamento dos mesmos. Neste caso, o Mutuário se compromete também a acordar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor acorde, com o Banco, a forma em que serão realizados os pagamentos correspondentes a tais auditorias. Caso o Banco não receba os mencionados relatórios de auditoria financeira externa dentro dos prazos estipulados neste Contrato, o Mutuário se compromete a devolver ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor devolva, ao Banco, os recursos reservados para tal fim, sem que isso implique uma renúncia do Banco ao exercício dos direitos previstos no Capítulo VIII deste Contrato.

CAPÍTULO V

Conversões

ARTIGO 5.01. Exercício da opção de Conversão. (a) O Mutuário poderá solicitar uma Conversão de Moeda ou uma Conversão de Taxa de Juros mediante a entrega ao Banco de uma Carta Solicitação de Conversão de caráter irrevogável, na forma e com conteúdo satisfatórios para o Banco, na qual os termos e condições financeiras solicitados pelo Mutuário para a respectiva Conversão deverão ser indicados. O Banco poderá fornecer ao Mutuário um modelo de Carta Solicitação de Conversão.

(b) A Carta Solicitação de Conversão deverá ser assinada por um representante devidamente autorizado do Mutuário, deverá ter a anuência do Fiador, se houver, e conterá, ao menos, a informação indicada a seguir:

- (i) **Para todas as Conversões:** (A) número do Empréstimo; (B) montante objeto da Conversão; (C) tipo de Conversão (Conversão de Moeda ou Conversão de Taxa de Juros); (D) número da conta na qual os fundos deverão ser depositados, caso seja aplicável; e (E) Convenção para o Cálculo de Juros.
- (ii) **Para Conversões de Moeda:** (A) moeda à qual o Mutuário solicita converter o Empréstimo; (B) Cronograma de Amortização associado a tal Conversão de Moeda, o qual poderá ter um prazo de amortização igual à ou menor que a Data Final de Amortização; (C) a parte do desembolso ou do Saldo Devedor à qual se aplicará a Conversão; (D) o tipo de juros aplicável aos montantes que serão objeto da Conversão de Moeda; (E) se a Conversão de Moeda será por Prazo Total ou Prazo Parcial; (F) a Moeda de Liquidação; (G) o Prazo de Execução; e (H)

_____/OC-BR



- 19 -

qualquer outra instrução relativa à solicitação de Conversão de Moeda. Na hipótese de a Carta Solicitação de Conversão ser apresentada em relação a um desembolso, a solicitação deverá indicar o montante do desembolso em unidades da Moeda de Aprovação, em unidades de Dólar ou em unidades da moeda à qual se deseja converter, exceto para o último desembolso, em cujo caso a solicitação terá que ser feita em unidades da Moeda de Aprovação. Nestes casos, se o Banco efetuar a Conversão, os desembolsos serão denominados em Moeda Convertida e serão feitos: (i) na Moeda Convertida; ou (ii) em um montante equivalente em Dólares à taxa de câmbio estabelecida na Carta Notificação de Conversão, a qual será a que o Banco determinar no momento da captação de seu financiamento. Na hipótese de a Carta Solicitação de Conversão se referir a Saldos Devedores, a solicitação deverá indicar o montante em unidades da moeda de denominação dos Saldos Devedores.

(iii) **Para Conversões de Taxa de Juros:** (A) o tipo de taxa de juros solicitada; (B) a parte do Saldo Devedor à qual a Conversão de Taxa de Juros será aplicada; (C) se a Conversão de Taxa de Juros será por Prazo Total ou por Prazo Parcial; (D) o Cronograma de Amortização associado a tal Conversão de Taxa de Juros, o qual poderá ter um prazo de amortização igual à ou menor que a Data Final de Amortização; e (E) para Conversões de Taxa de Juros para o estabelecimento de um Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou Faixa (*collar*) de Taxa de Juros, os limites superior e/ou inferior aplicáveis, conforme seja o caso; e (F) qualquer outra instrução relativa à solicitação de Conversão de Taxa de Juros.

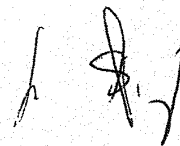
(c) Qualquer montante de principal devido e pagável entre o 15º (décimo-quinto) dia antes do início do Prazo de Execução e a Data de Conversão, inclusive, não poderá ser objeto de Conversão e deverá ser pago nos termos aplicáveis previamente à execução da Conversão.

(d) Uma vez que o Banco tenha recebido a Carta Solicitação de Conversão, este procederá a revisá-la. Se considerá-la aceitável, o Banco realizará a Conversão durante o Prazo de Execução, de acordo com o disposto neste Capítulo V. Uma vez que a Conversão tenha sido realizada, o Banco enviará ao Mutuário uma Carta Notificação de Conversão com os termos e condições financeiras da Conversão.

(e) Se o Banco determinar que a Carta Solicitação de Conversão não cumpre com os requisitos previstos neste Contrato, o Banco notificará o Mutuário a respeito, durante o Prazo de Execução. O Mutuário poderá apresentar uma nova Carta Solicitação de Conversão, em cujo caso o Prazo de Execução para tal Conversão começará a contar a partir do recebimento pelo Banco da nova Carta Solicitação de Conversão.

(f) Se, durante o Prazo de Execução, o Banco não conseguir efetuar a Conversão nos termos solicitados pelo Mutuário na Carta Solicitação de Conversão, tal carta será considerada nula e sem efeito, sem prejuízo de eventual apresentação pelo Mutuário de uma nova de Carta Solicitação de Conversão.

_____/OC-BR



- 20 -

(g) Se durante o Prazo de Execução ocorrer uma catástrofe nacional ou internacional, uma crise de natureza financeira ou econômica, uma mudança nos mercados de capitais ou qualquer outra circunstância extraordinária que possa afetar, na opinião do Banco, significativa e adversamente, sua capacidade para efetuar uma Conversão, o Banco notificará o Mutuário a respeito e acordará com este qualquer medida que tenha de ser tomada com respeito a tal Carta Solicitação de Conversão.

ARTIGO 5.02. Requisitos para toda Conversão. Qualquer Conversão estará sujeita aos seguintes requisitos:

(a) A viabilidade de o Banco realizar qualquer Conversão dependerá do poder do Banco de captar seu financiamento de acordo com suas próprias políticas e estará sujeita a considerações legais, operacionais e de gestão de risco e às condições prevalentes de mercado.

(b) O Banco não efetuará Conversões de montantes inferiores ao equivalente a US\$ 3.000.000 (três milhões de Dólares), exceto se: (i) no caso do último desembolso, o montante pendente de desembolso for menor; ou (ii) em caso de um Empréstimo completamente desembolsado, o Saldo Devedor de qualquer tranche do Empréstimo for menor.

(c) O número de Conversões de Moeda a Moeda Principal não poderá ser superior a 4 (quatro) durante a vigência deste Contrato. Este limite não será aplicável a Conversões de Moeda a Moeda Local.

(d) O número de Conversões de Taxa de Juros não poderá ser superior a 4 (quatro) durante a vigência deste Contrato.

(e) Qualquer modificação do Cronograma de Amortização solicitada pelo Mutuário no momento de solicitar uma Conversão de Moeda estará sujeita ao disposto nos Artigos 3.02(c) e 5.03(b) destas Normas Gerais. Qualquer modificação ao Cronograma de Amortização solicitada pelo Mutuário no momento de solicitar uma Conversão de Taxa de Juros estará sujeita ao previsto nos Artigos 3.02(c) e 5.04(b) destas Normas Gerais.

(f) O Cronograma de Amortização resultante de uma Conversão de Moeda ou de uma Conversão de Taxa de Juros, conforme determinado na Carta de Notificação de Conversão, não poderá ser modificado posteriormente durante o Prazo de Conversão, exceto se o Banco aceitar o contrário.

(g) Salvo se o Banco aceitar o contrário, uma Conversão de Taxa de Juros com respeito a montantes que previamente tenham sido objeto de uma Conversão de Moeda somente poderá ser efetuada: (i) com relação à totalidade do Saldo Devedor associado a tal Conversão de Moeda; e (ii) por um prazo igual ao prazo restante da respectiva Conversão de Moeda.

ARTIGO 5.03. Conversão de Moeda por Prazo Total ou Prazo Parcial. (a) O Mutuário poderá solicitar uma Conversão de Moeda por Prazo Total ou uma Conversão de Moeda por Prazo Parcial.

_____/OC-BR



- 21 -

(b) A Conversão de Moeda por Prazo Total e a Conversão de Moeda por Prazo Parcial poderão ser solicitadas e efetuadas até a Data Final de Amortização. Não obstante, se o Mutuário fizer a solicitação com menos de 60 (sessenta) dias de antecedência ao vencimento do Prazo Original de Desembolsos, tal Conversão de Moeda terá a limitação de que o Saldo Devedor sujeito ao novo Cronograma de Amortização solicitado não deverá, em momento algum, exceder o Saldo Devedor sujeito ao Cronograma de Amortização original, sendo observados os tipos de câmbio estabelecidos na Carta de Notificação de Conversão.

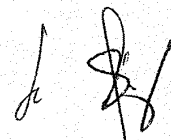
(c) No caso de uma Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Mutuário deverá incluir na Carta de Solicitação de Conversão: (i) o Cronograma de Amortização até o final do Prazo de Conversão; e (ii) o Cronograma de Amortização correspondente ao Saldo Devedor devido a partir do vencimento do Prazo de Conversão e até a Data Final de Amortização, o qual deverá corresponder aos termos e condições aplicáveis anteriormente à execução da Conversão de Moeda.

(d) Antes do vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, poderá solicitar ao Banco uma das seguintes opções:

- (i) A realização de uma nova Conversão de Moeda, mediante a prévia apresentação de uma nova Carta de Solicitação de Conversão dentro de um período não inferior a 15 (quinze) Dias Úteis antes da data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial. Esta nova Conversão de Moeda terá a limitação adicional de que o Saldo Devedor sujeito ao novo Cronograma de Amortização não poderá exceder, em momento algum, o Saldo Devedor sujeito ao Cronograma de Amortização solicitado na Conversão de Moeda por Prazo Parcial original. Se for viável, sujeito às condições de mercado, efetuar uma nova Conversão, o Saldo Devedor do montante originalmente convertido continuará a ser denominado na Moeda Convertida, aplicando-se a nova Taxa Base de Juros, que reflita as condições de mercado prevalentes no momento de execução da nova Conversão.
- (ii) O pagamento antecipado do Saldo Devedor do montante convertido, mediante solicitação por escrito ao Banco, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial. Este pagamento deverá ser realizado na data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial na Moeda de Liquidação, de acordo com o estabelecido no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

(e) Para os efeitos do previsto no inciso (d) deste Artigo 5.03, o Saldo Devedor originalmente sujeito a Conversão de Moeda será automaticamente convertido a Dólares no vencimento da respectiva Conversão de Moeda por Prazo Parcial e estará sujeito à Taxa de Juros prevista no Artigo 3.03(a) das Normas Gerais: (i) se o Banco não puder efetuar uma nova Conversão; ou (ii) se, 15 (quinze) dias antes da data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Banco não receber uma solicitação do Mutuário, nos termos previstos no inciso (d) deste Artigo 5.03; ou (iii) se, na data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Mutuário não tiver efetuado o pagamento antecipado que havia solicitado.

_____/OC-BR



- 22 -

(f) Na hipótese de o Saldo Devedor originalmente sujeito a Conversão de Moeda ser convertido a Dólares de acordo com o previsto no inciso (e) anterior, o Banco deverá informar ao Mutuário, e ao Fiador, se houver, no final do prazo da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, os montantes convertidos a Dólares, assim como a taxa de câmbio correspondente de acordo com as condições prevalentes do mercado, conforme seja determinado pelo Agente de Cálculo.

(g) O Saldo Devedor convertido a Dólares poderá ser objeto de uma nova solicitação de Conversão de Moeda, sujeito ao disposto neste Capítulo V.

(h) No vencimento de uma Conversão de Moeda por Prazo Total, o Mutuário deverá pagar integralmente o Saldo Devedor do montante convertido na Moeda de Liquidação, de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais, não podendo solicitar uma nova Conversão de Moeda.

(i) Dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data de cancelamento ou modificação de uma Conversão de Moeda, o Mutuário receberá do Banco ou, alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, os montantes relativos a qualquer ganho ou custo incorrido pelo Banco para reverter a captação de seu financiamento associada ao cancelamento ou modificação de tal Conversão de Moeda ou dar-lhe outro fim. Em caso de ganho, o mesmo será imputado, em primeiro lugar, a qualquer montante vencido pendente de pagamento ao Banco pelo Mutuário.

ARTIGO 5.04. Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total ou por Prazo Parcial.

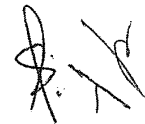
(a) O Mutuário poderá solicitar uma Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total ou uma Conversão de Taxa Juros por Prazo Parcial.

(b) A Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total e a Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial poderão ser solicitadas e efetuadas até a Data Final de Amortização. Não obstante, se o Mutuário fizer a solicitação com menos de 60 (sessenta) dias de antecedência ao vencimento do Prazo Original de Desembolsos, tal Conversão terá a limitação de que o Saldo Devedor sujeito ao novo Cronograma de Amortização solicitado não deverá, em momento algum, exceder o Saldo Devedor sujeito ao Cronograma de Amortização original.

(c) No caso de Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial sobre montantes denominados em Dólares, o Mutuário deverá incluir na Carta de Solicitação de Conversão: (i) o Cronograma de Amortização até o final do Prazo de Conversão; e (ii) o Cronograma de Amortização para o Saldo Devedor devido a partir do vencimento do Prazo de Conversão e até a Data Final de Amortização, o qual corresponderá aos termos e condições aplicáveis anteriormente à execução da Conversão de Taxa de Juros.

(d) No caso de Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial sobre montantes denominados em Dólares, a Taxa de Juros aplicável aos Saldos Devedores no vencimento de tal Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial será a estabelecida no Artigo 3.03(a) destas Normas Gerais. As Conversões de Taxa de Juros por Prazo Parcial sobre Saldos Devedores denominados em moeda distinta do Dólar estarão sujeitas ao requisito previsto no Artigo 5.02(g)

_____/OC-BR



- 23 -

e, portanto, terão o mesmo tratamento relativo ao vencimento do Prazo de Conversão das Conversões de Moeda por Prazo Parcial, previsto no Artigo 5.03(d) destas Normas Gerais.

(e) Dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de cancelamento ou modificação de uma Conversão da Taxa de Juros, o Mutuário receberá do Banco ou, alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, os montantes relativos a qualquer ganho ou custo incorrido pelo Banco para reverter a captação de seu financiamento associada ao cancelamento ou modificação de tal Conversão de Taxa de Juros ou dar-lhe outro fim. Em caso de ganho, o mesmo será imputado, em primeiro lugar, a qualquer montante vencido pendente de pagamento ao Banco pelo Mutuário.

ARTIGO 5.05. Pagamentos de prestações de amortização e juros em caso de Conversão de Moeda. De acordo com o disposto no Artigo 3.07 destas Normas Gerais, nos casos em que uma Conversão de Moeda tenha ocorrido, os pagamentos de prestações de amortização e juros dos montantes convertidos serão efetuados na Moeda de Liquidação. Se a Moeda de Liquidação for Dólares, aplicar-se-á a Taxa de Câmbio de Avaliação vigente na Data de Avaliação de Pagamento para a respectiva data de vencimento, de acordo com o estabelecido na Carta de Notificação de Conversão.

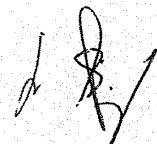
ARTIGO 5.06. Comissões de operação aplicáveis a Conversões. (a) As comissões de operação aplicáveis às Conversões efetuadas neste Contrato serão as que o Banco determine periodicamente. Cada Carta de Notificação de Conversão indicará, se for o caso, a comissão de operação que o Mutuário estará obrigado a pagar ao Banco em relação à execução da respectiva Conversão, a qual permanecerá vigente durante o Prazo de Conversão de tal Conversão.

(b) A comissão de operação aplicável a uma Conversão de Moeda: (i) será expressa em pontos básicos por ano; (ii) incidirá na Moeda Convertida a partir da Data de Conversão (inclusive) sobre o Saldo Devedor de tal Conversão de Moeda; e (iii) deverá ser paga junto com cada pagamento de juros de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

(c) A comissão de operação aplicável a uma Conversão da Taxa de Juros: (i) será expressa em pontos básicos por ano; (ii) incidirá na moeda de denominação do Saldo Devedor sujeito a tal Conversão da Taxa de Juros; (iii) incidirá a partir da Data de Conversão (inclusive) sobre o Saldo Devedor sujeito a tal Conversão da Taxa de Juros; e (iv) deverá ser paga junto com cada pagamento de juros de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

(d) Sem prejuízo das comissões de operação mencionadas nos incisos (b) e (c) anteriores, no caso de Conversões de Moeda ou Conversões de Taxa de Juros que contemplem Tetos (*caps*) de Taxa de Juros ou Faixas (*collar*) de Taxa de Juros, aplicar-se-á uma comissão de operação por tal Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou Faixa (*collar*) de Taxa de Juros, a qual: (i) será denominada na mesma moeda do Saldo Devedor sujeito ao Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou Faixa (*collar*) de Taxa de Juros; e (ii) será liquidada mediante um pagamento único na Moeda de Liquidação, na primeira data de pagamento de juros, de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

_____/OC-BR



- 24 -

(e) Em caso de término antecipado de uma Conversão, o Mutuário receberá do Banco ou, alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, qualquer ganho ou custo incorrido pelo Banco para reverter a correspondente Conversão, determinada pelo Agente de Cálculo. Em caso de ganho, o mesmo se imputará, em primeiro lugar, a qualquer montante vencido pendente de pagamento pelo Mutuário. Em caso de perda, o Mutuário pagará o montante correspondente de forma conjunta e na data do pagamento de juros seguinte.

ARTIGO 5.07. Despesas de captação e prêmios ou descontos associados a uma Conversão. (a) Se o Banco utilizar seu custo efetivo de captação de financiamento para determinar a Taxa Base de Juros, o Mutuário estará obrigado a pagar as comissões e outras despesas de captação em que o Banco tenha incorrido. Adicionalmente, quaisquer prêmios ou descontos referentes à captação de financiamento serão pagos ou recebidos pelo Mutuário, conforme for o caso. Essas despesas e prêmios ou descontos serão especificados na Carta de Notificação de Conversão.

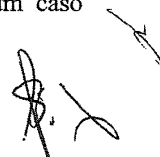
(b) Quando a Conversão for efetuada por ocasião de um desembolso, o montante a ser desembolsado ao Mutuário deverá ser ajustado para deduzir ou acrescentar qualquer montante devido pelo Mutuário ou a pagar ao mesmo em virtude do inciso (a) anterior.

(c) Quando a Conversão for efetuada a Saldos Devedores, o montante devido pelo Mutuário ou a pagar ao mesmo em virtude do inciso (a) anterior deverá ser pago pelo Mutuário ou pelo Banco, conforme for o caso, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à Data da Conversão.

ARTIGO 5.08. Prêmios a serem pagos por Tetos (caps) de Taxa de Juros ou Faixas (collar) de Taxa de Juros. (a) Além das comissões de operação a serem pagas nos termos do Artigo 5.06 destas Normas Gerais, o Mutuário deverá pagar ao Banco um prêmio sobre o Saldo Devedor sujeito ao Teto (cap) de Taxa de Juros ou à Faixa (collar) de Taxa de Juros solicitados pelo Mutuário, equivalente ao prêmio pago pelo Banco a uma contraparte, se houver, como resultado da compra do Teto (cap) de Taxa de Juros ou da Faixa (collar) de Taxa de Juros. O pagamento de tal prêmio deverá ser efetuado (i) na moeda de denominação do Saldo Devedor sujeito ao Teto (cap) de Taxa de Juros ou à Faixa (collar) de Taxa de Juros, ou no seu equivalente em Dólares, de acordo com o tipo de câmbio estabelecido na Carta de Notificação de Conversão, devendo ser aquela taxa de câmbio determinada no momento da captação do financiamento do Banco; e (ii) em um pagamento único numa data acordada entre as Partes, mas em nenhum caso após 30 (trinta) dias da Data de Conversão, a não ser que seja operacionalmente possível para o Banco, e este aceite um mecanismo de pagamento diferente.

(b) Se o Mutuário solicitar uma Faixa (collar) de Taxa de Juros, este poderá solicitar que o Banco estabeleça o limite inferior da Faixa (collar) de Taxa de Juros para garantir que o prêmio correspondente a tal limite inferior seja igual ao prêmio correspondente ao limite superior e desta forma estabelecer uma Faixa (collar) de Taxa de Juros sem custo (zero cost collar). Se o Mutuário optar por determinar os limites superior e inferior, o prêmio a ser pago pelo Mutuário ao Banco com respeito ao limite superior da Faixa (collar) de Taxa de Juros será compensado com o prêmio a ser pago pelo Banco ao Mutuário com respeito ao limite inferior da Faixa (collar) de Taxa de Juros. Não obstante, o prêmio a ser pago pelo Banco ao Mutuário com respeito ao limite inferior da Faixa (collar) de Taxa de Juros não poderá em nenhum caso

_____/OC-BR



- 25 -

exceder o prêmio a ser pago pelo Mutuário ao Banco com respeito ao limite superior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros. Consequentemente, durante o Prazo de Execução, o Banco poderá reduzir o limite inferior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros de modo que o prêmio sobre este não exceda o prêmio sobre o limite superior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros.

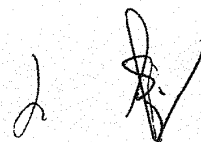
ARTIGO 5.09. Eventos de interrupção das cotações. As partes reconhecem que os pagamentos realizados pelo Mutuário, tanto de amortização como de juros, dos montantes que tenham sido objeto de uma Conversão devem, a todo tempo, estar vinculados à correspondente captação do financiamento do Banco em relação a pagamentos associados a tal Conversão. Assim, as Partes acordam que, não obstante a ocorrência de qualquer evento de interrupção que afete substancialmente os diversos tipos de câmbio, as taxas de juros e índice de ajuste de inflação utilizados neste Contrato, se houver, ou nas Cartas de Notificação de Conversão, os pagamentos do Mutuário continuarão vinculados a tal captação do financiamento do Banco. A fim de obter e manter essa vinculação em tais circunstâncias, as partes expressamente acordam que o Agente de Cálculo, atuando de boa-fé e de maneira comercialmente razoável, visando a refletir a correspondente captação do financiamento do Banco, determinará a aplicabilidade tanto: (a) de tais eventos de interrupção; como (b) da taxa ou do índice de substituição aplicável para determinar o montante apropriado a ser pago pelo Mutuário.

ARTIGO 5.10. Cancelamento e reversão da Conversão de Moeda. Se, após a data de assinatura do presente Contrato, for promulgada, emitida ou produzida uma mudança em uma lei, decreto ou outra norma legal aplicável, ou ocorrer uma mudança na interpretação de uma lei, decreto ou outra norma legal, vigente no momento da assinatura do presente Contrato, que, conforme o Banco razoavelmente o determine, impeça o Banco de continuar mantendo, total ou parcialmente, seu financiamento na Moeda Convertida pelo prazo restante e nos mesmos termos da Conversão de Moeda respectiva, o Mutuário, mediante prévia notificação por parte do Banco, terá a opção de redenominar a Dólares o Saldo Devedor objeto da Conversão de Moeda à taxa de câmbio aplicável nesse momento, conforme esta seja determinada pelo Agente de Cálculo. Tal Saldo Devedor ficará sujeito ao Cronograma de Amortização que tenha sido acordado para tal Conversão de Moeda e à Taxa de Juros prevista no Artigo 3.03(a) destas Normas Gerais. Caso contrário, o Mutuário poderá pagar antecipadamente ao Banco todos os montantes devidos na Moeda Convertida, em conformidade com o disposto no Artigo 3.08 destas Normas Gerais.

ARTIGO 5.11. Ganhos ou custos associados à redenominação a Dólares. Na hipótese de o Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, decidir redenominar o Saldo Devedor objeto de uma Conversão de Moeda a Dólares de acordo com o disposto no Artigo 5.10 anterior, o Mutuário receberá do Banco ou, conforme o caso, pagará ao Banco, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da redenominação, os montantes relativos a quaisquer ganhos ou custos determinados pelo Agente de Cálculo, até a data de redenominação a Dólares, associados a variações nas taxas de juros. Qualquer ganho associado a tal conversão a ser recebido pelo Mutuário será primeiramente imputado a qualquer montante vencido e pendente de pagamento ao Banco pelo Mutuário.

ARTIGO 5.12. Atraso no pagamento em caso de Conversão de Moeda. O atraso no pagamento dos montantes devidos ao Banco pelo Mutuário a título de principal, quaisquer encargos financeiros devidos por ocasião de uma Conversão e quaisquer prêmios a serem pagos

_____/OC-BR



- 26 -

ao Banco, em virtude do Artigo 5.08, em Moeda distinta do Dólar facultará ao Banco cobrar juros a uma taxa flutuante na Moeda Convertida determinada pelo Agente de Cálculo, *mais* uma margem de 100 pontos básicos (1%) sobre o total dos montantes em atraso, sem prejuízo da aplicação de encargos adicionais que assegurem um pleno repasse de custos na eventualidade de que tal margem não seja suficiente para que o Banco recupere os custos incorridos devido a tal atraso.

ARTIGO 5.13. Custos adicionais em caso de Conversões. Na hipótese de uma ação ou omissão do Mutuário ou do Fiador, se houver, incluindo: (a) falta de pagamento nas datas de vencimento de montantes de principal, juros e comissões relacionados a uma Conversão; (b) revogação ou mudança nos termos contidos em uma Carta de Solicitação de Conversão; (c) descumprimento de um pagamento antecipado, parcial ou total, do Saldo Devedor na Moeda Convertida, previamente solicitado pelo Mutuário por escrito, (d) uma mudança nas leis ou regulamentos que tenham um impacto na manutenção da totalidade ou de uma parte do Empréstimo, nos termos acordados de uma Conversão; ou (e) outras ações não descritas anteriormente, resultar para o Banco em custos adicionais aos descritos neste Contrato, o Mutuário deverá pagar ao Banco os respectivos montantes, determinados pelo Agente de Cálculo, que assegurem um pleno repasse dos custos incorridos.

CAPÍTULO VI

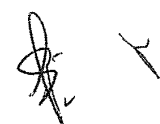
Execução do Projeto

ARTIGO 6.01. Sistemas de gestão financeira e controle interno. (a) O Mutuário se compromete a manter ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, mantenham controles internos destinados a assegurar razoavelmente que: (i) os recursos do Projeto sejam utilizados para os propósitos deste Contrato, com especial atenção aos princípios de economia e eficiência; (ii) os ativos do Projeto sejam adequadamente salvaguardados; (iii) as operações, decisões e atividades do Projeto sejam devidamente autorizadas e executadas de acordo com as disposições deste Contrato e de qualquer outro contrato relacionado com o Projeto; e (iv) as operações sejam apropriadamente documentadas e registradas de forma que possam ser produzidos relatórios e informes oportunos e confiáveis.

(b) O Mutuário se compromete a manter e a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, mantenham um sistema de gestão financeira aceitável e confiável que permita oportunamente, no que diz respeito aos recursos do Projeto: (i) o planejamento financeiro; (ii) o registro contábil, orçamentário e financeiro; (iii) a administração de contratos; (iv) a realização de pagamentos; e (v) a emissão de relatórios de auditoria financeira e de outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo, da Contrapartida Local e de outras fontes de financiamento do Projeto, se for o caso.

(c) O Mutuário se compromete a conservar e a que o Órgão Executor ou a Agência de Contratações, conforme o caso, conservem os documentos e registros originais do Projeto por um período mínimo de 3 (três) anos após o vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou qualquer de suas prorrogações. Esses documentos e registros deverão ser adequados para: (i) respaldar as atividades, decisões e operações relativas ao Projeto, inclusive todas as despesas

_____/OC-BR



- 27 -

incorridas; e (ii) evidenciar a correlação de despesas incorridas a débito do Empréstimo com o respectivo desembolso efetuado pelo Banco.

(d) O Mutuário se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, incluam, nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com recursos do Empréstimo por eles respectivamente celebrados, uma disposição que exija que os fornecedores e prestadores de serviços, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores, subempreiteiros ou concessionários contratados conservem os documentos e registros relacionados com atividades financiadas com recursos do Empréstimo por um período de 7 (sete) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato.

ARTIGO 6.02. Contrapartida Local. O Mutuário se compromete a contribuir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor contribua com a Contrapartida Local de maneira oportuna. Caso, na data de aprovação do Empréstimo pelo Banco, ficar determinada a necessidade de Contrapartida Local, o montante estimado de tal Contrapartida Local será o estabelecido nas Disposições Especiais. A estimativa ou a ausência de estimativa da Contrapartida Local não implica uma limitação ou redução da obrigação de aportar oportunamente todos os recursos adicionais que sejam necessários para a completa e ininterrupta execução do Projeto.

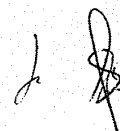
ARTIGO 6.03. Disposições gerais sobre a execução do Projeto. (a) O Mutuário se compromete a executar o Projeto ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor o execute, de acordo com os objetivos do mesmo, com a devida diligência, de forma econômica, financeira, administrativa e tecnicamente eficiente e de acordo com as disposições deste Contrato e com os planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos pertinentes ao Projeto que o Banco aprove. Da mesma forma, o Mutuário acorda que todas as obrigações que lhe cabem ou que, conforme o caso, cabem ao Órgão Executor deverão ser cumpridas à satisfação do Banco.

(b) Qualquer modificação substancial nos planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco aprove, assim como qualquer modificação substancial em contratos financiados com recursos do Empréstimo deverão contar com o consentimento prévio por escrito do Banco.

(c) Em caso de contradição ou inconsistência entre as disposições deste Contrato e qualquer plano, especificação, cronograma de investimentos, orçamento, regulamento ou outro documento pertinente ao Projeto que o Banco aprove, as disposições deste Contrato prevalecerão sobre tais documentos.

ARTIGO 6.04. Seleção e contratação de obras e serviços diferentes de consultoria, aquisição de bens e seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Sujeito ao disposto no inciso (b) deste Artigo, o Mutuário se compromete a realizar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, realizem a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria, assim como a aquisição de bens, de acordo com o estipulado nas Políticas de Aquisições e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco, e a seleção e

_____/OC-BR



- 28 -

contratação de serviços de consultoria, de acordo com o estipulado nas Políticas de Consultores e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. O Mutuário declara conhecer as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores e, conforme o caso, se compromete a levar tais Políticas ao conhecimento do Órgão Executor, da Agência de Contratações e da agência especializada.

(b) Quando o Banco tenha validado algum sistema ou subsistema do país-membro do Banco onde o Projeto será executado, o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá realizar as aquisições e contratações financiadas total ou parcialmente com recursos do Empréstimo utilizando tais sistemas ou subsistemas, de acordo com os termos da validação do Banco e a legislação e processos aplicáveis validados. Os termos dessa validação serão notificados por escrito pelo Banco ao Mutuário e ao Órgão Executor. O uso do sistema ou subsistema do país poderá ser suspenso pelo Banco quando, a critério deste, tenham ocorrido mudanças nos parâmetros ou práticas com base nos quais os mesmos tenham sido validados pelo Banco, e enquanto o Banco não tiver determinado se tais mudanças são compatíveis com as melhores práticas internacionais. Durante tal suspensão, aplicar-se-ão as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores do Banco. O Mutuário se compromete a comunicar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor comunique ao Banco qualquer mudança na legislação ou nos processos aplicáveis validados. O uso de sistema de país ou subsistema de país não dispensa a aplicação das disposições previstas na Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores, incluindo o requisito de que as aquisições e contratações correspondentes constem no Plano de Aquisições e se sujeitem às demais condições deste Contrato. As disposições da Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores se aplicarão a todos os contratos, independentemente de seu montante ou método de contratação. O Mutuário se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor inclua, nos documentos de licitação, nos contratos e nos instrumentos empregados nos sistemas eletrônicos ou de informação (em suporte físico ou eletrônico), disposições destinadas a assegurar a aplicação do estabelecido na Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores, inclusive as disposições de Práticas Proibidas.

(c) O Mutuário se compromete a atualizar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor mantenha atualizado o Plano de Aquisições e o atualize, pelo menos, anualmente ou com maior frequência, segundo as necessidades do Projeto. Cada versão atualizada do Plano de Aquisições deverá ser submetida à revisão e aprovação do Banco.

(d) O Banco realizará a revisão dos processos de seleção, contratação e aquisição, segundo o estabelecido no Plano de Aquisições. A qualquer momento durante a execução do Projeto, o Banco poderá modificar a modalidade de revisão de tais processos, informando previamente ao Mutuário ou ao Órgão Executor. As modificações aprovadas pelo Banco deverão ser refletidas no Plano de Aquisições.

ARTIGO 6.05. Utilização de bens. Salvo autorização expressa do Banco, os bens adquiridos com os recursos do Empréstimo deverão ser utilizados exclusivamente para os fins do Projeto.

ARTIGO 6.06. Salvaguardas ambientais e sociais. (a) O Mutuário se compromete a realizar a execução (preparação, construção e operação) das atividades compreendidas no Projeto

_____/OC-BR



- 29 -

ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor as realize, de forma coerente com as políticas ambientais e sociais do Banco, segundo as estipulações específicas sobre aspectos ambientais e sociais incluídas nas Disposições Especiais deste Contrato.

(b) O Mutuário se compromete a informar imediatamente ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco a ocorrência de qualquer descumprimento dos compromissos ambientais e sociais estabelecidos nas Disposições Especiais.

(c) O Mutuário se compromete a implementar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor implemente um plano de ação corretivo, acordado com o Banco, para mitigar, corrigir e compensar as consequências adversas que possam decorrer de descumprimentos na implementação dos compromissos ambientais e sociais estabelecidos nas Disposições Especiais.

(d) O Mutuário se compromete a permitir que o Banco, por si ou mediante a contratação de serviços de consultoria, realize atividades de supervisão, inclusive auditorias ambientais e sociais do Projeto, a fim de confirmar o cumprimento dos compromissos ambientais e sociais incluídos nas Disposições Especiais.

ARTIGO 6.07. Despesas inelegíveis para o Projeto. Caso o Banco determine que uma despesa efetuada não cumpre os requisitos para ser considerado como uma Despesa Elegível ou Contrapartida Local, o Mutuário se compromete a tomar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor tome as medidas necessárias para retificar a situação, segundo o requerido pelo Banco e sem prejuízo das demais medidas previstas que o Banco possa exercer em virtude deste Contrato.

CAPÍTULO VII

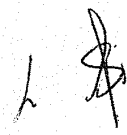
Supervisão e avaliação do Projeto

ARTIGO 7.01. Inspeções. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgue necessários para assegurar o desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Mutuário se compromete a permitir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, permitam que o Banco, seus investigadores, representantes, auditores ou peritos por ele contratados inspecionem a qualquer momento o Projeto, as instalações, os equipamentos e materiais correspondentes, bem como os sistemas, registros e documentos que o Banco considere pertinente conhecer. Além disso, o Mutuário se compromete a que seus representantes ou, conforme o caso, os representantes do Órgão Executor e da Agência de Contratações, se houver, prestem a mais ampla colaboração às pessoas que o Banco enviar ou designar para esses fins. Todos os custos relativos ao transporte, remuneração e demais despesas correspondentes a essas inspeções serão pagos pelo Banco.

(c) O Mutuário se compromete a fornecer ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, forneçam ao Banco a documentação relativa ao Projeto que o Banco solicite, na forma e tempo satisfatórios para o Banco. Sem prejuízo das medidas que o Banco possa tomar em virtude do presente Contrato, caso a documentação não

_____/OC-BR



- 30 -

esteja disponível, o Mutuário se compromete a apresentar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, apresentem ao Banco uma declaração na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) O Mutuário se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, incluam, nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos convênios relacionados com a execução do Empréstimo que o Mutuário, o Órgão Executor ou a Agência de Contratações celebrem, uma disposição que: (i) permita ao Banco, a seus investigadores, representantes, auditores ou peritos revisar contas, registros e outros documentos relacionados com a apresentação de propostas e com o cumprimento do contrato ou convênio; e (ii) estabeleça que tais contas, registros e documentos poderão ser submetidos ao exame de auditores designados pelo Banco.

ARTIGO 7.02. Planos e relatórios. Para permitir ao Banco a supervisão do progresso na execução do Projeto e o alcance de seus resultados, o Mutuário se compromete a:

- (a) Apresentar ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente, a informação, os planos, relatórios e outros documentos, na forma e com o conteúdo que o Banco razoavelmente solicite com base no progresso do Projeto e seu nível de risco;
- (b) Cumprir e, conforme o caso, a que o Órgão Executor cumpra as ações e compromissos estabelecidos em tais planos, relatórios e outros documentos acordados com o Banco;
- (c) Informar e, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco quando se identificarem riscos ou ocorrerem mudanças significativas que impliquem ou possam implicar demoras ou dificuldades na execução do Projeto;
- (d) Informar e, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início de qualquer processo, reclamação, demanda ou ação judicial, procedimento arbitral ou administrativo relacionado com o Projeto, bem como manter e, conforme o caso, a que o Órgão Executor mantenha o Banco informado sobre a situação dos mesmos.

ARTIGO 7.03. Relatórios de Auditoria Financeira Externa e outros relatórios financeiros. (a) Salvo se nas Disposições Especiais se dispuser em contrário, o Mutuário se compromete a apresentar ao Banco ou, conforme caso, a que o Órgão Executor apresente ao Banco os relatórios de auditoria financeira externa e outros relatórios identificados nas Disposições Especiais, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes ao encerramento de cada exercício financeiro do Projeto durante o Prazo Original de Desembolsos ou suas prorrogações, e dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes à data do último desembolso.

_____/OC-BR



- 31 -

(b) Adicionalmente, o Mutuário se compromete a apresentar ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente ao Banco outros relatórios financeiros, na forma, com o conteúdo e a frequência que o Banco razoavelmente solicite durante a execução do Projeto quando, a critério do Banco, a análise do nível de risco fiduciário, a complexidade e a natureza do Projeto o justifiquem.

(c) Qualquer auditoria externa requerida em virtude do estabelecido neste Artigo e nas estipulações correspondentes das Disposições Especiais deverá ser realizada por auditores externos previamente aceitos pelo Banco ou por uma entidade superior de fiscalização previamente aceita pelo Banco, em conformidade com padrões e princípios de auditoria aceitáveis ao Banco. O Mutuário autoriza e, conforme o caso, se compromete a que o Órgão Executor autorize a entidade superior de fiscalização ou os auditores externos a proporcionar ao Banco a informação adicional que este possa razoavelmente solicitar, com relação aos relatórios de auditoria financeira externa.

(d) O Mutuário se compromete a selecionar e contratar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor selecione e contrate os auditores externos mencionados no inciso (c) anterior, em conformidade com os procedimentos e os termos de referência previamente acordados com o Banco. O Mutuário também se compromete a fornecer ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor forneça ao Banco a informação relacionada com os auditores independentes contratados que este solicite.

(e) Caso qualquer auditoria externa requerida em virtude do estabelecido neste Artigo e nas estipulações correspondentes das Disposições Especiais seja responsabilidade de uma entidade superior de fiscalização e esta não possa efetuar seu trabalho de acordo com requisitos satisfatórios ao Banco ou dentro dos prazos, durante o período e com a frequência estipulados neste Contrato, o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, selecionará e contratará os serviços de auditores externos aceitáveis para o Banco, em conformidade com o disposto nos incisos (c) e (d) deste Artigo.

(f) Sem prejuízo do estabelecido nos incisos anteriores, o Banco, de forma excepcional, poderá selecionar e contratar os serviços de auditores externos para auditar os relatórios de auditoria financeira previstos no Contrato quando: (i) do resultado da análise de custo-benefício efetuada pelo Banco se determine que os benefícios de que o Banco realize tal contratação superem os custos; (ii) exista um acesso limitado aos serviços de auditoria externa no país; ou (iii) existam circunstâncias especiais que justifiquem que o Banco selecione e contrate tais serviços.

(g) O Banco se reserva o direito de solicitar ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, a realização de auditorias externas diferentes da financeira ou trabalhos referentes à auditoria de projetos, do Órgão Executor e de entidades relacionadas, do sistema de informação financeira e das contas bancárias do Projeto, entre outras. A natureza, frequência, alcance, oportunidade, metodologia, tipo de normas de auditoria aplicáveis, relatórios, procedimentos de seleção dos auditores e termos de referência para as auditorias serão estabelecidos de comum acordo entre as Partes.

_____/OC-BR



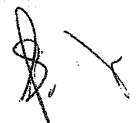
- 32 -

CAPÍTULO VIII**Suspensão de desembolsos, vencimento antecipado e cancelamentos parciais**

ARTIGO 8.01. **Suspensão de desembolsos.** O Banco, mediante notificação ao Mutuário, poderá suspender os desembolsos se ocorrer e enquanto subsistir qualquer das seguintes circunstâncias:

- (a) Mora no pagamento dos montantes devidos pelo Mutuário ao Banco a título de principal, comissões, juros, na devolução de recursos do Empréstimo utilizados para despesas não elegíveis ou a qualquer outro título, em razão deste Contrato ou de qualquer outro contrato celebrado entre o Banco e o Mutuário, inclusive outro Contrato de Empréstimo ou um Contrato de Derivativos.
- (b) Inadimplemento por parte do Fiador, se houver, de qualquer obrigação de pagamento estipulada no Contrato de Garantia, em qualquer outro contrato firmado entre o Fiador, como Fiador, e o Banco ou em qualquer Contrato de Derivativos firmado com o Banco.
- (c) Inadimplemento por parte do Mutuário, do Fiador, se houver, ou do Órgão Executor, conforme o caso, de qualquer outra obrigação estipulada em qualquer contrato firmado com o Banco para financiar o Projeto, inclusive este Contrato, o Contrato de Garantia ou qualquer Contrato de Derivativos firmado com o Banco, bem como, conforme o caso, o inadimplemento por parte do Mutuário ou do Órgão Executor de qualquer contrato firmado entre eles para a execução do Projeto.
- (d) Retirada ou suspensão, como membro do Banco, do país em que o Projeto deva ser executado.
- (e) Quando, a critério do Banco, o objetivo do Projeto ou o Empréstimo possam ser afetados desfavoravelmente ou a execução do Projeto possa se tornar improvável como consequência de: (i) qualquer restrição, modificação ou alteração da competência legal, das funções ou do patrimônio do Mutuário ou do Órgão Executor, conforme o caso; ou (ii) qualquer modificação ou emenda de qualquer condição cumprida antes da aprovação do Empréstimo pelo Banco, que tenha sido efetuada sem a anuência escrita do Banco.
- (f) Qualquer circunstância extraordinária que, a critério do Banco: (i) torne improvável que o Mutuário, o Órgão Executor ou o Fiador, conforme o caso, cumpra as obrigações estabelecidas neste Contrato ou as obrigações de fazer do Contrato de Garantia, respectivamente; ou (ii) impeça a consecução dos objetivos de desenvolvimento do Projeto.

_____/OC-BR



- 33 -

- (g) Quando o Banco determine que um funcionário, agente ou representante do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor ou da Agência de Contratações tenha cometido uma Prática Proibida com relação ao Projeto.

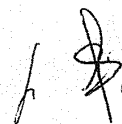
ARTIGO 8.02. Vencimento antecipado ou cancelamentos de montantes não desembolsados. O Banco, mediante notificação ao Mutuário, poderá declarar vencida e exigível, de imediato, uma parte ou a totalidade do Empréstimo, com os juros, comissões e quaisquer outros encargos devidos até a data do pagamento, e poderá cancelar a parte não desembolsada do Empréstimo, se:

- (a) alguma das circunstâncias previstas nos incisos (a), (b), (c) e (d) do Artigo anterior se prolongar por mais de 60 (sessenta) dias.
- (b) surgir e enquanto subsistir qualquer das circunstâncias previstas nos incisos (e) e (f) do Artigo anterior e o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, não apresente ao Banco esclarecimentos ou informações adicionais que o Banco considere necessárias.
- (c) o Banco, em conformidade com seus procedimentos de sanções, determinar que qualquer firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, intermediários financeiros ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) tenha cometido uma Prática Proibida com relação ao Projeto sem que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor ou a Agência de Contratações tenha tomado as medidas corretivas adequadas (inclusive a adequada notificação ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável.
- (d) o Banco, a qualquer momento, determinar que uma aquisição de bens ou uma contratação de obra ou de serviços diferentes de consultoria ou serviços de consultoria foi realizada sem seguir os procedimentos indicados neste Contrato. Neste caso, a declaração de cancelamento ou de vencimento antecipado corresponderá à parte do Empréstimo destinada a tal aquisição ou contratação.

ARTIGO 8.03. Disposições não atingidas. A aplicação das medidas estabelecidas neste Capítulo não atingirá as obrigações do Mutuário estipuladas neste Contrato, as quais continuarão em pleno vigor, salvo no caso de vencimento antecipado da totalidade do Empréstimo, em que somente permanecerão em vigor as obrigações pecuniárias do Mutuário.

ARTIGO 8.04. Desembolsos não atingidos. Não obstante o disposto nos Artigos 8.01 e 8.02 precedentes, nenhuma das medidas previstas neste Capítulo atingirá o desembolso por parte do Banco dos recursos do Empréstimo que: (a) se encontrem sujeitos à garantia de reembolso de uma carta de crédito irrevogável; (b) o Banco tenha se comprometido especificamente por

_____/OC-BR



- 34 -

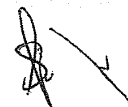
escrito, perante o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor ou a Agência de Contratações, a pagar Despesas Elegíveis diretamente ao respectivo fornecedor; e (c) sejam para pagar ao Banco, conforme as instruções do Mutuário.

CAPÍTULO IX **Práticas Proibidas**

ARTIGO 9.01. Práticas Proibidas. (a) Além do estabelecido nos Artigos 8.01(g) e 8.02(c) destas Normas Gerais, se o Banco, em conformidade com seus procedimentos de sanções, determinar que uma firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, intermediários financeiros ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) tenha cometido uma Prática Proibida com relação à execução do Projeto, poderá tomar as medidas contempladas nos procedimentos de sanções do Banco vigentes à data do presente Contrato ou nas modificações aos mesmos que o Banco aprovar periodicamente e levar ao conhecimento do Mutuário, entre outras:

- (i) Negar-se a financiar os contratos para a aquisição de bens ou para a contratação de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria;
- (ii) Declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco quando houver evidência de que o representante do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor ou Órgão Contratante não tenha tomado as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, a adequada notificação ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;
- (iii) Emitir uma admoestação à firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática Proibida, com uma carta formal de censura por sua conduta;
- (iv) Declarar a firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática Proibida inelegível, de forma permanente ou temporária, para participar em atividades financiadas pelo Banco, seja diretamente como empreiteiro, fornecedor ou prestador, ou indiretamente, na qualidade de subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria;
- (v) Impor multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e autuações realizadas com relação à Prática Proibida.

_____/OC-BR



- 35 -

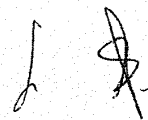
(b) O disposto no Artigo 8.01(g) e no Artigo 9.01(a)(i) se aplicará também a casos nos quais se tenha suspenso temporariamente a elegibilidade da Agência de Contratações, de qualquer firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) para participar de uma licitação ou outro processo de seleção para a adjudicação de novos contratos à espera de que se adote uma decisão definitiva com relação a uma investigação de uma Prática Proibida.

(c) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco em conformidade com as disposições referidas anteriormente será de caráter público, salvo nos casos de admoestação privada.

(d) Qualquer firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) poderão ser sancionados pelo Banco em conformidade com o disposto em acordos firmados entre o Banco e outras instituições financeiras internacionais com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões em matéria de inelegibilidade. Para os efeitos do disposto neste inciso (d), o termo “sanção” inclui toda inelegibilidade permanente ou temporária, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma instituição financeira internacional aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas.

(e) Quando o Mutuário adquira bens ou contrate obras ou serviços diferentes de consultoria diretamente de uma agência especializada ao amparo de um acordo entre o Mutuário e tal agência especializada, todas as disposições estipuladas neste Contrato relativas a sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos requerentes, licitantes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com tal agência especializada para a provisão de bens, obras ou serviços distintos dos serviços de consultoria em conexão com atividades financiadas pelo Banco. O Mutuário se compromete a adotar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor adote, caso seja requerido pelo Banco, recursos tais como a suspensão ou a rescisão do contrato correspondente. O Mutuário se compromete a incluir, nos contratos que firme com agências especializadas, disposições exigindo que estas conheçam a lista de firmas e indivíduos declarados temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco para participar de uma aquisição ou contratação financiada total ou parcialmente com recursos do Empréstimo. Caso uma agência especializada firme contrato ou ordem de compra com uma firma ou indivíduo declarado temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, na forma indicada neste Artigo, o Banco não financiará tais contratos ou despesas e tomará outras medidas que considere convenientes.

_____/OC-BR



- 36 -

CAPÍTULO X**Disposição sobre gravames e isenções**

ARTIGO 10.01. **Compromisso relativo a gravames.** O Mutuário se compromete a não constituir nenhum gravame específico parcial ou total sobre seus bens ou rendimentos como garantia de uma dívida externa sem constituir, simultaneamente, um gravame que garanta ao Banco, em condições de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações pecuniárias derivadas deste Contrato. Esta disposição não se aplicará: (a) aos gravames constituídos sobre bens, para assegurar o pagamento do saldo pendente de seu preço de aquisição; e (b) aos gravames constituídos em razão de operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos vencimentos não sejam superiores a um ano. Se o Mutuário for um país-membro do Banco, a expressão “bens ou rendimentos” refere-se a todo tipo de bens ou rendimentos pertencentes ao Mutuário ou a qualquer uma de suas dependências, que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

ARTIGO 10.02. **Isenção de impostos.** O Mutuário se compromete a pagar principal, juros, comissões, prêmios e qualquer outro encargo do Empréstimo, assim como qualquer outro pagamento por despesas ou custos que tenham sido originados no âmbito deste Contrato, sem qualquer dedução ou restrição, livres de todo imposto, taxa, direito ou encargo estabelecidos ou que possam ser estabelecidos pelas leis de seu país, e a responsabilizar-se por todo imposto, taxa ou direito aplicável à celebração, registro e execução deste Contrato.

CAPÍTULO XI**Disposições diversas**

ARTIGO 11.01. **Cessão de direitos.** (a) O Banco poderá ceder a outras instituições públicas ou privadas, a título de participações, os direitos correspondentes às obrigações pecuniárias do Mutuário provenientes deste Contrato. O Banco notificará imediatamente ao Mutuário a respeito de cada cessão.

(b) O Banco poderá ceder participações em relação a saldos desembolsados ou saldos que estejam pendentes de desembolso no momento de ser celebrado o acordo de participação.

(c) O Banco poderá, com a anuência prévia do Mutuário e do Fiador, se houver, ceder, no todo ou em parte, o saldo não desembolsado do Empréstimo a outras instituições públicas ou privadas. Para tanto, a parte sujeita a cessão será denominada em termos de um número fixo de unidades da Moeda de Aprovação ou de unidades de Dólares. Igualmente, com a anuência prévia do Mutuário e do Fiador, se houver, o Banco poderá estabelecer, para essa parte sujeita a cessão, uma taxa de juros diferente da estabelecida no presente Contrato.

ARTIGO 11.02. **Modificações e dispensas contratuais.** Qualquer modificação ou dispensa das disposições deste Contrato deverá ser acordada por escrito entre as Partes e contar com a anuência do Fiador, se houver e no que for aplicável.

_____/OC-BR



- 37 -

ARTIGO 11.03. Reserva de direitos. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, do exercício dos direitos acordados neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia a tais direitos, nem como uma aceitação tácita de fatos, ações ou circunstâncias que habilitariam tal exercício.

ARTIGO 11.04. Extinção. (a) O pagamento total do principal, juros, comissões, prêmios e outros encargos do Empréstimo, bem como das demais despesas e custos originados no âmbito deste Contrato, dará por concluído o Contrato e todas as obrigações dele derivadas, com exceção daquelas referidas no inciso (b) deste Artigo.

(b) As obrigações que o Mutuário contrair em virtude deste Contrato em matéria de Práticas Proibidas e outras obrigações relacionadas com as políticas operacionais do Banco permanecerão vigentes até que tais obrigações tenham sido cumpridas à satisfação do Banco.

ARTIGO 11.05. Validade. Os direitos e obrigações estabelecidos no Contrato são válidos e exigíveis, em conformidade com os termos nele acordados, sem relação com a legislação de um determinado país.

ARTIGO 11.06. Divulgação de informação. O Banco poderá divulgar este Contrato e qualquer informação relacionada ao mesmo de acordo com sua política de acesso à informação vigente no momento de tal divulgação.

CAPÍTULO XII

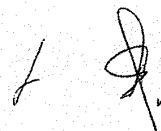
Arbitragem

ARTÍCULO 12.01. Composição do tribunal. (a) O tribunal arbitral será composto por três membros, que serão designados da seguinte forma: um pelo Banco; outro pelo Mutuário; e um terceiro (doravante denominado "Presidente") por acordo direto entre as Partes, ou por intermédio dos respectivos árbitros. O Presidente do tribunal terá voto duplo em caso de impasse em todas as decisões. Se as Partes ou os árbitros não chegarem a acordo com relação à pessoa do Presidente, ou se uma das Partes não puder designar árbitro, o Presidente será designado, a pedido de qualquer das Partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se uma das Partes não designar árbitro, este será designado pelo Presidente. Se um dos árbitros designados, ou o Presidente, não desejar ou não puder atuar, ou prosseguir atuando, proceder-se-á à sua substituição da mesma forma que para a designação original. O sucessor terá as mesmas funções que o antecessor.

(b) Em toda controvérsia, tanto o Mutuário como o Fiador serão considerados como uma só parte e, por conseguinte, deverão atuar conjuntamente tanto para a designação do árbitro como para os demais efeitos da arbitragem.

ARTIGO 12.02. Início do procedimento. Para submeter a controvérsia ao procedimento arbitral, a parte reclamante dirigirá à outra uma notificação, por escrito, expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que

_____/OC-BR



- 38 -

receber essa notificação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, notificar à parte contrária o nome da pessoa que designa como árbitro. Se, dentro do prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados desde a notificação de início do procedimento arbitral, as partes não houverem chegado a um acordo quanto à pessoa do Presidente, qualquer delas poderá recorrer ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos para que este proceda à designação.

ARTIGO 12.03. Constituição do tribunal. O tribunal arbitral será constituído em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Presidente designar e, uma vez constituído, funcionará nas datas fixadas pelo próprio tribunal.

ARTIGO 12.04. Procedimento. (a) O tribunal encontra-se especialmente habilitado para resolver todo assunto relacionado com sua competência e adotará seu próprio procedimento. Em todo caso, deverá conceder às Partes a oportunidade de fazer apresentações em audiência. Todas as decisões do tribunal serão tomadas por maioria de votos.

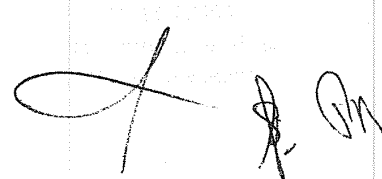
(b) O tribunal julgará com base nos termos do Contrato e pronunciará sua sentença, ainda que à revelia de uma das Partes.

(c) A sentença será exarada por escrito e deverá ser adotada pelo voto concorrente de pelo menos 2 (dois) membros do tribunal. A referida sentença deverá ser proferida dentro do prazo aproximado de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da nomeação do Presidente, a não ser que o tribunal decida prorrogar o aludido prazo, em virtude de circunstâncias especiais e imprevistas. A sentença será notificada às partes por meio de notificação subscrita, pelo menos, por 2 (dois) membros do tribunal, e deverá ser cumprida dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da notificação. A sentença terá efeito executório e será irrecorrível.

ARTIGO 12.05. Despesas. Com exceção dos honorários advocatícios e despesas de outros peritos, os quais serão custeados pelas partes que os tenham designado, os honorários de cada árbitro e as despesas da arbitragem serão custeados por ambas as partes em igual proporção. Qualquer dúvida relacionada com a divisão das despesas ou a forma de pagamento será resolvida pelo tribunal, mediante decisão irrecorrível.

ARTIGO 12.06. Notificações. Qualquer notificação relativa à arbitragem ou à sentença será feita segundo a forma prevista neste Contrato. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

_____/OC-BR



LEG/SGO/CSC/ EZSHARE-620307903-25370

ANEXO ÚNICO**O PROJETO****Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – PROFISCO II - PE****I. Objetivo**

- 1.01** O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da: (i) modernização da gestão fazendária; (ii) melhoria da administração tributária; e (iii) melhoria da gestão do gasto público.

II. Descrição

- 2.01** Para atingir o objetivo indicado no parágrafo 1.01, o Projeto financiará atividades dos seguintes componentes:

Componente I. Gestão fazendária e transparência fiscal

- 2.02** Este componente tem como objetivo melhorar os instrumentos de gestão, modernizar a infraestrutura tecnológica e aumentar a transparência do fisco com a sociedade, potencializando o desempenho institucional da SEFAZ, e financiará:

- (a) Implantação da gestão estratégica fazendária.** Por meio de: (i) implantação de sistema informatizado para planejamento e acompanhamento em tempo real das metas estratégicas e da execução dos projetos do SEFAZ, assim como o tratamento e a divulgação das informações geradas; e (ii) redesenho dos processos administrativos e financeiros da SEFAZ e melhoria de seus respectivos sistemas informatizados de apoio.
- (b) Implementação do modelo de gestão de funcionários por competências.** Por meio de: (i) elaboração de metodologia para avaliação e dimensionamento dos recursos humanos, contemplando o regime de contratação e capacitação por competência, apoiado por um sistema informatizado específico; e (ii) elaboração de plano de desenvolvimento e capacitação dos recursos humanos baseado em competências.
- (c) Fortalecimento da governança de TI.** Por meio de: (i) implantação de estratégia de armazenamento, proteção e recuperação de dados, incluindo softwares e hardwares necessários; (ii) adoção de ferramentas para apoiar o monitoramento de serviços de TI, em nível de usuários internos e externos da SEFAZ, nos aspectos de integridade de dados, falhas, tempos de resposta e acessos não autorizados; e (iii) atualização do parque tecnológico de hardware e software de apoio.

_____/OC-BR



- 2 -

Componente II. Administração tributária e contencioso fiscal

2.03 Este componente tem como objetivo aumentar as receitas próprias e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias dos contribuintes, e financiará:

- (a) **Fortalecimento da gestão de incentivos fiscais.** Por meio de: (i) revisão e adequação dos procedimentos de gestão para a concessão de benefícios fiscais, incluindo os aspectos relacionados à estimativa e avaliação das perdas e benefícios envolvidos; e (ii) implantação de um sistema informatizado de apoio à gestão de incentivos fiscais, incluindo a notificação automática em caso de descumprimento das regras estabelecidas pelo fisco.
- (b) **Simplificação das obrigações tributárias.** Por meio de: (i) implantação do sistema da Rede Nacional de Simplificação de Registro e Legalização de Empresas; (ii) simplificação das obrigações dos contribuintes no SPED; e (iii) integração do sistema de administração tributária ao Portal Único de Comércio Exterior.
- (c) **Fortalecimento do modelo de fiscalização de mercadorias em trânsito.** Por meio de: (i) revisão e aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização de trânsito, contemplando a criação de um posto fiscal virtual de controle de mercadorias em trânsito (e-PostoPE) e a expansão da central de operações estratégicas. Inclui a adequação da infraestrutura física e tecnológica dos postos de controle; e (ii) implantação de metodologias de análise de risco e inteligência fiscal para apoiar a seleção oportuna, eficaz e eficiente das cargas a serem examinadas fisicamente nos pontos de controle.
- (d) **Melhoria e integração de sistemas de cobrança.** Por meio de: (i) implantação de metodologia de apoio à cobrança administrativa contemplando facilidades ao contribuinte para o pagamento de suas dívidas; (ii) aperfeiçoamento do Sistema informatizado de Gestão de Processos Fiscais (GPF), contemplando a funcionalidade de cálculo de multas e juros na cobrança administrativa, incluindo o controle de créditos não tributários; (iii) implantação do Sistema informatizado para Controle e Acompanhamento de decisões judiciais (AJ-SEFAZ) do contencioso; (iv) implantação do Sistema informatizado para Restituição e Recuperação de Créditos (SRC) em favor dos contribuintes; e (v) integração do Sistema informatizado de Automação Judicial (SAJ) da PGE aos sistemas GPF, Pat-e e PJ-e.
- (e) **Fortalecimento da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).** Por meio de: (i) reestruturação das informações da NFC-e e do seu respectivo sistema de gestão; (ii) ampliação do armazenamento de dados gerados pela NFC-e, incluindo a aquisição de dispositivos e sistemas de armazenamento; e (iii) implantação de metodologias e ferramentas para o tratamento das informações geradas pela NFC-e.

_____/OC-BR



- 3 -

Componente III. Administração financeira e gasto público

2.04 Este componente está orientado a aumentar a eficiência do planejamento e da execução financeira e financiará os seguintes produtos:

- (a) **Aperfeiçoamento da gestão financeira.** Por meio de: (i) implantação do sistema informatizado de gestão do fluxo de caixa e da Conta Única do Tesouro, integrado ao Sistema de Administração Financeira do Estado (e-Fisco); e (ii) implantação do sistema informatizado de gestão de contas a pagar aos fornecedores do Estado, integrado ao e-Fisco.
- (b) **Fortalecer a gestão de transferências para entidades e Municípios.** Por meio da revisão dos procedimentos de transferência e da implantação de um sistema informatizado de gestão, que também controle as devoluções de recursos por parte das entidades.
- (c) **Fortalecimento do modelo de gestão contábil do Estado.** Por meio de: (i) aperfeiçoamento do sistema de pagamento de pessoal da administração indireta e direta do poder executivo estadual para que seja possível efetuar o pagamento de forma automática no e-Fisco e gerar os lançamentos contábeis nas contas gerais do Estado; e (ii) atualização do cadastro do patrimônio do Estado, avaliação e aperfeiçoamento do sistema informatizado de gestão do patrimônio.
- (d) **Melhoria da gestão da dívida pública.** Por meio do aperfeiçoamento do sistema informatizado de gestão da dívida, que permita realizar cálculos de pagamento e projeções de cenários de forma oportuna, bem como efetuar lançamentos contábeis de forma automática no e-Fisco e na contabilidade geral do Estado.
- (e) **Implantação de novos procedimentos para gestão de custos públicos.** Por meio da adoção de metodologia de estimativa de custos públicos apoiada por um sistema informatizado integrado aos sistemas corporativos do Estado, implantado nos órgãos setoriais.

III. Plano de financiamento

3.01 O quadro a seguir resume a distribuição dos recursos do Empréstimo e da Contrapartida Local:

Categorias	Banco	Contrapartida	Total	%
1. Custos diretos	36.440.000	7.400.000	43.840.000	98,7
1.1 Componente I: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	10.970.000	-	10.970.000	24,7
1.2 Componente II: Administração Tributária e Contencioso Fiscal	8.810.000	7.400.000	16.210.000	36,5

_____/OC-BR



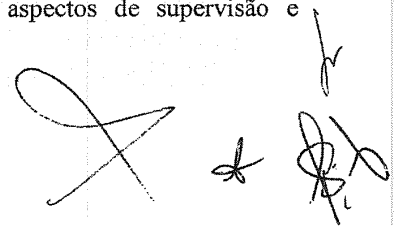
- 4 -

1.3 Componente III: Administração Financeira e Gasto Público	16.660.000	-	16.660.000	37,5
2. Gestão do projeto	560.000	-	560.000	1,3
2.1 Monitoramento e avaliação	260.000	-	260.000	0,6
2.2 Auditoria	300.000	-	300.000	0,7
Total	37.000.000	7.400.000	44.400.000	100
%	83,3	16,7	100	

IV. Execução

- 4.01** O Mutuário executará o Projeto por meio da SEFAZ.
- 4.02** Para a execução a SEFAZ estabelecerá uma Unidade Coordenadora do Projeto (UCP), que contará com um coordenador geral, um coordenador técnico, um coordenador financeiro e um assistente técnico de planejamento e monitoramento (com experiência em gerenciamento de projetos). A UCP coordenará as atividades relacionadas ao monitoramento, avaliação e auditoria, a fim de monitorar a correta execução do projeto e o alcance dos objetivos da operação.
- 4.03** As principais funções da UCP serão: (i) planejar e coordenar a execução das atividades; (ii) preparar, implementar e atualizar as ferramentas operativas do projeto, que incluem: o Plano de Execução Plurianual (PEP), o Plano Operativo Anual (POA), o Plano de Aquisições (PA), o Plano de Monitoramento e Avaliação (PME) e o Relatório Semestral de Progresso; (iii) supervisionar a execução e apresentar os relatórios de progresso; (iv) realizar os processos de elaboração de Termos de Referência, licitação e aquisição de bens e seleção e contratação de serviços; (v) apresentar as justificativas e solicitações de desembolso ao Banco; (vi) preparar os relatórios financeiros auditados; e (vii) apresentar a avaliação do Projeto.
- 4.04** A SEFAZ cooperará com a PGE, SCGE, JUCEPE, e SAD para a execução das atividades que beneficiarão a estas últimas. A PGE cooperará com a SEFAZ nas atividades relacionadas ao produto de melhoria e integração dos procedimentos de cobrança para que todo o processo administrativo tributário seja realizado eletronicamente; a SAD nas atividades referentes ao produto do novo modelo de gestão contábil, que envolve o sistema de gestão da folha de pagamento e a gestão de patrimônio e materiais; a SGCE nas atividades de gerenciamento de convênios; a JUCEPE nas atividades para simplificar o registro e legalização de empresas. Em todos os casos, a coordenação se dará no âmbito das aquisições e protocolos de compartilhamento de informações.
- 4.05** O Projeto deverá ser executado em conformidade com o ROP aprovado pelo Banco para a linha de crédito CCLIP-PROFISCO II, no qual se estabelecerão, entre outros, os critérios de elegibilidade dos projetos e produtos financiáveis e os aspectos de supervisão e monitoramento.

_____/OC-BR




Empréstimo No. ____/OC-BR

Resolução DE- ____/____

CONTRATO DE GARANTIA

entre a

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Estado de Pernambuco

Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco – PROFISCO II - PE

____ de ____ de 20 ____

LEG/SGO/CSC/EZSHARE-620307903-25369



CONTRATO DE GARANTIA

CONTRATO celebrado no dia ____ de _____ de 20__, entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada "Fiador") e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado "Banco").

CONSIDERANDO:

Que por meio do Contrato de Empréstimo No. ____/OC-BR (a seguir denominado "Contrato de Empréstimo"), celebrado nesta mesma data em [lugar da assinatura], entre o Banco e o Estado de Pernambuco (a seguir denominado "Mutuário"), o Banco concordou em outorgar ao Mutuário um Empréstimo até a quantia de US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), a débito dos recursos do Capital Ordinário do Banco, desde que o Fiador garanta solidariamente as obrigações financeiras do Mutuário estipuladas no referido Contrato de Empréstimo e que o referido Fiador contraia as obrigações adicionais que se especificam neste instrumento.

Que o Fiador, pelo fato de haver o Banco assinado o Contrato de Empréstimo com o Mutuário, concordou em garantir o referido Empréstimo, de acordo com o estipulado neste instrumento, observadas as autorizações estipuladas na legislação brasileira pertinente.

AS PARTES CONTRATANTES têm justo e acordado o seguinte:

1. O Fiador, como devedor solidário, responsabiliza-se por todas as obrigações financeiras, tais como pagamento do principal, juros e demais encargos relativos ao Empréstimo, contraídas pelo Mutuário no Contrato de Empréstimo, cujos termos o Fiador declara conhecer integralmente. As referidas obrigações financeiras não incluem compromisso do Fiador de contribuir com recursos adicionais para a execução do Programa.
2. O Fiador se compromete a não tomar nenhuma medida nem permitir que, no âmbito de sua competência, sejam tomadas providências que dificultem ou impeçam a execução do Programa ou obstem o cumprimento de qualquer obrigação do Mutuário estabelecida no Contrato de Empréstimo.
3. O Fiador se compromete a, no caso de estabelecer qualquer gravame sobre seus bens ou receitas fiscais, como garantia de uma dívida externa, constituir, ao mesmo tempo, um gravame que assegure ao Banco, em posição de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações contraídas neste Contrato. Esta disposição não se aplicará, entretanto: (a) aos gravames sobre bens comprados para garantir o pagamento do saldo devedor do respectivo preço; nem (b) aos gravames pactuados em operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos vencimentos não sejam superiores a um ano de prazo.
4. A expressão "bens ou receitas fiscais" refere-se, no presente Contrato, a qualquer classe de bens ou rendas que pertençam ao Fiador ou a qualquer de seus departamentos ou órgãos que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

_____/OC-BR



- 2 -

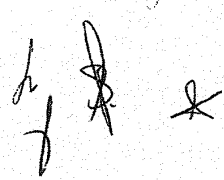
5. O Fiador se compromete a:

- (a) cooperar, no âmbito de sua competência, para assegurar o cumprimento dos objetivos do Empréstimo;
- (b) informar ao Banco, com a maior urgência possível, qualquer fato que dificulte ou possa dificultar a consecução dos fins do Empréstimo, ou o cumprimento das obrigações do Mutuário;
- (c) no âmbito da sua competência, proporcionar ao Banco as informações que este, razoavelmente, solicite quanto à situação do Mutuário;
- (d) facilitar, no âmbito da sua competência, aos representantes do Banco, o exercício das suas funções relacionadas com o Contrato de Empréstimo e a execução do Programa; e
- (e) informar ao Banco, com a maior urgência possível, caso esteja, em cumprimento de suas obrigações de devedor solidário, efetuando os pagamentos correspondentes ao serviço do Empréstimo.

6. O Fiador concorda que tanto o principal quanto os juros e demais encargos do Empréstimo serão pagos sem nenhuma redução ou restrição, livres de quaisquer impostos, taxas, direitos ou encargos estabelecidos nas leis da República Federativa do Brasil, e que tanto este Contrato como o Contrato de Empréstimo estarão isentos de qualquer imposto, taxa ou direito aplicáveis em relação à celebração, registro e execução de contratos.

7. O Fiador só ficará exonerado da responsabilidade contraída com o Banco depois de ter o Mutuário cumprido integralmente com todas as obrigações financeiras assumidas no Contrato de Empréstimo. Em caso de qualquer inadimplemento por parte do Mutuário, a obrigação do Fiador não estará sujeita a qualquer notificação ou interpelação, nem a qualquer formalidade processual, demanda ou ação prévia contra o Mutuário ou contra o próprio Fiador. O Fiador, ainda, renuncia expressamente a quaisquer direitos, benefícios de ordem ou de excussão, faculdades, favores ou recursos que lhe assistam, ou possam assistir. O Fiador declara-se ciente, igualmente, de que não se desobrigará da responsabilidade contraída para com o Banco se ocorrer: (a) omissão ou abstenção no exercício, por parte do Banco, de quaisquer direitos, faculdades ou recursos que lhe assistam contra o Mutuário; (b) tolerância ou concordância do Banco com inadimplemento do Mutuário ou atrasos em que este venha a incorrer no cumprimento de suas obrigações; (c) prorrogações de prazos ou quaisquer outras concessões feitas pelo Banco ao Mutuário, desde que com a prévia anuência do Fiador; (d) alteração, aditamento ou revogação, total ou parcial, de qualquer das disposições do Contrato de Empréstimo, desde que feitos com a prévia anuência do Fiador. Sem prejuízo do que estabelece esta Cláusula, o Banco comunicará ao Fiador qualquer inadimplemento de obrigação do Mutuário.

_____/OC-BR



- 3 -

8. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, no exercício dos direitos pactuados neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia a tais direitos, nem como aceitação das circunstâncias que lhe permitiriam exercê-los.

9. Qualquer controvérsia que surja entre as partes, com respeito à interpretação ou aplicação deste Contrato, que não possa ser dirimida por acordo mútuo, será submetida a sentença do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida no Capítulo XII das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo. Para os fins dessa arbitragem, aplicam-se ao Fiador todas as referências feitas ao Mutuário no mencionado Capítulo das Normas Gerais. Se a controvérsia afetar tanto o Mutuário quanto o Fiador, ambos deverão atuar conjuntamente designando um mesmo árbitro.

10. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todos os avisos, solicitações ou notificações que as partes contratantes devam enviar uma à outra em virtude deste Contrato deverão ser efetuadas, sem exceção alguma, por escrito e considerar-se-ão efetivadas quando de sua entrega ao destinatário, por qualquer meio usual de comunicação, no respectivo endereço, a seguir indicado:

Ao Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América

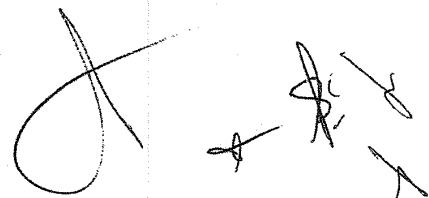
Fax: +1 (202) 623-3096

Ao Fiador:

Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 8º Andar
CEP 70.048-900
Brasília - D.F. - Brasil

Fax: +55 (61) 3412-1740

_____/OC-BR



- 4 -

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Fiador e o Banco, agindo cada qual por intermédio de seu representante autorizado, subscrevem este Contrato em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, em _____ [*lugar da assinatura*], na data mencionada na frase inicial deste Contrato.

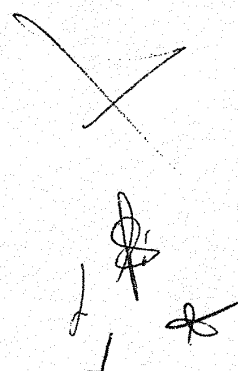
REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO

Nome: _____
Procurador(a) da Fazenda Nacional

[nome da pessoa que assina]
[cargo da pessoa que assina]

_____/OC-BR





Ministro da Economia
Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário-Executivo do Ministério da Economia
Marcelo Guarany

Secretário Especial da Fazenda
Waldery Rodrigues Junior

Secretário do Tesouro Nacional
Mansueto Facundo de Almeida Junior

Secretário Adjunto do Tesouro Nacional
Oavio Ladeira de Medeiros

Subsecretários
Adriano Pereira de Paula
Glêdora Batista Dantas Milhomem
José Franco Madoiros de Moraes
Lisio Fábio de Brasil Camargo
Pedro Juca Maciel
Précilla Maria Santana

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais
Rafael Cavalcanti de Araújo

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais
Alex Pereira Benício

Equipe Técnica
Fábio Felipe Daquilha Prales
Fernando Cardoso Ferraz
Gabriel Gdalevici Junqueira
Karla de Lima Rocha
Vitor Henrique Barbosa Fabel

Assessoria de Comunicação Social
ASCOM/Tesouro Nacional
Telefone: (61) 3412-1803
E-mail: ascom@tesouro.gov.br
Disponível em: www.tesouro.gov.br

O **Resultado do Tesouro Nacional** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional - v. 25, n. 2 (Fevereiro 2019) - Brasília - STN, 1995.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas - Periódicos. 2. Receita pública - Periódicos. 3. Despesa pública - Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Vol. 25, N.2, fevereiro/2019

Resultado do Tesouro Nacional

Brasília, março de 2019



Sumário

Panorama Geral do Resultado do Governo Central

4

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

5

Visão Geral

5

Receitas do Governo Central

6

Transferências do Tesouro Nacional

8

Despesas do Governo Central

9

Previdência Social

12

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

13

Visão Geral

13

Receitas do Governo Central

14

Transferências do Tesouro Nacional

15

Despesas do Governo Central

16

Previdência Social

18

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

19

Visão Geral

19

Receitas do Governo Central

20

Transferências do Tesouro Nacional

21

Despesas do Governo Central

22

Previdência Social

24



Lista de Tabelas

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019	4
Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2018/2019	5
Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018/2019.....	6
Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2018/2019	7
Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018/2019.....	8
Tabela 1.6 -Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018/2019.....	9
Tabela 1.7 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2018/2019	10
Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Brasil - 2018/2019.....	11
Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018/2019	12
Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018/2019	12
Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019	13
Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018/2019	14
Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018/2019.....	15
Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018/2019.....	16
Tabela 2.5 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2018/2019	17
Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018/2019	17
Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2019	18
Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018/2019.....	19
Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2019	20
Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2019.....	21
Tabela 3.5 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2019.....	22
Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2019	22



Panorama Geral do Resultado do Governo Central

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019

a preços correntes

Discriminação	Jan-Fev			Fevereiro		
	R\$ Milhões		Variação (2019/2018)		R\$ Milhões	
	2018	2019	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)	% Real (IPCA)
I. Receita Total	262.219,7	275.430,6	13.211,0	5,0%	1,2%	8,1%
II. Transf. por Repartição de Receita	47.758,0	53.218,5	5.460,5	11,4%	7,3%	5,3%
III. Receita Líquida (I-II)	214.461,7	222.212,2	7.750,5	3,6%	-0,2%	9,1%
IV. Despesa Total	202.837,5	210.440,4	7.602,8	3,7%	-0,1%	6,3%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	0,0	0,0	-	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	11.624,1	11.771,8	147,7	1,3%	-2,3%	-4,9%
Tesouro Nacional e Banco Central	40.810,3	40.656,3	-153,9	-0,4%	-4,0%	-26,7%
Previdência Social (RGPS)	-29.186,1	-28.884,5	301,6	-1,0%	-4,7%	3,8%
VII. Resultado Primário/PIB	1,1%	1,0%	-	-	-	-
Memorando:						
Resultado do Tesouro Nacional	40.987,4	40.613,3	-374,0	-0,9%	-4,5%	-26,8%
Resultado do Banco Central	-177,1	43,0	220,1	-	-	183,3%
Resultado da Previdência Social	-29.186,1	-28.884,5	301,6	-1,0%	-4,7%	3,8%

Fonte: Tesouro Nacional.

Em fevereiro de 2019, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 18,3 bilhões contra déficit de 19,2 bilhões em fevereiro de 2018. Em termos reais, a receita líquida apresentou acréscimo de 5,0% enquanto a despesa total apresentou elevação de 2,3%. Tais variações são justificadas principalmente elevação real na receita IR e CSLL (R\$ 4,9 bilhões) e pelo aumento nas despesas referentes a créditos extraordinários (subvenção ao diesel) e às despesas sujeitas à programação financeira do Poder Executivo.

Comparativamente ao acumulado até fevereiro, a preços correntes, o resultado do Governo Central passou de superávit de R\$ 11,6 bilhões em 2018 para superávit de 11,8 bilhões em 2019. Em termos reais, a deterioração do resultado decorreu da redução da receita líquida (0,2%) acima da redução da despesa (0,1%). Apesar da receita total ter tido ganhos no período derivados da melhora da atividade econômica e dos indicadores macroeconômicos e setoriais que influenciam a arrecadação, as transferências por repartição de receita tiveram elevação que superaram esses ganhos resultando em redução da receita líquida em termos reais. Pelo lado da despesa as maiores variações foram nas despesas sujeitas à programação financeira do Poder Executivo e em outras despesas obrigatórias.



Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Visão Geral

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2018/2019

R\$ milhões - a preços de fev/2019- IPCA

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
I. Receita Total	272.939,8	276.121,9	3.182,1	1,2%
I.1 Receita Administrada pela RFB	184.374,3	183.058,6	-1.315,8	-0,7%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	60.959,3	64.111,5	3.152,2	5,2%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	27.606,1	28.951,8	1.345,7	4,9%
II. Transferências por Repartição de Receita	49.682,2	53.321,4	3.639,1	7,3%
III. Receita Líquida (I-II)	223.257,5	222.800,5	-457,0	-0,2%
IV. Despesa Total	211.078,7	210.899,5	-179,1	-0,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	91.329,7	93.055,3	1.725,6	1,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	50.152,6	50.042,1	-110,5	-0,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	37.737,6	36.879,5	-858,1	-2,3%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira	31.858,7	30.922,6	-936,1	-2,9%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	20.878,2	19.717,2	-1.161,0	-5,6%
IV.4.2 Discricionárias	10.980,4	11.205,4	224,9	2,0%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	-	-	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	12.178,9	11.901,0	-277,9	-2,3%
Tesouro Nacional e Banco Central	42.549,3	40.844,8	-1.704,5	-4,0%
Previdência Social (RGPS)	-30.370,4	-28.943,8	1.426,6	-4,7%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	42.733,9	40.790,5	-1.943,4	-4,5%
Resultado do Banco Central	-184,6	54,4	238,9	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-30.370,4	-28.943,8	1.426,6	-4,7%

A preços de fevereiro de 2019, comparativamente ao primeiro bimestre 2018, houve piora de R\$ 277,9 milhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de superávit de R\$ 12,2 bilhões em 2018 para superávit de R\$ 11,2 bilhões em 2019. Essa deterioração decorreu principalmente da redução de R\$ 457,0 milhões (0,2%) da receita líquida, superior à diminuição de R\$ 179,1 milhões (0,1%) da despesa total.

A redução na receita líquida decorre da elevação das transferências por repartição de receita acima do aumento das receitas totais.

Por seu turno, a despesa primária, à exceção de benefícios previdenciários, anotou redução em todos os grupos de gasto.



Receitas do Governo Central

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018/2019

R\$ milhões - a preços de fev/2019 - IPCA

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
I. Receita Total	272.939,8	276.121,9	3.182,1	1,2%
I.1 Receita Administrada pela RFB	184.374,3	183.058,6	-1.315,8	-0,7%
Imposto de Importação	6.323,4	7.014,7	691,3	10,9%
IPi	9.740,1	8.352,3	-1.387,8	-14,2%
Imposto sobre a Renda	78.352,4	85.474,0	7.121,5	9,1%
IOF	6.116,8	6.311,1	194,3	3,2%
COFINS	44.143,7	39.099,3	-5.044,4	-11,4%
PIS/PASEP	12.026,6	11.032,1	-994,5	-8,3%
CSLL	21.465,9	21.386,7	-79,2	-0,4%
CIDE Combustíveis	907,7	512,5	-395,3	-43,5%
Outras Administradas pela RFB	5.297,5	3.875,8	-1.421,7	-26,8%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	60.959,3	64.111,5	3.152,2	5,2%
Urbana	59.411,5	62.901,3	3.489,8	5,9%
Rural	1.547,9	1.210,2	-337,7	-21,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	27.606,1	28.951,8	1.345,7	4,9%
Concessões e Permissões	583,2	641,5	58,3	10,0%
Dividendos e Participações	5,6	4,3	-1,4	-24,3%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.169,6	2.141,4	-28,3	-1,3%
Exploração de Recursos Naturais	10.272,8	12.900,0	2.627,2	25,6%
Receitas Próprias e de Convênios	2.226,2	3.027,5	801,3	36,0%
Contribuição do Salário Educação	4.638,6	3.909,0	-729,5	-15,7%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	482,4	477,0	-5,5	-1,1%
Operações com Ativos	203,8	198,7	-5,1	-2,5%
Demais Receitas judiciais; e	7.023,8	5.652,5	-1.371,4	-19,5%

A receita total do Governo Central apresentou elevação real de R\$ 3,2 bilhões (1,2%) em relação ao primeiro bimestre de 2018. Esse comportamento deveu-se à elevação de R\$ 3,2 bilhões (5,2%) na arrecadação líquida para o RGPS juntamente com o aumento de R\$ 1,3 bilhão (5,2%) nas receitas não administradas pela RFB parcialmente compensados pela redução de R\$ 1,3 bilhão (0,7%) nas receitas administradas pela RFB.

A receita administrada pela RFB foi afetada pelos seguintes fatores:

- redução de R\$ 5,0 bilhões (11,4%) na Cofins e R\$ 1,0 bilhão (8,3%) devida a elevada arrecadação em PERT/PRT no primeiro bimestre de 2018, reclassificação em janeiro de 2019 redução de alíquota dos PIS/COFINS sobre o óleo diesel;
- diminuição de R\$ 1,4 bilhão (14,2%) do IPI devida a elevada arrecadação em PERT/PRT no primeiro bimestre de 2018 e a reclassificação em janeiro de 2019;
- redução de R\$ 1,4 bilhão (26,8%) em outras receitas administradas pela RFB explicada pela redução dos recolhimentos em PERT/PRT, antecipações de recolhimentos no início de 2018 e pela redução nominal em depósitos



- aumento de R\$ 7,1 bilhões (9,1%) no Imposto de Renda, sendo este composto por elevações em R\$ 4,4 bilhões (11,1%) em IRRF, R\$ 2,3 bilhões (6,4%) em IRPJ e R\$ 450,3 milhões (14,6%) em IRRF;
- A elevação da receita líquida para o RGPS de R\$ 3,2 bilhões (5,2%) pode ser explicada em parte pela mudança de sistemática nas compensações tributárias definidas na Lei nº 13.670 de 30 de maio de 2018 que permite compensações cruzadas entre tributos não previdenciários e previdenciários.

Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2018/2019

R\$ milhões - a preços de fev/2019- IPCA

Discriminação	Jan-Fev	
	2018	2019
Banco do Brasil	0,0	0,0
BNB	0,0	0,0
BNDES	0,0	0,0
Caixa	0,0	0,0
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0
IRB	0,0	0,0
Petrobras	0,0	0,0
Demais	5,6	4,3
Total	5,6	4,3

As receitas não administradas pela RFB cresceram R\$ 1,4 bilhão (4,9%) quando comparadas ao acumulado em 2018 explicadas principalmente pela elevação de R\$ 2,6 bilhões em exploração de recursos naturais (25,6%) parcialmente compensadas pela redução de R\$ 1,4 bilhão (19,5%) em demais receitas.



Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018/2019

R\$ milhões - a preços de fev/2019- IPCA

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
II. Transferências por Repartição de Receita	49.682,2	53.321,4	3.639,1	7,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	38.956,1	41.171,6	2.215,5	5,7%
II.2 Fundos Constitucionais	1.403,8	1.646,9	243,1	17,3%
Repassse Total	2.585,8	2.485,6	-100,2	-3,9%
Superávit dos Fundos	-1.182,1	-838,7	343,4	-29,0%
II.3 Contribuição do Salário Educação	2.787,0	2.625,2	-161,8	-5,8%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	5.894,0	7.457,5	1.563,5	26,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	442,6	218,2	-224,4	-50,7%
II.6 Demais	198,8	202,0	3,2	1,6%

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, elevação de R\$ 3,7 bilhões (7,3%) em relação ao acumulado em 2018, passando de R\$ 49,7 bilhões em 2018 para R\$ 53,3 bilhões em 2019. As principais variações no período foram:

- elevação de R\$ 2,2 bilhões (5,7%) nas Transferências de FPM/FPE/IPI-EE, reflexo do aumento conjunto dos tributos compartilhados (IR e IPI); e
- acréscimo de R\$ 1,6 bilhão (26,5%) nas Compensações Financeiras, pelos fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de exploração de recursos naturais.



Despesas do Governo Central

Tabela 1.6 -Despesas Primárias do Governo Central – Brasil - 2018/2019

R\$ milhões - a preços de fev/2019- IPCA

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
IV. Despesa Total	211.078,7	210.899,5	-179,1	-0,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	91.329,7	93.055,3	1.725,6	1,9%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	71.831,0	73.555,8	1.724,8	2,4%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	19.498,7	19.499,5	0,8	0,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	50.152,6	50.042,1	-110,5	-0,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	37.737,6	36.879,5	-858,1	-2,3%
Abono e Seguro Desemprego	11.785,4	11.735,2	-50,2	-0,4%
Benefícios Prest. Continuada LOAS/RMV	9.487,4	9.749,9	262,5	2,8%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	482,4	477,0	-5,5	-1,1%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	53,3	2.167,6	2.114,4	-
Compensação ao RGPS pela Desoneração da Folha	1.849,9	1.582,2	-267,7	-14,5%
Fundef/Fundeb - Complementação da União	4.040,5	4.172,0	131,6	3,3%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.638,7	1.481,5	-157,2	-9,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	523,9	247,4	-276,5	-52,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	6.496,2	4.819,0	-1.677,2	-25,8%
Impacto Primário do FIES	359,6	115,6	-244,0	-67,9%
Demais	1.020,4	332,1	-688,2	-67,4%
IV.4 Despesas Sujeitas à Progr. Financeira do Executivo	31.858,7	30.922,6	-936,1	-2,9%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	20.878,2	19.717,2	-1.161,0	-5,6%
IV.4.2 Discricionárias	10.980,4	11.205,4	224,9	2,0%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital	32.008,6	31.748,1	-260,5	-0,8%
Outras Despesas de Custeio	28.793,9	28.296,6	-497,2	-1,7%
Outras Despesas de Capital	3.214,7	3.451,5	236,7	7,4%

A despesa total do Governo Central no acumulado em 2019 atingiu R\$ 210,9 bilhões, 0,1% abaixo do observado em 2018, quando as despesas totalizaram R\$ 211,1 bilhões. Essa variação se deve ao efeito combinado dos seguintes fatores:

- elevação em R\$ 1,7 bilhão (1,9%) em Benefícios Previdenciários, comentada na próxima seção;
- redução de R\$ 110,5 milhões (0,2%) em Pessoal e Encargos Sociais;
- diminuição em R\$ 858,1 milhões (2,3%) em Outras Despesas Obrigatórias; e
- redução R\$ 936,1 milhões (2,9%) Outras Despesas Obrigatórias (2,0%).

As principais variações dos gastos em Outras Despesas Obrigatórias foram:

- redução de R\$ 1,7 bilhão (25,8%) em Subsídios, Subvenções e Proagro, resultado do processo de racionalização desses gastos; e
- aumento de R\$ 2,1 bilhões em crédito extraordinário em virtude, principalmente, da subvenção econômica à comercialização de óleo diesel (Medida Provisória nº 838, de 2018).



Tabela 1.7 - Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Executivo - Brasil - 2018/2019

R\$ milhões - a preços de fev/2019 - IPCA

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
Despesas Suj à Progr. Financeira do Executivo	31.858,7	30.922,6	-936,1	-2,9%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	20.878,2	19.717,2	-1.161,0	-5,6%
Benefícios a servidores públicos	2.194,4	2.103,9	-90,5	-4,1%
Bolsa Família	5.341,1	5.152,3	-188,8	-3,5%
Saúde	13.092,8	11.710,7	-1.382,1	-10,6%
Educação	100,3	420,0	319,7	318,7%
Demais	149,7	330,3	180,6	120,7%
Discricionárias	10.980,4	11.205,4	224,9	2,0%
Saúde	2.806,8	2.307,5	-499,3	-17,8%
Educação	2.607,5	2.879,4	271,9	10,4%
Defesa	870,3	713,3	-157,0	-18,0%
Transporte	1.096,9	891,4	-205,5	-18,7%
Administração	913,8	1.273,7	359,8	39,4%
Ciência e Tecnologia	393,8	418,9	25,1	6,4%
Segurança Pública	233,8	371,4	137,6	58,8%
Assistência Social	178,3	287,2	108,9	61,1%
Demais	1.879,2	2.062,6	183,4	9,8%

A redução de R\$ 2,1 bilhões (13,8%) observada nas Despesas do Executivo Sujeitas à Programação Financeira é explicada, principalmente, pela diminuição de R\$ 1,5 bilhão (14,8%) nas despesas obrigatórias com Controle de Fluxo. Esta diminuição, por sua vez, concentrou-se em despesas com Saúde (R\$ 1,5 bilhão).



Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Brasil - 2018/2019

R\$ milhões - a preços de fev/2019 - IPCA

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
Agricultura	3.321,8	2.894,1	-427,7	-12,9%
Equalização de custeio agropecuário	634,5	516,5	-118,0	-18,6%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	882,2	763,1	-119,1	-13,5%
Política de preços agrícolas	84,8	109,8	25,0	29,5%
Pronaf	1.548,7	1.245,2	-303,5	-19,6%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	182,5	151,3	-31,2	-17,1%
Fundo da terra/ INCRA	-29,5	27,4	56,9	-
Funcafé	18,7	7,7	-10,9	-58,5%
Proagro	0,0	73,2	73,2	-
Outros	3.174,5	1.924,9	-1.249,5	-39,4%
Proex	182,9	70,0	-112,9	-61,7%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2.947,0	1.822,8	-1.124,2	-38,1%
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-
Sudene	0,0	11,7	11,7	-
Outros Subsídios e Subvenções	44,5	20,3	-24,2	-54,3%
Total	6.496,2	4.819,0	-1.677,2	-25,8%



Previdência Social

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018/2019

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	60.959,3	64.111,5	3.152,2	5,2%
Arrecadação Bruta	70.407,8	70.352,3	-55,5	-0,1%
Contribuição Previdenciária	60.903,9	60.927,4	23,4	0,0%
Simples/Nacional/PAES	7.375,2	7.520,3	145,1	2,0%
REFIS	20,2	24,7	4,5	22,4%
Depósitos Judiciais	258,7	297,8	39,2	15,1%
Compensação RGPS	1.849,9	1.582,2	-267,7	-14,5%
(-) Restituição/Devolução	-78,4	-201,5	-123,2	157,2%
(-) Transferências a Terceiros	-9.370,1	-6.039,3	3.330,8	-35,5%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	91.329,7	93.055,3	1.725,6	1,9%
RESULTADO PRIMÁRIO	-30.370,4	-28.943,8	1.426,6	-4,7%

Comparando os valores acumulados até fevereiro de 2019 com o mesmo período de 2018, o déficit da Previdência diminuiu de R\$ 30,4 bilhões para R\$ 28,9 bilhões (4,7%) a preços de fevereiro de 2019. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 1,7 bilhões (1,9%) nos pagamentos de benefícios previdenciários, devido à elevação de 578,2 mil (2,0%) no número de benefícios emitidos, compensado parcialmente pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 6,66 (0,5%); e
- elevação real de R\$ 3,2 bilhões (5,2%) na arrecadação líquida. Contribuiu para tal aumento as compensações tributárias em favor da receita previdenciária (Lei 13.670/18). A redução na transferência a terceiros (R\$ 3,3 bilhões) é explicada pela mudança a partir de agosto de 2018 da sistemática de arrecadação de GPS para DARF. A arrecadação, que era feita via GPS majorava a arrecadação bruta e subsequentemente era transferido para FNDE e Sistema S, não impactando a arrecadação líquida.

Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018/2019

R\$ Milhões - A preços de nov/16 (IPCA)

Discriminação	Jan-Fev		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
CONTRIBUIÇÃO	60.959,3	64.111,5	3.152,2	5,2%
Urbano	59.411,5	62.901,3	3.489,8	5,9%
Rural	1.547,9	1.210,2	-337,7	-21,8%
BENEFÍCIOS	91.329,7	93.055,3	1.725,6	1,9%
Urbano	71.831,0	73.555,8	1.724,8	2,4%
Rural	19.498,7	19.499,5	0,8	0,0%
RESULTADO PRIMÁRIO	-30.370,4	-28.943,8	1.426,6	-4,7%
Urbano	-12.419,5	-10.654,6	1.765,0	-14,2%
Rural	-17.950,9	-18.289,3	-338,4	1,9%



Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Visão Geral

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018/2019

R\$ milhões - a preços de fev/2019- IPCA

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
I. Receita Total	110.189,9	114.654,3	4.464,3	4,1%
I.1 Receita Administrada pela RFB	69.886,7	73.388,3	3.501,6	5,0%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.082,4	31.654,7	572,3	1,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	9.220,8	9.611,2	390,4	4,2%
II. Transferência por Repartição de Receita	28.883,5	29.287,7	404,2	1,4%
III. Receita Líquida Total (I-II)	81.306,5	85.366,6	4.060,1	5,0%
IV. Despesa Total	101.272,3	103.641,0	2.368,7	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	46.132,3	46.746,8	614,5	1,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	23.456,1	23.840,1	384,0	1,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.948,1	15.154,7	206,6	1,4%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Executivo	16.735,8	17.899,4	1.163,6	7,0%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB ²	0,0	0,0	0,0	-
VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)	-19.965,9	-18.274,5	1.691,4	-8,5%
Tesouro Nacional e Banco Central	-4.916,0	-3.182,4	1.733,6	-35,3%
Previdência Social (RGPS)	-15.049,9	-15.092,1	-42,2	0,3%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	-4.911,9	-3.171,2	1.740,7	-35,4%
Resultado do Banco Central	-4,1	-11,1	-7,0	172,7%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-15.049,9	-15.092,1	-42,2	0,3%

A preços de fevereiro de 2018, o resultado primário do Governo Central passou de um déficit de R\$ 20,0 bilhões em fevereiro de 2018 para um déficit de R\$ 18,3 bilhões no mesmo mês de 2019, o que representou redução de R\$ 1,7 bilhões (8,5%). Essa variação decorreu da elevação da receita líquida em R\$ 4,1 bilhões (5,0%), parcialmente compensada pelo aumento de R\$ 2,4 bilhões (2,3%) da despesa total.

Sobre a elevação da receita líquida, destaque-se o desempenho positivo do IR e CSLL crescendo, conjuntamente, R\$ 4,9 bilhões (15,4%).

Sobre o aumento da despesa, destaque-se as despesas referentes aos créditos extraordinários (subvenção ao diesel) e às despesas sujeitas à programação financeira do Poder Executivo com elevações de R\$ 1,2 bilhão cada.



Receitas do Governo Central

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018/2019

R\$ milhões - a preços de fev/2019- IPCA

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
I. Receita Total	110.189,9	114.654,3	4.464,3	4,1%
I.1 Receita Administrada pela RFB	69.886,7	73.388,3	3.501,6	5,0%
Imposto de Importação	2.943,8	3.156,1	212,3	7,2%
IPI	4.248,3	4.144,8	-103,4	-2,4%
Imposto de Renda	26.222,0	30.194,5	3.972,5	15,1%
IOF	3.022,7	3.376,3	353,6	11,7%
COFINS	19.695,4	18.769,2	-926,2	-4,7%
PIS/PASEP	5.314,3	5.385,1	70,8	1,3%
CSLL	5.655,2	6.597,0	941,8	16,7%
CIDE Combustíveis	430,0	225,8	-204,2	-47,5%
Outras	2.355,0	1.539,5	-815,5	-34,6%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.082,4	31.654,7	572,3	1,8%
Urbana	30.355,7	31.049,8	694,0	2,3%
Rural	726,7	604,9	-121,7	-16,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	9.220,8	9.611,2	390,4	4,2%
Concessões e Permissões	141,7	142,2	0,4	0,3%
Dividendos e Participações	1,8	0,0	-1,8	-99,1%
Contr. Plano de Seg. Social do Servidor	1.100,6	1.087,8	-12,9	-1,2%
Cota Parte de Compensações Financeiras	2.299,5	2.461,0	161,6	7,0%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.101,7	1.439,9	338,2	30,7%
Contribuição do Salário Educação	1.689,3	1.704,4	15,1	0,9%
Complemento FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Operações com Ativos	94,0	91,3	-2,6	-2,8%
Demais Receitas	2.792,1	2.684,6	-107,6	-3,9%

A receita total do governo central apresentou elevação real de R\$ 4,5 bilhões (4,1%), passando de R\$ 110,2 bilhões em fevereiro de 2018 para R\$ 114,7 bilhões em fevereiro de 2019. Esse comportamento deveu-se principalmente ao aumento de R\$ 3,5 bilhões (5,0%) na receita administrada pela RFB.

As receitas administradas pela RFB apresentaram aumento de R\$ 3,5 bilhões (5,0%), tendo como principais variações:

- elevação de R\$ 4,0 bilhões (15,1%) no imposto de renda concentrada em IRPJ (R\$ 2,1 bilhões) e IRRF (R\$ 1,5 bilhão). Em relação ao primeiro houve efeito conjunto do incremento real de 69,7% na arrecadação referente à estimativa mensal, especialmente das instituições não financeiras, e do recolhimento extraordinário de R\$ 4,6 bilhões por algumas empresas de diversos setores econômicos. Em relação ao IRRF o principal fator explicativo foi a elevação do IRRF-Rendimentos do Trabalho (R\$ 722,9) milhões devido, principalmente aos ganhos reais na arrecadação dos Rendimentos do Trabalho Assalariado de Entidades Empresariais (6,4%) e da Administração Pública; (5,5%);
- aumento de R\$ 941,8 milhões (16,7%) na CSLL que tem mesmos os determinantes que o IRPJ;
- redução de R\$ 926,2 milhões (4,7%) na Cofins pelo efeito combinado do (i) aumento real no volume de vendas PMC- IBGE (3,5%) e no volume de serviços PMS-IBGE (2,1%) entre janeiro de 2019 e janeiro de 2018; e (iv) maior volume de

2018 ; (ii) melhor desempenho dos segmentos Demais Empresas e Importação; (iii) mais dias úteis em relação a fevereiro de 2018; e (iv) maior volume de compensações do segmento financeiro; e



- diminuição de R\$ 815,5 milhões (34,6%) em outras receitas administradas pela RFB determinada, principalmente, pela redução no valor arrecadado pelo programa especial de regularização tributária – PERT.

A arrecadação líquida para o RGPS cresceu R\$ 572,3 milhões (4,9%) pelo efeito combinado do (i) saldo positivo de empregos para janeiro de 2019 (34.313 empregos); (ii) crescimento das compensações tributárias com ganhos para receita previdenciária por conta da Lei 13.670/18; e (iii) e redução real de 0,93% na massa salarial habitual de janeiro de 2019 em relação a janeiro de 2018.

As receitas não administradas pela RFB apresentaram crescimento de R\$ 390,4 milhões (4,2%) condicionado principalmente pelas receitas próprias e de convênios que tiveram elevação de R\$ 338,2 milhões (30,7%).

Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018/2019

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
II. Transferência por Repartição de Receita	28.883,5	29.287,7	404,2	1,4%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	21.978,3	21.499,5	-478,8	-2,2%
II.2 Fundos Constitucionais	717,7	802,0	84,3	11,7%
Repassse Total	1.463,1	1.367,3	-95,8	-6,5%
Superávit dos Fundos	-745,4	-565,4	180,1	-24,2%
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.764,1	1.251,6	-512,6	-29,1%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	4.412,4	5.712,0	1.299,6	29,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
II.6 Demais	11,0	22,6	11,6	105,7%

As transferências por repartição de receita apresentaram elevação de R\$ 404,2 milhões (1,4%), passando de R\$ 28,9 bilhões em fevereiro de 2018 para R\$ 29,3 bilhões no mesmo mês de 2019. As principais variações foram:

- elevação de R\$ 1,3 bilhão (29,5%) em Compensações Financeiras;
- diminuição de R\$ 512,6 milhões (29,1%) na contribuição do salário educação;
- redução de R\$ 478,8 milhões (2,2%) em FPM/FPE/IPI-EE.



Despesas do Governo Central

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018/2019

R\$ milhões - a preços de fev/2019 - IPCA

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
IV - Despesa Total	101.272,3	103.641,0	2.368,7	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	46.132,3	103.641,0	57.508,8	124,7%
Benefícios Previdenciários - Urbano	36.254,2	36.924,7	670,6	1,8%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.878,1	9.822,1	-56,1	-0,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	23.456,1	23.840,1	384,0	1,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.948,1	15.154,7	206,6	1,4%
Abono e Seguro Desemprego	6.034,6	5.870,7	-163,9	-2,7%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.773,9	4.922,4	148,4	3,1%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	39,8	1.221,6	1.181,8	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	922,2	570,8	-351,4	-38,1%
FUNDEB (Complem. União)	1.001,4	1.016,2	14,7	1,5%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	885,9	942,4	56,5	6,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	435,5	119,6	-315,9	-72,5%
Subsídios, Subvenções e Proagro	196,0	127,1	-68,9	-35,1%
Impacto Primário do FIES	68,1	155,1	87,0	127,8%
Demais	590,7	208,9	-381,8	-64,6%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Executivo	16.735,8	17.899,4	1.163,6	7,0%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	10.556,7	10.922,6	365,9	3,5%
IV.4.2 Discricionárias	6.179,1	6.976,8	797,6	12,9%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	20.579,9	21.964,3	1.384,4	6,7%
Outras Despesas de Custeio	18.917,2	19.828,9	911,7	4,8%
Outras Despesas de Capital	1.662,7	2.135,4	472,7	28,4%

Em fevereiro de 2019, houve elevação de R\$ 2,4 bilhões (2,3%) na despesa total do governo central em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de R\$ 101,3 bilhões para R\$ 103,6 bilhões. Essa variação se deve, principalmente, (i) a pressão “vegetativa” de benefícios previdenciários e de pessoal que conjuntamente elevaram-se R\$ 1,0 bilhão, (ii) a execução de R\$ 1,2 bilhão em créditos extraordinários em virtude, principalmente, da subvenção econômica à comercialização de óleo diesel (Medida Provisória nº 838, de 2018) - sem contrapartida em mesmo período de 2017 e (iii) pelo aumento de R\$ 1,2 bilhão (7,0%) nas Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo.

O aumento das Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo teve como principal determinante a elevação das despesas discricionárias. Esta, por sua vez, deveu-se (i) a parcela anual de R\$ 500 milhões referente capitalização do FG-Fies (totalizará R\$ 3 bilhões ao longo de 6 anos) e (ii) a execução de R\$ 495,1 milhões na ação orçamentária “0027 - Cobertura das Garantias Prestadas pela União nas Operações de Seguro de Crédito à Exportação (Lei nº 9.818, de 1999)”.



Tabela 2.5 - Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Executivo - Brasil - 2018/2019
R\$ milhões - a preços de fev/2019- IPCA

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
Despesas Suj à Progr. Financeira do Executivo	16.735,8	17.899,4	1.163,6	7,0%
Obrigações com Controle de Fluxo	10.556,7	10.922,6	365,9	3,5%
Benefícios a servidores públicos	1.208,1	1.087,5	-120,6	-
Bolsa Família	2.559,6	2.544,9	-14,7	-0,6%
Saúde	6.599,9	6.707,9	108,1	1,6%
Educação	99,1	419,0	319,9	322,9
Demais	90,1	163,3	73,3	81,3%
Discricionárias	6.179,1	6.976,8	797,6	12,9%
Saúde	1.354,4	1.421,3	66,9	4,9%
Educação	1.623,5	1.944,8	321,4	19,8%
Defesa	519,5	391,6	-127,9	-
Transporte	655,8	533,4	-122,4	-
Administração	454,0	1.014,8	560,9	123,6
Ciência e Tecnologia	323,3	198,1	-125,1	-
Segurança Pública	132,0	205,2	73,2	55,5%
Assistência Social	122,4	145,9	23,5	19,2%
Demais	994,3	1.121,5	127,2	12,8%



Previdência Social

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018/2019
R\$ milhões - a preços de fev/2019 - IPCA

Discriminação	Fevereiro		Variação	
	2018	2019	Diferença	% Real
Arrecadação Líquida	31.082,4	31.654,7	572,3	1,8%
Arrecadação Bruta	34.488,3	34.099,4	-388,8	-1,1%
Contribuição Previdenciária	30.205,2	29.995,9	-209,4	-0,7%
Simples/Nacional/PAES	3.247,7	3.370,8	123,1	3,8%
REFIS	10,9	150,1	139,2	-
Depósitos Judiciais	102,2	11,8	-90,4	-88,5%
Compensação RGPS	922,2	570,8	-351,4	-38,1%
(-) Restituição/Devolução	-42,0	-113,5	-71,5	170,3%
(-) Transferências a Terceiros	-3.363,9	-2.331,2	1.032,7	-30,7%
Benefícios Previdenciários	46.132,3	46.746,8	614,5	1,3%
Resultado Primário	-15.049,9	-15.092,1	-42,2	0,3%

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 15,0 bilhões em fevereiro de 2018 para déficit de R\$ 15,1 bilhões em fevereiro de 2019, representando uma diferença de R\$ 42,2 milhões (0,3%).

A elevação de R\$ 614,5 milhões (1,3%) nos benefícios previdenciários é explicada pelo aumento de 590,7 mil (2,0%) no número benefícios emitidos parcialmente compensado pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 6,52 (0,5%).



Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Visão Geral

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2019

R\$ milhões - a preços de fev/2019- IPCA

Discriminação	2019		Variação	
	Janeiro	Fevereiro	Diferença	% Real
I. Receita Total	161.467,6	114.654,3	-46.813,4	-29,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	109.670,2	73.388,3	-36.281,9	-33,1%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	32.456,8	31.654,7	-802,1	-2,5%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	19.340,6	9.611,2	-9.729,3	-50,3%
II. Transferência por Repartição de Receita	24.033,7	29.287,7	5.254,0	21,9%
III. Receita Líquida Total (I-II)	137.433,9	85.366,6	-52.067,4	-37,9%
IV. Despesa Total	107.258,5	103.641,0	-3.617,5	-3,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	46.308,6	46.746,8	438,2	0,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.202,0	23.840,1	-2.361,8	-9,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	21.724,8	15.154,7	-6.570,1	-30,2%
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Executivo	13.023,2	17.899,4	4.876,2	37,4%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	0,0	0,0	-
VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)	30.175,4	-18.274,5	-48.449,9	-
Tesouro Nacional e Banco Central	44.027,2	-3.182,4	-47.209,5	-
Previdência Social (RGPS)	-13.851,7	-15.092,1	-1.240,4	9,0%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	44.027,2	-3.182,4	-47.209,5	-
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-13.851,7	-15.092,1	-1.240,4	9,0%

Em fevereiro de 2019, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 18,3 bilhões, contra superávit de R\$ 30,2 bilhões em janeiro de 2018 a preços constantes de dezembro.

A receita líquida do Governo Central em fevereiro de 2019 foi inferior em R\$ 52,1 bilhões (37,9%) à registrada no mês anterior, devido à entrada sazonal de recursos em janeiro (1ª ou única cota do IRPJ/CSLL e recolhimento trimestral da Participação Especial pela exploração de petróleo e gás natural).

Houve redução da despesa total em R\$ 3,6 bilhões (3,4%), devido, principalmente, ao impacto sazonal em janeiro do pagamento semestral de subsídios.



Receitas do Governo Central

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018/2019

R\$ milhões - a preços de fev/2019 - IPCA

Discriminação	2019		Variação	
	Janeiro	Fevereiro	Diferença	% Real
I. Receita Total	161.467,6	114.654,3	-46.813,4	-29,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	109.670,2	73.388,3	-36.281,9	-33,1%
Imposto de Importação	3.858,6	3.156,1	-702,5	-18,2%
IPI	4.207,5	4.144,8	-62,7	-1,5%
Imposto sobre a Renda	55.279,5	30.194,5	-25.085,0	-45,4%
IOF	2.934,8	3.376,3	441,6	15,0%
COFINS	20.330,1	18.769,2	-1.560,9	-7,7%
PIS/PASEP	5.647,0	5.385,1	-262,0	-4,6%
CSLL	14.789,8	6.597,0	-8.192,8	-55,4%
CIDE Combustíveis	286,7	225,8	-60,9	-21,2%
Outras Administradas pela RFB	2.336,3	1.539,5	-796,8	-34,1%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	32.456,8	31.654,7	-802,1	-2,5%
Urbana	31.851,5	31.049,8	-801,7	-2,5%
Rural	605,3	604,9	-0,4	-0,1%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	19.340,6	9.611,2	-9.729,3	-50,3%
Concessões e Permissões	499,3	142,2	-357,2	-71,5%
Dividendos e Participações	4,2	0,0	-4,2	-99,6%
Contr. Plano de Seg. Social do Servidor	1.053,6	1.087,8	34,2	3,2%
Exploração de Recursos Naturais	10.439,0	2.461,0	-7.977,9	-76,4%
Receitas Próprias e de Convênios	1.587,5	1.439,9	-147,6	-9,3%
Contribuição do Salário Educação	2.204,6	1.704,4	-500,3	-22,7%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	477,0	0,0	-477,0	-100,0%
Operações com Ativos	107,4	91,3	-16,0	-14,9%
Demais Receitas	2.967,9	2.684,6	-283,4	-9,5%

Em valores atualizados de fevereiro de 2019, a receita total do Governo Central apresentou redução de R\$ 46,8 bilhões (29,0%) em relação ao mês anterior, passando de R\$ 161,5 bilhões em janeiro de 2019 para R\$ 117,6 bilhões em fevereiro de 2019. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- redução de R\$ 36,3 bilhões (33,1%) nas receitas administradas pela RFB principalmente a entrada sazonal de recursos em janeiro (1ª ou única cota do IRPJ/CSLL);
- redução de R\$ 802,1 milhões na arrecadação líquida para o RGPS; e
- redução de R\$ 9,7 bilhões (50,3%) nas receitas não administradas pela RFB devido, principalmente, à entrada sazonal de recursos em janeiro de recolhimento trimestral da Participação Especial pela exploração de petróleo e gás natural).



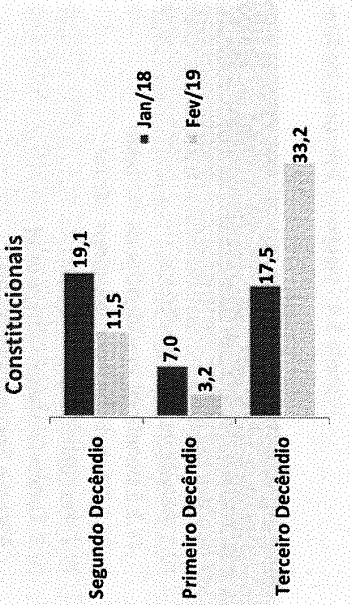
Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018

Discriminação	2019		Variação	
	Janeiro	Fevereiro	Diferença	% Real
II. Transferência por Repartição de Receita	24.033,7	29.287,7	5.254,0	21,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	19.672,1	21.499,5	1.827,4	9,3%
II.2 Fundos Constitucionais	844,9	802,0	-42,9	-5,1%
Repassse Total	1.118,3	1.367,3	249,1	22,3%
Superávit dos Fundos	-273,4	-565,4	-292,0	106,8%
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.373,7	1.251,6	-122,1	-8,9%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	1.745,4	5.712,0	3.966,6	227,3%
II.5 CIDE - Combustíveis	218,2	0,0	-218,2	-100,0%
II.6 Demais	179,4	22,6	-156,7	-87,4%

Em fevereiro de 2019, as transferências por repartição de receita apresentaram elevação de R\$ 5,3 bilhões (21,9%), totalizando R\$ 29,3 bilhões, contra R\$ 24,0 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorreu principalmente das receitas sazonalmente maiores em janeiro com reflexo nas transferências do mês de fevereiro. Ocorreu aumento de R\$ 1,8 bilhão (9,2%) no conjunto FPE/FPM/IPI-EE e de R\$ 4,0 bilhões (227,3%) nas transferências relativas à exploração de recursos naturais.

Gráfico 2. Base de Cálculo Transferências



Despesas do Governo Central

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de fev/2019- IPCA

Discriminação	2019		Variação	
	Janeiro	Fevereiro	Diferença	% Real
IV - Despesa Total	107.258,5	103.641,0	-3.617,5	-3,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	46.308,6	46.746,8	438,2	0,9%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	36.631,1	36.924,7	293,6	0,8%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.677,4	9.822,1	144,6	1,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	26.202,0	23.840,1	-2.361,8	-9,0%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	21.724,8	15.154,7	-6.570,1	-30,2%
Abono e Seguro Desemprego	5.864,5	5.870,7	6,2	0,1%
Benefícios de Prest. Continuada LOAS/RMV	477,0	0,0	-477,0	-100,0%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	946,0	1.221,6	275,5	29,1%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.011,4	570,8	-440,5	-43,6%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11,8	14,6	2,7	23,0%
Fundef/Fundeb - Complementação da União	3.155,9	1.016,2	-2.139,7	-67,8%
Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	43,0	113,2	70,2	163,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	127,8	119,6	-8,2	-6,4%
Subsídios, Subvenções e Proagro	4.691,9	127,1	-4.564,8	-97,3%
Impacto Primário do FIES	-39,5	155,1	194,6	-
Demais	5.435,0	5.945,9	510,9	9,4%
IV.4 Despesas Sujeitas à Progr. Financeira do Executivo	13.023,2	17.899,4	4.876,2	37,4%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	8.794,6	10.922,6	2.128,1	24,2%
Discricionárias	4.228,6	6.976,8	2.748,2	65,0%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital	18.887,1	22.134,0	3.246,9	17,2%
Outras Despesas de Custeio	17.571,0	20.817,9	3.246,9	18,5%

Em fevereiro de 2019, a despesa total do Governo Central registrou o valor de R\$ 103,6 bilhões, representando redução de R\$ 3,6 bilhões (3,4%), em relação ao mês anterior.

Esta variação deveu-se à redução de R\$ 4,6 bilhões em Subsídios, Subvenções e Proagro, devido à sistemática de pagamentos semestrais estabelecida em conformidade com os Acórdãos no 825/2015 e no 3.297/2015 (vide Boxe 1 do RTN de dezembro de 2015), aliada à redução sazonal das despesas de pessoal em R\$ 2,4 bilhões (9,0%) e ao decréscimo de R\$ 2,1 bilhões (67,8%) na Complementação da União ao FUNDEB, compensados parcialmente pelo aumento de 4,9 bilhões (37,4%) nas despesas sujeitas à programação financeira do poder executivo.

Tabela 3.5 - Despesas Discrecionárias do Poder Executivo - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de fev/2019- IPCA

Discriminação	2019		Variação	
	Janeiro	Fevereiro	Diferença	% Real
Despesas do Executivo Suj à Progr. Financeira	13.023,2	17.899,4	4.876,2	37,4%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	8.794,6	10.922,6	2.128,1	24,2%
Benefícios a servidores públicos	1.016,5	1.087,5	71,0	7,0%
Bolsa Família	2.607,3	2.544,9	-62,4	-2,4%
Saúde	5.002,8	6.707,9	1.705,2	34,1%
Educação	1,1	419,0	417,9	-
Demais	167,0	163,3	-3,6	-2,2%
Discrecionárias	4.228,6	6.976,8	2.748,2	65,0%
Saúde	886,2	1.421,3	535,1	60,4%
Educação	934,6	1.944,8	1.010,3	108,1%
Defesa	321,7	391,6	69,9	21,7%
Transporte	358,0	533,4	175,4	49,0%
Administração	258,8	1.014,8	756,0	292,1%
Ciência e Tecnologia	220,7	198,1	-22,6	-10,2%
Segurança Pública	166,2	205,2	39,1	23,5%
Assistência Social	141,3	145,9	4,6	3,3%
Demais	941,1	1.121,5	180,4	19,2%



Previdência Social

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018

Discriminação	2019		Variação	
	Janeiro	Fevereiro	Diferença	% Real
Arrecadação Líquida	32.317,9	31.654,7	-663,2	-2,1%
Arrecadação Bruta	36.097,7	34.099,4	-1.998,3	-5,5%
Contribuição Previdenciária	30.799,1	29.995,9	-803,2	-2,6%
Simplex/NACIONAL/PAES	4.131,7	3.370,8	-760,8	-18,4%
Depósitos Judiciais	147,1	150,1	3,1	2,1%
Refis	12,9	11,8	-1,1	-8,7%
Compensação RGPS	1.007,0	570,8	-436,2	-43,3%
(-) Restituição/Devolução	-87,7	-113,5	-25,9	29,5%
(-) Transferências a Terceiros	-3.692,2	-2.331,2	1.361,0	-36,9%
Benefícios Previdenciários	46.110,3	46.746,8	636,5	1,4%
Resultado Primário	-13.792,4	-15.092,1	-1.299,7	9,4%

R\$ milhões - a preços de fev/2019- IPCA

Em fevereiro de 2019, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 15,1 bilhões, contra déficit de R\$ 13,8 bilhões no mês anterior.

O aumento do déficit de R\$ 1,3 bilhão (9,4%) se deve ao efeito conjugado do aumento de R\$ 636,5 milhões nos benefícios previdenciários e pela redução de R\$ 663,2 milhões (2,1%) na arrecadação líquida do RGPS.



Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2018	2019		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro				
				Fev/19 Jan/19		Fev/19 Fev/18	
I. RECEITA TOTAL	106.063,8	160.776,4	114.654,3	-46.122,1	-28,7%	8.590,5	8,1%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	67.269,8	109.200,7	73.388,3	-35.812,4	-32,8%	6.118,55	9,1%
I.1.1 Imposto de Importação	2.833,6	3.842,1	3.156,1	-686,0	-17,9%	322,5	11,4%
I.1.2 IPI	4.089,2	4.189,5	4.144,8	-44,7	-1,1%	55,6	1,4%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	25.240,1	55.042,8	30.194,5	-24.848,3	-45,1%	4.954,4	19,6%
I.1.4 IOF	2.909,5	2.922,2	3.376,3	454,1	15,5%	466,8	16,0%
I.1.5 COFINS	18.957,9	20.243,1	18.769,2	-1.473,8	-7,3%	-188,7	-1,0%
I.1.6 PIS/PASEP	5.115,3	5.622,9	5.385,1	-237,8	-4,2%	269,8	5,3%
I.1.7 CSLL	5.443,4	14.726,5	6.597,0	-8.129,5	-55,2%	1.153,5	21,2%
I.1.8 CIDE Combustíveis	413,9	285,5	225,8	-59,7	-20,9%	-188,1	-45,5%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	2.266,8	2.326,3	1.539,5	-786,8	-33,8%	-727,3	-32,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	29.918,5	32.317,9	31.654,7	-663,2	-2,1%	1.736,2	5,8%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	8.875,5	19.257,8	9.611,2	-9.646,5	-50,1%	735,7	8,3%
I.4.1 Concessões e Permissões	136,4	497,2	142,2	-355,0	-71,4%	5,7	4,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	1,8	4,2	0,0	-4,2	-99,6%	-1,7	-99,1%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.059,4	1.049,1	1.087,8	38,7	3,7%	28,4	2,7%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	2.213,4	10.394,3	2.461,0	-7.933,2	-76,3%	247,7	11,2%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	1.060,5	1.580,7	1.439,9	-140,8	-8,9%	379,4	35,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.626,0	2.195,2	1.704,4	-490,8	-22,4%	78,3	4,8%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	474,9	0,0	-474,9	-100,0%	0,0	-
I.4.8 Operações com Ativos	90,4	106,9	91,3	-15,6	-14,6%	0,9	1,0%
I.4.9 Demais Receitas	2.687,6	2.955,2	2.684,6	-270,7	-9,2%	-3,0	-0,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	27.801,9	23.930,8	29.287,7	5.356,9	22,4%	1.485,8	5,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	21.155,3	19.587,9	21.499,5	1.911,6	9,8%	344,19	1,6%
II.2 Fundos Constitucionais	690,8	841,3	802,0	-39,3	-4,7%	111,16	16,1%
II.2.1 Repasse Total	1.408,3	1.113,5	1.367,3	253,9	22,8%	-41,0	-2,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-717,5	-272,2	-565,4	-293,2	107,7%	152,1	-21,2%
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.698,1	1.367,8	1.251,6	-116,2	-8,5%	446,50	-26,3%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	4.247,2	1.738,0	5.712,0	3.974,1	228,7%	1.464,9	34,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	217,3	0,0	-217,3	-100,0%	-	-
II.6 Demais	10,6	178,6	22,6	-156,0	-87,3%	12,04	113,7%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	78.261,9	136.845,6	85.366,6	-51.479,0	-37,6%	7.104,7	9,1%
IV. DESPESA TOTAL	97.480,1	106.799,3	103.641,0	-3.158,3	-3,0%	6.160,9	6,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	44.404,8	46.110,3	46.746,8	636,5	1,4%	2.341,95	5,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.577,8	26.089,8	23.840,1	-2.249,7	-8,6%	1.262,34	5,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.388,4	21.631,8	15.154,7	-6.477,1	-29,9%	766,4	5,3%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.808,6	5.839,4	5.870,7	31,3	0,5%	62,1	1,1%
IV.3.2 Anistiados	21,9	11,8	15,1	3,3	28,0%	-6,8	-31,1%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	46,0	49,2	-8,0	-57,2	-	-53,9	-
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.595,2	4.806,9	4.922,4	115,5	2,4%	327,2	7,1%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	474,9	0,0	-474,9	-100,0%	0,0	-
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	38,3	942,0	1.221,6	279,6	29,7%	1.183,3	-
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	887,7	1.007,0	570,8	-436,2	-43,3%	-316,9	-35,7%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	30,3	11,8	14,6	2,8	23,5%	-15,7	-51,9%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	963,9	3.142,4	1.016,2	-2.126,2	-67,7%	52,2	5,4%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	105,8	42,8	113,2	70,4	164,3%	7,3	6,9%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	852,7	536,8	942,4	405,7	75,6%	89,7	10,5%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	159,2	0,0	0,0	0,0	-	-159,2	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	419,2	127,2	119,6	-7,6	-6,0%	-299,6	-71,5%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	188,6	4.671,832	127,1	-4.544,7	-97,3%	-61,5	-32,6%
IV.3.16 Transferências ANA	23,4	7,2	7,3	0,1	1,7%	-16,1	-68,8%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	182,1	0,0	66,7	66,7	-	-115,3	-63,4%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	65,6	-39,3	155,1	194,5	-	89,6	136,6%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	16.109,1	12.967,4	17.899,4	4.932,0	38,0%	1.790,3	11,1%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	10.161,4	8.756,9	10.922,6	2.165,7	24,7%	761,2	7,5%
IV.4.2 Discricionárias	5.947,7	4.210,5	6.976,8	2.766,3	65,7%	1.029,0	17,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-19.218,2	30.046,3	-18.274,5	-48.320,7	-	943,8	-4,9%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	426,1	673,7	-	-	-	-	-
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	-690,5	3.296,7	-	-	-	-	-
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	477,9	1.590,3	-	-	-	-	-
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-19.004,8	35.606,9	-	-	-	-	-
X. JUROS NOMINAIS	-22.109,3	-17.961,7	-	-	-	-	-
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-41.114,1	17.645,3	-	-	-	-	-



Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Fev/19 - IPCA



Discriminação	2018	2019		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro				
I. RECEITA TOTAL	110.389,9	161.467,6	114.654,3	-46.813,4	-29,0%	4.464,3	4,1%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	69.886,7	109.670,2	73.388,3	-36.281,9	-33,1%	3.501,6	5,0%
I.1.1 Imposto de Importação	2.943,8	3.858,6	3.156,1	-702,5	-18,2%	212,3	7,2%
I.1.2 IPI	4.248,3	4.207,5	4.144,8	-62,7	-1,5%	-103,4	-2,4%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	26.222,0	55.279,5	30.194,5	-25.085,0	-45,4%	3.972,5	15,1%
I.1.4 IOF	3.022,7	2.934,8	3.376,3	441,6	15,0%	353,6	11,7%
I.1.5 COFINS	19.695,4	20.330,1	18.769,2	-1.560,9	-7,7%	-926,2	-4,7%
I.1.6 PIS/PASEP	5.314,3	5.647,0	5.385,1	-262,0	-4,6%	70,8	1,3%
I.1.7 CSLL	5.655,2	14.789,8	6.597,0	-8.192,8	-55,4%	941,8	16,7%
I.1.8 CIDE Combustíveis	430,0	286,7	225,8	-60,9	-21,2%	-204,2	-47,5%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	2.355,0	2.336,3	1.539,5	-796,8	-34,1%	-815,5	-34,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	31.082,4	32.456,8	31.654,7	-802,1	-2,5%	572,3	1,8%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	9.220,8	19.340,6	9.611,2	-9.729,3	-50,3%	390,4	4,2%
I.4.1 Concessões e Permissões	141,7	499,3	142,2	-357,2	-71,5%	0,4	0,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	1,8	4,2	0,0	-4,2	-99,6%	-1,8	-99,1%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.100,6	1.053,6	1.087,8	34,2	3,2%	-12,9	-1,2%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	2.299,5	10.439,0	2.461,0	-7.977,9	-76,4%	161,6	7,0%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	1.101,7	1.587,5	1.439,9	-147,6	-9,3%	338,2	30,7%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.689,3	2.204,6	1.704,4	-500,3	-22,7%	15,1	0,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	477,0	0,0	-477,0	-100,0%	0,0	-
I.4.8 Operações com Ativos	94,0	107,4	91,3	-16,0	-14,9%	-2,6	-2,8%
I.4.9 Demais Receitas	2.792,1	2.967,9	2.684,6	-283,4	-9,5%	-107,6	-3,9%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	28.883,5	24.033,7	29.287,7	5.254,0	21,9%	404,2	1,4%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	21.978,3	19.672,1	21.499,5	1.827,4	9,3%	-478,8	-2,2%
II.2 Fundos Constitucionais	717,7	844,9	802,0	-42,9	-5,1%	84,3	11,7%
II.2.1 Repasse Total	1.463,1	1.118,3	1.367,3	249,1	22,3%	-9,8	-6,5%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-745,4	-273,4	-565,4	-292,0	106,8%	180,1	-24,2%
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.764,1	1.373,7	1.251,6	-122,1	-8,9%	-512,6	-29,1%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	4.412,4	1.745,4	5.712,0	3.966,6	227,3%	1.299,6	29,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	218,2	0,0	-218,2	-	0,0	-
II.6 Demais	11,0	179,4	22,6	-156,7	-87,4%	11,6	105,7%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	81.306,5	137.433,9	85.366,6	-52.067,4	-37,9%	4.060,1	5,0%
IV. DESPESA TOTAL	101.272,3	107.258,5	103.641,0	-3.617,5	-3,4%	2.368,7	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	46.132,3	46.308,6	46.746,8	438,2	0,9%	614,5	1,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	23.456,1	26.202,0	23.840,1	-2.361,8	-9,0%	384,0	1,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.948,1	21.724,8	15.154,7	-6.570,1	-30,2%	206,6	1,4%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	6.034,6	5.864,5	5.870,7	6,2	0,1%	-163,9	-2,7%
IV.3.2 Anistiados	22,7	11,8	15,1	3,2	27,4%	-7,6	-33,7%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	47,8	49,4	-8,0	-57,4	-	-55,7	-
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.773,9	4.827,5	4.922,4	94,8	2,0%	148,4	3,1%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	477,0	0,0	-477,0	-100,0%	0,0	-
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	39,8	946,0	1.221,6	275,5	29,1%	1.181,8	-
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	922,2	1.011,4	570,8	-440,5	-43,6%	-351,4	-38,1%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	31,4	11,8	14,6	2,7	23,0%	-16,9	-53,7%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	1.001,4	3.155,9	1.016,2	-2.139,7	-67,8%	14,7	1,5%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	110,0	43,0	113,2	70,2	163,2%	3,2	2,9%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	885,9	539,1	942,4	403,4	74,8%	56,5	6,4%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	165,4	0,0	0,0	0,0	-	-165,4	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	435,5	127,8	119,6	-8,2	-6,4%	-315,9	-72,5%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	196,0	4.691,9	127,1	-4.564,8	-97,3%	-68,9	-35,1%
IV.3.16 Transferências ANA	24,3	7,2	7,3	0,1	1,3%	-17,0	-70,0%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	189,2	0,0	66,7	-66,7	-	-122,4	-64,7%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	68,1	-39,5	155,1	194,6	-	87,0	127,8%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	16.735,8	13.023,2	17.899,4	4.876,2	37,4%	1.163,6	7,0%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	10.556,7	8.794,6	10.922,6	2.128,1	24,2%	365,9	3,5%
IV.4.2 Discricionárias	6.179,1	4.228,6	6.976,8	2.748,2	65,0%	797,6	12,9%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-19.965,9	30.175,4	-18.274,5	-48.449,9	-	1.691,4	-8,5%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAPIU	442,6	676,6	-	-	-	-	-
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	-717,4	3.310,9	-	-	-	-	-
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	496,5	1.597,1	-	-	-	-	-
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-19.744,1	35.760,0	-	-	-	-	-
X. JUROS NOMINAIS	-22.569,4	-18.038,9	-	-	-	-	-
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-42.713,5	17.721,2	-	-	-	-	-



Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2018	2019	Diferença	Varição (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/18 Jan-Fev/17	
I. RECEITA TOTAL	262.219,7	275.430,6	13.211,0	5,0%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	177.118,8	182.589,1	5.470,3	3,1%
I.1.1 Imposto de Importação	6.076,2	6.998,2	922,0	15,2%
I.1.2 IPI	9.358,5	8.334,3	-1.024,2	-10,9%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	75.258,4	85.237,3	9.978,9	13,3%
I.1.4 IOF	5.878,3	6.298,5	420,2	7,1%
I.1.5 COFINS	42.415,7	39.012,3	-3.403,4	-8,0%
I.1.6 PIS/PASEP	11.555,7	11.008,0	-547,7	-4,7%
I.1.7 CSLL	20.613,6	21.323,4	709,9	3,4%
I.1.8 CIDE Combustíveis	872,3	511,2	-361,0	-41,4%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	5.090,1	3.865,8	-1.224,3	-24,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	58.584,9	63.972,5	5.387,6	9,2%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	26.515,9	28.869,0	2.353,1	8,9%
I.4.1 Concessões e Permissões	560,0	639,3	79,3	14,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	5,4	4,2	-1,2	-21,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.085,1	2.136,9	51,8	2,5%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	9.863,7	12.855,3	2.991,7	30,3%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	2.139,4	3.020,7	881,3	41,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	4.455,8	3.899,6	-556,2	-12,5%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	462,9	474,9	12,0	2,6%
I.4.8 Operações com Ativos	195,8	198,3	2,4	1,3%
I.4.9 Demais Receitas	6.747,8	5.639,8	-1.108,1	-16,4%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	47.758,0	53.218,5	5.460,5	11,4%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	37.445,3	41.087,4	3.642,1	9,7%
II.2 Fundos Constitucionais	1.349,1	1.643,2	294,2	21,8%
II.2.1 Repasse Total	2.485,6	2.480,8	-4,8	-0,2%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.136,5	-837,6	298,9	-26,3%
II.3 Contribuição do Salário Educação	2.679,5	2.619,3	-60,1	-2,2%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	5.668,7	7.450,0	1.781,3	31,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	424,7	217,3	-207,4	-48,8%
II.6 Demais	190,8	201,2	10,5	5,5%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	214.461,7	222.212,2	7.750,5	3,6%
IV. DESPESA TOTAL	202.837,5	210.440,4	7.602,8	3,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	87.771,1	92.857,1	5.086,0	5,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	48.192,6	49.929,9	1.737,3	3,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	36.254,6	36.786,5	532,0	1,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	11.326,4	11.710,1	383,6	3,4%
IV.3.2 Anistia	34,1	26,8	-7,3	-21,3%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	88,5	41,2	-47,2	-53,4%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.117,7	9.729,2	611,6	6,7%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	462,9	474,9	12,0	2,6%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	51,2	2.163,6	2.112,3	-
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.777,8	1.577,8	-199,9	-11,2%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	67,9	26,4	-41,5	-61,2%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	3.879,8	4.158,5	278,7	7,2%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	211,2	156,0	-55,2	-26,1%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.575,0	1.479,2	-95,8	-6,1%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	318,3	0,0	-318,3	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	504,0	246,8	-257,1	-51,0%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	6.233,6	4.798,9	-1.434,7	-23,0%
IV.3.16 Transferências ANA	43,0	14,5	-28,5	-66,3%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	217,9	66,7	-151,1	-69,4%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	345,2	115,8	-229,5	-66,5%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	30.619,3	30.866,8	247,6	0,8%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	20.064,8	19.679,6	-385,2	-1,9%
IV.4.2 Discricionárias	10.554,5	11.187,3	632,8	6,0%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	11.624,1	11.771,8	147,7	1,3%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	1.150,6	-	-	-
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	3.975,4	-	-	-
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	775,1	-	-	-
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	17.525,3	-	-	-
X. JUROS NOMINAIS	-45.360,7	-	-	-
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-27.835,5	-	-	-



Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Fev/19 - IPCA



Discriminação	2018	2019	Diferença	Variação (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev		
I. RECEITA TOTAL	272.939,8	276.121,9	3.182,1	1,2%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	184.374,3	183.058,6	-1.315,8	-0,7%
I.1.1 Imposto de Importação	6.323,4	7.014,7	691,3	10,9%
I.1.2 IPI	9.740,1	8.352,3	-1.387,8	-14,2%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	78.352,4	85.474,0	7.121,5	9,1%
I.1.4 IOF	6.116,8	6.311,1	194,3	3,2%
I.1.5 COFINS	44.143,7	39.099,3	-5.044,4	-11,4%
I.1.6 PIS/PASEP	12.026,6	11.032,1	-994,5	-8,3%
I.1.7 CSLL	21.465,9	21.386,7	-79,2	-0,4%
I.1.8 CIDE Combustíveis	907,7	512,5	-395,3	-43,5%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	5.297,5	3.875,8	-1.421,7	-26,8%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	60.959,3	64.111,5	3.152,2	5,2%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	27.606,1	28.951,8	1.345,7	4,9%
I.4.1 Concessões e Permissões	583,2	641,5	58,3	10,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	5,6	4,3	-1,4	-24,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.169,6	2.141,4	-28,3	-1,3%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	10.272,8	12.900,0	2.627,2	25,6%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	2.226,2	3.027,5	801,3	36,0%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	4.638,6	3.909,0	-729,5	-15,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	482,4	477,0	-5,5	-1,1%
I.4.8 Operações com Ativos	203,8	198,7	-5,1	-2,5%
I.4.9 Demais Receitas	7.023,8	5.652,5	-1.371,4	-19,5%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	49.682,2	53.321,4	3.639,1	7,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	38.956,1	41.171,6	2.215,5	5,7%
II.2 Fundos Constitucionais	1.403,8	1.646,9	243,1	17,3%
II.2.1 Repasse Total	2.585,8	2.485,6	-100,2	-3,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.182,1	-838,7	343,4	-29,0%
II.3 Contribuição do Salário Educação	2.787,0	2.625,2	-161,8	-5,8%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	5.894,0	7.457,5	1.563,5	26,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	442,6	218,2	-224,4	-50,7%
II.6 Demais	198,8	202,0	3,2	1,6%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	223.257,5	222.800,5	-457,0	-0,2%
IV. DESPESA TOTAL	211.078,7	210.899,5	-179,1	-0,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	91.329,7	93.055,3	1.725,6	1,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	50.152,6	50.042,1	-110,5	-0,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	37.737,6	36.879,5	-858,1	-2,3%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	11.785,4	11.735,2	-50,2	-0,4%
IV.3.2 Anistiados	35,5	26,9	-8,6	-24,2%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	92,1	41,5	-50,6	-55,0%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.487,4	9.749,9	262,5	2,8%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	482,4	477,0	-5,5	-1,1%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	53,3	2.167,6	2.114,4	-
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.849,9	1.582,2	-267,7	-14,5%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	70,7	26,4	-44,2	-62,6%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	4.040,5	4.172,0	131,6	3,3%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	219,8	156,2	-63,6	-28,9%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.638,7	1.481,5	-157,2	-9,6%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	331,2	0,0	-331,2	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	523,9	247,4	-276,5	-52,8%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	6.496,2	4.819,0	-1.677,2	-25,8%
IV.3.16 Transferências ANA	44,7	14,5	-30,2	-67,6%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	226,5	66,7	-159,7	-70,5%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	359,6	115,6	-244,0	-67,9%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	31.858,7	30.922,6	-936,1	-2,9%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	20.878,2	19.717,2	-1.161,0	-5,6%
IV.4.2 Discricionárias	10.980,4	11.205,4	224,9	2,0%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	12.178,9	11.901,0	-277,9	-2,3%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	1.197,7			
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	4.145,6			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	806,2			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	18.328,5			
X. JUROS NOMINAIS	-47.202,7			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-28.874,2			



Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2018	2019		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro				
				Fev/19		Fev/19	
				Jan/19		Fev/18	
I. RECEITA TOTAL	106.063,8	160.776,4	114.654,3	-46.122,1	-28,7%	8.590,5	8,1%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	67.269,8	109.200,7	73.388,3	-35.812,4	-32,8%	6.118,5	9,1%
I.1.1 Imposto de Importação	2.833,6	3.842,1	3.156,1	-686,0	-17,9%	322,5	11,4%
I.1.2 IPI	4.089,2	4.189,5	4.144,8	-44,7	-1,1%	55,6	1,4%
I.1.2.1 IPI - Fumo	458,8	733,7	421,9	-311,8	-42,5%	-36,9	-8,0%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	228,1	534,7	298,7	-236,0	-44,1%	70,6	31,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	299,2	570,3	374,5	-195,8	-34,3%	75,3	25,2%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à Importação	1.170,3	1.648,4	1.372,5	-275,9	-16,7%	202,2	17,3%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.932,9	702,5	1.677,4	974,9	138,8%	-255,5	-13,2%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	25.240,1	55.042,8	30.194,5	-24.848,3	-45,1%	4.954,4	19,6%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	1.160,7	1.957,3	1.577,4	-379,9	-19,4%	416,6	35,9%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	9.587,4	25.730,2	12.036,3	-13.694,0	-53,2%	2.448,8	25,5%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	14.491,9	27.355,3	16.580,9	-10.774,4	-39,4%	2.089,0	14,4%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.511,7	15.056,8	9.565,7	-5.491,1	-36,5%	1.054,1	12,4%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.148,0	5.676,4	3.687,3	-1.989,1	-35,0%	539,3	17,1%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.964,5	5.124,9	2.302,2	-2.822,7	-55,1%	337,7	17,2%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	867,7	1.497,2	1.025,6	-471,6	-31,5%	157,9	18,2%
I.1.4 IOF	2.909,5	2.922,2	3.376,3	454,1	15,5%	466,8	16,0%
I.1.5 Cofins	18.957,9	20.243,1	18.769,2	-1.473,8	-7,3%	-188,7	-1,0%
I.1.6 PIS/PASEP	5.115,3	5.622,9	5.385,1	-237,8	-4,2%	269,8	5,3%
I.1.7 CSLL	5.443,4	14.726,5	6.597,0	-8.129,5	-55,2%	1.153,5	21,2%
I.1.8 CIDE Combustíveis	413,9	285,5	225,8	-59,7	-20,9%	-188,1	-45,5%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	2.266,8	2.326,3	1.539,5	-786,8	-33,8%	-727,3	-32,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	29.918,5	32.317,9	31.654,7	-663,2	-2,1%	1.736,2	5,8%
I.3.1 Urbana	29.219,0	31.715,2	31.049,8	-665,4	-2,1%	1.830,7	6,3%
I.3.2 Rural	699,4	602,7	604,9	2,2	0,4%	-94,5	-13,5%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	8.875,5	19.257,8	9.611,2	-9.646,5	-50,1%	735,7	8,3%
I.4.1 Concessões e Permissões	136,4	497,2	142,2	-355,0	-71,4%	5,7	4,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	1,8	4,2	0,0	-4,2	-99,6%	-1,7	-99,1%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.059,4	1.049,1	1.087,8	38,7	3,7%	28,4	2,7%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	2.213,4	10.394,3	2.461,0	-7.933,2	-76,3%	247,7	11,2%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	1.060,5	1.580,7	1.439,9	-140,8	-8,9%	379,4	35,8%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.626,0	2.195,2	1.704,4	-490,8	-22,4%	78,3	4,8%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	474,9	0,0	-474,9	-100,0%	0,0	-
I.4.8 Operações com Ativos	90,4	106,9	91,3	-15,6	-14,6%	0,9	1,0%
I.4.9 Demais Receitas	2.687,6	2.955,2	2.684,6	-270,7	-9,2%	-3,0	-0,1%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	27.801,9	23.930,8	29.287,7	5.356,9	22,4%	1.485,8	5,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	21.155,3	19.587,9	21.499,5	1.911,6	9,8%	344,2	1,6%
II.2 Fundos Constitucionais	690,8	841,3	802,0	-39,3	-4,7%	111,2	16,1%
II.2.1 Repasse Total	1.408,3	1.113,5	1.367,3	253,9	22,8%	-41,0	-2,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-717,5	-272,2	-565,4	-293,2	107,7%	152,1	-21,2%
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.698,1	1.367,8	1.251,6	-116,2	-8,5%	-446,5	-26,3%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	4.247,2	1.738,0	5.712,0	3.974,1	228,7%	1.464,9	34,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	217,3	0,0	-217,3	-	0,0	-
II.6 Demais	10,6	178,6	22,6	-156,0	-87,3%	12,0	113,7%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	78.261,9	136.845,6	85.366,6	-51.479,0	-37,6%	7.104,7	9,1%
Memorando							
Arrecadação Líquida para o RGPS	29.918,5	32.317,9	31.654,7	-663,2	-2,1%	1.736,2	5,8%
Arrecadação Ordinária	29.030,8	31.310,8	31.083,9	-227,0	-0,7%	2.053,0	7,1%
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	887,7	1.007,0	570,8	-436,2	-43,3%	-316,9	-35,7%



Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Fev/19 - IPCA



Discriminação	2018	2019		Diferença Fev/19 Jan/19	Variação (%) Fev/19 Jan/19	Diferença Fev/19 Fev/18	Variação (%) Fev/19 Fev/18
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro				
I. RECEITA TOTAL	110.189,9	161.467,6	114.654,3	-46.813,4	-29,0%	4.464,3	4,1%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	69.886,7	109.670,2	73.388,3	-36.281,9	-33,1%	3.501,6	5,0%
I.1.1 Imposto de Importação	2.943,8	3.858,6	3.156,1	-702,5	-18,2%	212,3	7,2%
I.1.2 IPI	4.248,3	4.207,5	4.144,8	-62,7	-1,5%	-103,4	-2,4%
I.1.2.1 IPI - Fumo	476,6	736,8	421,9	-315,0	-42,7%	-54,8	-11,5%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	236,9	537,0	298,7	-238,3	-44,4%	61,7	26,1%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	310,8	572,7	374,5	-198,3	-34,6%	63,6	20,5%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	1.215,8	1.655,5	1.372,5	-283,0	-17,1%	156,7	12,9%
I.1.2.5 IPI - Outros	2.008,1	705,5	1.677,4	971,9	137,8%	-330,7	-16,5%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	26.222,0	55.279,5	30.194,5	-25.085,0	-45,4%	3.972,5	15,1%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	1.205,9	1.965,7	1.577,4	-388,3	-19,8%	371,5	30,8%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	9.960,4	25.840,9	12.036,3	-13.804,6	-53,4%	2.075,8	20,8%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	15.055,7	27.472,9	16.580,9	-10.892,1	-39,6%	1.525,2	10,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.842,8	15.121,6	9.565,7	-5.555,8	-36,7%	722,9	8,2%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.270,5	5.700,8	3.687,3	-2.013,5	-35,3%	416,8	12,7%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.041,0	5.147,0	2.302,2	-2.844,7	-55,3%	261,3	12,8%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	901,4	1.503,7	1.025,6	-478,1	-31,8%	124,2	13,8%
I.1.4 IOF	3.022,7	2.934,8	3.376,3	441,6	15,0%	353,6	11,7%
I.1.5 Cofins	19.695,4	20.330,1	18.769,2	-1.560,9	-7,7%	-926,2	-4,7%
I.1.6 PIS/PASEP	5.314,3	5.647,0	5.385,1	-262,0	-4,6%	70,8	1,3%
I.1.7 CSLL	5.655,2	14.789,8	6.597,0	-8.192,8	-55,4%	941,8	16,7%
I.1.8 CIDE Combustíveis	430,0	286,7	225,8	-60,9	-21,2%	-204,2	-47,5%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	2.355,0	2.336,3	1.539,5	-796,8	-34,1%	-815,5	-34,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	31.082,4	32.456,8	31.654,7	-802,1	-2,5%	572,3	1,8%
I.3.1 Urbana	30.355,7	31.851,5	31.049,8	-801,7	-2,5%	694,0	2,3%
I.3.2 Rural	726,7	605,3	604,9	-0,4	-0,1%	-121,7	-16,8%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	9.220,8	19.340,6	9.611,2	-9.729,3	-50,3%	390,4	4,2%
I.4.1 Concessões e Permissões	141,7	499,3	142,2	-357,2	-71,5%	0,4	0,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	1,8	4,2	0,0	-4,2	-99,6%	-1,8	-99,1%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.100,6	1.053,6	1.087,8	34,2	3,2%	-12,9	-1,2%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	2.299,5	10.439,0	2.461,0	-7.977,9	-76,4%	161,6	7,0%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	1.101,7	1.587,5	1.439,9	-147,6	-9,3%	338,2	30,7%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.689,3	2.204,6	1.704,4	-500,3	-22,7%	15,1	0,9%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	477,0	0,0	-477,0	-100,0%	0,0	-
I.4.8 Operações com Ativos	94,0	107,4	91,3	-16,0	-14,9%	-2,6	-2,8%
I.4.9 Demais Receitas	2.792,1	2.967,9	2.684,6	-283,4	-9,5%	-107,6	-3,9%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	28.883,5	24.033,7	29.287,7	5.254,0	21,9%	404,2	1,4%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	21.978,3	19.672,1	21.499,5	1.827,4	9,3%	-478,8	-2,2%
II.2 Fundos Constitucionais	717,7	844,9	802,0	-42,9	-5,1%	84,3	11,7%
II.2.1 Repasse Total	1.463,1	1.118,3	1.367,3	249,1	22,3%	-95,8	-6,5%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-745,4	-273,4	-565,4	-292,0	106,8%	180,1	-24,2%
II.3 Contribuição do Salário Educação	1.764,1	1.373,7	1.251,6	-122,1	-8,9%	-512,6	-29,1%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	4.412,4	1.745,4	5.712,0	3.966,6	227,3%	1.299,6	29,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	218,2	0,0	-218,2	-100,0%	0,0	-
II.6 Demais	11,0	179,4	22,6	-156,7	-87,4%	11,6	105,7%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	81.306,5	137.433,9	85.366,6	-52.067,4	-37,9%	4.060,1	5,0%
Memorando							
Arrecadação Líquida para o RGPS	31.082,4	32.456,8	31.654,7	-802,1	-2,5%	572,3	1,8%
Arrecadação Ordinária	30.160,2	31.445,5	31.083,9	-361,6	-1,1%	923,7	3,1%
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	922,2	1.011,4	570,8	-440,5	-43,6%	-351,4	-38,1%



Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2018	2019	Diferença	Variação (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/18 Jan-Fev/17	
I. RECEITA TOTAL	262.219,7	275.430,6	13.211,0	5,0%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	177.118,8	182.589,1	5.470,3	3,1%
I.1.1 Imposto de Importação	6.076,2	6.998,2	922,0	15,2%
I.1.2 IPI	9.358,5	8.334,3	-1.024,2	-10,9%
I.1.2.1 IPI - Fumo	989,2	1.155,5	166,3	16,8%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	545,3	833,3	288,0	52,8%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	706,9	944,7	237,8	33,6%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	2.491,5	3.020,9	529,4	21,2%
I.1.2.5 IPI - Outros	4.625,6	2.379,8	-2.245,8	-48,6%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	75.258,4	85.237,3	9.978,9	13,3%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.971,1	3.534,6	563,5	19,0%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	34.188,1	37.766,5	3.578,4	10,5%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	38.099,2	43.936,2	5.837,0	15,3%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	21.426,4	24.622,6	3.196,2	14,9%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	8.332,5	9.363,7	1.031,2	12,4%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	5.988,7	7.427,2	1.438,4	24,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	2.351,6	2.522,8	171,2	7,3%
I.1.4 IOF	5.878,3	6.298,5	420,2	7,1%
I.1.5 Cofins	42.415,7	39.012,3	-3.403,4	-8,0%
I.1.6 PIS/PASEP	11.555,7	11.008,0	-547,7	-4,7%
I.1.7 CSLL	20.613,6	21.323,4	709,9	3,4%
I.1.8 CIDE Combustíveis	872,3	511,2	-361,0	-41,4%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	5.090,1	3.865,8	-1.224,3	-24,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	58.584,9	63.972,5	5.387,6	9,2%
I.3.1 Urbana	57.097,5	62.764,9	5.667,4	9,9%
I.3.2 Rural	1.487,4	1.207,6	-279,8	-18,8%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	26.515,9	28.869,0	2.353,1	8,9%
I.4.1 Concessões e Permissões	560,0	639,3	79,3	14,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	5,4	4,2	-1,2	-21,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.085,1	2.136,9	51,8	2,5%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	9.863,7	12.855,3	2.991,7	30,3%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	2.139,4	3.020,7	881,3	41,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	4.455,8	3.899,6	-556,2	-12,5%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	462,9	474,9	12,0	2,6%
I.4.8 Operações com Ativos	195,8	198,3	2,4	1,3%
I.4.9 Demais Receitas	6.747,8	5.639,8	-1.108,1	-16,4%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	47.758,0	53.218,5	5.460,5	11,4%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	37.445,3	41.087,4	3.642,1	9,7%
II.2 Fundos Constitucionais	1.349,1	1.643,2	294,2	21,8%
II.2.1 Repasse Total	2.485,6	2.480,8	-4,8	-0,2%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.136,5	-837,6	298,9	-26,3%
II.3 Contribuição do Salário Educação	2.679,5	2.619,3	-60,1	-2,2%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	5.668,7	7.450,0	1.781,3	31,4%
II.5 CIDE - Combustíveis	424,7	217,3	-207,4	-48,8%
II.6 Demais	190,8	201,2	10,5	5,5%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	214.461,7	222.212,2	7.750,5	3,6%
Memorando				
Arrecadação Líquida para o RGPS	58.584,9	63.972,5	5.387,6	9,2%
Arrecadação Ordinária	56.807,2	62.394,7	5.587,5	9,8%
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	1.777,8	1.577,8	-199,9	-11,2%



Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Fev/19 - IPCA



Discriminação	2018	2019	Diferença	Variação (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev		
I. RECEITA TOTAL	272.939,8	276.121,9	3.182,1	1,2%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	184.374,3	183.058,6	-1.315,8	-0,7%
I.1.1 Imposto de Importação	6.323,4	7.014,7	691,3	10,9%
I.1.2 IPI	9.740,1	8.352,3	-1.387,8	-14,2%
I.1.2.1 IPI - Fumo	1.029,5	1.158,7	129,2	12,5%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	567,6	835,6	268,0	47,2%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	735,7	947,2	211,4	28,7%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	2.592,8	3.028,0	435,2	16,8%
I.1.2.5 IPI - Outros	4.814,5	2.382,9	-2.431,7	-50,5%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	78.352,4	85.474,0	7.121,5	9,1%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	3.092,7	3.543,0	450,3	14,6%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	35.599,9	37.877,1	2.277,2	6,4%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	39.659,8	44.053,8	4.394,0	11,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	22.302,9	24.687,3	2.384,4	10,7%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	8.673,8	9.388,1	714,3	8,2%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	6.235,1	7.449,2	1.214,1	19,5%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	2.448,0	2.529,3	81,2	3,3%
I.1.4 IOF	6.116,8	6.311,1	194,3	3,2%
I.1.5 Cofins	44.143,7	39.099,3	-5.044,4	-11,4%
I.1.6 PIS/PASEP	12.026,6	11.032,1	-994,5	-8,3%
I.1.7 CSLL	21.465,9	21.386,7	-79,2	-0,4%
I.1.8 CIDE Combustíveis	907,7	512,5	-395,3	-43,5%
I.1.9 Outras Administradas pela RFB	5.297,5	3.875,8	-1.421,7	-26,8%
I.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	60.959,3	64.111,5	3.152,2	5,2%
I.3.1 Urbana	59.411,5	62.901,3	3.489,8	5,9%
I.3.2 Rural	1.547,9	1.210,2	-337,7	-21,8%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	27.606,1	28.951,8	1.345,7	4,9%
I.4.1 Concessões e Permissões	583,2	641,5	58,3	10,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	5,6	4,3	-1,4	-24,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	2.169,6	2.141,4	-28,3	-1,3%
I.4.4 Exploração de Recursos Naturais	10.272,8	12.900,0	2.627,2	25,6%
I.4.5 Receitas Próprias e de Convênios	2.226,2	3.027,5	801,3	36,0%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	4.638,6	3.909,0	-729,5	-15,7%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	482,4	477,0	-5,5	-1,1%
I.4.8 Operações com Ativos	203,8	198,7	-5,1	-2,5%
I.4.9 Demais Receitas	7.023,8	5.652,5	-1.371,4	-19,5%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	49.682,2	53.321,4	3.639,1	7,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	38.956,1	41.171,6	2.215,5	5,7%
II.2 Fundos Constitucionais	1.403,8	1.646,9	243,1	17,3%
II.2.1 Repasse Total	2.585,8	2.485,6	-100,2	-3,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.182,1	-838,7	343,4	-29,0%
II.3 Contribuição do Salário Educação	2.787,0	2.625,2	-161,8	-5,8%
II.4 Exploração de Recursos Naturais	5.894,0	7.457,5	1.563,5	26,5%
II.5 CIDE - Combustíveis	442,6	218,2	-224,4	-50,7%
II.6 Demais	198,8	202,0	3,2	1,6%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	223.257,5	222.800,5	-457,0	-0,2%
Memorando				
Arrecadação Líquida para o RGPS	60.959,3	64.111,5	3.152,2	5,2%
Arrecadação Ordinária	59.109,5	62.529,3	3.419,9	5,8%
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	1.849,9	1.582,2	-267,7	-14,5%



Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2018	2019		Diferença		Variação (%)	
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/19	Jan/19	Fev/19	Fev/18
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	1,8	4,2	0,0	-4,2	-99,6%	-1,7	-99,1%
Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	1,8	4,2	0,0	-4,2	-99,6%	-1,7	-99,1%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Fev/19 - IPCA

Discriminação	2018	2019		Diferença		Variação (%)	
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/19	Jan/19	Fev/19	Fev/18
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	1,8	4,2	0,0	-4,2	-99,6%	-1,8	-99,1%
Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	1,8	4,2	0,0	-4,2	-99,6%	-1,8	-99,1%



Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2018 Jan-Fev	2019 Jan-Fev	Diferença	Variação (%)
			Jan-Fev/18 Jan-Fev/17	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	5,4	4,2	-1,2	-21,5%
Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-
BNB	0,0	0,0	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	5,4	4,2	-1,2	-21,5%

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Fev/19 - IPCA

Discriminação	2018 Jan-Fev	2019 Jan-Fev	Diferença	Variação (%)
			Jan-Fev/18 Jan-Fev/17	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	5,6	4,3	-1,4	-24,3%
Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-
BNB	0,0	0,0	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	-
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	5,6	4,3	-1,4	-24,3%



Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2018	2019		Diferença		Variação (%)	
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/19 Jan/19		Fev/19 Fev/18	
IV. DESPESA TOTAL	97.480,1	106.799,3	103.641,0	-3.158,3	-3,0%	6.160,9	6,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	44.404,8	46.110,3	46.746,8	636,5	1,4%	2.341,9	5,3%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	34.896,6	36.474,3	36.924,7	450,4	1,2%	2.028,1	5,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	345,5	560,6	453,4	-107,2	-19,1%	107,9	31,2%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.508,2	9.636,0	9.822,1	186,1	1,9%	313,8	3,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	94,8	149,7	121,4	-28,3	-18,9%	26,6	28,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.577,8	26.089,8	23.840,1	-2.249,7	-8,6%	1.262,3	5,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	80,2	87,9	100,5	12,5	14,2%	20,3	25,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.388,4	21.631,8	15.154,7	-6.477,1	-29,9%	766,4	5,3%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	5.808,6	5.839,4	5.870,7	31,3	0,5%	62,1	1,1%
Abono	2.759,8	2.657,5	2.808,8	151,3	5,7%	48,9	1,8%
Seguro Desemprego	3.048,8	3.181,9	3.061,9	-120,0	-3,8%	13,1	0,4%
d/q Seguro Defeso	421,3	168,6	535,4	366,8	217,5%	114,1	27,1%
IV.3.2 Anistiados	21,9	11,8	15,1	3,3	28,0%	-6,8	-31,1%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	46,0	49,2	-8,0	-57,2	-	-53,9	-
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.595,2	4.806,9	4.922,4	115,5	2,4%	327,2	7,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	39,1	71,2	57,9	-13,3	-18,7%	18,8	48,2%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	474,9	0,0	-474,9	-100,0%	0,0	-
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	38,3	942,0	1.221,6	279,6	29,7%	1.183,3	-
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	887,7	1.007,0	570,8	-436,2	-43,3%	-316,9	-35,7%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	30,3	11,8	14,6	2,8	23,5%	-15,7	-51,9%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	963,9	3.142,4	1.016,2	-2.126,2	-67,7%	52,2	5,4%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	105,8	42,8	113,2	70,4	164,3%	7,3	6,9%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	852,7	536,8	942,4	405,7	75,6%	89,7	10,5%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	159,2	0,0	0,0	0,0	-	-159,2	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	419,2	127,2	119,6	-7,6	-6,0%	-299,6	-71,5%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	188,6	4.671,8	127,1	-4.544,7	-97,3%	-61,5	-32,6%
IV.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	7,5	495,3	19,1	-476,1	-96,1%	11,6	155,1%
IV.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	0,4	748,5	11,3	-737,2	-98,5%	10,9	-
IV.3.15.3 Política de preços agrícolas	22,8	39,9	69,7	29,9	74,9%	46,9	205,6%
IV.3.15.4 Pronaf	34,3	1.226,9	13,0	-1.213,8	-98,9%	-21,2	-61,9%
IV.3.15.5 Proex	99,5	101,9	-32,3	-134,2	-	-131,8	-
IV.3.15.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	20,0	143,5	7,2	-136,3	-95,0%	-12,7	-63,9%
IV.3.15.7 Fundo da terra/ INCRA	-9,0	26,9	0,3	-26,5	-98,7%	9,3	-
IV.3.15.8 Funcafé	11,1	0,2	7,6	7,4	-	-3,5	-31,7%
IV.3.15.9 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	1,6	1.814,0	1,1	-1.812,9	-99,9%	-0,6	-34,0%
IV.3.15.10 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.15.11 Sudene	0,0	6,0	5,7	-0,3	-5,0%	5,7	-
IV.3.15.12 Proagro	0,0	36,5	36,5	0,0	0,0%	36,5	-
IV.3.15.13 Outros Subsídios e Subvenções ¹	0,4	32,4	-12,2	-44,6	-	-12,6	-
IV.3.16 Transferências ANA	23,4	7,2	7,3	0,1	1,7%	-16,1	-68,8%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	182,1	0,0	66,7	66,7	-	-115,3	-63,4%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	65,6	-39,3	155,1	194,5	-	89,6	136,6%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	16.109,1	12.967,4	17.899,4	4.932,0	38,0%	1.790,3	11,1%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	10.161,4	8.756,9	10.922,6	2.165,7	24,7%	761,2	7,5%
IV.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.162,8	1.012,1	1.087,5	75,4	7,4%	-75,4	-6,5%
IV.4.1.2 Bolsa Família	2.463,8	2.596,2	2.544,9	-51,3	-2,0%	81,1	3,3%
IV.4.1.3 Saúde	6.352,7	4.981,3	6.707,9	1.726,6	34,7%	355,2	5,6%
IV.4.1.4 Educação	95,4	1,1	419,0	417,9	-	323,6	339,4%
IV.4.1.5 Demais	86,7	166,2	163,3	-2,9	-1,7%	76,6	88,4%
IV.4.2 Discrecionárias	5.947,7	4.210,5	6.976,8	2.766,3	65,7%	1.029,0	17,3%
IV.4.2.1 Saúde	1.303,7	882,4	1.421,3	538,9	61,1%	117,6	9,0%
IV.4.2.2 Educação	1.562,7	930,6	1.944,8	1.014,3	109,0%	382,1	24,5%
IV.4.2.3 Defesa	500,1	320,3	391,6	71,3	22,3%	-108,5	-21,7%
IV.4.2.4 Transporte	631,3	356,4	533,4	177,0	49,7%	-97,8	-15,5%
IV.4.2.5 Administração	437,0	257,7	1.014,8	757,1	293,8%	577,9	132,3%
IV.4.2.6 Ciência e Tecnologia	311,2	219,8	198,1	-21,7	-9,9%	-113,0	-36,3%
IV.4.2.7 Segurança Pública	127,1	165,4	205,2	39,8	24,0%	78,2	61,5%
IV.4.2.8 Assistência Social	117,8	140,7	145,9	5,2	3,7%	28,1	23,9%
IV.4.2.9 Demais	957,0	937,1	1.121,5	184,4	19,7%	164,5	17,2%
Memorando							
Outras Despesas de Custeio e Capital	19.809,3	19.308,7	21.964,3	2.655,6	13,8%	2.155,0	10,9%
Outras Despesas de Custeio	18.208,8	17.998,2	19.828,9	1.830,7	10,2%	1.620,1	8,9%
Outras Despesas de Capital	1.600,4	1.310,4	2.135,4	825,0	63,0%	535,0	33,4%

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Fev/19 - IPCA



Discriminação	2018	2019		Diferença Fev/19 Jan/19	Variação (%) Fev/19 Jan/19	Diferença Fev/19 Fev/18	Variação (%) Fev/19 Fev/18
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro				
IV. DESPESA TOTAL	101.272,3	107.258,5	103.641,0	-3.617,5	-3,4%	2.368,7	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	46.132,3	46.308,6	46.746,8	438,2	0,9%	614,5	1,3%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	36.254,2	36.631,1	36.924,7	293,6	0,8%	670,6	1,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	359,0	563,0	453,4	-109,6	-19,5%	94,5	26,3%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.878,1	9.677,4	9.822,1	144,6	1,5%	-56,1	-0,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	98,4	150,3	121,4	-28,9	-19,3%	22,9	23,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	23.456,1	26.202,0	23.840,1	-2.361,8	-9,0%	384,0	1,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	83,3	88,3	100,5	12,1	13,7%	17,1	20,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.948,1	21.724,8	15.154,7	-6.570,1	-30,2%	206,6	1,4%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	6.034,6	5.864,5	5.870,7	6,2	0,1%	-163,9	-2,7%
Abono	2.867,2	2.668,9	2.808,8	139,9	5,2%	-58,4	-2,0%
Seguro Desemprego	3.167,4	3.195,6	3.061,9	-133,7	-4,2%	-105,5	-3,3%
d/q Seguro Defeso	437,7	169,4	535,4	366,1	216,1%	97,7	22,3%
IV.3.2 Anistia	22,7	11,8	15,1	3,2	27,4%	-7,6	-33,7%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	47,8	49,4	8,0	-57,4	-	-	-
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.773,9	4.827,5	4.922,4	94,8	2,0%	148,4	3,1%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	40,6	71,5	57,9	-13,6	-19,1%	17,3	42,6%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	477,0	0,0	-477,0	-100,0%	0,0	-
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	39,8	946,0	1.221,6	275,5	29,1%	1.181,8	-
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	922,2	1.011,4	570,8	-440,5	-43,6%	-351,4	-38,1%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	31,4	11,8	14,6	2,7	23,0%	-16,9	-53,7%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	1.001,4	3.155,9	1.016,2	-2.139,7	-67,8%	14,7	1,5%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	110,0	43,0	113,2	70,2	163,2%	3,2	2,9%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	885,9	539,1	942,4	403,4	74,8%	56,5	6,4%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	165,4	0,0	0,0	0,0	-	-165,4	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	435,5	127,8	119,6	-8,2	-6,4%	-315,9	-72,5%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	196,0	4.691,9	127,1	-4.564,8	-97,3%	-68,9	-35,1%
IV.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	7,8	497,4	19,1	-478,3	-96,2%	11,3	145,5%
IV.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	0,5	751,7	11,3	-740,4	-98,5%	10,9	-
IV.3.15.3 Política de preços agrícolas	23,7	40,0	69,7	29,7	74,1%	46,0	194,2%
IV.3.15.4 Pronaf	35,6	1.232,2	13,0	-1.219,1	-98,9%	-22,6	-63,4%
IV.3.15.5 Proex	103,4	102,4	-32,3	-134,7	-	-135,7	-
IV.3.15.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	20,7	144,1	7,2	-136,9	-95,0%	-13,5	-65,2%
IV.3.15.7 Fundo da terra/ INCRA	-9,3	27,0	0,3	-26,7	-98,7%	9,6	-
IV.3.15.8 Funcafé	11,5	0,2	7,6	7,4	-	-3,9	-34,2%
IV.3.15.9 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	1,7	1.821,8	1,1	-1.820,7	-99,9%	-0,6	-36,5%
IV.3.15.10 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.15.11 Sudene	0,0	6,0	5,7	-0,3	-5,4%	5,7	-
IV.3.15.12 Proagro	0,0	36,7	36,5	-0,2	-0,4%	36,5	-
IV.3.15.13 Outros Subsídios e Subvenções1	0,4	32,5	-12,2	-44,7	-	-12,6	-
IV.3.16 Transferências ANA	24,3	7,2	7,3	0,1	1,3%	-17,0	-70,0%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	189,2	0,0	66,7	66,7	-	-122,4	-64,7%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	68,1	-39,5	155,1	194,6	-	87,0	127,8%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	16.735,8	13.023,2	17.899,4	4.876,2	37,4%	1.163,6	7,0%
IV.4.1 Obrigações com Controle de Fluxo	10.556,7	8.794,6	10.922,6	2.128,1	24,2%	365,9	3,5%
IV.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.208,1	1.016,5	1.087,5	71,0	7,0%	-120,6	-10,0%
IV.4.1.2 Bolsa Família	2.559,6	2.607,3	2.544,9	-62,4	-2,4%	-14,7	-0,6%
IV.4.1.3 Saúde	6.599,9	5.002,8	6.707,9	1.705,2	34,1%	108,1	1,6%
IV.4.1.4 Educação	99,1	1,1	419,0	417,9	-	319,9	322,9%
IV.4.1.5 Demais	90,1	167,0	163,3	-3,6	-2,3%	73,3	81,3%
IV.4.2 Discrecionárias	6.179,1	4.228,6	6.976,8	2.748,2	65,0%	797,6	12,9%
IV.4.2.1 Saúde	1.354,4	886,2	1.421,3	535,1	60,4%	66,9	4,9%
IV.4.2.2 Educação	1.623,5	934,6	1.944,8	1.010,3	108,1%	321,4	19,8%
IV.4.2.3 Defesa	519,5	321,7	391,6	69,9	21,7%	-127,9	-24,6%
IV.4.2.4 Transporte	655,8	358,0	533,4	175,4	49,0%	-122,4	-18,7%
IV.4.2.5 Administração	454,0	258,8	1.014,8	756,0	292,1%	560,9	123,6%
IV.4.2.6 Ciência e Tecnologia	323,3	220,7	198,1	-22,6	-10,2%	-125,1	-38,7%
IV.4.2.7 Segurança Pública	132,0	166,2	205,2	39,1	23,5%	73,2	55,5%
IV.4.2.8 Assistência Social	122,4	141,3	145,9	4,6	3,3%	23,5	19,2%
IV.4.2.9 Demais	994,3	941,1	1.121,5	180,4	19,3%	127,2	12,8%
Memorando							
Outras Despesas de Custeio e Capital	20.579,9	19.391,7	21.964,3	2.572,6	13,3%	1.384,4	6,7%
Outras Despesas de Custeio	18.917,2	18.075,6	19.828,9	1.753,3	9,7%	911,7	4,8%
Outras Despesas de Capital	1.662,7	1.316,1	2.135,4	819,3	62,3%	472,7	28,4%



Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2018	2019	Diferença	Varição (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/18	Jan-Fev/17
IV. DESPESA TOTAL	202.837,5	210.440,4	7.602,8	3,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	87.771,1	92.857,1	5.086,0	5,8%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	69.032,0	73.399,0	4.367,0	6,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	583,2	1.014,1	430,8	73,9%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	18.739,1	19.458,1	719,0	3,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	159,5	271,0	111,6	70,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	48.192,6	49.929,9	1.737,3	3,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	143,1	188,4	45,3	31,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	36.254,6	36.786,5	532,0	1,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	11.326,4	11.710,1	383,6	3,4%
Abono	5.118,8	5.466,2	347,4	6,8%
Seguro Desemprego	6.207,6	6.243,9	36,2	0,6%
d/q Segura Defeso	626,7	704,1	77,3	12,3%
IV.3.2 Anistiados	34,1	26,8	-7,3	-21,3%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	88,5	41,2	-47,2	-53,4%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.117,7	9.729,2	611,6	6,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	68,0	129,0	61,0	89,8%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	462,9	474,9	12,0	2,6%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	51,2	2.163,6	2.112,3	-
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.777,8	1.577,8	-199,9	-11,2%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	67,9	26,4	-41,5	-61,2%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	3.879,8	4.158,5	278,7	7,2%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	211,2	156,0	-55,2	-26,1%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.575,0	1.479,2	-95,8	-6,1%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	318,3	0,0	-318,3	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	504,0	246,8	-257,1	-51,0%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	6.233,6	4.798,9	-1.434,7	-23,0%
IV.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	608,8	514,4	-94,4	-15,5%
IV.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	846,4	759,8	-86,6	-10,2%
IV.3.15.3 Política de preços agrícolas	81,4	109,6	28,2	34,6%
IV.3.15.4 Pronaf	1.486,0	1.239,9	-246,1	-16,6%
IV.3.15.5 Proex	175,8	69,6	-106,2	-60,4%
IV.3.15.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	175,2	150,7	-24,5	-14,0%
IV.3.15.7 Fundo da terra/ INCRA	-28,4	27,2	55,6	-
IV.3.15.8 Funcafé	17,9	7,7	-10,2	-56,8%
IV.3.15.9 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2.827,6	1.815,0	-1.012,6	-35,8%
IV.3.15.10 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.15.11 Sudene	0,0	11,7	11,7	-
IV.3.15.12 Proagro	0,0	73,0	73,0	-
IV.3.15.13 Outros Subsídios e Subvenções1	42,7	20,2	-22,5	-52,7%
IV.3.16 Transferências ANA	43,0	14,5	-28,5	-66,3%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	217,9	66,7	-151,1	-69,4%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	345,2	115,8	-229,5	-66,5%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	30.619,3	30.866,8	247,6	0,8%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	20.064,8	19.679,6	-385,2	-1,9%
IV.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	2.109,2	2.099,6	-9,6	-0,5%
IV.4.1.2 Bolsa Família	5.132,5	5.141,1	8,6	0,2%
IV.4.1.3 Saúde	12.582,6	11.689,3	-893,3	-7,1%
IV.4.1.4 Educação	96,6	420,0	323,5	335,0%
IV.4.1.5 Demais	143,9	329,6	185,7	129,1%
IV.4.2 Discricionárias	10.554,5	11.187,3	632,8	6,0%
IV.4.2.1 Saúde	2.697,2	2.303,7	-393,5	-14,6%
IV.4.2.2 Educação	2.506,8	2.875,4	368,5	14,7%
IV.4.2.3 Defesa	836,7	711,9	-124,7	-14,9%
IV.4.2.4 Transporte	1.054,5	889,9	-164,6	-15,6%
IV.4.2.5 Administração	878,2	1.272,5	394,4	44,9%
IV.4.2.6 Ciência e Tecnologia	378,8	417,9	39,1	10,3%
IV.4.2.7 Segurança Pública	224,8	370,7	145,9	64,9%
IV.4.2.8 Assistência Social	171,4	286,6	115,2	67,2%
IV.4.2.9 Demais	1.806,1	2.058,6	252,5	14,0%
Memorando				
Outras Despesas de Custeio e Capital	39.782,9	41.273,0	1.490,0	3,7%
Outras Despesas de Custeio	36.693,3	37.827,1	1.133,8	3,1%
Outras Despesas de Capital	3.089,6	3.445,8	356,2	11,5%



Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Fev/19 - IPCA



Discriminação	2018 Jan-Fev	2019 Jan-Fev	Diferença Jan-Fev/18 Jan-Fev/17	Variação (%)
IV. DESPESA TOTAL	211.078,7	210.899,5	-179,1	-0,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	91.329,7	93.055,3	1.725,6	1,9%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	71.831,0	73.555,8	1.724,8	2,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	606,7	1.016,5	409,8	67,5%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	19.498,7	19.499,5	0,8	0,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	165,9	271,7	105,8	63,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	50.152,6	50.042,1	-110,5	-0,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	148,9	188,8	39,9	26,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	37.737,6	36.879,5	-858,1	-2,3%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	11.785,4	11.735,2	-50,2	-0,4%
Abono	5.325,8	5.477,7	151,8	2,9%
Seguro Desemprego	6.459,6	6.257,5	-202,1	-3,1%
d/q Seguro Defeso	651,8	704,8	53,0	8,1%
IV.3.2 Anistiados	35,5	26,9	-8,6	-24,2%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	92,1	41,5	-50,6	-55,0%
IV.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.487,4	9.749,9	262,5	2,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	70,7	129,4	58,6	82,8%
IV.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	482,4	477,0	-5,5	-1,1%
IV.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	53,3	2.167,6	2.114,4	-
IV.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.849,9	1.582,2	-267,7	-14,5%
IV.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	70,7	26,4	-44,2	-62,6%
IV.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União	4.040,5	4.172,0	131,6	3,3%
IV.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	219,8	156,2	-63,6	-28,9%
IV.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.638,7	1.481,5	-157,2	-9,6%
IV.3.13 Lei Kandir e FEX	331,2	0,0	-331,2	-100,0%
IV.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	523,9	247,4	-276,5	-52,8%
IV.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	6.496,2	4.819,0	-1.677,2	-25,8%
IV.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	634,5	516,5	-118,0	-18,6%
IV.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	882,2	763,1	-119,1	-13,5%
IV.3.15.3 Política de preços agrícolas	84,8	109,8	25,0	29,5%
IV.3.15.4 Pronaf	1.548,7	1.245,2	-303,5	-19,6%
IV.3.15.5 Proex	182,9	70,0	-112,9	-61,7%
IV.3.15.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	182,5	151,3	-31,2	-17,1%
IV.3.15.7 Fundo da terra/ INCRA	-29,5	27,4	56,9	-
IV.3.15.8 Funcafé	18,7	7,7	-10,9	-58,5%
IV.3.15.9 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2.947,0	1.822,8	-1.124,2	-38,1%
IV.3.15.10 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.15.11 Sudene	0,0	11,7	11,7	-
IV.3.15.12 Proagro	0,0	73,2	73,2	-
IV.3.15.13 Outros Subsídios e Subvenções1	44,5	20,3	-24,2	-54,3%
IV.3.16 Transferências ANA	44,7	14,5	-30,2	-67,6%
IV.3.17 Transferências Multas ANEEL	226,5	66,7	-159,7	-70,5%
IV.3.18 Impacto Primário do FIES	359,6	115,6	-244,0	-67,9%
IV.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
IV.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	31.858,7	30.922,6	-936,1	-2,9%
IV.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	20.878,2	19.717,2	-1.161,0	-5,6%
IV.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	2.194,4	2.103,9	-90,5	-4,1%
IV.4.1.2 Bolsa Família	5.341,1	5.152,3	-188,8	-3,5%
IV.4.1.3 Saúde	13.092,8	11.710,7	-1.382,1	-10,6%
IV.4.1.4 Educação	100,3	420,0	319,7	318,7%
IV.4.1.5 Demais	149,7	330,3	180,6	120,7%
IV.4.2 Discricionárias	10.980,4	11.205,4	224,9	2,0%
IV.4.2.1 Saúde	2.806,8	2.307,5	-499,3	-17,8%
IV.4.2.2 Educação	2.607,5	2.879,4	271,9	10,4%
IV.4.2.3 Defesa	870,3	713,3	-157,0	-18,0%
IV.4.2.4 Transporte	1.096,9	891,4	-205,5	-18,7%
IV.4.2.5 Administração	913,8	1.273,7	359,8	39,4%
IV.4.2.6 Ciência e Tecnologia	393,8	418,9	25,1	6,4%
IV.4.2.7 Segurança Pública	233,8	371,4	137,6	58,8%
IV.4.2.8 Assistência Social	178,3	287,2	108,9	61,1%
IV.4.2.9 Demais	1.879,2	2.062,6	183,4	9,8%
Memorando				
Outras Despesas de Custeio e Capital	41.397,0	41.356,0	-41,0	-0,1%
Outras Despesas de Custeio	38.182,3	37.904,5	-277,7	-0,7%
Outras Despesas de Capital	3.214,7	3.451,5	236,7	7,4%



Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2018	2019		Diferença		Variação (%)	
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/19 Jan/19		Fev/19 Fev/18	
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	6.644,6	16.323,7	25.580,2	9.256,4	-59,3%	18.935,6	285,0%
Emissão de Títulos	-2.638,3	8.513,0	19.369,1	10.856,1	127,5%	22.007,4	-
Remuneração das Disponibilidades	8.182,2	7.012,0	5.208,6	-1.803,4	-25,7%	-2.973,5	-36,3%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.100,8	798,7	1.002,4	203,7	25,5%	-98,3	-8,9%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESAS NO BACEN	8.000,0	57.000,0	8.000,0	-49.000,0	-86,0%	0,0	0,0%
Resgate de Títulos	0,0	32.000,0	0,0	-32.000,0	-	0,0	-
Encargos da DPMF	8.000,0	25.000,0	8.000,0	-17.000,0	-	0,0	0,0%
3. RESULTADO (1 - 2)	-1.355,4	-40.676,3	17.580,2	58.256,4	-	18.935,6	-

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Diferem do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de O/s.



Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2018	2019	Diferença Jan-Fev/19 Jan-Fev/18	Variação (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev		
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	17.591,7	41.903,9	24.312,2	138,2%
Emissão de Títulos	0,0	27.882,1	27.882,1	-
Remuneração das Disponibilidades	15.374,0	12.220,6	-3.153,4	-20,5%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	2.217,7	1.801,2	-416,5	-18,8%
Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	-
2. DESPESAS NO BACEN	89.000,0	65.000,0	-24.000,0	-27,0%
Resgate de Títulos	62.000,0	32.000,0	-30.000,0	-48,4%
Encargos da DPMF	27.000,0	33.000,0	6.000,0	22,2%
3. RESULTADO (1 - 2)	-71.408,3	-23.096,1	48.312,2	-67,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.



Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2018	2019		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	fevereiro	jan/19	fevereiro				
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	2.459.570,5	2.640.461,7	2.687.611,6	47.149,9	1,8%	228.041,1	9,3%
<i>Dívida Interna</i>	<i>5.092.067,6</i>	<i>5.430.373,2</i>	<i>5.520.595,2</i>	<i>90.222,0</i>	<i>1,7%</i>	<i>428.527,7</i>	<i>8,4%</i>
<i>DPMFI em Poder do Público</i> ^{1/}	<i>3.456.559,7</i>	<i>3.669.455,9</i>	<i>3.731.612,0</i>	<i>62.156,0</i>	<i>1,7%</i>	<i>275.052,2</i>	<i>8,0%</i>
LFT	1.151.469,7	1.399.954,3	1.427.691,9	27.737,7	2,0%	276.222,2	24,0%
LTN	844.782,9	793.325,5	820.755,1	27.429,6	3,5%	-24.027,8	-2,8%
NTN-B	961.236,3	979.513,0	978.623,0	-890,0	-0,1%	17.386,7	1,8%
NTN-C	73.365,1	78.366,0	79.640,0	1.274,1	1,6%	6.274,9	8,6%
NTN-F	374.670,3	373.809,4	381.239,1	7.429,6	2,0%	6.568,7	1,8%
Dívida Securitizada	6.402,5	4.707,3	4.410,4	-296,9	-6,3%	-1.992,1	-31,1%
Demais Títulos em Poder do Público	44.632,8	39.780,5	39.252,4	-528,1	-1,3%	-	-12,1%
<i>DPMFI em Poder do Banco Central</i>	<i>1.674.257,6</i>	<i>1.795.817,6</i>	<i>1.821.313,8</i>	<i>25.502,2</i>	<i>1,4%</i>	<i>147.062,2</i>	<i>8,8%</i>
LFT	549.976,2	661.681,6	664.959,4	3.277,7	0,5%	114.983,2	20,9%
LTN	392.455,0	376.618,9	388.322,8	11.703,9	3,1%	-4.132,2	-1,1%
Demais Títulos na Carteira do BCB	731.826,4	757.517,1	768.037,6	10.520,5	1,4%	36.211,2	4,9%
<i>(-) Aplicações em Títulos Públicos</i>	<i>-38.931,3</i>	<i>-35.104,7</i>	<i>-32.545,8</i>	<i>2.558,9</i>	<i>-7,3%</i>	<i>6.385,6</i>	<i>-16,4%</i>
<i>Demais Obrigações Internas</i>	<i>181,6</i>	<i>204,4</i>	<i>209,2</i>	<i>4,8</i>	<i>2,4%</i>	<i>27,6</i>	<i>15,2%</i>
<i>Haveres Internos</i>	<i>2.632.497,1</i>	<i>2.789.911,5</i>	<i>2.832.983,6</i>	<i>43.072,1</i>	<i>1,5%</i>	<i>200.486,6</i>	<i>7,6%</i>
<i>Disponibilidades Internas</i>	<i>1.001.046,4</i>	<i>1.189.058,1</i>	<i>1.234.118,8</i>	<i>45.060,8</i>	<i>3,8%</i>	<i>233.072,5</i>	<i>23,3%</i>
<i>Haveres junto aos Governos Regionais</i>	<i>547.386,1</i>	<i>574.385,9</i>	<i>575.805,0</i>	<i>1.419,1</i>	<i>0,2%</i>	<i>28.419,0</i>	<i>5,2%</i>
Bônus Renegociados	14.584,2	13.405,0	13.517,3	112,3	0,8%	-1.066,9	-7,3%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	533,6	429,0	424,8	-4,2	-1,0%	-108,8	-20,4%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	17.602,2	14.808,3	14.755,6	-52,7	-0,4%	-2.846,6	-16,2%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 9.796/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	0,0	595,8	598,6	2,8	0,5%	598,6	-
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	0,0	105,7	116,2	10,4	9,8%	116,2	-
Antecipação de Royalties	514.653,4	527.998,0	528.735,5	737,5	0,1%	14.082,1	2,7%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	12,5	17.044,0	17.657,0	613,0	3,6%	17.644,5	-
<i>Haveres da Administração Indireta</i>	<i>529.252,3</i>	<i>580.496,1</i>	<i>580.954,8</i>	<i>458,8</i>	<i>0,1%</i>	<i>51.702,5</i>	<i>9,8%</i>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	246.347,2	267.102,0	268.765,9	1.664,0	0,6%	22.418,7	9,1%
Fundos Constitucionais Regionais	130.532,7	141.817,2	143.178,1	1.360,9	1,0%	12.645,3	9,7%
Fundos Diversos	152.372,3	171.576,9	169.010,9	-2.566,1	-1,5%	16.638,5	10,9%
<i>Haveres Administrados pela STN</i>	<i>554.812,3</i>	<i>445.971,5</i>	<i>442.104,9</i>	<i>-3.866,6</i>	<i>-0,9%</i>	<i>-112.707,4</i>	<i>-20,3%</i>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	18,2	19,1	18,9	-0,2	-0,9%	0,7	4,1%
Haveres de Operações Estruturadas	17.200,3	15.367,5	13.982,3	-1.385,2	-9,0%	-3.218,0	-18,7%
Haveres Originários de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Haveres de Legislação Específica	515.038,7	412.971,0	413.518,5	547,6	0,1%	-101.520,1	-19,7%
Demais Haveres Administrados pela STN	22.555,2	17.613,9	14.585,1	-3.028,7	-17,2%	-7.970,1	-35,3%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	124.717,6	138.082,3	141.195,7	3.113,4	2,3%	16.478,1	13,2%
<i>Dívida Externa</i>	<i>125.589,1</i>	<i>138.806,6</i>	<i>141.919,6</i>	<i>3.113,0</i>	<i>2,2%</i>	<i>16.330,6</i>	<i>13,0%</i>
<i>Dívida Mobiliária</i>	<i>112.924,2</i>	<i>124.875,5</i>	<i>127.752,6</i>	<i>2.877,1</i>	<i>2,3%</i>	<i>14.828,4</i>	<i>13,1%</i>
Euro	4.052,2	4.285,7	4.361,9	76,2	1,8%	309,7	7,6%
Global US\$	98.404,0	110.217,8	112.934,9	2.717,1	2,5%	14.530,9	14,8%
Global BRL	10.468,0	10.371,9	10.455,8	83,9	0,8%	-12,2	-0,1%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<i>Dívida Contratual</i>	<i>12.664,9</i>	<i>13.931,1</i>	<i>14.167,0</i>	<i>235,9</i>	<i>1,7%</i>	<i>1.502,2</i>	<i>11,9%</i>
Organismos Multilaterais	3.303,3	3.490,0	3.601,5	111,5	3,2%	298,1	9,0%
Credores Privados e Ag. Governamentais	9.361,5	10.441,2	10.565,6	124,4	1,2%	1.204,0	12,9%
Haveres Externos	871,5	724,3	724,0	-0,4	-0,1%	-147,5	-16,9%
<i>Disp. de Fundos, Autorquias e Fundações</i>	<i>871,5</i>	<i>724,3</i>	<i>724,0</i>	<i>-0,4</i>	<i>-0,1%</i>	<i>-147,5</i>	<i>-16,9%</i>
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL (1+2)	2.584.288,1	2.778.544,0	2.828.807,3	50.263,3	1,8%	244.519,2	9,5%
4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL/PIB ^{2/}	39,2%	40,2%	41,0%	0,8%	2,1%	1,87%	4,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2018	2019		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro				
				Fev/19 Jan/19		Fev/19 Fev/18	
I.1 - Receita Administrada pela RFB	68.349,3	112.579,1	76.608,6	-35.970,6	-32,0%	8.259,3	12,1%
I.1.1 Imposto de Importação	2.840,2	3.685,7	3.159,4	-526,4	-14,3%	319,2	11,2%
I.1.2 IPI	3.963,6	4.951,7	4.259,4	-692,3	-14,0%	295,8	7,5%
I.1.2.1 IPI - Fumo	458,8	551,3	398,1	-153,3	-27,8%	-60,7	-13,2%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	224,8	353,2	277,3	-75,9	-21,5%	52,6	23,4%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	294,1	378,0	238,1	-139,9	-37,0%	-56,0	-19,0%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.174,4	1.577,8	1.373,8	-204,0	-12,9%	199,3	17,0%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.811,5	2.091,4	1.972,1	-119,3	-5,7%	160,6	8,9%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	25.372,7	53.384,7	31.439,7	-21.944,9	-41,1%	6.067,1	23,9%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	1.198,1	1.542,2	1.653,7	0,3	7,2%	455,6	38,0%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	9.688,4	26.822,7	14.437,7	-12.385,0	-46,2%	4.749,2	49,0%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	14.486,2	25.019,8	15.348,3	-9.671,4	-38,7%	862,2	6,0%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.589,7	14.024,8	9.038,6	-4.986,2	-35,6%	448,9	5,2%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.124,9	4.872,5	3.308,1	-1.564,4	-32,1%	183,2	5,9%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.940,1	4.744,9	2.071,6	-2.673,3	-56,3%	131,5	6,8%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	831,4	1.377,6	930,0	-447,5	-32,5%	98,6	11,9%
I.1.4 IOF	2.901,3	3.002,2	3.353,9	351,7	11,7%	452,6	15,6%
I.1.5 COFINS	19.419,9	22.876,3	19.956,3	-2.919,9	-12,8%	536,4	2,8%
I.1.6 PIS/PASEP	5.253,7	6.305,9	5.566,8	-739,1	-11,7%	313,1	6,0%
I.1.7 CSLL	5.263,7	16.092,8	6.913,6	-9.179,2	-57,0%	1.649,9	31,3%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	417,6	261,3	224,4	-36,9	-14,1%	-193,3	-46,3%
I.1.10 Outras Administradas pela RFB	2.916,6	2.018,6	1.735,1	-283,4	-14,0%	-1.181,5	-40,5%



Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2018	2019	Diferença	
	Jan-Fev	Jan-Fev	Jan-Fev/18	Variação (%)
			Jan-Fev/17	
I.1 - Receita Administrada pela RFB	179.383,8	189.187,7	9.803,9	5,5%
I.1.1 Imposto de Importação	6.078,9	6.845,1	766,2	12,6%
I.1.2 IPI	8.619,5	9.211,1	591,6	6,9%
I.1.2.1 IPI - Fumo	989,2	949,4	-39,8	-4,0%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	541,3	630,6	89,3	16,5%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	691,0	616,1	-74,8	-10,8%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	2.496,1	2.951,6	455,5	18,2%
I.1.2.5 IPI - Outros	3.902,0	4.063,5	161,5	4,1%
I.1.3 Imposto sobre a Renda	73.925,2	84.824,4	10.899,2	14,7%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.707,5	3.195,9	488,4	18,0%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	33.685,3	41.260,4	7.575,1	22,5%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	37.532,4	40.368,1	2.835,7	7,6%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	21.389,1	23.063,4	1.674,3	7,8%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	8.237,3	8.180,6	-56,7	-0,7%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	5.833,5	6.816,5	983,0	16,9%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	2.072,4	2.307,6	235,1	11,3%
I.1.4 IOF	5.806,8	6.356,1	549,3	9,5%
I.1.5 COFINS	41.651,7	42.832,6	1.180,9	2,8%
I.1.6 PIS/PASEP	11.279,7	11.872,7	592,9	5,3%
I.1.7 CSLL	19.659,9	23.006,4	3.346,6	17,0%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	862,4	485,7	-376,8	-43,7%
I.1.10 Outras Administradas pela RFB	11.499,7	3.753,7	-7.746,0	-67,4%



Tabela 9.1. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



TESOURO NACIONAL

Discriminação	2018	2019		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro				
				Fev/19		Fev/19	
				Jan/19		Fev/18	
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	27.141,3	23.729,3	29.384,4	5.655,2	23,8%	2.243,1	8,3%
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	21.155,3	19.587,9	21.499,5	1.911,6	9,8%	344,2	1,6%
I.2 Fundos Constitucionais	38,6	618,6	1.028,9	410,3	66,3%	990,2	-
I.2.1 Repasse Total	756,1	890,8	1.594,2	703,4	79,0%	838,1	110,8%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-717,5	-272,2	-565,4	-293,2	107,7%	152,1	-21,2%
I.3 Contribuição do Salário Educação	1.698,1	1.367,8	1.251,6	-116,2	-8,5%	-446,5	-26,3%
I.4 Exploração de Recursos Naturais	4.238,7	1.759,1	5.581,9	3.822,8	217,3%	1.343,2	31,7%
I.5 CIDE - Combustíveis	0,0	217,3	0,0	-217,3	-100,0%	0,0	-
I.6 Demais	10,6	178,6	22,6	-156,0	-87,3%	12,0	113,7%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.6.3 IOF Ouro	1,1	1,6	1,3	-0,3	-21,2%	0,2	21,8%
I.6.4 ITR	9,5	78,0	21,3	-56,7	-72,7%	11,8	123,6%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	0,0	98,9	0,0	-98,9	-100,0%	0,0	-
II. DESPESA TOTAL	96.888,0	106.928,3	103.600,0	-3.328,4	-3,1%	6.711,9	6,9%
II.1 Benefícios Previdenciários	44.230,7	46.110,3	46.747,1	636,8	1,4%	2.516,4	5,7%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	34.526,2	35.913,7	45.604,9	9.691,2	27,0%	11.078,7	32,1%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.604,4	9.486,3	567,1	-8.919,3	-94,0%	-8.697,4	-93,9%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	440,1	710,3	575,1	-135,2	-19,0%	135,1	30,7%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.213,4	26.028,0	23.664,5	-2.366,6	-9,1%	1.451,1	6,5%
II.2.1 Ativo Civil	9.991,6	13.843,5	10.758,9	-3.084,6	-22,3%	767,2	7,7%
II.2.2 Ativo Militar	2.124,9	1.875,4	2.378,9	503,5	26,8%	254,0	12,0%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	6.354,9	6.712,7	6.494,8	-217,9	-3,2%	139,9	2,2%
II.2.4 Reformas e pensões militares	3.666,8	3.517,3	3.939,8	422,5	12,0%	273,0	7,4%
II.2.5 Outros	75,3	79,2	92,2	12,9	16,3%	16,9	22,4%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	14.271,1	21.652,4	15.250,1	-6.402,3	-29,6%	979,0	6,9%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	5.652,2	5.839,4	5.870,7	31,3	0,5%	218,5	3,9%
II.3.2 Anistia	12,8	11,8	15,1	3,3	28,0%	2,3	18,1%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	52,5	49,9	125,9	76,0	152,3%	73,4	139,7%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.597,5	4.806,9	4.922,4	115,5	2,4%	324,8	7,1%
II.3.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	474,9	0,0	-474,9	-100,0%	0,0	-
II.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	41,4	943,4	1.222,1	278,7	29,5%	1.180,7	-
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	887,7	1.007,0	570,8	-436,2	-43,3%	-317,9	-35,7%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	17,9	11,8	11,7	-0,1	-1,0%	-6,2	-34,6%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	30,3	11,8	14,6	2,8	23,5%	-15,7	-51,9%
II.3.12 Fundef/Fundeb - Complementação da União	963,9	3.142,4	1.016,2	-2.126,2	-67,7%	52,2	5,4%
II.3.13 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	103,3	42,9	113,2	70,3	164,0%	9,8	9,5%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU (Custeio e Capital)	878,7	545,0	942,3	397,4	72,9%	63,6	7,2%
II.3.15 Lei Kandir e FEX	159,2	0,0	0,0	0,0	-	-159,2	-100,0%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	415,0	125,7	110,6	-15,0	-12,0%	-304,4	-73,3%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	187,6	4.671,8	87,9	-4.584,0	-98,1%	-99,7	-53,2%
II.3.19.1 Igualização de custeio agropecuário	7,5	495,3	19,1	-476,1	-96,1%	11,6	155,1%
II.3.19.2 Igualização de invest. rural e agroindustrial	0,4	748,5	11,3	-737,2	-98,5%	10,9	-
II.3.19.3 Igualização Empréstimo do Governo Federal	0,0	15,0	0,0	-15,0	-100,0%	0,0	-
II.3.19.4 Igualização Aquisições do Governo Federal	-3,0	7,3	14,8	7,5	101,7%	17,8	-
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	25,8	17,5	17,5	0,0	0,2%	-8,3	-32,0%
II.3.19.6 Pronaf	34,3	1.226,9	11,2	-1.215,7	-99,1%	-23,1	-67,3%
II.3.19.7 Proex	99,5	101,9	-32,3	-134,2	-	-131,8	-
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	20,0	143,5	7,2	-136,3	-95,0%	-12,7	-63,9%
II.3.19.9 Alcool	0,0	9,1	0,0	-9,1	-100,0%	0,0	-
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-8,6	26,9	0,3	-26,5	-98,7%	8,9	-
II.3.19.11 Funcafé	9,7	0,2	7,6	7,4	-	-2,1	-21,5%
II.3.19.12 Revitaliz	0,0	3,3	0,0	-3,3	-100,0%	0,0	-
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	1,6	1.814,0	1,1	-1.812,9	-99,9%	-0,6	-34,0%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	3,5	0,0	-3,5	-100,0%	0,0	-
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.17 Igualização dos Fundos FDA/FDNE/FDCC	0,8	20,8	0,0	-20,8	-100,0%	-0,8	-100,0%
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-0,1	-4,2	-12,2	-7,9	186,6%	-12,0	-
II.3.19.19 Proagro	0,0	36,5	36,5	0,0	0,0%	36,5	-
II.3.19.20 PNAFE	-0,3	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-100,0%
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	23,5	7,2	4,9	-2,2	-31,0%	-18,5	-78,9%
II.3.21 Transferências Multas ANEL	182,1	0,0	66,7	66,7	-	-115,3	-63,4%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	65,6	-39,3	155,1	194,5	-	89,6	136,6%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	16.172,9	13.137,6	17.938,3	4.800,7	36,5%	1.765,4	10,9%
II.4.1 Obrigatórias	10.108,4	8.700,4	10.977,1	2.276,6	26,2%	868,7	8,6%
II.4.2 Discricionárias	6.064,5	4.437,2	6.961,3	2.524,1	56,9%	896,8	14,8%
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	124.029,3	130.657,6	132.984,4	2.326,8	1,8%	8.955,1	7,2%
IV. DESPESAS NÃO INCLuíDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	29.325,1	27.961,3	31.647,5	3.686,2	13,2%	2.322,3	7,9%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	29.090,3	27.005,3	30.376,3	3.371,0	12,5%	1.286,0	4,4%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	21.155,3	19.587,9	21.499,5	1.911,6	9,8%	344,2	1,6%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	1.698,1	1.367,8	1.251,6	-116,2	-8,5%	-446,5	-26,3%
IV.1.3 Exploração de Recursos Naturais	4.238,7	1.759,1	5.581,9	3.822,8	217,3%	1.343,2	31,7%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	0,0	217,3	0,0	-217,3	-100,0%	0,0	-
IV.1.5 Demais	1.998,2	4.073,2	2.043,3	-2.029,9	-49,8%	45,1	2,3%
IOF Ouro	1,1	1,6	1,3	-0,3	-21,2%	0,2	21,8%
ITR	9,5	78,0	21,3	-56,7	-72,7%	11,8	123,6%
Fundef/Fundeb - Complementação da União	963,9	3.142,4	1.016,2	-2.126,2	-67,7%	52,2	5,4%
Fundo Constitucional DF - FPDF	1.023,7	851,2	1.004,6	153,4	18,0%	-19,2	-1,9%
FPDF - Custeio e Capital	103,3	42,9	113,2	70,3	164,0%	9,8	9,5%
FPDF - Pessoal	920,4	808,3	891,4	83,1	10,3%	-29,0	-3,2%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	48,7	943,5	1.238,2	294,6	31,2%	1.189,5	-
d/q Impacto Primário do FIES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	2,5	12,5	33,0	20,5	164,5%	30,5	-
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	2,5	10,5	12,2	1,7	15,9%	9,7	391,6%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	0,1	2,0	20,9	18,9	948,7%	20,8	-
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	183,6	0,0	0,0	0,0	-	-183,6	-100,0%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	94.704,2	102.696,3	101.336,9	-1.359,3	-1,3%	6.632,7	7,0%



Tabela 9.2. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Acumulado no ano
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2018	2019	Diferença	Varição (%)
	Jan-Fev	Jan-Fev	Fev/19 Jan/19	
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	46.995,1	53.113,7	6.118,6	13,0%
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	37.445,3	41.087,4	3.642,1	9,7%
I.2 Fundos Constitucionais	689,6	1.647,4	957,9	138,9%
I.2.1 Repasse Total	1.826,1	2.485,0	658,9	36,1%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-1.136,5	-837,6	298,9	-26,3%
I.3 Contribuição do Salário Educação	2.679,5	2.619,3	-60,1	-2,2%
I.4 Exploração de Recursos Naturais	5.565,4	7.341,0	1.775,7	31,9%
I.5 CIDE - Combustíveis	424,7	217,3	-207,4	-48,8%
I.6 Demais	190,8	201,2	10,5	5,5%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	9,7	0,0	-9,7	-100,0%
I.6.3 IOF Ouro	2,5	2,9	0,4	15,3%
I.6.4 ITR	88,6	99,4	10,8	12,2%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	90,0	99,0	9,0	10,0%
II. DESPESA TOTAL	199.920,0	210.528,3	10.608,3	5,3%
II.1 Benefícios Previdenciários	88.184,6	92.857,4	4.672,8	5,3%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	68.976,2	81.518,6	12.542,4	18,2%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	18.465,6	10.053,4	-8.412,3	-45,6%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	742,8	1.285,4	542,6	73,0%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	45.654,7	49.692,5	4.037,8	8,8%
II.2.1 Ativo Civil	21.337,9	24.602,3	3.264,4	15,3%
II.2.2 Ativo Militar	4.185,3	4.254,3	69,0	1,6%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	12.730,9	13.207,5	476,5	3,7%
II.2.4 Reformas e pensões militares	7.272,8	7.457,0	184,3	2,5%
II.2.5 Outros	127,8	171,4	43,6	34,1%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	36.237,4	36.902,4	665,0	1,8%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	11.326,4	11.710,1	383,6	3,4%
II.3.2 Anistiados	34,0	26,8	-7,2	-21,1%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	96,4	175,7	79,4	82,4%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9.137,3	9.729,2	591,9	6,5%
II.3.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	462,9	474,9	12,0	2,6%
II.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	57,7	2.165,4	2.107,7	-
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.777,8	1.577,8	-199,9	-11,2%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	29,3	23,5	-5,8	-19,8%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	67,9	26,4	-41,5	-61,2%
II.3.12 Fundef/Fundeb - Complementação da União	3.879,8	4.158,5	278,7	7,2%
II.3.13 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	210,0	156,0	-54,0	-25,7%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU (Custeio e Capital)	1.539,2	1.487,3	-51,9	-3,4%
II.3.15 Lei Kandir e FEX	318,3	0,0	-318,3	-100,0%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	494,0	236,3	-257,8	-52,2%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	6.236,5	4.759,7	-1.476,8	-23,7%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	608,8	514,4	-94,4	-15,5%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	846,4	759,8	-86,6	-10,2%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	37,5	15,0	-22,5	-59,9%
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	6,4	22,1	15,8	248,0%
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	37,6	35,1	-2,5	-6,7%
II.3.19.6 Pronaf	1.486,0	1.238,1	-247,9	-16,7%
II.3.19.7 Proex	175,8	69,6	-106,2	-60,4%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	175,2	150,7	-24,5	-14,0%
II.3.19.9 Alcool	16,3	9,1	-7,2	-44,2%
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-25,5	27,2	52,7	-
II.3.19.11 Funcafé	17,9	7,7	-10,2	-56,8%
II.3.19.12 Revitaliza	5,4	3,3	-2,2	-39,6%
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2.877,6	1.815,0	-1.062,6	-36,9%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,4	3,5	0,1	3,1%
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	-
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	22,2	20,8	-1,4	-6,5%
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-3,0	-16,4	-13,4	448,2%
II.3.19.19 Proagro	0,0	73,0	73,0	-
II.3.19.20 PNAFE	-1,6	0,0	1,6	100,0%
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	42,4	12,1	-30,3	-71,5%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	182,1	66,7	-115,3	-63,4%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	345,2	115,8	-229,5	-66,5%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
II.4 Despesas Sujeitas à Programação Financeira do Poder Executivo	29.843,2	31.076,0	1.232,7	4,1%
II.4.1 Obrigatórias	19.317,1	19.677,5	360,4	1,9%
II.4.2 Discrecionárias	10.526,1	11.398,5	872,4	8,3%
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	246.915,1	263.642,0	16.726,9	6,8%
IV. DESPESAS NÃO INCLuíDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	52.556,8	59.608,8	7.052,0	13,4%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	52.292,7	57.381,6	5.088,9	9,7%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	37.445,3	41.087,4	3.642,1	9,7%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	2.679,5	2.619,3	-60,1	-2,2%
IV.1.3 Exploração de Recursos Naturais	5.565,4	7.341,0	1.775,7	31,9%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	424,7	217,3	-207,4	-48,8%
IV.1.5 Demais	6.177,9	6.116,6	-61,4	-1,0%
IOF Ouro	2,5	2,9	0,4	15,3%
ITR	88,6	99,4	10,8	12,2%
Fundef/Fundeb - Complementação da União	3.879,8	4.158,5	278,7	7,2%
Fundo Constitucional DF - FCDF	2.207,0	1.855,8	-351,3	-15,9%
FCDF - Custeio e Capital	210,0	156,0	-54,0	-25,7%
FCDF - Pessoal	1.997,0	1.699,7	-297,3	-14,9%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	67,0	2.181,7	2.114,7	-
d/q Impacto Primário do FIES	0,0	0,0	0,0	-100,0%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	5,6	45,5	39,8	706,5%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	5,5	22,6	17,1	311,4%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	0,1	22,8	22,7	-
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	191,4	0,0	-191,4	-100,0%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	194.358,3	204.033,2	9.674,9	5,0%



Tabela 9.3. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2018	2019		Diferença		Variação (%)	
	Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Fev/19 Jan/19		Diferença Fev/19 Fev/18	Variação (%)
I. DESPESA TOTAL	124.029,3	130.657,6	132.984,4	2.326,8	1,8%	8.955,1	7,2%
I.1 Poder Executivo	119.710,3	124.759,4	128.110,3	3.350,9	2,7%	8.399,9	7,0%
I.2 Poder Legislativo	871,1	989,6	996,1	6,5	0,7%	125,0	14,3%
I.2.1 Câmara dos Deputados	430,8	484,0	493,6	9,6	2,0%	62,8	14,6%
I.2.2 Senado Federal	299,0	332,1	352,1	20,0	6,0%	53,1	17,8%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	141,3	173,5	150,4	-23,1	-13,3%	9,1	6,4%
I.3 Poder Judiciário	2.968,1	4.168,7	3.338,7	-830,0	-19,9%	370,6	12,5%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	44,7	57,0	46,2	-10,7	-18,9%	1,5	3,4%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	95,9	125,1	99,1	-25,9	-20,7%	3,3	3,4%
I.3.3 Justiça Federal	769,3	1.154,1	840,1	-314,0	-27,2%	-	9,2%
I.3.4 Justiça Militar da União	38,4	37,2	40,8	3,6	9,6%	2,4	6,3%
I.3.5 Justiça Eleitoral	498,3	606,9	634,2	27,3	4,5%	135,9	27,3%
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.326,5	1.904,5	1.470,7	-433,8	-22,8%	144,2	10,9%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	186,0	271,6	194,6	-77,0	-28,4%	8,5	4,6%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	9,1	12,3	13,0	0,7	5,3%	3,9	43,3%
I.4. Defensoria Pública da União	40,6	42,6	51,0	8,4	19,7%	10,5	25,8%
I.5 Ministério Público da União	439,2	697,3	488,2	-209,0	-30,0%	49,1	11,2%
I.5.1 Ministério Público da União	434,0	691,0	481,4	-209,6	-30,3%	47,4	10,9%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,2	6,3	6,9	0,6	9,8%	1,7	32,6%
Memorando:							
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	94.704,2	102.696,3	101.336,9	-1.359,3	-1,3%	6.632,7	7,0%
II.1 Poder Executivo	90.387,8	96.810,6	96.495,8	-314,8	-0,3%	6.108,0	6,8%
II.2 Poder Legislativo	871,1	989,6	996,1	6,5	0,7%	125,0	14,3%
II.2.1 Câmara dos Deputados	430,8	484,0	493,6	9,6	2,0%	62,8	14,6%
II.2.2 Senado Federal	299,0	332,1	352,1	20,0	6,0%	53,1	17,8%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	141,3	173,5	150,4	-23,1	-13,3%	9,1	6,4%
II.3 Poder Judiciário	2.965,5	4.156,2	3.305,7	-850,5	-20,5%	340,2	11,5%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	44,7	57,0	46,2	-10,7	-18,9%	1,5	3,4%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	95,9	125,1	99,1	-25,9	-	3,3	-
II.3.3 Justiça Federal	769,3	1.154,1	840,1	-314,0	-27,2%	70,9	9,2%
II.3.4 Justiça Militar da União	38,4	37,2	40,8	3,6	-	2,4	-
II.3.5 Justiça Eleitoral	495,7	594,4	601,2	6,7	1,1%	105,5	21,3%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.326,5	1.904,5	1.470,7	-433,8	-22,8%	144,2	10,9%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	186,0	271,6	194,6	-77,0	-28,4%	8,5	4,6%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	9,1	12,3	13,0	0,7	5,3%	3,9	43,3%
II.4. Defensoria Pública da União	40,6	42,6	51,0	8,4	19,7%	10,5	25,8%
II.5 Ministério Público da União	439,2	697,3	488,2	-209,0	-30,0%	49,1	11,2%
II.5.1 Ministério Público da União	434,0	691,0	481,4	-209,6	-30,3%	47,4	10,9%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,2	6,3	6,9	0,6	9,8%	1,7	32,6%



Tabela 9.4. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" ^{1/} - Brasil - Acumulado no ano
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2018 Jan-Fev	2019 Jan-Fev	Diferença Jan-Fev/18 Jan-Fev/17	Varição (%)
I. DESPESA TOTAL	246.915,1	263.642,0	16.726,9	6,8%
I.1 Poder Executivo	237.150,2	252.869,7	15.719,4	6,6%
I.2 Poder Legislativo	1.805,1	1.985,7	180,6	10,0%
I.2.1 Câmara dos Deputados	885,4	977,6	92,2	10,4%
I.2.2 Senado Federal	617,4	684,2	66,9	10,8%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	302,4	323,9	21,5	7,1%
I.3 Poder Judiciário	6.816,0	7.507,5	691,5	10,1%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	96,8	103,2	6,4	6,7%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	218,2	224,2	6,0	2,7%
I.3.3 Justiça Federal	1.836,0	1.994,3	158,3	8,6%
I.3.4 Justiça Militar da União	71,8	78,0	6,2	8,6%
I.3.5 Justiça Eleitoral	1.086,4	1.241,1	154,7	14,2%
I.3.6 Justiça do Trabalho	3.056,0	3.375,2	319,2	10,4%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	431,1	466,2	35,0	8,1%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	19,7	25,3	5,7	28,8%
I.4. Defensoria Pública da União	94,0	93,7	-0,4	-0,4%
I.5 Ministério Público da União	1.049,7	1.185,5	135,7	12,9%
I.5.1 Ministério Público da União	1.039,5	1.172,4	132,9	12,8%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	10,3	13,1	2,8	27,5%
Memorando:				
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	194.358,3	204.033,2	9.674,9	5,0%
II.1 Poder Executivo	184.599,7	193.306,4	8.706,7	4,7%
II.2 Poder Legislativo	1.805,1	1.985,7	180,6	10,0%
II.2.1 Câmara dos Deputados	885,4	977,6	92,2	10,4%
II.2.2 Senado Federal	617,4	684,2	66,9	10,8%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	302,4	323,9	21,5	7,1%
II.3 Poder Judiciário	6.809,7	7.462,0	652,2	9,6%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	96,8	103,2	6,4	6,7%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	217,7	224,2	6,4	3,0%
II.3.3 Justiça Federal	1.836,0	1.994,3	158,3	8,6%
II.3.4 Justiça Militar da União	71,8	78,0	6,2	8,6%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.080,7	1.195,6	114,9	10,6%
II.3.6 Justiça do Trabalho	3.055,9	3.375,2	319,3	10,4%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	431,1	466,2	35,0	8,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	19,7	25,3	5,7	28,8%
II.4. Defensoria Pública da União	94,0	93,7	-0,4	-0,4%
II.5 Ministério Público da União	1.049,7	1.185,5	135,7	12,9%
II.5.1 Ministério Público da União	1.039,5	1.172,4	132,9	12,8%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	10,3	13,1	2,8	27,5%





Boletim

FPM / FPE / IPI-Exportação

Em fevereiro de 2019 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 9,8% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 16,8 bilhões, ante R\$ 15,3 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, e em 2-Liberações clique no link “Banco do Brasil”.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2018			2019			Variação Nominal		
	Janeiro	Fevereiro	Até Fevereiro	Janeiro	Fevereiro	Até Fevereiro	Fev/19 Jan/19	Fev/19 Feb/18	Até Feb/19 Feb/18
FPM	6.463,5	8.449,8	14.913,4	7.842,6	8.614,6	16.457,2	9,8%	2,0%	10,4%
FPE	6.176,2	8.074,3	14.250,5	7.494,0	8.231,7	15.725,8	9,8%	2,0%	10,4%
IPI - Exp	392,2	400,1	792,3	333,7	353,2	686,9	5,9%	-11,7%	-13,3%

Obs.: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%).

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Fevereiro	6,7%	9,8%	6,7%	9,8%	7,6%	5,9%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

Estimativa Trimestral

FUNDOS	Março	Abril	Maió
FPM	-26,6%	4,0%	18,0%
FPE	-26,6%	4,0%	18,0%
IPI - EXP	-5,4%	18,0%	-4,0%

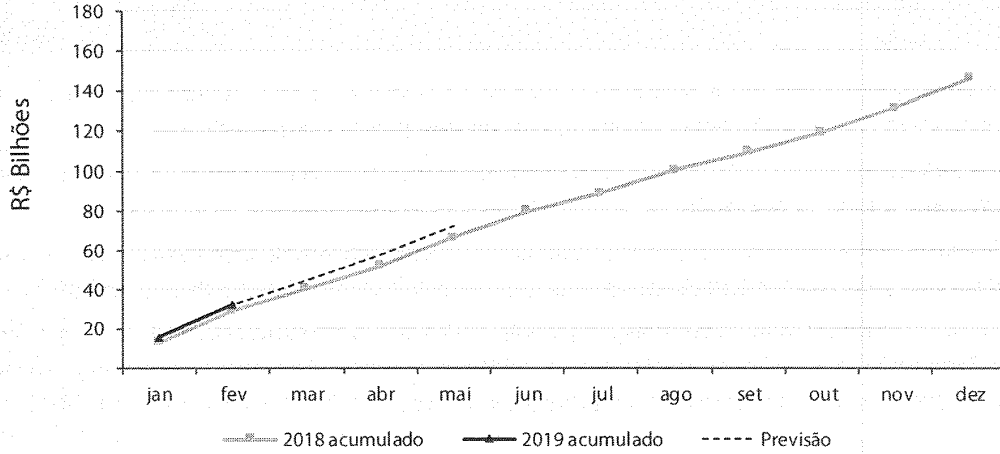
Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.



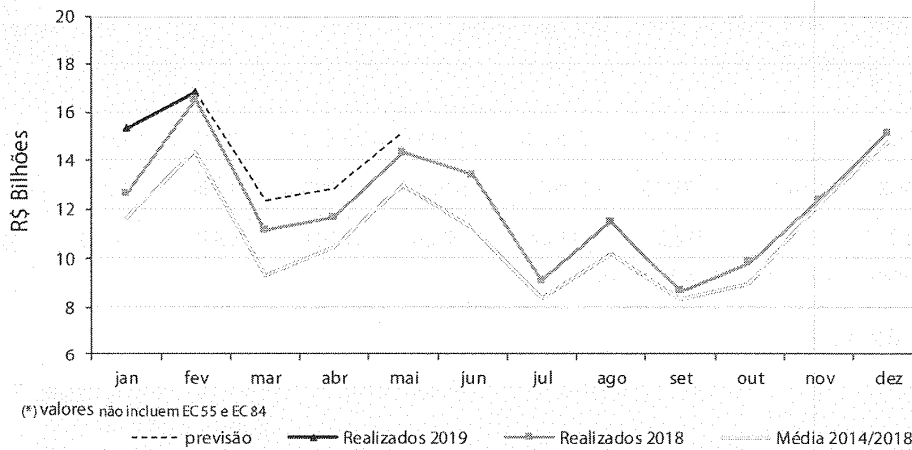


Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



(*) valores não incluem EC 55 e EC 84

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/01/2019 a 20/02/2019, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida - R\$ Milhões			Data do Crédito	Transferências - R\$ Milhões			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-Exp	TOTAL
JAN/3º DEC	3.024,5	30.177,6	33.202,1	FEV/1º DEC	5.710,8	5.976,4	242,0	11.929,1
FEV/1º DEC	769,2	2.437,7	3.206,9	FEV/2º DEC	551,6	577,2	61,5	1.190,4
FEV/2º DEC	621,7	10.828,3	11.450,0	FEV/3º DEC	1.969,4	2.061,0	49,7	4.080,1
TOTAL	4.415,3	43.443,6	47.859,0	TOTAL	8.231,7	8.614,6	353,2	17.199,6

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Resultado do Tesouro Nacional – Fevereiro/2019

Página 197 de 260

Parte integrante do Avulso da MSF nº 28 de 2019.





Distribuição de Fundos

R\$ Mil

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-Exp
Acre	AC	46.093,0	284.780,3	50,3
Alagoas	AL	195.467,7	346.215,7	131,1
Amazonas	AM	139.086,8	237.296,9	2.085,1
Amapá	AP	33.932,1	280.963,7	566,2
Bahia	BA	790.835,8	768.085,6	15.565,1
Ceará	CE	427.846,1	599.114,2	3.430,0
Distrito Federal	DF	14.732,1	56.657,1	395,7
Espírito Santo	ES	158.252,4	127.759,4	13.696,1
Goiás	GO	320.233,0	233.215,1	8.421,7
Maranhão	MA	361.666,5	591.620,3	5.279,8
Minas Gerais	MG	1.130.724,3	368.860,0	39.774,3
Mato Grosso do Sul	MS	126.376,2	111.391,5	6.992,7
Mato Grosso	MT	155.387,3	188.634,9	5.211,4
Pará	PA	302.314,5	505.128,6	22.854,0
Paraíba	PB	270.414,0	390.675,1	263,9
Pernambuco	PE	423.503,3	565.616,7	5.520,9
Piauí	PI	228.788,0	356.273,3	89,1
Paraná	PR	581.773,1	234.480,8	32.396,9
Rio de Janeiro	RJ	261.447,5	132.726,2	61.998,2
Rio Grande do Norte	RN	213.330,3	343.929,3	330,7
Rondônia	RO	76.179,7	234.084,1	1.403,2
Roraima	RR	43.164,3	206.700,5	16,5
Rio Grande do Sul	RS	580.726,2	188.299,6	35.231,2
Santa Catarina	SC	335.907,1	104.199,6	20.421,6
Sergipe	SE	128.706,9	340.525,8	134,2
São Paulo	SP	1.148.433,7	81.639,1	70.645,6
Tocantins	TO	119.292,6	352.869,2	322,4
TOTAL		8.614.614,5	8.231.742,6	353.228,0

Obs.: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 22 de novembro de 2018, foi publicada a Portaria STN nº 799, de 20 de novembro de 2018, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2019, disponível no endereço: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT
Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios—GERED

Siga o Tesouro Nacional também no Twitter: <http://www.twitter.com/tesouro>.

Em caso de dúvidas, clique [aqui](#).



Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
<div>Digitally signed by PAULO HENRIQUE SARAIVA CAMARA:78392705491 Date: 2018.08.06 15:47:42 ART Perfil: Chefe de Ente Instituição: Pernambuco Cargo: Governador</div>

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.103347/2018-93****Dados básicos****Tipo de Interessado:** Estado**Interessado:** Pernambuco**UF:** PE**Número do PVL:** PVL02.000691/2018-69**Status:** Em retificação pelo interessado**Data de Protocolo:** 20/07/2018**Data Limite de Conclusão:** 03/08/2018**Tipo de Operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)**Finalidade:** Profisco**Tipo de Credor:** Instituição Financeira Internacional**Credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento**Moeda:** Dólar dos EUA**Valor:** 37.000.000,00**Analista Responsável:** Luis Fernando Nakachima**Vínculos****PVL:** PVL02.000691/2018-69**Processo:** 17944.103347/2018-93**Situação da Dívida:****Data Base:**

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.103347/2018-93

Checklist**Legenda:** AD Adequado (28) - IN Inadequado (5) - NE Não enviado (0) - DN Desnecessário (2)

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Dados Básicos e aba "Dados Complementares"	Indeterminada	
AD	Recomendação da COFLEX	Indeterminada	
IN	Aba "Cronograma Financeiro"	-	
AD	Aba "Operações não contratadas"	-	
AD	Aba "Operações contratadas"	-	
AD	Relatórios contábeis do Siconfi	-	
AD	Aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo"	-	
AD	Cadastro da Dívida Pública (CDP)	-	
AD	Autorização legislativa	-	
AD	Parecer do Órgão Jurídico	-	
AD	Parecer do Órgão Técnico	-	
AD	Certidão do Tribunal de Contas	Indeterminada	
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União	-	
IN	Adimplemento com a União - consulta SAHEM	-	
IN	Aba "Informações Contábeis"	-	
DN	Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	-	
AD	Violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União	Indeterminada	
IN	Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo (operação externa)	-	
AD	Minuta do contrato de garantia (operação externa)	-	
AD	Aba "Notas Explicativas"	-	
AD	Análise de suficiência de contragarantias (COAFI)	-	
DN	Análise da capacidade de pagamento (COREM)	-	
AD	Manifestação da CODIP sobre o custo	-	
AD	Demonstrativo de PPP	-	
AD	Relatórios de honras e atrasos	-	



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.103347/2018-93**

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Recomendação do Comitê de Garantias	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo negociada (operação externa)	-	
AD	Versão das normas gerais contratuais aplicáveis (operação externa)	-	
AD	Risco de adesão ao RRF de que trata a LC nº 159/2017 (só para Estados e DF)	-	
AD	RGF da União - montante de garantias concedidas	-	
AD	Limites da RSF nº 43/2001	-	
AD	Taxas de câmbio na aba Resumo	-	
IN	Módulo do ROF	-	
AD	Resolução da COFLEX	-	

Observações sobre o PVL

Informações sobre o interessado

Proc. 17944.001373/2008-14 - Conforme nota nº 732/2008 - COPEM/STN, não há necessidade de regularização da operação relativa à COMPESA para contratação de novas operações pelo ente (fl. 187).



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.103347/2018-93

Outros lançamentos**COFIEIX****Nº da Recomendação:****Data da Recomendação:****Data da homologação da Recomendação:****Validade da Recomendação:****Valor autorizado (US\$):****Contrapartida mínima (US\$):****Registro de Operações Financeiras ROF****Nº do ROF:****PAF e refinanciamentos**

O interessado possui PAF ou refinanciamentos?

Documentos acessórios

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

Garantia da União**Condições financeiras**

Informe as condições financeiras da operação

Modalidade:**Desembolso:****Amortização:****Juros:****Juros de mora:****Outras despesas:****Outras informações:****Taxa interna de retorno - TIR(%a.a.):****Financiamento de políticas públicas:****Operação de crédito****Número do parecer da operação de crédito:****Data do parecer da operação de crédito:****Validade do parecer da operação de crédito (dias):****Validade do parecer da operação de crédito (data):****Contrato da operação de crédito já foi assinado?****Capacidade de pagamento****Dispensa análise da capacidade de pagamento:****Capacidade de Pagamento:****Documentos acessórios**

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.103347/2018-93****Dados Complementares****Nome do projeto/programa:** Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco**Destinação dos recursos conforme autorização legislativa:** Implantação do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco no âmbito da linha de crédito "CCLIP-PROFISCO II".**Taxa de Juros:** Taxa de Juros baseada na Libor trimestral, acrescida de margem variável aplicável para empréstimos do capital ordinário do banco.**Demais encargos e comissões (discriminar):** Encargo de comissão de Inspeção e Supervisão de até 1% do valor do empréstimo dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolso. Comissão de Crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, que em caso algum poderá exceder 0,75% ao ano.**Indexador:**

Não se aplica

Prazo de carência (meses): 66**Prazo de amortização (meses):** 234**Prazo total (meses):** 300**Ano de início da Operação:** 2018**Ano de término da Operação:** 2043

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

Cronograma Financeiro

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Não

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	0,00	3.359.000,00	0,00	228.242,38	228.242,38
2019	2.812.000,00	10.913.600,00	0,00	641.946,33	641.946,33
2020	1.702.000,00	9.078.000,00	0,00	979.800,33	979.800,33
2021	1.554.000,00	7.165.400,00	0,00	1.242.808,89	1.242.808,89
2022	1.332.000,00	6.484.000,00	0,00	1.413.367,78	1.413.367,78
2023	0,00	0,00	925.000,00	1.472.589,91	2.397.589,91
2024	0,00	0,00	1.850.000,00	1.417.876,43	3.267.876,43
2025	0,00	0,00	1.850.000,00	1.352.055,43	3.202.055,43
2026	0,00	0,00	1.850.000,00	1.289.753,22	3.139.753,22
2027	0,00	0,00	1.850.000,00	1.230.288,28	3.080.288,28
2028	0,00	0,00	1.850.000,00	1.150.929,73	3.000.929,73
2029	0,00	0,00	1.850.000,00	1.070.349,70	2.920.349,70
2030	0,00	0,00	1.850.000,00	1.000.290,71	2.850.290,71
2031	0,00	0,00	1.850.000,00	932.063,20	2.782.063,20
2032	0,00	0,00	1.850.000,00	858.146,19	2.708.146,19
2033	0,00	0,00	1.850.000,00	773.770,40	2.623.770,40
2034	0,00	0,00	1.850.000,00	685.235,01	2.535.235,01
2035	0,00	0,00	1.850.000,00	613.175,09	2.463.175,09
2036	0,00	0,00	1.850.000,00	537.777,36	2.387.777,36
2037	0,00	0,00	1.850.000,00	463.914,43	2.313.914,43
2038	0,00	0,00	1.850.000,00	384.532,28	2.234.532,28
2039	0,00	0,00	1.850.000,00	305.660,35	2.155.660,35
2040	0,00	0,00	1.850.000,00	232.520,65	2.082.520,65
2041	0,00	0,00	1.850.000,00	160.548,01	2.010.548,01
2042	0,00	0,00	1.850.000,00	88.967,95	1.938.967,95



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2043	0,00	0,00	925.000,00	17.791,31	942.791,31
Total:	7.400.000,00	37.000.000,00	37.000.000,00	20.544.401,35	57.544.401,35



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.103347/2018-93

Operações não Contratadas

Informações de operações de crédito em tramitação na STN ou no Senado Federal e operações de crédito autorizadas e ainda não contratadas.

17944.101933/2017-12**Dados da Operação de Crédito****Tipo de operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)**Finalidade:** Desenvolvimento rural**Credor:** Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola**Moeda:** Dólar dos EUA**Valor:** 20.000.000,00**Status:** Em retificação pelo interessado

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	1.400.000,00	1.545.004,00	0,00	17.513,91	17.513,91
2019	2.400.000,00	2.970.749,00	0,00	68.608,02	68.608,02
2020	3.100.000,00	3.337.832,36	0,00	140.216,75	140.216,75
2021	3.200.000,00	3.847.000,66	390.019,53	221.176,34	611.195,87
2022	2.200.000,00	3.312.832,66	898.354,52	288.861,29	1.187.215,81
2023	2.200.000,00	3.277.832,66	1.142.740,46	341.714,01	1.484.454,47
2024	1.500.000,00	1.708.748,66	1.340.008,80	371.754,31	1.711.763,11
2025	0,00	0,00	1.411.206,66	358.931,79	1.770.138,45
2026	0,00	0,00	1.411.206,67	327.024,81	1.738.231,48
2027	0,00	0,00	1.411.206,67	295.117,81	1.706.324,48
2028	0,00	0,00	1.411.206,67	263.953,86	1.675.160,53
2029	0,00	0,00	1.411.206,67	231.303,83	1.642.510,50



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL
Processo nº 17944.103347/2018-93

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2030	0,00	0,00	1.411.206,67	199.396,84	1.610.603,51
2031	0,00	0,00	1.411.206,67	167.489,85	1.578.696,52
2032	0,00	0,00	1.411.206,67	135.976,23	1.547.182,90
2033	0,00	0,00	1.411.206,67	103.675,87	1.514.882,54
2034	0,00	0,00	1.411.206,67	71.768,88	1.482.975,55
2035	0,00	0,00	1.411.206,67	39.861,88	1.451.068,55
2036	0,00	0,00	705.603,33	7.998,60	713.601,93
Total:	16.000.000,00	20.000.000,00	20.000.000,00	3.652.344,88	23.652.344,88

17944.100477/2017-93**Dados da Operação de Crédito****Tipo de operação:** Operação Contratual Interna (com garantia da União)**Finalidade:** Infraestrutura**Credor:** Caixa Econômica Federal**Moeda:** Real**Valor:** 340.000.000,00**Status:** Em retificação pelo credor

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	0,00	170.000.000,00	0,00	14.048.800,00	14.048.800,00
2019	0,00	51.000.000,00	24.785.046,73	18.931.543,60	43.716.590,33
2020	0,00	119.000.000,00	39.816.625,68	26.893.851,55	66.710.477,23
2021	0,00	0,00	39.816.625,68	23.221.344,71	63.037.970,39
2022	0,00	0,00	39.816.625,68	19.625.465,41	59.442.091,09
2023	0,00	0,00	39.816.625,68	16.029.586,14	55.846.211,82
2024	0,00	0,00	39.816.625,68	12.470.736,33	52.287.362,01
2025	0,00	0,00	39.816.625,68	8.837.827,58	48.654.453,26
2026	0,00	0,00	39.816.625,68	5.241.948,30	45.058.573,98
2027	0,00	0,00	36.498.573,51	1.646.069,02	38.144.642,53





Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

Total:	0,00	340.000.000,00	340.000.000,00	146.947.172,64	486.947.172,64
--------	------	----------------	----------------	----------------	----------------


Taxas de câmbio

Foi identificado o uso de moedas estrangeiras nas operações informadas. Para fins de cálculos de limites e condições todos os valores serão transformados para Reais do Brasil. As taxas de câmbio podem ser visualizadas e atualizadas na aba de Resumo.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

Operações Contratadas

O interessado possui liberações previstas de operações já contratadas?

Sim

Cronograma de liberações

Neste cronograma NÃO estão incluídas as liberações previstas para a operação pleiteada.

Os valores deste Cronograma de Liberações estão consolidados, contendo, dessa forma, as liberações referentes à administração direta, aos fundos, às autarquias, às fundações e às empresas estatais dependentes.

Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	OPER. CONT. SFN	OPER. ARO	DEMAIS	TOTAL
2018	402.807.742,86	0,00	351.035.256,64	753.842.999,50
2019	364.253.592,31	0,00	228.107.303,86	592.360.896,17
2020	73.039.210,26	0,00	228.107.303,86	301.146.514,12
Total:	840.100.545,43	0,00	807.249.864,36	1.647.350.409,79

Cronograma de pagamentos

Neste cronograma NÃO estão incluídos os dispêndios da operação pleiteada.

O total das amortizações da "Dívida Consolidada" deve ser compatível com o saldo da "Dívida Consolidada" do final do exercício anterior, informado no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida". Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2018	1.037.309.477,68	504.100.943,99	41.327.745,66	21.579.657,38	1.078.637.223,34	525.680.601,37
2019	1.036.247.793,20	463.543.568,32	95.269.278,03	50.104.087,56	1.131.517.071,23	513.647.655,88
2020	1.009.386.409,48	425.735.430,56	136.357.269,02	59.572.456,54	1.145.743.678,50	485.307.887,10
2021	944.930.966,93	392.315.059,72	148.390.189,58	53.612.374,66	1.093.321.156,51	445.927.434,38
2022	959.813.375,08	359.592.916,94	145.957.135,86	36.796.876,18	1.105.770.510,94	396.389.793,12
2023	689.436.740,02	330.661.504,98	106.579.417,44	38.234.523,68	796.016.157,46	368.896.028,66
2024	727.316.964,07	305.023.250,59	107.981.904,92	32.879.967,53	835.298.868,99	337.903.218,12
2025	593.442.100,80	276.802.386,43	74.419.137,55	28.648.270,27	667.861.238,35	305.450.656,70



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2026	573.268.043,15	255.762.636,98	76.005.621,52	25.757.931,94	649.273.664,67	281.520.568,92
2027	554.709.135,37	232.757.326,70	77.467.073,53	22.740.193,80	632.176.208,90	255.497.520,50
2028	509.029.332,25	209.517.823,68	79.136.553,26	19.600.938,60	588.165.885,51	229.118.762,28
2029	513.978.366,00	191.887.528,74	80.842.104,80	16.318.974,42	594.820.470,80	208.206.503,16
2030	490.730.428,55	174.794.586,82	81.939.883,82	12.919.663,69	572.670.312,37	187.714.250,51
2031	484.238.313,97	159.276.034,82	83.445.088,90	9.403.199,73	567.683.402,87	168.679.234,55
2032	476.718.277,96	144.181.473,37	78.594.564,67	5.943.618,26	555.312.842,63	150.125.091,63
2033	359.358.950,92	130.723.999,07	61.686.543,33	3.311.154,66	421.045.494,25	134.035.153,73
2034	348.176.138,28	120.205.622,40	47.664.259,56	2.057.277,35	395.840.397,84	122.262.899,75
2035	348.445.628,95	110.165.860,98	45.762.101,76	1.451.318,98	394.207.730,71	111.617.179,96
2036	339.485.938,18	99.973.352,86	45.625.448,04	767.355,96	385.111.386,22	100.740.708,82
2037	327.654.617,16	90.094.271,23	24.253.633,25	246.265,75	351.908.250,41	90.340.536,98
2038	316.014.416,61	80.315.267,33	2.881.818,43	91.137,51	318.896.235,04	80.406.404,84
2039	321.095.489,37	70.431.042,58	2.881.818,43	57.996,59	323.977.307,80	70.489.039,17
2040	326.383.572,88	60.334.631,72	2.881.818,43	24.855,69	329.265.391,31	60.359.487,41
2041	322.745.912,38	50.043.671,06	0,00	0,00	322.745.912,38	50.043.671,06
2042	262.313.662,80	39.791.935,36	0,00	0,00	262.313.662,80	39.791.935,36
2043	188.664.327,67	31.234.372,21	0,00	0,00	188.664.327,67	31.234.372,21
Restante a pagar	673.724.538,80	57.865.855,91	0,00	0,00	673.724.538,80	57.865.855,91
Total:	14.734.618.918,51	5.367.132.355,35	1.647.350.409,79	442.120.096,73	16.381.969.328,30	5.809.252.452,08

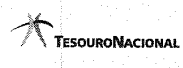
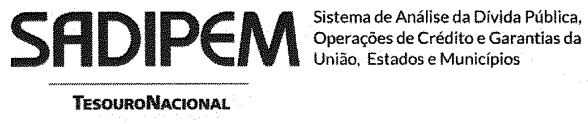
Taxas de câmbio

Alguma das dívidas foi contratada em moeda estrangeira?

Sim

Informe na tabela abaixo as moedas estrangeiras e suas respectivas cotações e datas de cotações.

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	3,85580	29/06/2018



Processo nº 17944.103347/2018-93



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

Informações Contábeis**Balanco Orçamentário do último RREO do exercício anterior****Demonstrativo:** Balanco Orçamentário**Relatório:** RREO publicado**Exercício:** 2017**Período:** 6º Bimestre**Receita de operações de crédito (realizadas até o bimestre):** 387.473.908,08**Despesas de capital executadas (liquidadas até o bimestre + inscritas em restos a pagar não processados):** 2.407.988.061,95**Balanco Orçamentário do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente) ou Anexo 1 da Lei 4320/1964 publicado junto à LOA do exercício em curso****Demonstrativo:** Balanco Orçamentário**Relatório:** RREO**Exercício:** 2018**Período:** 3º Bimestre**Despesas de capital (dotação atualizada):** 3.498.589.543,31**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente)****Demonstrativo:** Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**Relatório:** RREO**Exercício:** 2018**Período:** 3º Bimestre**Receita corrente líquida (RCL):** 22.424.740.553,66



Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.103347/2018-93

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do último RGF exigível (ou disponível, se mais recente)

Demonstrativo: Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

Relatório: RGF

Exercício: 2018

Período: 1º Quadrimestre

Dívida Consolidada (DC): 14.969.260.114,28

Deduções: 3.310.223.000,71

Dívida consolidada líquida (DCL): 11.659.037.114,11

Receita corrente líquida (RCL): 22.257.221.788,86

% DCL/RCL: 52,38



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.103347/2018-93

Declaração do chefe do poder executivo

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste Pedido de Verificação de Limites e Condições são verdadeiras.

Operações vedadas no âmbito do art. 37 da LRF e operações irregulares

Todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas?

Sim

Operações vedadas no âmbito do art. 35 da LRF

O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação?

Não

Ações vedadas no âmbito do art. 5º da RSF nº 43/2001

O Ente praticou alguma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001?

Não

Operações do Reluz

O ente contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

Cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001

O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:

a) No art. 23 da LRF (limites de pessoal)?

Sim

b) No art. 33 da LRF (não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF)?

Sim

c) No art. 37 da LRF (não realização de operações vedadas)?

Sim

d) No art. 52 da LRF (publicação do relatório resumido da execução orçamentária - RREO)?

Sim

e) No §2º do art. 55 da LRF (publicação do relatório de gestão fiscal - RGF)?

Sim

f) No inciso III do art. 167 da Constituição (limite das operações de crédito em relação às despesas de capital)?

Sim

Cálculo dos limites de endividamento

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) contratadas e não pagas?

Não

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

Com relação ao EXERCÍCIO CORRENTE, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não

Demais limites e condições estabelecidos na LRF e nas RSF nº 40/2001 e 43/2001

O Ente cumpre os demais limites e condições fixadas pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?

Sim

Limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal.

As linhas "Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)" e "Inativos e pensionistas" só devem ser preenchidas se os seus valores não tiverem sido considerados na linha "Despesa bruta com pessoal"

Exercício:

Período:

2018

1º Quadrimestre

PODER LEGISLATIVO					
DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
Despesa bruta com pessoal	15.584.960.278,16	374.299.467,12	342.051.694,94	1.398.713.921,59	442.442.776,91
Despesas não computadas	5.035.939.987,28	91.701.837,67	68.542.166,72	268.137.261,80	116.409.902,76
Repasses previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições patronais					
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

PODER LEGISLATIVO					
DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
Inativos e pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite (TDP)	10.549.020.290,88	282.597.629,45	273.509.528,22	1.130.576.659,79	326.032.874,15
Receita Corrente Líquida (RCL)	22.256.177.689,26	22.256.177.689,26	22.256.177.689,26	22.256.177.689,26	22.256.177.689,26
TDP/RCL	47,40	1,27	1,23	5,08	1,46
Limite máximo	49,00	1,44	1,56	6,00	2,00

Declaração sobre o orçamento

Constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim

Número da Lei Orçamentária Anual(LOA)

16275

Data da LOA

26/12/2017

Informe as fontes e ações do orçamento relativas à operação de crédito

FONTE	AÇÃO
0103- Recursos de Operações de Crédito - Adm. Direta	3441-Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.103347/2018-93

Declaração sobre o Plano Plurianual (PPA)

O Programa/Projeto está inserido no Plano Plurianual (PPA) do Ente?

Sim

Número da Lei do PPA

15703

Data da Lei do PPA

21/12/2015

Ano de início do PPA

2016

Informe os programas e ações do PPA relativos à operação de crédito

PROGRAMA	AÇÃO
0587- Apoio à Modernização e à Transparência da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO	3441-Implantação dos Programas de Modernização da SEFAZ

Exercício anterior não analisado pelo Tribunal de Contas

O exercício de 2017 foi analisado pelo Tribunal de Contas?

Não

Em relação às contas do exercício de 2017:

O ente cumpre o disposto no art. 198 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde, calculado de acordo com o estabelecido pelo EC 29/2000



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.103347/2018-93**

16,35 %

O ente cumpre o disposto no art. 212 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino

27,49 %

O ente cumpre o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000?

Sim

Parcerias Público-Privadas (PPP)

O ente assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP)?

Sim

Declaro que as despesas com Parcerias Público-Privadas (PPP), publicadas no "Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas" do último RREO exigível, situam-se dentro do limite estabelecido no art. 28 da Lei 11.079/2004."

Sim

Restos a pagar

Em observância ao disposto no art. 42 da LRF, declaro que o ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do chefe do Poder Executivo, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Sim

Repasse de recursos para o setor privado

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem.

Sim



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

Conformidade da lista CNPJ da Administração Direta do ente com o CAUC

Estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJs da Administração Direta do ente?

Sim



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93**Notas Explicativas****Observação:***** Uma vez inseridas, as notas explicativas não podem ser editadas ou excluídas.****Nota 1 - Inserida por MANUEL DAS MOITAS NETO | CPF 35651555404 | Perfil Operador de Ente | Data 20/07/2018 13:23:39**

Número do ROF: TA833756



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.103347/2018-93

Documentos anexos

Os usuários que anexaram os documentos elencados a seguir atestaram, sob as penas da lei, que o documento anexado foi assinado digitalmente ou é cópia fiel do documento original.

Autorização legislativa

TIPO DE NORMA	NÚMERO	DATA DA NORMA	MOEDA	VALOR AUTORIZADO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Lei	16244	15/12/2017	Dólar dos EUA	37.000.000,00	06/04/2018	DOC00.019591/2018-26

Demais documentos

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão do TCE	03/08/2018	06/08/2018	DOC00.030252/2018-09
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão Tribunal de Contas	26/06/2018	19/07/2018	DOC00.029142/2018-96
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão Tribunal de Contas	11/04/2018	12/04/2018	DOC00.020149/2018-42
Documentação adicional	Despesa de Pessoal por Poder 1º quadrimestre de 2018	03/08/2018	06/08/2018	DOC00.030253/2018-45
Documentação adicional	Despesa de Pessoal por Poder 1º quadrimestre de 2018	05/07/2018	19/07/2018	DOC00.029061/2018-96
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF-PROFISCO II	03/08/2018	06/08/2018	DOC00.030255/2018-34
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF-PROFISCO II	20/07/2018	20/07/2018	DOC00.029267/2018-16
Parecer do Órgão Jurídico	Parecer Jurídico para Operação de Crédito Externo	10/04/2018	12/04/2018	DOC00.020150/2018-77
Parecer do Órgão Técnico	Parecer Técnico - Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal Pernambuco (Profisco II)	11/04/2018	13/04/2018	DOC00.020174/2018-26
Recomendação da COFIEIX	Recomendação da COFIEIX	18/01/2018	06/04/2018	DOC00.019593/2018-15

Minutas

Não há tramitações de documentos.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.103347/2018-93

Documentos expedidos

Em retificação pelo interessado - 27/07/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	981	27/07/2018

Em retificação pelo interessado - 28/06/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	814	27/06/2018

Processo pendente de distribuição - 15/06/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pós-negociação	66	12/06/2018

Encaminhado para agendamento da negociação - 27/04/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Encaminhamento à SEAIN ao Ministério	580	26/04/2018
Nota técnica pré-negociação	39	26/04/2018



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

Resumo

Com base nas informações declaradas, e considerando os dispositivos legais que regulam a contratação de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, foram realizadas as verificações preliminares a seguir

Taxas de câmbio

Foram identificadas as seguintes moedas estrangeiras. As taxas de câmbio serão utilizadas para a conversão das operações para reais (R\$).

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	3,48110	30/04/2018

Cronograma de liberações

O cronograma de liberações abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2018	11.693.014,90	929.221.312,92	940.914.327,82
2019	37.991.332,96	653.702.370,51	691.693.703,47
2020	31.601.425,80	431.765.842,35	463.367.268,15
2021	24.943.473,94	13.391.794,00	38.335.267,94
2022	22.571.452,40	11.532.301,77	34.103.754,17
2023	0,00	11.410.463,27	11.410.463,27
2024	0,00	5.948.324,96	5.948.324,96
2025	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.103347/2018-93

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2034	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00

Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2018	794.534,55	1.618.427.592,38	1.619.222.126,93
2019	2.234.679,37	1.689.120.148,82	1.691.354.828,19
2020	3.410.782,93	1.698.250.151,36	1.701.660.934,29
2021	4.326.342,03	1.604.414.195,22	1.608.740.537,25
2022	4.920.074,58	1.565.735.212,11	1.570.655.286,69
2023	8.346.250,24	1.225.925.932,40	1.234.272.182,63
2024	11.375.804,64	1.231.448.267,68	1.242.824.072,32
2025	11.146.675,16	1.028.128.377,27	1.039.275.052,43
2026	10.929.794,93	961.903.765,18	992.833.560,11
2027	10.722.791,53	931.758.258,08	942.481.049,61
2028	10.446.536,48	823.116.049,11	833.562.585,59
2029	10.166.029,34	808.744.717,26	818.910.746,60
2030	9.922.146,99	765.991.234,76	775.913.381,75



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2031	9.684.640,21	741.858.237,88	751.542.878,08
2032	9.427.327,70	710.823.832,65	720.251.160,36
2033	9.133.607,14	560.354.105,59	569.487.712,73
2034	8.825.406,59	523.265.683,78	532.091.090,37
2035	8.574.558,81	510.876.225,40	519.450.784,21
2036	8.312.091,77	488.336.214,72	496.648.306,49
2037	8.054.967,52	442.248.787,39	450.303.754,91
2038	7.778.630,32	399.302.639,88	407.081.270,20
2039	7.504.069,24	394.466.346,97	401.970.416,21
2040	7.249.462,63	389.624.878,72	396.874.341,35
2041	6.998.918,68	372.789.583,44	379.788.502,12
2042	6.749.741,33	302.105.598,16	308.855.339,49
2043	3.281.950,83	219.898.699,88	223.180.650,71
Restante a pagar	0,00	731.590.394,71	731.590.394,71

Art. 6º, § 1º, inciso I da RSF nº 43/2001

Exercício anterior

Despesas de capital executadas do exercício anterior **2.407.988.061,95**

"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada **2.407.988.061,95**

Receitas de operações de crédito do exercício anterior 387.473.908,08

Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), contratada e não paga, do exercício anterior 0,00

Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada **387.473.908,08**



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Processo nº 17944.103347/2018-93****Art. 6º, § 1º, inciso II da RSF nº 43/2001****Exercício corrente****Despesas de capital previstas no orçamento****3.498.589.543,31**

"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesa de capital do exercício ajustadas**3.498.589.543,31**

Liberações de crédito já programadas

929.221.312,92

Liberação da operação pleiteada

11.693.014,90

Liberações ajustadas**940.914.327,82****Art. 7º, inciso I da RSF nº 43/2001**

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2018	11.693.014,90	929.221.312,92	22.570.529.963,52	4,17	26,05
2019	37.991.332,96	653.702.370,51	22.864.958.396,49	3,03	18,91
2020	31.601.425,80	431.765.842,35	23.163.227.594,48	2,00	12,50
2021	24.943.473,94	13.391.794,00	23.465.387.659,58	0,16	1,02
2022	22.571.452,40	11.532.301,77	23.771.489.347,43	0,14	0,90
2023	0,00	11.410.463,27	24.081.584.075,79	0,05	0,30
2024	0,00	5.948.324,96	24.395.723.933,13	0,02	0,15
2025	0,00	0,00	24.713.961.687,42	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	25.036.350.794,97	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	25.362.945.409,44	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	25.693.800.390,89	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	26.028.971.315,02	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	26.368.514.482,53	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2031	0,00	0,00	26.712.486.928,51	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	27.060.946.432,11	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	27.413.951.526,16	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	27.771.561.507,07	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	28.133.836.444,73	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	28.500.837.192,66	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	28.872.625.398,19	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	29.249.263.512,82	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	29.630.814.802,73	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	30.017.343.359,39	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	30.408.914.110,34	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	30.805.592.830,08	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	31.207.446.151,12	0,00	0,00

Art. 7º, inciso II da RSF nº 43/2001

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2018	794.534,55	1.618.427.592,38	22.570.529.963,52	7,17
2019	2.234.679,37	1.689.120.148,82	22.864.958.396,49	7,40
2020	3.410.782,93	1.698.250.151,36	23.163.227.594,48	7,35
2021	4.326.342,03	1.604.414.195,22	23.465.387.659,58	6,86
2022	4.920.074,58	1.565.735.212,11	23.771.489.347,43	6,61
2023	8.346.250,24	1.225.925.932,40	24.081.584.075,79	5,13
2024	11.375.804,64	1.231.448.267,68	24.395.723.933,13	5,09
2025	11.146.675,16	1.028.128.377,27	24.713.961.687,42	4,21
2026	10.929.794,93	981.903.765,18	25.036.350.794,97	3,97
2027	10.722.791,53	931.758.258,08	25.362.945.409,44	3,72



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.103347/2018-93

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2028	10.446.536,48	823.116.049,11	25.693.800.390,89	3,24
2029	10.166.029,34	808.744.717,26	26.028.971.315,02	3,15
2030	9.922.146,99	765.991.234,76	26.368.514.482,53	2,94
2031	9.684.640,21	741.858.237,88	26.712.486.928,51	2,81
2032	9.427.327,70	710.823.832,65	27.060.946.432,11	2,66
2033	9.133.607,14	560.354.105,59	27.413.951.526,16	2,08
2034	8.825.406,59	523.265.683,78	27.771.561.507,07	1,92
2035	8.574.558,81	510.876.225,40	28.133.836.444,73	1,85
2036	8.312.091,77	488.336.214,72	28.500.837.192,66	1,74
2037	8.054.967,52	442.248.787,39	28.872.625.398,19	1,56
2038	7.778.630,32	399.302.639,88	29.249.263.512,82	1,39
2039	7.504.069,24	394.466.346,97	29.630.814.802,73	1,36
2040	7.249.462,63	389.624.878,72	30.017.343.359,39	1,32
2041	6.998.918,68	372.789.583,44	30.408.914.110,34	1,25
2042	6.749.741,33	302.105.598,16	30.805.592.830,08	1,00
2043	3.281.950,83	219.898.699,88	31.207.446.151,12	0,72
Média até 2027:				5,75
Percentual do Limite de Endividamento até 2027:				49,99
Média até o término da operação:				3,40
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação:				29,59

 Art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.103347/2018-93**

Receita Corrente Líquida (RCL)	22.257.221.788,86
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	11.659.037.114,11
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	2.056.972.409,79
Valor da operação pleiteada	128.800.700,00
Saldo total da dívida líquida	13.844.810.223,90
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,62
Limite da DCL/RCL	2,00
Percentual do limite de endividamento	31,10%

Operações de crédito pendentes de regularização

Data da Consulta: 06/08/2018

Cadastro da Dívida Pública (CDP)

Data da Consulta: 06/08/2018

Exercício/Período	Status	Data do Status
31/12/2017	Atualizado e homologado	15/05/2018 15:22:29





ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA

Parecer CT/CV nº 0225/2018 - AP

Interessado: Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO. ESTADO DE PERNAMBUCO. BID. PROJETO DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - PROFISCO II. REGULARIDADE E LEGALIDADE DAS CLÁUSULAS DA MINUTA CONTRATUAL.

Por intermédio do Ofício n.º 615/2018-GSF, o Exmo. Secretário da Fazenda submete ao crivo desta Procuradoria-Geral do Estado, para emissão de parecer jurídico, minuta de contrato de empréstimo, no valor de US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares) a ser firmado entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para operacionalização do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco- PROFISCO II.

Impende registrar que esta Procuradoria já teve a oportunidade de avaliar a viabilidade jurídica da operação de crédito em testilha, tendo emitido o Parecer encartado no processo SAJ 2018.02.002052, no qual, seguindo os padrões fixados no Manual de Instrução de Pleitos da Secretaria do Tesouro Nacional, concluiu-se pela inexistência de óbices legais ou constitucionais à contratação do financiamento.

No Parecer supramencionado, foi atestado o atendimento ao disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Desta feita, a secretaria executora do acordo de empréstimo – invocando solicitação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – remete o processo de contratação a este órgão consultivo, a fim de que sejam avaliados

NN. 2018.02.005318

Página 1 de 4 www.pge.pe.gov.br

Rua do Sol, 143, Santo Antônio - CEP

50010470, Recife-PE - Fone: (81) 3181-8500

procuradoria.consultiva@pge.pe.gov.br

9/





ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA

aspectos referentes à validade das cláusulas da minuta contratual frente aos dispositivos legais e constitucionais aplicáveis à espécie, a fim de instruir processo a ser encaminhado ao Senado Federal, órgão competente para autorizar a operação de crédito em riste.

Com efeito, reflexo do “Sistema de Freios e Contrapesos” (*check and balances*), o art. 52, inciso V, da Constituição da República, com o objetivo de estabelecer rígidos controles quanto ao endividamento público, reservou ao Senado Federal o poder de autorizar as operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

O parecer jurídico em riste justifica-se, então, diante da necessidade de subsidiar o Senado Federal para que avalie a possibilidade de o acordo ser assinado.

Importante frisar, por outro lado, que o presente opinativo cinge-se aos aspectos exclusivamente jurídicos da contratação, não adentrando no mérito das condições econômico-financeiras estipuladas na minuta do contrato, notadamente às relativas a taxas e termos de reembolso, programação de amortização e períodos de saque, as quais pressupõe-se tenham sido objeto de análise e assentimento por parte da Secretaria da Fazenda e demais órgãos estaduais com *expertise* técnica para tal.

Nesse sentido, o exame empreendido por esta Procuradoria Geral do Estado abarcará três pontos fundamentais: a) conformidade das minutas negociadas com a legislação nacional; b) conformidade das minutas ajustadas com a legislação estadual; c) correspondência das disposições contidas nas minutas com o que efetivamente discutido durante as tratativas.

Pois bem. Consoante apontado por esta Procuradoria no Parecer nº 143/2010, quando da análise do Contrato de Empréstimo nº 2.151/OC/BR (referente ao PROFISCO I¹), não se vislumbra óbice jurídico nas condições contratuais fixadas pela instituição financiadora, porquanto derivadas de rotinas constantes das Normas Gerais do BID, as quais atendem aos princípios reitores da dinâmica estatal no Brasil.

Analisando a minuta ora remetida pela Secretaria da Fazenda, não

¹ Parecer PGE nº 143/2010 – SAJ 2010.02.511





ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA

se identificou cláusulas de natureza política ou que atentem contra a soberania nacional nem contra a ordem pública. Também não se identificou disposições contrárias à Constituição da República e às leis nacionais.

Analisado o ajuste sob o prisma da legislação estadual, também não se vislumbra óbice jurídico à contratação em tela. Nesse sentido, a operação de crédito já foi, inclusive, autorizada pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), autorização contida no bojo da Lei Estadual nº 16.244, de 15 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 16/12/2017.

Ademais, como pontuado no Parecer 143/2010, ainda que houvesse eventual conflito entre as condições fixadas pelo BID e a legislação pátria relativa à formalização de contratos administrativos, incidiria o disposto no art. 42, §5º, da Lei nº 8.666/93², que permite a adoção das normas contidas nos acordos de empréstimo externo, em substituição às diretrizes nacionalmente aceitas, nas hipóteses de contratações que envolvam o uso de recursos provenientes de mútuo contraído junto a agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral.

No caso em análise, as derrogações admitidas pelo §5º do art. 42 da Lei de Licitações se fazem sentir com particular vigor em relação às disposições contratuais atinentes às aquisições de bens e contratações de obras e serviços (Cláusulas 4.03 e 4.04 das Disposições Especiais), bem como no que concerne à sistemática de resolução de conflitos (Cláusula 6.03 das Disposições Especiais). Nesses capítulos, as normas do acordo são excepcionalmente absorvidas pelo ordenamento jurídico pátrio, provocando derrogações pontuais na legislação nacional relativa à aplicação e gestão de

² Art. 42. Nas concorrências de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes. (...) § 5º Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)





ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA CONSULTIVA

recursos públicos.

Há de se ressaltar, em acréscimo, que o valor do empréstimo (US\$ 37.000.000,00) e da contrapartida (US\$ 7.400.000,00) estão de acordo com o fixado na Resolução nº 03/0219, da Comissão de Financiamentos Externos (fl. 30), e que as minutas contratuais refletem o negociado pelo Estado de Pernambuco, pela União e pelo BID nas tratativas que antecederam a elaboração do documento a ser encaminhado para o Senado Federal, ocorridas em 08 de junho de 2018, em Brasília. A ata de negociação, juntada ao processo mediante cópia (fls. 27/29), apresenta a “memória” de todos os acertos mantidos entre as partes envolvidas na contratação, permitindo afirmar que o contrato efetivamente corresponde ao que ajustado entre o interessados.

Em face de todo o exposto, opina-se pela legalidade das obrigações constantes da minuta contratual a ser submetida ao crivo do Senado Federal.

À apreciação do Exmo. Procurador-Geral do Estado.

Recife, 13 de setembro de 2018

Giovana Andréa Gomes Ferreira
Procuradora do Estado
Chefe da Procuradoria Consultiva

De acordo.

Ernani Varjal Medeiros Pinto
Procurador Geral Adjunto

NN. 2018.02.005318

Página 4 de 4 www.pge.pe.gov.br Rua do Sol, 143, Santo Antônio - CEP
50010470, Recife-PE - Fone: (81) 3181-8500
procuradoria.consultiva@pge.pe.gov.br





ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Gabinete do Procurador Geral

Recife/PE, 10 de abril de 2018.

PARECER JURÍDICO PARA OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO

EMENTA: DIREITOS CONSTITUCIONAL E FINANCEIRO. OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO. PARECER JURÍDICO.

I. Análise da legalidade da contratação à luz dos dispositivos constitucionais e infraconstitucionais sobre a matéria.

II. Viabilidade da contratação.

Em atendimento ao disposto no §1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, no âmbito de pleito do **Estado de Pernambuco** para realizar operação de crédito externo junto ao **Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID**, no valor de **US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares)**, destinada ao **Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco**, declaro que este ente federativo atende às seguintes condições:

A) existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, no texto da Lei Estadual nº 16.244, de 15 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado de 16/12/2017;

B) inclusão no orçamento anual dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada, conforme Lei Orçamentária de 2018, aprovada pela Lei nº 16.275, de 26 de dezembro de 2017, bem como no Plano Plurianual do Estado relativo ao período 2016/2019, estabelecido pela Lei nº 15.703/2015, revisado pelas Leis nº 15.978, de 26 de dezembro de 2016, e 16.274, de 26 de dezembro de 2017;

C) atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§1º, inciso V, e 3º, do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

D) observância das demais disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

NN. 2018.02.002052 Página 1 de 2 www.pge.pe.gov.br
Rua do Sol, 143, Santo Antônio - CEP 50010470, Recife-PE - Fone: (81) 3181-8500





ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Gabinete do Procurador Geral

CONCLUSÃO

Entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

Recife, 10 de abril de 2018

ANTÔNIO CÉSAR CAÚLA REIS
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO





ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Gabinete do Procurador Geral

**PARECER DO ÓRGÃO JURÍDICO E DECLARAÇÃO DO CHEFE DO
PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e no §2º do artigo 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, no âmbito de pleito constante do processo nº 17944.103347/2018-93, para contratar operação de crédito com garantia da União entre o Estado de Pernambuco e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares), destinada à Implantação do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco - PROFISCO II - PE conforme a lei autorizadora nº 16.244, de 15 de Dezembro de 2017, declaro que:

I – O Estado de Pernambuco cumpre com o disposto no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal e seguem, no anexo I desta Declaração, as informações necessárias para a Secretaria do Tesouro Nacional verificar tal cumprimento, bem como segue, em anexo a este documento, o Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964) relativo ao orçamento do exercício em curso (LOA de 2019). Ademais, envio, em anexo a este documento, Certidão do Tribunal de Contas competente atestando o cumprimento do artigo 167, inciso III, da Constituição Federal (Regra de Ouro) ou do art. 12, §2º da LRF, para o exercício de 2018.

II – A operação de crédito pleiteada, a ser contratada pelo Estado de Pernambuco junto Banco Interamericano de Desenvolvimento, atende às seguintes condições:

- a) existência de prévia e expressa autorização legislativa, no texto da Lei Estadual nº 16.244, de 15 de Dezembro de 2017; e
- b) existência de dotação na lei orçamentária (LOA 2019: Lei Estadual nº 16.518, de 26 de Dezembro de 2018) para o ingresso de recursos provenientes da operação, o aporte de contrapartida, assim como os encargos decorrentes da operação, e de previsão no plano plurianual (Lei Estadual nº 15.703, de 21 de Dezembro de 2015), revisado pela Lei nº 16.519, de 26 de dezembro de 2018).

NN. 2018.02.002052 Página 1 de 2 www.pge.pe.gov.br
Rua do Sol, 143, Santo Antônio - CEP 50010470, Recife-PE - Fone: (81) 3181-8500





ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Gabinete do Procurador Geral

III – O Estado de Pernambuco cumpre o limite constitucional mínimo relativo aos gastos em educação (art. 212 da Constituição Federal) para o último exercício encerrado (2018), e cumpre o limite constitucional mínimo relativo aos gastos em saúde (art. 198 da Constituição Federal) para o último e o penúltimo exercícios encerrados (2018 e 2017), e para tal comprovação, envio, em anexo, Certidão do Tribunal de Contas competente atestando tal cumprimento.

IV - O Estado de Pernambuco assinou contrato(s) na modalidade Parceria Público-Privada (PPP) e cumpre com os limites estabelecidos no art. 28 da Lei nº 11.079/2004, de maneira que a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas não excedeu, no último exercício encerrado (2018), a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício e tampouco as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excedem a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios e segue, no anexo II desta Declaração, Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (PPP), nos moldes do anexo 13 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) da STN.

Recife, 12 de fevereiro de 2019

ERNANI VARJAL MEDEIROS PINTO
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO



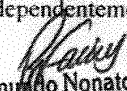
ANEXO I

Exercício anterior (2018)	
Despesas de capital executadas no exercício anterior: liquidadas até o dia 31/12 do exercício anterior + inscritas em restos a pagar não processados, conforme RREO do 6º bimestre do exercício anterior (a)	R\$ 2.336.708.213,69
Despesas previstas para reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas (b)	R\$
Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte (c)	R\$
Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas (d)	R\$
Total de deduções (e = b + c + d)	R\$
Despesas de capital executadas no exercício anterior ajustadas (f = a - e)	R\$ 2.336.708.213,69
Receitas de operações de crédito realizadas até o 6º bimestre do exercício anterior (g)	R\$ 638.379.633,97
ARO contratada e não paga do exercício anterior (h)	R\$
Liberações ajustadas (i = g + h)	R\$ 638.379.633,97

Exercício corrente (2019)	
Despesas de capital previstas no orçamento - dotação atualizada no último RREO exigível ou Anexo I da LOA (janeiro a março) (a)	R\$ 3.024.614.600,00
Despesas previstas para reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas (b)	R\$
Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte (c)	R\$
Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas (d)	R\$
Total de deduções (e = b + c + d)	R\$
Despesas de capital do exercício corrente ajustadas (f = a - e)	R\$ 3.024.614.600,00
Desembolso previsto, no exercício corrente, da operação de crédito pleiteada (g)	R\$ 13.015.453,20
Desembolsos previstos, no exercício corrente, de outras operações de crédito ainda não contratadas, em fase de tramitação na STN ou nas instituições financeiras (h)	R\$
Desembolsos previstos, no exercício corrente, de outras operações de crédito já contratadas, com liberações previstas no exercício corrente (i)	R\$ 1.004.581.676,73

Observações: As informações apresentadas neste Anexo poderão ser atualizadas com base nos dados constantes do último Relatório Resumido de Execução Orçamentária exigível e publicado pelo ente da Federação pleiteante no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

Salienta-se ainda que, quando do preenchimento da tabela “exercício anterior” deste Anexo I, ainda não esteja homologado o RREO do 6º bimestre do exercício anterior, as informações devem ser preenchidas com base no RREO do 5º bimestre incluídos os ajustes necessários relativos ao período do sexto bimestre. Ou seja, devem ser preenchidas informações relativas à posição de 31/12 do exercício anterior, independentemente do RREO do 6º bimestre do exercício anterior estar homologado no Siconfi.


Raimundo Nonato Farias




ANEXO II

Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (PPP): período de 2018 a 2028

	Exercício anterior (2018)	Exercício corrente (EC): 2019	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC -
Total de Despesas de PPP (I)	3.733.282,69	1.800.863,75									
PPP a contratar (II)											
Total das despesas para limite (III)	3.733.282,69	1.800.863,75									
Receita Corrente Líquida (IV)	23.131.949.692,05	23.927.351.478,99									
Total de despesas / RCL % (III/IV)	0,02	0,01									

Observação: As informações apresentadas neste Anexo poderão ser confrontadas e atualizadas com base nos dados constantes do último Relatório Resumido de Execução Orçamentária exigível e publicado pelo ente da Federação pleiteante no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.


Raimundo Nonato Farias
Contador Geral do Estado
Secretaria da Fazenda - PE
Matrícula 186743-1/CRC/PE 0234100-0





Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco PROFISCO II PE

PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO

IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO OBJETO DE ANÁLISE

Em atendimento ao disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e ao disposto no § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, trata o presente parecer de contratação, pelo Estado de Pernambuco, de operação de crédito, no valor de US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares americanos) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco – PROFISCO II PE, o qual será executado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco – SEFAZ-PE.

O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal, por meio do aperfeiçoamento da gestão fazendária, da administração tributária e contencioso fiscal, da administração financeira e do gasto público. As ações previstas neste Projeto buscam: i) melhorar o desempenho da governança fazendária contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação de resultados; ii) melhorar o desempenho da administração tributária e contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias, a redução de tempos para cumprimento das obrigações tributárias e a recuperação da dívida ativa; iii) Melhorar o desempenho da administração contábil e financeira, contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento orçamentário e controle das despesas e para a gestão de custos e avaliação do gasto público.

A Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco tem como missão institucional *“Prover e gerir os recursos necessários à implementação das políticas públicas do Estado com vistas à manutenção do equilíbrio fiscal dinâmico”*. Para cumprir sua missão, a secretaria tem concentrado esforços no aperfeiçoamento e modernização da administração fiscal e, para tal, tem se utilizado de fontes de financiamento de recursos externos no que, em grande parte, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem sido seu principal parceiro financiador.

No período de 2010 a 2016, foram observados significativos avanços na gestão fiscal do Estado de Pernambuco. Tais avanços contaram, em grande medida, com financiamento de recursos, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO I. Entre os expressivos resultados, podemos destacar:

Q

1





- i. Incremento da arrecadação global (ICMS, IPVA, ICD), de R\$ 7,5 bilhões em 2009 para R\$ 13,7 bilhões em 2015. Apesar do início da crise econômica, os níveis de arrecadação se mostraram constantes em 2015 e 2016, o que indica a sustentabilidade da arrecadação tributária no estado.
- ii. Aumento da receita proveniente da recuperação da dívida ativa, de R\$ 122,9 milhões em 2009 para R\$ 263,8 milhões em 2015.
- iii. Redução do tempo médio de auditoria na Controladoria Geral do Estado, de 6 semanas em 2009 para 4 semanas em 2015.
- iv. Fortalecimento da gestão para resultados, com todas as unidades organizacionais do 2º nível elaborando seus relatórios de avaliação e com a aplicação de ações corretivas incorporadas ao Planejamento Estratégico da SEFAZ, além da implantação do Escritório de Projetos Estratégicos na Superintendência de Planejamento Estratégico, com base na metodologia do *Project Management Institute* (PMI).

No entanto, em que pesem os avanços alcançados no PROFISCO I, ainda há um amplo campo de fortalecimento da administração fiscal estadual para o enfrentamento dos novos desafios gerados pela crise econômica e também como forma mitigar os riscos de sustentabilidade dos esforços de modernização já desenvolvidos.

A operação pleiteada entregará resultados nos três eixos (componentes) da atuação da fazenda estadual: a Gestão Fazendária e Transparência Fiscal, a Administração Tributária e Contencioso Fiscal e a Administração Financeira e Gasto Público. Os produtos da Gestão Fazendária e Transparência Fiscal estão orientados a melhorar os processos corporativos relacionados com a governança da SEFAZ-PE, a sua gestão estratégica, a gestão de pessoas, da tecnologia e das aquisições além da transparência e cidadania fiscal, os produtos da Administração Tributária e Contencioso Fiscal buscam melhorar o desempenho da arrecadação das receitas próprias e a recuperação da dívida, simplificar o cumprimento das obrigações tributárias e melhorar as relações com os contribuintes, finalmente, os produtos da administração Financeira e Gasto Público visam contribuir para a disciplina fiscal, apuração de custos, melhoria da gestão da dívida pública e aumento da eficiência e efetividade do gasto público.

VALOR TOTAL DA OPERAÇÃO E FONTE DE RECURSOS

O PROFISCO II PE – Projeto de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco prevê aporte de recursos de investimentos da ordem de US\$ 44.400.000 (Quarenta e quatro milhões e quatrocentos mil dólares americanos) sendo US\$ 37.000.000 (trinta e sete milhões de dólares americanos) a serem financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o equivalente em Reais (R\$) a US\$ 7.400.000 (sete milhões e quatrocentos mil dólares americanos) correspondentes aos recursos a serem aportados pelo Governo do Estado de Pernambuco como contrapartida local.

E

2





A distribuição dos recursos, nos respectivos componentes anteriormente referenciados, está apresentada no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Distribuição dos Custos Estimados por Componentes (em US\$)

COMPONENTES / PRODUTOS	VALOR USD
GESTÃO DO PROJETO	USD 560.000
A1 - Monitoramento e avaliação	USD 260.000
A2 - Auditoria	USD 300.000
CUSTOS DIRETOS	USD 43.840.000
I. GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	USD 10.970.000
P1.1 Governança fazendária aperfeiçoada,	USD 600.000
P1.2 Novo Modelo de Gestão de pessoas implantado	USD 3.000.000
P1.3 Plataforma de tecnologia da Informação e comunicação atualizada	USD 7.370.000
II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	USD 16.210.000
P2.1 Incentivos fiscais controlados	USD 332.000
P2.2 Cadastro aperfeiçoado e obrigações tributárias controladas	USD 7.938.000
P2.3 Novo Modelo de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito implantado	USD 1.920.000
P2.4 Recuperação de crédito aperfeiçoada	USD 3.320.000
P2.5 Nova Sistemática de Obtenção de Informações da NFC-e implantada	USD 2.700.000
III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	USD 16.660.000
P3.1 Novo Modelo de Gestão dos recursos financeiros implantado	USD 900.000
P3.2 Sistema para Gestão de Transferências Voluntárias implantado	USD 205.000
P3.3 Novo Modelo de gestão contábil-financeira da folha de pagamento e patrimônio implantado	USD 14.865.000
P3.4 Módulo de cálculo da dívida pública implantado no e-Fisco	USD 350.000
P3.5 Gestão de custos públicos implantada	USD 340.000

O projeto será executado ao longo de 5 anos, conforme previsão apresentada no Quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Previsão da Execução Financeira por Fonte de Recurso (em US\$)

Valores em US\$						
Fonte	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
Fonte Banco	3.359.000	10.913.600	9.078.000	7.165.400	6.484.000	37.000.000
Contrapartida		2.812.000	1.702.000	1.554.000	1.332.000	7.400.000
Total	3.359.000	13.725.600	10.780.000	8.719.400	7.816.000	44.400.000
Percentual	7,6%	30,9%	24,3%	19,6%	17,6%	100,00%





RELAÇÃO CUSTO - BENEFÍCIO

Um número significativo de produtos do projeto irá contribuir de forma direta ou indireta com o aumento de receita, com a redução de gastos para o governo ou ainda com racionalização de processos para o contribuinte. Para efeito da análise de custo-benefício do projeto e com base em metodologia diagnóstica formulada em cooperação com a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), que permite avaliar a Maturidade e o Desempenho da Gestão Fiscal (MD GEFIS) dos estados, foram selecionados 3 produtos que representam e quantifiquem tais benefícios.

Em diagnóstico feito a despeito do planejamento da fiscalização e controle das operações de trânsito de mercadorias foi evidenciado o uso limitado de análise de risco dos contribuintes, associado a deficiências no controle dos veículos de cargas por insuficiência de ferramentas tecnológica para o combate à sonegação e o cruzamento de dados para identificação de fraudes em Documentos Fiscais eletrônicos - DF-e. O componente da Administração Tributária - que norteará os resultados esperados para o incremento arrecadação - contém, como um de seus produtos, a implantação de um novo modelo de fiscalização de Mercadorias em Trânsito que inclui uma central de operações remota denominada Posto Fiscal Virtual onde as mercadorias serão acompanhadas desde o momento da emissão das notas fiscais e enquanto transitam pelas rodovias. Por meio da leitura de chips nos caminhões que passam em antenas estrategicamente fixadas, a fiscalização interceptará no posto fiscal apenas as cargas com suspeitas de evasão, as não suspeitas obterão o "sinal" verde e não precisarão parar.

A partir da análise da experiência do Estado de Goiás que adotou, em dezembro de 2016, modelo semelhante denominado de Fiscalização Inteligente e Seletiva (FIS), é possível identificar os retornos possíveis de serem alcançados. No FIS de Goiás, na comparação dos seis primeiros meses de 2016 com os seis primeiros meses de 2017, foi observado um aumento real de 16,7% nas autuações de mercadorias de trânsito.

A SEFAZ-PE, por sua vez, contabilizou, no ano de 2016, arrecadação na ordem de R\$ 300 milhões com autuações de mercadorias de trânsito. A partir desses dados, e considerando a experiência de Goiás, é possível projetar uma meta de crescimento de 8,35% para as autuações provenientes do trânsito, em Pernambuco. Tal meta representa apenas a metade do que foi alcançado pelo Estado de Goiás. Adotando essa meta percentual de crescimento, estima-se chegar a um incremento de arrecadação na ordem de R\$ 25 milhões de reais/ano. Como este projeto prevê entregas iniciais em 2018, uma parte desse incremento já poderá ocorrer a partir de 2019, atingindo o total esperado até 2022, com a sua conclusão. Além desse ganho, haverá a redução do Custo Brasil, no momento em que as transportadoras credenciadas não precisarão mais parar nos postos. Haverá também a redução dos gastos com a manutenção dos postos fiscais, pois aos menos quatro serão fechados e/ou reduzidos. Essa economia, porém, não foi considerada nos números.

4





Desta maneira, e considerando, a partir de 2022, os valores totais de incremento de arrecadação provenientes apenas deste produto, em 2026 já teríamos o retorno do valor do financiamento.

A respeito das necessidades de adequações da gestão contábil aos procedimentos de convergência, o diagnóstico apontou como principais dificuldades para atendimento às exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao Setor Público – NBCASP, a ausência de alinhamento e deficiências na operacionalização da folha (contabilização e pagamento) com necessidade de aprimoramento do controle da maior despesa do Estado. O componente da Administração Financeira e Gasto Público, que norteará os resultados esperados para a disciplina fiscal e aumento da eficiência e efetividade do gasto público contém, como um de seus produtos o novo sistema de gestão da folha de pagamento do Estado de Pernambuco. Para fins de quantificação dos resultados esperados, foi possível considerar a experiência do Estado da Bahia, que adotou recentemente solução para a gestão de pessoas que inclui o módulo “calculadora da folha de pagamento”, nos mesmos moldes projetados para Pernambuco. Em nove meses, a Bahia que inicialmente implantou o sistema em oito órgãos da gestão estadual, registrou uma economia de R\$ 1,35 milhão. Tal economia representa 0,8% do valor bruto médio da folha de pagamento destes oito órgãos. Estima-se que essa economia decorreu dos ajustes de erros e inconsistências proporcionadas pela nova plataforma.

A folha de pagamento do Estado de Pernambuco, no período de novembro de 2016 a outubro de 2017, incluindo ativos e inativos, custou ao Estado R\$ 11,7 bilhões. Projetando para esta folha uma redução de 0,4% (metade da porcentagem alcançada pelo Estado da Bahia), por ocasião dos ajustes de inconsistências e erros, o Estado economizará – ao final da implantação - algo próximo a R\$ 46 milhões. Esse valor representa aproximadamente 40% do valor do empréstimo e poderá ser alcançado já em 2022, fruto apenas deste produto.

Finalmente, o terceiro e último produto avaliado, também faz parte do componente da Administração Financeira e Gasto Público e visa reduzir os altos custos administrativos relacionados ao modelo atual de monitoramento e controle das notas fiscais de fornecedores a serem pagas pelo Estado. Hoje, o processo se inicia com a entrega da nota fiscal do serviço prestado ou bem adquirido na unidade gestora, a NF é encaminhada para o setor financeiro onde são digitadas as informações para geração do Documento Hábil (DH). Após a confirmação do serviço prestado ou bem entregue, o “atesto” é dado e a liquidação é efetuada. A automatização de um novo processo de contas a Pagar está sendo vislumbrada como meio para reduzir o trabalho manual, erros e inconsistências de valores na geração dos DHs, além de dar mais celeridade. Após a entrega da nota fiscal na unidade gestora, será possível recuperar as informações da mesma na base de Nota Fiscal Eletrônica do Estado. De posse das informações, o sistema irá gerar o DH automaticamente e assim a unidade gestora poderá fazer a validação do serviço ou bem entregue com as informações do DH, para posterior liquidação e pagamento.

5





Por meio da automatização da geração dos DHs, os retrabalhos de ajustes dos lançamentos com erros são praticamente eliminados, assim como duplicidades e inconsistências. Além disso, a informação do passivo do Estado ficará mais próxima da realidade e haverá maior agilidade no processo de atesto das notas fiscais, maior monitoramento das NF's com DH e que ainda não foram atestadas e previsibilidade das despesas no fluxo de caixa do Tesouro.

Em 2017, o Estado gerou manualmente 411 mil DHs. Considerando a média de geração de 15 DHs por hora, totalizam 27.440 horas gastas na geração de DHs em um ano. Sendo um custo médio por hora de um funcionário R\$53,13 incluindo encargos, resultam um gasto total de R\$1,46 milhão anual que poderá ser reduzido ou melhor aproveitado com a realocação da força de trabalho em outras atividades. Contudo, essa representativa economia não pode ser contabilizada de imediato pois será obtida de forma gradual, na proporção da implantação do sistema nas Unidades Gestoras.

À luz da análise de todos os custos e dos benefícios dos três produtos acima citados calcula-se que, em um horizonte de 10 anos, que o PROFISCO II PE tem uma taxa interna de retorno (TRI) de 46,4% e um valor presente líquido (VPL) de US\$ 34,5 milhões, baseado em uma taxa de desconto de 12%. O fluxo financeiro anual (Benefícios – Custos) passa a ser positivo no quarto ano do programa e, no acumulado, passa a ser positivo no quinto ano do programa, ou seja, já com retorno positivo para o programa como um todo.

Quanto à justificativa para seleção do agente financiador, os parâmetros financeiros propostos pelo BID para o Estado de Pernambuco nessa operação, são:

- Carência: 66 meses
- Prazo de Amortização: 234 meses
- Prazo total: 300 meses
- Taxa total de Juros: Libor 3 meses + Spread (margem variável a ser definida pelo BID na data de assinatura do contrato). A taxa vigente para o 1º trimestre de 2018 é de 2,65% e as atualizações podem ser acompanhadas no seguinte [link](http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-1436601171-376) (<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=EZSHARE-1436601171-376>)
- Demais encargos e comissões: Encargo de comissão de Inspeção e Supervisão de até 1% do valor do empréstimo dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolso. Comissão de Crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, que em caso algum poderá exceder 0,75% ao ano.

As condições oferecidas pelo BID são mais atrativas, notadamente quanto à taxa de juros proposta, quando comparadas ao mercado interno brasileiro.

C 6





OUTROS IMPACTOS E INTERESSE ECONÔMICO E SOCIAL DA OPERAÇÃO

Outros impactos econômicos e sociais ainda podem ser mensurados como resultados do projeto.

O Quadro 3, a seguir, demonstra os custos dos produtos estimados em reais considerando alternativas de aplicação dos recursos em: capacitação, serviços de consultoria, aquisição de bens, obras e serviços que não de consultoria.

Quadro 3 – Previsão de Custos dos Produtos por Tipo de Recurso (em R\$)

COMPONENTE	TIPO DE RECURSO					TOTAL
	Capacitação	Serviços de Consultoria	Bens	Serviços que não Consultoria	Obras	
	5.237.269	51.386.236	82.987.927	2.041.042	3.021.086	144.073.560
VALORES EM R\$	5,6%	95,7%	57,2%	1,4%	2,1%	100,0%
INVESTIMENTO PRELIMINAR		319.116		1.077.960		1.397.076
A1 - Monitoramento e avaliação	-	519.184	-	324.490	-	843.674
A2 - Auditoria	-	-	-	973.470	-	973.470
DESENVOLVIMENTO	5.237.269	50.889.292	82.987.927	143.090	3.021.086	144.073.560
I. GESTÃO FISCAL, ORÇAMENTÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	4.542.860	5.315.146	32.866.195	943.143	2.307.208	45.974.552
P1.1 Governança fiscal aperfeiçoada	-	648.980	1.297.960	-	-	1.946.940
P1.2 Novo Modelo de Gestão de pessoas implantado	4.542.860	4.218.370	648.980	324.490	-	9.734.700
P1.3 Plataforma de tecnologia da informação e comunicação atualizada	-	447.796	20.929.255	220.653	2.307.208	23.914.913
II. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTABILIDADE FISCAL	323.245	37.616.354	14.040.642	51.918	162.245	55.194.404
P2.1 Incentivos fiscais controlados	35.694	1.041.613	-	-	-	1.077.307
P2.2 Cadastro aperfeiçoado e obrigações tributárias controladas	25.959	25.550.343	129.796	51.918	-	25.758.016
P2.3 Novo Modelo de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito implantado	-	2.109.185	3.369.390	-	551.633	6.230.208
P2.4 Recuperação de crédito aperfeiçoada	259.592	8.274.495	2.238.981	-	-	10.773.068
P2.5 Nova Sistemática de Obtenção de Informações Online do Comércio Varejista (NFC-e) implantada	-	658.715	8.102.515	-	-	8.761.230
III. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	373.364	7.917.556	45.461.999	146.021	162.245	54.060.934
P3.1 Novo Modelo de Gestão dos recursos financeiros implantado	-	2.433.675	324.490	-	162.245	2.920.410
P3.2 Sistema para Gestão de Transferências Voluntárias implantado	16.225	502.960	-	146.021	-	665.205
P3.3 Novo Modelo de gestão contábil-financeira de folha de pagamento e patrimônio implantado	356.939	2.839.288	45.039.212	-	-	48.235.439
P3.4 Módulo de cálculo da dívida pública implantado no e-Fisco	-	1.135.715	-	-	-	1.135.715
P3.5 Gestão de custos públicos implantada	-	1.005.919	97.347	-	-	1.103.266

A partir da leitura do quadro é possível observar a previsão de um montante de investimento na ordem de R\$ 58,7 milhões para a atividade “serviços prestados às empresas” (capacitação e serviços de consultoria e não consultoria), e o valor restante na ordem de R\$ 85,4 milhões está distribuído entre obras e aquisição de bens, sobretudo de Tecnologia da Informação e Comunicação (hardware e software).

De acordo com a matriz insumo-produto construída pelo Banco do Nordeste para os estados da região, somando os efeitos direto, indireto e induzido para a atividade “serviços prestados às empresas”, e considerando a parcela do efeito apropriada no Estado, é esperado um impacto final em termos de produto de 2,277 x R\$ 58,7 milhões = R\$ 134 milhões na economia estadual.

¹ Desenvolvida para o Nordeste e seus Estados pelo Banco do Nordeste do Brasil. Maiores informações em GUILHOTO, J. J. M. et al. Matriz de Insumo Produto do Nordeste e Estados: Metodologia e Resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

7





Considerando que a maior parte dos demais gastos em bens e obras corresponde a equipamentos de informática, o multiplicador aplicado para o que é apropriado no Estado, segundo a matriz insumo-produto, é de 2,42, o que multiplicado pelo valor de R\$ 85,4 milhões, resulta num impacto final esperado de R\$ 207 milhões na economia estadual.

Em termos de Valor Agregado, os impactos esperados na economia estadual das atividades de serviços prestados às empresas e de equipamentos de informática são de 63% (efeito no Estado) x 2,18 (multiplicador total) x R\$ 58,7 milhões = R\$ 80,6 milhões e de 61% (efeito no Estado) x 1,34 (multiplicador total) x R\$ 85,4 milhões = R\$ 69,8 milhões, respectivamente.

Em termos de tributos, a repercussão esperada é de R\$ 9,05 milhões e R\$ 31,4 milhões, para as atividades de serviços prestados às empresas e de equipamentos de informática, respectivamente.

Todos esses são efeitos diretos durante o período de investimento, ajudando a dinamizar a economia e retornando parcialmente na forma de tributos aos cofres públicos estaduais e municipais.

O PROFISCO II PE também propiciará a busca continuada da excelência num contexto econômico que provocou drástica redução na capacidade dos estados de dispor de recursos próprios para investimentos na modernização de sua gestão, em particular do fisco. A escolha por essa linha de financiamento do BID se dá, não apenas pelas condições favoráveis de contrato, mas pelo histórico de parcerias que a instituição mantém com a Secretaria da Fazenda de Pernambuco, com conhecimento profundo de nossa realidade, da capacidade de gerenciamento do Projeto e dos resultados positivos auferidos ao longo desse tempo.

De forma determinante, a população pernambucana será a maior beneficiária do PROFISCO II PE, pois como já demonstrado, por meio dos seus produtos implantados, será possível aumentar a arrecadação das receitas próprias, simplificar o cumprimento das obrigações tributárias e melhorar as relações com os contribuintes, além de controlar melhor a disciplina fiscal, aumentando a eficiência e efetividade do gasto público. Nesse contexto, o PROFISCO II PE auxiliará o Estado a reduzir as distorções econômicas, e ao mesmo tempo, ampliar os fundos estatais para a prestação de serviços aos cidadãos. Ou seja, constituirá benefícios para todo o Estado.

Para finalizar, o desenvolvimento dos produtos também ocasionará um efeito positivo, à medida que proporcionará uma requalificação do quadro de pessoal, modernização das tecnologias utilizadas, aumento da transparência e cidadania fiscal além de uma maior integração com diversos órgãos estaduais: a Secretaria de Administração, a Controladoria Geral do Estado, a Procuradoria Geral do Estado, a Junta Comercial do Estado de Pernambuco, o Tribunal de Justiça de Pernambuco, entre outras Instituições.

8





Todo o conteúdo do Projeto tem forte alinhamento com o Mapa da Estratégia da Secretaria como também ao planejamento estratégico do Governo do Estado de Pernambuco, representado pelas ações de seu PPA, ambos os instrumentos de planejamento e acompanhamento das ações Governo do Estado e da Secretaria da Fazenda.

CONCLUSÃO

Conforme demonstrado, entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

Recife, 11 de abril de 2018.

Marcelo Andrade Bezerra Barros
SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

De acordo:

Paulo Henrique Saraiva Câmara
GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO



01/02/2018

SEI/MP - 5363990 - Resolução/Recomendações

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - C O F I E X**

129ª REUNIÃO

RESOLUÇÃO Nº 03/0129, de 18 de janeiro de 2018.

O Presidente da COFIEIX, no uso de suas atribuições conferidas pelo Parágrafo Único do art. 7º do Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017,

RESOLVE,

Autorizar, em substituição à Recomendação nº 02/0121, de 28 de abril de 2017, com as ressalvas estipuladas, a preparação do Projeto, nos seguintes termos:

- | | |
|-----------------------------------|---|
| 1. Nome: | Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal de Pernambuco |
| 2. Mutuário: | Estado de Pernambuco |
| 3. Garantidor: | República Federativa do Brasil |
| 4. Entidade Financiadora: | Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID |
| 5. Valor do Empréstimo: | pelo equivalente a até US\$ 37.000.000,00 |
| 6. Valor da Contrapartida: | no mínimo de US\$ 7.400.000,00 |

Ressalvas:

a) A contratação da operação de crédito externo e a concessão de garantia da União estão condicionadas à apresentação, por parte do Mutuário, de pleito ao Ministério da Fazenda para análise de sua capacidade de pagamento e oferecimento de contragarantia suficiente, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, além de demonstração do cumprimento dos requisitos da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal, das Resoluções do Senado e demais normas aplicáveis à operação de crédito e concessão de garantia da União, visando às autorizações do Senado Federal e do Ministro da Fazenda; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário.

Jorge Saba Arbache Filho
Secretário-Executivo

Esteves Pedro Colnago Júnior
Presidente

Nota: A autorização concedida por esta Resolução perderá eficácia depois de decorridos vinte e quatro meses, contados a partir da data de publicação desta no Diário Oficial da União.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE SABA ARBACHE FILHO**, Secretário-Executivo da COFIEIX, em 24/01/2018, às 11:29.

Documento assinado eletronicamente por **ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR**, Presidente da COFIEIX, em 01/02/2018, às 14:27.



01/02/2018

SEI/MP - 5363990 - Resolução/Recomendações



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [<https://seimp.planejamento.gov.br/conferir>], informando o código verificador **5363990** e o código CRC **705CEA6A**.

LEI Nº 16.244, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e na Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, para adoção das condições estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014, e pela Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016; autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo junto ao BID, com garantia da União, destinados ao Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco; e altera a Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991, que dispõe sobre o processo administrativo tributário.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, relacionados com:

I - o prazo adicional de que trata o art. 1º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016;

II - o disposto nos arts. 3º e 5º da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016;

III - a modificação no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de que tratam os arts. 8º a 10 da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016; e

IV - a modificação no Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de que tratam os arts. 8º e 9º da Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014.

Art. 2º Para celebração dos termos aditivos de que tratam os incisos I e II do art. 1º, o Estado de Pernambuco compromete-se a estabelecer limitação, aplicável nos dois exercícios subsequentes à celebração dos aditamentos, do crescimento anual das despesas primárias correntes, exceto transferências constitucionais a Municípios e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, à variação da inflação, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou por outro que venha a substituí-lo.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir, nos termos aditivos mencionados no *caput*, cláusula de que o não cumprimento da medida implicará em:

I - revogação do prazo adicional de que trata o art. 1º da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016;



II - revogação da redução de que trata o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016; e

III - a restituição de que trata o art. 4º, §2º, da Lei Complementar Federal nº 156, de 2016.

Art. 3º Ficam mantidas as garantias originalmente convencionadas nos contratos de que trata o art. 1º.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamento externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com garantia da União, até o limite de US\$ 37.000.000,00 (trinta e sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados ao Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado de Pernambuco, obedecidos os limites legais para contratação de operações de crédito no exercício e para o dispêndio anual com o pagamento da dívida fundada, compreendendo principal e acessórios.

Parágrafo único. O produto da operação de crédito de que trata o *caput* será aplicado em programas e ações contidas no Plano Plurianual-PPA e nas Leis Orçamentárias Anuais, em estrita observância à modalidade específica de financiamento exigida pelo BID.

Art. 5º A operação de crédito de que trata o art. 4º será garantida pela União.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contra garantia a garantia da União, à operação de crédito de que trata o art. 4º, em caráter irrevogável e irretratável, as receitas a que se refere o art. 157, e a alínea “a” do inciso I e o inciso II do art. 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 7º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere o art. 4º deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 8º A Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991, que dispõe sobre o processo administrativo-tributário, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º O processo administrativo-tributário inicia-se:

.....
III - por meio de Notificação de Débito ou de Notificação de Débito sem Penalidade, a ser emitidas, de ofício, pela autoridade fazendária competente, nas seguintes hipóteses:

.....
b) não recolhimento do ICMS declarado pelo contribuinte, inclusive aquele relativo à substituição tributária:

1. em documento de informação econômico-fiscal, nos termos da legislação tributária específica; (NR)
.....



§ 2º O contribuinte terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência da Notificação de Débito ou da Notificação de Débito sem Penalidade, para efetuar ou iniciar o recolhimento do crédito tributário objeto da respectiva medida, observado o disposto no § 9º. (NR)

.....

§ 8º Na hipótese da alínea “a” do inciso I do *caput*, quando o Auto de Infração lavrado por descumprimento de obrigação acessória e assinado por meio de chancela, nos termos do inciso III do § 7º do art. 28, a respectiva ciência do sujeito passivo ocorrerá: (AC)

I - mediante emissão da notificação do lançamento em conjunto com o recibo comprobatório da satisfação extemporânea da obrigação, no caso de infração por descumprimento do respectivo prazo;

II - no caso das demais infrações ou na impossibilidade da realização do disposto no inciso I, mediante a adoção das seguintes medidas, sucessivamente:

a) comunicação por meio do domicílio tributário eletrônico - DTe, nos termos do inciso I do art. 21-A;

b) comunicação postal, com contrafé por carta registrada e aviso de recebimento; e

c) publicação no Diário Oficial do Estado, na hipótese de não recebimento da comunicação postal, atestada pelo funcionário responsável pelos correios e telégrafos oficiais.

§ 9º O disposto no § 2º não se aplica na hipótese da alínea “b” do inciso III do *caput*, relativamente à parcela do crédito tributário correspondente ao valor do imposto declarado e não pago, que se considera constituído, e em mora, desde a data do seu vencimento previsto na legislação tributária. (AC)

.....

Art. 4º

.....

§ 5º Deferido o pedido de diligência ou de perícia, a autoridade julgadora administrativa, quando for necessário à instrução do processo, encaminhará os autos à respectiva unidade da Secretaria da Fazenda responsável:

.....

III - pela gestão da antecipação tributária e dos sistemas tributários. (NR)

.....

Art. 15.

.....



§ 7º Não havendo impugnação no prazo legal, deverá o autuado efetuar ou iniciar o pagamento do crédito tributário no primeiro dia útil após o término do referido prazo. (NR)

Art. 19.

§ 6º Fica o Poder Executivo autorizado a adotar como domicílio fiscal eleito pelo sujeito passivo, para fim de comunicação de atos processuais, o endereço postal, eletrônico ou de fax, que ele tenha fornecido à Secretaria da Fazenda no ato do seu cadastramento, alteração cadastral ou baixa da respectiva inscrição, observadas, para este fim, as disposições previstas nos arts. 21-A a 21-C. (NR)

Art. 21-A. O uso de meio eletrônico na tramitação de processo administrativo-tributário, para a comunicação de atos e a transmissão de peças processuais, será admitido nos termos desta Lei, observando-se:

I - para fins de comunicação de atos processuais, deve ser utilizado o domicílio tributário eletrônico - DTe, efetivado por meio de endereço eletrônico sob o domínio de sistema da Secretaria da Fazenda, vinculado ao número do CNPJ ou do CPF do sujeito passivo; (NR)

V - fica facultado à Secretaria da Fazenda estabelecer, por meio de portaria, a obrigatoriedade de utilização do DTe, hipótese em que o credenciamento de que trata o inciso II poderá ser realizado de ofício ou dispensado, na forma que dispuser o referido ato normativo. (AC)

Art. 28.

§ 7º Nas hipóteses a seguir indicadas, a respectiva assinatura do chefe da unidade da Secretaria da Fazenda responsável pela emissão ou do funcionário fiscal designado para a lavratura da correspondente medida poderá ocorrer mediante chancela: (NR)

I - Notificação de Débito; (REN)

II - Notificação de Débito sem Penalidade; (REN)

III - Auto de Infração por descumprimento de obrigação acessória, mencionado no *caput* do § 8º do art. 2º; e (AC)

IV - Auto de Infração por não recolhimento do ICMS, em razão de glosa de incentivo ou benefício fiscal, nos termos do § 6º do art. 40. (AC)



Art. 40.
.....

§ 4º Não se aplica o disposto nos §§ 1º ao 3º, quando, ao apurar-se a infração cometida, ficar constatado: (NR)
.....

XIII - infração por descumprimento do prazo de entrega ou substituição de documento de informação econômico-fiscal, inclusive quando relativo ao arquivo eletrônico do Sistema de Escrituração Contábil e Fiscal - SEF e do Sistema Emissor de Documentos Fiscais - eDoc; ou (AC)

XIV - infração relativa ao não pagamento do ICMS antecipado, na hipótese de o respectivo valor ter sido calculado pela Secretaria da Fazenda em extrato de notas fiscais disponibilizado ao sujeito passivo. (AC)
.....

§ 6º Na hipótese de infração por falta de recolhimento do imposto, em razão de utilização indevida de incentivo ou benefício fiscal redutor do ICMS a recolher, quando a omissão puder ser identificada pela Secretaria da Fazenda pela simples constatação do indevido registro de valor redutor na escrita fiscal do sujeito passivo, ou em documento de informação econômico-fiscal, deve ser observado o seguinte: (AC)

I - o Auto de Infração será lavrado por meio da glosa do incentivo ou do benefício fiscal indevido, de forma automática, sem necessidade de designação prévia e individual de funcionário fiscal;

II - a assinatura do autuante poderá ser realizada nos termos do § 7º do art. 28;

III - a ciência do sujeito passivo ocorrerá conforme o disposto no inciso II do § 8º do art. 2º; e

IV - a lavratura da medida automática, nos termos do inciso I, não impedirá a Secretaria da Fazenda de iniciar ação fiscal específica para apurar outras infrações relativas ao mesmo período fiscal objeto da mencionada autuação.

Art. 41.
.....

§ 6º Na hipótese de constatação, pela Secretaria da Fazenda, de não localização do sujeito passivo, quando a ele houver sido dado, mediante publicação de edital, prazo específico para sanar irregularidade e esgotando-se o mencionado prazo sem que o saneamento ocorra, serão adotadas as seguintes providências relativamente aos processos referentes ao sujeito passivo, que estiverem em tramitação no TATE: (NR)



I - será publicado edital estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias, contados da respectiva publicação, para que o sujeito passivo regularize a sua situação; (NR)

II - esgotado o prazo previsto no inciso I sem que o sujeito passivo promova a respectiva regularização, os processos ali referidos serão encerrados, sem julgamento do feito; (NR)

Art. 48. O pedido de Restituição será instruído conforme os documentos previstos em portaria da Secretaria da Fazenda. (NR)

Art. 70. Publicada a decisão de que trata o art. 69, os processos administrativo-tributários de ofício julgados totalmente procedentes ou procedentes em parte serão encaminhados à repartição fazendária competente para cobrança e demais providências cabíveis. (NR)

Art. 77. O processo administrativo-tributário de ofício em que houver débito que não tenha sido objeto de reexame necessário, antes de seu encaminhamento ao TATE, será enviado à repartição fazendária competente para inscrição em dívida ativa da parcela não questionada, se o sujeito passivo não der início ao pagamento no prazo previsto em lei. (NR)

Art. 78.

§ 3º O processo administrativo-tributário de ofício decorrente do descumprimento de obrigações acessórias terá a correspondente penalidade regulamentar aplicada pelo respectivo dirigente das unidades da Secretaria da Fazenda mencionadas nos incisos I a III do § 5º do art. 4º, nos limites da respectiva competência, observado o seguinte: (NR)

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com exceção do art. 8º, que entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Art. 10. Ficam revogados o § 4º do art. 2º e o parágrafo único do art. 48 da Lei nº 10.654, de 27 de novembro de 1991.

Palácio do Campo das Princesas, Recife, 15 de dezembro do ano de 2017, 201º da Revolução Republicana Constitucionalista e 196º da Independência do Brasil.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

MARCELO ANDRADE BEZERRA BARROS
NILTON DA MOTA SILVEIRA FILHO
ANTÔNIO CÉSAR CAÚLA REIS



Ofícios da Câmara dos Deputados



- Ofício nº 96, de 2019, na origem, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2015.

É o seguinte ofício:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 96/2019/PS-GSE

Brasília, 10 de junho de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 4.070, de 2015, do Senado Federal (PLS nº 305, de 2015), que "Denomina Senador Luiz Henrique da Silveira trecho da BR-280 situado entre o Município de São Francisco do Sul, no Estado de Santa Catarina, e o Município de Porto União, na fronteira entre o Estado de Santa Catarina e o Estado do Paraná".


Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 10.06.2019.

Atenciosamente,



Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

Recebido em 10 / 06 / 19
Hora: 13 . 58


Renata Bressan Saldanha - Mat. 315749
SOM/GSEF

24.579 (OUT/17)



- Ofício nº 99, de 2019, na origem, encaminhando autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2015, sancionado e convertido na Lei nº 13.839, de 2019.

A matéria vai ao Arquivo

É o seguinte ofício:





Junte-se ao processado do
nº 83, de 2015,
Em 1 / 1 / 1

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 99/2019/PS-GSE

Brasília, 11 de junho de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 4.366, de 2016, do Senado Federal (PLS nº 83, de 2015), que "Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para prever, no conceito de segurança alimentar e nutricional, a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos", foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e convertido na Lei nº 13.839, de 4 de junho de 2019.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,

Deputada **SORAYA SANTOS**
Primeira-Secretária

Recebido em 11 / 06 / 2019
Hora: 14:39

Thiago Giovanni Lacerda Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM

24.579 (OUT/17)



Ofício do Tribunal Superior do Trabalho





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 30, DE 2019

(nº 293/2019, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor EMMANOEL PEREIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

AUTORIA: Tribunal Superior do Trabalho

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)

DESPACHO: À CCJ.



[Página da matéria](#)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OFÍCIO.TST.GP Nº 293

Brasília, 10 de maio de 2019.

**A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF**

Assunto: Indicação do Excelentíssimo Senhor Emmanoel Pereira, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, para integrar o Conselho Nacional de Justiça.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Informo a Vossa Excelência que o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em sessão ordinária, decidiu, indicar o nome do Excelentíssimo Senhor EMMANOEL PEREIRA, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do disposto no art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, consoante consta da anexa Resolução Administrativa nº 2074, de 9 de maio de 2019.

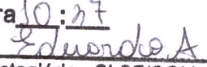
Submeto, assim, a indicação em referência à apreciação dessa Casa, a teor do que preceitua o art. 103-B, § 2º, do Texto Constitucional.

Para tanto, encaminho a Vossa Excelência a documentação anexa correlata ao Ministro indicado, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

No ensejo, ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, externo protestos da mais elevada consideração.

Respeitosamente,


Ministro JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Recebido em 13/05/19
Hora 10:27

Estagiário - SLSF/SGM

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Tribunal Superior do Trabalho
Setor de Administração Federal Sul, Quadra 8, Lote 1, Bloco B, 5.º andar, Sala 529
CEP: 70070-600 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3043-7828/4540/4389 - Fax: (61) 3043-4369
E-mail: gabinete.presidencia@tst.jus.br

Página 2 de 30

Parte integrante do Avulso do OFS nº 30 de 2019.





**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
TRIBUNAL PLENO**

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 2074, DE 9 DE MAIO DE 2019.

Elege o Excelentíssimo Senhor Ministro Emmanoel Pereira para compor o Conselho Nacional de Justiça.

O EGRÉGIO PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, em Sessão Extraordinária hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro João Batista Brito Pereira, Presidente do Tribunal, presentes os Excelentíssimos Senhores Ministros Renato de Lacerda Paiva, Vice-Presidente do Tribunal, Ives Gandra da Silva Martins Filho, Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Emmanoel Pereira, Aloysio Silva Corrêa da Veiga, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira, Dora Maria da Costa, Guilherme Augusto Caputo Bastos, Márcio Eurico Vitral Amaro, Walmir Oliveira da Costa, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho, José Roberto Freire Pimenta, Hugo Carlos Scheuermann, Cláudio Mascarenhas Brandão, Douglas Alencar Rodrigues, Maria Helena Mallmann, Breno Medeiros e Alexandre Luiz Ramos e o Excelentíssimo Senhor Maurício Correia de Mello, Subprocurador-Geral do Trabalho,

considerando o término, em 11 de setembro de 2019, do mandato do Excelentíssimo Senhor Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga como membro do Conselho Nacional de Justiça,

considerando o disposto no art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal,

RESOLVE

Eleger o Excelentíssimo Senhor Ministro Emmanoel Pereira para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga decorrente do término do mandato do Excelentíssimo Senhor Ministro Aloysio Silva Corrêa da Veiga.

Publique-se.

JOÃO BATISTA BRITO PEREIRA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

Recebido em 13/05/19

Hora 10:37

Eduardo A.

Página 3 de 30

Parte integrante do Avulso do OFS nº 30 de 2019.



CARTEIRA DE IDENTIDADE DE MAGISTRADO

JUSTIÇA DO TRABALHO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

EMMANOEL PEREIRA
NOME

MINISTRO
CARGO

30/12/2002 165
DATA DA POSSE Nº DO REGISTRO

ASSINATURA DO MAGISTRADO

MINISTRO



NATAL-RN 17/10/1947
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

JOSÉ ANTONIO PEREIRA
FILIAÇÃO

MARIA NAZARÉ PEREIRA

101332-SSP/RN 056.400.914-87 1225121600-1/446
CARTEIRA DE IDENTIDADE CPF TÍTULO ELEITORAL

BRASÍLIA - DF 30/11/2018

MINISTRO VICE-PRESIDENTE

É prerrogativa de Magistrado portar arma de defesa pessoal
(Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, Artigo 33, inciso V)

VÁLIDO COM MARCA D'ÁGUA E ARMAS DA REPÚBLICA

TEM SE PUBLICA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL



Emmanoel Pereira

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, em vaga destinada a advogado pela Constituição Republicana, desde 30 de dezembro de 2002. Formou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Como advogado, foi Procurador Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Consultor Jurídico da Câmara Municipal de Natal/RN e Juiz Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva do Rio Grande do Norte. Foi também Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Vice-Presidente da Comissão de Relações Internacionais, Membro efetivo da Comissão de Prerrogativa para o exercício da advocacia e Membro efetivo do Órgão Especial do Conselho Federal da OAB.

Atuou como Vice-Diretor e Professor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT na gestão de 2015/2016; foi Vice-Presidente do TST e CSJT no biênio 2016-2018, foi membro da 1ª Turma e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos, também do TST. Integrou a Delegação Brasileira, como observador, na 92ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em julho de 2004, Genebra/Suíça. Participou do Programa sobre Libertad Sindical, e el Sistema de las Normas Internacionales de Trabajo, em setembro de 2005, Turim/Itália, promovido pela OIT. Participou do Curso "Reflexiones de la Formación de Jueces en Iberoamericana", na Escuela Judicial do Consejo General del Poder Judicial, em outubro de 2009, Barcelona/Espanha. Coordeneou a II Conferência Nacional de Mediação e Conciliação, no TST, em outubro de 2016, Brasília/DF. Integrou a Delegação Brasileira, como Presidente em Exercício do Tribunal Superior do Trabalho, na 106ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em junho de 2017, Genebra/Suíça. É autor do livro "Direitos Sociais Trabalhistas", lançado em 2018 pela editora Saraiva, e de diversos artigos publicados em jornais e revistas jurídicas. Ainda, presidiu bancas examinadoras de concurso público para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto. Atualmente, integra o Tribunal Pleno, o Órgão Especial, a Subseção II Especializada em Dissídios Individuais e atua como Presidente da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho.



DADOS PESSOAIS

Nascimento: 17/10/1947
Naturalidade: Natal/RN
RG: 101.332 - SSP/RN
CPF: 056.400.914-87
Carteira profissional: 8460
– Série 09.

ENDEREÇO RES.:

Av. Presidente Getúlio Vargas,
nº 766, Ap. 600
Edifício Cândido Portinari
Bairro Petrópolis
59012-360 Natal-RN

ENDEREÇO RES.:

ASA SUL, SQS 316, Bloco A,
Ap. 402
70387-010 Brasília - DF

ENDEREÇO PROF.:

Tribunal Superior do Trabalho
- TST
SAFS, Quadra 8, Lote 1, Sala
343 – 3º andar
70070-900 Brasília-DF

TELEFONES:

+ 55 (61) 3043.4381
+55 (61) 3245.7085
+55 (84) 3202.9270

E-MAIL:

emmanoel.pereira@tst.jus.br

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Bacharelado em Direito

- Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal-RN.

Profissional de Relações Públicas

- Registro nº 288, livro 01, fls. 05, do Conselho de Profissionais de Relações Públicas do Estado de Pernambuco - PE



CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO, ESPECIALIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

Curso de alto nível sobre Direito Processual Civil

- Promovido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.
- Natal - RN

Curso de alto nível sobre Direito Penal e Processo Penal

- Promovido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.
- Natal - RN

Curso de alto nível sobre Direito Processual Civil

- Promovido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e Associação dos Magistrados do Rio Grande do Norte.
- Natal - RN

Curso de Direito Eleitoral

- Promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.
- Natal - RN

Curso de Direito Constitucional

- Promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais.
- Belo Horizonte - MG

Curso de Direito Tributário

- Promovido pela Universidade Federal de Pernambuco
- Recife - PE

Curso de Direito Constitucional

- Promovido pela Pontifícia Universidade de São Paulo.
- São Paulo – SP

Curso de Direito Administrativo

- Promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina.
- Florianópolis – SC



MINISTRO TOGADO

Exercício atual:

- Membro do Tribunal Pleno;
- Membro do Órgão Especial;
- Presidente da Quinta Turma;
- Membro da Subseção II da Seção Especializada em Dissídios Individuais;
- Membro do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho.

Exercícios anteriores:

- Membro da Primeira Turma (2003 e 2018);
- Membro da Subseção II da Seção Especializada em Dissídios Individuais (2003/2015);
- Membro Suplente da Comissão Permanente de Regimento Interno do TST (2004);
- Membro da Quinta Turma (2006/2013);
- Membro Titular da Comissão Permanente de Regimento Interno do TST (2006/ 2007 e 2009/2010);
- Membro Suplente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (2009);
- Membro Titular do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (2011/2012);
- Membro do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho –ENAMAT (2011/2013);
- Presidente da Quinta Turma (2014/2015);
- Vice-Diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT (gestão 2015/2016).
- Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (biênio – 2016/2018)
- Coordenador da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação – conaproc (biênio – 2016/2018).
- Gestor Nacional das Políticas Públicas Judiciárias de Solução Adequada de Conflitos (biênio – 2016/2018).
- Membro da Subseção Seção Especializada em Dissídios Coletivos (2016/2018);

ATIVIDADES PROFISSIONAIS ANTERIORES (EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL)

1971–1975	Gabinete do Governador do Estado	Natal - RN
<i>Oficial de Gabinete, símbolo CC-3</i>		
1973–1975	Secretaria de Interior e Justiça do Estado do Rio Grande do Norte	Natal - RN
<i>Assessor de Relações Públicas</i>		
1978–1982	Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas da 5ª Região	
<i>Delegado</i>		
1975–1982	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte	Natal - RN
<i>Assessor de Relações Públicas</i>		



1981 Procuradoria de Assistência aos Necessitados Natal - RN
Advogado designado para atuar junto aos processos de assistência judiciária aos cidadãos necessitados.

1981 Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte
Natal - RN

Chefe do Gabinete da Presidência

1981–1983 Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal de Natal Natal - RN
Advogado designado para funcionar nos processos de assistência judiciária aos pobres

1982–1983 Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal de Natal Natal - RN
Advogado designado para funcionar nos processos de assistência judiciária aos pobres, sem prejuízo das funções na 3ª Vara Criminal.

1982–1984 Tribunal de Justiça Desportiva Natal - RN
Juiz Auditor

1982–1985 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte Natal - RN
Assessor Jurídico

1983–1985 Prefeitura da Cidade de Natal Natal - RN
Chefe do Gabinete Civil

1983–1985 Conselho de Desenvolvimento Municipal Natal - RN
Membro

1985–1987 Fundação de Esportes de Natal -FENAT Natal - RN
Procurador

1986–1995 Câmara Municipal de Natal Natal - RN
Consultor Jurídico

1995–1999 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte Natal - RN
Procurador Geral

1999 Figurou na lista tríplice, em primeiro lugar, para composição do Quinto Constitucional do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Recife – PE

2001–2002 Ordem dos Advogados do Brasil
Conselheiro Federal

2001–2002 Ordem dos Advogados do Brasil
Vice-Presidente da Comissão de Relações Internacionais do Conselho Federal

2001–2002 Ordem dos Advogados do Brasil
Membro efetivo da Comissão de Prerrogativa para o Exercício da Advocacia do Conselho Federal



2001–2002 Ordem dos Advogados do Brasil
Membro efetivo da Comissão de Direito Eleitoral do Conselho Federal

2001–2002 Ordem dos Advogados do Brasil
Membro efetivo do Órgão Especial da OAB

2001–2002 Ordem dos Advogados do Brasil
Membro integrante da 2ª Câmara do Conselho Federal

2002 Tribunal Superior do Trabalho, 30 de dezembro de 2002.

VIAGENS AO EXTERIOR A SERVIÇO

- Fevereiro/1979 Lewiston Maine/EUA
- Palestra “Extensão Rural: Instrumento do Desenvolvimento Agrícola do Rio Grande do Norte” proferida para alunos do Bates College.
 - Promovida pela UFRN, BATES COLLEGE e SCBEU.
- Julho/2004 Genebra Suíça
- 92ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho
 - Observador representante do Governo Brasileiro
- Setembro/2005 Turim Itália
- Curso promovido pelo Centro Internacional de Formação da Organização Interacional do Trabalho (OIT)– Programa de Liberdade Sindical
- Outubro/2009 Espanha
- Curso de Formação Judicial Especializada sobre o tema: “Reflexiones sobre La Formación de Jueces en Iberoamericana”.
 - Escola Judicial do Conselho General do Poder Judicial da Espanha – Barcelona
- Junho/2017 Genebra
- 106ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho – OIT
 - Integrante da Delegação Brasileira como Presidente em Exercício do Tribunal Superior do Trabalho

HOMENAGENS, TÍTULOS HONORÍFICOS E MEDALHAS

Colaborador Emérito do Exército

- Diploma expedido pelo Comandante do IV Exército, em reconhecimento aos serviços prestados ao Exército Brasileiro, em 15/08/1983.
- Recife – PE.

Prêmio Destaque Anual da Aeronáutica

- Diploma e medalha expedidos pelo Comandante do Centro de Recompentamento de Equipagens, CATRE, em reconhecimento aos serviços prestados à Força Aérea Brasileira, em 21/10/1983.
- Natal – RN.



Cidadão Macaibense

- Diploma expedido pela Câmara Municipal de Macaíba, em 28/12/1988.
- Macaíba – RN.

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho

- Medalha e diploma conferidos pelo Tribunal Superior do Trabalho, no grau Grã Cruz, em 2002, por ocasião de sua posse como Ministro.
- Brasília – DF.

Medalha do TST comemorativa aos 62 anos da Justiça do Trabalho e 60 anos da CLT.

- Diplomas e medalhas conferidos pelo Tribunal Superior do Trabalho em maio de 2003.
- Brasília – DF.

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Dom Bosco

- Diploma e medalha conferidos pelo TRT da 10ª Região, no grau Grã Cruz, em 2003.
- Brasília – DF.

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho “Djalma Aranha Marinho”

- Diploma e medalha conferidos pelo TRT da 21ª Região, no grau Grã Cruz, em 2003.
- Natal – RN.

Cidadão Umarizalense

- Certificado expedido pela Câmara Municipal de Umarizal, por meio de Decreto Legislativo, em agosto de 2004.
- Umarizal – RN.

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Eptácio Pessoa

- Diploma e medalha conferidos pelo TRT da 13ª Região, no grau Grã Cruz, em 2005.
- João Pessoa – PB.

Ordem Anhangüera do Mérito Judiciário do Trabalho

- Diploma e medalha conferidos pelo TRT da 18ª Região, no grau Grande Cruz, em 2005.
- Goiânia – GO

Cidadão Honorário de Caicoense

- Título concedido pela Câmara Municipal de Caicó, em 2006.
- Caicó – RN.

Cidadão Pessoaense

- Decreto Legislativo nº 88, da Câmara Municipal de João Pessoa, em 28/06/2006.
- João Pessoa – PB.

Ordem do Mérito Judiciário “Jus e Labor”

- Diploma e medalha conferidos pelo TRT da 8ª Região, no grau Grã Cruz, em setembro de 2006.
- Belém – PA.

Ordem do Mérito Judiciário

- Diploma e medalha conferidos pelo TRT da 2ª Região, no grau Grã Cruz, em 2006.
- São Paulo – SP.

Título de Cidadão Paraibano

- Lei Estadual nº 8.104/2006, sancionada pelo Governador do Estado da Paraíba em 21 de novembro de 2006.
- João Pessoa – PB.

Cidadão Areia-Branquense

- Diploma expedido pela Câmara Municipal de Areia Branca, em 15/08/2007.
- Areia Branca – RN.

Medalha do Mérito Judiciário “Amaro Cavalcanti”

- Diploma e medalha conferidos pelo TJRN, em agosto 2007.
- Natal – RN.

Medalha de Mérito Luiz Gonzaga de Brito Guerra

- Diploma e medalha conferidos pela ESMARN, em dezembro 2008.
- Grau **Alta Distinção**
- Natal – RN.

Cidadão Mossoroense

- Decreto Legislativo nº 102/2010, da Câmara Municipal de Mossoró, em 18/11/2010
- Mossoró – RN.

Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz

- Diploma e medalha conferidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, em novembro de 2010.
- Resolução nº 004/2003-TCE.
- Natal – RN.

Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região

- Diploma Grande Colar conferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em março de 2011.
- Resolução 04/2007-TRT-15
- Campinas – SP.

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da 2ª Região

- Diploma e medalha conferidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no Grau Grã-Cruz, em setembro de 2013.
- Ato GP/02-2002-TRT-2 - São Paulo – SP



Condecoração Domingos Franciulli Netto

- Diploma e medalha Domingos Franciulli Netto conferidos pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura-COPEDEM, em novembro de 2013.
- Natal/RN.

Mérito Legislativo Câmara dos Deputados

- Medalha conferida pela Câmara dos Deputados, em dezembro de 2013.
- Brasília-DF.

Ordem Anhaguera do Mérito Judiciário do Trabalho

- Diploma e medalha conferidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, no Grau Grã-Cruz, em dezembro de 2013.
- Resolução nº 65/1999-TRT-18
- Goiânia – GO.

Condecoração da Ordem do Mérito Judiciário Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

- Diploma e medalha conferidos pelo TRT – 14ª Região, no Grau Grão-Colar, em agosto de 2014.
- Porto Velho-RO.

Condecoração da Ordem do Mérito Judiciário Militar

- Diploma e medalha conferidos pelo Superior Tribunal Militar, no Grau Alta Distinção do Quadro Especial, em abril de 2015.
- Brasília-DF.

Homenagem da Justiça Trabalhista da 15ª Região

- Inscrição em placa conferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, pela deferência na realização da Abertura Oficial da 3ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista e pela inauguração do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas – CEJusc- JT da Justiça do Trabalho no 2º Grau de Jurisdição da 15ª Região, em maio de 2017.
- Campinas-SP.

Condecoração da Medalha Seabra Fagundes

- Diploma e medalha em ouro conferidos pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte – TJRN, na definição Valor Judiciário, em julho de 2017.
- Natal-RN.

Condecoração do Conselho da Ordem de Rio Branco pelo Dia do Diplomata 2018 - Itamaraty

- Diploma e medalha conferidos pelo Presidente da República Federativa do Brasil e Grão Mestre da Ordem do Rio Branco, no Grau Grande Oficial da mesma Ordem.
- Decreto de 18 de abril de 2018.
- Brasília-DF.



PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS E EVENTOS

- Abril/2004 TST Brasília-DF
- Fórum Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Sociais.
 - Presidente de Mesa
- Julho/2004 UFRN Natal-RN
- Encontro Norte-Rio-Grandense de Direito e Processo do Trabalho, realizado na Justiça Federal do Rio Grande do Norte.
 - Palestrante.
- Novembro/2004 Universidade Potiguar Natal-RN
- XII Semana de Estudos Jurídicos, promovida pelo Curso de Direito
 - Patrono
- Maio/2005 OAB/RJ Rio de Janeiro-RJ
- IX Conferência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro
 - Palestra “A Emenda Constitucional nº45/04 e a Competência da Justiça do Trabalho”.
- Abril/2006 TRT-21ª Região Natal-RN
- V Concurso Público para provimento das vagas do cargo de Juiz do Trabalho Substituto da 21ª Região
 - Presidente da Comissão Examinadora da 4ª Fase (Prova Oral).
- Novembro/2006 IBET – Hotel Blue Tree Park Brasília/DF
- Seminário Contribuições Previdenciárias no Sistema Constitucional Tributário promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários
 - Palestra “A base de cálculo da contribuição social – Inclusões e Exclusões”.
- Novembro/2007 Tribunal Superior do Trabalho Brasília/DF
- 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho.
- Fevereiro/2008 Natal/RN
- Integrante do cadastro de conferencista e de professores do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Norte.

Novembro/2008 ENAMAT – Tribunal Superior do Trabalho Brasília/DF

- **6º Curso de Formação Inicial da ENAMAT**
- Participou do Corpo Docente na Mesa Redonda “Deontologia Profissional Aplicada”.

Maio/2009 ENAMAT – Tribunal Superior do Trabalho Brasília/DF

- **7º Curso de Formação Inicial da ENAMAT**
- Participou do Corpo Docente na Mesa Redonda “Deontologia Profissional Aplicada”.

Agosto/2016 - Tribunal Superior do Trabalho Brasília/DF

- **1º Encontro Institucional de Gestores Regionais de Conciliação**

Outubro/2016 – Tribunal Superior do Trabalho Brasília/DF

- **Coordenador da II Conferência Nacional de Mediação e Conciliação**

Novembro/2017 – Pavilhão de Exposições Anhembi São Paulo/SP

- **XXII Conferência Nacional da Advocacia Brasileira – Promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Nacional.**

Novembro/2017 Tribunal Superior do Trabalho Brasília/DF

- **Aula Magna sobre Introdução ao Estudo de Desenho de Sistemas de Resolução de Disputas.**

OBRAS E ARTIGOS PUBLICADOS

Diversos artigos publicados nos principais jornais do Estado do Rio Grande do Norte e principais veículos de comunicação nacional, abordando temas como: “Trabalho Escravo”; “Direito do Trabalho e a Constituição Brasileira de 1988”.

A destacar:

Dezembro de 2016

- **Artigo: "Justiça Invisível"**
- **Folha de São Paulo**
- **Revista Jurídica Consulex**

Janeiro/Março/2017

- **Artigo: "A estabilidade da gestante na Justiça do Trabalho"**
- **Revista do TST - Edição de Jan/Mar 2017**

Fevereiro/2018

- **Livro: Direitos Sociais Trabalhistas**
- **Editora: Saraiva**

EMMANOEL PEREIRA
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho





Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMEMP N° 020/2018

Brasília, 16 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Neste.

Assunto: Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução Administrativa/TST nº 2074, de 9 de maio de 2019, conforme previsto no art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, informo a Vossa Excelência, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea *b*, item 1, do Regimento Interno do Senado Federal, que possuo parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculados à estrutura do Poder Judiciário, conforme abaixo discriminado:

- **Sr^a Maria Cristina Campelo de Souza Pereira**

Grau de parentesco: Esposa

Cargo: Advogado

Lotação: Atividade privada

CPF: 200.369.494-34

Período: desde fevereiro de 2000

- **Sr. Emmanoel Campelo de Souza Pereira**

Grau de parentesco: Filho

Cargo: Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, indicado pela Câmara dos Deputados como Cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Lotação: CNJ

CPF: 009.910.764-35

Períodos: - junho de 2012 a junho de 2014
- outubro de 2014 a outubro de 2016



-Sr. Erick Wilson Pereira

Grau de parentesco: Filho

Cargo: Advogado

Lotação: Atividade privada

CPF: 704.100.704-91

Período: desde novembro de 1993

- Sr^a Patrícia Gondim Moreira Pereira

Grau de parentesco: Nora – Esposa de Erick Wilson Pereira

Cargo: Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

Lotação: Titular de 1^a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal

CPF: 596.193.334-20

Período: desde 30/12/1993

- Sr^a Emmanuela Cristina Pereira Fernandes

Grau de parentesco: Sobrinha

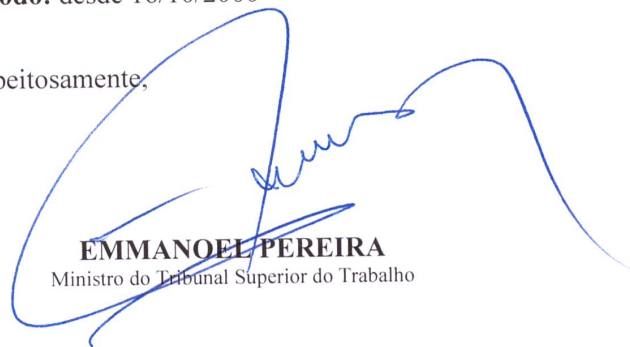
Cargo: Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

Lotação: 19^a juíza auxiliar em exercício na 9^a Vara Criminal da Comarca de Natal

CPF: 807.012.054-15

Período: desde 16/10/2000

Respeitosamente,



EMMANOEL PEREIRA
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho





Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMEMP Nº 021/2018

Brasília, 16 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Neste.

Assunto: Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução Administrativa/TST nº 2074, de 9 de maio de 2019, conforme previsto no art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, informo a Vossa Excelência, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea *b*, item 2, do Regimento Interno do Senado Federal, que participei do escritório do advocacia Vital e Pereira Advogados como sócio, no período de 11/05/1990 a 03/08/2001.

Respeitosamente,


EMMANOEL PEREIRA
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho





Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMEMP Nº 022/2018

Brasília, 16 de maio de 2019.


A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Neste.

Assunto: Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução Administrativa/TST nº 2074, de 9 de maio de 2019, conforme previsto no art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, informo a Vossa Excelência, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea *b*, item 3 e § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a minha regularidade fiscal, no âmbito federal, distrital, estadual e municipal, conforme documentação anexa.

Respeitosamente,


EMMANOEL PEREIRA
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho



14/05/2019



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EMMANOEL PEREIRA
CPF: 056.400.914-87

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:13:50 do dia 14/05/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/11/2019.

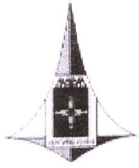
Código de controle da certidão: **E984.B49D.50BE.8038**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



0/05/2019

www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm

imprimir



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 145-00.681.551/2019
OME : NAO CADASTRADO
NDEREÇO : NAO CADASTRADO
IDADE : NAO CADASTRADO
PF : 056.400.914-87
NPJ :
F/DF :
IN. IDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

CERTIFICAMOS QUE

até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o CPF acima.

CPF não cadastrado no Distrito Federal.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Ob. Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 08 de Agosto de 2019.

Brasília, 10 de Maio de 2019.

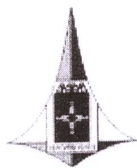
Certidão emitida via internet às 16:23:47 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br



05/2019

www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm

imprimir



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 145-00.681.558/2019
CME : NAO CADASTRADO
VDEREÇO : NAO CADASTRADO
DADE : NAO CADASTRADO
PF : 056.400.914-87
NPJ :
F/DF :

Nº DADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

CERTIFICAMOS QUE

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o CPF acima.

CPF não cadastrado no Distrito Federal.

fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que devam a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 08 de Agosto de 2019.

Brasília, 10 de Maio de 2019.

Certidão emitida via internet às 16:24:27 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Tributação
Procuradoria Geral do Estado

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA Nº 5967420
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS E À DÍVIDA ATIVA DO ESTADO

Contribuinte: **EMMANOEL PEREIRA**
CPF: **056.400.914-87**

Certificamos que, até a presente data, não constam pendências em nome do sujeito passivo acima especificado, referente a tributos estaduais ou débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual, ressalvada à Fazenda Pública o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da Secretaria de Estado de Tributação e da Procuradoria Geral do Estado, não abrangendo as taxas e contribuições devidas aos demais órgãos do Estado, exceto se inscritas na Dívida Ativa.

Nome recuperado na base de dados do DETRAN.

ASPECTOS DE VALIDADE

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada na Internet, no endereço <https://uvt2.set.rn.gov.br/#/services/autenticidade/certidao-conjunta>.

Certidão emitida com base na Resolução Interadministrativa Nº 001, de 09/02/2012 - PGE/SET.

Emitida em **17/05/2019** às **09:50:20** <Horário de Natal/RN>.

Endereço IP: **201.49.154.200**.

Validade até **16/06/2019**.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





Prefeitura Municipal do Natal
SEMUT - Secretaria Municipal de Tributação

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal

Nº da Certidão:	Código de Validação:	Observação:
1655544	963095363868	A validade desta certidão deve ser verificada utilizando o código ao lado, pela internet, no endereço www.natal.rn.gov.br/semut

Contribuinte:

CPF/CNPJ:	Nome/Razão Social:
056.400.914-87	EMMANOEL PEREIRA
Situação Cadastral:	SEM INSCRIÇÃO MOBILIÁRIA ATIVA NO MUNICÍPIO

Certificamos que, até a presente data, não consta em nossos arquivos crédito de natureza tributária vencido, irregularidades cadastrais, irregularidades na apresentação de Declarações e crédito de natureza não tributária inscrito em dívida ativa, de responsabilidade do contribuinte acima qualificado, ficando ressalvado à Fazenda Municipal o direito de cobrar qualquer dívida que venha a ser apurada.

A presente Certidão foi expedida com base no artigo 4º da Lei Complementar nº 168 de 13/09/2017 combinado com a Portaria nº 004/2018-GS/SEMUT.

Validade:

Esta certidão é válida por 30 dias a contar da data de sua expedição

Local e Data de Expedição:

Natal (RN), 10 de maio de 2019

Emitida pela sessão: 200778575 através do IP: 201.49.154.200

Natal (RN), 10 de maio de 2019 às 16:52:24

Página 1 de 1

Página 23 de 30

Parte integrante do Avulso do OFS nº 30 de 2019.





Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMEMP Nº 023/2018

Brasília, 16 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Neste.

Assunto: Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução Administrativa/TST nº 2074, de 9 de maio de 2019, conforme previsto no art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, informo a Vossa Excelência, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea *b*, item 4 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a inexistência de ações judiciais em que eu figure como parte, seja como autor ou réu, em qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar.

Respeitosamente,


EMMANOEL PEREIRA
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho





Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMEMP Nº 024/2018

Brasília, 16 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Neste.

Assunto: Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução Administrativa/TST nº 2074, de 9 de maio de 2019, conforme previsto no art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, informo a Vossa Excelência, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea *b*, item 5, do Regimento Interno do Senado Federal, que atuo como Magistrado do Tribunal Superior do Trabalho há dezesseis anos.

Respeitosamente,


EMMANOEL PEREIRA
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho





Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

OFÍCIO TST.GMEMP Nº 025/2018

Brasília, 16 de maio de 2019.


A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal
Neste.

Assunto: Indicação – Membro do Conselho Nacional de Justiça

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução Administrativa/TST nº 2074, de 9 de maio de 2019, conforme previsto no art. 103-B, inciso III, da Constituição Federal, informo a Vossa Excelência, para os efeitos do art. 383, inciso I, alínea *b*, item 5 e § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, que não atuei, nos últimos 5 anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Respeitosamente,



EMMANOEL PEREIRA
Ministro do Tribunal Superior do Trabalho



ARGUMENTAÇÃO ESCRITA DO INDICADO – REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL,

Senhores Senadores,

Honrado com a confiança e o apoio de meus pares, Ministros do Tribunal Superior do Trabalho que, em Sessão do Tribunal Pleno, realizada em 09 de maio de 2019, me indicaram para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a Ministro, nos termos do artigo 103-B, III, da Constituição da República Federativa do Brasil, venho, mui respeitosamente, à presença de Vossas Excelências, acentuar os seguintes aspectos da minha trajetória profissional:

I – Experiência Profissional: Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ingressei na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, exercendo longa militância na advocacia trabalhista, chegando a assumir o cargo de Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e de Membro Efetivo da Comissão de Prerrogativas para o exercício da advocacia e do Órgão Especial do Conselho Federal da OAB.

Igualmente não neguei esforços em prestar serviços à comunidade, mediante atuação junto à Administração Pública do Estado, onde ocupei os cargos de Procurador Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte; Consultor Jurídico da Câmara Municipal de Natal-RN e Juiz Auditor do Tribunal de Justiça Desportiva do Rio Grande do Norte.

Fui Oficial de Gabinete, no Gabinete do Governador do Estado, em Natal – RN.

Fui Delegado do Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas da 5ª Região e, a partir de 1981, na qualidade de advogado, fui designado pela Procuradoria do Estado do Rio Grande do Norte para atuar junto aos processos de assistência judiciária aos cidadãos necessitados. Ainda no mesmo ano, assumi o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado.



Em razão da minha atuação junto aos necessitados, também fui designado para funcionar como advogado nas causas de assistência judiciária pelos Juízos de Direito da 3ª e 5ª Varas Criminais de Natal, situação que perdurou de 1981 a 1983.

No interregno de 1983 a 1985, assumi a Chefia do Gabinete Civil da Prefeitura de Natal cumulativamente com a condição de membro do Conselho de Desenvolvimento Municipal daquela cidade, sem prejuízo das funções de Assessor Jurídico junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte, que perdurou de 1975 a 1985.

De 1985 a 1987, fui procurador da Fundação de Esportes de Natal – FENAT e, de 1986 a 1995, assumi a condição de Consultor Jurídico da Câmara Municipal de Natal e, depois, o cargo de Procurador Geral da Assembleia Legislativa daquele Estado.

Na condição de advogado e de profissional de Relações Públicas do Estado de Pernambuco – PE, registrado sob o nº 288, livro 01, também assumi o cargo de Vice-Presidente da Comissão de Relações Internacionais do Conselho Federal da OAB, no período de 2001 a 2002, cumulativamente com a função de Membro Efetivo da Comissão de Prerrogativa para o Exercício da Advocacia do Conselho Federal.

Nomeado para o cargo de **Ministro do Tribunal Superior do Trabalho**, desde 27 de dezembro 2002, em vaga destinada à Advocacia, pelo quinto constitucional, na forma do artigo 94 da Constituição Federal, assumi desde logo a composição da Primeira Turma (2003) e da Subseção II da Seção Especializada em Dissídios Individuais (2003-2015) e, posteriormente, passei a integrar a Quinta Turma (2006-2013).

Em julho de 2004, integrei a Delegação Brasileira, como observador, na 92ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em Genebra, na Suíça.

Participei do Programa sobre *“Libertad Sindical e el Sistema de las Normas Internacionales de Trabajo”*, promovido pela OIT, em Turim, na Itália, em setembro de 2005.

Em outubro de 2009, participei do Curso *“Reflexiones de la Formación de Jueces en Iberoamericana”*, promovida pela *Escuela Judicial do Consejo General del Poder Judicial*, em Barcelona, na Espanha.

Coordenei a II Conferência Nacional de Mediação e Conciliação, promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho, em outubro de 2016, Brasília-DF.



Em junho de 2017, integrei a Delegação Brasileira, como Presidente em Exercício do Tribunal Superior do Trabalho, na 106ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ocorrida em Genebra, na Suíça.

Na gestão de 2015-2016, assumi o cargo de Vice-Diretor e Professor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT;

No biênio 2016-2018, exerci o cargo de Vice-Presidente do TST e de Conselheiro Titular do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, cumulativamente com as funções de Coordenador da Comissão Nacional de Promoção à Conciliação – CONAPROC, de Gestor Nacional das Políticas Públicas Judiciárias de Solução Adequada de Conflitos e de Membro da Subseção Especializada em Dissídios Coletivos.

Atualmente, integro o Tribunal Pleno, o Órgão Especial, a Subseção II Especializada em Dissídios Individuais e atuo como Presidente da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho.

II – Formação Técnica: Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; com especialização em **Direito Constitucional**, em cursos promovidos pela Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte – MG, e pela Pontifícia Universidade de São Paulo, em São Paulo – SP.

Sou autor do livro “Direitos Sociais Trabalhistas”, lançado em 2018 pela editora Saraiva, e de diversos artigos publicados em Jornais, Revistas Jurídicas Especializadas, além de presidir e participar de bancas examinadoras de concurso público para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto ao longo dos anos.

III – Afinidade Intelectual e Moral para o Exercício da Atividade:

Ao longo de mais de quarenta e cinco anos de carreira pública e atuação junto à Justiça do Trabalho, dezesseis dos quais dedicados exclusivamente à magistratura trabalhista, na qualidade de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, tenho buscado servir à sociedade brasileira com zelo, retidão e compromisso.

Minha conduta profissional não se restringe, assim, ao mero atendimento de regras e prazos processuais, mas se destina precipuamente a garantir o bem jurídico do jurisdicionado, fim maior do processo. Nessa perspectiva, não apenas firmei o norte de minha atuação pessoal junto à Justiça, como também a formação de novos Juízes, seja na qualidade de professor, seja na



condição de gestor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT.

Creio que ao longo de minha trajetória junto à militância da advocacia e, mais recentemente, na qualidade de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho tenho preservado a fidelidade necessária ao atendimento do ideal da Justiça Social, objetivo fundamental da República Federativa do Brasil e princípio da ordem econômica nacional.

Na intenção de haver atendido ao disposto na Resolução nº 41/2013 do Senado Federal, subscrevo mui respeitosamente,



EMMANOEL PEREIRA



Parecer



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 167 , DE 2019 – PLEN/SF**

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2017.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2017, que *acrescenta o art. 75-A à Constituição Federal, para dispor sobre a criação de um sistema de avaliação de políticas públicas*, consolidando a Emenda nº 1 – CCJ, aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 12 de junho de 2019.

ANTONIO ANASTASIA, PRESIDENTE

LEILA BARROS, RELATORA

EDUARDO GOMES

LASIER MARTINS



ANEXO DO PARECER Nº 167 , DE 2019 – PLEN/SF

Redação para o segundo turno da Proposta
de Emenda à Constituição nº 26, de 2017.

EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº , DE 2019

Altera a Constituição Federal, para dispor
sobre a avaliação de políticas públicas nos
âmbitos de controle interno e externo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos
termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a
seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 71 e 74 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte
redação:

“Art. 71.

.....

§ 5º Sem prejuízo do disposto no inciso IV do *caput*, o Tribunal
realizará, mediante auditorias operacionais, o acompanhamento de
longo prazo de políticas públicas especificadas no plano plurianual,
com o objetivo de avaliar a sua economicidade, efetividade, eficácia e
eficiência, bem como fornecer subsídios técnicos aos órgãos
formuladores e executores para o seu aperfeiçoamento.” (NR)

“Art. 74.

.....

V – avaliar periodicamente, na forma da lei, a economicidade, a
efetividade, a eficácia e a eficiência das políticas públicas, com o
objetivo de fornecer subsídios técnicos para o aprimoramento da
gestão governamental e a formulação de novas políticas.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 395, DE 2019

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 9.831 de 10 de junho de 2019, que altera o Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e remaneja cargos em comissão.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2019

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 9.831 de 10 de junho de 2019, que altera o Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e remaneja cargos em comissão.

SF/19304.01106-62

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam sustados, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 9.831, de 10 de junho de 2019, que altera o Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, que regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e remaneja cargos em comissão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso V, confere ao Congresso Nacional competência para *sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa*.

É o caso do Decreto nº 9.831, de 10 de junho de 2019, o qual alterou indevidamente os Decretos nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019 e 8.154, de 16 de dezembro de 2013, para remanejar os cargos que compunham o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e para exonerar os onze peritos ocupantes dos cargos remanejados.

O Decreto ora combatido vai além e recria os cargos de perito do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura que, na forma do §5º do art. 10, passarão a ter participação não remunerada.

Mais uma vez, ao tentar inovar o ordenamento jurídico, o Decreto revoga ainda dispositivo que prevê que a escolha dos representantes e suplentes das entidades da sociedade civil buscará representar a diversidade de raça e etnia, de gênero e de região.

Trata-se, na prática, do desmonte e inviabilização do combate à tortura a às violações de direitos humanos em estabelecimentos prisionais, hospitais psiquiátricos, abrigos de idosos e de crianças.

Cabe lembrar que a criação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura visa cumprir a obrigação internacional



assumida pelo Estado brasileiro por meio da ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (OPCAT, na sigla em inglês), promulgado no Brasil por meio do Decreto nº 6.085, de 19 de abril de 2007.

Além disso, o Brasil aprovou a Lei Federal nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.

O MNPCT é o órgão responsável pela prevenção e combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, nos termos do Artigo 3 do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgado pelo Decreto nº 6.085, de 19 de abril de 2007.

Os cargos de perito do MNPCT estão expressamente previstos no art. 8º da Lei nº 12.847, de 2013, onde não há qualquer disposição sobre a “natureza de serviço público relevante” e falta de remuneração. Por outro lado, em relação ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – CNPCT, a participação não remunerada está expressamente disposta no art. 7º, §6º, da referida norma.

Claramente, a exoneração e retirada da remuneração dos peritos ocorreu por meio da transposição de dispositivo legal para um meio



infralegal, o que viola também a reserva legal e o primado da legalidade. Ora, se a norma dispõe que apenas os membros do CNPCT desempenharam atividade não remunerada, não pode o Decreto estender tal entendimento aos peritos do MNPCT.

Sabe-se que o combate à tortura é disposição de ordem constitucional. O artigo 5º da Constituição Federal prevê que ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante (inciso III), bem como que a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura. Por isso é dever do Estado, de movimentos e entidades sociais propor atividades e debates que fomente mecanismos de combate e prevenção à tortura, bem como a implementação de políticas públicas para materialização desse combate.

Desse modo, as mudanças perpetradas pelo Presidente da República incorrem em ilegalidades evidentes, visto que o Poder Executivo pretende não apenas o desmonte da política pública em questão, mas o faz por Decreto, em inequívoca extrapolação dos limites do poder regulamentar conferidos pela Constituição Federal.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO



SF/19304.01106-62



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 5º

- inciso V do artigo 49

- Decreto nº 6.085, de 19 de Abril de 2007 - DEC-6085-2007-04-19 - 6085/07

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2007;6085>

- Decreto nº 8.154, de 16 de Dezembro de 2013 - DEC-8154-2013-12-16 - 8154/13

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2013;8154>

- Decreto nº 9.673 de 02/01/2019 - DEC-9673-2019-01-02 - 9673/19

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2019;9673>

- urn:lex:br:federal:decreto:2019;9831

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2019;9831>

- Lei nº 12.847, de 2 de Agosto de 2013 - LEI-12847-2013-08-02 - 12847/13

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;12847>

- artigo 8º



O Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3457, DE 2019

Acrescenta o art. 733-A à Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)



[Página da matéria](#)





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Acrescenta o art. 733-A à Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acrescente-se o art. 733-A à Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, passando a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 733-A.** Na falta de anuência de um dos cônjuges, poderá o outro requerer a averbação do divórcio no Cartório do Registro Civil em que lançado o assento de casamento, quando não houver nascituro ou filhos incapazes e observados os demais requisitos legais.

§ 1º. O pedido de averbação será subscrito pelo interessado e por advogado ou defensor público, cuja qualificação e assinatura constarão do ato notarial.

§ 2º. O cônjuge não anuente será notificado pessoalmente, para fins de prévio conhecimento da averbação pretendida. Na hipótese de não encontrado o cônjuge notificando, proceder-se-á com a sua notificação editalícia, após insuficientes as buscas de endereço nas bases de dados disponibilizadas ao sistema judiciário.

§ 3º. Após efetivada a notificação pessoal ou por edital, o Oficial do Registro Civil procederá, em cinco dias, à averbação do divórcio.

§ 4º. Em havendo no pedido de averbação do divórcio, cláusula relativa à alteração do nome do cônjuge requerente, em retomada do uso do seu nome de solteiro, o Oficial de Registro que averbar o ato, também anotarà a alteração no respectivo assento de nascimento, se de sua unidade; ou, se de outra, comunicará ao Oficial competente para a necessária anotação.

§ 5º. Com exceção do disposto no parágrafo anterior, nenhuma outra pretensão poderá ser cumulada ao pedido de divórcio, especialmente alimentos, arrolamento e partilha de bens ou medidas protetivas, as quais serão tratadas no juízo competente, sem prejuízo da averbação do divórcio.” (NR)



SF/19957.68826-15





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Art. 2º Esta lei entra em vigor no prazo de sessenta dias a contar de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta pretende simplificar os procedimentos para o divórcio administrativo, sempre que um dos cônjuges discordar do pedido de divórcio. Com o acréscimo do art. 733-A, cria-se uma nova modalidade de divórcio administrativo, que independe de escritura pública e que pode ser postulado diretamente ao Registro Civil das Pessoas Naturais, de forma unilateral por qualquer dos cônjuges, ainda que com a oposição do outro: o chamado “divórcio impositivo” ou “divórcio direto por averbação”

Como bem colocam os professores José Fernando Simão e Mário Luiz Delgado,

“Se não se exige prévia intervenção judicial para o casamento, por que razão haver-se-ia de exigir tal intervenção para dissolução do vínculo conjugal. Tanto a constituição do vínculo como o seu desfazimento são atos de autonomia privada e como tal devem ser respeitados, reservando-se a tutela estatal apenas para hipóteses excepcionais. Entretanto, para que os cônjuges possam lavrar a escritura de divórcio, precisam entrar ‘em acordo’. O artigo 733 do CPC atual prevê que somente o ‘divórcio consensual, a separação consensual e a extinção consensual de união estável poderão ser realizados por escritura pública. Portanto, as regras legais atuais exigem que a escritura seja subscrita obrigatoriamente por ambos os cônjuges, e isso nem sempre é possível. Um dos cônjuges pode se negar a concordar com o pedido de divórcio até mesmo por capricho ou por receio de uma atitude violenta do outro. Também são comuns as situações em que um dos cônjuges se encontre em local incerto e não sabido”¹

O “divórcio impositivo” não constitui novidade no Brasil e já foi previsto em provimento pioneiro da Corregedoria-Geral de Justiça de Pernambuco, aprovado em 13 de maio de 2019 (Provimento 6/2019), visando

¹ Impedir a declaração unilateral de divórcio é negar a natureza das coisas. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mai-19/processo-familiar-barrar-declaracao-unilateral-divorcio-negar-natureza-coisas>. Acesso em 27/05/2019.



SF/19957.68826-15



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

estabelecer medidas desburocratizantes ao registro civil, nos casos do divórcio, por ato de autonomia de vontade de um dos cônjuges.

Em um momento em que tanto se critica o Poder Judiciário, em função da demora no andamento dos processos, compelir um cônjuge maior e capaz a proceder ao desenlace civil, tão somente por não haver a anuência do outro, foge completamente ao espírito do CPC/2015.

A falta de concordância do outro cônjuge não pode constituir óbice ao divórcio administrativo, máxime quando as demais questões passíveis de repercutir na esfera existencial ou patrimonial do outro permanecerão na esfera judicial.

Nesse sentido, as lições de José Fernando Simão e Mário Luiz Delgado:

“... o pedido de divórcio direto por averbação fica restrito, exclusivamente, à dissolução do vínculo, sem possibilidade de cumulação de qualquer outra providência. Outras questões, como alimentos, partilha de bens, medidas protetivas etc., devem ser judicializadas e tratadas no juízo competente, porém com a situação jurídica das partes já estabilizada e reconhecida como de pessoas divorciadas. Ou seja, a averbação do divórcio não repercute em nenhum outro direito patrimonial ou existencial. Só evita que a pessoa se veja compelida a postular uma providência judicial que não tem qualquer outra função senão a de dissolver o vínculo. Por isso, não existem riscos aos direitos do outro cônjuge que eventualmente discorde do pedido de divórcio. Da mesma forma que não há repercussões negativas para a atividade notarial, pois quem ostenta legitimidade para requerer a averbação unilateral do divórcio não poderia fazê-lo por escritura pública, à falta de anuência do outro. A competência exclusiva dos tabeliães de notas, conforme determina o artigo 7º da Lei 8.935/94, para lavrar escrituras públicas de separação e divórcio não é atingida”.

Por todos os motivos que acabamos de expor, concluímos, sem hesitar, que a presente proposta legislativa aporta relevantes e inegáveis benefícios para a sociedade brasileira. Corrigem-se equívocos técnicos do CPC/2015, assegurando-se menos formalidades, mais agilidade e menor custo no exercício do direito fundamental ao divórcio.

Sala das Sessões, em

Senador RODRIGO PACHECO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.935, de 18 de Novembro de 1994 - Lei dos Cartórios; Lei dos Notários e Registradores - 8935/94

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1994;8935>

- artigo 7º

- Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015 - Código de Processo Civil (2015) - 13105/15

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13105>



O Projeto de Lei nº 3457, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3459, DE 2019

Altera o inciso I do art. 1.814 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para excluir da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem sido autores, coautores ou partícipes de crimes que envolvam violência doméstica ou familiar, ou de maus-tratos, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro(a), ascendente ou descendente.

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera o inciso I do art. 1.814 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para excluir da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem sido autores, coautores ou partícipes de crimes que envolvam violência doméstica ou familiar, ou de maus-tratos, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro(a), ascendente ou descendente.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 1.814 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.814.

I - que houverem sido autores, coautores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, de crimes que envolvam violência doméstica ou familiar, ou de maus-tratos contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro(a), ascendente ou descendente;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A hedionda prática de crimes por indivíduos que se valem das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, com o uso da violência, além de maus-tratos, tem alcançado níveis alarmantes, a despeito dos esforços empreendidos pelas forças de repressão do Estado, que incansavelmente prendem agressores para levá-los a julgamento.

Embora já contemos com a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e com o Código Penal para punir os agressores, não há previsão legal de natureza civil para excluir da lista de herdeiros aquele que houver sido autor, coautor ou partícipe de crime que envolva violência doméstica ou familiar, ou de maus-tratos, contra o autor da herança.

Por isso, este projeto mostra-se louvável, pois não restam dúvidas quanto à omissão do Código Civil de punir, severamente, o autor ou partícipe de tais crimes, excluindo-o da lista de herdeiros da vítima. Assim, sugerimos uma alteração no inciso I do art. 1.814 do Código Civil para que seja excluído da lista de herdeiros aquele que houver cometido crime que envolva violência doméstica e familiar, ou de maus-tratos, contra o autor da herança.

Em muitos casos, não há interessados na promoção da exclusão do herdeiro que houver cometido crime violento contra o autor da herança, ou os interessados na exclusão do criminoso são menores, ou, ainda, os interessados simplesmente quedam-se inertes, tornando assim possível que o autor de crime que envolveu violência doméstica e familiar, ou de maus-tratos, consiga herdar da sua vítima, causando, diversas vezes, muita comoção social.

Deve ser acrescentado que o homicídio doloso, ou a sua tentativa, praticado contra o autor da herança, é considerado, sem dúvida, a mais grave causa de indignidade, mas isso não implica necessariamente que a lei não possa prever outros casos, tendo em vista que não há demonstração mais contundente de falta de afeição, solidariedade e gratidão para com o falecido do que o ato daquele que lhe provocou a morte intencionalmente. Com efeito, tanto na sucessão legítima, quanto na testamentária, pressupõe-se uma relação afetiva entre o autor da herança e seu herdeiro, desaparecendo



SF/18219.25726-00



o fundamento ético do direito sucessório se o herdeiro se comportou de maneira violenta perante o autor da herança.

Sendo assim, acreditamos que não se deve permitir que essas repulsivas situações sucessórias ocorram, e, por isso mesmo, a lei civil deve ser dotada de instrumentos que coíbam a prática da violência, em especial no seio familiar, coibindo qualquer possibilidade de o agressor se tornar herdeiro da vítima. Por tais razões, vemos que a alteração sugerida permitirá a ampliação dos herdeiros que devem ser excluídos da sucessão, mormente quando o § 2º do art. 1.815 do Código Civil legitima o Ministério Público a demandar a exclusão do herdeiro ou legatário nas hipóteses do inciso I do art. 1.814 do Código Civil, que ora queremos ampliar.

Certos da importância e urgência que revestem a presente iniciativa, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a sua pronta aprovação.

Sala das Sessões,

Senador PAULO ROCHA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>
- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>



O Projeto de Lei nº 3459, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3460, DE 2019

Altera as Leis nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e nº 13.303, de 30 de junho de 2006, para dispor sobre autorização legislativa específica para a alienação de ativos quando importar perda de controle acionário pelo Estado; e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera as Leis nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, e nº 13.303, de 30 de junho de 2006, para dispor sobre autorização legislativa específica para a alienação de ativos quando importar perda de controle acionário pelo Estado; e dá outras providências.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

Art. 1º A Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A. Será exigida autorização legislativa específica para a alienação de ativos de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas, quando a operação resultar em perda de controle acionário por parte do Estado.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 94-A:

“Art. 94-A. Aplica-se o disposto no Programa Nacional de Desestatização, em caso de alienação de ativos de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas, quando a operação resultar em perda de controle acionário por parte do Estado.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Oferecemos à consideração dos Ilustres Pares, na forma deste Projeto de Lei, a presente proposição, segundo a qual será exigida autorização legislativa específica para a alienação de ativos de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas, quando a operação resultar em perda de controle acionário por parte do Estado.

Desta maneira, o Congresso Nacional poderá preservar suas competências em matérias de interesse público e com forte impacto sobre o bem-estar da população, deliberando sobre eventuais propostas de privatizações em setores estratégicos para a população.

Convém ilustrar com o atual plano de desinvestimentos da Petrobras. Entre 2011 e 2018, o EBITDA ajustado da empresa, que demonstra sua geração de caixa, jamais ficou abaixo de US\$ 15 bilhões (em US\$ de 2018). Na média, o EBITDA ajustado foi de US\$ 29,8 bilhões, mostrando a capacidade de geração de caixa de uma companhia integrada, que atua em E&P e em abastecimento. Quando um setor perde receita em função da variação cambial, o outro preserva a capacidade de geração de caixa da empresa.

Como a Petrobras, empresa integrada, refina o petróleo que ela própria produz a custos competitivos, ela é a única empresa capaz de vender combustíveis a preços abaixo da paridade de importação e seguir obtendo lucro, de modo a manter uma curva de investimentos compatível com as necessidades de abastecimento interno.

A Petrobras justifica as privatizações pela necessidade de reduzir sua dívida. A empresa teve diminuição de sua dívida líquida de US\$ 115,4 para US\$ 69,4 bilhões entre o final de 2014 e de 2018. Nesse período, a Petrobrás vendeu ativos no valor de US\$ 18,7 bilhões, tendo entrado em caixa US\$ 11,8 bilhões. Isto é, as privatizações se limitaram a cerca de 25% da redução da dívida líquida. Quase 75% da redução da dívida se deveu à geração operacional de caixa da Petrobrás.

Isto é, as privatizações na área de abastecimento prejudicam a população (entre outras razões, porque só uma empresa integrada é capaz de praticar preços de combustíveis abaixo da paridade de importação), mas



também a Petrobras, que perderá capacidade de geração de caixa em setores como refino, transporte e distribuição. O exemplo ilustra com clareza a necessidade de o Congresso Nacional deliberar sobre temas de utilidade pública, como o abastecimento de combustíveis, nos termos da Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.

Convém registrar que todas as empresas públicas e sociedades de economia mista são abrangidas pelo PL, como a Eletrobrás e suas subsidiárias (Chesf, Eletronorte, Eletronorte, Furnas, entre outras), Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Caixa, BNDES, entre outras.

O projeto também garante que sejam observados os dispositivos do Programa Nacional de Desestatização, cujos dispositivos estão previstos atualmente na Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Desta forma, deve ser observada a vedação de privatização que consta no PND para um rol de empresas estatais e sociedades de economia mista.

Ainda em relação à observância do PND, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias ou controladas deverão se submeter, nos termos do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e do § 3º do art. 4º da Lei nº 9.491, a procedimento licitatório em processos de desestatização.

Em seis de junho, o Plenário do STF decidiu que a exigência de autorização legislativa não se aplica à venda do controle das subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista. Segundo a Corte, a operação pode ser realizada sem necessidade de licitação, desde que siga procedimento que observe os princípios da administração pública, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. O STF entendeu que há necessidade de autorização legislativa e processo licitatório apenas para alienação das empresas-matrizes.

O entendimento tende a produzir riscos à preservação do interesse público, sobretudo em função da necessidade de garantir a impessoalidade da alienação de ativos quando importar em perda de controle acionário pelo Estado, mas também a manutenção das competências do Congresso Nacional em questões estratégicas para os rumos do país.



Diante do exposto, pede-se aos pares apoio para a aprovação da proposta.

Sala das Sessões,

SENADOR JEAN PAUL PRATES

SENADOR PAULO ROCHA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 37

- inciso XXI do artigo 37

- Lei nº 9.491, de 9 de Setembro de 1997 - Lei da Desestatização - 9491/97

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9491>

- Lei nº 9.847, de 26 de Outubro de 1999 - Lei do Abastecimento Nacional de Combustíveis - 9847/99

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9847>

- urn:lex:br:federal:lei:2006;13303

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;13303>

- Lei nº 13.303, de 30 de Junho de 2016 - Lei de Responsabilidade das Estatais - 13303/16

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2016;13303>



O Projeto de Lei nº 3460, de 2019, vai às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3461, DE 2019

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para prever a personalidade jurídica do condomínio edilício.

AUTORIA: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o *Código Civil*, para prever a personalidade jurídica do condomínio edilício.

SF/19323.31231-48

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (*Código Civil*), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 44.**
.....
VII- o condomínio edilício.
.....” (NR)

“**Art. 1.332-A.** O condomínio edilício poderá adquirir personalidade jurídica com o registro, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, de todos os seguintes documentos:

I - o ato previsto no art. 1.332;

II - a convenção a que se refere o art. 1.333;

III - a ata que registra a decisão pela constituição da pessoa jurídica com o voto favorável dos titulares de, no mínimo, dois terços das frações ideais.”

Art. 2º O art. 114 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“**Art. 114.**
.....”

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF



IV- o ato que institui e a convenção que constitui o condomínio edilício, suas alterações, e a ata que registra a decisão pela constituição da pessoa jurídica.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A personalidade jurídica do condomínio edilício é matéria lacunosa na lei. A doutrina clássica do direito civil considerava o condomínio como um ente despersonalizado ou despersonificado, visto como uma “quase pessoa jurídica”. O principal argumento era a ausência de previsão legal do condomínio no rol das pessoas jurídicas do art. 16 do Código Civil de 1916, considerado taxativo (*numerus clausus*).

O Código Civil de 2002 também não colocou o condomínio edilício no elenco das pessoas jurídicas previsto em seu art. 44, razão pela qual o entendimento doutrinário e jurisprudencial ainda majoritário não reconhece a personalidade jurídica do condomínio.

No entanto, após a entrada em vigor do Código vigente, surgiu uma forte corrente de doutrinadores contemporâneos defendendo o reconhecimento do condomínio edilício como pessoa jurídica, a partir da interpretação de que o rol do art. 44 do CC de 2002 seria apenas exemplificativo (*numerus apertus*). Seguindo essa tendência, na *I Jornada de Direito Civil* (2002), promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, foi aprovado o Enunciado 90, segundo o qual, “deve ser reconhecida a personalidade jurídica do condomínio edilício nas relações jurídicas inerentes às atividades de seu peculiar interesse.” Na *III Jornada* (2004) foi aprovado o Enunciado 246, prevendo apenas que “deve ser reconhecida a personalidade jurídica do condomínio edilício”, ampliando o sentido do anterior ao não se prever qualquer condicionamento a esse reconhecimento.

O presente projeto decorre das necessidades econômicas e sociais da atualidade. Os condomínios edifícios tornaram-se estruturas de grande importância na vida social contemporânea. Os maiores chegam a ter milhares de unidades autônomas e complexas estruturas administrativas, com orçamentos superiores aos de alguns municípios.



SF/19323.31231-48



A possibilidade de instituição de pessoa jurídica permitirá que os condomínios resolvam problemas burocráticos que atualmente têm enfrentado, como a dificuldade para a aquisição e registro de imóveis, tanto aqueles adjudicados por inadimplência, como aqueles que o condomínio resolve adquirir por variadas razões, como a solução de um problema de falta de garagens, expansão de área de lazer, compra de terreno vizinho para evitar construção que prejudique o edifício, entre outras. A ausência de personalidade jurídica faz com que a capacidade de o condomínio edificar adquirir imóveis ainda seja controversa.

Atualmente, a partir do registro de sua instituição, o condomínio já adquire diversas obrigações legais, como o cadastro na Receita Federal a fim de obter o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), deve recolher contribuições sociais relativas a seus funcionários, preenche livros fiscais, deve cadastrar-se no INSS, recolher recursos ao FGTS etc. Possui capacidade postulatória, ou seja, pode entrar com ação na justiça representado pelo seu administrador ou síndico (art. 75, XI, do Código de Processo Civil). No entanto, o sistema de direito civil ainda nega ao condomínio o reconhecimento da personalidade jurídica.

O presente projeto permitirá que os condomínios, especialmente aqueles maiores, possam constituir-se em pessoa jurídica, passando a atuar com mais liberdade no mundo jurídico na defesa e cumprimento de seus interesses sociais. Trata-se de uma necessidade há muito já identificada e defendida por grandes expoentes do direito civil, como se pode observar nos Enunciados aprovados nas Jornadas de Direito Civil promovidas pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos nobres Pares para sua expedita aprovação.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973 - Lei dos Registros Públicos; Lei de Registros Públicos - 6015/73

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1973;6015>

- artigo 114

- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>



O Projeto de Lei nº 3461, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3462, DE 2019

Altera o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) para incluir como causa de aumento de pena na denúncia caluniosa a imputação falsa de crime hediondo.

AUTORIA: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera o Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal) para incluir como causa de aumento de pena na denúncia caluniosa a imputação falsa de crime hediondo.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 339 do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 339.**

.....
§ 3º. A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se a imputação falsa é de crime hediondo. (NR).”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O tipo penal previsto no art. 339 do Código Penal tem por escopo tutelar a administração da justiça, punindo a conduta daquele que provoca – direta ou indiretamente – a instauração de um procedimento oficial (investigação policial, processo judicial, procedimento administrativo) contra uma pessoa sabidamente inocente.

Que não se olvide que o delito ora em apreço compreende a existência de calúnia (art. 138 - imputar a alguém falsamente fato definido como crime). Porém, o elemento impulsionar inútil e criminalmente o regular andamento da administração da justiça, tendo por premissa imputação falsa de crime hediondo, deve ensejar consequências penais e sociais muito mais graves do que as atualmente previstas.



2

Assim, considerando a gravidade de possíveis condutas-balizadas tão somente por argumentos pífios e desprovidos de qualquer fundamentação ou provas - com a única intenção de imputar a prática de crime hediondo à pessoa sabidamente inocente, é de se considerar que a reprimenda deve ser majorada.

Por essa razão, sugere-se alterar o artigo 339 do Código Penal para estabelecer que, na hipótese de imputação falsa de prática de crime definido como hediondo, a pena possa ser aumentada de 1/3 até a metade.

Em função da relevância do tema para proteção do instituto da denúncia de delitos de maior gravidade, solicitamos aos nobres Pares a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador FLÁVIO BOLSONARO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- artigo 339



O Projeto de Lei nº 3462, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3463, DE 2019

Dá nova redação ao § 1º do art. 3º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e ao § 2º do art. 4º da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Dá nova redação ao § 1º do art. 3º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e ao § 2º do art. 4º da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º, § 1º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º
.....

§ 1º Excetuam-se da isenção fiscal prevista no caput deste artigo as seguintes mercadorias: armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e produtos de perfumaria ou de toucador, preparados e preparações cosméticas, salvo quanto a estes (posições 3303 a 3307 da Tarifa Aduaneira do Brasil - TAB), se destinados, exclusivamente, a consumo interno na Zona Franca de Manaus ou nas demais Áreas de Livre Comércio sob a administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, ou quando produzidos com utilização de matérias-primas da fauna e da flora regionais, em conformidade com processo produtivo básico”. (NR)

Art. 2º O art. 4º, § 2º, “e”, da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º
.....

§ 2º
.....

e) perfumes, salvo se destinados, exclusivamente, a consumo interno na Zona Franca de Manaus ou nas demais Áreas de Livre Comércio sob a administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, ou quando produzidos



SF/19009.78031-71





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

com utilização de matérias-primas da fauna e da flora regionais, em conformidade com processo produtivo básico”. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Seguindo o modelo da Zona Franca de Manaus, foram criadas diversas Áreas de Livre Comércio (ALCs). Essas Áreas de Livre Comércio tem o objetivo de promover o desenvolvimento das cidades de fronteiras internacionais localizadas na Amazônia Ocidental e em Macapá e Santana, com o intuito de integrá-las ao restante do país, oferecendo benefícios fiscais semelhantes aos da Zona Franca de Manaus no aspecto comercial, como incentivos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Os objetivos principais das ALCs são a melhoria na fiscalização de entrada e saída de mercadorias, o fortalecimento do setor comercial, a abertura de novas empresas e a geração de empregos.

As ALCs são administradas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Atualmente, as Áreas de Livre Comércio contempladas no perímetro do modelo Zona Franca de Manaus são as seguintes: Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima; Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia; Brasília, com extensão a Eptaciolândia, e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre; Tabatinga, no Estado do Amazonas; e Macapá e Santana, no Estado do Amapá.

Esses são importantes instrumentos para o desenvolvimento da Região Amazônia. No entanto, ainda existem disparidades entre os modelos que levam a desequilíbrios dos investimentos. Para corrigir um desses desequilíbrio, propomos alterações no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que regula a Zona Franca de Manaus e na Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991 que cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima, e que se aplica à área de livre comércio nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, segundo determinação do § 2º, do art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

Busca-se com as alterações estender o tratamento fornecido aos perfumes na Zona Franca de Manaus - que permite aplicar os regimes fiscais aos perfumes se destinados, exclusivamente, a consumo interno ou quando produzidos com utilização de matérias-primas da fauna e da flora regionais, em conformidade com processo produtivo básico - às demais Áreas de Livre Comércio sob a administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa. Desta forma, o regime hoje aplicado à Zona Franca de Manaus é estendido às demais ALCs para garantir o desenvolvimento da Região Amazônica de forma igualitária.



SF/19009.78031-71





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Sala das Sessões, em de de 2019.

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES
REDE/AP



SF/19009.78031-71



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 288, de 28 de Fevereiro de 1967 - DEL-288-1967-02-28 - 288/67
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:lei:1967;288>
 - parágrafo 1º do artigo 3º
- Lei nº 8.256, de 25 de Novembro de 1991 - LEI-8256-1991-11-25 - 8256/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8256>
 - parágrafo 2º do artigo 4º
- Lei nº 8.387, de 30 de Dezembro de 1991 - LEI-8387-1991-12-30 - 8387/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8387>
 - parágrafo 2º do artigo 11



O Projeto de Lei nº 3463, de 2019, vai às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3464, DE 2019

Altera o art. 234-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever causa de aumento de pena para o profissional de saúde que praticar crime contra a dignidade sexual no exercício da função.

AUTORIA: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera o art. 234-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever causa de aumento de pena para o profissional de saúde que praticar crime contra a dignidade sexual no exercício da função.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 234-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 234-A.**.....

.....
V – de 1/3 (um terço) até a metade, se o crime for praticado por profissional de saúde no exercício da função.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A violência sexual em instituições de saúde é um problema generalizado. Um levantamento inédito da agência de notícias *The Intercept Brasil* revela que, somente em dez estados brasileiros, foram registrados 3.515 casos desse tipo de violência entre 2014 e 2019. São 3.005 registros de estupros e 510 de casos de assédio sexual, atentado violento ao pudor e importunação ofensiva ao pudor. O número certamente é maior, tendo em vista a ausência de dados de 17 unidades federativas e o fato de que apenas 10% dos estupros são registrados no Brasil.

As informações, pedidas às Secretarias de Segurança de 19 estados e do Distrito Federal, foram obtidas via lei de acesso à informação. Mas só Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, São Paulo, Rondônia, Roraima, Tocantins e Rio de Janeiro enviaram as informações – este último, no entanto, não contabilizou os casos de 2019.



Os dados mais detalhados, enviados por São Paulo, revelam a violência aguda praticada nos serviços que deveriam zelar pela saúde e a integridade corporal das mulheres. Há 854 registros de estupro em 15 tipos de estabelecimento, incluindo asilos, hospitais psiquiátricos, consultórios médicos e dentários, laboratórios e postos de saúde. Mesmo os ambientes mais expostos se tornam cenário de abusos – há seis registros de estupro em recepções de hospitais – e a exploração de pessoas extremamente vulneráveis chega a ser macabra: foram registrados 16 estupros em CTIs e UTIs, além de quatro casos e uma violação sexual mediante fraude em centros cirúrgicos.

O Ministério da Saúde não tem nenhum protocolo destinado aos serviços brasileiros com recomendações para prevenir abusos em suas dependências ou como receber e lidar com denúncias contra seus funcionários. Embora uma norma técnica e uma lei estabeleçam parâmetros para o atendimento de vítimas de violência sexual, os textos não têm protocolos específicos para os casos de pessoas abusadas nos serviços que deveriam atendê-las. A Organização Mundial da Saúde (OMS) tampouco tem orientações nesse sentido.

Diante desse quadro, propomos a criação de uma causa de aumento de pena, no patamar de 1/3 (um terço) até a metade, para o profissional de saúde que praticar crime contra a dignidade sexual no exercício da função. Com essa providência, pretendemos coibir e, conseqüentemente, inibir essa prática covarde e perversa que afeta milhares de pessoas que procuram os serviços de saúde no Brasil.

Por todos esses motivos, apresentamos este projeto, esperando contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador ALESSANDRO VIEIRA



SF/19265.07420-18



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- artigo 234-



O Projeto de Lei nº 3464, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3465, DE 2019

Altera a redação dos arts. 32 e 35-A da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novos conteúdos obrigatórios nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

AUTORIA: Senador Flávio Arns (REDE/PR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a redação dos arts. 32 e 35-A da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novos conteúdos obrigatórios nos currículos dos ensinos fundamental e médio.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 32 e 35-A da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 32.....

§7º. O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate de formação ética e voltada ao exercício de cidadania solidária, à participação na gestão pública e ao controle de gastos públicos, ao zelo pela coisa pública, bem como informações e práticas educativas sobre causas, impactos, riscos, prejuízos e meios de enfrentamento da corrupção, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (NR)”

“Art. 35-A.....

§2º. A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia, além de conteúdo que trate de formação ética e voltada ao exercício de cidadania solidária, à participação na gestão pública e ao controle de gastos públicos, ao zelo pela coisa pública, bem como informações e práticas educativas sobre causas, impactos, riscos, prejuízos e meios de enfrentamento da corrupção.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

JUSTIFICAÇÃO

A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, promulgada no Brasil por meio do Decreto n. 5.687 de 31 de janeiro de 2006, trata, no artigo 13, da participação da sociedade na prevenção, controle, detecção e repressão à corrupção e estabelece que cada Estado Parte adotará medidas tais como:

- a) Aumentar a transparência e promover a contribuição da cidadania aos processos de adoção de decisões;
- b) Garantir o acesso eficaz do público à informação;
- c) Realizar atividade de informação pública para fomentar a intransigência à corrupção, assim como programas de educação pública, incluídos programas escolares e universitários;
- d) Respeitar, promover e proteger a liberdade de buscar, receber, publicar e difundir informação relativa à corrupção. Essa liberdade poderá estar sujeita a certas restrições, que deverão estar expressamente qualificadas pela lei e ser necessárias para: i) Garantir o respeito dos direitos ou da reputação de terceiros; ii) Salvar a segurança nacional, a ordem pública, ou a saúde ou a moral públicas.

O Estado brasileiro, signatário desses instrumentos internacionais, tem o dever de dar efetividade aos compromissos assumidos há mais de uma década.

Ademais, nos termos do art. 205 da Constituição da República, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Adicionalmente, a Lei n. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB estabelece que os conteúdos curriculares da educação básica observarão, entre outras diretrizes, a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática (art. 27, I).





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

A previsão da normativa internacional e nacional mostra-se acertada sobretudo quando se tem em mente que o sistema de justiça, por si só, não consegue prevenir nem reprimir as práticas de corrupção.

A posição do Brasil nos dois principais rankings de percepção de corrupção – Transparência Internacional e da escola de negócios suíça IMD – despencou em dois anos, caindo 10 posições. Atualmente está em 79º lugar, empatado com China e Índia, e, em 2017, é o segundo país mais corrupto entre os avaliados, ficando acima apenas da Venezuela, o que reforça a necessidade de buscar novos meios de enfrentamento.

Países como Filipinas, enfrentando o fenômeno em sua complexidade, universalidade e multidimensionalidade, com base em um compromisso conjunto do Estado e sociedade, estabeleceram um planejamento estratégico de reversão do quadro e recomeço, fundado em três principais pilares: repressão/responsabilização/recuperação; transparência/controle/detecção; e conscientização/educação.

Portanto, como importante estratégia de prevenção e enfrentamento da corrupção, apresenta-se o presente projeto legislativo - inspirado no célebre trabalho “Novas Medidas contra a Corrupção”¹, por meio do qual se entende como necessário incluir formalmente no ensino escolar temas relacionados ao exercício de cidadania solidária e à participação na gestão pública, visando a fomentar a valorização do comportamento ético e de atitudes de responsabilidade cívica e de não tolerância à corrupção.

Em face das razões e fundamentos aqui expostos, submetemos o presente projeto à apreciação dos pares, contando com o imprescindível apoio, para que desta iniciativa, uma vez convertida em Lei, resulte uma sociedade melhor educada, consciente e informada acerca da importância da cidadania, zelo pela coisa pública e combate à corrupção.

Sala das Sessões, em,

Senador FLÁVIO ARNS
(REDE-PR)

¹ Novas medidas contra a corrupção / Michael Freitas Mohallem...[et al.]. - Rio de Janeiro : Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, 2018.624 p.



SF/19960.28759-10





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....
Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do



SF/19960.28759-10





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).

§ 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. (Incluído pela Lei nº 12.472, de 2011).

.....
Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento: (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

I - linguagens e suas tecnologias; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

II - matemática e suas tecnologias; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

III - ciências da natureza e suas tecnologias; (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

IV - ciências humanas e sociais aplicadas. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017)

§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.

.....



SF/19960.28759-10



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - artigo 205
- Decreto nº 5.687, de 31 de Janeiro de 2006 - DEC-5687-2006-01-31 - 5687/06
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2006;5687>
- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; ECA - 8069/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - 9394/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>
 - artigo 32
 - artigo 35-
- Lei nº 11.274, de 6 de Fevereiro de 2006 - LEI-11274-2006-02-06 - 11274/06
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11274>
- Lei nº 11.525, de 25 de Setembro de 2007 - LEI-11525-2007-09-25 - 11525/07
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2007;11525>
- Lei nº 12.472, de 1º de Setembro de 2011 - LEI-12472-2011-09-01 - 12472/11
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12472>
- Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017 - LEI-13415-2017-02-16 - 13415/17
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13415>



O Projeto de Lei nº 3465, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3466, DE 2019

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Empresas Startups (FiStart) e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias Startups.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Empresas *Startups* (FiStart) e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias *Startups*.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Fundo de Financiamento às Empresas *Startups* (FiStart) e a possibilidade de dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) de parcela dos valores investidos na integralização de capital social em sociedades empresárias *Startups*.

Art. 2º Fica instituído o Fundo de Financiamento às Empresas *Startups* (FiStart), de natureza contábil e financeira, com a finalidade de constituir recursos para o financiamento de projetos de inovação em empresas nascentes intensivas em conhecimento, denominadas *startups*.

Art. 3º Constituem recursos do FiStart:

I – os advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969;

II – as dotações especificamente consignadas no orçamento da União;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

III – os recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhe foram consignadas no orçamento anual;

IV – os resultados de aplicações financeiras à sua conta;

V – o produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados;

VI – a reversão dos saldos anuais não aplicados;

VII – o produto do retorno das operações de financiamentos concedidos; e

VIII – outros recursos previstos em lei.

Art. 4º A organização e a gestão do Fundo instituído por esta Lei serão definidas na forma do regulamento.

Art. 5º O FiStart terá como agente operador instituição financeira pública federal a ser contratada na forma do regulamento, com as seguintes atribuições:

I – realizar operações de financiamento para alocação dos recursos do FiStart;

II – selecionar projetos de inovação de empresas nascentes intensivas em conhecimento utilizando critérios de viabilidade;

III – gerir as disponibilidades financeiras do FiStart;

IV – prestar contas das operações realizadas em cumprimento às diretrizes e prioridades de aplicação estabelecidas, na forma do regulamento;



SF/19165.59819-88





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

V – propor novas modalidades, programas e políticas de alocação dos recursos do FiStart, na forma do regulamento;

Art. 6º Os financiamentos concedidos observarão o seguinte:

I – taxa de juros real igual a zero, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional;

II – o oferecimento de garantias pela empresa financiada;

III – carência de 18 (dezoito) meses, mantido o pagamento dos juros nos termos do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único: Ao longo do período de utilização do financiamento, inclusive no período de carência, a empresa financiada fica obrigada a pagar os juros incidentes sobre o financiamento, na forma regulamentada pelo agente operador.

Art. 7º Os recursos destinados ao FiStart não utilizados até o final do exercício financeiro corrente serão apurados no balanço anual e transferidos como crédito do mesmo fundo no exercício financeiro seguinte.

Art. 8º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

.....

II –

.....

k) os valores em dinheiro integralizados no capital social de sociedades empresárias *Startups*, atendidas as seguintes condições:

1. o investidor deverá permanecer na condição de sócio-cotista ou acionista, sendo vedada a participação como sócio-gerente, diretor ou administrador da pessoa jurídica investida;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

2. o investidor não poderá ter o controle majoritário das quotas sociais ou ações da pessoa jurídica;

3. os valores integralizados deverão permanecer por, no mínimo, três anos seguidos à disposição da pessoa jurídica investida, sendo vedada a diminuição do capital social a qualquer título;

4. a *Startup* em que for investido o recurso deverá ser selecionada por ato do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

.....
§ 5º A dedução prevista na alínea “k” do inciso II do *caput* está limitada a vinte por cento do valor efetivamente integralizado e não poderá ultrapassar o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por ano-calendário, considerando todos os investimentos realizados, ainda que a participação envolva mais de uma *Startup*.

§ 6º Sempre que se apure que o contribuinte não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir qualquer condição prevista na alínea “k” do inciso II do *caput*, será cobrado o imposto acrescido de juros de mora e com imposição da penalidade cabível.” (NR)

Art. 9º O benefício de que trata o art. 8º desta Lei vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da sua publicação.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar da crise econômica vivenciada, diversas empresas *startups* têm conseguido prosperar no Brasil. São empreendimentos voltados para vários setores da economia, como financeiro (as chamadas *fintechs*), transporte urbano e educação, e que possuem elevada capacidade de crescimento rápido, geração de empregos e de integração com outros setores.



SF/19165.59819-88





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Somente em 2018, seis *startups* alcançam valor de mercado superior a US\$ 1 bilhão. A Stone Pagamentos S.A. possui valor de mercado de US\$ 11 bilhões. A IFood tem cerca de 120 mil empregados.

Entretanto, para cada caso de sucesso, existem inúmeras tentativas frustradas. Em um ambiente institucional saudável, o fracasso de um negócio não pode resultar em punição, mas sim em aprendizado para a próxima tentativa.

Um grande avanço na simplificação das regulações ocorreu recentemente. A Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2019, criou definição legal de empresa *startup* e simplificou significativamente o processo de abertura e fechamento dessas empresas, bem como autorizou a comercialização experimental, algo fundamental para empresas inovadoras.

A possibilidade de testar o mercado foi reforçada pela Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2019, que propõe “retirar qualquer entrave a que um novo produto ou serviço seja testado restritivamente em um grupo privado, ressalvados os casos de segurança nacional e saúde pública”.

O Governo Federal vem reconhecendo a importância das *startups* para a economia por meio de programas como o Start-up Brasil, que seleciona empresas aceleradoras integrantes do ecossistema de inovação do País, e oferece benefícios aos empreendedores, como bolsas de pesquisa, desenvolvimento e inovação de até R\$ 200 mil. A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) possui o Programa Finep *Startup* que “apoia a inovação em empresas nascentes intensivas em conhecimento através do aporte de recursos financeiros para execução de seus planos de crescimento”. Contudo, o edital mais recente da Finep limita os recursos a R\$ 30 milhões para apenas 30 *startups*. O último edital do Start-up Brasil data de 2017.

Assim, verifica-se que, apesar das ações em curso, ainda é preciso aprimorar o ambiente de financiamento às *startups*. Existe uma falha de mercado relacionada ao financiamento dos projetos de empresas





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

nascentes. Por serem inovadoras, as *startups* enfrentam incertezas econômicas e tecnológicas que dificultam o seu acesso ao crédito pelas vias tradicionais, e passam a depender de investidores-anjo para desenvolver suas ideias.

O projeto de lei ora proposto objetiva atenuar os efeitos dessa falha de mercado ao criar o Fundo de Financiamento às Empresas Startups (FiStart) para oferecer às empresas nascentes intensivas em conhecimento uma opção viável para o financiamento de seus projetos inovadores. Para tanto, serão ofertadas linhas de crédito com taxa de juro real igual a zero e carência de 18 meses para o pagamento.

O FiStart é um fundo de natureza contábil e financeira, a exemplo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo Social, instituídos, respectivamente, pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Com isso, os recursos do Fundo não farão parte da Conta Única do Tesouro Nacional.

Adicionalmente a essa importante medida, com o intuito de fomentar o investimento-anjo no Brasil, propomos a dedução, da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, dos valores investidos em *startups* por pessoas físicas. Com isso, cria-se um estímulo aos contribuintes, possibilitando-se que novos valores sejam investidos já com compensação pelo risco, o que torna mais atrativa essa modalidade de investimento.

A nova forma de fomento está em harmonia com o art. 218 da Constituição Federal (CF), que prevê a promoção e o incentivo ao desenvolvimento científico, à pesquisa e à capacitação tecnológicas pelo Estado. No caso, a principal forma disponível para a União cumprir seu papel constitucional é a concessão de incentivos tributários e creditícios.

Finalmente, estamos convictos da necessidade das medidas propostas para que o País não fique estagnado no tempo. Ou alteramos a legislação para promover o devido aporte de receitas ao setor, ou ficamos



SF/19165.59819-88





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

inertes e tornamo-nos espectadores da crescente dependência tecnológica (ecossistema de *startups*) do Brasil em relação aos países desenvolvidos.

Ante a importância da presente iniciativa, esperamos a acolhida da ideia pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 218

- Decreto-Lei nº 719, de 31 de Julho de 1969 - DEL-719-1969-07-31 - 719/69

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1969;719>

- Lei Complementar nº 167 de 24/04/2019 - LCP-167-2019-04-24 - 167/19

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2019;167>

- Lei nº 7.998, de 11 de Janeiro de 1990 - Lei do Seguro-Desemprego - 7998/90

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;7998>

- Lei nº 9.250, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9250/95

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995;9250>

- artigo 8º

- Lei nº 12.351, de 22 de Dezembro de 2010 - Lei do Pré-Sal - 12351/10

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12351>

- Medida Provisória nº 881 de 30/04/2019 - MPV-881-2019-04-30 , MP DA LIBERDADE
ECONÔMICA - 881/19

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2019;881>



O Projeto de Lei nº 3466, de 2019, vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3467, DE 2019

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PSB/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “*estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*”, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.



SF/19477.38224-40

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.

Art. 2º O Art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a inclusão do seguinte inciso XIV:

“Art. 3º

.....

XIV- valorização da educação física e promoção do desporto escolar como forma de desenvolvimento integral do cidadão. ”

Art. 3º O Art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a inclusão do seguinte inciso XI:

“Art. 4º

.....

XI- disponibilização de educação física em todos níveis da educação pública. ”

Art. 4º O Art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com nova redação do inciso IX e inclusão do seguinte inciso XI:





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

“Art. 12.

IX - Promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*) e as agressões sexuais, no âmbito das escolas. (NR)

.....

XI - respeitar intervalo mínimo de 15 minutos para os estudantes entre a aula de educação física e a seguinte. ”

Art. 5º O Art. 62-B da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com nova redação do § 3º e inclusão do seguinte § 4º:

“Art. 62-B.

.....

§ 3º Sem prejuízo dos concursos seletivos a serem definidos em regulamento pelas universidades, terão prioridade de ingresso os professores que optarem por cursos de licenciatura em matemática, física, química, biologia, língua portuguesa e educação física. (NR)

§ 4º A União e os Estados que possuam redes públicas de ensino superior devem estruturar programas especiais para qualificação dos professores da rede pública, prevista no caput. ”

Art. 6º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a inclusão do seguinte Art. 68-A:

“Art. 68-A. Todo equipamento esportivo custeado com recurso público deve desenvolver programação destinada a atividades de desporto educacional.

§ 1º O calendário mensal de programação a que se refere o caput será divulgado na rede mundial de computadores pela instituição responsável pelo equipamento esportivo até o último dia útil do mês anterior.

§ 2º Alunos regularmente matriculados em escolas sem equipamento esportivo próprio terão prioridade de ingresso nas atividades da programação a que se refere o caput. ”

Art. 7º O Art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a inclusão do seguinte inciso IX:



SF/19477.38224-40





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

“Art. 70.

.....

IX - aquisição, manutenção, construção, conservação e uso de instalações e equipamentos desportivos em escolas ou estabelecimentos educacionais públicos. ”

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de sua publicação oficial.

SF/19477.38224-40

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto foi elaborado com o objetivo de aperfeiçoar a educação física no ensino brasileiro. Para tanto, analisamos os projetos que recentemente tramitaram na CAE, o PLS 25/2017, de autoria do Senador Lasier Martins (aprovado e encaminhado à Câmara), e o PLS 488/2015, de autoria do Senador Romário (do qual fui Relatora), a partir dos quais apresentamos novas evoluções em complemento aos trabalhos apresentados.

Na parte principiológica, propomos a alteração dos arts. 3º e 4º, inserindo o ensino da educação física e a promoção do desporto escolar como diretrizes e a promoção e disponibilização da educação física como um dos direitos do educando.

Com vista a melhorar o ambiente de aprendizado e as condições do aluno, propomos alterar o art.12 para garantir espaço mínimo de tempo entre a aula de educação física e a próxima, e ampliar o combate a todas as formas de violência, incluindo a sexual.

Na melhoria da formação do professor de educação física, propomos alterar o § 3º do art. 62-B para dar prioridade de ingresso aos professores da rede pública que optarem por cursos de licenciatura em educação física, além de incentivar a estruturação de programas especiais para qualificação dos professores da rede pública.

Para aumentar a disponibilidade de equipamentos destinados à educação física no ensino público, propusemos alterar a o art. 68-A, obrigando a que todo o equipamento esportivo custeado com recurso público





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

deve desenvolver programação destinada a atividades de desporto educacional.

A fim de valorizar o investimento em equipamentos esportivos propusemos que a aquisição, manutenção, construção, conservação e uso de instalações e equipamentos desportivos em escolas ou estabelecimentos educacionais públicos sejam incluídos nos recursos destinados à educação.

Isto posto, pedimos o apoio dos nossos pares para aprovar a proposta, nos termos apresentados neste Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senadora LEILA BARROS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - 9394/96

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>

- artigo 3º
- artigo 4º
- artigo 12
- artigo 62-A
- artigo 70



O Projeto de Lei nº 3467, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3468, DE 2019

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste FCO, e dá outras providências” para agilizar a tramitação de projetos no âmbito dos Fundos.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PSB/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste FCO, e dá outras providências” para agilizar a tramitação de projetos no âmbito dos Fundos.



SF/19606.00605-10

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste FCO, e dá outras providências” para agilizar a tramitação de projetos no âmbito dos Fundos.

Art. 2º. O art. 9º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º

.....

§ 2º As instituições financeiras beneficiárias dos repasses deverão devolver aos bancos administradores, de acordo com os prazos estabelecidos nas programações aprovadas pelo respectivo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento de cada região, os valores relativos às prestações vencidas, independente do pagamento pelo tomador final.

1





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

.....”(NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto incorpora sugestão decorrente da análise da Nota Técnica da SUDECO nº 04/2019/CFCO/CGGFPI/DIPGF e relatos do Presidente da SUDECO que tem identificado na redação atual do § 2º, do art. 9º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 como importante impeditivo para agilidade dos projetos apresentados.

Com o advento da Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018, que alterou a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o § 2º do Art. 9º ganhou uma redação que está gerando dúvidas e divergências entre os Conselhos deliberativos dos Fundos e o Banco do Brasil, o que tem gerado atrasos na tramitação e continuidade dos projetos anteriormente aprovados. Nesse sentido, construímos uma alternativa de redação com base no estudo técnico da SUDECO para remeter ao cronograma de desembolso de cada operação os prazos de restituição, não a uma data fixa que pode gerar problemas sérios na execução dos projetos aprovados.

Nestes termos pedimos a aprovação do projeto em tela, conforme apresentado.

Sala das Sessões,

LEILA BARROS

Senadora



SF/19606.00605-10



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- alínea c

- inciso I

- Lei nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989 - Lei dos Fundos Constitucionais - 7827/89

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1989;7827>

- artigo 9º

- parágrafo 2º do artigo 9º

- Lei nº 13.682 de 19/06/2018 - LEI-13682-2018-06-19 - 13682/18

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2018;13682>



O Projeto de Lei nº 3468, de 2019, vai às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3469, DE 2019

Cria serviço nacional de apoio à pessoa idosa com dependência, a ser prestado pelas entidades constituintes do Sistema S.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Cria serviço nacional de apoio à pessoa idosa com dependência, a ser prestado pelas entidades constituintes do *Sistema S*.



SF/19070.40345-65

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei obriga as entidades do *Sistema S* a cooperarem e a dividirem entre si, na proporção dos públicos por elas servidos, as atividades de apoio a pessoas idosas que dependam de outras pessoas para a realização das atividades da vida diária que sejam relevantes para as pessoas idosas.

§ 1º Considera-se, para os fins desta Lei, pessoa com dependência aquela com mais de sessenta anos e que, em razão de doença ou de acidente, experimenta limitação ao desempenho das atividades da vida diária consideradas rotineiras e normais para uma pessoa idosa.

§ 2º Compõem o *Sistema S*, para os fins desta Lei, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, criado pela Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, o Serviço Social do Transporte – SEST e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT, criados pela Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, criado pelo Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Serviço Social da Indústria – SESI, criado pelo Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946, o Serviço Social do Comércio – SESC, criado pelo Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946 e o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários – SENAI, criado pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.



Art. 2º As entidades reunidas por força desta Lei deverão implementar cuidados de longa duração, que se caracterizam por ações transversais que formem um conjunto de serviços para pessoas com dependência, com ações de reabilitação, terapia ocupacional, serviços médicos, assistenciais e psicológicos, que serão prestados no âmbito institucional, familiar e comunitário.

§ 1º Os cuidados referidos no *caput* deste artigo, bem como sua natureza coordenada, transversal e cooperativa, serão implementados por órgãos e instituições a serem constituídas no âmbito do *Sistema S* para esse fim.

§ 2º O Serviço Social da Indústria convocará as demais instituições mencionadas no § 2º do art. 1º desta Lei para a composição dos órgãos e instituições mencionados no § 1º deste artigo.

§ 3º As atividades dos órgãos e instituições criados por força do disposto no § 2º deste artigo obedecerão a Regimento de Cuidados de Pessoas com Dependência, a ser aprovado quando da constituição e da composição daqueles órgãos, que terá natureza de instrumento regulador da natureza coordenada, transversal e cooperativa que caracterizará a oferta dos cuidados mencionados no *caput*.

Art. 3º As entidades mencionadas no § 2º do art. 1º dedicarão ao custeio das atividades previstas no *caput* do art. 2º três por cento das receitas a elas destinadas pelas leis referidas no § 2º do art. 1º.

Art. 4º São princípios dos serviços, programas e projetos de cuidados objeto desta Lei:

I – respeito à privacidade, à dignidade e à autonomia da pessoa idosa com dependência;

II – respeito à convivência familiar e comunitária;

III – respeito e valorização da vida, da cidadania, das habilidades e dos talentos da pessoa;

IV – oferta de serviços de cuidados com atendimento humanizado e individualizado, respeitadas as características familiares, regionais, sociais, culturais, econômicas, os valores e as preferências da pessoa idosa com dependência;



V– respeito às diferenças de origem, cultura, raça, idade, nacionalidade, religião, gênero e orientação sexual.

Art. 5º São objetivos dos serviços, programas e projetos de cuidados objeto desta Lei:

I – estimular a capacidade funcional e a autonomia da pessoa idosa, bem como sua inclusão social;

II – criar uma rede de serviços de cuidados continuados e integrados de apoio social e de saúde à pessoa em situação de dependência beneficiárias do *Sistema S*;

III – prover ações e serviços que garantam a reabilitação, a promoção da autonomia e a melhoria da funcionalidade e da condição de dependência da pessoa que necessite de cuidado de longa duração;

IV – promover a capacitação e a educação permanente de cuidadores;

V – promover e apoiar estudos e pesquisas na área da reabilitação e da efetivação dos serviços de cuidado das pessoas idosas em situação de dependência atendidas pelo *Sistema S*;

VI – promover a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios, de acordo com as especificidades do *Sistema S* e de sua rede de intervenção, para pessoas idosas com dependência e para suas famílias, com participação de profissionais de saúde, de assistência social, de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa de direitos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Nosso País vive, desde 1988, uma batalha contra a desigualdade. Nós, legisladores, temos buscado os traços da desigualdade e da injustiça em todas as relações sociais estabelecidas. Muito já fizemos, mas muito ainda se pode fazer. No campo do apoio às pessoas idosas, pusemos



em vigor o excelente Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), que consolidou os esforços que vinham sendo feitos em obediência à Carta Magna. Mas conformar-se nunca é o bastante em uma sociedade da dimensão da nossa.

O Estado brasileiro, nos anos quarenta, viu a possibilidade de dividir, com a iniciativa privada, atividades formadoras e assistenciais, na medida em que ficou claro que ambas as partes se beneficiariam. Assim, ao longo de décadas, foram sendo criados serviços sociais e de aprendizagem de diversos setores componentes da economia nacional: a indústria, o comércio, o transporte, o cooperativismo e a agropecuária, que se encontram arrolados no § 3º do art. 1º da proposição que trago à consideração do Congresso Nacional. São nossos conhecidos: o Sesi, o Sesc, o Senai, o Senac, o Senar, o Senat, o Sest e o SESCOOP. Juntos, eles formam o denominado *Sistema S*, respeitado por todo o Brasil por causa de sua excelência e compromisso social. Mas sua força depende da capacidade que tem o Estado de tributar as empresas para custear as atividades de formação e de assistência. Isto significa que, não obstante o caráter de direito privado que tem o *Sistema S*, sua natureza e sua origem longe estão de reduzir-se ao sentido clássico daquele termo. Sua origem e natureza encontram-se na junção entre o interesse público e o privado, e funciona assim: o Estado impõe o tributo às empresas integrantes de cada um dos setores econômicos que mencionamos, recolhe-os e os repassa às instituições do *Sistema S*, as quais, assim, custeiam suas atividades para seu público-alvo, os trabalhadores daquele setor e seus familiares.

Conforme explanou o Dr. Saul Tourinho Leal, do escritório do Ministro Ayres Britto, em exposição jurídica na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal,

“A Constituição nasce com o parágrafo único do art. 1º a dizer: ‘Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição’. Vem desse comando o fundamento das atribuições do Congresso lançadas em seção própria da Constituição (art. 48). [...] A competência do Congresso Nacional para, por lei em sentido estrito, estipular obrigações que inovem no ordenamento restringindo a liberdade de pessoas jurídicas de direito privado é irrenunciável. Cabe aos parlamentares, pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, guiar o destino do *Sistema S* caso percebam que o aperfeiçoamento requerido reclama intervenção legislativa.”

Ora, conforme vemos, é chegada a hora de direcionar, sem dirigismo e respeitando a autonomia administrativa e gerencial de quem sabe



:

fazer isso, as capacidades do *Sistema S* para o atendimento das necessidades de uma parte de seus beneficiários – as pessoas idosas com dependência, conforme definido na proposição.

O Estado já se desincumbe dessa tarefa em quase toda a sociedade. Mas faltam-lhe recursos que, acreditamos, estão presentes no *Sistema S*. Esta proposição une fios que estavam soltos: as capacidades do *Sistema S*, os direitos das pessoas idosas suas beneficiárias e o poder tributário do Estado. A proposição amarra tais fios, formando uma boa corda de justiça social, igualdade e respeito.

Por essas razões é que pedimos aos nobres Pares apoio a esta proposição.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de Janeiro de 1942 - DEL-4048-1942-01-22 - 4048/42
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1942;4048>
- Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de Janeiro de 1946 - DEL-8621-1946-01-10 - 8621/46
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1946;8621>
- Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de Junho de 1946 - DEL-9403-1946-06-25 - 9403/46
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1946;9403>
- Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de Setembro de 1946 - DEL-9853-1946-09-13 - 9853/46
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1946;9853>
- Lei nº 8.315, de 23 de Dezembro de 1991 - LEI-8315-1991-12-23 - 8315/91
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8315>
- Lei nº 8.706, de 14 de Setembro de 1993 - LEI-8706-1993-09-14 - 8706/93
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8706>
- Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; Lei do Idoso - 10741/03
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>
- Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de Agosto de 2001 - MPV-2168-40-2001-08-24 - 2168-40/01
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001;2168-40>



O Projeto de Lei nº 3469, de 2019, vai às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3470, DE 2019

Inserir o art. 433-A na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir às microempresas e às empresas de pequeno porte que admitirem aprendizes prioridade, condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados.

AUTORIA: Senador Jayme Campos (DEM/MT)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do senador JAYME CAMPOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Inserir o art. 433-A na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir às microempresas e às empresas de pequeno porte que admitirem aprendizes prioridade, condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 433-A:

“**Art. 433-A.** As microempresas e as empresas de pequeno porte que cumprirem o disposto no art. 429 desta Lei terão prioridade, condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo estimular a contratação de aprendizes por micro e pequenas empresas.



2

Para tanto, estabelece que as micro e pequenas empresas que cumprirem o disposto no art. 429 desta Lei terão prioridade, condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados.

Com isso, busca-se ampliar o leque de empresas que concede formação técnico-profissional metódica aos jovens brasileiros, capacitando-os para ingressar no competitivo mercado de trabalho nacional. Ao mesmo tempo, fomenta-se a atividade econômica da maior parte dos empregadores brasileiros, que são micro ou pequenos empresários.

A Carta Magna de 1988, em seu art. 170, IX, elenca como princípio da ordem econômica brasileira o tratamento diferenciado para as microempresas e para as empresas de pequeno porte. A proposição ora apresentada caminha nesse sentido, sem, entretanto, desconsiderar o mandamento do inciso XXIII do art. 5º, no sentido de que a propriedade tenha função social.

Ao estimular a atividade produtiva da micro ou pequena empresa que contratar aprendizes, o presente projeto colabora para o bem-estar dos jovens trabalhadores brasileiros, oferecendo-os maiores oportunidades de trabalho qualificado. Cumpre-se, assim, o imperativo de toda propriedade no território nacional tenha função social.

Ao recompensar o empresário que atende ao chamamento da lei, facilitando a ele a obtenção de empréstimos por parte de instituições financeiras públicas, o projeto atende ao comando do inciso IX do art. 170 da Constituição da República. Verifica-se, pois que este projeto valoriza o capital e o trabalho brasileiro, concretizando, assim, o fundamento da República Federativa do Brasil inserido no inciso IV do art. 1º da Carta Magna.

Em face disso, espera-se contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador JAYME CAMPOS



SF/19042.01962-20



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso IX do artigo 170

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>



O Projeto de Lei nº 3470, de 2019, vai às Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3471, DE 2019

Dispõe sobre a garantia de acervo mínimo de livros às famílias de estudantes da educação básica.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JORGE KAJURU

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Dispõe sobre a garantia de acervo mínimo de livros às famílias de estudantes da educação básica.



SF/19338.25662-97

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É assegurado às famílias de estudantes da educação básica pública um acervo mínimo de livros.

Art. 2º Cada família, com filhos de até 17 anos matriculados em instituição pública de ensino, receberá, em doação, a cada bimestre letivo, dois livros de conteúdo literário, artístico ou científico, constantes de catálogo elaborado na forma do regulamento.

§ 1º A distribuição das publicações de que trata o *caput* ficará a cargo e sob a responsabilidade da instituição em que o aluno estiver matriculado.

§ 2º As famílias que se enquadrem no critério de distribuição farão jus a apenas um conjunto de publicações, independentemente do número de filhos matriculados, mesmo que em estabelecimentos diversos.

§ 3º O catálogo de títulos a serem disponibilizados será atualizado a cada dois anos, nos termos do regulamento.

Art. 3º O disposto nesta Lei será financiado com recursos orçamentários da União, vedada sua contabilização para efeito do disposto no art. 212, *caput*, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Em 30 de abril de 1938, foi editado o Decreto-Lei nº 399, que definiu o conceito de salário mínimo e, por extensão, o de “cesta básica” do trabalhador, tão importante na sociedade brasileira desde então.

O salário mínimo, a que todo trabalhador tem direito, se definia então como “a remuneração mínima capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”.

Passados oitenta anos, o Departamento Intersindical de estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apresenta atualmente uma noção de cesta básica limitada a treze itens de alimentação: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo e manteiga. Entretanto, o salário mínimo, segundo a Constituição de 1988, incorpora outras necessidades e deve prover as necessidades não de um só trabalhador, mas da sua família.

Vê-se, assim, como estamos longe de propiciar uma vida digna para as famílias dos trabalhadores brasileiros.

É inegável, no entanto, a influência benéfica, embora limitada, do conceito de salário mínimo e de cesta básica na sociedade e na economia brasileira. Nesse sentido, quero contribuir para a evolução do conceito de cesta básica e, evidentemente, para um acréscimo no valor de seus componentes para as famílias brasileiras.

A ideia central desta proposição é demonstrar que a cesta básica não se compõe somente de produtos alimentares. É preciso que os livros passem a fazer parte dela e do cotidiano de “aquisição” patrimonial das famílias brasileiras. Estudos têm mostrado a diferença positiva de desempenho na alfabetização de crianças, quando elas dispõem em casa de livros, jornais e revistas.

Ora, se cada criança e adolescente matriculado em escola pública – federal, estadual e municipal – levar para casa, como presente da sociedade brasileira, dois bons livros a cada bimestre, todas as famílias vão contar com uma modesta, mas poderosa, biblioteca em seus lares, com impactos importantes no desenvolvimento cognitivo, cultural e moral das crianças e também dos seus pais.



SF/19338.25662-97



Calcule-se a riqueza de difusão cultural que propiciará a distribuição massiva de clássicos de nossa literatura, bem como de obras artísticas e científicas a que a maioria da população hoje não tem acesso, embora constem, muitas vezes, de bibliotecas pouco frequentadas pelas famílias pobres, cujos membros somam a maioria de nossa nação.

Por fim, cumpre-nos dizer que nesta proposição nos valem da ideia que o Senador Cristovam Buarque apresentou por meio do Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2008. Essa proposição, pelas suas qualidades, chegou a ser aprovada no Senado Federal, tendo sido, no entanto, arquivada na Câmara dos Deputados. Julgamos que é necessário retomá-la.

Em razão do exposto, conto com o apoio dos parlamentares para aperfeiçoar e aprovar o presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>



O Projeto de Lei nº 3471, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3472, DE 2019

Altera o Código Eleitoral para permitir o voto no exterior nas eleições para governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais e deputados distritais.

AUTORIA: Senador Jorginho Mello (PL/SC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorginho Mello

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019



Altera o Código Eleitoral para permitir o voto no exterior nas eleições para governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais e deputados distritais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral –, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 225.**

.....
§ 3º Observado o disposto no inciso II do art. 226, poderá votar o eleitor que se encontrar no exterior também nas eleições para governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais e deputados distritais na circunscrição eleitoral correspondente a seu último domicílio eleitoral no Brasil.

§ 4º Na hipótese de primeiro alistamento do eleitor residente no exterior, para os fins do § 3º será considerado o último domicílio eleitoral aquele em que ele demonstre, 30 (trinta) dias antes da realização da eleição, vínculos políticos, sociais, afetivos, patrimoniais ou de negócios.

§ 5º A modificação do domicílio eleitoral de que trata o § 3º deverá respeitar o regulamentado pela Justiça Eleitoral.” (NR)



“**Art. 226.** Para que se organize uma seção eleitoral no exterior é necessário que na circunscrição sob a jurisdição da Missão Diplomática ou do Consulado-Geral haja um mínimo de:

I – 20 (vinte) eleitores inscritos, no caso das eleições para presidente e vice-presidente da República;

II – 20 (vinte) eleitores inscritos, aptos a votar nos candidatos de um mesmo Estado ou do Distrito Federal, no caso das eleições para governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais e deputados distritais.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nas eleições de 2018 havia exatos 500.727 eleitores aptos a votar no exterior. Segundo o art. 225 do Código Eleitoral, esse meio milhão de cidadãos pode votar nas eleições para presidente e vice-presidente da República, mas não para cargos na esfera estadual ou distrital.

Entendemos que tal limitação é anacrônica. Provavelmente, decorre de uma questão de ordem prática da época em que ainda se adotavam cédulas de papel. Afinal, demandaria um esforço logístico gigantesco a montagem de até 27 cabines de votação e a remessa das respectivas urnas entre as representações diplomáticas e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal – responsável pela organização da votação no exterior.

Por outro lado, a jurisprudência pacífica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reconhece que o conceito de domicílio eleitoral difere do domicílio civil, exigindo apenas a *demonstração de vínculos políticos, sociais, afetivos, patrimoniais ou de negócios* (Acórdão de 8/4/2014 no Recurso Especial Eleitoral nº 8.551). O eleitor pode, portanto, estar domiciliado – sob o aspecto civil – no estrangeiro, mas guardar vínculos políticos com alguma unidade da federação (UF).

Diante dessa realidade, o uso da urna eletrônica permite que o eleitor escolha também os candidatos de sua preferência nas eleições para cargos em disputa nos Estados e no Distrito Federal. Isso porque a limitação não é mais de ordem física, mas de simples adaptação do *software* da urna: basta que ele passe a reconhecer o eleitor como de determinada UF e permitir



o exercício do voto também nas eleições para governador, senador, deputado federal e deputado distrital, conforme o caso.

Segundo o projeto que ora apresentamos, o eleitor poderá votar nos candidatos do último ente da Federação onde possuía domicílio eleitoral no Brasil. Na hipótese de ser o primeiro alistamento do eleitor residente no estrangeiro (algo admitido pelo TSE, por exemplo, no art. 61, § 2º, da Resolução nº 23.554, de 2017), ele poderá votar nos candidatos em determinado Estado – ou no DF – desde que comprove seus vínculos políticos com aquela unidade da Federação (UF). Para evitar, todavia, que o eleitor oscile entre uma e outra UF, ao sabor de cada eleição, não é permitida alteração enquanto ele residir no exterior.

Ao se permitir a votação em eleições estaduais e distritais, todavia, surge uma limitação de ordem jurídica: como assegurar o sigilo do voto em pequenas seções eleitorais no exterior? Supondo, por exemplo, que apenas um cidadão compareça em determinada missão diplomática para votar nas eleições de determinado Estado, o voto do eleitor em questão seria devassado!

Como solução para o problema, propomos que, para permitir a votação nas eleições dos Estados e do Distrito Federal, deve haver, na circunscrição sob a jurisdição de determinada missão diplomática ou do consulado-geral, o número de trinta eleitores aptos a votar nos candidatos de uma mesma UF.

Não ignoramos que a jurisprudência do TSE admite, excepcionalmente, o funcionamento de seções eleitorais com menos que o mínimo de trinta eleitores exigidos pelo *caput* do art. 226 do Código Eleitoral (Acórdão-TSE de 5/8/2014 no Processo Administrativo – PA – nº 59.165). No caso concreto examinado pelo Tribunal, admitiu-se uma seção eleitoral na cidade de Calgary, no Canadá, com 23 eleitores inscritos; e em Dubai, nos Emirados Árabes, com 18 inscritos.

Diante disso, entendemos razoável e proporcional um quantitativo mínimo de 20 (vinte) eleitores inscritos para que se instale uma seção em determinado posto do Brasil no exterior, tanto no caso de eleições para presidente e vice-presidente da República, como para eleitores que possuam vínculos políticos com determinada UF.

Entendemos que a matéria que ora propomos faz bom proveito das inovações tecnológicas trazidas pela Justiça Eleitoral e é fundamental



SF/19743.50238-34



para ampliação do exercício da cidadania, motivos pelos quais a submetemos ao escrutínio dos demais Senadores.

Sala das Sessões,

JORGINHO MELLO
Senador - PL/SC



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 4.737, de 15 de Julho de 1965 - Código Eleitoral (1965) - 4737/65
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1965;4737>
- urn:lex:br:federal:resolucao:2017;23554
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2017;23554>
- parágrafo 2º do artigo 61



O Projeto de Lei nº 3472, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3473, DE 2019

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para permitir que a altura máxima das carrocerias dos caminhões para transporte de bovinos e bubalinos seja de 4,80 metros.

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para permitir que a altura máxima das carrocerias dos caminhões para transporte de bovinos e bubalinos seja de 4,80 metros.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 99 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do § 4º:

“**Art. 99.**

.....
§ 4º Os veículos destinados ao transporte de bovinos e bubalinos poderão ter altura de até 4,8 m.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A fim de se reduzir os custos do transporte, tem-se utilizado carretas com dois pisos para o transporte de animais vivos. Esse tipo de veículo, devido a sua maior capacidade de carga, favorece a redução do valor do frete.

Entretanto, o Conselho Nacional de Trânsito exige Autorização Especial de Trânsito para veículos com altura de 4,40 metros, ou mais, o que incentiva os transportadores a empregar veículos com essa característica. A baixa altura disponível para os animais transportados



ocasiona queda na qualidade da carne, especialmente pelas lesões provocadas.

Tendo em vista o bem-estar animal e a garantia da qualidade da carne fornecida aos consumidores a preços menores, proponho que os veículos para o transporte desses animais possam ter altura de até 4,8 metros. Essa medida possibilitará que o transporte continue sendo feito com custos menores, sem incorrer em burocracias, e, conseqüentemente, o consumidor possa ter uma carne mais barata e de melhor qualidade.

Para viabilizar tal medida, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador Zequinha Marinho



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9503>

- artigo 99



O Projeto de Lei nº 3473, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3474, DE 2019

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para obrigar os supermercados, hipermercados e atacadistas a oferecer assistência de guia aos consumidores com deficiência visual.

AUTORIA: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Arolde de Oliveira

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para obrigar os supermercados, hipermercados e atacadistas a oferecer assistência de guia aos consumidores com deficiência visual.

SF/19912.46687-78

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 69 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 69.**

§ 3º Os supermercados, os hipermercados e os estabelecimentos atacadistas devem oferecer gratuitamente às pessoas com deficiência visual a assistência de guia, com treinamento específico para prestar esse serviço, a quem caberá conduzir o consumidor pelas dependências do estabelecimento, auxiliar a encontrar produtos e ler as informações sobre produtos e serviços que o consumidor solicitar. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos sessenta dias da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, existem no Brasil aproximadamente 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, das quais menos de 10% são cegas.

As pessoas com deficiência visual enfrentam barreiras consideráveis em atividades corriqueiras, como fazer compras. Nos mercados, é difícil que localizem as seções onde estão os produtos que





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Arolde de Oliveira

desejam e, mesmo que consigam chegar aos produtos, ainda precisam decifrar nomes, preços e outras características que não costumam ser apresentadas de modo acessível.

Seria bom, mas insuficiente, que os preços fossem disponibilizados em Braille, pois apenas uma pequena parcela das pessoas com deficiência visual usa esse sistema. E restaria, ainda, a dificuldade de situar-se no estabelecimento.

Há aplicativos e sistemas promissores que permitem antever um futuro no qual as barreiras atualmente enfrentadas pelas pessoas com deficiência visual serão amplamente superadas. Contudo, ainda não chegamos a esse patamar de desenvolvimento tecnológico e civilizatório.

Mais razoável e realista é obrigar os estabelecimentos de maior porte, como supermercados, hipermercados e atacadistas, a oferecer os serviços de guia. Fica a cargo da empresa decidir se contrata funcionário especificamente para exercer essa função, se treina os funcionários já existentes para prestar essa assistência sob demanda ou se firma acordo com alguma entidade que ofereça esse serviço a título oneroso ou gratuito, mas o essencial é garantir que a pessoa com deficiência visual possa fazer suas compras com liberdade, autonomia e acessibilidade.

Não nos parece que tal medida represente grande custo para as empresas, até porque os eventuais custos devem ser contrapostos ao potencial de atração de clientes que, atualmente, enfrentam dificuldades significativas para fazer suas compras. Assim, a medida proposta parece razoável e justa.

Por essas razões, solicito o apoio dos Pares à proposição ora apresentada.

Sala das Sessões,

Senador **AROLDE DE OLIVEIRA**



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>

- artigo 69



O Projeto de Lei nº 3474, de 2019, vai às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3475, DE 2019

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para inserir hipótese de remoção a pedido, independentemente do interesse da Administração, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

AUTORIA: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)



[Página da matéria](#)



Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para inserir hipótese de remoção a pedido, independentemente do interesse da Administração, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.



SF/19356.91754-15

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso III do parágrafo único do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, passa a vigorar acrescido da alínea “d”, com a seguinte redação:

“**Art. 36.**

Parágrafo único.

.....

III -

.....

d) no caso de violência doméstica e familiar contra a mulher.”
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Um das medidas essenciais para a proteção da mulher vítima de violência doméstica é a interrupção do convívio com o agressor. Acontece que





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

essa interrupção pode ser dificultada em razão da localidade de trabalho da servidora.

Não é raro que o agressor de uma servidora seja seu próprio colega de trabalho ou, ainda, que a vítima trabalhe em cidade pequena. Nessas situações, a necessidade de mudança de domicílio para outra cidade se revela indispensável à proteção da integridade física da servidora.

No rol das hipóteses que autorizam a remoção do servidor, independentemente do interesse da Administração, não consta a situação de violência doméstica ou familiar.

É preciso urgentemente preencher essa lacuna legal.

O ato de remoção visa a preservar o direito à vida, à integridade física, à segurança e ao trabalho. São bens jurídicos que ostentam importância suficiente para justificar a remoção da servidora, independentemente da vontade ou do interesse da Administração.

Além disso, o art. 226, § 8º, da Constituição da República atribui ao Estado o compromisso de atuar de forma efetiva na proteção dos direitos fundamentais das mulheres, nos seguintes termos:

“Art. 226. (...) § 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.”

De igual forma, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto 2006, Lei Maria da Penha, prevê mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. O inciso I do § 2º do art. 9º da Lei Maria da Penha dispõe que o juiz assegurará acesso prioritário à remoção da servidora pública.

Entendemos que essa proteção é insuficiente. Não basta que esse acesso prioritário à remoção seja determinado por um Juiz. Pode e deve a Administração, independentemente de ordem judicial, deferir o pedido da servidora vítima de violência doméstica. Para isso, é essencial que haja previsão legal que respalde a decisão do gestor pela remoção, notadamente em razão da vinculação da Administração ao princípio da legalidade.





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

Estamos convictos de que a lei que será criada dará a necessária segurança jurídica às servidoras vítimas de violência doméstica e familiar. Pedimos, por isso, o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO PACHECO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 8º do artigo 226

- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União - 8112/90

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8112>

- inciso III do parágrafo 1º do artigo 36

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>



O Projeto de Lei nº 3475, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3476, DE 2019

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar ao fornecedor promover a oferta de produto ou serviço, por ligação telefônica ou por mensagem eletrônica, de voz, texto ou vídeo, ao consumidor que esteja inscrito em cadastro de bloqueio de oferta.

AUTORIA: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar ao fornecedor promover a oferta de produto ou serviço, por ligação telefônica ou por mensagem eletrônica, de voz, texto ou vídeo, ao consumidor que esteja inscrito em cadastro de bloqueio de oferta.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 31-A:

“Art. 31-A. Ao fornecedor é vedado promover a oferta de produto ou serviço, por ligação telefônica ou por mensagem eletrônica, de voz, texto ou vídeo, ao consumidor que esteja inscrito em cadastro de bloqueio de oferta.

§ 1º Nos Estados ou Municípios em que não houver cadastro de bloqueio a que se refere o *caput* deste artigo, caberá ao próprio fornecedor de bens ou de serviços criar e manter um cadastro de bloqueio com esse propósito.

§ 2º No caso de consumidor não inscrito em cadastro de bloqueio, o fornecedor somente poderá realizar ligação telefônica ou enviar mensagem de voz, texto ou áudio nos dias úteis, entre os horários de 10h00min e 18h00min.

§ 3º O descumprimento pelo fornecedor das normas previstas neste artigo sujeita-o às sanções de natureza cível, penal e administrativa previstas neste Código”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem por objetivo possibilitar ao consumidor o bloqueio das ligações de telemarketing.



De acordo com o projeto, será permitido o cadastro do número de telefone do consumidor, fixo ou móvel, em uma lista na qual ficará claro que ele não quer receber ligações de telemarketing. O serviço já está em funcionamento nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, locais em que há lei estadual prevendo esse direito ao consumidor.

O consumidor poderá manter o número do seu telefone cadastrado como bloqueado para telemarketing enquanto for do seu interesse, sendo possível cancelar o bloqueio a qualquer tempo.

Desse modo, o consumidor poderá optar por receber ligações de telemarketing, no caso em que ele deseja receber informações sobre produtos e serviços, ou cadastrar seu número de telefone na lista de bloqueio, não sendo mais incomodado por ligações comerciais não desejadas.

E o Projeto exige que o próprio fornecedor mantenha cadastro de bloqueio nos Estados e nos Municípios onde o serviço não estiver disponível. E o Projeto restringe a chamada de telemarketing para os consumidores que não inscreverem seus nomes em cadastro de bloqueio, aos dias úteis, no horário entre dez e dezoito horas.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador ROBERTO ROCHA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - 8078/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8078>



O Projeto de Lei nº 3476, de 2019, vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3477, DE 2019

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para inverter o ônus da prova em caso de cobrança indevida de Serviço de Valor Adicionado.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

PROJETO DE LEI Nº **de 2019.**

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para inverter o ônus da prova em caso de cobrança indevida de Serviço de Valor Adicionado.



SF/19385.54646-91

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 61 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º a 7º:

“**Art. 61.**

§ 3º A prestadora de serviços de telecomunicações pode cobrar pelo serviço de valor adicionado por ela suportado.

§ 4º A cobrança de qualquer valor devido que não decorra da prestação de serviços de telecomunicações depende de prévia e expressa autorização do usuário.

§ 5º Cabe à prestadora responsável pela emissão do documento de cobrança ou pelo abatimento dos créditos, o ônus da prova da autorização emitida pelo usuário.

§ 6º A prestadora referida no § 5º responderá solidariamente com o provedor de serviço de valor adicionado pela cobrança indevida.

§ 7º O usuário cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que cobrou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese prevista no § 5º.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

JUSTIFICAÇÃO

Nos dias de hoje, é usual a utilização de serviços e aplicativos no telefone celular, que variam desde as assinaturas de informativos (dicas de moda ou de nutrição, horóscopo, notícias sobre futebol, política e outros temas) até serviços de antivírus, jogos, cursos de idiomas etc. Trata-se do famigerado Serviço de Valor Adicionado.

Existem muitas reclamações por cobrança indevida desses serviços, pois, no mais das vezes, a contratação desses serviços se dá de forma meio nebulosa, de difícil compreensão, em flagrante desrespeito aos dispositivos consumeristas, que primam essencialmente pela transparência das relações de consumo. Esses serviços podem até mesmo ser contratados com um simples clique no aparelho celular, sem que o consumidor perceba que se refere a um serviço pago.

Com esta iniciativa, pretendemos coibir a cobrança indevida por Serviço de Valor Adicionado, muitas vezes contratado sem o conhecimento do consumidor (usuário). Assim, propomos a inversão do ônus da prova, cabendo à prestadora provar que o serviço foi prestado com a anuência do consumidor.

Sob a perspectiva consumerista, esta proposta segue os ditames da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), em especial: (i) o art. 6º, inciso III, que impõe, como direito básico do consumidor, a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, tributos incidentes, preço etc; (ii) o art. 31, *caput*, que determina ao fornecedor o dever de informar ao consumidor, sempre de maneira clara, precisa, ostensiva e em língua portuguesa, a respeito do preço e demais características relevantes sobre o serviço ofertado; (iii) o art. 4º, *caput*, que institui a Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC), com vistas ao atendimento das necessidades dos consumidores, ao respeito à sua dignidade, à proteção de seus interesses econômicos, à melhoria da sua qualidade de vida, assim como à transparência e à harmonia das relações de consumo, dentre outros objetivos; e (iv) o art. 4º, incisos I, III e VI, que definem como três dos princípios da PNRC: o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; a harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo, com fundamento na boa-fé e no equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores; e a coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo.

Como se depreende, as regras propostas neste projeto de lei estão em perfeita consonância com o CDC, pois propiciam ao consumidor as condições necessárias para que ele esteja apto a exercer plenamente o ato de consumo, aspecto essencial do nosso cotidiano.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

São essas as razões que nos levam a apresentar esta proposição legislativa,
para cujo acolhimento contamos com o apoio dos distintos Pares.

Sala das Sessões,

Senador IZALCI LUCAS
PSDB/DF



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - 8078/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8078>
- Lei nº 9.472, de 16 de Julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações - 9472/97
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9472>
 - artigo 61



O Projeto de Lei nº 3477, de 2019, vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3478, DE 2019

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre biografias.

AUTORIA: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para dispor sobre biografias.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 20 e 21 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passam a vigorar com as seguintes alterações, redesignando-se o parágrafo único do art. 20 como § 1º:

“**Art. 20.**

§ 1º

§ 2º É inexigível o consentimento da pessoa biografada ou, no caso de seu falecimento, de seus familiares, relativamente a pesquisa, produção, publicação ou divulgação de obras biográficas, literárias ou audiovisuais, assegurada, porém, a responsabilidade civil na forma dos arts. 186 e 187.

§ 3º É desnecessária a autorização das pessoas retratadas nas obras biográficas, literárias ou audiovisuais, que tenham sido coadjuvantes ou participantes na história de vida da pessoa biografada, ou de seus familiares.” (NR)

“**Art. 21.**

Parágrafo único. É permitida a pesquisa, produção, publicação ou divulgação de obras biográficas, literárias ou audiovisuais cujo conteúdo aborde a vida privada da pessoa biografada, viva ou já falecida, desde que haja menção a fonte da informação, assegurada, porém, a responsabilidade civil na forma dos arts. 186 e 187.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor noventa dias após sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei trata da pesquisa, produção, publicação e divulgação de obras biográficas, literárias ou audiovisuais de pessoas vivas ou já falecidas. A redação do texto tem por base a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4815/DF, relatado pela Ministra Cármen Lúcia do Supremo Tribunal Federal, na qual foi tomada a seguinte decisão:

O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para dar interpretação conforme à Constituição aos artigos 20 e 21 do Código Civil, sem redução de texto, para, em consonância com os direitos fundamentais à liberdade de pensamento e de sua expressão, de criação artística, produção científica, declarar inexigível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas).

De fato, diante dessa decisão do Supremo Tribunal Federal, e com o fim de conferir maior segurança às relações jurídicas reguladas pelo Código Civil, sugerimos diversas alterações ao seu art. 20, para tornar inexigível o consentimento da pessoa biografada, ou de seus familiares, relativamente a pesquisa, produção, publicação ou divulgação de obras biográficas, literárias ou audiovisuais. Assim, na esteira da decisão do Supremo Tribunal Federal, buscamos tornar desnecessária qualquer indagação ao biografado, a respeito do seu consentimento quanto a produção da obra biográfica, nem aos seus familiares, se o biografado já houver falecido.

Da mesma forma, a alteração do art. 21 do Código Civil busca permitir a pesquisa, produção, publicação ou divulgação de obras biográficas, literárias ou audiovisuais cujo conteúdo aborde a vida privada da pessoa biografada, viva ou já falecida, desde que haja menção a fonte da informação, assegurada.

Fizemos também a ressalva de que, no caso de ilicitude – como no caso de biografias com informações falsas –, é assegurada a responsabilidade civil do agressor, na forma dos arts. 186 e 187 do Código Civil



SF/19464.01784-98



Certos de que a proposição aperfeiçoa a legislação civil, contribuindo para a efetividade das liberdades individuais, contamos com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador STYVENSON VALENTIM



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>

- artigo 20

- artigo 21



O Projeto de Lei nº 3478, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3479, DE 2019

Altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, e dá outras providências, para incluir no cálculo de suas parcelas as distâncias a serem percorridas pelo transporte escolar dentro da área do Município beneficiado, as características geográficas e demográficas de cada região e as diferenças do custo de transporte nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

AUTORIA: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2019
(Do Sr. Jader Barbalho)

Altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, e dá outras providências, para incluir no cálculo de suas parcelas as distâncias a serem percorridas pelo transporte escolar dentro da área do Município beneficiado, as características geográficas e demográficas de cada região e as diferenças do custo de transporte nos Estados, Distrito Federal e Municípios.



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, passa a vigorar acrescido do § 7º:

“Art. 2º ”

§ 7º A forma de cálculo a que se refere o §2º deste artigo deve levar em consideração as distâncias a serem percorridas pelo transporte escolar dentro da área do Município beneficiado, as características geográficas e demográficas de cada região e as diferenças do custo de transporte nos Estados, Distrito Federal e Municípios”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) são destinados para o transporte dos alunos da educação básica pública, residentes em áreas rurais. Os valores transferidos diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios são feitos em dez parcelas anuais, de fevereiro a novembro. O cálculo do montante de recursos financeiros que são repassados anualmente aos entes federados é baseado no censo escolar do



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

ano anterior per capita, que é definido e disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Além do transporte, os recursos servem para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmaras, serviços de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, recuperação de assentos, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber, da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar.

Atualmente, o valor per capita do PNATE, a ser repassado ao Ente Executor - EEX, é definido com base no índice "Fator de Necessidade de Recursos do Município - FNRM", criado a partir de pesquisas realizadas com o objetivo de tornar mais justa a distribuição dos recursos. Os cálculos desse fator levam em consideração: o Percentual da população rural do município (IBGE); a Área do município (IBGE); o Percentual da população abaixo da linha da pobreza (IPEADATA); e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (INEP).

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Brasil é um país de dimensões continentais, com área aproximada de 8,5 milhões de km² e um total de 5.570 municípios. Desse total de municípios, 135 possuem área territorial superior a 10 mil km², sendo que dos 30 maiores, 29 se encontram na Região Norte.

O Município de Altamira, no Estado do Pará, por exemplo, possui área de aproximadamente 159 mil km², o que o torna o maior município do Brasil e o terceiro maior do mundo em extensão territorial. Segundo a prefeitura, os ônibus do transporte escolar do município têm que percorrer, por dia, 7.571km, para levar as crianças até as escolas e trazê-las de volta até as suas residências.

Outro exemplo é o Município de Conceição do Araguaia, também no Estado do Pará, que possui quase 6 mil km² de área territorial e uma extensa malha de 2.300km de estradas em áreas rurais, onde os ônibus do transporte escolar percorrem até 7.300km por dia.

Devido às grandes distâncias percorridas pelo transporte escolar, as duas Prefeituras têm que complementar, todos os meses, os valores que são repassados pelo FNDE para poderem manter os ônibus rodando.

Esses não são fatos isolados. A maioria dos municípios do Estado do Pará e da Região Norte enfrentam o mesmo problema, devido à enorme quantidade de estradas rurais que possuem e às grandes distâncias que são percorridas pelos transportes escolares. Porém, não são apenas os municípios



SF/19052.84819-62



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

da Região Norte que passam por esse tipo de problema. Todas as regiões do país têm municípios que enfrentam as mesmas dificuldades.

Para que a distribuição do PNATE para os Estados, Distrito Federal e Municípios possa ocorrer de maneira mais justa, o cálculo do FNRM deve, também, levar em consideração as distâncias a serem percorridas pelo transporte escolar, as características geográficas e demográficas regionais e as diferenças do custo de transporte dos alunos de cada Região.

Assim, para corrigir essa injustiça, conto com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 5 de junho de 2019.

Senador JADER BARBALHO
(MDB/PA)



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.880, de 9 de Junho de 2004 - Lei do PNATE - 10880/04

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2004;10880>

- artigo 2º



O Projeto de Lei nº 3479, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3480, DE 2019

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para que a proteção ao patrimônio turístico e paisagístico seja verificada na outorga de recursos hídricos para aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

AUTORIA: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)



[Página da matéria](#)





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para que a proteção ao patrimônio turístico e paisagístico seja verificada na outorga de recursos hídricos para aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.



SF/19553.66454-50

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os artigos 2º, 3º e 13 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º**:

.....

II - a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário e os usos turístico e recreacional, com vistas ao desenvolvimento sustentável;

.....” (NR)

“**Art. 3º**:

.....

II - a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais, culturais e turísticas das diversas regiões do País;

.....” (NR)





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

“**Art. 13.** Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado, a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário e a proteção ao patrimônio turístico e paisagístico, quando for o caso.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é um país com um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo. A Bacia Amazônica possui o maior potencial hidrelétrico dentre todas, mas apenas uma pequena parcela é aproveitada.

A Região Hidrográfica do Paraná tem, entre outras, a usina binacional de Itaipu, uma das maiores do mundo. Também os rios Tocantins, São Francisco e Paranaíba possuem grande quantidade de usinas hidrelétricas instaladas e em operação.

Antes que novas hidrelétricas sejam pensadas, é relevante se ter em mente a proteção ao patrimônio turístico e paisagístico existente, quando do processo de outorga de recursos hídricos, em especial, para o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Para as já existentes é importante notar os seus usos. Por exemplo, há grandes reservatórios formados que são, muitas vezes, fonte econômica de turismo. Suas águas são usadas para recreação, lazer e pesca amadora. Alguns dos municípios no entorno desses reservatórios são grandes polos turísticos e são fortemente afetados em suas economias quando os reservatórios estão baixos não por conta de causas climáticas, mas pela preponderância da geração hidrelétrica em detrimento dos demais usos. Há, portanto, um desrespeito ao uso múltiplo dos recursos hídricos, fundamento basilar da Política Nacional de Recursos Hídricos. Nestes casos, observam-se também graves impactos aos patrimônios turístico e paisagístico.

Por isso, faz-se mister incluir no texto da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que *institui a Política Nacional de Recursos Hídricos [...]*, a importância de proteção ao patrimônio turístico e paisagístico dos corpos de água, na análise dos pedidos de outorga para geração hidrelétrica, bem como



SF/19553.66454-50





Gabinete do Senador RODRIGO PACHECO

na operação de reservatórios de usos múltiplos. Assim, pretende-se valorizar o uso turístico e recreacional nos casos possíveis.

Dessa forma, pedimos apoio aos nossos Pares para a aprovação de tão relevante matéria.

Sala das Sessões,

Senador RODRIGO PACHECO



LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - inciso XIX do artigo 21
- Lei nº 7.990, de 28 de Dezembro de 1989 - Lei da Compensação Financeira pelos Recursos Minerais - 7990/89
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1989;7990>
- Lei nº 8.001, de 13 de Março de 1990 - Lei da Compensação Financeira pelos Recursos Minerais Renováveis - 8001/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8001>
 - artigo 1º
- Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997 - Lei de Gestão de Recursos Hídricos; Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei das Águas - 9433/97
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9433>
 - artigo 2º
 - artigo 3º
 - artigo 13



O Projeto de Lei nº 3480, de 2019, vai às Comissões de Meio Ambiente; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3481, DE 2019

Altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre outros assuntos, para incluir a construção de palafitas em áreas alagadiças no respectivo programa.

AUTORIA: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2019
(Do Senador Jader Barbalho)

Altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre outros assuntos, para incluir a construção de palafitas em áreas alagadiças no respectivo programa.



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), entre outros assuntos, para incluir a construção de palafitas em áreas alagadiças no respectivo programa.

Art. 2º Fica incluído o inciso VII ao § 1º do art. 1º da Lei 11.977, de 2009, com a seguinte alteração:

“Art. 1º

§ 1º

VII – *palafita: sistema construtivo utilizado em edificações localizadas em regiões alagadiças cuja função é evitar que as casas sejam inundadas ou arrastadas pela correnteza dos rios.*”
(NR)

Art. 3º Fica incluído o inciso VI ao art. 3º da Lei 11.977, de 2009, com a seguinte alteração:

“Art. 3º

VI – *prioridade de atendimento às famílias ribeirinhas.*” (NR)

Art. 4º Fica incluído o inciso V ao art. 5º-A da Lei 11.977, de 2009, com a seguinte alteração:

“Art. 5º-A

V – *na construção de palafitas: utilização de madeira biossintética reciclável ou de madeira certificada, inclusão de*



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)

microssistemas de tratamento de esgoto sanitário e água, utilização de sistemas de geração de energia limpa e de comunicação.” (NR)

Art. 5º O art. 11 da Lei 11.977, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 O PNHR tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis para agricultores familiares, trabalhadores rurais e ribeirinhos, por intermédio de operações de repasse de recursos do orçamento geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, desde 14 de abril de 2009.” (NR)

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após decorridos sessenta dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

As comunidades ribeirinhas, principalmente na Amazônia Legal, vivem em casas de palafita, construídas em locais insalubres, onde a água é imprópria para o consumo. A alimentação, pouco variada, é composta basicamente de peixes e farinha. A ausência de energia elétrica impossibilita, em alguns locais, a estocagem de alimentos e a melhoria da qualidade de vida. É uma parcela da população brasileira que conta com pouca assistência, agravada pelas dificuldades de acesso aos serviços de comunicação e transportes.

Essas comunidades descendem dos indígenas e caboclos, bem como de migrantes nordestinos que ocuparam a Amazônia na segunda metade do século XIX, atraídos pelo chamamento do Governo Federal “Integrar para não Entregar” e em busca de oportunidades de trabalho, particularmente na extração do látex das seringueiras. Naquela época, vários povoados cresceram e tornaram-se municípios, com o é o caso de Afuá, município do Estado do Pará que foi 100% construído com o sistema de palafitas.

A Amazônia Legal é uma área de aproximadamente 5,2 milhões de quilômetros quadrados, que corresponde a 61% do território brasileiro. Engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte dos estados do Maranhão e do Mato Grosso. Apesar de sua grande extensão territorial, a região tem apenas 21.056.532 (vinte e um milhões cinquenta e seis mil quinhentos e trinta e dois) habitantes, ou seja, 12,4% da população nacional e a menor densidade demográfica do país (cerca de 4 habitantes por quilômetro quadrado).

O clima na Região Norte funciona de forma diferente do resto do país e as quatro estações do ano se dividem em apenas dois períodos: o mais e o



SF/19645.26826-50



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador JADER BARBALHO (MDB/PA)**

menos chuvoso. O período menos chuvoso vai de junho a novembro e o mais chuvoso vai de meados de dezembro até meados de maio.

É durante o período mais chuvoso que ocorrem as grandes enchentes, trazendo mais sofrimento para as populações ribeirinhas. Para evitar as cheias dos rios, os ribeirinhos sobem o piso das casas de palafita com tábuas para que as águas não os alcancem. Foi nesse cenário que os ribeirinhos aprenderam a viver: em um meio repleto de limitações e desafios impostos pelo clima, pelo rio e pela floresta.

Segundo pesquisa da Organização Não Governamental (ONG) World Resources Institutes (WRI), as enchentes prejudicam mais de 20 milhões de pessoas em todo o mundo, gerando um custo de R\$96 bilhões de dólares por ano. Dados da pesquisa apontam que 80% da população mundial afetada anualmente por inundações está concentrada em apenas 15 países e o Brasil é o 11º do ranking, com milhares de comunidades ribeirinhas, localizadas, principalmente, na Região Norte.

Na busca pela equidade de direitos de todos os brasileiros, não é justo que os ribeirinhos sejam privados de participar do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), um dos principais programas de inclusão social do país e que tem como meta reduzir o déficit habitacional da população brasileira, um dos problemas mais crônicos da atualidade.

Para sanar esse problema, conto com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que irá beneficiar as comunidades ribeirinhas, principalmente da Região Norte, fazendo-se valer os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, que é o direito à moradia, fortalecendo a promoção da dignidade humana.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 2019.

Senador Jader Barbalho (MDB/PA)



SF/19645.26826-50



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 6º

- Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009 - Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida - 11977/09

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2009;11977>

- parágrafo 1º do artigo 1º

- artigo 3º

- artigo 5º-

- artigo 11





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3488, DE 2019

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para submeter o valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural a tabela de descontos ou de acréscimos de acordo com o percentual de área produtiva.

AUTORIA: Senador Irajá (PSD/TO)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para submeter o valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural a tabela de descontos ou de acréscimos de acordo com o percentual de área produtiva.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 11.**

.....
§ 2º O valor do imposto devido será apurado aplicando-se o valor do imposto calculado na forma do *caput* e § 1º deste artigo à seguinte tabela de descontos ou de acréscimos:

Tabela de Descontos ou de Acréscimos ao Valor do Imposto

ÁREA APROVEITÁVEL	DESCONTO OU ACRÉSCIMO
De 90,01 a 100%	Desconto de 100%
De 70,01 a 90%	Desconto de 75%
De 50,01 a 70%	Desconto de 50%
De 30,01 a 50%	Acréscimo de 0 (zero) %
Abaixo de 30%	Acréscimo de 100%

§ 3º Para os fins da tabela de que trata o § 2º deste artigo, considera-se área aproveitável a definida no §IV do artigo 10º desta lei.”
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste projeto de lei é estabelecer o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) de acordo com a área produtiva do imóvel rural, assim considerada a diferença percentual entre a área total do imóvel e a área das reservas ambientais (legal e de preservação permanente), que pode ser enunciada pela fórmula $AP = (AT - RL - APP) \times 100\%$, onde AP = Área Produtiva, RL = Reserva Legal e APP = Área de Preservação Permanente.

Nesse sentido, fixa os descontos de 100%, 75% e 50%, de acordo com o percentual de área produtiva, incidentes sobre o valor do imposto calculado consoante o art. 11, *caput* e § 1º, da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 (Lei do ITR), isto é, calculado mediante a aplicação da tabela anexa à Lei do ITR.

Concomitantemente, por uma questão de coerência e simetria, para as áreas improdutivas (percentual de área produtiva abaixo de 30%) o projeto fixa acréscimo de 100% sobre o valor do imposto calculado consoante o art. 11, *caput* e § 1º, da Lei do ITR.

Assim, quanto mais bem aproveitada a propriedade rural, menor o ITR devido. Em contrapartida, quanto menos aproveitada a propriedade rural, maior o ITR devido. Ou seja, quem produz mais é premiado, e quem produz menos é punido.

Ante o exposto e tendo em vista a relevância da matéria para estimular a eficiência na exploração das propriedades rurais, pedimos o apoio dos nobres Pares para a rápida aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador IRAJÁ



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.393, de 19 de Dezembro de 1996 - Lei do ITR e Pagamento das Dívidas por
Títulos da Dívida Agrária - 9393/96

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9393>

- artigo 11

- parágrafo 1º



O Projeto de Lei nº 3488, de 2019, vai às Comissões de Meio Ambiente; de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3511, DE 2019

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

AUTORIA: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº, DE 2019
(Senador Luis Carlos Heinze)

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).



SF/19423.07330-00

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.29.....
.....
.....

§ 3º A inscrição no CAR será obrigatória para todas as propriedades e posses rurais.” (NR)

“Art.34.....
.....
.....

§ 3º A O órgão estadual competente poderá estender o prazo estabelecido no inciso I do § 3º deste artigo por até 10 (dez) anos, no caso de excesso de oferta de matéria-prima florestal no mercado proveniente de atividades legalmente autorizadas ou licenciadas.

§ 4º O PSS de empresas siderúrgicas, metalúrgicas ou outras que consumam grandes quantidades de carvão vegetal ou de lenha estabelecerá a utilização exclusiva de matéria-prima oriunda de florestas plantadas ou de PMFS e será parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento, respeitado o disposto no § 3º-A deste artigo.....”. (NR)

“Art. 42. As multas aplicadas em razão de supressão irregular de vegetação nativa ocorrida até 22 de julho de 2008 serão convertidas em prestação de serviços ambientais, desde que cumpridas todas as





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

obrigações impostas no PRA para a regularização da propriedade ou posse rural.

§ 1º Até o vencimento do prazo para o cumprimento do termo de compromisso firmado em razão da adesão ao PRA, ficarão suspensos a exigibilidade das multas referidas no caput deste artigo, o seu envio para inscrição em dívida ativa, as execuções fiscais em curso e os respectivos prazos prescricionais.

§ 2º Caberá ao autuado a opção entre pagar a multa, cumprir o disposto no caput deste artigo ou aderir a outros programas governamentais destinados à conversão de multas, nos termos do § 4º do art. 72 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.” (NR)

“Art. 59. A União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar Programas de Regularização Ambiental (PRAs) de posses e propriedades rurais, com o objetivo de adequá-las aos termos deste Capítulo.

§ 1º Na regulamentação dos PRAs, a União estabelecerá normas de caráter geral, e os Estados e o Distrito Federal serão incumbidos do detalhamento por meio da edição de normas de caráter específico, em razão de suas peculiaridades territoriais, climáticas, históricas, culturais, econômicas e sociais, conforme preceitua o art. 24 da Constituição Federal.

§ 2º A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA.

§ 3º A partir das informações incluídas no CAR, se existir passivo ambiental, o proprietário ou possuidor será notificado para que possa efetuar a adesão ao PRA e para firmar o respectivo termo de compromisso.

§ 3º-A A partir da notificação referida no § 3º deste artigo, o proprietário ou possuidor terá o prazo de 1 (um) ano para aderir ao PRA.

§ 3º-B No caso de propriedade ou posse rural localizada em Estado que não tenha implementado o PRA até o dia 31 de dezembro de 2020, a adesão ao PRA deverá ser feita perante o órgão federal, na forma do regulamento.

§ 4º Até o vencimento do prazo de que trata o § 3º-A deste artigo, bem como durante a vigência do termo de compromisso, o proprietário ou

SF/19423.07330-00





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

possuidor não poderá ser autuado por infrações cometidas até 22 de julho de 2008 relativas à supressão irregular de vegetação em Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito.

§ 5º Até o vencimento do prazo de que trata o § 3º-A deste artigo, bem como durante a vigência do termo de compromisso, serão suspensos as sanções decorrentes das infrações mencionadas no § 4º deste artigo, o envio para inscrição em dívida ativa, as execuções fiscais em curso e os respectivos prazos prescricionais, e, cumpridas as obrigações estabelecidas no PRA, as referidas sanções serão consideradas convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 7º A adesão ao PRA após o prazo mencionado no § 3º-A deste artigo não impede a consolidação do uso, mas sujeita o proprietário ou possuidor às sanções pelo uso irregular das áreas consolidadas ocorrido no período entre o vencimento do prazo e a efetiva adesão.

§ 8º A sanção pecuniária pelo uso irregular referida no § 7º deste artigo não será convertida na forma disposta no § 5º deste artigo.

§ 9º É admitida a alteração do uso ou da atividade desenvolvida nas áreas consolidadas nos moldes deste Capítulo.

§ 10. Cumpridas as obrigações assumidas no PRA, o imóvel será considerado ambientalmente regularizado no que se refere às matérias de fato e de direito tratadas no termo de compromisso, e serão aplicáveis de forma definitiva as disposições deste Capítulo, sem prejuízo da incidência de normas relativas ao licenciamento ambiental, quando cabíveis.

§ 11. As disposições previstas neste Capítulo aplicam-se a imóveis rurais localizados em todos os biomas e regiões do País e prevalecem sobre disposições conflitantes contidas em legislação esparsa, bem como abrangem a regularização de fatos pretéritos à edição desta Lei." (NR)

"Art. 60-A. A assinatura do termo de compromisso firmado por ocasião da adesão ao PRA suspende a vigência de outros termos de compromisso eventualmente firmados em razão dos mesmos fatos.



SF/19423.07330-00





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Parágrafo único. Após o cumprimento das condições impostas no termo de compromisso firmado com o órgão estadual ou federal, restarão extintos outros termos de compromisso eventualmente firmados em razão dos mesmos fatos.”

“Art. 67.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput deste artigo ainda que o remanescente de vegetação existente em 22 de julho 2008 não esteja formalmente classificado como Reserva Legal.

§ 2º Aos imóveis rurais que, em 22 de julho de 2008, detinham área de até 4 (quatro) módulos fiscais e não possuíam remanescente de vegetação nativa, não haverá exigência da recomposição de vegetação a título da Reserva Legal.” (NR)

“Art. 68.

§ 3º A dispensa a que se refere o caput deste artigo prescindirá de comprovação da anuência do órgão ambiental competente da época e obedecerá aos seguintes critérios:

I – o termo inicial de proteção de matas e florestas será a entrada em vigor da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e os respectivos percentuais de proteção serão calculados daí por diante sobre a extensão com cobertura arbórea das correspondentes modalidades de vegetação nativa protegida existente na época em cada propriedade rural, nos termos da redação original das alíneas do caput do art. 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;

II – o termo inicial de proteção ao Cerrado será a entrada em vigor da Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989, e o respectivo percentual de proteção será calculado daí por diante sobre a vegetação nativa existente na época em cada propriedade rural do mencionado bioma, nos termos da redação do § 3º acrescido pela referida Lei ao art. 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;

III – o termo inicial de proteção indistinta a todas as outras formas de vegetação nativa predominantemente não florestais, tais como os campos gerais, os campos de altitude e os campos nativos, bem como aos biomas Pantanal, Pampa e Caatinga, será a entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.956-50, de 26 de maio de 2000, e os respectivos percentuais de proteção serão calculados daí por diante sobre toda e



SF/19423.07330-00





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

qualquer modalidade de vegetação nativa existente na época em cada propriedade rural, conforme a redação conferida por essa Medida Provisória ao art. 16 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965;

IV – o termo inicial de proteção à Floresta Amazônica será o início de vigência da redação original do art. 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e o de suas alterações pelo inciso

V - do art. 1º da Lei nº 7.803, de 18 de julho de 1989, pelo art. 1º da Medida Provisória nº 1.511, de 25 de julho de 1996, bem como pelo art. 1º da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, observados os distintos lapsos temporais abrangidos pelos referidos diplomas legais, e o correspondente percentual de proteção será calculado a partir de cada um dos mencionados textos legais, conforme suas previsões específicas, e incidirá sobre a vegetação nativa existente no início das respectivas vigências;

VI - nas formas de vegetação nativa predominantemente não florestais, tais como os campos gerais, os campos de altitude e os campos nativos, bem como nos biomas Pantanal, Pampa e Caatinga, tradicionalmente explorados por diversos sistemas pecuários, o pastejo animal e o manejo estão permitidos no conjunto das áreas dos imóveis, considerado como área consolidada.” (NR)

“Art. 78-A. Após 31 de dezembro de 2020, as instituições financeiras somente concederão crédito rural, de custeio e de investimento aos empreendimentos e explorações em imóvel rural inscritos no CAR, observada a regulamentação do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. Os empreendimentos e explorações de custeio e de investimento sujeitos à exigência prevista no caput deste artigo são os que ocupam área do imóvel rural.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei busca a alteração e adequação dos prazos contidos no Código Florestal (Lei nº 12.651 de 2012), que foram vencidos sem a devida aplicabilidade dos seus principais dispositivos, especificamente o

SF/19423.07330-00





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Em 2016, a Lei nº 13.335 estabeleceu como prazo para adesão ao PRA o mesmo prazo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), 31 de dezembro de 2017 (prorrogado sucessivamente até 31 de maio de 2018, pelo Decreto 9.257/2017, e 31 de dezembro de 2018, pelo Decreto 9.395/2018). A inscrição no CAR não teve mais seu prazo prorrogado, portanto a adesão ao PRA encerrou-se também no dia 31 de dezembro de 2018.

Encerrando-se ao mesmo tempo os prazos para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e para adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), os proprietários rurais que ainda não aderiram por falta de regulamentação dos PRAs em seus estados arcariam com obrigações de recuperação da vegetação em extensões maiores que os demais, além de serem impedidos de ter acesso ao crédito rural e estarem expostos à multas dos órgãos ambientais (por déficit de vegetação e recomposição de reserva legal).

Decorridos praticamente sete anos da sanção da Lei 12.651/2012, muitos proprietários rurais ainda esperam que seus estados publiquem regras para adesão ao PRA, e implantem esses programas. Entendemos que a regularização ambiental é do interesse de todas as partes envolvidas. A União não pode intervir, invadindo a competência estadual, mas deve alterar a norma geral, permitindo mais prazo para adesão.

Dessa maneira, a presente proposta, visando o aperfeiçoamento legislativo, pretende alterar os seguintes dispositivos do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012):

- **Art. 29, §3º** - Retirada do termo final para inscrição no CAR, pois é preciso perenidade. Não há como vedar a inscrição no CAR após o decurso do prazo. Há inúmeras situações em que se pode necessitar de um novo registro no CAR, seja pelo fracionamento de terras, em que haja transferência de parte de um imóvel rural, ficando as propriedades com diferentes donos, seja pela aquisição por herança, quando um ou mais herdeiros recebem as terras do proprietário que não havia efetivado o registro, ou mesmo pelo fato de que os possuidores ou proprietários, em região remota e sem recursos tecnológicos, jamais tiveram conhecimento ou oportunidade de registrar seu imóvel. A Inscrição no CAR interessa a todos, independentemente do período na qual ocorra, permanecendo as



SF/19423.07330-00





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

sanções para aqueles que não efetuem a inscrição, a exemplo do disposto no art. 78-A.

- **Art. 42** - Se, a partir da Lei 12.651/2012, o cumprimento do PRA leva à conversão das multas decorrentes de desmatamento em áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal (RL), deve também converter as multas decorrentes de desmatamento irregular em áreas com menor proteção. O que se procura com a nova redação no presente projeto é abrir a possibilidade de regularização dos passivos ambientais também fora de APP e RL, desde que haja inscrição no CAR, adesão ao PRA e cumprimento das obrigações impostas pelo órgão ambiental. Trata-se de conferir ao Código Florestal coerência normativa, visto que a atuação irregular fora da APP e da Reserva Legal é menos gravosa do que a atuação nessas áreas protegidas.
- **Art. 59** - O prazo para adesão ao PRA não pode ser encerrado antes de sua disponibilização pelos estados. Atualmente, consoante informado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, oito Estados da Federação não possuem sequer a regulamentação do programa. Dos demais, não se sabe ao certo o estágio de implementação. A regularização é boa para o Estado e para a sociedade, não havendo sentido em limitá-la temporalmente. Desse modo, não é salutar que se estabeleça um termo final de adesão ao PRA, impossibilitando a regularização de áreas adquiridas posteriormente ao prazo. Para retificar as sucessivas prorrogações em razão da inércia estatal, buscamos a solução definitiva do problema: o prazo para adesão ao PRA terá sua contagem iniciada a partir do momento em que o Estado notifique o proprietário ou possuidor para efetuar a adesão. De outra forma não poderia ser, pois não é possível aderir àquilo que não existe. Por outro lado, aquele que não efetuar a adesão no prazo estará sujeito a multas que não serão “convertidas” em prestação de serviços ambientais. Esse relator, é claro, quer buscar a lógica, a coerência entre produção e meio ambiente, fazendo com que tanto o Estado quanto o produtor cumpram seu papel. Na oportunidade, a proposta torna expressa uma norma já presente na sistemática do Código Florestal: a consolidação se dá na área, não do uso em si, sendo permitido, dentro dos limites da Lei e respeitado o



SF/19423.07330-00





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

licenciamento ambiental, quando necessário, a troca de um uso por outro. Por fim, a proposição explicita que as disposições transitórias do Código Florestal se aplicam a todos os biomas, pois do contrário, não teriam a razão de existir. Em síntese, há alteração na forma da lei, mas a ideia é a mesma: para que seja beneficiado pelas disposições mais benéficas do Código Florestal, é preciso regularizar.

- **Art. 60-A** – A pequena inserção no artigo se justifica para deixar clara a suspensão de outros termos de compromisso eventualmente assinados, passando a valer aquele que foi firmado nos termos do art. 59, no âmbito do PRA. Do contrário, o Código Florestal perderia sua eficácia, visto que termos de compromisso anteriores ou firmados em desobediência a suas regras prevaleceriam sobre seus preceitos.
- **Art. 67** – A alteração no Art. 67 visa tornar explícita a previsão de não necessidade de recomposição para as pequenas propriedades ou posses rurais com déficit de reserva legal, evitando questionamentos jurídicos. O dispositivo busca facilitar a regularização dos “pequenos”, não fazendo sentido a exigência de, por exemplo, que à época, estivesse averbada a Reserva Legal para que pudessem usufruir do disposto na norma. Essa não é realidade dos agricultores familiares deste País, e por isso, para evitar interpretações desarrazoadas, foi preciso expressar o óbvio.
- **Art. 68** - A extensa redação nos dispositivos propostos esclarece a aplicabilidade da “lei da época” para quem converteu a reserva legal. O caput do artigo 68 do Código Florestal estabelece que os proprietários de imóveis rurais que realizaram supressão de vegetação nativa, respeitando os percentuais de reserva legal previstos pela legislação em vigor à época em que ocorreu a supressão, são dispensados de promover a recomposição, compensação ou regeneração para os percentuais exigidos na lei. A presente proposição acrescenta um parágrafo ao artigo 68, tornando desnecessária a anuência do órgão ambiental para a referida dispensa já prevista no Código Florestal, além de estabelecer critérios temporais variados para cada bioma brasileiro. A intenção é evitar interpretações diversas por parte do Poder Judiciário em relação aos marcos



SF/19423.07330-00





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Luis Carlos Heinze

temporais para a recomposição das áreas de preservação permanente e das reservas legais em cada um dos biomas. Desta forma, foi esclarecida a retroatividade da lei para cada caso, protegendo os produtores rurais que não podem ser prejudicados por leis aprovadas posteriormente às supressões de vegetação. Isso irá conferir segurança jurídica ao tema.

- **Art. 78-A** – A alteração visa deixar claro que, a não inscrição no CAR acarretará o impedimento da concessão de crédito para ser aplicado naquela propriedade ou posse irregular, não acarretando, por óbvio, uma espécie de “negativação” do nome do proprietário ou possuidor para o exercício de outras atividades. Ademais, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos “pequenos” agricultores do País, principalmente em Estados dotados de menor infraestrutura do órgão ambiental, prorrogamos o prazo para que os mesmos efetuem a inscrição.

Diante das importantes alterações expostas, proponho o referido Projeto de Lei para aperfeiçoamento e efetiva aplicação do Código Florestal Brasileiro.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Senador Luis Carlos Heinze
Progressistas/RS

CSC



SF/19423.07330-00



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - artigo 24
- Decreto nº 9.257, de 29 de Dezembro de 2017 - DEC-9257-2017-12-29 - 9257/17
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2017;9257>
- Decreto nº 9.395, de 30 de Maio de 2018 - DEC-9395-2018-05-30 - 9395/18
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2018;9395>
- Lei nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965 - Código Florestal (1965); Lei das Florestas - 4771/65
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1965;4771>
 - artigo 16
 - artigo 16
 - artigo 44
- Lei nº 7.803, de 18 de Julho de 1989 - LEI-7803-1989-07-18 - 7803/89
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1989;7803>
 - artigo 1º
- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais; Lei da Natureza; Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente - 9605/98
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>
 - parágrafo 4º do artigo 72
- Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 - Código Florestal (2012) - 12651/12
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2012;12651>
- Medida Provisória nº 1.511, de 25 de Julho de 1996 - MPV-1511-1996-07-25 - 1511/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:1996;1511>
 - artigo 1º
- Medida Provisória nº 1.956-50, de 26 de Maio de 2000 - MPV-1956-50-2000-05-26 - 1956-50/00
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2000;1956-50>
- Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de Agosto de 2001 - MPV-2166-67-2001-08-24 - 2166-67/01
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2001;2166-67>
 - artigo 1º



O Projeto de Lei nº 3511, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.



Projetos de Lei Complementar





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 2019

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências, para permitir a incidência do imposto nas situações em que especifica.

AUTORIA: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2019

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que *dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências*, para permitir a incidência do imposto nas situações em que especifica.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 3º**

.....

XXVI – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 7.23 e 7.24.

.....” (NR)

Art. 2º O item 7 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar acrescido dos seguintes subitens:

“7.

.....

7.23 – Saneamento ambiental, inclusive purificação, tratamento, esgotamento sanitário e congêneres.



7.24 – Tratamento e purificação de água.” (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A crescente demanda por serviços públicos impõe aos municípios brasileiros a árdua tarefa de equilibrar as contas públicas. Na agenda municipal, consta há muito tempo a reivindicação por uma revisão no pacto federativo, na busca por um modelo que proporcione ao município melhores condições de cumprir com suas obrigações constitucionais.

O desordenado crescimento urbano em função das migrações, nas décadas recentes, atuou como fator preponderante no esmagamento das finanças públicas. Sem a possibilidade de atender as demandas de curto prazo, os municípios, especialmente os menores, ficaram reféns das transferências oriundas dos Estados e da União.

A crescente informalidade dos contribuintes do Imposto sobre Serviços (ISS) em decorrência dos avanços tecnológicos agrava a situação orçamentária e dificulta a fiscalização.

Para modificar o cenário, o presente projeto volta a incluir, no rol dos serviços tributados pelo ISS, o saneamento ambiental e o tratamento e purificação de água, que teriam constado nos subitens 7.14 e 7.15 da Lista de serviços da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, não tivessem sido eles vetados pelo Presidente da República.

Dentre as razões do veto, o interesse público aponta exatamente na direção contrária à que foi usada, haja vista, a enorme necessidade de recursos dos entes municipais, para suprir as crescentes demandas da sociedade por serviços básicos, tais como, os serviços de saúde, educação, infraestrutura e segurança.

Atualmente, os serviços de saneamento básico são, em sua grande maioria, concessões do poder público à iniciativa privada, que, se por um lado permitiram avanço na oferta dos serviços de saneamento básico, ainda que tímido do ponto de vista da universalidade, por outro, impõem aos



municípios o dever de cuidar das outras externalidades geradas e lançadas na natureza, em função dos hábitos de consumo da sociedade moderna.

É imprescindível aos municípios a inclusão dos serviços de saneamento aqui mencionados no rol tributado pelo ISS, de modo a amenizar as finanças públicas municipais e permitir o cumprimento das obrigações constitucionais desses entes federativos.

Considerando a importância da presente iniciativa, esperamos a acolhida do projeto pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO GOMES**

MDB/TO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei Complementar nº 116, de 31 de Julho de 2003 - Lei do ISS - 116/03

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2003;116>

- artigo 3º



O Projeto de Lei Complementar nº 155, de 2019, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 2019

Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, no que dispõe sobre o quórum para concessão e revogação de benefícios referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

AUTORIA: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2019

Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, no que dispõe sobre o quórum para concessão e revogação de benefícios referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....
§ 2º A concessão de benefícios dependerá de aprovação de mais de dois terços das Unidades da Federação e a revogação, total ou parcial, dependerá de aprovação de mais de três quintos.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo a alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição de 1988, cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) serão concedidos e revogados.



Mencionado comando recepcionou a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, normativo que exige a unanimidade para as deliberações do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) referentes os benefícios fiscais.

Trata-se da única regra de aprovação unânime existente em todo o sistema político brasileiro! Da forma como se encontra estruturada a Lei Complementar nº 24, de 1975, é possível uma única Unidade da Federação bloquear uma deliberação que seja relevante para o conjunto dos demais entes federados. Isso não está auxiliando ou permitindo o desenvolvimento federativo.

De fato, o art. 2º da Lei Complementar nº 24, de 1975, enuncia que os convênios serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo federal. O § 2º do dispositivo determina que a concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime das Unidades da Federação representados. Por sua vez, a revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

A exigência de unanimidade não existe nem mesmo para alterar a Constituição. As propostas de emenda constitucional devem ser aprovadas por três quintos dos votos dos membros do Congresso Nacional. O processo legislativo, de forma geral, possui regra de aprovação, disposta no art. 47 da Constituição, que exige maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Apenas a título de exemplo, vale mencionar a dificuldade que alguns Estados estão tendo para reduzir as alíquotas internas do ICMS incidentes sobre o querosene de aviação (QAV), tendo em vista a exigência da unanimidade para a aprovação dos incentivos.

Entendemos, portanto, que não são razoáveis os quóruns exigidos pela Lei Complementar nº 24, de 1975. Para solucionar referido problema, buscamos inspiração no Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2015 – Complementar, do então Senador Hélio José, e arquivado ao final da legislatura passada, para propor que os convênios que autorizem a concessão de benefícios fiscais demandem quórum de aprovação de mais de dois terços dos representantes, e não da unanimidade. E que revogações, totais ou parciais, dependam da aprovação de mais de três quintos dos representantes,



e não do mínimo de quatro quintos. Com isso esperamos possibilitar uma nova dinâmica ao desenvolvimento do País.

Diante do exposto, peço aos eminentes pares apoio para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senador STYVENSON VALENTIM



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 47

- inciso XII do parágrafo 2º do artigo 155

- Lei Complementar nº 24, de 7 de Janeiro de 1975 - LCP-24-1975-01-07 - 24/75

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:1975;24>

- artigo 2º

- parágrafo 2º do artigo 2º



O Projeto de Lei Complementar nº 157, de 2019, vai às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania.



Projetos de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 55, DE 2019

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coréia do Sul e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coréia do Sul e dá outras providências.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar Brasil-Coréia do Sul, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações entre os parlamentos nacionais do Brasil e do Coréia do Sul, facilitar a aprovação congressual de atos bilaterais acordados pelas instâncias negociadoras dos dois países e tratar de questões de interesse legislativo comum.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Senado Federal que a ele livremente aderirem.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é membro nato do Grupo Parlamentar.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I – visitas e reuniões regulares;

II – realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III – permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

IV – intercâmbio de experiências parlamentares;

V – outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá enviar recomendações aos poderes executivos dos dois países, caso seja consultado para tal finalidade.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regimento interno ou, na falta desse, pela decisão da maioria absoluta de seus membros, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou do regimento interno, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Interno do Senado Federal, do Regimento Comum do Congresso Nacional e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Senado Federal.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A diplomacia parlamentar tem obtido expressivos resultados em prol da aproximação dos povos e da convivência harmoniosa entre Nações. Em particular, os grupos parlamentares do Congresso Nacional se destacam pela atuação no fortalecimento das relações bilaterais já existentes, facilitando a atuação da diplomacia e da política externa como um todo.



SF/19250.40687-56





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Atualmente, é possível identificar o interesse cada vez maior dos parlamentares pelos rumos que tomam as relações externas do Brasil. De fato, as decisões concernentes à política internacional vêm produzindo maiores e mais profundos impactos no interior dos países, reverberando também no Congresso Nacional.

Daí a porque tomo a iniciativa da criação do Grupo-Parlamentar Brasil-Coreia do Sul, que tem grande potencial para incrementar as relações entre os dois países, tradicionalmente amistosas, e que, certamente, terá muito êxito.

O relacionamento político do Brasil com a Coreia do Sul teve início em junho de 1949, quando foi reconhecido oficialmente aquele país asiático. O Brasil foi o oitavo país do mundo e o segundo latino-americano a fazer esse reconhecimento.

As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1959. O Brasil estabeleceu sua embaixada em Seul em 1965 e, em 1989, foi firmado em Brasília um *memorandum* visando o estabelecimento de uma Comissão Mista para discutir e fomentar uma maior cooperação entre os dois países nos anos 1990.

Em função dos respectivos interesses, o então Ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, visitou Seul em agosto de 1991, para a primeira visita brasileira em nível ministerial, e assinou o Acordo Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica. Ainda em 1991, o Brasil apoiou e exerceu papel de liderança no processo de ingresso da Coreia do Sul na ONU.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Por todos esses motivos, apresentamos o presente Projeto de Resolução, para que o Senado Federal, valendo-se de instrumento legítimo de diplomacia parlamentar, contribua para uma maior aproximação entre Brasil e Córrea do Sul, razão pela qual esperamos o apoio dos nobres senadores para essa iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO ANASTASIA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Resolução do Senado Federal nº 93 de 27/11/1970 - RSF-93-1970-11-27 , REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL - 93/70

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:1970;93>



O Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2019, vai às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Diretora do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 56, DE 2019

Cria a Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais no âmbito do Senado Federal.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

Cria a Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais no âmbito do Senado Federal.

SF/19582.23262-91

O SENADO FEDERAL resolve :

Art. 1º É criada, como órgão assessor do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, a Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais, com as seguintes atribuições:

I – promover o uso informado da rede e das respectivas mídias sociais, assegurando que sejam preservados os direitos fundamentais e os direitos humanos nos espaços conectados;

II - promover a liberdade de expressão, de modo a garantir que as mídias sociais sejam um espaço, com diversidade e segurança, para a manifestação do pensamento;

III - elaborar e publicar estudos e relatórios multidisciplinares sobre o uso de mídias sociais no Brasil, com atenção a temas como privacidade e proteção de dados, transparência na gestão e remoção de conteúdos por parte de provedores de aplicações de internet e mídias sociais, além dos impactos da desinformação nas redes, contribuindo com o Congresso Nacional para a difusão de um debate plural e informado sobre os assuntos selecionados;

IV - analisar, diante do contexto de desordem informacional, a existência de conteúdos criados a partir da falsificação ou manipulação de fatos, com o intuito de enganar usuários nas mídias sociais e gerando danos a terceiros, observando o exercício regular da liberdade de manifestação do pensamento conforme prevista na Constituição Federal;

V - elaborar recomendações e, quando necessário, comunicar aos responsáveis por aplicações de Internet e mídias sociais a respeito de como seus espaços estão sendo utilizados por terceiros para a propagação de conteúdo enganoso, a fim de auxiliar na cessação dessas práticas;

VI - dar publicidade a atos comprovadamente e notoriamente identificados como propagação de conteúdo enganoso ou de promoção de discurso de ódio como forma de promover a conscientização sobre o uso seguro e responsável das mídias sociais;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

VII - estimular a elaboração e adoção de códigos de boas práticas sobre o uso e mídias sociais, promovendo a educação digital;

VIII - analisar as propostas de atos normativos que tratem de temas ligados ao uso de mídias sociais;

IX - encaminhar às autoridades competentes informações que tenha tomado conhecimento a respeito de atos de incitação ao preconceito e o discurso de ódio;

X - notificar as autoridades competentes sobre conteúdo enganoso orientado a distorcer, alterar ou corromper gravemente a verdade sobre tema relacionado à saúde, à segurança pública, à economia nacional ou a outro interesse público relevante, que atentem contra as legislações sanitária, trabalhista, previdenciária, de segurança pública, eleitoral e outras vigentes;

XI - solicitar, aos responsáveis por aplicações de internet e mídias sociais, bem como de outras empresas, informações que sejam relevantes para a consecução de suas atribuições;

XII - solicitar, sempre que necessário, aos agentes públicos dos Poderes da República e dos entes federativos, informações que subsidiem e auxiliem nas finalidades desta Instituição;

XIII - organizar seminários, cursos e demais eventos que promovam a capacitação de servidores e do público em geral sobre os temas de competência desta Instituição;

XIV - elaborar, sempre que solicitado pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, relatório sobre os temas relacionados a suas atribuições;

XV – apresentar relatório anual de suas atividades ao Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

§ 1º As competências estabelecidas nos incisos do *caput* não excluem nem limitam aquelas atribuídas a órgãos jurisdicionais, normativos ou de controle.

§ 2º A implementação das competências estabelecidas nos incisos do *caput* serão de responsabilidade do Conselho Diretor ouvido o Conselho Multisetorial de Assessoramento de que trata o art. 3º.

§ 3º A Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais poderá, realizar audiências públicas mediante convite às autoridades, entidades da sociedade civil, e outros convidados que guardem pertinência temática com o assunto pautado.



SF/19582.23262-91





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

§ 4º A Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais, por intermédio da Mesa do Senado Federal, poderá encaminhar pedidos escritos de informação aos Ministros de Estado, conforme art. 50 da Constituição Federal.

§ 5º Os relatórios elaborados pela Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais para cumprimento das competências definidas nos incisos do *caput* serão tornados públicos após consulta ao Conselho Multisetorial de Assessoramento de que trata o art. 3º.

§ 6º A Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais contará com um canal de interlocução com a sociedade no qual relatos a respeito de conteúdo enganoso ou de promoção de discurso de ódio possam ser apresentados

Art. 2º A Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais será dirigida por Conselho Diretor, composto de 5 (cinco) membros, sendo:

I - 1 (um) diretor-executivo indicado pela Presidência do Senado Federal;

II - 1 (um) diretor indicado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal;

III - 1 (um) diretor indicado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal;

IV - 1 (um) diretor indicado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal;

V - 1 (um) diretor indicado pela Presidência da Câmara dos Deputados.

§ 1º Os indicados ao Conselho Diretor, que deverão ser brasileiros de reputação ilibada e detentores de notório saber nos temas de competência da Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais, serão submetidos a:

I - arguição pública; e

II - aprovação pelo Senado Federal.

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Diretor da Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais será de 2 (dois) anos, admitida a recondução.



SF/19582.23262-91





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

§ 3º Em caso de vacância, a escolha de novo diretor da Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais para completar o tempo remanescente do mandato seguirá os critérios dispostos neste artigo.

§ 4º Os membros do Conselho Diretor só poderão ser exonerados em caso de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar, bem como por voto de censura aprovado pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal.

§ 5º É vedado aos membros do Conselho Diretor da Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais o exercício regular de outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa ou filiação político-partidária.

Art. 3º A Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais contará com um Conselho Multisetorial de Assessoramento, composto por 19 membros, titulares e suplentes, sendo sua representação composta pelos setores, órgãos e entidades a seguir indicados:

I – 1 (um) do Poder Executivo Federal, indicado pela Presidência da República;

II – 1 (um) do Conselho Nacional de Justiça;

III – 1 (um) do Conselho Nacional do Ministério Público;

IV – 1 (um) do Comitê Gestor da Internet no Brasil;

V – 1 (um) do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI – 2 (dois) de entidades da sociedade civil, constituídas a mais de dois anos, com atuação comprovada na defesa de direitos e expertise para lidar com temas de tecnologia da informação e mídias sociais;

VII - 2 (dois) de entidades da sociedade civil na área de produção de conteúdo;

VIII – 2 (dois) de instituições acadêmicas, que exerçam atividades de pesquisa ou docência em temas ligados à tecnologia da informação, mídias sociais ou inovação;

IX – 2 (dois) de instituições acadêmicas, que exerçam atividades de pesquisa ou docência em temas ligados à comunicação, jornalismo e difusão de conhecimento;

X – 2 (dois) de entidades representativas do setor empresarial relacionado às mídias sociais e aplicações de Internet que possuam pertinência com a atuação desta Instituição;



SF/19582.23262-91





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

XI – 2 (dois) de entidades da sociedade civil representativas do setor empresarial da imprensa;

XII – 2 (dois) de entidades da sociedade civil representativas de profissionais do jornalismo.

§ 1º O Conselho Multisetorial referido no *caput* atuará como uma comissão externa de apoio às decisões do Conselho Diretor nos temas de competência da Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais.

§ 2º Os indicados ao Conselho Multisetorial deverão ser brasileiros de reputação ilibada e detentores de notório saber nos temas de competência da Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais.

§ 3º Os membros do Conselho Multisetorial serão livremente indicados pelos representantes dos setores, órgãos e entidades listados em sua composição, cabendo ao diretor-executivo do Conselho Diretor receber as indicações e tomar as decisões necessárias para adequar as indicações às vagas disponíveis na sua composição.

§ 4º O mandato dos representantes do Conselho Multisetorial será de dois anos, admitida a recondução.

§ 5º A participação no Conselho Multisetorial mencionado no *caput* será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 6º O Conselho Multisetorial se reunirá preferencialmente uma vez por mês.

Art. 4º A estrutura necessária ao funcionamento da Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais será provida pelo Senado Federal mediante o remanejamento de servidores e serviços já existentes, devendo 60% (sessenta por cento), no mínimo, dos profissionais que lhe forem designados possuir titulação acadêmica de mestre ou doutor em áreas temáticas compatíveis com o objeto de atuação da Instituição, nos termos da regulamentação.

Parágrafo único. Ato da Comissão Diretora do Senado Federal disporá sobre a estrutura e o funcionamento da Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais, bem como sobre as suas fontes orçamentárias, sendo vedado o contingenciamento de seus recursos.

Art. 5º As instituições oficiais competentes deverão prestar todas as informações necessárias ao pleno e adequado desempenho das atribuições da Instituição Independente de Acompanhamento das Mídias Sociais.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SF/19582.23262-91





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de resolução tem por objetivo a criação de uma Instituição Independente de acompanhamento das Mídias Sociais no âmbito do Senado Federal. A criação de uma instituição voltada para o tema prestigia o papel relevante que aplicações de Internet, em especial as mídias sociais, vem desempenhando para a comunicação entre pessoas sobre os mais diversos assuntos, revelando assim a sua centralidade para o entendimento sobre como os brasileiros se informam, se divertem, se educam e trocam informações diariamente.

Assumindo protagonismo como verdadeiros intermediários do discurso em tempos conectados, faz-se importante que exista, no Senado Federal, uma instituição que possa promover estudos e acompanhar o desenvolvimento desse setor de forma continuada, servindo ainda como um apoio aos trabalhos normativos do Senado que tratem de temáticas afeitas à tecnologia da informação e às mídias sociais.

De forma destacada, a propagação de conteúdos falsos nas mesmas mídias vem chamando a atenção e por isso a Instituição teria como competência também o desenvolvimento de atividades de promoção das mídias sociais como um ambiente seguro e diverso, no qual seus usuários possam saber lidar com a informação que recebem, distinguindo entre o que é fato e o que é uma comunicação que visa enganar, causando danos a terceiros.

A liberdade de expressão deve ser protegida dentro do espectro constitucional, reconhecendo a mesma como um direito essencial para a manutenção de uma sociedade democrática. O Senado Federal tem um papel histórico como garantidor das liberdades democráticas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e esta Instituição visa a auxiliar o Senado na condução dessa trajetória, formando uma base permanente de acompanhamento da evolução pela qual atravessa a promoção dos mais diferentes direitos na Internet, com foco nas mídias sociais

Diante dessa realidade, ressaltamos que o problema da desinformação vai além das notícias falsas, ou das popularmente chamadas *Fake News*. O tratamento simplista a questão de notícias falsas, sem levar em consideração a complexidade do tema, pode induzir o legislador ao erro na produção de normas que limitam ou ameaçam a liberdade de expressão. Por isso, é preciso refletir com cautela sobre a adoção do termo “notícias falsas”, ou *Fake News*. O conceito vem sendo criticado por sua inexatidão e frequentemente utilizado por alguns segmentos do debate político contra radiodifusores e imprensa para deslegitimar publicações que os desabonem. O Conselho da Europa, em relatório recente sobre o



SF/19582.23262-91





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

tema, evitou explicitamente a referência, preferindo utilizar a noção de “desordem informacional”.¹ Outros autores utilizam simplesmente o termo desinformação. Recentemente, o TSE promoveu o Seminário Internacional sobre *Fake News* e Eleições,² no qual se destacou o problema de conceituação.

Nesse sentido, liderando a promoção de um amplo diálogo com a sociedade, a proposta de criação de um órgão independente para o acompanhamento das mídias sociais pelo Senado Federal, tem como objetivo contribuir com a discussão sobre o tema e, ao mesmo tempo, auxiliar na criação de dispositivos que reforcem a atuação parlamentar. O órgão proposto através desta Resolução deverá ser um instrumento da sociedade brasileira contra o abuso por grupos na promoção de campanhas de desinformação, que destroem reputações e disseminam o discurso de ódio.

Senador HUMBERTO COSTA

¹ <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>

² <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Maio/especialistas-debtem-saidas-para-o-fenomeno-das-fake-news-durante-seminario-no-tse>



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 50



O Projeto de Resolução do Senado nº 56, de 2019, vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 57, DE 2019

Estabelece alíquota máxima para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação, de que trata o inciso I do caput, e inciso IV do § 1º do art. 155 da Constituição Federal.

AUTORIA: Senador Cid Gomes (PDT/CE)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador CID GOMES

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019**

Estabelece alíquota máxima para o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação, de que trata o inciso I do *caput*, e inciso IV do § 1º do art. 155 da Constituição Federal.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A alíquota máxima do Imposto de que trata o inciso I do *caput* do art. 155 da Constituição Federal será de dezesseis por cento, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2020.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta tem por finalidade alterar a alíquota máxima do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) dos atuais 8% (oito por cento) para 16% (dezesseis por cento), com fundamento no art. 155, § 1º, inciso IV, da Constituição Federal.

A duplicação da alíquota máxima do imposto ampliará a margem dos Estados e do Distrito Federal para elevá-la, o que contribuirá



para atenuar o atual quadro de dificuldades financeiras por que passam os governos subnacionais.

A medida tem como fundamento o princípio da capacidade contributiva e favorece a justiça tributária, já que os impostos sobre a renda e patrimônio são diretos e recaem majoritariamente sobre os contribuintes mais aquinhoados. Nesse sentido, têm efeito oposto à elevação de impostos indiretos, como os sobre consumo, que afetam a população como um todo, pobres e ricos, mas que acaba penalizando mais fortemente as camadas menos favorecidas, com efeito regressivo.

A elevação do limite máximo do ITCMD aproxima a alíquota potencial das praticadas nos países desenvolvidos, que, na sua maioria, tributam fortemente a herança, tanto a antecipada em vida como a recebida após a morte. Mesmo com o aumento proposto, elas ainda estarão distantes das alíquotas máximas utilizadas em grande parte dos países da Europa Ocidental, como França (60%) e Alemanha (50%), Suíça (50%), Luxemburgo (48%), Inglaterra (40%) e da América do Norte, como os Estados Unidos (40%) além de países como Japão (55%) e Chile (25%).

Convicto da importância do projeto para alcançar a justiça fiscal e aumentar a arrecadação dos Estados, pedimos o apoio dos Senadores para o aperfeiçoamento e aprovação do projeto.

Sala das Sessões,

Senador CID GOMES



SF/19200.17896-00



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 155

- inciso IV do parágrafo 1º do artigo 155



O Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2019, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 58, DE 2019

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre a convocação do Ministro de Estado da Educação para, anualmente, prestar contas sobre o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação na Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

AUTORIA: Senadora Kátia Abreu (PDT/TO)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **KÁTIA ABREU**

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019

Altera o Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre a convocação do Ministro de Estado da Educação para, anualmente, prestar contas sobre o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação na Comissão de Educação, Cultura e Esportes.



SF/19112.23131-74

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 102.**

.....
Parágrafo único. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte promoverá audiência pública, no início de cada sessão legislativa, com o Ministro de Estado da Educação para que sejam prestadas informações acerca do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o art. 214 da Constituição Federal, a lei disporá sobre o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **KÁTIA ABREU**

modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que levem: a) à erradicação do analfabetismo; b) à universalização do atendimento escolar; c) à melhoria da qualidade do ensino; d) à formação para o trabalho; e) à promoção humanística, científica e tecnológica do País; e f) ao estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

O Plano Nacional da Educação (PNE) para o período 2014-2024 foi instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabeleceu vinte metas a serem alcançadas ao término do decênio, apoiadas por 254 estratégias específicas. A mesma lei estabeleceu que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal é uma das instâncias responsáveis pelo monitoramento contínuo e por avaliações periódicas da execução do PNE e do cumprimento de suas metas (art. 5º, inciso II).

Não bastasse isso, uma das competências precípua do Poder Legislativo é fiscalizar e controlar a Administração Pública, acompanhando as atividades dos Poderes, especialmente do Poder Executivo, conforme estatui o art. 49, inciso X, da Constituição Federal (CF). Nesse sentido, é salutar atribuição do Senado Federal, por meio de suas Comissões, convidar a esta Casa autoridades públicas para prestarem esclarecimentos sobre os órgãos do Estado que estejam sob sua égide, nos termos do art. 50 da CF e do art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Pretendemos, assim, por meio deste projeto de resolução, estabelecer uma rotina para que o chefe da pasta da Educação compareça a esta Casa para manter a Comissão informada e atualizada sobre os indicadores das metas do PNE. Nossa ideia é introduzir no RISF dispositivo que preveja a realização de audiências públicas regulares, no início de cada sessão legislativa, com o senhor Ministro de Estado da Educação, voltadas para o monitoramento do PNE.

Ademais, cabe registrar que a medida que ora submetemos à apreciação dos nossos ilustres Pares não é inédita. Com efeito, podemos citar como exemplo o art. 99, §§ 1º e 3º, do RISF, que estabelece que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promoverá audiências públicas regulares com o Presidente do Banco Central do Brasil, que tem *status* de Ministro de Estado, para discutir questões referentes à área de atuação daquele auxiliar direto do Presidente da República, e com o Ministro de Estado Chefe da Casa



SF/19112.23131-74





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora **KÁTIA ABREU**

Civil da Presidência da República, para a prestação de contas do andamento das ações coordenadas pelo Poder Executivo que afetam a agenda da produtividade e da melhoria do ambiente de negócios. Também o art. 101-A do RISF determina que o Ministro de Estado da Justiça compareça anualmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), enquanto o § 2º do art. 103 estabelece que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deve promover audiências públicas, no início de cada sessão legislativa, com os Ministros das Relações Exteriores e da Defesa.

Convicta de que esta iniciativa constitui mais uma medida para assegurar as funções precípuas do Parlamento, fomentar as boas relações entre os Poderes, promover a democracia e melhorar a qualidade da educação no País, contamos com o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora **KÁTIA ABREU**



SF/19112.23131-74



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso X do artigo 49

- artigo 214

- Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014 - LEI-13005-2014-06-25 - 13005/14

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2014;13005>

- Resolução do Senado Federal nº 93 de 27/11/1970 - RSF-93-1970-11-27 , REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL - 93/70

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:1970;93>

- inciso III do artigo 90

- artigo 102



Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 58/2019.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 509, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar das Reuniões no âmbito do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 509 DE 2019

Aprovado
Em 12/06/19

SF/19495.71710-98 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Montevidéu, Uruguai, a partir de 15/06/2019, por 04 dias, a fim de participar das Reuniões no âmbito do Parlamento do Mercosul, quais sejam: Reunião do Observatório da Democracia; Reunião da Comissão de Cidadania e de Direitos Humanos (CDDH) e da 64ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul. .

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País a partir de 15/06/2019, por 04 dias, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2019.

Senador Humberto Costa

Recebido em 12/06/19
Hora 10:38
Humberto Costa



00100.076465/2019-21 (VIA 001) - 00100.083674/2019-21 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 579 /2019-PRESID

Brasília, 11 de JUNHO de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento nº 00100.080175/2019-82

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação do Senador **Humberto Costa** nas Reuniões das Comissões Permanentes e na LXIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias **16 e 17 de junho de 2019**, na cidade de Montevidéu, no Uruguai, nos termos do Ofício P/043/2019.

Atenciosamente,

Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Senado Federal





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 510, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar da LXIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai.

AUTORIA: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

REQUERIMENTO Nº 510 DE 2019

Aprovado.
12/06/19.



SF/19966.65779-66 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Montevideu, Uruguai, no período de 16/06/2019 a 18/06/2019, a fim de participar, como membro da representação brasileira, da LXIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, .

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País no período de 16/06/2019 a 18/06/2019, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2019 .

Senador Rodrigo Cunha

12/06/19, às 9:10h
Juliana Veloso Barbosa
Matrícula 230089
CCM

Página: 1/1 11/06/2019 13:14:36

27f9e2575ffc26896c50141829fd57302bff0143



00100.076465/2019-21 (VIA 001) - 00100.083692/2019-11 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº *S83* /2019-PRESIDBrasília, *11* de *JUNHO* de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento nº 00100.080175/2019-82

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação do Senador **Rodrigo Cunha** nas Reuniões das Comissões Permanentes e na LXIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias **16 e 17 de junho de 2019**, na cidade de Montevideú, no Uruguai, nos termos do Ofício P/043/2019.

Atenciosamente,

Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 510 de 2019.

A.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 511, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar das Reuniões do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai.

AUTORIA: Senador Telmário Mota (PROS/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Aprovado.
Em 12/06/19.

REQUERIMENTO Nº 511 DE 2019 - Mesa



SF/19483.70508-09 (LexEdit*)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 39, I, e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa dos dias 15 a 17 do corrente mês, para participar das próximas reuniões do Parlamento do Mercosul a serem realizadas nos dias **16 e 17 de junho de 2019**, em Montevideu, no Uruguai

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2019.

Senador Telmário Mota
(PROS - RR)Recebido em 12/06/19
Hora 11:52Débora Rodrigues Martins - Mat. 267695
SGM - Senado Federal

Página: 1/1 12/06/2019 11:27:35

2d08808dabe9194fa1efb883091d48ec99d65e6d



00100.076465/2019-21 (VIA 001) - 00100.083706/2019-99 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº *586* /2019-PRESID

Brasília, *11* de *JUNHO* de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento nº 00100.080175/2019-82

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação do Senador **Telmário Mota** nas Reuniões das Comissões Permanentes e na LXIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias **16 e 17 de junho de 2019**, na cidade de Montevideú, no Uruguai, nos termos do Ofício P/043/2019.

Atenciosamente,

Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 511 de 2019.

CF.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 512, DE 2019

Realização de sessão especial, em 9 de setembro próximo, destinada a homenagear o "Rotary Internacional".

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Leila Barros

A publicação
Em 12/6/19
ML

REQUERIMENTO Nº 512 DE 2019



SF/19040.05977-00 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 09/09/2019, a fim de homenagear o “Rotary Internacional”.

JUSTIFICAÇÃO

O Rotary International é uma associação de clubes de serviços cujo objetivo é unir voluntários a fim de prestar serviços humanitários, promover valores ético e a paz a nível internacional, inicialmente fundado em 1905 no Estados Unidos.

Atualmente, o Rotary está presente em 217 países e regiões geográficas, atuando por meio de mais de 35 mil Rotary Clubs, que reúnem mais de 1,2 milhão de voluntários. Cada clube escolhe seus próprios dirigentes e tem uma considerável autonomia, respeitando os estatutos e o regimento interno estabelecidos pelo Rotary International. Regionalmente, estes clubes estão agrupados em distritos.

[Assinatura]

Página: 1/3 11/06/2019 15:12:02

180f0309ca9e6b2c0194e39276afe2631090a768

Recebido em 11/06/19
Hora 19:06



O Brasil conta com 2.398 Rotary Clubs e 53.869 rotarianos (estes dados são de maio de 2018). Três brasileiros já presidiram o Rotary International, cuja sede está em Evanston, no estado de Illinois, nos EUA.


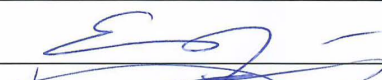

Um dos mais conhecidos projetos do Rotary International é a campanha mundial de combate à poliomielite, desenvolvida desde meados dos anos 1980 em parceria com a Organização Mundial da Saúde e outras entidades. Esta campanha reduziu em 99% os casos mundiais de pólio. No Brasil, a doença foi erradicada em 1989.

A data solicitada coincide com o Congresso do Rotary Club Internacional que realizar-se-á em Brasília de 05 a 08 de setembro vindouro, onde se espera a presença de mil rotarianos do País todo.

Diante deste quadro, solicitamos o apoio de todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, para aprovação do presente Requerimento, nos termos ora apresentados.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2019.


Senadora Leila Barros
(PSB - DF)

Nome do Senador	Assinatura
REGUFFE	
EDUARDO GIL	
WEVERTON	
Renildo Barbhede	RSBBarb

SF/19040.05977-00 (LexEdit)

Página: 2/3 11/06/2019 15:12:02

180f0309ca9e6b2c0194e39276afe2631080a768



Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 09/09/2019, a fim de homenagear o "Rotary Internacional".

Nome do Senador	Assinatura
Marco Faria	Marco Faria
Genivaldo Cavalcante	Genivaldo Cavalcante



Página: 3/3 11/06/2019 15:12:02

180f0309ca9e6b2c0194e39276afe2631080a768





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 513, DE 2019

Realização de sessão especial, em 24 de junho próximo, destinada a homenagear os 111 anos da Imigração Japonesa no Brasil.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Weverton (PDT/MA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Leila Barros

*A publicação
Em 12/6/19
MIL*

REQUERIMENTO Nº 513, DE



SF/19808.16550-77 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 24/06/2019, a fim de homenagear os 111 anos da Imigração Japonesa no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

A imigração japonesa no Brasil teve início oficialmente em 18 de junho de 1908, quando o navio Kasato Maru aportou em São Paulo, trazendo 781 lavradores para as fazendas do interior paulista. Atualmente, o Brasil abriga a maior população de origem japonesa fora do Japão, com cerca de 2 milhões de nikkeis (termo usado para denominar os japoneses e seus descendentes). Cidadãos que ajudaram e ajudam o crescimento do País, famosos pela cultura, disciplina e gosto pelo trabalho, concentrando-se em São Paulo, Paraná, Pará e Distrito Federal.

Por outro lado, hoje, cerca de, 170 mil brasileiros descendentes de japoneses retornaram ao Japão representando a maior colônia de brasileiros fora do Brasil.

Página: 1/2 11/06/2019 12:14:41

3338f9100eb1e680c1f9dae5c5abc033cf1a033a

Recebido em 11/06/19
Hora: 19:06



Página 2 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 513 de 2019.

SOM/OLCF





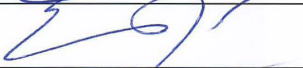

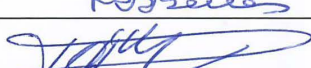
Japão e Brasil são países amigos que compartilham no cenário internacional os princípios da liberdade, democracia, proteção aos direitos humanos e valorização do Estado Democrático de Direito.

Além disso, várias empresas e projetos econômicos são desenvolvidos em comum entre os dois Países: PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira dos Cerrados), USIMINAS, ALBRAS, CENIBRA e ISHIBRAS, entre outras.

Ante de todo o exposto, solicitamos o apoio dos nossos pares para a realização de Sessão Especial, no dia 24 de junho de 2019, às 10 horas da manhã, para homenagear os 111 anos da Imigração Japonesa no Brasil.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2019.


Senadora Leila Barros
(PSB - DF)

Nome do Senador	Assinatura
REMYKE	
EDUARDO GINS	
WEVERTON	
Renilde Balthazar	RSB Balthazar
Raulo Pires	
Jenivaldo Faria	Jenivaldo Faria

SF/19808:16550-77 (LexEdit)

Página: 2/2 11/06/2019 12:14:41

3338f9100eb1e680c1f9dae5c5abc033cfa033a





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 514, DE 2019

Realização de sessão especial, em 23 de agosto, destinada a comemorar os 40 anos do SEGUE-ME Brasília (Encontro de Jovens com Cristo).

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)



[Página da matéria](#)



9 publicações.
em 12.06.19.
MK



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 514 DE 2019



SF/19379.53465-02 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 23/08/2019, a fim de comemorarmos os 40 anos do SEGUE-ME.

JUSTIFICAÇÃO

O SEGUE-ME de Brasília está completando 40 anos, cujo Movimento nasceu inspirado no chamado e na proposta de amor e salvação que Cristo dirige a cada homem. “SEGUE-ME” é uma das mais expressivas palavras de Jesus na Sagrada Escritura, como se observa claramente no relato da vocação de São Mateus (Mt 9,9): – “Partindo dali, Jesus viu um homem chamado Mateus, que estava sentado no posto do pagamento das taxas. Disse-lhe: segue-me. O homem levantou-se e O seguiu.” Daí a denominação embasada neste versículo bíblico.

Destacando que a concretização se espelhou no Encontro de Jovens com Cristo (EJC) criado pelo Padre Alfonso Pastore em São Paulo, quando dois jovens que participaram do encontro decidiram juntamente com casais do Encontro de Casais com Cristo (ECC) da Paróquia do Divino Espírito Santo, do Guará II, e que sob a orientação do Padre Antônio Chirulli, organizou de forma semelhante, o Encontro de Jovens com Cristo, daí a titulação SEGUE-ME. Frisand-

Recebido em 12/06/19

Hora 12:10



que o primeiro encontro aconteceu nos dias 31 de março e 1º de abril de 1979, na Paróquia do Divino Espírito Santo, do Guará II/DF.

Com o dinamismo do Espírito Santo, o SEGUE-ME foi crescendo e se consolidando com o apoio de seguidores que guiados pelo amor de Deus traziam outros jovens para integrá-lo. Assim, embora a evangelização seja um dos seus objetivos principais, o Movimento exerce outros trabalhos importantes em diversas áreas, tal qual na capacitação de inúmeras lideranças, tendo sempre o foco nos assuntos sociais e familiares. Por isso atua hoje em 40 paróquias pelo Distrito Federal e em mais de 24 cidades e Arquidioceses do país.

Deste modo, apresentamos o presente requerimento para juntamente com o Padre Orestes(102 anos de idade), casais do ECC, Jovens do Movimento, Comissão Organizadora, Conselho Arquidiocesano e demais cristãos que apoiam o SEGUE-ME, para celebrar os seus 40 anos de existência, motivo pelo qual esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a realização da louvável Sessão Especial.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
Senador

Nome do Senador	Assinatura
IZALCI LUCAS	
EDUARDO GOMES	
STEFANO VASCONCELOS	
FLÁVIO ARNOLD	
PAULO VENTURA	

SF/19379.53465-02 (LexEdit)

Página: 2/2 07/06/2019 12:52:31

48b3de0f7eb8101350503cd19305cbc2583f6fc





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 515, DE 2019

Oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei nº 2313, de 2019.

AUTORIA: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19383.69868-59 (LexEdit)

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 2313/2019, *que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem de alimentos embalados que contenham teores elevados de açúcares, sódio e gorduras*, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões, 30 de maio de 2019.

Senador Fernando Bezerra Coelho
(MDB - PE)
Líder do Governo





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 516, DE 2019

Tramitação conjunta dos PLS n°s 38/2015 e PL n° 2170/2019.

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente.

AUTORIA: Senadora Mailza Gomes (PP/AC)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19198.53968-83 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do PLS 38/2015, *que Acrescenta o inciso V ao art. 36 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para incluir “Cidadania” como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio do Brasil e dá outras providências* com o PL 2170/2019, por tratarem da mesma matéria.

JUSTIFICAÇÃO

Ambos os projetos tramitam na Comissão de Educação, Cultura e Esporte e tratam de alteração na Lei 9.394, de 1996, para incluírem matérias no rol de temas obrigatórios da educação básica.

Assim, por economia processual e boa prática legislativa, solicito a tramitação conjunta dos dois projetos.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2019.

Senadora Mailza Gomes
(PP - AC)



A Presidência recebeu requerimento, que será publicado na forma regimental, do Senador Irajá, solicitando a republicação do Projeto de Lei nº 2967, de 2019, de sua autoria, para ajustes em sua redação.

A Presidência defere o requerimento e determina a republicação do avulso inicial do Projeto.

A matéria retorna à CAS, em decisão terminativa.

É o seguinte requerimento:





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 517, DE 2019

Republicação do texto original do PL 2967/2019.

AUTORIA: Senador Irajá (PSD/TO)

DESPACHO: Deferimento.



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - Mesa
SF/19193.78374-01 (LexEdit*)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a republicação do texto original do PL 2967/19 apresentando o novo texto em substituição.

Sala das Reuniões, 4 de junho de 2019.

Senador Irajá
(PSD - TO)





SENADO FEDERAL

(*) PROJETO DE LEI Nº 2967, DE 2019

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel.

AUTORIA: Senador Irajá (PSD/TO)

(*) Republicado o avulso inicial da matéria no DSF de 13/06/2019, conforme solicitação deferida pela Presidência, nos termos do Requerimento nº 517, de 2019.



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº 2967, DE 2019

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 20.

§ 23. A conta vinculada poderá ser movimentada nas hipóteses previstas nos incisos V, VI e VII do caput deste artigo, para aquisição de um segundo imóvel, ainda que o trabalhador já tenha anteriormente utilizado os recursos da conta para aquisição de moradia própria.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



SF/19705.15075-70

Página: 1/2 04/06/2019 16:04:45

4b3a6f983f79efbac43003e35aea9725752bd6e3



JUSTIFICAÇÃO

No passado recente, modificações foram introduzidas na Lei nº 8.036, de 1990, no sentido de tornar mais flexíveis os saques das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e elevar-lhes os rendimentos, por meio da distribuição proporcional de até metade do lucro líquido do Fundo.

O presente projeto de lei caminha na mesma direção, ao propor que o saldo da conta vinculada do FGTS possa ser utilizado para o pagamento total ou parcial de financiamento imobiliário concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, ou ainda de moradia ou lote urbanizado, de um segundo imóvel, mesmo que o trabalhador já tenha utilizado o Fundo para aquisição de sua moradia própria.

Desse modo, o trabalhador passa a ter mais uma possibilidade de ampliar e melhor administrar seu patrimônio pessoal, ao mesmo tempo em que tal medida certamente contribuirá para o reaquecimento do setor de construção civil, um dos maiores geradores de empregos da economia.

Certos da relevância da matéria, contamos com o apoio dos nossos pares para aprovação do projeto.

Sala das Sessões,

Senador IRAJÁ



SF/19705.15075-70

Página: 2/2 04/06/2019 16:04:45

4b3a6f983f79efbac43003e35aea9725752f-4se3

jn2019-03036



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990 - Lei do FGTS; Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - 8036/90

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8036>

- artigo 20





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 518, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar da LXIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

*Aprovado
Em 12/6/2019
M. L.*



SF/19050.07501-26 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº 518 DE 2019

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Montevidéu, no Uruguai, a partir de 15/06/2019, por 4 dias, a fim de realizar as Reuniões das Comissões Permanentes da Mesa Diretora o Observatório da Democracia e a LXIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul que ocorreram dos dias 16 e 17 de junho de 2019.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País a partir de 15/06/2019, por 4 dias, para desempenho desta missão.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se da continuidade dos trabalhos do Parlamento, previstos para acontecer uma vez por mês, conforme determina o art. 17 do seu Protocolo Constitutivo.

Página: 1/2 12/06/2019 10:26:31

4af2bccb7f9547995c4f2b446b0a6fe2c360a54e



Página 2 de 4

Parte integrante do Avulso do RQS nº 518 de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 19A87CE6002E9342.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

00100.083896/2019-44

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Montevideu, no Uruguai, a partir de 15/06/2019, por 4 dias, a fim de realizar as Reuniões das Comissões Permanentes da Mesa Diretora o Observatório da Democracia e a LXIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul...

Sala das Sessões, 12 de junho de 2019.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)

SF/19050.07501-26 (LexEdit)

Página: 2/2 12/06/2019 10:26:31

4af2bccb7f9547995c4f2b446b0a6fe2c360a54e



Página 3 de 4

Parte integrante do Avulso do RQS nº 518 de 2019.



CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

00100.083295/2019-31 (VIA 001) - 00100.084235/2019-36 (VIA 001)

SENADO FEDERAL
PresidênciaOFÍCIO Nº *592* /2019-PRESIDBrasília, *12* de *JUNHO* de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **CELSO RUSSOMANNO**
Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Ref.: Documento nº 00100.083295/2019-31

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação do Senador **Nelsinho Trad** nas Reuniões das Comissões Permanentes, da Mesa Diretora, do Observatório da Democracia e da LXIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias **16 e 17 de junho de 2019**, na cidade de Montevidéu, no Uruguai, nos termos do Ofício P/040/2019.

Atenciosamente,

Senador **Davi Alcolumbre**
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Página 4 de 4

Parte integrante do Avulso do RQS nº 518 de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C4ECC962002E45D6.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 519, DE 2019

Oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2018.

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente.

AUTORIA: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19868.76135-11 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 309/2018, *que altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor à imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de execução continuada e objeto de pagamento antecipado*, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Senado 309 de 2018, de autoria do Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ) que dispõe ser direito básico do consumidor que paga antecipadamente por serviços de prestação continuada, a imediata rescisão do contrato, sendo-lhe devida a devolução integral do valor pago, se aprovado, terá importante impacto econômico para as empresas prestadoras destes serviços, uma vez que esta terão que alterar suas estruturas administrativas para se adequar a nova medida, ocasionando, por óbvio, aumento de despesas.

A partir desta constatação, e no desejo de obter uma avaliação mais completa do projeto, gostaríamos que a matéria fosse também despachada à



Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para análise do projeto e de seus impactos positivos e negativos na economia do nosso país.

Sala das Sessões, 4 de junho de 2019.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
(PSB - PB)
Líder do Bloco Senado Independente





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 520, DE 2019

Realização de sessão especial, em 30 de agosto próximo, destinada a comemorar os 52 anos do Senac/DF.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19804.02413-55 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 30/08/2019, a fim de comemorarmos os 52 anos do Senac/DF.

JUSTIFICAÇÃO

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que é o principal agente de educação profissional voltado para o comércio de bens, serviços e turismo do País foi instalado no Distrito Federal em 1967 e desde então vem oferecendo à população cursos de formação inicial e continuada.

Desde 2005 atua também no ensino superior em parceria com o Senac Nacional e disponibiliza cursos de pós-graduação lato sensu ministrados na modalidade de educação a distância. Cursos esses que receberam credenciamento do Ministério da Educação com nota máxima. Ainda, com a inauguração da Faculdade de Tecnologia Senac/DF, a partir de 2007, acrescentou cursos de graduação tecnológica e pós-graduação na modalidade presencial.

Atualmente, com mais de 1,5 mil alunos, a Faculdade de Tecnologia Senac/DF oferece seis cursos de graduação – Análise e Desenvolvimento



de Sistemas; Gestão da Tecnologia da Informação; Gestão Comercial; Gestão em Recursos Humanos, Gestão Pública e Marketing, além de 20 cursos de pós-graduação: Big Data e Analytics; Banco de Dados e Bi Com Ênfase em Software Livre; Docência no Ensino Superior; Defesa Cibernética; Finanças Corporativas; Gestão Condominial; Gestão de Planos De Saúde; Gestão de Pessoas; Gestão de Projetos; Gestão Hospitalar; Gestão Logística da Cadeia de Suprimento (Scm); Governança em Tecnologia da Informação; Governança Corporativa e Compliance; Governança Corporativa e Auditoria; Mba em Gestão Empreendedora de Negócios; Marketing – do Varejo ao Digital; Previdência Complementar; Psicologia Organizacional; Treinamento, Desenvolvimento e Educação Corporativa; Tecnologia e Comunicação Digital.



SF/19804.02413-55 (LexEdit)

A instituição oferece mais de 300 cursos nos níveis básico, técnico e tecnológico, disponibilizados para a sociedade em forma de rodízio. A cada trimestre, novos cursos são incorporados. As áreas pontuais são: artes, comércio, comunicação, gestão, idiomas, imagem pessoal, informática, saúde e turismo e hospitalidade.

O Senac/DF disponibiliza também ao público uma livraria localizada no seu edifício-sede e dispõe, ainda, na sua estrutura de uma editora inaugurada em setembro de 2004, responsável pela produção de mais de 80 obras que lhe rendeu prêmios nacionais e internacionais.

O seu Núcleo de Relações Empresariais atende às empresas de forma customizada, por meio de serviços prestados, parcerias e projetos, com participação direta e integrada com o setor produtivo. Deste modo, qualquer empresa pode procurar uma de suas unidades e solicitar um curso, palestra ou treinamento para seus funcionários, adequando os horários e escolhendo o local.

Diante do exposto, apresentamos o presente requerimento em reconhecimento aos relevantes trabalhos desenvolvidos pelo Senac/DF ao longo



dos seus 52 anos, motivo pelo qual esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a realização da meritória Sessão Especial.

Sala das Sessões, de de .

Senador Izalci Lucas
Senador

Nome do Senador	Assinatura





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 521, DE 2019

Urgência para o PDL 233/2019, que tramita em conjunto com os PDL 235, 238, 239, 286, 287 e 332/2019.

AUTORIA: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)

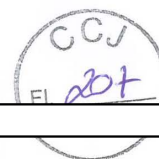


Aprovado em: 12/6/19Senador(a) [assinatura]
Presidente da CCJ - SF**SENADO FEDERAL**
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**REQUERIMENTO Nº 521, DE 2019****REQUERIMENTO Nº 31, DE 2019 - CCJ**

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do
Regimento Interno do Senado Federal, **urgência** para o
PL nº 233, de 2019.
(Tramitam em conjunto os PL's nºs 233, 235, 238, 239, 286, 287 e 332, de 2019)

Sala das Comissões, em 12 de junho de 2019.

Senador(a) _____

Sen. Randolfe Rodrigues



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 522, DE 2019

Oitiva da CDH sobre o PL 578/2019.

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19379.59262-89 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 578/2019, *que permite a dedução da contribuição patronal devida, do valor da Bolsa Família recebido pelo empregado, enquanto durar a relação de emprego*, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sala das Sessões, de de .

Senador Paulo Paim
(PT - RS)
Senador



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei do Senado nº 163/2018-Complementar





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 168, DE 2019 – PLEN/SF

Redação para o turno suplementar do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2018 – Complementar, nos termos da Emenda nº 3 – CAE (Substitutivo).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação para o turno suplementar do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2018 – Complementar, que *altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, nos termos da Emenda nº 3 – CAE (Substitutivo)*, aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 12 de junho de 2019.

LASIER MARTINS, PRESIDENTE

LUIS CARLOS HEINZE, RELATOR

FLÁVIO BOLSONARO

WEVERTON



ANEXO DO PARECER Nº 168, DE 2019 – PLEN/SF

Redação para o turno suplementar do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2018 – Complementar, nos termos da Emenda nº 3 – CAE (Substitutivo).

Altera a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, para conferir maior alcance e eficácia à regra fiscal que disciplina o crescimento das despesas correntes primárias no âmbito dos governos estaduais e cria o Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º A avaliação do cumprimento do limite de que trata o *caput* será regulamentada por ato do Poder Executivo.

§ 4º Se o crescimento anual das despesas primárias correntes ultrapassar o limite de que trata o *caput* ao final do exercício financeiro, o excedente deverá ser eliminado, nos termos do § 5º, até o final do terceiro exercício subsequente à celebração do termo aditivo referido no *caput* do art. 1º.

§ 5º Para eliminar o excedente, no prazo previsto no § 4º, o ente deverá implementar planos de revisão de gastos, incluindo agenda legislativa prioritária, evidenciando a implementação de medidas de redução de despesas para fins de cumprimento do limite de que trata o *caput*.



§ 6º O não cumprimento do limite de que trata o *caput* e da medida de que trata o § 4º implicará encargos contratuais de inadimplência.” (NR)

“Art. 4º-A. A concessão do prazo de que trata o § 4º do art. 4º será processada mediante assinatura de termo aditivo ao respectivo contrato.

§ 1º O termo aditivo referido no *caput* autoriza o alcance das novas regras para tratamento do descumprimento do limite de que trata o *caput* do art. 4º.

§ 2º A não celebração do termo aditivo de que trata o *caput* deste artigo e o descumprimento do limite previsto no *caput* do art. 4º implicarão a aplicação do disposto no § 6º do art. 4º.

§ 3º Aplica-se a dispensa dos requisitos referidos no art. 1º da Lei nº 13.631, de 1º de março de 2018, na efetivação de todos os atos necessários à celebração do termo aditivo de que trata este artigo.”

“Art. 4º-B. Fica reaberto, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o prazo para a assinatura do termo aditivo a que se refere o *caput* do art. 1º.

§ 1º A celebração do termo aditivo no prazo previsto no *caput* somente poderá ser realizada pelos entes da Federação que não o tenham celebrado no prazo a que se refere o § 7º do art. 1º.

§ 2º O prazo para as renegociações na forma do art. 2º fica prorrogado pelo prazo previsto no *caput*.

§ 3º Os aditamentos previstos no *caput* e no art. 3º deverão observar tratamento isonômico em relação aos termos aditivos celebrados anteriormente com os demais entes da Federação.

§ 4º Os demais períodos e prazos de que tratam os arts. 1º e 3º deverão ser transpostos, proporcionalmente ao novo prazo a que se refere o *caput*, para conferir o tratamento isonômico de que trata o § 3º.

§ 5º Para a assinatura dos aditivos autorizados nesta Lei ficam dispensados todos os requisitos legais exigidos para a contratação com a União e a verificação dos requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).”

Art. 2º É criado o Conselho de Gestão Fiscal (CGF), com sede na Capital Federal, que acompanhará e avaliará, de forma permanente, a política e a operacionalidade da gestão fiscal, consoante o disposto no § 2º do art. 50 e no art. 67, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º Compete ao CGF:

I – harmonizar interpretações técnicas na aplicação das normas voltadas à responsabilidade da gestão fiscal, com vistas a garantir a sua efetividade;

II – editar normas gerais de consolidação das contas públicas, buscando-se a convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais, especialmente no que diz



respeito aos procedimentos contábeis patrimoniais, orçamentários ou aqueles que exijam tratamento específico e diferenciado, bem como a relatórios contábeis e plano de contas padronizado para a Federação;

III – editar normas relativas à padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos fiscais previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como da aplicação da legislação que lhes seja relacionada;

IV – adotar normas e padrões mais simples para os Municípios com menos de 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

V – promover debates, divulgação de análises, estatísticas fiscais padronizadas, estudos e diagnósticos no âmbito de suas competências; e

VI – elaborar e alterar seu regimento interno.

§ 2º Regimento interno disporá sobre a organização e o funcionamento do CGF.

§ 3º O CGF será composto dos seguintes 11 (onze) membros, e respectivos suplentes, com direito a voto:

I – o Ministro de Estado da Economia, que o presidirá, com voto de desempate;

II – 1 (um) representante do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

III – 1 (um) representante do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;

IV – 1 (um) representante do órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal;

V – 1 (um) representante do Tribunal de Contas da União;

VI – 1 (um) representante de tribunal de contas dos Estados;

VII – 1 (um) representante do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) das regiões Norte e Nordeste;

VIII – 1 (um) representante do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste;

IX – 1 (um) representante do Conselho Nacional de Justiça;

X – 1 (um) representante de entidade nacional de representação municipal que represente, pelo menos, 80% (oitenta por cento) dos Municípios brasileiros ou 50% (cinquenta por cento) da população brasileira, na forma de regulamento;

XI – 1 (um) representante do Conselho Federal de Contabilidade.

§ 4º O Secretário do Tesouro Nacional presidirá o CGF na ausência do Ministro de Estado da Economia.

§ 5º Câmaras técnicas serão responsáveis pela elaboração e proposição de normas e interpretações técnicas no âmbito das competências do CGF, sendo suas composições e formas de funcionamento definidas em regulamento.



§ 6º Os membros e especialistas indicados para o CGF e para as câmaras técnicas devem ser cidadãos de reputação ilibada e que tenham notório conhecimento e experiência profissional nas áreas de atuação do CGF.

§ 7º O órgão central de contabilidade da União exercerá, na forma de regulamento, as funções de secretaria-executiva do CGF e a coordenação das câmaras técnicas de que trata o § 5º.

§ 8º As funções de membro do CGF e de especialista integrante de câmara técnica serão consideradas prestação de serviços de relevante interesse público e não serão remuneradas, cabendo os custos referentes à sua participação aos órgãos e entidades a que se vincularem.

§ 9º Regulamento estabelecerá a forma de escolha dos membros representantes de que tratam os incisos VI, VII, VIII e X do § 3º deste artigo, vedada a participação de entidades de representação de servidores públicos.

§ 10. O CGF instituirá formas de premiação e reconhecimento público aos titulares de Poder que alcançarem resultados meritórios quanto à qualidade e transparência de seus demonstrativos e de suas práticas fiscais, orçamentárias, contábeis e financeiras.

§ 11. A inobservância das regras de padronização editadas pelo CGF ensejará as penalidades previstas no § 2º do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 3º Revogam-se os §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A contagem do prazo de que trata o *caput* do art. 4º-B da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, inicia-se na data de entrada em vigor desta Lei.



PLS 163/2018
00004**EMENDA Nº - PLEN**

(ao Substitutivo ao PLS nº 163, de 2018 – Complementar)

Acrescente-se ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2018 – Complementar, o seguinte art. 5º, renumerando-se o atual art. 5º como art. 6º:

Art. 5º A Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“**Art. 2º-A.** O disposto no inciso I do *caput* do art. 2º deixa de ser aplicável a partir de 1º de janeiro de 2020.

§ 1º Na vigência do disposto no *caput*, a comparação mensal de que trata o § 2º do art. 2º levará em conta a variação acumulada do IPCA com a variação acumulada da taxa Selic.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2020, as prestações mensais e consecutivas serão apuradas pelo Sistema de Amortização Constante – SAC.

§ 3º A União terá até 31 dezembro de 2019 para promover os aditivos contratuais, independentemente de regulamentação, após o que o devedor poderá recolher, a título de pagamento à União, o montante devido, com a aplicação desta Lei Complementar.”

JUSTIFICAÇÃO

Destacamos, inicialmente, que esta emenda parte da ideia contida no Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2012 – Complementar, do



eminente ex-Senador Francisco Dornelles, que foi arquivado no final da legislatura encerrada em 2015.

Nesse sentido, a mudança que se propõe visa obter a readequação das condições de remuneração dos refinanciamentos concedidos pelo Tesouro Nacional aos estados e municípios. Como se sabe, os contratos de refinanciamento, inicialmente, adotaram como indexador o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) e uma taxa de juros, de até 9% ao ano, até dezembro de 2012, e, posteriormente, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 4% ao ano, que se mostraram incompatíveis com as mudanças macroeconômicas seguintes à época da rolagem, revelando-se abusivas, com graves prejuízos para as finanças estaduais e municipais, ou insuficientes e inadequadas, em face do expressivo desajuste em suas contas públicas.

Apesar dos avanços recentes, é inconteste a precária situação dos estados no momento atual. A propósito, para ilustrar a natureza desproporcional dos encargos adotados nos refinanciamentos procedidos, basta olharmos para as informações da tabela abaixo.

PROGRAMA DE RESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS

(em milhões de R\$ de 2017)

UF	Lei 9.496 ¹	PROES ¹	Pagamentos	Diferença ²	Estoque Real ³
AC	61,39	429,57	776,69	-285,72	345,05
AL	4.931,51	1.297,24	7.957,48	-1.728,73	6.903,15
AM	406,53	1.338,57	2.294,64	-549,55	508,49
AP	-	95,66	152,31	-56,66	76,12
BA	3.035,87	5.666,05	14.973,70	-6.271,77	4.646,40
CE	355,25	3.565,27	5.387,58	-1.467,05	851,28
DF	2.060,56	-	2.888,28	-827,72	1.117,14
ES	1.307,65	880,75	3.367,67	-1.179,27	1.376,36
GO	3.967,62	1.912,87	9.372,04	-3.491,56	3.675,28
MA	803,93	1.381,80	3.803,65	-1.617,92	1.083,61
MG	36.563,21	15.719,68	68.136,13	-15.853,24	82.437,26
MS	4.407,72	-	6.581,68	-2.173,97	6.171,86
MT	2.686,54	654,77	6.548,55	-3.207,23	2.097,61
PA	881,74	426,61	2.319,50	-1.011,15	958,03
PB	1.144,12	-	1.933,87	-789,76	763,21
PE	2.682,44	4.227,30	10.451,72	-3.541,98	3.186,34
PR	1.560,97	16.582,36	25.541,60	-7.398,26	10.395,78



SF/19107.63457-88



UF	Lei 9.496 ¹	PROES ¹	Pagamentos	Diferença ²	Estoque Real ³
RJ	47.921,14	-	47.354,05	567,10	78.726,42
RN	253,13	343,94	999,77	-402,70	254,42
RO	488,39	1.840,59	3.426,22	-1.097,23	2.427,83
RR	22,29	132,47	261,16	-106,40	103,36
RS	26.339,67	8.557,36	40.965,16	-6.068,13	57.988,26
SC	6.455,46	7.939,18	21.127,11	-6.732,48	9.558,94
SE	1.221,08	137,23	2.121,20	-762,89	1.021,56
SP	173.902,73	-	240.490,82	-66.588,09	234.072,23
Total	323.460,94	73.129,27	529.232,58	-132.642,38	510.745,99

Fonte. Dados elaborados a partir de informações sobre as dívidas das unidades da Federação junto à União (disponíveis em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/creditos-da-uniao>) e de informações sobre a taxa de inflação medida pela variação do IPCA (disponíveis em <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>).

1. Saldos devedores iniciais dos referidos programas.

2. A coluna “Diferença” equivale aos valores da coluna “Pagamentos” menos a soma dos valores das colunas “Lei 9.496” e “PROES” considerando a utilização do IPCA como único indexador dos contratos.

3. O “Estoque Real” equivale à soma dos saldos devedores da Lei 9.496 e do PROES, apurados em 31 de dezembro de 2017, conforme as regras constantes da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014.

A interpretação dessa tabela é a seguinte:

- i) as suas duas primeiras colunas correspondem aos saldos devedores inicialmente refinanciados com base na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e os principais dos financiamentos obtidos ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, voltada à redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária (PROES – Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado na Atividade Bancária), bem como aos acréscimos dessas dívidas decorrentes do reconhecimento de passivos ao longo dos anos, atualizados pela variação acumulada mensal do IPCA até a data de 31 de dezembro de 2017;
- ii) a sua terceira coluna corresponde aos pagamentos de fato feitos à União em época própria devidamente atualizados



SF/19107.63457-88



pela variação acumulada mensal do IPCA até a data de 31 de dezembro de 2017; e

- iii) por fim, a sua quarta coluna equivale à diferença entre os valores da terceira coluna e os valores resultantes da soma dos montantes da primeira com a segunda colunas, também na data de 31 de dezembro de 2017, de modo que o valor negativo do encontro de contas indica que o ente já teria quitado as suas dívidas com a União caso a atualização do saldo devedor fosse realizada pelo IPCA desde a sua origem.

Convém observar que o estoque das dívidas com a União apurado pela tabela em referência aparentemente é superior ao estoque real das mesmas dívidas em 31 de dezembro de 2017, mas, na prática, é inferior, em razão do fato de que o estoque real já incorpora os pagamentos ocorridos à época certa, calculados com base nos indexadores então vigentes, como já afirmado, IGP-DI mais *spread* de até 9% até dezembro de 2012 e IPCA + 4%, limitado à taxa Selic, a partir de janeiro de 2013. Com isso, o estoque da dívida do Estado do Acre de R\$ 491 milhões de acordo com a tabela sem o abatimento das prestações pagas é superior ao saldo devedor real de R\$ 345,1 milhões em 2017. Igualmente, para o Estado de Santa Catarina, é de se notar que o saldo devedor apurado pela tabela de R\$ 14,4 bilhões é superior ao saldo devedor real de R\$ 9,6 bilhões na mesma data.

Com base na tabela em comento, de imediato, observa-se que todos os estados, à exceção do Estado do Rio de Janeiro, já despenderam com serviços dessas dívidas valores superiores aos montantes originais aportados ou refinanciados pelo Tesouro Nacional. Se agregarmos esses valores, observa-se que os estados efetivaram pagamentos, a título de serviço dessas dívidas, que superam, em R\$ 132,6 bilhões, o montante original das dívidas contraídas nos referidos programas de reestruturação.

Entendemos, todavia, a gravosidade da situação fiscal de todos os entes da Federação, o que nos remete a buscar uma solução intermediária,



que reestabeleça o equilíbrio dos contratos das dívidas dos entes subnacionais junto à União de agora em diante. Para tanto, esta emenda busca promover mudanças pontuais nesses contratos. Propõe-se, assim, que a correção monetária seja o único encargo incidente sobre a dívida renegociada a partir de 1º de janeiro de 2020, adotando-se, para tanto, o IPCA (divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A tabela abaixo compara os fluxos de pagamentos a realizar pelos estados e pelo Distrito Federal, entre 2020 e 2022, relativos às dívidas refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, e aos financiamentos contratados ao amparo da Medida Provisória (MPV) nº 2.192-70, de 2001.

Impacto da Mudança dos Encargos das Dívidas Estaduais sobre o Fluxo de Pagamentos (em milhões de R\$)

UF	2020			2021			2022		
	Atuais ¹	Novas ²	Dif. ³	Atuais	Novas	Dif.	Atuais	Novas	Dif.
AC	20,1	12,1	8,0	20,1	12,1	8,1	20,1	12,1	8,1
AL	401,0	239,9	161,1	401,2	239,8	161,4	401,2	239,8	161,4
AM	29,7	17,9	11,8	29,7	17,9	11,9	29,7	17,9	11,9
AP	4,4	2,7	1,8	4,4	2,7	1,8	4,4	2,7	1,8
BA	272,9	164,8	108,1	273,0	164,7	108,3	273,1	164,7	108,3
CE	50,1	30,3	19,8	50,1	30,3	19,8	50,2	30,3	19,8
DF	63,6	37,4	26,2	63,6	37,4	26,3	63,7	37,4	26,3
ES	80,3	48,3	32,1	80,4	48,3	32,1	80,4	48,3	32,1
MA	214,5	128,9	85,7	214,7	128,9	85,8	214,7	128,9	85,8
MG	63,5	38,2	25,2	63,5	38,2	25,3	63,5	38,2	25,3
MS	4.821,2	2.900,9	1.920,3	4.823,9	2.900,4	1.923,5	4.824,4	2.900,3	1.924,1
MT	360,2	216,3	143,9	360,4	216,3	144,1	360,4	216,3	144,1
PA	124,2	75,4	48,7	124,2	75,4	48,8	124,2	75,4	48,8
PB	55,9	33,6	22,3	55,9	33,6	22,4	55,9	33,6	22,4
PE	44,5	26,7	17,8	44,6	26,7	17,8	44,6	26,7	17,8
PI	186,9	112,8	74,2	187,0	112,7	74,3	187,0	112,7	74,3
PR	606,7	364,4	242,3	607,0	364,3	242,7	607,1	364,3	242,8
RJ	4.463,1	2.613,0	1.850,1	4.465,6	2.612,5	1.853,0	4.466,0	2.612,4	1.853,6



SF/19107.63457-88



RN	14,9	9,0	5,9	15,0	9,0	5,9	15,0	9,0	5,9
RO	142,0	85,5	56,5	142,1	85,5	56,6	142,1	85,5	56,7
RR	6,0	3,6	2,4	6,0	3,6	2,4	6,0	3,6	2,4
RS	3.381,3	2.029,5	1.351,9	3.383,2	2.029,1	1.354,1	3.383,6	2.029,1	1.354,6
SC	557,8	335,0	222,8	558,1	335,0	223,2	558,2	335,0	223,2
SE	60,0	36,2	23,8	60,0	36,2	23,8	60,0	36,2	23,8
SP	13.892,	8.461,0	5.431,2	13.900,	8.459,5	5.440,4	13.901,	8.459,3	5.442,2
Tota	29.917,	18.023,	11.893,	29.933,	18.020,	11.913,	29.937,	18.019,	11.917,

Fonte. Dados elaborados a partir de informações sobre as dívidas das unidades da Federação junto à União (disponíveis em <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/creditos-da-uniao>) e de informações sobre a taxa Selic média do ano e o IPCA, apurados pela mediana das expectativas de mercado em 31 de maio de 2019 (disponíveis em <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>).

1. Refere-se ao fluxo de pagamento sob as condições dos encargos vigentes.
2. Refere-se ao fluxo de pagamento sob as condições dos encargos propostas pela presente emenda.
3. Refere-se à diferença entre os fluxos referidos em 1 e 2.

A construção dessa tabela é a seguinte:

- i) a primeira coluna, equivalente aos pagamentos esperados sob as condições atuais, foi elaborada com base nas regras das Leis Complementares nos 148, de 2014, 151, de 2015, e 156, de 2016, quais sejam, amortização do saldo devedor pela Tabela *Price*, taxa de juros de 4%, atualização do saldo devedor pelo IPCA e soma dos encargos limitada à taxa Selic ou IPCA + 4%, o que for menor. Adicionalmente, são adotadas as hipóteses de que os estoques das dívidas em 31 de dezembro de 2017 se manterão constantes até a data de 31 de dezembro de 2019, nenhum estado estará a partir de 2020 em condição de suspensão dos seus pagamentos por qualquer motivo e todos os estados solicitaram ou solicitarão à adesão ao benefício financeiro do art. 1º da Lei Complementar nº 156, de 2016;
- ii) a segunda coluna, equivalente aos pagamentos esperados sob as condições novas, foi elaborada com base nas regras contidas no corpo da emenda (o único encargo da



dívida será igual ao IPCA e a tabela de financiamento será a SAC); e

- iii) a terceira coluna corresponde à diferença de valores das duas primeiras colunas, representado, portanto, o alívio financeiro propiciado às unidades da Federação sob as regras da presente emenda.

Nota-se que o alívio financeiro aos estados e ao Distrito Federal, em termos potenciais, será de R\$ 11,9 bilhões em cada ano, entre 2020 e 2022, totalizando R\$ 35,7 bilhões no triênio em questão. A solução intermediária que ora propomos, em não retroagir a aplicação do novo indexador (IPCA) à data original das dívidas estaduais, reduz o impacto fiscal para a União, ao mesmo tempo que aumenta consideravelmente a capacidade de investimento dos entes subnacionais, o que auxiliará a retomada do crescimento econômico.

De acordo com as sábias palavras do então Senador Dornelles, é importante realçar que este projeto não afeta o endividamento do setor público como um todo. A proposta alcança apenas as relações intergovernamentais de modo a readequar a posição patrimonial das três esferas de governo – ao reduzir o passivo de governos estaduais e municipais e, ao mesmo tempo e no mesmo valor, ao diminuir também o ativo do governo federal. Portanto, essa alteração em nada afetará o montante da dívida líquida do setor público, medida que se usa para fixar a meta fiscal do País, porque nenhum real a mais será devido pelo setor público ao sistema bancário, ao mercado financeiro ou ao setor privado.

Finalmente cabe destacar que a presente emenda não pode ter a interpretação que possa ser um perdão por parte da União e nem que os estados queiram dar um calote. Em absoluto. Ela apenas representa a aplicação do que é, incontestavelmente, justo e de bom-senso, sobretudo em se tratando das relações entre entes da Federação, **em que os estados** – que têm os maiores encargos de atender a população brasileira na educação, saúde, segurança, transporte rodoviário, justiça, entre outros – **devolvem**



integralmente os valores recebidos, devidamente corrigidos pelo IPCA, que é o índice que mede a inflação brasileira.

Certo de que esta emenda contribuirá para restabelecer o equilíbrio dos contratos e da Federação, apelo ao Congresso Nacional para que a examine e a aprecie com a urgência que o caso exige.

Sala da Comissão,

Senador ESPERIDIÃO AMIN





Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Emenda nº 3 - CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2018 - Complementar

Altera a Lei Complementar nº 156, de 2016, para retirar os precatórios dos limites de aumento das despesas correntes dos Estados, estabelecidos pela lei como contrapartida à renegociação das dívidas dos Estados com a União.

Matéria **PLS 163/2018**

Início Votação **12/06/2019 18:21:44** Término Votação **12/06/2019 18:33:25**

Sessão **94º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **12/06/2019 14:00:00**

Partido	Orientação
MDB	SIM
PSD	SIM
PSDB	SIM
Podemos	SIM
PP	SIM
PT	SIM
DEM	SIM
PSL	SIM
PSB	SIM
Cidadania	SIM
REDE	SIM
PROS	SIM
PSC	SIM
Governo	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSD	BA	Angelo Coronel	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
PDT	CE	Cid Gomes	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PP	PB	Daniella Ribeiro	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
Podemos	PI	Elmano Férrer	SIM
PP	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
REDE	PR	Flávio Arns	SIM
PSL	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM

Emissão 12/06/2019 18:33:30



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Emenda nº 3 - CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2018 - Complementar

Altera a Lei Complementar nº 156, de 2016, para retirar os precatórios dos limites de aumento das despesas correntes dos Estados, estabelecidos pela lei como contrapartida à renegociação das dívidas dos Estados com a União.

Matéria **PLS 163/2018**Início Votação **12/06/2019 18:21:44** Término Votação **12/06/2019 18:33:25**Sessão **94º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **12/06/2019 14:00:00**

PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
MDB	PA	Jader Barbalho	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
PSB	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PSL	MT	Juíza Selma	SIM
PDT	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PSL	SP	Major Olimpio	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
Cidadania	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSDB	AM	Plínio Valério	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
-	DF	Reguffe	SIM
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PROS	AL	Renilde Bulhões	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
Podemos	ES	Rose de Freitas	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PP	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM

Emissão 12/06/2019 18:33:31



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Emenda nº 3 - CAE (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2018 - Complementar

Altera a Lei Complementar nº 156, de 2016, para retirar os precatórios dos limites de aumento das despesas correntes dos Estados, estabelecidos pela lei como contrapartida à renegociação das dívidas dos Estados com a União.

Matéria **PLS 163/2018** Início Votação **12/06/2019 18:21:44** Término Votação **12/06/2019 18:33:25**

Sessão **94º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **12/06/2019 14:00:00**

PSC PA Zequinha Marinho SIM

Presidente: *Davi Alcolumbre*

SIM:65 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:66


Primeiro-Secretario

Emissão 12/06/2019 18:33:31



Projeto de Lei do Senado nº 26/2014-Complementar



PARECER Nº 169 , DE 2019 – PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 26, de 2014 – Complementar, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros.



SF/19348.99606-21

RELATOR: Senador STYVENSON VALENTIM**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 26, de 2014 – Complementar, do Senador Alvaro Dias, altera a Lei Complementar nº 105, de 2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências, para estabelecer que não estão protegidas pelo sigilo bancário as operações ativas efetuadas por instituições financeiras controladas por entidades de direito público interno quando a contraparte for Estado estrangeiro ou a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro. Determina ainda que os instrumentos contratuais e eventuais aditivos das referidas operações sejam divulgados em página específica da instituição na rede mundial de computadores e em jornal de grande circulação na praça de sua sede.

Em sua justificação, o nobre autor afirma que as operações bancárias do setor público devem submeter-se ao princípio constitucional da publicidade, devendo impor-se o sigilo bancário como exceção apenas. Ressalta que a transparência nesse tipo de operação em nada afeta a honra e a privacidade do cidadão comum e que o sigilo bancário, como instrumento de proteção da pessoa humana, não deve ser indevidamente estendido para ocultar as operações financeiras do setor público.

Destaca também que as instituições oficiais de crédito, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), têm

Recebido em 12/6/19
Hora: 11:02

Juliana Soares Amorim
Matriculada 302809 SLSF/SGM



Página: 1/6 12/06/2019 10:34:44

99a30ac7fcb51bee04ec6c34bc902abd656317ca



recebido recursos subsidiados do Tesouro Nacional, que são repassados na forma de operações de crédito aos tomadores finais e que “os custos do Tesouro Nacional com as emissões que lastreiam esses empréstimos finais têm sido sistematicamente superiores ao retorno que obtém e, o que é mais preocupante, esses custos têm crescido exponencialmente”.

Registra, por fim, que “se existe esse imenso subsídio nas operações de crédito lastreadas em endividamento público, é incompreensível que o benefício seja estendido a outras nações à custa do sofrido contribuinte brasileiro”.

A matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores (CRE), onde recebeu parecer favorável com três emendas, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em todas as Comissões, a matéria recebeu parecer favorável com a aprovação das três emendas.

A primeira emenda altera a redação da ementa, para estender a extinção do sigilo bancário a todas as operações de crédito custeadas com recursos públicos; a segunda emenda promove essa alteração na parte dispositiva do PLS, enumerando taxativamente que não estão cobertas pelo sigilo bancário as operações quando (a) a contraparte for Estado estrangeiro, (b) a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro; ou (c) tratar-se de operação custeada total ou parcialmente por recursos provenientes de fundos orçamentários ou da concessão de empréstimos à instituição financeira por parte do respectivo ente público controlador. A terceira emenda, por fim, suprime a necessidade de publicação dos contratos em jornal de grande circulação na praça de sua sede, prevista no PLS.

II – ANÁLISE

Entendemos que não há óbices constitucionais ao projeto em análise, pois, nos termos do inciso VII do art. 22 da Constituição Federal (CF), compete à União legislar sobre política de crédito e a matéria relativa ao sigilo bancário insere-se na competência legislativa da União, nos termos do inciso I do art. 22 da CF.

Ademais, conforme estabelece o inciso XIII do art. 48 da Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas



SF/19348.99606-21

Página: 2/6 12/06/2019 10:34:44

99a30ac7fcb51bee04ec6c34bc902abd656317ca



operações. Além disso, o assunto em tela não figura entre as competências privativas do Presidente da República, previstas nos arts. 61 e 84 de nossa Carta Magna.

O PLS tampouco apresenta óbice no tocante à juridicidade e regimentalidade.

Finalmente, sob o aspecto formal, cabe observar que a matéria não tem implicação direta sobre o sistema tributário e orçamentário, vale dizer, não implica renúncia de receita e nem aumento de despesa fiscal.

Quanto ao mérito, consideramos que a matéria segue o princípio da publicidade, preceituado no art. 37 da Constituição Federal, por meio do qual todos os atos públicos devem ser de conhecimento geral de forma a que a sociedade possa fiscalizar a ação dos agentes públicos. Assim sendo, a aplicação do sigilo bancário para operações financeiras em que se lança mão de recursos públicos, sobretudo por meio de instituições oficiais de crédito, é insustentável.

O projeto é louvável. O controle do uso de recursos públicos pela administração só é possível mediante absoluta transparência na sua utilização.

Ademais, cabe considerar que uma questão fundamental para o financiamento público é a dotação de poupança necessária no país credor. Dessa forma, países que demandam investimentos externos não deveriam priorizar o financiamento a governos estrangeiros mesmo que por meio do financiamento de empresas privadas. Caberiam a estas demandar no setor privado nacional ou estrangeiro o necessário financiamento para a realização de obras no exterior.

Além disso, o financiamento é voluntário. Contrata o financiamento com o Poder Público aquela empresa ou ente público, nacional ou estrangeiro, que o deseje, submetendo-se por iniciativa própria aos regimentos vigentes para o crédito que pleiteia, não lhe sendo lícito arguir posteriormente o acobertamento do sigilo por qualquer motivo. Se não convém aos seus negócios que seja conhecido de terceiros o favor que então recebe, não contratará o crédito.

Dessa forma, como apontado nos pareceres das Comissões, a publicidade não deve se limitar aos empréstimos a países estrangeiros ou por



SF/19348.99606-21

Página: 3/6 12/06/2019 10:34:44

99a30ac7fcb51bee04ec6c34bc902abd656317ca



eles garantidos, pois boa parte dos projetos que são financiados em países estrangeiros decorre de créditos de financiamento à exportação, concedidos a empresas exportadoras brasileiras de bens e serviços, as quais são as tomadoras finais dos empréstimos, não dependendo da garantia formal de países estrangeiros. Portanto, quando houver aplicação de recursos públicos nesse tipo de financiamento, também deve ser afastado o sigilo bancário.

Igualmente, devemos considerar que qualquer financiamento que tenha como fonte os recursos públicos, assim definidos como os recursos provenientes de aportes diretos ou indiretos do Tesouro, deve ser tornado transparente. Dessa forma, acatamos no essencial a Emenda nº 4 - PLEN, do Senador Fernando Bezerra Coelho, para que explicitamente as operações das instituições privadas tenham o sigilo bancário afastado nos casos em que os empréstimos sejam concedidos a Estados estrangeiros ou por eles sejam garantidos, desde que esses empréstimos tenham como fonte os recursos públicos.

Porém, devemos atentar para o fato de que o objetivo maior do PLS é impedir que instituições financeiras estatais, independentemente da fonte de recursos que administram, emprestem recursos a Estados estrangeiros sigilosamente. No caso das instituições financeiras estatais, federais ou estaduais, a publicização ocorre independentemente da fonte de recursos.

Dessa forma, devemos afastar qualquer interpretação de que o sigilo bancário só seria afastado se a fonte dos recursos (*funding*) da instituição financeira fosse pública. Se prevalecesse esse entendimento, um empréstimo do BNDES ou do BB a um Estado estrangeiro ou com garantia de Estado estrangeiro, com recursos captados no exterior, poderia ser mantido em sigilo.

Aqui, cabe refletir que qualquer operação de crédito de instituição financeira estatal a Estado estrangeiro, independentemente da fonte dos recursos, deve ter o sigilo bancário afastado. Afinal, a estatização e a necessária publicização dos recursos não depende apenas da fonte dos recursos, mas também do fato de os recursos serem administrados por ente financeiro estatal. Nesse sentido, é que compreendemos a proposta original do nobre autor. Assim sendo, retiramos o inciso III do § 5º proposto pela CRE.

Portanto, apresentamos duas emendas que englobam a proposta original, as emendas da CRE e a Emenda nº 4 – PLEN. Assim sendo, a redação do PLS dispensa o § 7º proposto pela Emenda nº 4 – PLEN, pois a informação sobre a operação financeira é pública.



SF/19348.99606-21

Página: 4/6 12/06/2019 10:34:44

99a30ac7cb51bee04ec6c34bc902abd656317ca



III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 26, de 2014 – Complementar, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 5 – PLEN

Dê-se à ementa do PLS nº 26, de 2014 – Complementar, a seguinte redação:

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, *que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências*, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas, custeadas com recursos públicos, de instituições financeiras, que tenham como contraparte ou garantia de Estados estrangeiros.

EMENDA Nº 6 – PLEN

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 26, de 2014 – Complementar, a seguinte redação:

“Art. 1º Acrescentem-se ao art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, os seguintes §§ 5º e 6º:

“Art. 1º

.....

§ 5º Não estão protegidas pelo sigilo bancário disciplinado nesta Lei Complementar as operações ativas efetuadas por instituições financeiras controladas por entidades de direito público interno e as operações ativas, custeadas total ou parcialmente por recursos públicos, efetuadas por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil quando, alternativamente:

I – a contraparte for Estado estrangeiro; ou



SF/19348.99606-21

Página: 5/6 12/06/2019 10:34:44

99a30ac7fcb51bee04ec6c34bc902abd656317ca



6

II – a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro.

§ 6º Os instrumentos contratuais e eventuais aditivos das operações de que trata o § 5º serão divulgados em página específica da instituição financeira na rede mundial de computadores.” (NR)

Sala das Sessões,

, Presidente


, Relator



Página: 6/6 12/06/2019 10:34:44

99a30ac7fcb51bee04ec6c34bc902abd656317ca



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 170, DE 2019 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei do Senado
nº 26, de 2014 – Complementar.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2014 – Complementar, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros*, consolidando as Emendas nºs 5 e 6 – PLEN, aprovadas pelo Plenário.

Senado Federal, em 12 de junho de 2019.

LUIS CARLOS HEINZE, PRESIDENTE

JAQUES WAGNER, RELATOR

FLÁVIO BOLSONARO

WEVERTON



ANEXO DO PARECER Nº 170, DE 2019 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei do Senado
nº 26, de 2014 – Complementar.

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para determinar que não estão protegidas pelo sigilo bancário as operações ativas que especifica que tenham Estado estrangeiro como contraparte ou garantidor.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

“Art. 1º

.....

§ 5º Não estão protegidas pelo sigilo bancário disciplinado nesta Lei Complementar as operações ativas efetuadas por instituição financeira controlada por entidade de direito público interno e as operações ativas efetuadas por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil e custeadas, total ou parcialmente, por recursos públicos quando, alternativamente:

I – a contraparte for Estado estrangeiro;

II – a operação tiver garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro.

§ 6º Os instrumentos contratuais e eventuais aditivos das operações referidas no § 5º serão divulgados em página específica da instituição financeira na internet.” (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

PLS nº 26, de 2014 - Complementar, com as Emendas nos termos dos Pareceres

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros.

Matéria **PLS 26/2014**Início Votação **12/06/2019 18:48:10**Término Votação **12/06/2019 19:07:05**Sessão **94º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

12/06/2019 14:00:00

Partido	Orientação		
PT	SIM		

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
MDB	RO	Confúcio Moura	SIM
PP	PB	Daniella Ribeiro	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
Podemos	PI	Elmano Férrer	SIM
PP	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
REDE	PR	Flávio Arns	SIM
PSL	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
PSB	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PSL	MT	Juiza Selma	ABSTENÇÃO
PDT	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PP	AC	Mailza Gomes	SIM
Cidadania	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM

Emissão 12/06/2019 19:07:09



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

PLS nº 26, de 2014 - Complementar, com as Emendas nos termos dos Pareceres

Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros.

Matéria **PLS 26/2014**

Início Votação **12/06/2019 18:48:10**

Término Votação **12/06/2019 19:07:05**

Sessão **94º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

12/06/2019 14:00:00

-	DF	Reguffe	SIM
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PROS	AL	Renilde Bulhões	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
Podemos	ES	Rose de Freitas	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PP	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: *Davi Alcolumbre*

SIM:54 **NÃO:0** **ABST.: 1** **PRESIDENTE:1** **TOTAL:56**


Primeiro-Secretario

Emissão 12/06/2019 19:07:09



Proposta de Emenda à Constituição nº 91/2019





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº 171, DE 2019 - PLEN/SF

De Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 91, de 2019 (nº 70, de 2011, na origem), da Câmara dos Deputados, que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.



SF/19897.53300-42

Relator: Senador ANTONIO ANASTASIA

I – RELATÓRIO

Vem à análise do Plenário, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 91, de 2019 (PEC nº 70, de 2011 na origem).

A proposição traz o texto aprovado pela Câmara dos Deputados referente à PEC nº 11, de 2011, com origem no Senado Federal, e que teve como primeiro signatário o Senador José Sarney.

A PEC introduz novas regras para a apreciação das medidas provisórias (MPV) pelo Congresso Nacional, conferindo prazos específicos para cada fase de apreciação, na Comissão Mista, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Seu objetivo principal é garantir a cada um desses órgãos um prazo razoável para sua apreciação, evitando, como tem sido comum, especialmente aqui no Senado, que a matéria tenha de ser deliberada em poucos dias, sob pena de perder sua eficácia.

Página: 1/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c000e46c7fc6e52850

Recebido em 12/06/2019
Hora: 18:09
Assinado digitalmente por
Antonio Anastasia
Membro do Senado Federal
SIS/SGM

Praça dos Três Poderes - Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Tancredo Neves - Gabinete 51 - CEP 70165-900 - Brasília/DF



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

A PEC também traz soluções para outras dificuldades enfrentadas pelo Parlamento no exame dessas medidas: a positivação da regra que veda a inserção de matéria estranha (os famosos “jabutis”); a explicitação de que o trancamento de pauta atinge somente matérias que possam ser objeto de MPV; vedação de reedição na mesma sessão legislativa em que tenha perdido eficácia ou tenha sido rejeitada (já que hoje há certa divergência sobre qual seria o marco temporal da irrepetibilidade).

A proposta foi lida no último dia 6 de junho e despachada, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, a CCJ, para a oferta de parecer. Foram apresentadas duas emendas de autoria do Senador Esperidião Amin.

II – ANÁLISE

Em se tratando de PEC, cabe à CCJ opinar tanto sobre a admissibilidade da proposição quanto sobre o seu mérito, segundo o disposto no art. 356 do RISF.

Em relação aos aspectos formais de constitucionalidade, observamos que a PEC cumpriu os requisitos constitucionais para sua propositura, bem como tramitou em período no qual não houve qualquer das causas impeditivas constantes do § 1º do art. 60.

Materialmente, a PEC não atenta contra qualquer das cláusulas pétreas (CF, art. 60, § 4º, I a IV), pelo contrário, reforça o princípio fundamental da separação dos Poderes ao aprimorar o rito de apreciação das medidas provisórias pelo Poder Legislativo.



SF/19897.53300-42

Página: 2/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c000e46c7fc6e52850





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Superada a admissibilidade, passa-se à análise do mérito.

A Constituição de 1988 introduziu no Brasil a medida provisória, inspirada nos decretos-lei para casos extraordinários de necessidade e de urgência (*“decreti-legge in casi straordinari di necessità e d’urgenza”*), consagrados no sistema parlamentarista italiano desde 1947.

A importação desse instituto ao texto constitucional brasileiro se deu em uma fase da Assembleia Nacional Constituinte em que se estabelecia o Parlamentarismo como sistema de governo. Entretanto, as disposições foram mantidas até o final da tramitação, quando se definiu que a decisão final se daria no plebiscito de 7 de setembro de 1993.

A manutenção de um instituto de natureza parlamentarista no presidencialismo brasileiro foi alvo de críticas pela doutrina desde sua implementação e, do ponto de vista institucional, é um dos mais fascinantes desafios do sistema de pesos e contrapesos.

Antes de 1988, o Presidente da República dispunha de competência exclusiva para editar decreto-lei, proposição legislativa de eficácia imediata que era submetida posteriormente à apreciação do Congresso Nacional. Por esse instrumento, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não houvesse aumento de despesa, o Chefe do Poder Executivo poderia expedir decretos-leis sobre matérias relativas a: segurança nacional; finanças públicas, inclusive normas tributárias; e criação de cargos públicos e fixação de vencimentos. Cabia então ao Poder Legislativo aprovar ou rejeitar a matéria em sessenta dias, porém, não eram aceitas emendas e, em caso de não haver deliberação, o texto era tido como aprovado.



SF/19897.53300-42

Página: 3/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c00e46c7fc6e52850





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Com a promulgação da vigente Constituição, a medida provisória foi introduzida de um modo singelo, semelhante ao regime italiano (art. 77 da Constituição da Itália, de 1947), com o seguinte regramento:

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes.

A partir de então, todos Presidentes da República passaram a utilizar as medidas provisórias de forma excessiva, o que gerou reação do Congresso Nacional.

A Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1º de março de 1994, trouxe a primeira vedação expressa à utilização de medida provisória, qual seja, a regulamentação do Fundo Social de Emergência (norma de eficácia exaurida que constava do art. 73 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT).

A Emenda Constitucional (EC) nº 5, de 15 de agosto de 1995, instituiu a segunda limitação material ao conteúdo das medidas provisórias, com a vedação do uso do instrumento no âmbito dos Estados para regulamentar a exploração direta, ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado (CF, art. 25, §2º).



SF/19897.53300-42

Página: 4/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c000e46c7fc6e52850





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

A EC nº 6, de 15 de agosto de 1995, por sua vez, proibiu o uso de medida provisória para regulamentar “*artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995*” (ADCT, art. 246).

No entanto, foi necessário, posteriormente, realizar verdadeira reforma do regime das medidas provisórias. A experiência com dezenas de reedições das mesmas medidas provisórias sobre os mais diversos assuntos mostrou-se insustentável no diálogo entre o Executivo e o Legislativo. É nesse contexto, portanto, que surge a EC nº 32, de 11 de setembro de 2001.

A reforma promoveu várias alterações, dentre as quais se destacam:

(i) a vedação da edição de medidas provisórias (i.i) sobre nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; direito penal, processual penal e processual civil; organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais e suplementares, ressalvado abertura de crédito extraordinário (CF, art. 62, §1º, I); (i.ii) que vise a detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro (CF, art. 62, §1º, II); (i.iii) reservada a lei complementar (CF, art. 62, §1º, III); (i.iv) já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República (CF, art. 62, §1º, IV);

(ii) a irrepetibilidade absoluta da medida provisória na mesma sessão legislativa (CF, art. 62, §10);



SF/19897.53300-42

Página: 5/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c00e46c7fc6e52850





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

(iii) a previsão de Comissão Mista para que o Congresso Nacional se manifestasse previamente sobre os pressupostos constitucionais de urgência e relevância (CF, art. 62, §9º);

(iv) o sobrestamento da pauta das Casas Legislativas após quarenta e cinco dias da edição de medida provisória (CF, art. 62, §6º);

(v) a possibilidade de prorrogação do prazo de sessenta dias de vigência por igual período (CF, art. 62, §7º).

O Congresso Nacional regulamentou a EC nº 32, de 2001, por meio da Resolução nº 1, de 5 de maio de 2002. Nada obstante, a realidade prática demonstrou que os problemas continuaram a existir. O exíguo prazo de 14 dias para a Comissão Mista proferir seu parecer (art. 5º da referida Resolução) se mostrou inexecutável, e a maioria das medidas provisórias passaram a ter pareceres proferidos em Plenário, o que deu muito poder aos congressistas relatores. Aliado a isso, somaram-se: o sobrestamento da pauta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; os pequenos prazos para cada Casa apreciar a matéria; e a multidisciplinariedade de matérias em uma mesma medida provisória, causada não só pelo Poder Executivo, mas também pelo excesso de emendas que traziam matérias de toda a natureza.

Ao longo dos anos, portanto, cresceu o sentimento de que a agenda do Congresso Nacional estaria, a cada dia, mais dominada pela apreciação das medidas provisórias.

A busca por alternativas a esses novos problemas consolidou-se em três momentos.



SF/19897.53300-42

Página: 6/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c000e46c7fc6e52850





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Primeiro, em 17 de março de 2009, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, resolvendo questão de ordem feita em Plenário, definiu que o trancamento da pauta por medidas provisórias (CF, art. 62, § 6º) não alcançaria: (i) as proposições com prazo constitucional determinado; nem (ii) as proposições que veiculem matéria vedada a medida provisória, isto é, Propostas de Emenda à Constituição, Projetos de Resolução, de Decreto Legislativos, de Lei Complementar, e de Lei Ordinária cujo tema não possa ser tratado por medida provisória. Esse entendimento foi posteriormente chancelado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 29 de junho de 2017 (Mandado de Segurança nº 27.931/DF).

Segundo, em 8 de março de 2012, o Supremo Tribunal Federal encerrou o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.029 (Caso *Instituto Chico Mendes*) e declarou a inconstitucionalidade de quatro dispositivos da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002. Em síntese, o STF entendeu que o parecer da Comissão Mista seria indispensável, nos seguintes termos:

As Comissões Mistas e a magnitude das funções das mesmas no processo de conversão de Medidas Provisórias decorrem da necessidade, imposta pela Constituição, de assegurar uma reflexão mais detida sobre o ato normativo primário emanado pelo Executivo, evitando que a apreciação pelo Plenário seja feita de maneira inopinada, percebendo-se, assim, que o parecer desse colegiado representa, em vez de formalidade desimportante, uma garantia de que o Legislativo fiscalize o exercício atípico da função legiferante pelo Executivo. (STF, ADI nº 4029, Rel. Min. Luiz Fux)

Terceiro, em 15 de outubro de 2015, o STF concluiu o julgamento da ADI nº 5.127 nos seguintes termos:



SF/19897.53300-42

Página: 7/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c000e46c7fc6e52850





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Viola a Constituição da República, notadamente o princípio democrático e o devido processo legislativo (arts. 1º, *caput*, parágrafo único, 2º, *caput*, 5º, *caput*, e LIV, CRFB), a prática da inserção, mediante emenda parlamentar no processo legislativo de conversão de medida provisória em lei, de matérias de conteúdo temático estranho ao objeto originário da medida provisória. (STF, ADI nº 5127, Rel. Min. Rosa Weber, Rel. p/ Acórdão Min. Edson Fachin)

Em suma, além do regramento expresso conferido pela Emenda à Constituição nº 32, de 2001, estão em vigor hoje mais três regras: a limitação ao trancamento da pauta por medidas provisórias; a obrigatoriedade de parecer da Comissão Mista; e a vedação às chamadas “emendas jabutis”.

Ocorre que, em 17 de agosto de 2011 — portanto antes de consolidados os marcos anteriormente referidos —, o Senado Federal aprovou a PEC nº 11, de 2011 (que deu origem à presente PEC), a qual extinguiu a Comissão Mista, conferindo a admissibilidade à respectiva Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e criava prazos específicos para apreciação da matéria: Câmara (80 dias); Senado (30 dias) e; Câmara novamente (10 dias, caso o Senado fizesse alterações no texto).

O texto foi alterado pela Câmara dos Deputados, chegando à proposta que se encontra agora em análise por esta Comissão. Se aprovada a PEC, o procedimento passará a ser o seguinte:

(i) o Presidente da República edita a MPV com eficácia imediata e, no 2º (segundo) dia útil seguinte à sua edição, inicia-se o prazo de 40 (quarenta) dias para a Comissão Mista emitir o parecer;



SF/19897.53300-42

Página: 8/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c000e46c7fc6e52850





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

(ii) aprovado o parecer na Comissão Mista ou decorrido o prazo, no 2º (segundo) dia útil seguinte ao recebimento do parecer, inicia-se o prazo de 40 (quarenta) dias para a Câmara dos Deputados aprovar a MPV ou o Projeto de Lei de Conversão (PLV), sob pena de perda de eficácia. Não apreciada em 30 (trinta) dias, a MPV entra em regime de urgência;

(iii) aprovados a MPV ou o PLV pela Câmara dos Deputados, no 2º (segundo) dia útil seguinte à aprovação, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias, para o Senado Federal aprovar a MPV ou o PLV, sob pena de perda de eficácia. Não apreciada em 20 (vinte) dias, a MPV entra em regime de urgência;

(iv) aprovada pelo Senado Federal sem mudanças em relação à Câmara dos Deputados, a matéria será convertida em lei (se for o texto original da MPV) ou remetida à sanção (se for na forma de PLV);

(v) aprovada a MPV ou o PLV pelo Senado com emendas, no 2º (segundo) dia útil seguinte à aprovação, inicia-se o prazo de 10 (dez) dias para a Câmara dos Deputados aprovar ou rejeitar as emendas, sob pena de perda de eficácia;

Além disso, (vi) a PEC estabelece no texto da Constituição a regra de que o trancamento da pauta pelas medidas provisórias só valha para as proposições cujo objeto poderia ser tratado em MPV (positivando a decisão do STF no MS nº 27.931/DF); e (vii) define que a medida provisória e o projeto de lei de conversão não conterão matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão (positivando a decisão do STF na ADI nº 5.127/DF).



SF/19897.53300-42

Página: 9/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c000e46c7fc6e52850





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Nada foi alterado quanto à (viii) exigência de edição de decreto legislativo para regulamentar as relações jurídicas decorrentes da MPV no caso de perda de eficácia. Manteve-se também (ix) a suspensão dos prazos durante o recesso parlamentar.

Percebe-se, portanto, que a proposta traz para o texto constitucional as soluções desenvolvidas desde 2001. Essa sistemática vigente hoje é, de fato, a melhor que tivemos desde 1988. O trabalho da Comissão Mista na instrução das medidas provisórias é importantíssimo; a limitação ao trancamento da pauta deixa de inviabilizar a atividade legislativa das Casas do Congresso; e a vedação às emendas sem pertinência temáticas evita situações de surpresa durante a votação das medidas provisórias em Plenário.

A inovação principal da redação da PEC é o estabelecimento de prazos individuais para cada fase da apreciação das medidas provisórias. A redação atual dos parágrafos do art. 62 da Constituição, dada pela Emenda à Constituição nº 32, de 2001, limita-se a estabelecer que as medidas provisórias perderão eficácia se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogáveis por igual período. Com efeito, hoje o Congresso tem cento e vinte dias para analisar as medidas provisórias, porém observa-se na prática que este prazo não tem sido bem distribuído.

Há inúmeros casos em que o Senado Federal não tem condições de efetivamente opinar no processo legislativo de conversão de medida provisória, pois a proposição chega a esta Casa com prazos curtos de poucos dias ou até mesmo poucas horas.



SF/19897.53300-42

Página: 10/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c000e46c7fc6e52850



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Para ilustrar, veja-se o caso da recente Medida Provisória nº 871, de 2019:

- editada em 18 de janeiro de 2019 — durante o recesso parlamentar — a medida teve seu prazo de apreciação iniciado em 4 de fevereiro de 2019;

- em 10 de abril de 2019 foi instalada a Comissão Mista;

- em 09 de maio 2019 foi aprovado o parecer da Comissão e remetido o PLV à Câmara dos Deputados;

- em 30 de maio de 2019, foi aprovado o texto pela Câmara e enviado ao Senado;

- em 6 de junho de 2019 o Senado aprovou o texto e remeteu o PLV à sanção.

Ou seja, dos **120 dias** para apreciação, **94 dias** utilizados na fase da Comissão Mista, sendo **65 dias** gastos só para a instalação da comissão e **29 dias** de apreciação efetiva pelo colegiado; a MPV então ficou durante **20 dias** na Câmara dos Deputados; e chegou ao Senado Federal faltando **6 dias** para o decurso do prazo.

É salutar, portanto, que se corrija esta falha, para melhor distribuir o tempo de apreciação das medidas provisórias, garantindo especialmente a este Senado Federal um prazo razoável para estudar e debater esses importantes temas.



SF/19897.53300-42

Página: 11/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c000e46c7fc6e52850





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Também consideramos meritórias as demais alterações empreendidas, notadamente a vedação a que emendas contendo matéria estranha sejam enxertadas no texto e aproveitem o rito mais célere de tramitação para serem aprovadas sem que se tenha tempo para uma discussão mais detida do tema.

Tudo isso indica que, paulatinamente, saímos de uma redação que praticamente copiava o art. 77 da Constituição Italiana, para uma estruturação mais adequada ao nosso sistema presidencialista (EC nº 32, de 2001). E, agora, estamos aperfeiçoando os problemas que decorreram desse novo regramento, chegando, em tese, a uma melhora adicional do sistema de tramitação das medidas provisórias — o que afeta positivamente não apenas este Congresso Nacional, mas também todo o ambiente jurídico, normativo e regulatório do Brasil.

São necessários, contudo, alguns aperfeiçoamentos meramente redacionais, por questões de técnica legislativa.

O art. 118 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados define emenda de redação como aquela “*que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto*”.

De fato, ocorreu um lapso manifesto, em relação ao papel da comissão mista prevista no § 9º do art. 62 da Constituição. É que, no inciso I que se pretende inserir no § 3º do art. 62, cita-se que o colegiado deverá *apreciar* as medidas provisórias em até 40 dias. Do ponto de vista da técnica legislativa, contudo, tal alteração não se sustenta, por dois motivos.



SF/19897.53300-42

Página: 12/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c000e46c7fc6e52850





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Em primeiro lugar, porque a comissão mista não aprecia as medidas provisórias (aprovando-as ou rejeitando-as), mas apenas as examina e emite parecer, nos termos do § 9º do art. 62. Essa utilização de um novo termo para se referir ao papel da comissão, além de poder induzir a equívocos (peca contra o aspecto da precisão normativa), ainda contraria os mandamentos da Legística Formal, que, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, determina “*expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico*” (art. 11, II, *b*). Assim, deve-se evitar o uso da palavra “*apreciar*”, para se referir ao papel da comissão.

Em segundo lugar, o estabelecimento de prazo para que este colegiado se manifeste deve ocorrer no dispositivo que já trata da comissão mista, ou seja, o § 9º. Não faz sentido inserir a referência à comissão mista no § 3º — que atualmente não trata dela — e deixar intocado o § 9º, que já trata do tema. Isso peca, mais uma vez, contra a sistematicidade do texto normativo, uma das principais diretrizes de técnica legislativa.

Igualmente, é preciso desmembrar os diversos prazos estabelecidos no § 6º em incisos, para atender ao que determina a alínea *d* do inciso III do art. 11 da citada Lei Complementar de técnica legislativa (Lei Complementar nº 95, de 1998).

É preciso também substituir as referências a dias feitas em algarismos, para que sejam feitas por extenso. É o que dispõe a alínea *f* do inciso II do art. 11 da LC nº 95, de 1998, que manda “*grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto*”.



SF/19897.53300-42

Página: 13/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd6c000e46c7fc6e52850





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

Finalmente, faz-se necessário corrigir o lapso manifesto da redação do atual inciso IV do § 3º (renumerado para inciso III), que obriga a que as emendas do Senado Federal sejam *aprovadas* pela Câmara dos Deputados. Ora, a Câmara não tem obrigação de aprovar as modificações do Senado; tem o dever, isso sim, de as *apreciar* no prazo constitucional, motivo pelo qual estamos sugerindo a mudança do verbo, a fim de corrigir tal lapso.

Para corrigir tais erros de técnica legislativa e lapsos manifestos, estamos apresentando emenda de redação, com a finalidade de:

(i) deslocar a previsão do prazo para a comissão mista, do inciso I do § 3º para o § 9º, com a necessária renumeração e adaptação dos demais incisos;

(ii) em virtude disso, corrigir a remissão aos incisos no § 6º e ao § 9º, no § 4º;

(iii) desmembrar o § 6º em três incisos;

(iv) alterar as referências a dias, de algarismos para citação por extenso; e

(v) modificar o verbo que trata da análise das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados, de “*aprovar*” para “*apreciar*”.

Com esses ajustes, entendemos que estão sendo acolhidas os objetivos das Emendas nº 01 e nº 02, apresentadas pelo eminente Senador Esperidião Amin, na forma da emenda de redação apresentada.



SF/19897.53300-42

Página: 14/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c000e46c7fc6e52850





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da PEC nº 91, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação e pela aprovação das Emendas nº 01 e nº 02, na forma da seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 3 - CCJ (DE REDAÇÃO)
(à PEC nº 91, de 2019)

*Aprovado
Em 12/06/19*

Dê-se aos §§ 3º, 4º, 6º e 9º do art. 62 da Constituição Federal, nos termos do art. 1º da PEC nº 91, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 1º

‘Art. 62.

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 deste artigo, perderão eficácia, desde a edição, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes, se não forem:

I – aprovadas pela Câmara dos Deputados no prazo de **quarenta** dias, contado **do decurso do prazo previsto no § 9º** ou do **segundo** dia útil seguinte ao recebimento do parecer da comissão mista;

II – aprovadas pelo Senado Federal no prazo de **trinta** dias, contado do **segundo** dia útil seguinte à aprovação pela Câmara dos Deputados;

III – **apreciadas** pela Câmara dos Deputados eventuais emendas do Senado Federal à medida provisória ou ao projeto de lei de conversão, no prazo de **dez** dias, contado do **segundo** dia útil seguinte à aprovação pelo Senado Federal.



SF/19897.53300-42

Página: 15/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c000e46c7fc6e52850





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

§ 4º Os prazos a que se referem os §§ 3º e 9º suspendem-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

§ 6º A medida provisória entrará em regime de urgência, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado e das proposições que veiculem matéria vedada a medida provisória, nas seguintes hipóteses:

I – a partir do trigésimo dia do prazo a que se refere o inciso I do § 3º;

II – a partir do vigésimo dia do prazo a que se refere o inciso II do § 3º; e

III – durante todo o prazo que se refere o inciso III do § 3º.

§ 7º (Revogado).

§ 9º As medidas provisórias serão apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional, após a emissão de parecer **indispensável** por comissão mista de Deputados e Senadores, **que deverá ser proferido no prazo de quarenta dias, contado do segundo dia útil seguinte à sua edição.**

.....' (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19897.53300-42

Página: 16/16 12/06/2019 17:59:29

fe36633a7a36da1b1c2fd8c000e46c7fc6e52850



EMENDA DE REDAÇÃO À PEC 91/2019

Senador (a)	Assinatura
Antonio Amorim	Antonio Amorim
Carlos Vinha	Carlos Vinha
Gregorio (Gd)	Gregorio (Gd)
Simone Tebet	Simone Tebet
Soraya Thronicke	Soraya Thronicke
Fernando Bezerra	Fernando Bezerra
Ermano Gila	Ermano Gila
Jenaiide Gais	Jenaiide Gais
AROLDE	AROLDE
Elisane Faria	Elisane Faria
Jorginho Mello	Jorginho Mello
E. AMIN	E. AMIN
WTD	WTD
ALESSANDRO VIGINA	ALESSANDRO VIGINA
Flavio Arns	Flavio Arns



EMENDA DE REDAÇÃO À PEC 91/2019

Senador (a)	Assinatura
IZALEI LUAS	
REINOLDO	
FLAVIO	
ROGERIO CERNES	
LUIS BARRETO	
KASORO	
CLÓDIO	
RODRIGO ALE	
WILSON	





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 172 , DE 2019 – PLEN/SF

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 91, de 2019 (nº 70, de 2011, na Câmara dos Deputados).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 91, de 2019 (nº 70, de 2011, na Câmara dos Deputados), que *altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional*, consolidando a Emenda nº 3 – Plen, aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 12 de junho de 2019.

ANTONIO ANASTASIA, PRESIDENTE

LUIS CARLOS HEINZE, RELATOR

FLÁVIO BOLSONARO

MARCOS DO VAL



ANEXO DO PARECER Nº 172 , DE 2019 – PLEN/SF

Redação para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 91, de 2019 (nº 70, de 2011, na Câmara dos Deputados).

EMENDA CONSTITUCIONAL

Nº , DE 2019

Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 62.

.....

§ 3º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 deste artigo, perderão eficácia, desde a edição, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes, se não forem:

I – aprovadas pela Câmara dos Deputados no prazo de quarenta dias, contado do decurso do prazo previsto no § 9º ou do segundo dia útil seguinte ao recebimento do parecer da comissão mista;

II – aprovadas pelo Senado Federal no prazo de trinta dias, contado do segundo dia útil seguinte à aprovação pela Câmara dos Deputados;

III – apreciadas pela Câmara dos Deputados eventuais emendas do Senado Federal à medida provisória ou ao projeto de lei de



conversão, no prazo de dez dias, contado do segundo dia útil seguinte à aprovação pelo Senado Federal.

§ 4º Os prazos a que se referem os §§ 3º e 9º suspendem-se durante os períodos de recesso do Congresso Nacional.

.....

§ 6º A medida provisória entrará em regime de urgência, sobrestando todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção das que tenham prazo constitucional determinado e das proposições que veiculem matéria vedada a medida provisória, nas seguintes hipóteses:

I – a partir do trigésimo dia do prazo a que se refere o inciso I do § 3º;

II – a partir do vigésimo dia do prazo a que se refere o inciso II do § 3º; e

III – durante todo o prazo a que se refere o inciso III do § 3º.

§ 7º (Revogado).

.....

§ 9º As medidas provisórias serão apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional, após a emissão de parecer, indispensável, por comissão mista de Deputados e Senadores, que deverá ser proferido no prazo de quarenta dias, contado do segundo dia útil seguinte à sua edição.

§ 10. É vedada a reedição de matéria constante de medida provisória na mesma sessão legislativa em que tenha sido rejeitada ou perdido sua eficácia por decurso de prazo.

.....

§ 13. A medida provisória e o projeto de lei de conversão não conterão matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.” (NR)

Art. 2º Revoga-se o § 7º do art. 62 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação e não se aplica a medidas provisórias em tramitação no Congresso Nacional ou em suas Casas.



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 91, de 2019, nos termos do Parecer de Plenário (1º Turno)

Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo congresso Nacional.

Matéria **PEC 91/2019**

Início Votação **12/06/2019 19:22:24** Término Votação **12/06/2019 19:36:43**

Sessão **94º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **12/06/2019 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PP	PB	Daniella Ribeiro	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
Podemos	PI	Elmano Férrer	SIM
PP	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
REDE	PR	Flávio Arns	SIM
PSL	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayne Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
PSB	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PSL	MT	Juíza Selma	SIM
PDT	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PSL	SP	Major Olimpio	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
-	DF	Reguffe	SIM

Emissão 12/06/2019 19:36:48



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 91, de 2019, nos termos do Parecer de Plenário (1º Turno)

Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo congresso Nacional.

Matéria **PEC 91/2019**

Início Votação **12/06/2019 19:22:24**

Término Votação **12/06/2019 19:36:43**

Sessão **94ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

12/06/2019 14:00:00

MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PROS	AL	Renilde Bulhões	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
Podemos	ES	Rose de Freitas	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PP	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: *Davi Alcolumbre*

SIM:57 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:58


Primeiro-Secretario

Emissão 12/06/2019 19:36:48



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 91, de 2019 (2º Turno)

Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo congresso Nacional.

Matéria **PEC 91/2019**

Início Votação **12/06/2019 19:36:58**

Término Votação **12/06/2019 19:49:11**

Sessão **94ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

12/06/2019 14:00:00

Partido	UF	Nome Senador	Voto
Cidadania	SE	Alessandro Vieira	SIM
Podemos	PR	Alvaro Dias	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PSD	RJ	Arolde de Oliveira	SIM
PSD	MG	Carlos Viana	SIM
DEM	RR	Chico Rodrigues	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PP	PB	Daniella Ribeiro	SIM
Podemos	CE	Eduardo Girão	SIM
MDB	TO	Eduardo Gomes	SIM
Cidadania	MA	Eliziane Gama	SIM
Podemos	PI	Elmano Férrer	SIM
PP	SC	Esperidião Amin	SIM
REDE	ES	Fabiano Contarato	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
REDE	PR	Flávio Arns	SIM
PSL	RJ	Flávio Bolsonaro	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PSD	TO	Irajá	SIM
PSDB	DF	Izalci Lucas	SIM
PT	BA	Jaques Wagner	SIM
MDB	PE	Jarbas Vasconcelos	SIM
DEM	MT	Jayme Campos	SIM
PT	RN	Jean Paul Prates	SIM
PSB	GO	Jorge Kajuru	SIM
PL	SC	Jorginho Mello	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PSL	MT	Juíza Selma	SIM
PDT	TO	Kátia Abreu	SIM
Podemos	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	DF	Leila Barros	SIM
PSD	AP	Lucas Barreto	SIM
PP	RS	Luis Carlos Heinze	SIM
MDB	GO	Luiz do Carmo	SIM
PSL	SP	Major Olimpio	SIM
MDB	PI	Marcelo Castro	SIM
Cidadania	ES	Marcos do Val	SIM
DEM	RO	Marcos Rogério	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM

Emissão 12/06/2019 19:49:14



Senado Federal
56ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 91, de 2019 (2º Turno)

Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo congresso Nacional.

Matéria **PEC 91/2019**

Início Votação **12/06/2019 19:36:58**

Término Votação **12/06/2019 19:49:11**

Sessão **94ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

12/06/2019 14:00:00

PT	PA	Paulo Rocha	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
-	DF	Reguffe	SIM
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PROS	AL	Renilde Bulhões	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSDB	AL	Rodrigo Cunha	SIM
PT	SE	Rogério Carvalho	SIM
Podemos	ES	Rose de Freitas	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSL	MS	Soraya Thronicke	SIM
Podemos	RN	Styvenson Valentim	SIM
PROS	RR	Telmário Mota	SIM
PP	GO	Vanderlan Cardoso	SIM
PSB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	SIM
PL	MT	Wellington Fagundes	SIM
PDT	MA	Weverton	SIM
PROS	RN	Zenaide Maia	SIM
PSC	PA	Zequinha Marinho	SIM

Presidente: *Davi Alcolumbre*

SIM:60

NÃO:0

ABST.: 0

PRESIDENTE:1

TOTAL:61


Primeiro-Secretario

Emissão 12/06/2019 19:49:14



Projeto de Lei da Câmara nº 47/2017



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 173, DE 2019 – PLEN/SF**

Redação para o turno suplementar do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2017 (nº 1.710, de 2015, na Casa de origem), nos termos da Emenda nº 1 – CDH/CRA (Substitutivo).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação para o turno suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2017 (nº 1.710, de 2015, na Casa de origem), que *dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras*, nos termos da Emenda nº 1 – CDH/CRA (Substitutivo), aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 12 de junho de 2019.

LASIER MARTINS, PRESIDENTE

JAQUES WAGNER, RELATOR

FLÁVIO BOLSONARO

MARCOS DO VAL



ANEXO DO PARECER Nº 173, DE 2019 – PLEN/SF

Redação para o turno suplementar do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2017 (nº 1.710, de 2015, na Casa de origem), nos termos da Emenda nº 1 – CDH/CRA (Substitutivo).

Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para considerar a atividade extrativa de mariscos como atividade de pesca.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 2º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

III – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros, inclusive a extração de mariscos em manguezais;

.....” (NR)

Art. 2º O art. 8º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, passar a vigorar acrescida do seguinte parágrafo único:

“Art. 8º

.....

Parágrafo único. Para todos os fins legais, aquele que extrai mariscos de maneira artesanal em manguezais classifica-se como pescador artesanal, desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 32, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 1763, de 2019, do Senador Ciro Nogueira, que Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para limitar o desconto, em folha de pagamento, de prestações de empréstimos a 15% da remuneração do tomador do crédito.

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

RELATOR: Senador Oriovisto Guimarães

11 de Junho de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 1.763, de 2019, que altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para limitar o desconto, em folha de pagamento, de prestações de empréstimos a 15% da remuneração do tomador do crédito.



RELATOR: Senador **ORIOVISTO GUIMARÃES**

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o projeto de lei em epígrafe, que tem por objetivo limitar o desconto, em folha de pagamento, de prestações de empréstimos consignado a 15% da remuneração do tomador do crédito.

O PL está estruturado em três artigos. O art. 1º altera as disposições pertinentes na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que autoriza o desconto de prestações em folha de pagamento. O art. 2º adapta a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e autoriza a faculdade do crédito consignado ao servidor público federal. O art. 3º traz a cláusula de vigência, imediata.

Na justificção, o autor ressalta o alto nível de endividamento das famílias, estimulado em grande parte por medidas do governo implementadas desde 2003, com o objetivo de expandir o crédito e o consumo. Dentre elas, a edição da Lei nº 10.820, de 2003, que autorizou os empréstimos com desconto em folha de pagamento, podendo alcançar até 35% da remuneração de trabalhadores do setor privado, funcionários públicos e aposentados e pensionistas do INSS. Além de limitar o superendividamento das famílias, o



PL visa “proteger principalmente os mais idosos, de golpes financeiros e até da pressão de familiares para tomar crédito fácil e caro”.

Não foram apresentadas emendas.

A matéria foi distribuída a esta CAE e à Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I e III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário.

Ainda que o fim almejado pelo nobre autor do PL seja meritório, identificamos óbices quanto à matéria.

Há dúvidas sobre a viabilidade do projeto em alcançar o objetivo pretendido, de evitar o endividamento familiar com crédito “fácil e caro”. Por um lado, as condições econômicas para geração de emprego e renda ainda não estão recompostas, que venham a permitir a substituição do crédito pessoal por recursos próprios. Não se vislumbra, a curto prazo, a recomposição do nível de atividade e da renda familiar para que se concretize esse objetivo.

Por outro lado, o crédito consignado constitui forma mais barata, e não cara, de tomada de crédito. Segundo os dados mais recentes do Banco Central (BC), a taxa média de juros do empréstimo consignado está em 1,78% ao mês. Em contrapartida, as demais alternativas de crédito pessoal mostram-se bem mais caras para o tomador de crédito. A taxa do rotativo do cheque especial é de 12,76%; a do rotativo do cartão, 12,23% e a do crédito pessoal não consignado, 6,94% ao mês.

Hoje, as linhas de empréstimo consignado constituem a principal forma de endividamento do brasileiro na modalidade de crédito livre, atingindo o montante expressivo de R\$ 347,5 bilhões. Esse valor supera o total dos gastos do brasileiro no cartão de crédito (R\$ 201 bilhões), cujo prazo médio de pagamento é muito menor.



SF/19290.59830-63



Nesse contexto, torna-se complexo reduzir a margem de consignação de empréstimos ao trabalhador ou aposentado. O crédito consignado foi uma das medidas introduzidas nos anos recentes com maior efeito prático para a redução efetiva dos juros praticados ao tomador final – o que pode ser constatado pelos dados do Banco Central.

Lembramos que, recentemente, a Medida Provisória nº 681, de 2015, convertida na Lei nº 13.172, de 2015, veio aumentar em 5 pontos percentuais a margem para empréstimos consignados em folha, justamente para permitir a substituição de dívida com o cartão de crédito, mais cara, por desconto em folha de pagamento. Trata-se de modalidade de crédito que é vantajosa para o consumidor, pois paga menos juros, e também para o banco, pois o risco de inadimplência é menor.

O PL vai de encontro a esse quadro de acesso a linhas de crédito mais baratas. A nosso ver, a restrição ao crédito consignado, como sugerida pelo PL, gera o risco de transferência do crédito consignado em folha (mais barato), para outras modalidades de crédito cujos juros são maiores, e não a simples redução da tomada de crédito.

Lembramos, ainda, que o crédito à pessoa física constitui uma importante forma de manter o nível de consumo e bem-estar da família brasileira em um período ainda de crise. Em termos macroeconômicos, funciona como mecanismo para não aprofundar a retração do nível de atividade econômica. Não vemos, assim, benefício derivado da proposta.

Além disso, o nível de endividamento das famílias vem apresentando retração desde o começo de 2015 e o comprometimento da renda também vem caindo, afastando preocupações quanto à sustentabilidade do nível de crédito atual.

Quanto à proteção dos idosos de golpes financeiros, recentemente o INSS emitiu a instrução normativa nº 100, de 28 de dezembro de 2018, que criou regras mais rígidas para a concessão de empréstimo consignado a aposentados e pensionistas, com o objetivo de combater fraudes e evitar o assédio comercial das instituições financeiras a esses segurados. A medida proibiu, por exemplo, que os bancos ofereçam empréstimo pessoal no prazo de seis meses após a concessão do benefício. Além disso, bloqueia a contratação de crédito nos primeiros três meses de recebimento da aposentadoria ou pensão. O segurado interessado no crédito com desconto em folha deverá também fazer uma pré-autorização para ter acesso à modalidade. Entendemos serem regras



5
4

efetivas para o fim que almeja, de proteção do aposentado, em parte atendendo o pretendido pelo PL ora em comento.

Isso posto, consideramos que o Projeto deva ser rejeitado.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 1.763, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 11/06/2019 às 10h - 18ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
EDUARDO BRAGA	1. RENAN CALHEIROS
MECIAS DE JESUS PRESENTE	2. JADER BARBALHO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	3. DÁRIO BERGER
CONFÚCIO MOURA PRESENTE	4. MARCELO CASTRO
LUIZ DO CARMO PRESENTE	5. MARCIO BITTAR
CIRO NOGUEIRA	6. ESPERIDIÃO AMIN PRESENTE
DANIELLA RIBEIRO	7. VANDERLAN CARDOSO PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
JOSÉ SERRA	1. LASIER MARTINS
PLÍNIO VALÉRIO PRESENTE	2. ELMANO FÉRRER PRESENTE
TASSO JEREISSATI	3. ORIOVISTO GUIMARÃES PRESENTE
ROSE DE FREITAS	4. MAJOR OLÍMPIO PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	5. ROBERTO ROCHA
FLÁVIO BOLSONARO	6. IZALCI LUCAS PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
JORGE KAJURU	1. LEILA BARROS
VENEZIANO VITAL DO RÊGO PRESENTE	2. ACIR GURGACZ
KÁTIA ABREU	3. ELIZIANE GAMA
RANDOLFE RODRIGUES	4. CID GOMES
ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE	5. WEVERTON

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
JEAN PAUL PRATES PRESENTE	1. PAULO PAIM PRESENTE
RENILDE BULHÕES	2. JAQUES WAGNER
ROGÉRIO CARVALHO PRESENTE	3. TELMÁRIO MOTA

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
OMAR AZIZ PRESENTE	1. ANGELO CORONEL PRESENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	2. LUCAS BARRETO
IRAJÁ PRESENTE	3. AROLDE DE OLIVEIRA

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
RODRIGO PACHECO	1. CHICO RODRIGUES
MARCOS ROGÉRIO	2. ZEQUINHA MARINHO
WELLINGTON FAGUNDES	3. JORGINHO MELLO PRESENTE





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

JUÍZA SELMA

JAYME CAMPOS



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 1763/2019)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, CONTRÁRIO AO PROJETO.

11 de Junho de 2019

Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 20, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2017, do Senador Armando Monteiro, que Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Styvenson Valentim

RELATOR: Senador Eduardo Gomes

12 de Junho de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

PARECER Nº 20, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2017, do Senador Armando Monteiro, que *altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior.*

Relator: Senador **EDUARDO GOMES**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2017, do Senador Armando Monteiro, que altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior.

O Projeto modifica a chamada Lei Mendes Júnior - Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, atualizando-a e ampliando seu escopo de atuação. A matéria já foi analisada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), desta Casa, tendo sido relatada pelo Senador Jorge Viana, que chegou a apresentar relatório perante esta Comissão, o qual não chegou a ser votado, contudo.



SF/19376.11649-29



Referido relatório sumaria de forma perfeita a proposição, pelo que, tomamos vênia de incorporá-lo ao nosso relatório, com a devida homenagem ao seu autor:

O PLS nº 138, de 2017, em síntese, propõe o retorno do critério da territorialidade (lex loci executionis) para análise das relações de contrato de trabalho internacional. Em outras palavras, a presente matéria define que a legislação trabalhista aplicável é a do local da prestação de serviços, como ocorre na grande maioria dos países.

O caput do art. 1º a ser alterado amplia o prazo pelo qual o empregado pode ser considerado como transitoriamente transferido de três meses para doze meses e acrescenta, como exceção à aplicabilidade da norma, o empregado transferido para fins educativos ou de treinamento.

Além da ajuda de custo, há ainda a possibilidade de pagamento de outras verbas ao empregado que presta serviços de natureza transitória, tais como passagens de ida e volta e despesas com hospedagem, alimentação e transporte.

A proposta de alteração do art. 3º da Lei prevê que a norma a ser aplicada às relações decorrentes do contrato de trabalho deve ser a do local de execução do contrato (lex loci executionis). Resguarda-se, ainda, a aplicabilidade da lei brasileira no tocante aos recolhimentos para a Previdência Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

Esse artigo inova ao determinar a observância, se for o caso, dos acordos previdenciários internacionais firmados pelo Brasil (em número bem maior que o existente à época de elaboração da Lei Mendes Júnior). Também estabelece que tais encargos incidirão sobre o valor salarial do empregado à época da transferência, observada a evolução salarial definida em reajustamento por instrumento coletivo.

A proposta de alteração do art. 4º da Lei define um percentual mínimo para o adicional de transferência, o que não existe atualmente. Determina que seu valor é indenizatório e permite expressamente que seja pago na forma de moradia ou outro tipo de vantagem. Além disso, define que o adicional e as despesas de transferência correrão à conta do empregador.

Já a mudança do art. 5º da Lei permite que a remuneração devida seja depositada, no todo ou em parte, em moeda nacional ou estrangeira, em conta bancária no Brasil ou no exterior, observadas as leis e as normas aplicáveis no local da execução dos serviços. Além disso, exclui da incidência de impostos e contribuições federais no Brasil os valores fixados a título de rendimento bruto (gross up), com fins exclusivos de compensar o



SF/19376.11649-29



empregado pelos descontos fiscais exigidos pela legislação do local de realização dos serviços no exterior.

A proposta de alteração do art. 6º da Lei esclarece que correrá por conta do empregador o transporte de ida e volta do empregado e sua família e não a totalidade das despesas de férias, permitindo que seja antecipada para o primeiro ano de trabalho.

Já a redação sugerida para o art. 7º amplia o prazo máximo de permanência do empregado de três para cinco anos (ou em vários períodos sucessivos de três anos para o empregado contratado por empresa sediada no Brasil para trabalhar a seu serviço no exterior) e estabelece aviso prévio de retorno de no mínimo sessenta dias em benefício do empregado.

O art. 8º a ser alterado permite, explicitamente, que as despesas decorrentes do retorno do empregado ao Brasil, por iniciativa do trabalhador ou quando houver a rescisão contratual por justa causa, seja reembolsado à empresa pelo empregado, podendo a forma de ressarcimento desse valor ser ajustada entre as partes ou compensada nos termos da Lei.

Já a redação proposta para o art. 9º determina que o tempo no exterior será contado para fins da legislação previdenciária brasileira. Permite ainda que os valores da rescisão contratual pagos em razão de exigência da legislação estrangeira sejam compensados com o salário –observados os limites legais –e não apenas com o FGTS.

O art. 10 a ser alterado explicita que o adicional de transferência, as prestações “in natura”, o reembolso de despesas resultantes da transferência, bem como quaisquer outras vantagens a que fizer jus o empregado em função de sua permanência no exterior, não serão devidas após o término da sua transferência ou o respectivo retorno ao Brasil, não se incorporando ao contrato de trabalho para nenhum efeito. Ainda garante ao trabalhador a remuneração base a que faria jus se não houvesse a transferência.

Já a proposta de alteração do art. 12 mantém a necessidade de autorização prévia do Ministério do Trabalho para contratação de empregados para trabalhar no exterior, mas prevê apenas a comunicação da contratação àquele órgão para os seguintes empregadores: (i) empresa estrangeira não estabelecida no Brasil que tenha participação, direta ou indireta, de empresa brasileira em seu capital; e (ii) empresa estrangeira que tiver participação, direta ou indireta, em empresa brasileira e que mantiver procurador no Brasil com poderes especiais de representação, inclusive o de receber citação.

Para o art. 14, a matéria reafirma a aplicação do critério da territorialidade (lex loci executionis) quando houver contratação direta do empregado por empresa estrangeira. A redação, contudo, preserva alguns direitos, tais como o recebimento de férias anuais, o



SF/19376.11649-29



custeio do retorno do trabalhador e a proibição ao aliciamento de trabalhadores (Capítulo II da Lei nº 7.064/1982).

A redação proposta para o art. 16 permite que a permanência do empregado no exterior seja superior a 5 (cinco) anos, desde que seja assegurado ao trabalhador o direito de gozar 3 (três) férias anuais no Brasil, com as despesas de transporte do empregado e de seus dependentes pagas pela empresa estrangeira.

Pretende-se com a matéria revogar o art. 18 da Lei, que obriga a empresa estrangeira a manter no Brasil procurador com poderes especiais de representação, inclusive o de receber citação.

Já a proposta para o art. 19 é de ampliara responsabilidade solidária da pessoa jurídica domiciliada no Brasil e retirara exigência de participação nacional para a contratação por empresa estrangeira.

A matéria inova ao propor a regulamentação da contratação ou transferência definitiva do empregado para o exterior. Ademais, exclui a aplicabilidade da CLT no que se refere à contagem do tempo de serviço de empregado readmitido, nos termos de seu art. 453 (arts. 20-A a 20-C).

A alteração do art. 21 amplia a proteção legal atualmente concedida ao empregado, a exemplo dos seguros de vida e de acidentes pessoais.

A redação sugerida para o art. 22 estabelece as obrigações que são devidas mesmo em caso de transferência definitiva do empregado.

Como dissemos, a matéria não chegou a ser votada na CAS tampouco recebeu emendas. Contudo, o relatório do Senador Jorge Viana propunha seis emendas, que se quedaram insubsistentes juntamente com aquele relatório.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100, I do Regimento Interno do Senado Federal, à CAS compete manifestar-se sobre proposições atinentes às relações de trabalho.

O PLS nº 138, de 2017 modifica de maneira ampla a Lei Mendes Júnior, que foi editada em um momento muito específico de expansão das atividades das empresas brasileiras de construção civil, com o consequente deslocamento de grande contingente de trabalhadores brasileiros para os



SF/19376.11649-29



canteiros de obras no exterior. Vários anos depois, passou a se aplicar à totalidade dos trabalhadores brasileiros contratados no Brasil para prestação de trabalho no exterior (conforme a Lei nº 11.362, de 3 de julho de 2009).

Não obstante, referida Lei termina por apresentar severos efeitos adversos sobre a contratação de trabalhadores brasileiros. Isso decorre do fato de que a mencionada Lei implementa uma drástica regulamentação da contratação do trabalhador brasileiros, com uma grande ampliação dos custos dessa contratação.

Fundamentalmente, isso decorre de uma mentalidade que via a internacionalização da força de trabalho como um fenômeno de menor importância e que desconfiava da necessidade de ingresso de estrangeiros para compor a mão de obra nacional (não por acaso o fortemente restritivo Estatuto do Estrangeiro foi adotado mais ou menos na mesma época, qual seja, 1980).

Trata-se de uma concepção essencialmente nativista, que tenta evitar tanto a saída dos trabalhadores brasileiros quanto a entrada dos estrangeiros.

O principal elemento normativo adotado pela norma consiste na substituição do elemento de conexão tradicionalmente utilizado para a seleção do direito aplicável ao contrato de trabalho executado no exterior, tradicionalmente definido como o direito do local da prestação de serviços (*lex loci executionis*) - consagrado pela Convenção de Direito Internacional Privado (Código de Bustamante, internalizado pelo Decreto nº 18.871, de 13 de agosto de 1929).

A introdução da Lei Mendes Júnior quebrou esse quadro, ao adotar o critério da legislação mais favorável aos empregados das empresas de engenharia no exterior. Sem embargo, embora inicialmente não fosse assim previsto, passou a ser aplicada jurisprudencialmente a outros empregados, antes que a Lei nº 11.362, de 2009 a estendesse explicitamente à totalidade dos empregados.

Ora, como observamos, a adoção dos critérios diferenciados da Lei Mendes Júnior, se faziam sentido para a condição específica em que foram criados, não o fazem para regulamentar a totalidade das relações de trabalho entre brasileiros e empresas com operações no exterior (sejam elas brasileiras ou estrangeiras).



SF/19376.11649-29



A insegurança jurídica e a elevação dos custos diretos e indiretos envolvidos na contratação dificultam muito, senão vedam a possibilidade de contratação dos profissionais brasileiros no exterior.

O PLS nº 138, de 2017, resultado da ação coordenada do Conselho Nacional de Imigração e representantes de empregados, empregadores, da comunidade científica e do governo, reintroduz, primordialmente o critério da territorialidade (*lex loci executionis*) como elemento de conexão fundamental da seleção do direito aplicável ao contrato de trabalho internacional.

Nesse sentido, reaproxima o Brasil do critério que é praticamente universal e, em decorrência, torna mais simples a contratação de brasileiro para trabalhar no exterior.

Além disso, introduz importantes modificações no tocante à regulamentação da remuneração, da tributação e das próprias circunstâncias do contrato de trabalho.

Nos seus termos, não se verifica uma redução ou eliminação de direitos do trabalhador, dado que não se suprime, a rigor, qualquer direito material (apenas adequados que são ao local de prestação) nem o direito de acesso à Justiça brasileira para pleitear qualquer vulneração do direito que se entenda aplicável.

A matéria apresenta, também, importantes modificações no regime do trabalhador no estrangeiro no que concerne a alguns de seus interesses específicos, como o direito e o custeio de viagem de retorno ao Brasil (definitiva ou em férias) e a responsabilidade pela retirada do empregado e sua família em caso de evento catastrófico que torne impossível sua permanência.

As emendas apresentadas pelo Senador Jorge Viana foram fruto de manifestações ponderadas e contribuem decisivamente para o aperfeiçoamento do texto da proposta. Em razão disso, aproveitamos seu texto e as apresentamos igualmente.

Além disso, incorporamos algumas modificações no sentido de tornar claro que a transferência de caráter permanente do empregado importa na suspensão do contrato de trabalho no Brasil e na passagem dos encargos para a empresa constituída no estrangeiro.



SF/19376.11649-29



III – VOTO

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2017, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CAS

Suprima-se a alteração ao art. 12 da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2017.

EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2017, a seguinte redação:

“**Art. 3º** Revogam-se os arts. 12, 13 e 18 da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982.”

EMENDA Nº 3 – CAS

Dê-se ao *caput*, e aos §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2017, a seguinte redação, acrescentando-lhe o § 3º:

“**Art. 3º** Ao empregado transferido para trabalhar no exterior será assegurada a observância exclusiva da legislação do local de execução dos serviços, com a suspensão do contrato de trabalho no Brasil, sendo-lhe, também, assegurado pela empresa responsável pelo contrato do empregado transferido:

.....

§ 1º A base de cálculo de todos os encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da relação de trabalho suspensa será exclusivamente o salário base pago no Brasil, à época da transferência, contemplando as alterações ocorridas para a categoria profissional durante a transferência, na forma do Inciso II deste artigo.

§ 2º Nenhum outro encargo trabalhista, ou previdenciário será devido pela transferência e os encargos devidos não incidirão sobre qualquer outra remuneração ou vantagem adicional decorrente da transferência ou da prestação de serviço no exterior.



§ 3º A remuneração do empregado, bem como todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos à prestação de serviço no exterior serão suportados pela empresa sediada no exterior pela qual o empregado preste serviço”. (NR)

EMENDA Nº 4 – CAS

Dê-se ao *caput* do art. 4º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2017, a seguinte redação:

“Art. 4º Mediante ajuste escrito entre empregador e empregado serão fixados os valores da remuneração decorrente da transferência, a qual incluirá, necessariamente, o salário base acrescido do adicional de transferência ao exterior, no valor mínimo de 25% sobre o salário base, firmado no ato da transferência, que será pago pela empresa para a qual o empregado prestar serviço no exterior.

.....
.....” (NR)

EMENDA Nº 5 – CAS

Dê-se ao § 4º do art. 5º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2017, a seguinte redação:

“Art. 5º

§ 4º Os eventuais valores pagos ou remetidos pelo empregador a título de reajustamento de rendimento bruto, com fins exclusivos de compensar o empregado pelos descontos fiscais exigidos conforme legislação do local de realização dos serviços no exterior, são isentos de impostos e contribuições federais no Brasil.” (NR)

EMENDA Nº 6 – CAS

Dê-se ao *caput* do art. 6º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2017, a seguinte redação:



“**Art. 6º** Após 2 (dois) anos de permanência no exterior será assegurado ao empregado o direito de gozar anualmente férias no Brasil, correndo por conta da empresa empregador no exterior, ou para a qual tenha sido transferido, o custeio do transporte necessário para que o empregado venha ao Brasil e retorne ao local da prestação de serviços no exterior.

.....
.....” (NR)

EMENDA Nº 7 – CAS

Dê-se ao § 1º do art. 9º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2017, a seguinte redação:

“**Art. 9º**

§1º Na hipótese de liquidação de direitos prevista neste artigo, a empresa empregadora no Brasil, que cedeu ou transferiu o empregado, ou aquela do mesmo grupo econômico para a qual retornar o empregado, fica autorizada a deduzir tais valores dos salários futuros, observada a margem consignável prevista na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, ou de eventual rescisão”. (NR)

EMENDA Nº 8 – CAS

Dê-se ao art. 16 da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2017, a seguinte redação:

“**Art. 16.** A permanência do empregado no exterior poderá ser ajustada por período superior a 5 (cinco) anos, desde que seja assegurado a ele o direito de gozar as férias anuais no Brasil, após o segundo ano de permanência no exterior, com as despesas de transporte do empregado e seus dependentes, pagas pela empresa estrangeira”. (NR)

EMENDA Nº 9 – CAS

Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 22 da Lei nº 7.064, de 1982, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 138, de 2017, renomeando-se o parágrafo único como § 1º:

“**Art. 22.**.....



11
10

§ 1º.....

§ 2º Correrão por conta do empregador as despesas de repatriação dos empregados e seus dependentes, em outras situações de emergência, tais como catástrofes naturais e situações de conturbação da ordem pública, que apresentem risco à integridade física dos nacionais brasileiros”. (NR)

Sala da Comissão, 12 de junho de 2019

Senador STYVENSON VALENTIM, Vice-Presidente

Senador EDUARDO GOMES, Relator



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 138/2017 e emendas, nos termos do relatório apresentado

Comissão de Assuntos Sociais - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RENAN CALHEIROS				1. MECIAS DE JESUS	X		
EDUARDO GOMES	X			2. FERNANDO BEZERRA COELHO			
MARCELO CASTRO	X			3. CONFÚCIO MOURA			
LUIZ DO CARMO	X			4. MAILZA GOMES			
LUIS CARLOS HEINZE	X			5. VANDERLAN CARDOSO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARA GABRILLI				1. SORAYA THRONICKE			
STYVENSON VALENTIM				2. EDUARDO GIRAÔ			
ROMÁRIO				3. ROSE DE FREITAS			
JUIZA SELMA				4. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LEILA BARROS	X			1. JORGE KAJURU			
WEVERTON				2. CID GOMES			
FLÁVIO ARNS	X			3. FABIANO CONTARATO			
ELIZIANE GAMA				4. MARCOS DO VAL			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA				1. PAULO PAIM			
ROGÉRIO CARVALHO				2. PAULO ROCHA			
ZENAIDE MAIA				3. RENILDE BULHÕES	X		
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
NELSINHO TRAD				1. CARLOS VIANA			
IRAJÁ	X			2. LUCAS BARRETO			
OTTO ALENCAR	X			3. SÉRGIO PETECÃO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAYME CAMPOS	X			1. ZEQUINHA MARINHO			
MARIA DO CARMO ALVES				2. CHICO RODRIGUES			

Quórum: TOTAL 12

Votação: TOTAL 11 SIM 11 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 12/06/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Styvenson Valentim
Presidente



Senado Federal

13

Relatório de Registro de Presença
CAS, 12/06/2019 às 09h30 - 22ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENAN CALHEIROS		1. MECIAS DE JESUS	PRESENTE
EDUARDO GOMES	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MARCELO CASTRO	PRESENTE	3. CONFÚCIO MOURA	PRESENTE
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	4. MAILZA GOMES	PRESENTE
LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE	5. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARA GABRILLI		1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
ROMÁRIO		3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
LEILA BARROS	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	PRESENTE
WEVERTON	PRESENTE	2. CID GOMES	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	3. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
ELIZIANE GAMA		4. MARCOS DO VAL	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. PAULO PAIM	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	PRESENTE
ZENAIDE MAIA		3. RENILDE BULHÕES	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
NELSINHO TRAD		1. CARLOS VIANA	
IRAJÁ	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	
MARIA DO CARMO ALVES		2. CHICO RODRIGUES	

Não Membros Presentes

FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 WELLINGTON FAGUNDES
 TELMÁRIO MOTA





14

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

AROLDE DE OLIVEIRA



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 138/2017)**

NA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO E AS EMENDAS Nº 1-CAS A 9-CAS, RELATADOS PELO SENADOR EDUARDO GOMES.

12 de Junho de 2019

Senador STYVENSON VALENTIM

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 21, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2016, do Senador Paulo Paim, que Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para prever a instalação de câmeras no interior dos veículos de transporte escolar.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Flávio Arns

RELATOR: Senador Styvenson Valentim

12 de Junho de 2019



PARECER Nº 21 , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2016, do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – *Estatuto da Criança e do Adolescente* –, para prever a instalação de câmeras no interior dos veículos de transporte escolar.



Relator: Senador **STYVENSON VALENTIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2016, que prevê a instalação de câmeras de vigilância no interior dos veículos de transporte escolar.

Para isso, a proposição acrescenta um § 2º ao art. 70-A do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), determinando que “os veículos de transporte escolar estarão equipados com câmeras de vídeo que captem imagens do interior do veículo, na forma de regulamento”. Estabelece ainda que o período de armazenamento das imagens, pela instituição pública ou privada responsável pelo transporte escolar, não seja inferior a 180 dias; por fim, restringe o acesso às imagens exclusivamente às autoridades policiais ou judiciárias encarregadas de investigação ou processo penal. O art. 2º do projeto determina que a lei entre em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

Em suas razões, o autor aponta “o aumento do número de casos de abusos, maus-tratos ou simplesmente tratamento inconveniente ocorridos no interior dos veículos de transporte escolar, também conhecidos como ‘vans escolares’”, como a causa de sua proposição, acrescida da necessidade, mais geral, de fazer sempre respeitar, como um todo, o universo de direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Esclarece, enfim, que o prazo de 180 dias, contados da data da publicação da lei, para sua entrada em



2³

vigor, permitirá aos atingidos pelas novas medidas uma transição planejada para a nova condição.

O PLS nº 81, de 2016, foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre condição para o exercício de profissões, proteção e defesa da saúde e assuntos correlatos, o que torna regimental o seu exame do PLS nº 81, de 2016.

A Constituição Federal, em seus arts. 22, atribui à União a competência privativa para legislar sobre matéria de trânsito e transporte. No que tange à proteção à infância e à juventude, que também são matérias reguladas na proposição, diz a Constituição, em seu art. 24, inciso XV, que se trata de matéria sobre a qual concorrem as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Municípios, de maneira subsidiária, nos termos do art. 30, incisos I, II e V, da Carta Magna, sendo que a União deve limitar-se a estabelecer normas gerais, o que é o caso da proposição em exame. Não há, pois, vícios constitucionais de competência para legislar.

Tampouco se enxergam óbices importantes de juridicidade na proposição, que inova o ordenamento, não contraria outros preceitos do mesmo e adere a princípios gerais de direito. Em razão disso, ganha cogência, imperatividade e organicidade. Quanto a esta última, para que seja perfeita, há apenas que se fazer leve reparo de redação, para adequar a proposição à terminologia do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) e do Estatuto da Criança e do Adolescente, adotando-se assim a expressão “investigação criminal” em lugar de “investigação penal”.

No que diz respeito ao mérito, estamos completamente de acordo e louvamos a iniciativa. Partilhamos da preocupação do autor da proposição, como também nos parecem acertados os meios propostos para regular a matéria.



SF/19233.77411-27



III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2016, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CAS

Substitua-se, no inciso II do § 2º do art. 70–A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conforme proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2016, a palavra “penal” por “criminal”.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2019

Senador FLÁVIO ARNS, Presidente (em exercício)

Senador STYVENSON VALENTIM, Relator



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 81/2016 e emenda, nos termos do relatório apresentado

Comissão de Assuntos Sociais - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RENAN CALHEIROS				1. MECIAS DE JESUS	X		
EDUARDO GOMES				2. FERNANDO BEZERRA COELHO			
MARCELO CASTRO				3. CONFÚCIO MOURA			
LUIZ DO CARMO	X			4. MAILZA GOMES			
LUIS CARLOS HEINZE	X			5. VANDERLAN CARDOSO	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARA GABRILLI				1. SORAYA THRONICKE			
STYVENSON VALENTIM	X			2. EDUARDO GIRAÓ			
ROMÁRIO				3. ROSE DE FREITAS			
JUIZA SELMA				4. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LEILA BARROS	X			1. JORGE KAJURU			
WEVERTON				2. CID GOMES			
FLÁVIO ARNS				3. FABIANO CONTARATO			
ELIZIANE GAMA				4. MARCOS DO VAL			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA				1. PAULO PAIM			
ROGÉRIO CARVALHO				2. PAULO ROCHA			
ZENAIDE MAIA				3. RENILDE BULHÕES	X		
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
NELSINHO TRAD				1. CARLOS VIANA			
IRAJÁ	X			2. LUCAS BARRETO			
OTTO ALENCAR	X			3. SÉRGIO PETECÃO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAYME CAMPOS	X			1. ZEQUINHA MARINHO			
MARIA DO CARMO ALVES				2. CHICO RODRIGUES			

Quórum: TOTAL 11

Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 12/06/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Flávio Arns
Presidente





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAS, 12/06/2019 às 09h30 - 22ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENAN CALHEIROS		1. MECIAS DE JESUS	PRESENTE
EDUARDO GOMES	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MARCELO CASTRO	PRESENTE	3. CONFÚCIO MOURA	PRESENTE
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	4. MAILZA GOMES	PRESENTE
LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE	5. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARA GABRILLI		1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
ROMÁRIO		3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
LEILA BARROS	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	PRESENTE
WEVERTON	PRESENTE	2. CID GOMES	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	3. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
ELIZIANE GAMA		4. MARCOS DO VAL	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. PAULO PAIM	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	PRESENTE
ZENAIDE MAIA		3. RENILDE BULHÕES	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
NELSINHO TRAD		1. CARLOS VIANA	
IRAJÁ	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	
MARIA DO CARMO ALVES		2. CHICO RODRIGUES	

Não Membros Presentes

FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 WELLINGTON FAGUNDES
 TELMÁRIO MOTA





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

AROLDE DE OLIVEIRA



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 81/2016)**

NA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O PROJETO E A EMENDA Nº 1-CAS, RELATADOS PELO SENADOR STYVENSON VALENTIM.

12 de Junho de 2019

Senador FLÁVIO ARNS

Presidiu a reunião da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 22, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2018, do Senador Paulo Paim, que Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço àquelas pessoas acometidas da doença de Alzheimer ou da doença de Parkinson.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Styvenson Valentim

RELATOR: Senador Flávio Arns

12 de Junho de 2019



PARECER Nº 22 , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2018, do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço àquelas pessoas acometidas da doença de Alzheimer ou da doença de Parkinson.



Relator: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Encontra-se em apreciação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 30, de 2018, do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) àquelas pessoas com Alzheimer ou com Parkinson

O art. 1º da proposição acrescenta inciso XX ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 – que elenca as situações em que a conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) poderá ser movimentada –, para prever a possibilidade de essa movimentação ocorrer quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por Alzheimer ou Parkinson.

O art. 2º do projeto estabelece a cláusula de vigência, prevista para ter início na data de publicação da lei que o projeto originar.

Na justificção, o autor do PLS nº 30, de 2018, lembra que o FGTS se destina a garantir o bem-estar do trabalhador ou da trabalhadora, e de sua família, quando da superveniência de condições imprevistas ou adversas. Com esse intuito, o art. 20 da Lei do FGTS já autoriza a movimentação da conta vinculada quando o trabalhador, ou qualquer de seus dependentes, for acometido de neoplasia maligna (inciso XI), infecção pelo vírus HIV (inciso XIII) e doença terminal (inciso XIV). Assim, a proposta



2³

visa a equiparar os doentes com Alzheimer ou Parkinson às pessoas acometidas por outras patologias importantes, que já tiveram reconhecido seu direito de dispor de seu FGTS para suprir as necessidades advindas de tais acometimentos graves de saúde.

Ressalve-se, por fim, que o PLS nº 30, de 2018, distribuído à apreciação exclusiva e terminativa da CAS, não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CAS, nos termos do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre matérias que digam respeito aos seguintes temas: relações de trabalho (inciso I); proteção e defesa da saúde (inciso II). Em vista da apreciação terminativa nesta Comissão, a avaliação também deve incluir os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do projeto.

No que tange à constitucionalidade, não há reparos a fazer, pois, conforme determina a Constituição Federal (CF), compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho (art. 22, inciso I) e compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, inciso XII). Além disso, esses temas não estão sujeitos à iniciativa privativa do Presidente da República ou de outro órgão e, como matérias de competência da União, recaem na incumbência legislativa dada ao Congresso Nacional pelo art. 48, *caput*, da CF.

Tampouco há óbices de juridicidade ao projeto em análise, pois o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é adequado, a proposta possui o atributo de generalidade, respeita os princípios gerais do Direito, é dotada de potencial coercitividade e inova o ordenamento jurídico. Além disso, a proposição seguiu os trâmites regimentais adotados nesta Casa.

Quanto ao mérito, é elogiável a medida prevista no projeto. A legislação do FGTS já contempla dispositivos que preveem a liberação dos depósitos existentes em contas vinculadas para atender a situações graves de saúde. Nesses casos, o saque do fundo constitui uma medida de política social compensatória e beneficia os trabalhadores que se encontrem em situação de fragilidade pessoal e com necessidade de maiores aportes financeiros para cobrir gastos decorrentes dessa situação.

Isso costuma ocorrer, inevitavelmente, na vida de pessoas que recebem o diagnóstico de doença grave, como neoplasia maligna e infecção pelo vírus HIV, já previstas na Lei do FGTS, mas ela também afeta, com a mesma intensidade, pessoas com outras doenças progressivas e incuráveis, a



SF/19097.24539-71



exemplo de Parkinson e Alzheimer. Tais doenças, no entanto, são apenas uma pequena amostra dentro do conjunto de moléstias e condições graves, progressivas, degenerativas ou incapacitantes que podem acometer os seres humanos.

Nesse sentido, não há como justificar a decisão de liberar o FGTS apenas para os doentes com Parkinson e Alzheimer e não o fazer, por exemplo, para pessoas com esclerose múltipla e esclerose lateral amiotrófica (ELA), doenças neurodegenerativas e incapacitantes que ainda não dispõem de tratamento efetivo, ou para os pacientes com quadro grave decorrente de infarto agudo do miocárdio ou acidente vascular cerebral, condições com elevada prevalência em nossa sociedade. No entanto, seria impossível esgotar na norma legal a enumeração de todas as doenças equiparáveis a Parkinson, Alzheimer, neoplasia maligna e infecção pelo HIV, nos quesitos de gravidade, progressividade, degeneração e incapacitação que elas acarretam.

Não se discute que a liberação do FGTS é justificável e necessária em caso de doença grave, mas a norma atual só prevê a liberação do FGTS quando o trabalhador ou seus dependentes estiverem em estágio terminal. Entendemos, diferentemente, que é mais racional e justo permitir que essa liberação ocorra quando os recursos ainda puderem prolongar a existência do trabalhador, melhorar sua qualidade de vida e minorar seu sofrimento.

Assim, na nossa visão, a liberação do FGTS precisa ocorrer para todas as pessoas com doenças ou condições graves, degenerativas ou incapacitantes, beneficiando um universo bem maior de trabalhadores e seus dependentes. Além disso, ao invés de deixar que esse apoio assistencial chegue ao paciente tardiamente, em fase terminal, é necessário permitir que os recursos sejam liberados a qualquer momento após o diagnóstico e beneficiem os trabalhadores doentes em vida.

Entendemos que a medida será de grande ajuda para indivíduos que se veem, muitas vezes em plena juventude, debilitados e impossibilitados de trabalhar, e também obrigados a encarar a perspectiva de que não terão muito tempo de vida pela frente. E, mais do que tudo, ela irá dar significado à contribuição obrigatória para o FGTS do trabalhador desafortunado que, doente, não terá a perspectiva de usufruir por muito tempo dos frutos de seu trabalho ou da aposentadoria.

Para atingir a finalidade almejada, em vez de incluir o inciso XX, propomos modificar o inciso XIV do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para possibilitar o saque do FGTS, nos termos do



SF/19097.24539-71



4⁵

regulamento, quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição grave, degenerativa ou incapacitante.

É importante deixar que a enumeração dessas doenças seja feita por regulamento, pois a possibilidade de editar normas infralegais dá ao legislador maior agilidade para acompanhar a evolução científica e tecnológica. Por exemplo, pode ocorrer o desenvolvimento de cura efetiva para doenças cuja progressão hoje é irreversível. Dessa forma, a previsão em regulamento possibilita a inclusão e a exclusão de doenças de forma mais fácil e tempestiva.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2018, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 - CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2018, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço àquelas pessoas acometidas por doença ou condição grave, degenerativa ou incapacitante, em qualquer estágio de sua evolução”.

EMENDA Nº 2 -CAS

Atribua-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2018, a seguinte redação:

“**Art. 1º** O inciso XIV do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 20.**

.....

XIV – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição grave, degenerativa ou incapacitante, em qualquer estágio de sua evolução, nos termos do regulamento.

.....’(NR)”



SF/19097.24539-71



6

5

Sala da Comissão, 12 de junho de 2019

Senador STYVENSON VALENTIM, Vice-Presidente

Senador FLÁVIO ARNS, Relator





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CAS, 12/06/2019 às 09h30 - 22ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENAN CALHEIROS		1. MECIAS DE JESUS	PRESENTE
EDUARDO GOMES	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MARCELO CASTRO	PRESENTE	3. CONFÚCIO MOURA	PRESENTE
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	4. MAILZA GOMES	PRESENTE
LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE	5. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARA GABRILLI		1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
ROMÁRIO		3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
LEILA BARROS	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	PRESENTE
WEVERTON	PRESENTE	2. CID GOMES	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	3. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
ELIZIANE GAMA		4. MARCOS DO VAL	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. PAULO PAIM	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	PRESENTE
ZENAIDE MAIA		3. RENILDE BULHÕES	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
NELSINHO TRAD		1. CARLOS VIANA	
IRAJÁ	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	
MARIA DO CARMO ALVES		2. CHICO RODRIGUES	

Não Membros Presentes

FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 WELLINGTON FAGUNDES
 TELMÁRIO MOTA





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

AROLDE DE OLIVEIRA



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 30/2018 e emendas, nos termos do relatório apresentado

Comissão de Assuntos Sociais - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RENAN CALHEIROS				1. MECIAS DE JESUS	X		
EDUARDO GOMES	X			2. FERNANDO BEZERRA COELHO			
MARCELO CASTRO				3. CONFÚCIO MOURA			
LUIZ DO CARMO	X			4. MAILZA GOMES	X		
LUIS CARLOS HEINZE	X			5. VANDERLAN CARDOSO			
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARA GABRILLI				1. SORAYA THRONICKE			
STYVENSON VALENTIM				2. EDUARDO GIRAÔ			
ROMÁRIO				3. ROSE DE FREITAS			
JUIZA SELMA	X			4. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LEILA BARROS	X			1. JORGE KAJURU			
WEVERTON				2. CID GOMES			
FLÁVIO ARNS	X			3. FABIANO CONTARATO			
ELIZIANE GAMA				4. MARCOS DO VAL			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA				1. PAULO PAIM			
ROGÉRIO CARVALHO				2. PAULO ROCHA			
ZENAIDE MAIA				3. RENILDE BULHÕES	X		
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
NELSINHO TRAD				1. CARLOS VIANA			
IRAJÁ	X			2. LUCAS BARRETO			
OTTO ALENCAR	X			3. SÉRGIO PETECÃO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAYME CAMPOS	X			1. ZEQUINHA MARINHO			
MARIA DO CARMO ALVES				2. CHICO RODRIGUES			

Quórum: TOTAL 13

Votação: TOTAL 12 SIM 12 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9, EM 12/06/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Styvenson Valentim
Presidente

DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 30/2018)**

NA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O PROJETO E AS EMENDAS Nº 1-CAS E 2-CAS, RELATADOS PELO SENADOR FLÁVIO ARNS.

12 de Junho de 2019

Senador STYVENSON VALENTIM

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 23, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 578, de 2019, do Senador Alvaro Dias, que Permite a dedução da contribuição patronal devida, do valor da Bolsa Família recebido pelo empregado, enquanto durar a relação de emprego.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Styvenson Valentim

RELATOR: Senador Irajá

12 de Junho de 2019



PARECER Nº 23 , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 578, de 2019, do Senador Alvaro Dias, *que permite a dedução da contribuição patronal devida, do valor da Bolsa Família recebido pelo empregado, enquanto durar a relação de emprego.*



Relator: Senador **IRAJÁ**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Projeto de Lei (PL) nº 578, de 2019, do Senador Alvaro Dias, que permite a dedução da contribuição patronal devida, do valor da Bolsa Família recebido pelo empregado, enquanto durar a relação de emprego.

A proposição, em seu art. 1º, permite ao empregador que contratar empregado inscrito no Programa Bolsa Família, instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, a dedução do valor do benefício assistencial pago ao obreiro da contribuição patronal prevista no art. 195, I, a, da Carta Magna.

Além disso, consta nos §§ 1º a 4º do referido art. 1º que, caso o valor a deduzir, em cada mês, seja superior à contribuição patronal devida, o que exceder poderá ser deduzido de qualquer outra contribuição social devida pela pessoa jurídica. Além disso, determina-se que o disposto no art. 1º aplica-se, inclusive, para os optantes do Simples Nacional, regime especial de tributação instituído pelo art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observando-se, conforme o caso, os percentuais de partilha previstos nos Anexos I a V da referida lei complementar. Condiciona-se ainda, a fruição do benefício fiscal ao integral atendimento da legislação trabalhista e previdenciária.

No art. 2º, consta o dever de o empregador comunicar ao órgão gestor do Bolsa Família a admissão e dispensa do empregado de que trata o



2³

PL nº 578, de 2019. A admissão nos moldes do projeto em exame acarreta a suspensão do benefício assistencial durante a vigência da relação de trabalho.

No art. 3º, concede-se preferência ao empregado admitido na forma da proposição de participar de programas de qualificação profissional. O art. 4º da proposição estabelece penalidades para o empregado e o empregador que fraudarem os ditames do projeto em exame, com a possibilidade, inclusive, de descredenciamento do obreiro do Bolsa Família. O art. 5º, por fim, determina que a lei oriunda da aprovação do PL nº 578, de 2019, entrará em vigor na data de sua publicação.

A justificação no projeto reside na necessidade de se estimular a contratação de trabalhadores inscritos no Bolsa Família, mediante o abatimento do valor do benefício assistencial pago ao obreiro da contribuição patronal incidente sobre a folha de salários.

A proposição foi distribuída à CAS e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última proferir decisão terminativa sobre a matéria.

II – ANÁLISE

Conforme os arts. 100, I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão se manifestar, inclusive terminativamente, sobre temas afeitos às relações de trabalho e de seguridade social e temas conexos.

Não verificamos a existência, além disso, de qualquer impedimento de ordem formal constitucional para o processamento da matéria, dado que a iniciativa para o tema pode ser exercida por qualquer parlamentar, conforme os arts. 22, I e XXIII, 48 e 61 da Constituição. Não se verifica, tampouco, reserva de iniciativa de outros poderes ou órgãos da União.

O Projeto tem, como asseverado, a intenção de estimular a contratação de beneficiários do Bolsa Família, criando uma porta de saída para aqueles que recebem o benefício.

Trata-se, pois, de iniciativa meritória, que auxilia os destinatários da proposição na busca de melhores condições de vida, mediante a inserção no mercado formal de trabalho, com todas as garantias



SF/19757.13446-18

mq2019-06443



previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Sob o prisma da renúncia de receitas devidas aos cofres públicos, também, não há reparos a fazer no PL nº 578, de 2019.

O autor da proposição, ao justificar o projeto, aduz que os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal encontram-se satisfeitos, consoante se depreende do excerto abaixo transcrito:

Já para o erário, a medida é neutra, pois o que deixasse de arrecadar contribuições sociais corresponderia a uma despesa que deixaria de ter no programa – o benefício ficaria bloqueado enquanto perdurasse o emprego e, portanto, a dedução. Portanto, considera-se que, embora se trate de um benefício fiscal, está automaticamente cumprida a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), pois a renúncia de receita corresponderá exatamente uma diminuição de despesa com o Bolsa Família.

Verifica-se, portanto, que a renúncia de receitas devidas ao RGPS é compensada pelos valores que o Estado deixa de pagar a título de Bolsa Família.

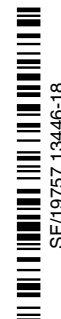
O PL nº 578, de 2019, portanto, promove a inserção no mercado de trabalho dos destinatários do Bolsa Família, sem ocasionar qualquer ônus aos cofres públicos, tratando-se, pois, de projeto que merece a chancela deste Parlamento.

Necessária, apenas a apresentação de uma emenda de redação, a fim de corrigir equívoco verificado no art. 3º do projeto em exame. Nele, há referência ao extinto Ministério do Trabalho e Emprego, que foi substituído pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia. Recomendável, assim, a correção do referido equívoco.

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 578, de 2019, com a seguinte emenda:

mq2019-06443



4⁵**EMENDA Nº 1 - CAS**

Dê-se ao *caput* do art. 3º do Projeto de Lei (PL) nº 578, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 3º** O empregado admitido na forma desta Lei passará a integrar o Cadastro Nacional de Inclusão Produtiva do Trabalhador (Pró-Trabalho), administrado pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, na forma do Regulamento.

.....”

Sala da Comissão, 12 de junho de 2019

Senador STYVENSON VALENTIM, Vice-Presidente

Senador IRAJÁ, Relator



mq2019-06443





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAS, 12/06/2019 às 09h30 - 22ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENAN CALHEIROS		1. MECIAS DE JESUS	PRESENTE
EDUARDO GOMES	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MARCELO CASTRO	PRESENTE	3. CONFÚCIO MOURA	PRESENTE
LUIZ DO CARMO	PRESENTE	4. MAILZA GOMES	PRESENTE
LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE	5. VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARA GABRILLI		1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. EDUARDO GIRÃO	PRESENTE
ROMÁRIO		3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
LEILA BARROS	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	PRESENTE
WEVERTON	PRESENTE	2. CID GOMES	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	3. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
ELIZIANE GAMA		4. MARCOS DO VAL	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA		1. PAULO PAIM	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	2. PAULO ROCHA	PRESENTE
ZENAIDE MAIA		3. RENILDE BULHÕES	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
NELSINHO TRAD		1. CARLOS VIANA	
IRAJÁ	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	
MARIA DO CARMO ALVES		2. CHICO RODRIGUES	

Não Membros Presentes

FLÁVIO BOLSONARO
 ANGELO CORONEL
 WELLINGTON FAGUNDES
 TELMÁRIO MOTA





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

AROLDE DE OLIVEIRA



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 578/2019)**

NA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR IRAJÁ, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1-CAS.

12 de Junho de 2019

Senador STYVENSON VALENTIM

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 55, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem (SF) nº 19, de 2019, que Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, da Constituição, a indicação do Senhor EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Eduardo Gomes

12 de Junho de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Eduardo Gomes

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Mensagem (SF) nº 19, de 2019 (nº 156, de 2019, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, da Constituição, a indicação do Senhor EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing.*

Relator: Senador **EDUARDO GOMES**

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Mensagem (MSF) nº 19, de 2019 (nº 156, de 2019, na origem), do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que indica o Senhor EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos termos do inciso II do art. 111-A da Constituição Federal (CF).

A vaga, reservada a juízes oriundos de Tribunal Regional do Trabalho (TRT), decorre da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing.

Cabe a esta Comissão, nos termos da alínea *b* do inciso I do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar, mediante voto



SF/19837.87052-60



2³

secreto de seus membros, sobre a indicação citada, antes da votação no Plenário desta Casa.

Da leitura da MSF nº 19, de 2019, verifica-se que o indicado é Juiz do TRT da 1ª Região. Ingressou na magistratura em 1989, e foi promovido ao segundo grau no ano de 2003. Antes disso, atuara como advogado. Seu nome foi o único da lista tríplice que obteve o voto e o apoio da maioria absoluta dos Ministros do TST.

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, possui pós-graduação (*MBA*) em Administração Judiciária pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Frequentou, ainda, diversos cursos de aperfeiçoamento, inclusive em Barcelona, na Espanha, e em Roma, na Itália.

Foi, ademais, presidente da Escola Judiciária Trabalhista do TRT da 1ª Região e examinador de concursos públicos para provimento de cargos de magistrado trabalhista.

Apresentou, ainda, a lista de documentos e declarações exigidos pelo inciso I do citado art. 383 do RISF.

Ante o exposto, e atendendo à necessidade de resguardar o sigilo da manifestação dos Senadores, consideramos que Vossas Excelências têm elementos suficientes para deliberarem sobre a indicação do Senhor EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



PARECER Nº , DE 2019

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Mensagem (SF) nº 19 de 2019, que “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, da Constituição, a indicação do Senhor EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing”.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 12 de junho de 2019, apreciando o Relatório sobre a Mensagem (SF) nº 19, de 2019, opina pela APROVAÇÃO da escolha do nome do Sr. EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do art. 111-A, da Constituição Federal, combinado com o art. 383, II, do Regimento Interno do Senado Federal, por unanimidade, com vinte e seis (26) votos favoráveis.

Sala da Comissão, 12 de junho de 2019.

Senador EDUARDO GOMES, Relator





4

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 12/06/2019 às 09h - 22ª, Extraordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA		1. RENAN CALHEIROS	PRESENTE
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. EDUARDO GOMES	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR	
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO	
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER	
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	6. DANIELLA RIBEIRO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
TASSO JEREISSATI		2. ROBERTO ROCHA	PRESENTE
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	3. RODRIGO CUNHA	
ORIOVISTO GUIMARÃES		4. LASIER MARTINS	PRESENTE
ROSE DE FREITAS		5. MAJOR OLIMPIO	PRESENTE
JUÍZA SELMA	PRESENTE	6. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	PRESENTE
CID GOMES	PRESENTE	2. MARCOS DO VAL	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. KÁTIA ABREU	
WEVERTON	PRESENTE	5. LEILA BARROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	1. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
RENILDE BULHÕES		2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO ROCHA	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR		1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL	PRESENTE	2. NELSON TRAD	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES	
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

FERNANDO BEZERRA COELHO

PAULO PAIM



6



Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Indicação de membro do Tribunal Superior do Trabalho

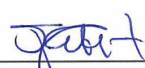
MSF 19/2019 - Evandro P. Lopes

Início da votação: 12/06/2019 10:02:24

Fim da votação: 12/06/2019 11:09:48

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
EDUARDO BRAGA		1. RENAN CALHEIROS	votou
SIMONE TEBET	votou	2. EDUARDO GOMES	votou
MECIAS DE JESUS	votou	3. MARCIO BITTAR	
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO	
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER	
CIRO NOGUEIRA	votou	6. DANIELLA RIBEIRO	
ESPERIDIÃO AMIN	votou	7. LUIS CARLOS HEINZE	votou
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
ANTONIO ANASTASIA	votou	1. JOSÉ SERRA	
TASSO JEREISSATI		2. ROBERTO ROCHA	voto não computado
EDUARDO GIRÃO	votou	3. RODRIGO CUNHA	
ORIOVISTO GUIMARÃES	votou	4. LASIER MARTINS	voto não computado
ROSE DE FREITAS	votou	5. MAJOR OLIMPIO	
JUÍZA SELMA	votou	6. FLÁVIO BOLSONARO	votou
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,		Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	votou	1. JORGE KAJURU	voto não computado
CID GOMES	votou	2. MARCOS DO VAL	
FABIANO CONTARATO	votou	3. RANDOLFE RODRIGUES	
ALESSANDRO VIEIRA	votou	4. KÁTIA ABREU	
WEVERTON	votou	5. LEILA BARROS	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,	
HUMBERTO COSTA	votou	1. TELMÁRIO MOTA	voto não computado
RENILDE BULHÕES	votou	2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	votou	3. PAULO ROCHA	voto não computado
PSD		PSD	
OTTO ALENCAR	votou	1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL		2. NELSINHO TRAD	
AROLDE DE OLIVEIRA	votou	3. CARLOS VIANA	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
RODRIGO PACHECO	votou	1. ZEQUINHA MARINHO	voto não computado
MARCOS ROGÉRIO	votou	2. MARIA DO CARMO ALVES	
JORGINHO MELLO	votou	3. WELLINGTON FAGUNDES	

Votação:

TOTAL 26 SIM 26 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 12/06/2019

 Senadora Simone Tebet
 Presidente

12/06/2019 11:09:30

Página 1 de 1



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 19/2019)

NA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PARECER DA CCJ, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES, PARA EXERCER O CARGO DE MINISTRO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, NA VAGA RESERVADA A JUÍZES DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO, DECORRENTE DA APOSENTADORIA DA MINISTRA MARIA DE ASSIS CALSING, POR UNANIMIDADE, COM 26 VOTOS FAVORÁVEIS.

12 de Junho de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 56, DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 233, de 2019, do Senador Randolfe Rodrigues, que Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas, e sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2019, do Senador Randolfe Rodrigues, que Susta os Decretos nºs 9.785, de 07 de maio de 2019, e 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas, e sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2019, da Senadora Eliziane Gama, que Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, com redação dada pelo Decreto 9.797, de 21 de maio de 2019, e as retificações no Diário Oficial da União, de 22 de maio de 2019 (edição 97, seção 1, pág.2), e sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2019, do Senador Humberto Costa, que Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro. O registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas, e sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 238, de 2019, do Senador Randolfe Rodrigues, que Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a



posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas, e sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2019, da Senadora Eliziane Gama, que Susta, nos termos nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre “a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas”, e sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2019, do Senador Humberto Costa, que Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019 e o Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet

RELATOR: Senador Veneziano Vital do Rêgo

12 de Junho de 2019



VOTO EM SEPARADO

Perante a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 233, de 2019, do Senador Randolfê Rodrigues, que *susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas*; o PDL nº 235, de 2019, do Senador Humberto Costa e outros, que *susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro. O registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas*; o PDL nº 238, de 2019, do Senador Randolfê Rodrigues e do Senador Fabiano Contarato, que *susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas*; o PDL nº 239, de 2019, da Senadora Eliziane Gama, que *susta, nos termos dos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre “a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas”*; o PDL nº 286, de 2019, do Senador Randolfê Rodrigues e do Senador Fabiano Contarato, que *susta os Decretos nºs 9.785, de 07 de maio de 2019, e 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte*



SF/19044.44632-94



e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas, o PDL nº 287, de 2019, do Senador Humberto Costa e outros, que susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019 e o Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas e o PDL nº 332, de 2019, da Senadora Eliziane Gama, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, com redação dada pelo Decreto 9.797, de 21 de maio de 2019, e as retificações no Diário Oficial da União, de 22 de maio de 2019 (edição 97, seção 1, pág.2).



SF/19044.44632-94

I – RELATÓRIO

Os Projetos de Decreto Legislativo (PDLs) nºs 233, 235, 238 e 239, todos de 2019, foram apresentados com o objetivo de sustar, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal (CF), o Decreto nº 9.785, de 5 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 – Estatuto do Desarmamento, *para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.*

Poucos dias após a edição desse decreto, o Poder Executivo editou outro normativo, o Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, que altera o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, e o Decreto nº 9.607, de 12 de dezembro

jw2019-07067



de 2018, que institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa.

O novo ato presidencial desafiou, então, a apresentação dos PDL nº 286, de 2019, por parte dos Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato, PDL nº 287, de 2019, que tem o Senador Humberto Costa como primeiro signatário, e PDL nº 332, de 2019, da Senadora Eliziane Gama.

Em suas justificações, os autores dos projetos argumentam, em síntese, que o Poder Executivo Federal extrapolou seu poder regulamentar, usurpando competência do Congresso Nacional, que “é o local adequado para se realizar qualquer alteração no que diz respeito ao porte e posse de armas de fogo, uma vez que está havendo criação de direitos. Tal medida burla claramente o princípio constitucional da reserva legal e da separação dos Poderes”.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

II.1 – Do porte de arma de fogo

Preliminarmente, é importante ressaltar que o *caput* do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento) veda, como regra geral, o porte de arma de fogo em todo o território nacional. Entretanto, em seus incisos são elencadas algumas categorias e entidades que poderão, em caráter excepcional, obter o porte de arma de fogo, segundo as regras estabelecidas no Estatuto do Desarmamento.

Por sua vez, de forma completamente independente ao que dispõe o art. 6º, o Estatuto do Desarmamento, no art. 10, permite a concessão de autorização de porte de arma de fogo de uso permitido pela Polícia Federal, após a autorização do Sistema Nacional de Armas (Sinarm). Tal autorização poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada e dependerá de o requerente: i) demonstrar a sua **efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de**

jw2019-07067



SF/19044.44632-94



ameaça à sua integridade física; ii) atender às exigências do art. 4º do Estatuto do Desarmamento¹; e iii) apresentar documentação de propriedade de arma de fogo, bem como o seu devido registro no órgão competente.

Saliente-se que os arts. 6º e 10 do Estatuto do Desarmamento não se comunicam. Assim, as entidades e categorias previstas no *caput* do art. 6º não necessitam cumprir os requisitos previstos no § 1º do art. 10, como por exemplo o de “efetiva necessidade”. Por sua vez, a autorização de porte de arma de fogo do art. 10 poderá ser concedida para toda e qualquer pessoa, independentemente de estar elencada no rol do art. 6º, bastando para tanto cumprir os requisitos previstos no § 1º do próprio art. 10.

Ademais, para algumas categorias previstas no art. 6º, como por exemplo os integrantes das forças armadas (art. 6º, I), é possibilitado o uso de arma de fogo de uso restrito (vide Decreto nº 9.493, de 5 de setembro de

¹ Lei nº 10.826, de 2003.

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos;

II – apresentação de documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa;

III – comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma disposta no regulamento desta Lei.

§ 1º O Sinarm expedirá autorização de compra de arma de fogo após atendidos os requisitos anteriormente estabelecidos, em nome do requerente e para a arma indicada, sendo intransferível esta autorização.

§ 2º A aquisição de munição somente poderá ser feita no calibre correspondente à arma registrada e na quantidade estabelecida no regulamento desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 3º A empresa que comercializar arma de fogo em território nacional é obrigada a comunicar a venda à autoridade competente, como também a manter banco de dados com todas as características da arma e cópia dos documentos previstos neste artigo.

§ 4º A empresa que comercializa armas de fogo, acessórios e munições responde legalmente por essas mercadorias, ficando registradas como de sua propriedade enquanto não forem vendidas.

§ 5º A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.

§ 6º A expedição da autorização a que se refere o § 1º será concedida, ou recusada com a devida fundamentação, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do requerimento do interessado.

§ 7º O registro precário a que se refere o § 4º prescinde do cumprimento dos requisitos dos incisos I, II e III deste artigo.

§ 8º Estará dispensado das exigências constantes do inciso III do *caput* deste artigo, na forma do regulamento, o interessado em adquirir arma de fogo de uso permitido que comprove estar autorizado a portar arma com as mesmas características daquela a ser adquirida



5⁷

2018²). Por sua vez, a pessoa que pleitear o porte de arma de fogo nos termos do art. 10, somente poderá obter autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido.

Passando, então, à análise do Decreto nº 9.785, de 2019, observamos que o porte de arma de fogo está regulamentado nos arts. 20 a 42, com destaque para o § 3º do art. 20, por ser o dispositivo mais sensível, no que diz respeito à extrapolação do poder regulamentar.

O § 3º do art. 20 da redação original do Decreto nº 9.785, de 2019, presumia, de forma absoluta, que as categorias elencadas no § 3º do art. 20 do Decreto cumpriam o requisito previsto no inciso I do § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento, que diz respeito à demonstração da “*efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física*”.

Agora, com a redação dada pelo Decreto nº 9.797, de 2019, presume-se, também de forma absoluta, quais categorias profissionais podem ser consideradas como “atividade profissional de risco” (§ 3º) e quando se está caracterizada a “ameaça à integridade física” (§ 4º).

No nosso entendimento, o Decreto nº 9.785, de 2019, permanece extrapolando o poder regulamentar, uma vez que, embora não seja presumida mais a “efetiva necessidade”, são presumidas as pessoas que podem ser consideradas enquadradas na “atividade profissional de risco” e na circunstância de “ameaça à integridade física”.

Conforme foi salientado na análise da redação original do Decreto, o § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento exige que o

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9493.htm



pretendente ao porte de arma de fogo de uso permitido deve demonstrar, **no caso concreto**, a efetiva necessidade do porte em decorrência de exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física. Assim, a Lei **exige um exame individualizado**, pela Polícia Federal, do pleiteante à autorização de arma de fogo de uso permitido.

Se não fosse assim, o Decreto poderia contemplar qualquer pessoa, entidade ou categoria, presumindo, de forma absoluta, que ela necessitaria do porte de arma de fogo para o exercício da sua atividade profissional ou para a defesa da sua integridade física.

Como vimos, esse não foi o escopo do Estatuto do Desarmamento. Como o próprio nome dado ao diploma legal diz, o objetivo do Estatuto foi o de desarmar a população, vedando o porte de arma de fogo em todo o território nacional. Por exceção, foram elencadas, de forma estrita, algumas categorias, pessoas ou entidades que poderiam obter o porte de arma de fogo.

Temos que o Estatuto do Desarmamento foi bem claro ao exigir que, para a concessão da autorização de porte de arma de fogo de uso permitido, o requerente deverá, entre outros requisitos, “*demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física*”.

A redação do artigo legal não dá margem a dúvida, razão pela qual repisamos seu texto:

“**Art. 10.** A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do Sinarm.

jw2019-07067



7⁹

§ 1º A autorização prevista neste artigo poderá ser concedida com eficácia temporária e territorial limitada, nos termos de atos regulamentares, e dependerá de o requerente:

I – demonstrar a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física;

.....”

Destoando do regramento legal, o § 3º do art. 20 do Decreto nº 9.785, de 2019, dispõe, segundo a redação dada pelo Decreto nº 9.797, de 2019:

“Art. 20.

.....

§ 3º São consideradas atividades profissionais de risco, para fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.826, de 2003, o exercício das seguintes profissões ou atividades:

I - instrutor de tiro ou armeiro credenciado pela Polícia Federal;

II - agente público, inclusive inativo:

- a) da área de segurança pública;
- b) da Agência Brasileira de Inteligência;
- c) da administração penitenciária;

d) do sistema socioeducativo, desde que lotado nas unidades de internação de que trata o inciso VI do caput do art. 112 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

e) que exerça atividade com poder de polícia administrativa ou de correição em caráter permanente;

f) dos órgãos policiais das assembleias legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

g) detentor de mandato eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, durante o exercício do mandato;

h) que seja oficial de justiça; ou

i) de trânsito;

III - advogado;

IV - proprietário:

- a) de estabelecimentos que comercializem armas de fogo; ou
- b) de escolas de tiro;

jw2019-07067

SF/19044.44632-94



V - dirigente de clubes de tiro;

VI - empregado de estabelecimentos que comercializem armas de fogo, de escolas de tiro e de clubes de tiro que sejam responsáveis pela guarda do arsenal armazenado nesses locais;

VII - profissional da imprensa que atue na cobertura policial;

VIII - conselheiro tutelar;

IX - motorista de empresa de transporte de cargas ou transportador autônomo de cargas;

X - proprietário ou empregado de empresas de segurança privada ou de transporte de valores;

XI - guarda portuário;

XII - integrante de órgão do Poder Judiciário que esteja efetivamente no exercício de funções de segurança; ou

XIII - integrante de órgão dos Ministérios Públicos da União, dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios que esteja efetivamente no exercício de funções de segurança.

§ 4º Considera-se ameaça à integridade física, para fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.826, de 2003, o fato de o requerente do porte de arma de fogo ser:

I - caçador ou colecionador de arma de fogo com Certificado de Registro expedido pelo Comando do Exército; ou

II - domiciliado em imóvel rural, assim definido como aquele que se destina ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial, nos termos do disposto na Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, cuja posse seja justa, nos termos do disposto no art. 1.200 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Entre as categorias elencadas, verificamos que algumas delas não necessitariam comprovar o requisito previsto no inciso I do § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento, nos termos do art. 6º da Lei³. São citados

³ Lei nº 10.826, de 2003.

Art. 6º É proibido o porte de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os casos previstos em legislação própria e para:

I – os integrantes das Forças Armadas;

II- os integrantes de órgãos referidos nos [incisos I, II, III, IV e V do caput do art. 144 da Constituição Federal](#) e os da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP);

III – os integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei; [\(Vide ADIN 5538\)](#) [\(Vide ADIN 5948\)](#)

IV - os integrantes das guardas municipais dos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e menos de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, quando em serviço; [\(Redação dada pela Lei nº 10.867, de 2004\)](#) [\(Vide ADIN 5538\)](#) [\(Vide ADIN 5948\)](#)



pelo Decreto os agentes públicos da área de segurança pública, da Agência Brasileira de Inteligência e da administração penitenciária.

No que se refere ao agente público da área de segurança pública, o Estatuto do Desarmamento elenca apenas os integrantes dos órgãos referidos nos incisos I, II, III, IV e V do *caput* da Constituição Federal, os da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e os integrantes das Guardas Municipais (conforme liminar concedida na medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5948).

Aos agentes públicos da Agência Brasileira de Inteligência, o Estatuto do Desarmamento menciona apenas os “agentes operacionais” (art. 6º, V), e não todo e qualquer funcionário do referido órgão.

Aos agentes públicos da administração penitenciária, o Estatuto elenca apenas os agentes e guardas prisionais e os integrantes de escoltas de presos (art. 6º, VII), e não todo e qualquer funcionário.

V – os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência e os agentes do Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

VI – os integrantes dos órgãos policiais referidos no [art. 51, IV](#), e no [art. 52, XIII, da Constituição Federal](#);

VII – os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias;

VIII – as empresas de segurança privada e de transporte de valores constituídas, nos termos desta Lei;

IX – para os integrantes das entidades de desporto legalmente constituídas, cujas atividades esportivas demandem o uso de armas de fogo, na forma do regulamento desta Lei, observando-se, no que couber, a legislação ambiental.

X – os integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal, Auditores-Fiscais e Técnicos da Receita Federal. [\(Incluído pela Lei nº 11.118, de 2005\)](#)

X – integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho, cargos de Auditor-Fiscal e Analista Tributário. [\(Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007\)](#)

XI – os tribunais do Poder Judiciário descritos no [art. 92 da Constituição Federal](#) e os Ministérios Públicos da União e dos Estados, para uso exclusivo de servidores de seus quadros pessoais que efetivamente estejam no exercício de funções de segurança, na forma de regulamento a ser emitido pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

jw2019-07067



Vê-se então, claramente, que o Decreto é, nesses pontos, exorbitante, ampliando os servidores habilitados a portar arma naqueles órgãos. É importante salientar, mais uma vez, que apenas os agentes públicos que estão expressamente elencados no art. 6º do Estatuto do Desarmamento, não necessitam, para obter o porte de arma de fogo, de comprovar o requisito de “efetiva necessidade”, por exercer “atividade profissional de risco”, previsto no inciso I do § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento.

Ademais, verifica-se que o Decreto estende a possibilidade de obtenção do porte de arma de fogo aos agentes públicos “**inativos**”. Ocorre que, em nenhum de seus dispositivos, o Estatuto do Desarmamento confere o porte de arma de fogo a qualquer funcionário público inativo. Mesmo aqueles que podem portar arma de fogo fora do serviço, como os previstos nos incisos I, II, III, V e VI do *caput* do art. 6º do Estatuto, devem ser funcionários que estejam em atividade.

Ressalte-se que, no caso dos militares, a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), confere o porte de arma de fogo “*quando oficial em serviço ativo ou em inatividade, salvo caso de inatividade por alienação mental ou condenação por crimes contra a segurança do Estado ou por atividades que desaconselhem aquele porte*” (art. 50, IV, “q”). Dispositivo idêntico consta no art. 50, IV, “p”, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984 (Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal).

Entretanto, no Estatuto do Desarmamento, **que é o diploma legal que o Decreto procura regulamentar**, não há qualquer previsão para o porte de arma de fogo de servidores públicos inativos.



Veja-se que não se critica aqui o mérito e a razão das escolhas administrativas presentes no Decreto. Com efeito, é possível vislumbrar a necessidade do porte de arma por aqueles agentes públicos, mesmo na inatividade, para sua defesa pessoal. Todavia, apenas alertamos que o porte de arma de fogo para inativos não está previsto no Estatuto do Desarmamento.

O Decreto elenca ainda diversas categorias que não são autorizadas, pelo Estatuto do Desarmamento, a portar arma de fogo, sem a comprovação do requisito da “efetiva necessidade”, por ser presumido o “exercício de atividade profissional de risco”. São elas: o instrutor de tiro ou armeiro credenciado pela Polícia Federal; o agente público do sistema socioeducativo; o agente público que exerça atividade com poder de polícia administrativa ou de correição em caráter permanente; o policial das assembleias legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o detentor de mandato eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando no exercício do mandato; o advogado; o oficial de justiça; o proprietário e os empregados de estabelecimento que comercialize armas de fogo ou de escolas de tiro; os dirigentes de clube de tiro; o profissional de imprensa que atue na cobertura policial; o conselheiro tutelar; o agente de trânsito; os motoristas de empresas e transportes autônomos de cargas.

O Decreto nº 9.797, de 2019, inclui ainda mais duas categorias na lista de atividades profissionais de risco, nos termos do art. 20, § 3º; i) o guarda portuário (inciso XI); e ii) os integrantes do Poder Judiciário e dos Ministérios Públicos da União, dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios que estejam efetivamente no exercício de funções de segurança (incisos XII e XIII).

jw2019-07067



O guarda portuário não precisaria constar dessa lista, uma vez que faz parte das categorias excepcionais que tem autorização para portar arma de fogo, nos termos do art. 6º, inciso VII, do Estatuto do Desarmamento. Nos termos do § 2º do referido art. 6º, tal categoria somente deve comprovar o requisito previsto no inciso III do *caput* do art. 4º do Estatuto, qual seja, a “comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo”.

Por sua vez, os integrantes do Poder Judiciário e dos Ministérios Públicos da União, dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios que estejam efetivamente no exercício de funções de segurança também não precisariam constar da lista das atividades profissionais de risco, uma vez que têm autorização para portar arma de fogo, nos termos do art. 6º, inciso XI, do Estatuto do Desarmamento. Saliente-se, entretanto, que o porte de arma de fogo deve ser exercido na forma de regulamento **a ser emitido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).**

É importante salientar que a concessão do porte de arma de fogo a várias dessas categorias, como por exemplo o oficial de justiça e o agente de trânsito, são objeto de proposições legislativas que estão tramitando há vários anos no Congresso Nacional. Assim, enquanto os seus integrantes não possuem, por lei, o direito ao porte de arma de fogo, eles devem, nos termos do art. 10 do Estatuto do Desarmamento, obter autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido junto a Polícia Federal, devendo comprovar, entre outros requisitos, “*a sua efetiva necessidade por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física*”.

Sendo assim, o Decreto, ao presumir de forma absoluta, para algumas categorias, o “exercício de atividade profissional de risco” e a

jw2019-07067



SF/19044.44632-94



15
13

“ameaça à sua integridade física”, extrapolou, no nosso entendimento, o exercício do poder regulamentar.

Analisaremos ainda a concessão de porte de arma de fogo a três categorias: i) o colecionador ou o caçador com certificado de registro de arma de fogo expedido pelo Comando do Exército; ii) o residente em área rural; e iii) o proprietário ou empregado de empresas de segurança privada e de transporte de valores.

Nos termos do art. 9º do Estatuto do Desarmamento, compete ao Ministério da Justiça a concessão do registro e do porte de trânsito de arma de fogo para colecionadores e caçadores, após autorização do Comando do Exército. No caso do caçador para subsistência, o § 6º do art. 6º ainda estabelece que, se ele der outro uso à sua arma de fogo, responderá por porte ilegal ou por disparo de arma de fogo de uso permitido.

Sendo assim, nos termos do Estatuto do Desarmamento, os colecionadores e caçadores podem receber apenas **porte de trânsito de arma de fogo**, para transportar a arma de um local (por exemplo, uma loja) até o destino final (por exemplo, um museu, a residência do caçador etc.). No caso do caçador para subsistência, o Estatuto do Desarmamento estabelece expressamente que, se for dado outro uso à arma, que não seja a utilização para a caça de subsistência, ele responderá por porte ilegal de arma de fogo.

Com isso, no nosso entendimento, novamente o Decreto extrapolou o poder regulamentar, ao conceder o porte de arma de fogo aos colecionadores e aos caçadores, presumindo, de forma absoluta, que eles cumprem o requisito de “ameaça à sua integridade física”, nos termos do inciso I do § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento. Inclusive, presumir

jw2019-07067



que o colecionador de arma de fogo tem sua integridade física ameaçada soa completamente absurdo.

Por sua vez, no caso dos residentes em área rural, o Decreto também presume, no art. 20, § 4º, inciso II, que eles apresentam a sua integridade física ameaçada. Ademais, no § 5º do mesmo artigo, dispõe-se que o porte de arma de fogo poderá ter sua territorialidade definida pela autoridade concedente.

O art. 25 do Decreto ainda prevê que será concedido o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência, de uma arma de fogo portátil, de uso permitido, de tiro simples, com um ou dois canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16, desde que o interessado comprove a efetiva necessidade em requerimento ao qual serão anexados os seguintes documentos: i) comprovante de residência em área rural ou certidão equivalente expedida por órgão municipal ou distrital; ii) original e cópia da cédula de identidade e iii) atestado de bons antecedentes.

Assim, mais uma vez, entendemos que o Decreto extrapolou o poder regulamentar, ao não exigir do residente rural o requisito da **idade superior 25 (vinte e cinco) anos de idade**, bem como a **comprovação, na prática, da efetiva necessidade e da dependência do emprego da arma de fogo para a subsistência alimentar familiar**.

Noutro giro, o Decreto entende como cumprido o requisito da “efetiva necessidade”, por exercer “atividade profissional de risco”, previsto no inciso I do § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento, quando o requerente for proprietário ou empregado de empresas de segurança privada e de transporte de valores (art. 20, § 3º, X, do Decreto nº 9.785, de 2019).

jw2019-07067



17
15

Nos termos do art. 7º do Estatuto do Desarmamento, as armas de fogo utilizadas por empresas de segurança privada e de transporte de valores serão de propriedade, responsabilidade e guarda das respectivas empresas, **somente podendo ser utilizadas quando em serviço**, por empregados definidos em listagem atualizada semestralmente junto ao Sinarm.

Assim, a nosso ver, o Decreto extrapolou o poder regulamentar ao presumir, de forma absoluta, que o proprietário ou o empregado de empresas de segurança e de transporte de valores cumprem o requisito de “efetiva necessidade”, por “exercício de atividade profissional de risco”, nos termos do inciso I do § 1º do art. 10 do Estatuto do Desarmamento, podendo obter a autorização para o porte de arma de fogo, inclusive para a utilização da arma fora do serviço.

Por fim, verificamos que o § 6º do art. 36 do Decreto prescreve que o § 6º do art. 36 do Decreto nº 9.785, de 2019, com a redação dada pelo Decreto nº 9.797, de 2019, estabelece que a prática de tiro desportivo por pessoas com idade “entre quatorze e dezoito anos” dependerá da autorização conjunta de seus responsáveis legais, ou por apenas um, na falta do outro.

Ressalte-se que o revogado Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, que anteriormente regulamentava o Estatuto do Desarmamento, previa que a prática de tiro desportivo por menores de dezoito anos deveria ser autorizada judicialmente.

No nosso entendimento, tanto o decreto antigo como atual, extrapolam a regulamentação do Estatuto do Desarmamento, uma vez que criam direito e obrigação não previstos no Estatuto, mesmo que seja para suprir uma lacuna na legislação.

jw2019-07067



II.2 – Redefinição do conceito de armas de fogo de uso permitido e de uso restrito

O Estatuto do Desarmamento foi editado em 22 de dezembro de 2003, quando vigia o Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000, que trata do *Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105)*. Os arts. 16 e 17 desse regulamento trazem as definições de armas de fogo de uso permitido e de uso restrito, que serviram de base para orientar a elaboração do Estatuto do Desarmamento.

Desta feita, o Decreto nº 9.785, de 2019, com a redação dada pelo Decreto nº 9.797, de 2019, redefine as armas de fogo de uso permitido e de uso restrito.

A tabela a seguir mostra a reformulação das definições:

Regulamento aprovado pelo Decreto nº 3.665, de 2000 (R-105)	Decreto nº 9.785, de 2019
<p>Armas de fogo de uso permitido</p> <p>Art. 17. São de uso permitido:</p> <p>I - armas de fogo curtas, de repetição ou semi-automáticas, cuja munição comum tenha, na saída do cano, energia de até trezentas libras-pé ou quatrocentos e sete Joules e suas munições, como por exemplo, os calibres .22 LR, .25 Auto, .32 Auto, .32 S&W, .38 SPL e .380 Auto;</p> <p>II - armas de fogo longas raiadas, de repetição ou semi-automáticas, cuja munição comum tenha, na saída do cano, energia de até mil libras-pé ou mil trezentos e cinquenta e cinco Joules e suas munições, como por exemplo, os calibres .22 LR, .32-20, .38-40 e .44-40;</p> <p>III - armas de fogo de alma lisa, de repetição ou semiautomáticas, calibre doze ou inferior, com comprimento de cano igual ou maior do que vinte e quatro</p>	<p>Armas de fogo de uso permitido</p> <p>Art. 2º</p> <p>I - arma de fogo de uso permitido - as armas de fogo semiautomáticas ou de repetição que sejam:</p> <p>a) de porte, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, não atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules;</p> <p>b) portáteis de alma lisa; ou</p> <p>c) portáteis de alma raiada, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, não atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules;</p> <p>.....</p>

jw2019-07067



polegadas ou seiscentos e dez milímetros; as de menor calibre, com qualquer comprimento de cano, e suas munições de uso permitido;	
Armas de fogo de uso restrito Art. 16. São de uso restrito: I - armas, munições, acessórios e equipamentos iguais ou que possuam alguma característica no que diz respeito aos empregos tático, estratégico e técnico do material bélico usado pelas Forças Armadas nacionais; II - armas, munições, acessórios e equipamentos que, não sendo iguais ou similares ao material bélico usado pelas Forças Armadas nacionais, possuam características que só as tornem aptas para emprego militar ou policial; III - armas de fogo curtas, cuja munição comum tenha, na saída do cano, energia superior a trezentas libras-pé ou quatrocentos e sete Joules e suas munições, como por exemplo, os calibres .357 Magnum, 9 Luger, .38 Super Auto, .40 S&W, .44 SPL, .44 Magnum, .45 Colt e .45 Auto; IV - armas de fogo longas raiadas, cuja munição comum tenha, na saída do cano, energia superior a mil libras-pé ou mil trezentos e cinquenta e cinco Joules e suas munições, como por exemplo, .22-250, .223 Remington, .243 Winchester, .270 Winchester, 7 Mauser, .30-06, .308 Winchester, 7,62 x 39, .357 Magnum, .375 Winchester e .44 Magnum; V - armas de fogo automáticas de qualquer calibre; VI - armas de fogo de alma lisa de calibre doze ou maior com comprimento de cano menor que vinte e quatro polegadas ou seiscentos e dez milímetros; VII - armas de fogo de alma lisa de calibre superior ao doze e suas munições;	Armas de fogo de uso restrito Art. 2º II - b) de porte, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules; ou c) portáteis de alma raiada, cujo calibre nominal, com a utilização de munição comum, atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a mil e duzentas libras-pé ou mil seiscentos e vinte joules;



SF/19044.44632-94



--	--

Note-se que o Decreto nº 9.785, de 2019, alterou sensivelmente as medidas de energia que caracterizavam as armas de fogo como de uso permitido ou de uso restrito. Por exemplo, uma pistola automática, segundo a regra do Decreto nº 3.665, de 2000, seria de uso permitido se, na saída do cano, a munição apresentasse energia de até **300 libras-pé ou 407 joules**, enquanto o Decreto nº 9.785, de 2019, admite como de uso permitido pistolas com energia de munição na saída do cano de até **1200 libras-pé e 1620 joules**. Ou seja, o Decreto nº 9.785, de 2019, **quadruplicou** a energia da munição na saída do cano, para definir se uma pistola é de uso permitido ou de uso restrito.

Outra modificação, que não se relaciona à energia do projétil, diz respeito às armas de fogo de alma lisa: o Decreto nº 3.665, de 2000, classifica como de uso permitido apenas as de “calibre doze ou inferior, com comprimento de cano igual ou maior do que vinte e quatro polegadas ou seiscentos e dez milímetros e as de menor calibre, com qualquer comprimento de cano”, enquanto, nos termos do Decreto nº 9.785, de 2019, qualquer arma de fogo portátil de alma lisa é considerada de uso permitido, independentemente do calibre e do tamanho do cano.

Então, observa-se que o Decreto nº 9.785, de 2019, passa a permitir a aquisição e porte, nos termos dos arts. 4º e 10 do Estatuto do Desarmamento, de armas de fogo que, antes, eram consideradas de uso restrito, o que implica violação, por via indireta, das restrições impostas pela Lei de regência.

jw2019-07067



21
19

A rigor, não tendo a lei imposto limitações no que tange às definições estabelecidas pelo Decreto, não haveria, sob esse prisma, nenhuma ilegalidade. Ocorre que, no ponto, o limite deve ser o da razoabilidade, que é princípio de índole constitucional e que, por isso, permeia toda a legislação brasileira.

Então, sob o enfoque do princípio da razoabilidade, não se afigura adequado, por exemplo, estabelecer, como faz o Decreto, que uma escopeta seja considerada arma de fogo de uso permitido, pois não se trata de arma de defesa, senão de extermínio.

A se desprezar o princípio da razoabilidade, haveria que se admitir, por absurdo, perfeitamente legal um hipotético decreto que estabelecesse a bazuca como arma de fogo de uso permitido, o que francamente soa absurdo.

Então, o que se deduz é que o Decreto, ao não observar o princípio da razoabilidade, alterou profundamente o significado da Lei, promovendo superlativamente a aquisição de armas de fogo pela população.

Por fim, é importante salientar ainda a repercussão negativa que a redefinição sobre o conceito de armas de uso permitido e de uso restrito terá sobre a configuração dos crimes previstos nos arts. 12, 14 e 16 do Estatuto do Desarmamento.

Ao conceituar como de uso permitido armas que eram consideradas de uso restrito, certas condutas delitivas que foram tipificadas como posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (arts. 16) passarão a configurar o crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (arts. 12 e 14, respectivamente), devendo seus praticantes receber

jw2019-07067



a redução de pena, diante do princípio penal da *novatio legis in mellius*, que estabelece que a lei mais benéfica retroage para beneficiar o réu (art. 5º, XL, da Constituição Federal; art. 2º, parágrafo único, do Código Penal).

Por exemplo, condutas delitivas que foram praticadas com armas que anteriormente eram classificadas como de uso restrito (.40, .45 e 9mm, por exemplo) passarão a ter tratamento mais brando, uma vez que agora serão configuradas como posse ou porte de arma de uso permitido (arts. 12 e 14 do Estatuto do Desarmamento). Assim, embora não fosse o objetivo do Decreto, a redefinição dos conceitos de armas de uso permitido e restritivo beneficiará milhares de condenados.

II.3 – Do número de armas de fogo que podem ser adquiridas

Os §§ 8º e 10 do art. 9º do Decreto nº 9.785, de 2019, estabelecem a quantidade de armas de fogo de uso permitido que pode ser adquirida pelo interessado, nos seguintes termos:

“**Art. 9º** Para fins de aquisição de arma de fogo de uso permitido e de emissão do Certificado de Registro de Arma de Fogo, o interessado deverá:

I - apresentar declaração de efetiva necessidade;

§ 1º Presume-se a veracidade dos fatos e das circunstâncias afirmadas na declaração de efetiva necessidade a que se refere o inciso I do *caput*.

§ 8º O disposto no § 1º aplica-se à aquisição de até **quatro armas de fogo de uso permitido**, não excluída a caracterização da efetiva necessidade se presentes outros fatos e circunstâncias que a justifiquem, **inclusive para a aquisição de armas de fogo de uso permitido em quantidade superior a esse limite**.

§ 9º (Revogado).

jw2019-07067



23
21

§ 10. Os colecionadores, os caçadores e os atiradores poderão adquirir armas de uso permitido até o limite de:

I - cinco armas de cada modelo, para os colecionadores;

II - quinze armas, para os caçadores; e

III - trinta armas, para os atiradores.

§ 11. Poderão ser concedidas autorizações para aquisição de arma de fogo de uso permitido em quantidade superior aos limites estabelecidos no § 10, a critério da Polícia Federal.”

Ou seja, além de promover uma reclassificação das armas de fogo, para tornar de uso permitido o que antes era de uso restrito, o Decreto nº 9.785, de 2019, em conflito com o espírito do Estatuto do Desarmamento, autoriza a aquisição ilimitada de armas por uma mesma pessoa.

Com efeito, a primeira parte do § 8º do art. 9º acima transcrito estabelece o limite de quatro armas de fogo por pessoa, o que não é pouco; entretanto, a parte final do mesmo dispositivo admite a aquisição de armas de fogo “*em quantidade superior a esse limite*”. Isso sem falar na absurda quantidade de armas de fogo que podem ser adquiridas por colecionadores, caçadores e atiradores.

Conforme já salientamos anteriormente, o escopo do Estatuto do Desarmamento foi de desarmar a população. No nosso entendimento, o Decreto nº 9.785, de 2019, ao estabelecer a aquisição ilimitada de armas por uma mesma pessoa, extrapolou o poder regulamentar.

II.4 – Aquisição de arma de fogo de uso restrito

O *caput* do art. 27 do Estatuto do Desarmamento estabelece que “*caberá ao Comando do Exército autorizar, **excepcionalmente**, a aquisição de armas de fogo de uso restrito*”.

jw2019-07067



O art. 11 do Decreto nº 9.785, de 2019, todavia, despreza o caráter de excepcionalidade exigido pela Lei, principalmente ao permitir a aquisição de arma de fogo de uso restrito, indiscriminadamente, até por pessoas físicas, integrantes dos órgãos policiais e das demais entidades nele mencionadas, e até mesmo para colecionadores, atiradores ou caçadores:

“Art. 11. Para fins de aquisição de arma de fogo de uso restrito, o interessado deverá solicitar autorização prévia ao Comando do Exército.

§ 1º A autorização será concedida, para fins de controle da dotação, mediante prévia comunicação acerca da intenção de aquisição, para:

I - os órgãos e as instituições a que se referem o inciso IV do caput do art. 51, o inciso XIII do caput do art. 52 e o art. 144 da Constituição;

II - o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

III - a Agência Brasileira de Inteligência;

IV - o Departamento Penitenciário Nacional e os órgãos prisionais e socioeducativos estaduais e distritais; e

V - as guardas municipais.

§ 2º O disposto no § 1º se aplica às aquisições de munições e acessórios das armas de uso restrito adquiridas.

§ 3º A autorização para aquisição de armas de fogo de porte e de armas de fogo portáteis será concedida, desde que comprovado o cumprimento dos requisitos legais, observados os seguintes limites:

I - até cinco armas de fogo:

a) para os integrantes dos órgãos, das instituições e da corporação a que se referem o inciso I ao inciso IV do § 1º;

b) para as demais pessoas naturais autorizadas a adquirir arma de fogo de uso restrito nos termos estabelecidos na Lei nº 10.826, de 2003, ou em legislação específica e que não estejam mencionadas neste parágrafo; e

c) para os integrantes das Forças Armadas, nos termos estabelecidos no regulamento de cada Força ou da corporação;



25
23

II - até cinco armas de fogo de cada modelo, para os colecionadores;

III - até quinze armas de fogo, para os caçadores; e

IV - até trinta armas de fogo, para os atiradores.

.....

§ 10. Poderão ser concedidas autorizações para aquisição de arma de fogo de uso restrito em quantidade superior aos limites estabelecidos no § 3º, a critério do Comando do Exército.

.....”

A ampla gama de pessoas aptas a adquirir arma de fogo de uso restrito retira, sem dúvida, o caráter de excepcionalidade exigido pela Lei.

Aliás, a Lei não admite a aquisição de arma de fogo de uso restrito por particular, pois o art. 4º do Estatuto do Desarmamento, ao estabelecer os requisitos para aquisição de arma de fogo por qualquer interessado, apenas o faz em relação às armas de fogo de uso permitido, o que leva à conclusão de que as armas de fogo de uso restrito somente podem ser adquiridas, em caráter excepcional, pelas corporações da área de segurança pública.

Não bastasse, o § 3º do art. 11 permite a aquisição de número exacerbado de armas de fogo de uso restrito, o que não se justifica.

No mesmo sentido, por correlação lógica, a importação de armas de fogo de uso restrito, acessórios e respectivas munições por pessoas físicas também não deve ser admitida, conforme estabelece o art. 43, § 2º, inciso III do Decreto.

Portanto, no nosso entendimento, há, nesses pontos, novamente extrapolação do poder regulamentar pelo Decreto nº 9.785, de 2019.

jw2019-07067



SF/19044.44632-94



II.5 – Quantidade de munições adquiridas anualmente

Como se não bastasse o excessivo número de armas de fogo que pode ser adquirido pela mesma pessoa, o art. 19 do Decreto nº 9.785, de 2019, com a nova redação, permite a aquisição de munições também em número exacerbado:

“Art. 19.

§ 1º O proprietário de arma de fogo poderá adquirir até **mil munições anuais para cada arma de fogo de uso restrito e cinco mil munições para as de uso permitido registradas em seu nome** e comunicará a aquisição ao Comando do Exército ou à Polícia Federal, conforme o caso, no prazo de setenta e duas horas, contado da data de efetivação da compra, observado o disposto no inciso II do § 3º do art. 5º.

§ 2º Não estão sujeitos ao limite de que trata o § 1º:

I - aqueles de que tratam o inciso I ao inciso VII do caput do art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, quando a munição adquirida for destinada a arma de fogo institucional sob sua responsabilidade ou de sua propriedade;

II - as munições adquiridas por entidades de tiro e estandes de tiro devidamente credenciados para fornecimento para seus membros, associados, integrantes ou clientes; e

III - as munições adquiridas para aplicação de teste de capacidade técnica pelos instrutores de armamento e de tiro credenciados pela Polícia Federal.

§ 3º As armas pertencentes ao acervo de colecionador não podem ser consideradas para a aquisição de munições a que se refere o § 1º.

§ 4º Os caçadores e os atiradores poderão ser autorizados a adquirir munições em quantidade superior ao limite estabelecido no § 1º, a critério do Comando do Exército e por meio de requerimento.”



SF/19044.44632-94



25²⁷

A nosso sentir, o elevado número de munições que pode ser adquirido igualmente contraria o espírito do Estatuto do Desarmamento.

Dessa análise, concluímos que os seguintes dispositivos do Decreto nº 9.785, de 2019, extrapolam o poder regulamentar:

- art. 2º;
- art. 9º, §§ 8º, 10 e 11;
- art. 11, § 3º;
- art. 19;
- art. 20, §§ 3º, 4º e 5º;
- art. 25;
- art. 35;
- art. 36, § 6º; e
- art. 43, § 2º, III (na parte que trata de importação de armas de fogo de uso restrito, acessórios e respectivas munições por pessoas físicas).

Assim, a nosso ver, os dispositivos supramencionados são materialmente inconstitucionais por regulamentar norma editada pelo Parlamento em sentido precisamente oposto àquele significado que o Legislador emprestou originariamente à Lei. Ademais, são também formalmente inconstitucionais, porque estipulados pelo Poder Executivo, ente destituído de competência para inovar a legislação brasileira quanto à matéria, com clara extrapolação de sua competência normativa, que é sujeita e subordinada à Lei.

jw2019-07067



III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **aprovação** dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 233, 235, 238, 239, 286, 287 e 332, todos de 2019.

Sala da Comissão,

Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO



jw2019-07067





Senado Federal

29

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 12/06/2019 às 10h - 23ª, Ordinária
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA		1. RENAN CALHEIROS	PRESENTE
SIMONE TEBET	PRESENTE	2. EDUARDO GOMES	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. MARCIO BITTAR	
JADER BARBALHO		4. MARCELO CASTRO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO		5. DÁRIO BERGER	
CIRO NOGUEIRA	PRESENTE	6. DANIELLA RIBEIRO	PRESENTE
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	7. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODEMOS, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
TASSO JEREISSATI		2. ROBERTO ROCHA	PRESENTE
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	3. RODRIGO CUNHA	PRESENTE
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	4. LASIER MARTINS	PRESENTE
ROSE DE FREITAS	PRESENTE	5. MAJOR OLIMPIO	PRESENTE
JUÍZA SELMA	PRESENTE	6. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	1. JORGE KAJURU	PRESENTE
CID GOMES	PRESENTE	2. MARCOS DO VAL	PRESENTE
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	3. RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	4. KÁTIA ABREU	
WEVERTON	PRESENTE	5. LEILA BARROS	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	1. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
RENILDE BULHÕES	PRESENTE	2. JAQUES WAGNER	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	3. PAULO ROCHA	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
ANGELO CORONEL	PRESENTE	2. NELSON TRAD	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	3. CARLOS VIANA	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
RODRIGO PACHECO	PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES	
JORGINHO MELLO	PRESENTE	3. WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE





30

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

ELIZIANE GAMA

ZENAIDE MAIA

CONFÚCIO MOURA

IZALCI LUCAS

FERNANDO BEZERRA COELHO

ACIR GURGACZ

PAULO PAIM



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Relatório ao PDL 233/2019 e outros

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE S - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA				1. RENAN CALHEIROS		X	
SIMONE TEBET				2. EDUARDO GOMES			
MECIAS DE JESUS				3. MARCIO BITTAR			
JADER BARBALHO				4. MARCELO CASTRO			
JOSÉ MARANHÃO				5. DÁRIO BERGER			
CIRO NOGUEIRA	X			6. DANIELLA RIBEIRO			
ESPERIDIÃO AMIN		X		7. LUIS CARLOS HEINZE	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE S - Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO ANASTASIA		X		1. JOSÉ SERRA			
TASSO JEREISSATI				2. ROBERTO ROCHA			
EDUARDO GIRÃO		X		3. RODRIGO CUNHA		X	
ORIOVISTO GUIMARÃES	X			4. LASIER MARTINS			
ROSE DE FREITAS		X		5. MAJOR OLÍMPIO			
JUIZA SELMA	X			6. FLÁVIO BOLSONARO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE S - Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VENEZIANO VITAL DO RÉGO		X		1. JORGE KAJURU			
CID GOMES		X		2. MARCOS DO VAL	X		
FABIANO CONTARATO		X		3. RANDOLFE RODRIGUES			
ALESSANDRO VIEIRA		X		4. KÁTIA ABREU			
WEVERTON				5. LEILA BARROS			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE S - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA		X		1. TELMÁRIO MOTA			
RENILDE BULHÕES		X		2. JAQUES WAGNER			
ROGERIO CARVALHO		X		3. PAULO ROCHA			
TITULARES - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE S - PSD	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR		X		1. SÉRGIO PETECÃO			
ANGELO CORONEL	X			2. NELSONHO TRAD			
AROLDE DE OLIVEIRA	X			3. CARLOS VIANA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE S - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RODRIGO PACHECO		X		1. ZEQUINHA MARINHO			
MARCOS ROGÉRIO	X			2. MARIA DO CARMO ALVES			
JORGINHO MELLO	X			3. WELLINGTON FAGUNDES			

Quórum: TOTAL 25

Votação: TOTAL 24 SIM 9 NÃO 15 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 12/06/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Simone Tebet
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 233/2019)

NA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO REJEITA O RELATÓRIO DO SENADOR MARCOS DO VAL E A PRESIDÊNCIA DESIGNA RELATOR DO VENCIDO O SENADOR VENEZIANO VITAL DO RÊGO, NOS TERMOS DO ARTIGO 128 DO RISF.

CONSIGNADO, PELO SENADOR VENEZIANO VITAL DO RÊGO, O RELATÓRIO DO VENCIDO QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁVEL AOS PDL'S Nº 233, 235, 238, 239, 286, 287 E 332, DE 2019, QUE TRAMITAM EM CONJUNTO.

12 de Junho de 2019

Senadora SIMONE TEBET

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 34, DE 2019

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2018, do Senador Magno Malta, que Altera o art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições de ensino.

PRESIDENTE: Senador Dário Berger

RELATOR: Senadora Zenaide Maia

04 de Junho de 2019



Minuta

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2018, do Senador Magno Malta, que *altera o art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições de ensino.*

Relatora: Senadora **ZENAIDE MAIA****I – RELATÓRIO**

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para análise, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 265, de 2018, do Senador Magno Malta, que *altera o art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições de ensino.*

Na justificção, o autor afirma que a Lei Maria da Penha é um marco no combate à violência doméstica e familiar, mas que é necessário aperfeiçoá-la, dando garantia de que a vítima de violência doméstica tenha assegurado também o seu direito à educação, com prioridade de matrícula ou rematrícula na escola.

A proposição foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.



II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre normas gerais de educação e ensino. É o caso da proposição em tela, que versa sobre o direito de a mulher vítima de violência doméstica ou familiar e seus dependentes se matricularem com prioridade em instituições de ensino.

Do ponto de vista do mérito, compete a esta Comissão analisar se a matéria atende aos requisitos de necessidade e relevância na área de educação.

A Lei Maria da Penha determina, em seu art. 3º, que a todas as mulheres devem ser asseguradas as condições para o exercício efetivo de uma série de direitos, entre os quais destacamos o relativo à educação. A proposição em análise, por sua vez, acrescenta dispositivo à Lei, de forma a incluir uma garantia, com caráter assecuratório daquele direito, para as mulheres vítimas de violência e também para seus dependentes. Nesse sentido, o projeto é necessário.

A matéria também se mostra bastante relevante, uma vez que a educação é fator de inclusão, de recuperação da estima e de construção de novos projetos de vida para as vítimas de violência. Por isso, é de grande relevância que as instituições de educação estejam permanentemente abertas para a matrícula de mulheres nessa condição, facilitando a retomada dos estudos e evitando que o trauma da violência tenha impacto sobre a vida escolar e sobre o futuro profissional.

Em suma, a proposição aperfeiçoa a Lei Maria da Penha e está de acordo com a agenda de políticas públicas e com a legislação brasileira em matéria de ensino, que define a educação como direito de todos, a ser assegurada ao longo da vida.

Por fim, apresentamos emenda com o objetivo de aperfeiçoar a redação da proposição sem, contudo, alterar seu sentido.

Ademais, durante a discussão da matéria, recebemos sugestão de aperfeiçoamento do texto, a qual foi plenamente acatada. Para tanto, acrescentamos § 4º ao art. 9º da Lei Maria da Penha, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 265, de 2018, para assegurar o sigilo da informação referente aos dados educacionais da ofendida e dos seus dependentes.

jq2019-07229



SF/19093.51338-67



4

3

III – VOTO

Em razão do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2018, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 1º

‘Art. 9º

.....

§ 2º

.....

III – prioridade de matrícula ou rematrícula em instituições de ensino em favor da vítima e de seus dependentes.

.....

§ 4º Serão sigilosos os dados da ofendida e dos seus dependentes matriculados ou transferidos com base no inciso III deste artigo, sendo o acesso às informações reservado ao juiz, ao Ministério Público e órgãos competentes do Poder Público’ (NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



jq2019-07229





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CE, 04/06/2019 às 11h - 20ª, Ordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
RENAN CALHEIROS	1. EDUARDO GOMES PRESENTE
DÁRIO BERGER PRESENTE	2. EDUARDO BRAGA
CONFÚCIO MOURA PRESENTE	3. DANIELLA RIBEIRO PRESENTE
MARCIO BITTAR PRESENTE	4. FERNANDO BEZERRA COELHO
LUIZ DO CARMO PRESENTE	5. VAGO
MAILZA GOMES PRESENTE	6. VAGO
VAGO	7. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
IZALCI LUCAS PRESENTE	1. PLÍNIO VALÉRIO PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. RODRIGO CUNHA PRESENTE
LASIER MARTINS PRESENTE	3. ROMÁRIO
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	4. ROSE DE FREITAS
ROBERTO ROCHA	5. SORAYA THRONICKE
VAGO	6. VAGO

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
LEILA BARROS PRESENTE	1. VENEZIANO VITAL DO RÊGO
CID GOMES PRESENTE	2. KÁTIA ABREU
FLÁVIO ARNS PRESENTE	3. FABIANO CONTARATO
MARCOS DO VAL PRESENTE	4. RANDOLFE RODRIGUES
ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE	5. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
PAULO PAIM PRESENTE	1. JEAN PAUL PRATES
RENILDE BULHÕES PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA
ZENAIDE MAIA PRESENTE	3. PAULO ROCHA PRESENTE

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
ANGELO CORONEL PRESENTE	1. NELSON TRAD PRESENTE
CARLOS VIANA PRESENTE	2. AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	3. IRAJÁ

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
JORGINHO MELLO PRESENTE	1. ZEQUINHA MARINHO
MARIA DO CARMO ALVES	2. VAGO
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	3. VAGO





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

FLÁVIO BOLSONARO

JORGE KAJURU

VANDERLAN CARDOSO

CHICO RODRIGUES

ELIZIANE GAMA

LUIS CARLOS HEINZE

MARCELO CASTRO

LUCAS BARRETO

JUÍZA SELMA



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 265/2018)

EM REUNIÃO REALIZADA EM 04/06/2019, FOI APROVADO O RELATÓRIO REFORMULADO PELA SENADORA ZENAIDE MAIA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, FAVORÁVEL AO PROJETO COM A EMENDA Nº 1- CE.
À CDH.

04 de Junho de 2019

Senador DÁRIO BERGER

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 20, DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 21, de 2019, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Esperidião Amin

RELATOR: Senadora Soraya Thronicke

12 de Junho de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 21, de 2019 (MSG nº 161/2019), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia.*



SF/19565.37535-93

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE**

O Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Haxemita da Jordânia.

A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do interessado, do qual extraímos para o presente relatório as seguintes informações.

Nascido na capital do Estado de São Paulo, filho de Rubens Dias Amaral e de Leda Pacheco do Amaral, após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em 1986, foi nomeado Terceiro-Secretário, sendo subsequentemente promovido a



Segundo-Secretário, em 1992; Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1998; Conselheiro, por merecimento, em 2002; Ministro de Segunda Classe, em 2007; e Ministro de Primeira Classe, em 2010.

Dentre os cargos e missões importantes que realizou, cumpre destacar que foi Conselheiro e Ministro de Segunda Classe em Paris, entre 2005 e 2008, Ministro-Conselheiro em Londres, entre 2008 e 2010; assessor da Presidência da República em 2010; e Embaixador do Brasil no Cairo desde 2015. O indicado possui diversas condecorações no Brasil e no exterior.

De acordo com o informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexo à mensagem presidencial, o Reino Haxemita da Jordânia é um país do Oriente Médio limítrofe à Síria, ao Iraque e à Arábia Saudita, com o qual o Brasil possui saldo comercial superavitário. Em 2018, esse saldo foi de US\$ 255,61 milhões. O Brasil exporta majoritariamente produtos básicos, com destaque para carne, cereais e café. Importa daquele país na série histórica sobretudo adubos e roupas. Como cenário para intensificar essa relação tem-se o Acordo de Livre Comércio entre Jordânia e o Mercosul, celebrado em 2008.

A comunidade brasileira naquele País é de cerca de 2.000 mil pessoas.

Foram muitas as viagens de autoridades brasileiras ao País nos últimos anos, como as feitas em 2018 pelo Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, em março, e pelo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen. Nesse sentido, as áreas de defesa e segurança e de agricultura destacam-se para futura cooperação.

Na agenda de cooperação bilateral recente, cita-se o Acordo de Cooperação Técnica entre os dois Países, que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

No tocante à política externa jordaniana, registre-se que o país, governado pelo Rei Abdullah II, desempenha importante papel no encaminhamento do processo de paz árabe-israelense. Faz parte do chamado “Quarteto Árabe” para a paz, que congrega países árabes de maioria sunita (Egito, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), encarregado de promover a Iniciativa Árabe de Paz. O Rei vem afirmando que a solução da questão palestina é o objetivo principal da política externa jordaniana, que apoia a solução de dois Estados com base nas fronteiras de 1967.

tj2019-06669



SF/19565.37535-93



4

3

Igualmente, tem se destacado no esforço de manter em segurança as suas fronteiras, apesar dos desafios enfrentados com a Guerra na Síria. Por via de consequência, na primeira prateleira de sua agenda está o combate ao terrorismo, conforme ficou demonstrado nos chamados Encontros de Aqaba. Patrocinado pelo rei jordaniano, pretende-se o aprofundamento da cooperação e coordenação dos esforços de contraterrorismo, para além do contexto médio-oriental.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



tj2019-06669





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CRE, 12/06/2019 às 09h - 22ª, Extraordinária
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MARCIO BITTAR		3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	4. CIRO NOGUEIRA	
VAGO		5. VANDERLAN CARDOSO	

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
MARA GABRILLI		2. ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE
ROMÁRIO		3. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE
MAJOR OLÍMPIO		4. SORAYA THRONICKE	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	
RANDOLFE RODRIGUES		2. FLÁVIO ARNS	PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENILDE BULHÕES	PRESENTE	1. HUMBERTO COSTA	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
NELSINHO TRAD		1. AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	2. CARLOS VIANA	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CHICO RODRIGUES		1. MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE
ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES	

Não Membros Presentes

JUÍZA SELMA
 JAYME CAMPOS
 PAULO ROCHA
 PAULO PAIM
 CONFÚCIO MOURA





6

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 21/2019 - RUY A. - JORDÂNIA

Início da votação: 12/06/2019 08:57:01

Fim da votação: 12/06/2019 09:29:17

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
MECIAS DE JESUS	votou	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	
MARCIO BITTAR		3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	votou	4. CIRO NOGUEIRA	
VAGO		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
ANTONIO ANASTASIA	votou	1. ROBERTO ROCHA	
MARA GABRILLI		2. ORIOVISTO GUIMARÃES	
ROMÁRIO		3. FLÁVIO BOLSONARO	votou
MAJOR OLIMPIO		4. SORAYA THRONICKE	votou
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,		Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	
RANDOLFE RODRIGUES		2. FLÁVIO ARNS	votou
MARCOS DO VAL	votou	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,	
RENILDE BULHÕES	votou	1. HUMBERTO COSTA	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	
PSD		PSD	
NELSINHO TRAD		1. AROLDE DE OLIVEIRA	
ANGELO CORONEL	votou	2. CARLOS VIANA	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES		1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO	votou	2. MARIA DO CARMO ALVES	

Votação:

TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 7, EM 12/06/2019

Senador Esperidião Amin
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 21/2019)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO HAXEMITA DA JORDÂNIA, COM 10 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

12 de Junho de 2019

Senador ESPERIDIÃO AMIN

Presidiu a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 21, DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 22, de 2019, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, e, cumulativamente, ao Estado da Eritreia.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Esperidião Amin

RELATOR: Senador Marcos do Val

12 de Junho de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 22, de 2019 (Mensagem nº 142, de 22 de abril de 2019, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, ao Estado da Eritreia.

RELATOR: Senador **MARCOS DO VAL**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, ao Estado da Eritreia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).



2³

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

O indicado é filho de Antonio Patriota e Maria Thereza de Aguiar Patriota e nasceu em 27 de abril de 1954, no Rio de Janeiro – RJ. É bacharel em Filosofia pela Universidade de Genebra (1975).

O diplomata apontado iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1979, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Também no Instituto, concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE) em 1997. Na oportunidade, defendeu tese com o seguinte título: “O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva”. Ascendeu a Conselheiro em 1993; a Ministro de Segunda Classe em 1998; e a Ministro de Primeira Classe em 2003. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: assessor da Subsecretaria-Geral de Política Exterior (1990/92); Secretário da Secretaria de Planejamento Diplomático (2003/04); Chefe de Gabinete do Gabinete do Ministro de Estado (2004/05); Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral de Política (2005/07); Secretário-Geral da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2009/11); e Ministro de Estado das Relações Exteriores (2011/13).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas (1994/99); Ministro-Conselheiro na Missão Permanente em Genebra (1999/2003); Embaixador em Washington (2007/09); Embaixador na Missão junto às Nações Unidas (2013/16); e, desde 2016, Embaixador em Roma.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República Árabe do Egito e o Estado da Eritreia. Em relação a esses países, cabe manifestar a superlativa importância de que se revestem, tanto pelas relações tradicionais com o Egito quanto pelas possibilidades de expansão dos vínculos com a Eritreia.

mg2019-06668



Nesse sentido, o Itamaraty enviou amplo relatório sobre os dois países, incluindo as relações bilaterais com cada um deles. Desse documento, que está à disposição das senhoras e senhores senadores, extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina.

O Egito, país de grande importância geopolítica e significativa influência política e cultural no mundo árabe, é interlocutor tradicional do Brasil. Cuida-se da terceira maior economia da África e, também, da terceira maior entre os países árabes. O relacionamento bilateral, que foi estabelecido em 1924, ganhou densidade ao longo do Século 20, com os dois países em posição convergente em diversos foros multilaterais, com destaque para o Movimento dos Países Não Alinhados, no qual a República Árabe sempre atuou com superlativo protagonismo.

As relações econômicas têm, por igual, crescido. O Egito é o principal destino das exportações brasileiras para a África, bem como comprador preponderante de produtos brasileiros no mundo árabe. O país é o terceiro maior consumidor de carne bovina brasileira no mundo. Nossa pauta de exportações, que se concentra em produtos primários (açúcar, carnes, milho e minério de ferro), tem potencial de diversificação com a entrada em vigor do acordo de livre comércio MERCOSUL-Egito (2017). Importamos dos egípcios fundamentalmente superfosfatos, ureia e produtos hortícolas.

Importante assinalar que, em razão das transformações políticas pelas quais o Egito vem passando nos últimos anos, o embaixador do Brasil no Cairo terá campo fértil em termos de informações que permitirão ao Estado brasileiro ampliar o conhecimento sobre esse país e sobre o próprio mundo árabe. Nesse sentido, é oportuno recordar que, para além do peso econômico e populacional na região, o Egito tem importante protagonismo nos processos de concertação e integração regionais. Nessa perspectiva, vale lembrar que o país é sede da Liga dos Estados Árabes e exerce, neste ano, a presidência da União Africana.

Sobre a comunidade de brasileiros em solo egípcio, ela é estimada em 615 pessoas. Esse grupo de nacionais está sob a jurisdição consular da Embaixada no Cairo.

mg2019-06668



SF/19376.63167-60



4⁵

No que concerne à Eritréia, as relações com o Brasil “ainda são incipientes”, de acordo com o relatório do Itamaraty. O Governo brasileiro, todavia, mostra-se atento à atuação da Eritréia nas desinteligências envolvendo os vizinhos Etiópia e Djibuti. As relações comerciais com o país, que é um dos mais pobres do mundo, são diminutas. Por fim, não há registros de brasileiros residindo em território eritreu.

Diante do exposto, creio que os membros desta Comissão já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



mg2019-06668





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CRE, 12/06/2019 às 09h - 22ª, Extraordinária
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS	PRESENTE	2. FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE
MARCIO BITTAR		3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	4. CIRO NOGUEIRA	
VAGO		5. VANDERLAN CARDOSO	

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	1. ROBERTO ROCHA	
MARA GABRILLI		2. ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE
ROMÁRIO		3. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE
MAJOR OLÍMPIO		4. SORAYA THRONICKE	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	
RANDOLFE RODRIGUES		2. FLÁVIO ARNS	PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENILDE BULHÕES	PRESENTE	1. HUMBERTO COSTA	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
NELSINHO TRAD		1. AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	2. CARLOS VIANA	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CHICO RODRIGUES		1. MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE
ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE	2. MARIA DO CARMO ALVES	

Não Membros Presentes

JUÍZA SELMA
 JAYME CAMPOS
 PAULO ROCHA
 PAULO PAIM
 CONFÚCIO MOURA





Senado Federal

7

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática

MSF 22/2019 - ANTONIO P. - EGITO

Início da votação: 12/06/2019 08:57:01

Fim da votação: 12/06/2019 09:29:17

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)		Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
MECIAS DE JESUS	votou	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	
MARCIO BITTAR		3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	votou	4. CIRO NOGUEIRA	
VAGO		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)		Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
ANTONIO ANASTASIA	votou	1. ROBERTO ROCHA	
MARA GABRILLI		2. ORIOVISTO GUIMARÃES	
ROMÁRIO		3. FLÁVIO BOLSONARO	votou
MAJOR OLIMPIO		4. SORAYA THRONICKE	votou
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,		Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT,	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	
RANDOLFE RODRIGUES		2. FLÁVIO ARNS	votou
MARCOS DO VAL	votou	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,		Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT,	
RENILDE BULHÕES	votou	1. HUMBERTO COSTA	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	
PSD		PSD	
NELSINHO TRAD		1. AROLDE DE OLIVEIRA	
ANGELO CORONEL	votou	2. CARLOS VIANA	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)		Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
CHICO RODRIGUES		1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO	votou	2. MARIA DO CARMO ALVES	

Votação:

TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 7, EM 12/06/2019

Senador Esperidião Amin
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 22/2019)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO, E, CUMULATIVAMENTE, AO ESTADO DA ERITRÉIA, COM 10 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

12 de Junho de 2019

Senador ESPERIDIÃO AMIN

Presidiu a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 6, DE 2019

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 1303, de 2019, da Senadora Zenaide Maia, que Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para exigir que o plano de aproveitamento econômico da jazida contenha projeto de gerenciamento de risco de acidentes ambientais.

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério

RELATOR: Senador Elmano Férrer

11 de Junho de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 1.303, de 2019, da Senadora Zenaide Maia, que *altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, Código de Minas, para exigir que o plano de aproveitamento econômico da jazida contenha projeto de gerenciamento de risco de acidentes ambientais.*



Relator: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Vem para análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei (PL) nº 1.303, de 2019, da Senadora Zenaide Maia, que *altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, Código de Minas, para exigir que o plano de aproveitamento econômico da jazida contenha projeto de gerenciamento de risco de acidentes ambientais.*

O PL é constituído por dois artigos.

O artigo 1º altera o art. 39 do Código de Minas para incluir o gerenciamento de riscos ambientais no plano de aproveitamento econômico da jazida. Esse plano é apresentado pelo minerador, juntamente com outros documentos, para requerer a concessão de lavra. Constarão do projeto de gerenciamento de risco a identificação dos potenciais acidentes ambientais, bem como a análise de medidas preventivas propostas, incluindo o monitoramento dos riscos. Adicionalmente, obriga-se a divulgação, para a população potencialmente atingida, dos riscos e das medidas emergenciais que devem ser adotadas em caso de acidentes ambientais.



2³

O art. 2º estipula que a Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O PL foi encaminhado à CI e à Comissão de Meio Ambiente (CMA), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no período regimental.

A autora, sensibilizada com as nefastas consequências, para a população e o meio ambiente, dos recentes acidentes com barragens de rejeitos de mineração ocorridos em Mariana e Brumadinho, apresenta este PL com o propósito de aumentar a segurança e a sustentabilidade das atividades de mineração.

II – ANÁLISE

Cabe à CI, na forma do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre matérias pertinentes ao aproveitamento de recursos minerais.

A sustentabilidade das atividades de mineração tornou-se tema de grande preocupação, tanto para a população quanto para o Governo, após os terríveis desastres causados pelo rompimento de barragens de rejeitos de mineração em Mariana e Brumadinho.

Nesses tristes eventos, a fragilidade do gerenciamento de riscos ambientais da Vale chamou especialmente a atenção. Se a maior mineradora do Brasil e uma das maiores do mundo não é capaz de se comprometer efetivamente com as consequências ambientais de suas operações, é sinal de que o setor demanda fiscalização mais próxima e atuante do Poder Concedente. Afinal, a Constituição dispõe que os recursos minerais são patrimônio da União e devem ser aproveitados no interesse nacional.

A recorrência de desastres ambientais se tornou tão grave que chega a ameaçar o desenvolvimento das atividades de mineração no Brasil, o que é extremamente preocupante tendo em vista a importância econômica do setor para o País e, principalmente, para os municípios onde se localizam



as jazidas. Mas isso não significa que a mineração “a qualquer custo” seja aceitável. Pelo contrário, para garantir a sobrevivência do setor, é preciso impor às mineradoras regras mais rígidas em prol do meio ambiente e do bem-estar público.

Nesse sentido, aplaudimos este PL, que torna obrigatória a apresentação de projeto de gerenciamento de riscos ambientais nos empreendimentos minerários. A adoção dessa poderosa ferramenta prevenirá a ocorrência de acidentes ambientais e, na eventualidade dessa ocorrência, mitigará suas consequências.

Com o intuito de aperfeiçoar o PL, propomos três emendas.

A primeira dá nova redação ao inciso III do art. 39 do Decreto-Lei nº 227, de 1967, inserido pelo PL: com o uso da expressão “avaliação, gerenciamento e comunicação de risco ambiental”, que substituirá os incisos, pois as atividades previstas nesses incisos já compõem a prática de avaliar, gerenciar e comunicar risco ambiental. Além do mais, essa é uma área de conhecimento onde rotineiramente ocorrem avanços, sendo, portanto, mais aconselhável que o próprio órgão regulador do setor, isto é, a Agência Nacional de Mineração (ANM), defina os requisitos desses projetos.

A segunda emenda obriga as mineradoras a apresentarem um relatório de gerenciamento de risco ambiental juntamente com o Relatório Anual de Lavra. Dessa forma, a ANM poderá acompanhar, ao longo da vida da mina, a atuação das mineradoras na prevenção de acidentes ambientais.

Por fim, a terceira emenda estipula um prazo para que as mineradoras que já possuem plano de aproveitamento econômico apresentado ou aprovado pelo Poder Concedente apresentem também seus projetos de avaliação, gerenciamento e comunicação de risco ambiental. De outra forma, só as mineradoras que requisitassem novas concessões de lavra teriam que apresentar esse projeto.



SF/19738.96786-12



III – VOTO

Diante do exposto, nos pronunciamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1.303, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CI

Dê-se ao inciso III do art. 39 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, inserido pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 1.303, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 39.

.....

III – projeto de avaliação, gerenciamento e comunicação de risco ambiental” (NR)

EMENDA Nº - CI

Insira-se o seguinte art. 2º no Projeto de Lei nº 1.303, de 2019, renumerando-se o atual art. 2º:

“Art. 2º O art. 50 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 50.

.....

VI -;

VII – Relatório de Avaliação, Gerenciamento e Comunicação de Risco Ambiental.” (NR)”

EMENDA Nº - CI

Insira-se o seguinte art. 3º no Projeto de Lei nº 1.303, de 2019, renumerando-se o atual art. 2º:

“Art. 3º Nos casos de requerimento de concessão de lavra apresentado ou de concessão de lavra outorgada antes da data de



SF/19738.96786-12



publicação desta Lei, é conferido ao titular do direito minerário o prazo de até 18 (dezoito) meses para entrega do projeto de avaliação, gerenciamento e comunicação de risco ambiental.

Parágrafo único. O não cumprimento do prazo estipulado no *caput* ensejará a recusa do requerimento de concessão de lavra e, no caso de concessão de lavra já outorgada, multa administrativa e a suspensão das atividades de mineração.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CI, 11/06/2019 às 11h - 15ª, Extraordinária
 Comissão de Serviços de Infraestrutura

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA		1. MARCELO CASTRO	
JARBAS VASCONCELOS	PRESENTE	2. JADER BARBALHO	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	3. LUIZ DO CARMO	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	4. RODRIGO PACHECO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	6. VAGO	

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. IZALCI LUCAS	PRESENTE
ELMANO FÉRRER	PRESENTE	3. ORIOVISTO GUIMARÃES	
FLÁVIO BOLSONARO		4. LASIER MARTINS	
ROBERTO ROCHA		5. JUÍZA SELMA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE KAJURU		1. WEVERTON	
ACIR GURGACZ		2. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE
FABIANO CONTARATO		3. KÁTIA ABREU	
ELIZIANE GAMA		4. ALESSANDRO VIEIRA	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	PRESENTE
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	
VAGO		3. VAGO	

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
LUCAS BARRETO		1. ANGELO CORONEL	
CARLOS VIANA		2. NELSON TRAD	PRESENTE
IRAJÁ	PRESENTE	3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	1. JAYME CAMPOS	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	2. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE

Não Membros Presentes

SORAYA THRONICKE
 PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 1303/2019)**

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CI PELA APROVAÇÃO DO PROJETO COM AS EMENDAS Nº 1/CI, 2/CI E 3/CI.

11 de Junho de 2019

Senador MARCOS ROGÉRIO

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 7, DE 2019

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2011, do Senador Humberto Costa, que Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos.

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério

RELATOR: Senador Zequinha Marinho

11 de Junho de 2019





SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2011, do Senador Humberto Costa, que *altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos.*



Relator: Senador **ZEQUINHA MARINHO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 466, de 2011, do Senador Humberto Costa, cujo objetivo é garantir atendimento prioritário às pessoas com deficiência no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos.

O PLS é composto de três artigos.

O art. 1º acresce o art. 5º-A à Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para determinar que a pessoa com deficiência terá prioridade no embarque e no desembarque nos veículos de transporte coletivo aéreo, terrestre ou aquaviário.

O art. 2º insere o inciso IV ao art. 6º para definir multa no valor R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser paga por empresa de transporte coletivo terrestre, aéreo ou marítimo em caso de desobediência ao disposto no então inserido art. 5º-A.

O art. 3º é a cláusula de vigência, que seria imediata.



2³

Na sua justificação, o autor da proposição pondera que, a despeito de ser cada vez maior a discussão sobre temas relacionados à acessibilidade, aos direitos básicos e à inclusão no mercado de trabalho da pessoa com deficiência, ainda há, no Brasil, desrespeito e desinteresse no que diz respeito às prioridades no atendimento a essas pessoas, e cita, em particular, o descaso e a falta de compromisso das empresas de transporte coletivo.

Em particular, quanto a prioridade de embarque e desembarque das pessoas com deficiência, informa que são inúmeros os casos relatados de pessoas com deficiência que aguardam horas para serem devidamente embarcados em aviões, ônibus ou trens.

Para o autor, essas pessoas, além de enfrentarem a impaciência dos demais passageiros, ainda são confrontados com o descaso por parte das empresas de transporte.

Após análise desta CI, a matéria seguirá para à CDH, a qual caberá decisão terminativa.

II – ANÁLISE

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CI pronunciar-se sobre transportes.

No que tange ao mérito da proposição, considero que a matéria é adequada pois dá concretude à obrigatoriedade do atendimento prioritário a ser dispensado às pessoas com deficiência nos transportes coletivos.

Entretanto, o valor estabelecido para a multa a ser paga pela empresa de transporte coletivo que descumprir a medida, cujos valores propostos variam entre R\$ 2.500,00 e R\$ 5.000,00, deve ser alinhado com os valores já estabelecidos na própria Lei nº 10.048, de 2000, que o projeto pretende modificar.

Dado que a Lei nº 10.048, de 2000, prevê, no art. 6º, II, o pagamento de multa de R\$ 500,00 a R\$ 2.500,00 para cada veículo que não conte com as facilidades de acesso para pessoas portadoras de deficiência, considero razoável que esses valores sejam também parâmetro para a multa pelo descumprimento do atendimento prioritário aos deficientes.

hr2019-04810

SF/19285.66749-41



Considero ainda pertinente que a legislação, quanto a obrigatoriedade de dispensar atendimento prioritário, além de fazer referência aos serviços objeto de concessão, também o faça quanto aos serviços objeto de permissão.

Ademais, considero que a mesma a prioridade deva se estender aos idosos uma vez que estes também sofrem com baixa mobilidade e muitas vezes têm dificuldades de acessar os meios de transporte quando precisam disputar espaço com os demais passageiros.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CI

Dê-se a seguinte redação à Ementa do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2011:

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e idosos no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos.

EMENDA Nº – CI

Dê-se a seguinte redação aos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2011:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º As repartições públicas e empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas a que se refere o art. 1º.

§ 1º

§ 2º A pessoa com deficiência e os idosos a que se refere o *caput* terão prioridade no embarque e no desembarque nos

hr2019-04810



4⁵

veículos de transporte coletivo aéreo, terrestre ou aquaviário.”
(NR)

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º.....

.....

II – no caso de empresas concessionárias e permissionárias de serviço público, a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por veículos sem as condições previstas nos arts. 3º e 5º, ou por desobediência ao disposto no § 2º do art. 2º;

.....” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador Zequinha Marinho, Relator

SF/19285.66749-41

hr2019-04810





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CI, 11/06/2019 às 11h - 15ª, Extraordinária
 Comissão de Serviços de Infraestrutura

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO BRAGA		1. MARCELO CASTRO	
JARBAS VASCONCELOS	PRESENTE	2. JADER BARBALHO	
EDUARDO GOMES	PRESENTE	3. LUIZ DO CARMO	PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	4. RODRIGO PACHECO	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	6. VAGO	

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE	1. JOSÉ SERRA	
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. IZALCI LUCAS	PRESENTE
ELMANO FÉRRER	PRESENTE	3. ORIOVISTO GUIMARÃES	
FLÁVIO BOLSONARO		4. LASIER MARTINS	
ROBERTO ROCHA		5. JUÍZA SELMA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE KAJURU		1. WEVERTON	
ACIR GURGACZ		2. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE
FABIANO CONTARATO		3. KÁTIA ABREU	
ELIZIANE GAMA		4. ALESSANDRO VIEIRA	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JEAN PAUL PRATES	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	PRESENTE
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	
VAGO		3. VAGO	

PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
LUCAS BARRETO		1. ANGELO CORONEL	
CARLOS VIANA		2. NELSON TRAD	PRESENTE
IRAJÁ	PRESENTE	3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	1. JAYME CAMPOS	PRESENTE
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	2. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE

Não Membros Presentes

SORAYA THRONICKE
 PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 466/2011)

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CI PELA APROVAÇÃO DO PROJETO COM AS EMENDAS Nº 1/CI E 2/CI.

11 de Junho de 2019

Senador MARCOS ROGÉRIO

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 10, DE 2019

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2018, que Institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água.

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha

RELATOR: Senador Otto Alencar

04 de Junho de 2019



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2018 (PL nº 7345/2002, na origem), do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que *institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água*.



Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 70, de 2018 (Projeto de Lei nº 7.345, de 2002, na Casa de origem), do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que *institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água*.

Nesse sentido, o art. 2º do Projeto assevera que *o combate ao desperdício quantitativo de água compreende ações governamentais voltadas à conscientização da população por meio de campanhas educativas sobre uso abusivo, métodos de conservação e uso racional da água, bem como ações de caráter fiscal e tributário*.

Os arts. 3º a 6º da proposição em análise detalham as ações de utilização de fontes alternativas de água, bem como os instrumentos e os objetivos da Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício de Água.

Por seu turno, o art. 7º do Projeto confere preferência na celebração de convênios com os entes federados que adiram ao Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água e ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, ao passo que o art. 8º contém a cláusula de vigência.



Na Câmara dos Deputados, foi o Projeto analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo sido aprovado em caráter conclusivo, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno daquela Casa.

No Senado Federal, a proposição ora em análise foi recebida nesta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor no dia 28 de junho de 2018, tendo sido despachada a este Relator em 22 de março de 2019.

Ressalte-se, por fim, que, após a instrução nesta Comissão, o Projeto em tela será analisado pela Comissão de Meio Ambiente desta Casa.

II – ANÁLISE

Incumbe a esta Comissão opinar sobre matérias relativas à prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos e à transparência e prestação de contas e de informações à população, com foco na responsabilidade da gestão fiscal e dos gastos públicos, bem como nas necessidades dos cidadãos, nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas *c* e *d*, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nesse sentido, as disposições do Projeto ora em análise que se relacionam de forma direta com as competências desta Comissão são as constantes dos seus arts. 3º e 7º, a saber, ações de caráter fiscal e tributário visando ao combate do desperdício de água, bem como a preferência na celebração de convênios com os entes federados que adiram ao Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água e ao Plano Nacional de Recursos Hídricos.

O Projeto não derroga, tampouco institui um arcabouço normativo específico nessas matérias, que permanecerão regidas pelas leis e pelos regulamentos ora em vigor, descabendo, portanto, uma análise detida dos instrumentos supracitados.

Passando a uma análise mais global da proposição, é possível afirmar que seu texto introduz uma salutar inovação no ordenamento jurídico brasileiro, instituindo política pública de notória importância em face do que dispõe o art. 225 da Constituição Federal, que assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

rx2019-03066



SF/19948.14692-90



4

3

Entretanto, entende-se que não caberia classificar os convênios e contratos como instrumentos da Política e sim garantir a preferência nos convênios e contratos de repasse federais aos entes federativos que aderirem ao Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água e o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Para corrigir esse equívoco, apresentamos uma emenda

Desse modo, dentro dos limites de alçada desta Comissão, o Projeto ora em análise é meritório, ressaltando que a Comissão de Meio Ambiente desta Casa irá se aprofundar em sua análise, tendo em vista a maior pertinência do conteúdo da proposição ao seu espectro de competência.

III – VOTO

Pelo exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2018, com a seguinte Emenda.

EMENDA Nº 1- CTFC

(ao PLC nº 70, de 2018)

Dá-se ao art. 5º e 7º do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2018, a seguinte redação:

“**Art. 5º** São instrumentos da Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água:

I - o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água (PNCDA);

II - o Plano Nacional de Recursos Hídricos;

III - o Programa de Eficiência Energética em Saneamento Ambiental (Procel Sanear);

IV - a cobrança pelo uso da água;

V - a política federal de saneamento básico;

VI- os Comitês de Bacia Hidrográfica.

.....

Art. 7º Os entes federativos que aderirem aos programas referidos nos incisos I e II do caput do art. 5º terão preferência

rx2019-03066



4⁵

nos convênios e contratos de repasse federais no âmbito desta Lei. ”

Sala da Comissão, 04 de junho de 2019.

Senador Rodrigo Cunha, Presidente

Senador Otto Alencar, Relator



rx2019-03066





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CTFC, 04/06/2019 às 11h30 - 19ª, Ordinária

Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP)	
TITULARES	SUPLENTES
FERNANDO BEZERRA COELHO	1. RENAN CALHEIROS
DÁRIO BERGER PRESENTE	2. EDUARDO BRAGA PRESENTE
MARCIO BITTAR PRESENTE	3. VAGO
CIRO NOGUEIRA	4. VAGO
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL)	
TITULARES	SUPLENTES
RODRIGO CUNHA PRESENTE	1. IZALCI LUCAS PRESENTE
ROBERTO ROCHA	2. MARA GABRILLI PRESENTE
EDUARDO GIRÃO	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA PRESENTE	4. MAJOR OLIMPIO
Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTES
JORGE KAJURU	1. FABIANO CONTARATO
WEVERTON	2. ELIZIANE GAMA PRESENTE
CID GOMES	3. RANDOLFE RODRIGUES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTES
HUMBERTO COSTA	1. PAULO ROCHA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	2. ROGÉRIO CARVALHO
PSD	
TITULARES	SUPLENTES
ANGELO CORONEL PRESENTE	1. CARLOS VIANA
OTTO ALENCAR PRESENTE	2. OMAR AZIZ
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTES
RODRIGO PACHECO PRESENTE	1. JORGINHO MELLO
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	2. VAGO

Não Membros Presentes

NELSINHO TRAD
 LUIS CARLOS HEINZE
 FLÁVIO BOLSONARO
 MARCOS DO VAL
 CHICO RODRIGUES
 PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 70/2018)**

REUNIDA A CTFC NA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 04.06.2019, FOI APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA COMISSÃO, PELA APROVAÇÃO DO PROJETO COM A EMENDA Nº 1-CTFC.

04 de Junho de 2019

Senador RODRIGO CUNHA

Presidente da Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PODE - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olimpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PSB - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
Bloco-PSL - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODE - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODE - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PODE - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-CIDADANIA - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PODE - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODE - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Renilde Bulhões* (S)
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODE - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
Bloco-PODE - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

S/Partido - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-PRB - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20

MDB-13 / PP-6 / PRB-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luís Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	PRB / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL - 20

PSDB-8 / PODE-8 / PSL-4

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Eduardo Girão.	PODE / CE
Elmano Férrer.	PODE / PI
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Juiza Selma.	PSL / MT
Lasier Martins.	PODE / RS
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Oriovisto Guimarães.	PODE / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODE / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Senado Independente - 13

PDT-4 / CIDADANIA-3 / PSB-3 / REDE-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Marcos do Val.	CIDADANIA / ES
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Renilde Bulhões.	PROS / AL
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	13
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODE-PR)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODE-PR)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jorge Kajuru** (PSB-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Reguffe* (S/Partido-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Serra* (PSDB-SP)	Renilde Bulhões* (PROS-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	Juíza Selma** (PSL-MT)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Lasier Martins* (PODE-RS)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Leila Barros** (PSB-DF)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Romário* (PODE-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Rose de Freitas* (PODE-ES)
Eduardo Girão** (PODE-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Major Olimpio** (PSL-SP)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODE-PI)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODE-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (CIDADANIA-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (PRB-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODE-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (CIDADANIA-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/PRB) - 20</p> <p>Líder Esperidião Amin - PP ⁽²⁷⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 13 Eduardo Braga ^(8,26,33)</p> <p>Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro ⁽⁵⁾ Vice-Líder do PP Ciro Nogueira ⁽⁹⁾</p> <p>Líder do PRB - 1 Mecias de Jesus ⁽¹³⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE/PSDB/PSL) - 20</p> <p>Líder Eduardo Girão - PODE ⁽²⁴⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PODE - 8 Alvaro Dias ⁽⁷⁾ Vice-Líderes do PODE Oriovisto Guimarães ⁽²⁸⁾ Rose de Freitas ⁽²⁹⁾ Lasier Martins ⁽²⁵⁾</p> <p>Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha ⁽²³⁾ Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas ^(35,39) Rodrigo Cunha ⁽³⁶⁾</p> <p>Líder do PSL - 4 Major Olimpio ⁽¹¹⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/PSB/REDE) - 13</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB ⁽¹⁸⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PDT - 4 Weverton ⁽²⁾</p> <p>Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama ⁽⁶⁾ Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira ⁽⁴²⁾</p> <p>Líder do PSB - 3 Jorge Kajuru ⁽³⁾</p> <p>Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues ⁽²²⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT ⁽³⁷⁾ Vice-Líder Zenaide Maia ^(20,30)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Humberto Costa ^(12,17) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho ⁽³²⁾</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota ⁽²¹⁾ Vice-Líder do PROS Zenaide Maia ^(20,30)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL ⁽¹⁴⁾ Vice-Líderes Rodrigo Pacheco ^(4,16) Jorginho Mello ^(1,15) Zequinha Marinho ^(19,31)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco ^(4,16) Vice-Líder do DEM Marcos Rogério ⁽⁴³⁾</p> <p>Líder do PL - 2 Jorginho Mello ^(1,15)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho ^(19,31)</p>	<p>PSD - 9</p> <p>Líder Otto Alencar - PSD ⁽¹⁰⁾ Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p>Maioria</p> <p>Líder Eduardo Braga - MDB ^(8,26,33)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB ⁽³⁴⁾ Vice-Líderes Eduardo Gomes ⁽⁴¹⁾ Elmano Férrer ⁽⁴⁰⁾ Izalci Lucas ^(35,39) Chico Rodrigues ⁽³⁸⁾</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE ⁽²²⁾</p>

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
4. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
5. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
6. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
7. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
8. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
9. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
10. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
11. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
13. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
14. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
18. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
19. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
20. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
21. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
22. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
23. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
26. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
28. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
33. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
35. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU**

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁾	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Prazo final: 03/09/2019

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.



3) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁶⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽⁷⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	4.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁾	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ^(1,6)	9. VAGO ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DE BRUMADINHO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 membros titulares e 7 membros suplentes, para, no prazo de 120 dias, apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho e outras barragens.

Requerimento nº 21, de 2019

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽⁸⁾

Leitura: 13/02/2019

Instalação: 12/03/2019

Prazo final: 10/07/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1.
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,11,12)	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(4,10)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Carlos Viana (MG) ^(6,9)	1. Senador Otto Alencar (BA) ^(6,9)

Notas:

- Em 12.03.2019, os Senadores Antonio Anastasia, Selma Arruda e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a CPI (Of. nº 7/2019-GSEGIRAO).
- Em 12.03.2019, os Senadores Dário Berger e Márcio Bitar foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 27/2019-GLMDB).
- Em 12.03.2019, os Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a CPI (Memo. nº 21/2019-GLBSI).
- Em 12.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, e o Senador Jean Paul, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 22/2019-BLPRD).
- Em 12.03.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 14/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 12.03.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 53/2019-GLPSD).
- Em 12.03.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 23/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 13.03.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Rose de Freitas, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Carlos Viana a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2019-CPIBRUM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 13.03.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 54/2019-GLPSD).

10. Em 15.03.2019, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 26/2019-BLPRD).

11. Em 26.03.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 118/2019-GLMDB).

12. Em 06.06.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 164/2019-GLMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,19)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁹⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽¹³⁾	1. Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁸⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹³⁾	2. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹³⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁸⁾
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁸⁾	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁷⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁷⁾
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) ^(7,21)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾	3. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁷⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁶⁾
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁶⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	4. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁷⁾	3. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) ⁽¹⁹⁾
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Irajá ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ^(1,13)
Senador Otto Alencar ⁽¹³⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,28)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁹⁾	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁷⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ^(8,31)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Orioivisto Guimarães (PODE-PR) ^(8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁸⁾
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾	5. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹³⁾	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(3,22)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,16,18)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) ^(6,16,19)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(6,18)
PSD	
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	3. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁵⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾	6.
VAGO ⁽¹¹⁾	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁶⁾
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁷⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁷⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁷⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹²⁾	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹³⁾
	6.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽³⁾	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁷⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) ^(5,16)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(1,2)	1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾
Senador Carlos Viana ⁽¹⁾	2. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	3. Senador Irajá ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾	2.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3.

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽¹⁾	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)

2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) ^(16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁷⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽²⁰⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽³⁾	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz ^(2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹²⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹³⁾	2. VAGO ^(10,13,14,16)
(13,18)	3. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁵⁾	4.
	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁷⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁸⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹¹⁾	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾	1. Senador Sérgio Petecção ^(1,2)
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1.
	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº 20/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁾	2.
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽¹¹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹¹⁾
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹¹⁾	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁰⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾
VAGO ^(6,19)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁸⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁸⁾	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁹⁾
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁹⁾	3. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) ^(7,18)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁷⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,17)
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).



12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
17. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
19. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁾	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁹⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(8,14,15)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁰⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁶⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹³⁾	6.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁷⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽⁷⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹²⁾	4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁷⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁷⁾	5. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾	1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
13. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
14. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
15. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
16. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
17. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹¹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(10,13)
VAGO ^(5,15)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁸⁾
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,9)	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	4. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,16,17)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLI).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
13. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
14. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB).
16. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
17. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
18. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
19. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁸⁾	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹³⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽⁷⁾	2. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁷⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁴⁾	3. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽¹⁶⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽²⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(1,20,21)
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	2. Senador Angelo Coronel ^(1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).

2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁷⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(6,19)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁹⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁹⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) ⁽¹⁰⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁰⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹³⁾	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
VAGO ^(4,15)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(4,16)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽⁴⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽⁴⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁸⁾	1. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) ^(8,18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁸⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	1. Senador Carlos Viana ^(2,3)
Senador Angelo Coronel ^(2,3)	2. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁵⁾	1.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).
16. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
17. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
VAGO ^(8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁵⁾
	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,6)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
5. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
6. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
7. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
8. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
9. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,17)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁷⁾	3. VAGO ^(7,16)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹²⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(5,18)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(5,18)
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(6,13)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽⁹⁾	4. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,15)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹¹⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,11)	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
13. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLIID).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
15. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).
16. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
17. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
18. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (MG)	



3) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019**Notas:**

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



5) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:





6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL*(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)***Número de membros:** 1 titulares**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

